

an. c. lxx. viij. Ego alfonfus pater rex pater cum filiis meis qui hac carta  
in hoc signum IIII fecimus.

Ego gonsalvus curie dapifer confirmo +

Ego petrus pelay signifer regis +

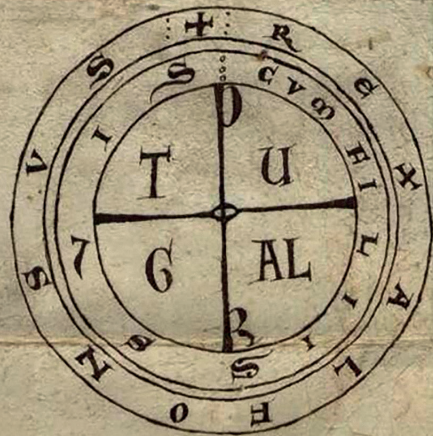
Ego ihns bracarensis archieps +

Ego Petrus portugalensis eps +

Ego mened' lamegoensis eps +

Ego odori' uhiensis eps +

Ego gualbert' ulixbonensis eps +



Magister albericus regalis curie cancellarius  
Magister Gualdim' Portugalsis tunc temporis apud columbriam' Kartam rece

# NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES REFLEXÕES SOBRE O PRIMEIRO SÉCULO PORTUGUÊS

COORD.  
MÁRIO JORGE BARROCA



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



NO TEMPO DE  
D. AFONSO HENRIQUES  
REFLEXÕES SOBRE  
O PRIMEIRO SÉCULO  
PORTUGUÊS

COORD.  
MÁRIO JORGE BARROCA

Título: *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*

Coordenação: Mário Jorge Barroca

Fotografia da capa: *Carta de Doação feita por D. Afonso Henriques: Ordem do Templo, do Castelo de Cera em lugar das Igrejas de Santarém, exceptuando a Igreja de Santiago que ficaria pertencendo à mesma Ordem.* Documento cedido pelo ANTT. Cota atual: Gavetas da Torre do Tombo, Gav. 7, Maço 3, doc. 8.

Design gráfico: Helena Lobo | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN: 978-989-8351-75-3

Depósito Legal: 429752/17

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

Porto

Agosto 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	7
Mário Jorge Barroca	
<b>Entre Oriente e Ocidente.</b>	
<b>Contactos de Portugal com o mundo nas origens da nacionalidade</b>	11
José Mattoso	
<b>A Igreja no tempo de D. Afonso Henriques. Alguns aspetos</b>	27
José Marques	
<b>As Terras do Sul Muçulmano</b>	71
Cláudio Torres	
<b>Com a Espada e a Cruz</b>	
<b>A imagem de D. Afonso Henriques na escultura medieval portuguesa</b>	77
Carla Varela Fernandes	
<b>Uma nova arte para um novo reino</b>	91
Paulo Almeida Fernandes	
<b>A arquitectura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques</b>	125
Mário Jorge Barroca	
<b>Casas e espaços habitacionais no tempo de D. Afonso Henriques: o que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre a casa no período da formação de Portugal</b>	159
Manuel Sílvio Alves Conde	
<b>A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do <i>casal</i> entre os textos e as materialidades</b>	195
André Evangelista Marques	
<b>O papel da escrita no tempo de D. Afonso Henriques</b>	229
Maria José Azevedo Santos	
<b>A alimentação no tempo de D. Afonso Henriques</b>	247
Maria Alegria Fernandes Marques	
<b>Vestir no tempo de D. Afonso Henriques</b>	279
Ana Lemos	
<b>Viajar no Tempo de D. Afonso Henriques. Vias e Pontes no território vimaranense.</b>	303
Francisco G. C. Líbano Monteiro Faure	



# APRESENTAÇÃO

MÁRIO JORGE BARROCA

O livro que aqui se apresenta resulta, em parte, de uma reflexão feita em torno do século XII português, o tempo de D. Afonso Henriques. E é fruto de circunstâncias muito específicas. Como se sabe, no decurso do ano de 2009 Portugal assinalou o IX Centenário do Nascimento de D. Afonso Henriques (1109-2009) com a organização de vários eventos, uns de carácter científico, outros de carácter mais lúdico. De entre os primeiros merecem referência três reuniões científicas: o *Congresso Internacional Afonso Henriques 900 anos depois*, promovido pela Câmara Municipal de Viseu, que decorreu nessa cidade entre 16 e 19 de Setembro de 2009; o *Colóquio Internacional Afonso Henriques: Em torno da criação e consolidação das monarquias do Ocidente Europeu (Séculos XII-XIII). Identidades e Liminaridades*, organizado pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que teve lugar entre 14 e 16 de Dezembro de 2009; e, finalmente, encerrando um ano de comemorações, o *Colóquio «No Tempo de D. Afonso Henriques»*, promovido pelo Museu Alberto Sampaio, que decorreu em Guimarães, nas instalações da Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG), nos dias 22 e 23 de Junho de 2010.

O volume que agora finalmente se publica resulta, em parte, das reflexões que se enquadraram nesta reunião vimaranense, da qual fomos o coordenador científico, ao lado da Dr<sup>a</sup>. Isabel Maria Fernandes, Directora do Museu Alberto Sampaio, que assegurou, de forma sempre eficiente, a coordenação executiva e logística do evento. No momento em que esta iniciativa começou a ser gizada, com a necessária antecedência, era previsível que o centenário do nascimento do Fundador fosse assinalado por diferentes acontecimentos, cujo perfil e teor, contudo, se ignorava. A ideia de organizar um colóquio em Guimarães envolvia, por isso, alguns riscos. Procurando fugir às temáticas mais usuais e previsíveis, que levariam inevitavelmente a uma revisitação da história política, preferimos optar por uma série de abordagens que permitissem caracterizar o século de Afonso Henriques nas suas mais diver-

sas vertentes, das grandes realizações aos pequenos aspectos do quotidiano. Uma série de abordagens *periféricas* que possibilitassem uma contextualização do século XII português, procurando, assim, recriar o pano de fundo, o cenário em que se movimentou o nosso primeiro rei. Para tanto foram elencadas diversas temáticas: a história política, mas também a organização religiosa, a organização do espaço, o mundo rural e o mundo urbano, o mundo islâmico, os vários tipos de arquitectura (religiosa, civil e militar), a pintura, a escultura, a ourivesaria, a iluminura, a escrita, a comida e a bebida, o vestuário, as vias e os transportes, a cerâmica, a moeda... Alguns temas ficaram pelo caminho, por não se ter encontrado interlocutor, e não chegaram sequer a ser anunciados. Outros foram apresentados nos dois dias do Colóquio vimaranense mas, infelizmente, não foi possível integrá-los no presente volume<sup>1</sup>. Por fim, alguns conheceram a luz do dia noutras publicações, não se justificando a sua reedição<sup>2</sup>.

Vicissitudes diversas, estranhas à vontade dos organizadores (institucional e científico) do colóquio, levaram a que os textos resultantes das comunicações e das reflexões posteriores dos seus autores, nunca fossem publicados. Mas, apesar de volvidos seis longos anos, a maior parte das abordagens preserva todo o seu interesse. A ocasião de retirar estes textos do prelo surgiu agora, no âmbito das actividades do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (unidade de I&D 4059 da FCT), que abraçou este projecto com entusiasmo e que, em tempo quase record, conseguiu colocar este volume nas mãos dos leitores.

O livro que aqui se apresenta é composto por onze capítulos onde desfilam, pela mão segura dos seus autores, outros tantos aspectos do primeiro século português. Abre com uma inovadora síntese sobre a política externa portuguesa ao longo do século XII, a que se segue uma sedutora síntese sobre a Igreja no Portugal de D. Afonso Henriques. Escuta os ecos do sul muçulmano, com o qual

---

<sup>1</sup> Estamos a pensar nos contributos de João Soalheiro, «A Corte do imperador D. Afonso VII de Castela e Leão perante o título régio de D. Afonso Henriques: Um documento de Valdevez – 1141»; de Maria da Conceição Falcão Ferreira, «Guimarães de D. Afonso Henriques: o dealbar de um espaço urbano»; de Luís Carlos Amaral, «Sobre a organização do espaço eclesiástico no tempo de D. Afonso Henriques»; e de Francisco Faure, Ricardo Erasun e Isabel Maria Fernandes, «Louça de Barro do Minho na I Dinastia. Subsídios para o seu estudo», que foram apresentados no Colóquio e que, infelizmente, não foi possível incluir neste volume. A comunicação de Maria Adelaide Miranda, «A iluminura monástica no tempo de Afonso Henriques: continuidades e internacionalização», anunciada no programa do evento, não chegou a ser concretizada por impedimento da Autora.

<sup>2</sup> Foi o caso do contributo de Lúcia Maria Cardoso Rosas, «A ourivesaria no tempo de D. Afonso Henriques: uma proposta de uma revisão» (cf. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *A Ourivesaria no Tempo de D. Afonso Henriques. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. IX-XI, 2010-2012, p. 285-302).

o norte cristão conviveu e dialogou, umas vezes em clima de conflituosidade militar, tantas vezes no quadro de um cordato relacionamento económico e cultural. Mergulha na iconografia do Fundador, nas formas como os seus súbditos foram representando o seu rosto e imaginando o seu aspecto físico, em representações que ajudaram a construir a imagem que ainda hoje temos do nosso primeiro monarca. Penetra nos domínios da História da Arte, abordando a arquitectura religiosa portuguesa do século fundacional. Mas não esquece outras arquitecturas, como a militar e a civil, tão importantes na modelação da nossa paisagem e na construção da realidade portuguesa. Aborda o mundo rural, através dessa unidade-base que foi o *casal*. Entra, depois, nos domínios de *petite histoire*, com abordagens à escrita, à alimentação, à bebida no tempo do nosso primeiro monarca, não esquecendo as formas de vestir na sua época, onde a iconografia tem uma contribuição crucial a dar. E, finalmente, porque de uma viagem se trata, encerra com uma perspectiva sobre as vias e as pontes no espaço vimaranense. De lado ficaram muitos outros temas que gostaríamos de ter visto incluídos – como o urbanismo, o poder municipal e a governança local, as relações comerciais, as feiras e os mercados, a numária, a heráldica e a sigilografia, o armamento, a floresta e a cobertura vegetal, a fauna e as actividades cinegéticas, a assistência, o ensino e a cultura, a epigrafia, o mundo da torêutica, do vidro e da cerâmica, os jogos e as actividades lúdicas, o mundo fugidio dos sentimentos e do amor, as atitudes colectivas perante a morte... Enfim, os temas são tantos que facilmente encontraríamos substância para um segundo volume. Este foi, portanto, o volume possível que, apesar de estar longe de esgotar as potencialidades do primeiro século português, permitirá ao leitor uma abordagem diferente dessa centúria, a partir de novos ângulos, alguns deles insuspeitáveis.

As palavras finais, nesta breve apresentação, são de testemunho de reconhecimento. Em primeiro lugar, à Professora Doutora Maria Cristina Cunha (Coordenadora Científica do CITCEM) e ao Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves (Vice-Coordenador Científico do CITCEM), pelo apoio incondicional que deram a esta edição desde o primeiro momento em que a apresentamos e sugerimos. Devemos, igualmente, um agradecimento muito especial à Dr<sup>a</sup>. Marlene Cruz e ao Dr. Vasco Sistelo, do Secretariado do CITCEM, pela eficiência e pelo empenho que colocaram na publicação deste volume, ajudando a ultrapassar as questões burocráticas e os problemas de normalização de textos com origens muito diversas e escritos à margem das normas do CITCEM. Por fim, uma palavra de apreço à Doutora Isabel Maria Fernandes, por nos ter lançado mais este desafio, uma pequena conta de um longo rosário de colaborações que temos tido e que esperamos continuar a ter, e por todo o apoio e empenho que demonstrou. E às instituições que, em Guimarães, tornaram possível o evento que esteve na génese deste livro: o Museu

Alberto Sampaio, com os seus incansáveis funcionários; a Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG), que cedeu as suas magníficas instalações para a realização do evento; e à Câmara Municipal de Guimarães, pelo apoio logístico que nos ofereceu. Finalmente, aos Autores dos textos agora publicados, que esperaram, pacientemente, por esta edição que tardou demasiado tempo a aparecer. A todos o testemunho sincero da nossa gratidão.

Porto, Março de 2017.

# ENTRE ORIENTE E OCIDENTE. CONTACTOS DE PORTUGAL COM O MUNDO NAS ORIGENS DA NACIONALIDADE

JOSÉ MATTOSO

A origem de um novo país é concebida vulgarmente à imagem e semelhança do início de um novo ser orgânico. Sendo o ser antecedido pelo não-ser, procuram-se os antecedentes do milagre que lhe deu vida; ou então, observando o comportamento do novo ser, tenta-se compreender como é que, sendo então incapaz de se mover sem auxílio externo, vai, a pouco e pouco, ganhando a sua autonomia. A sua fragilidade inicial vai dando lugar à consolidação como ser autónomo e independente. A partir de então já não depende dos outros. Pode ter a sua própria história.

Esta ideia do senso comum é expressa, por exemplo, por Oliveira Martins pouco depois de 1870, sob uma forma aparentemente científica inspirada na biologia:

*Os órgãos do corpo social apresentam-se, primeiro, como esboços rudimentares; e o conjunto possui apenas o carácter da agregação. À medida que a acção e a reacção dos diversos elementos obriga cada um deles a definir-se e a especializar-se, vai aparecendo o princípio de coordenação comum, espécie de princípio vital social: assim também da primitiva agregação celular sai o organismo. Logo, porém, e à maneira que se desenvolve e tende a atingir a perfeição típica, a sociedade gera em si um pensamento que é, ao mesmo tempo, o norte que dirige, a mola interior que move o ser orgânico no seu desenvolvimento e afirmação: assim também o corpo, uma vez constituído, é, num sentido, a origem do pensamento, e, em outro, o seu produto.*

Esta ideia associa-se com outra, igualmente ingénua, mas não menos arraigada, segundo a qual este processo se desenrola no isolamento, sem que ninguém perceba o que se está a passar, para depois se ir consolidando e afirmando exteriormente, em iniciativas cada vez mais ousadas e empreendedoras, até se tornar perceptível em círculos cada vez mais alargados. No caso de Portugal, o isolamento que carac-

terizaria a fase infantil da nação seria reforçado pela sua posição geográfica no extremo da Europa, «lá onde a terra acaba e o mar começa». Portugal seria, para as grandes nações europeias como a França, a Inglaterra ou o Império Alemão, uma terra longínqua, envolvida pela lenda, e da qual nunca se saberia quase nada.

Mencionemos ainda, para alargar os termos de comparação, a ideia romântica segundo a qual os países nasceriam de uma lenta tomada de consciência do seu próprio espírito nacional, da *Volksgeist*, presente desde as origens nos agrupamentos étnicos e culturais europeus, mas escondido, em alguns casos, até à época contemporânea, isto é, até ao momento em que as comunidades étnico-culturais dependentes de nações mais poderosas, acabariam, depois de muitos séculos de gestação, por se revoltar contra as nações a que estavam sujeitas. Assim se teriam revoltado, já no século XIX, em nome da liberdade, algumas nações que então conseguiram conquistar a independência, como a Bélgica ou a Grécia, enquanto que outras, como a Polónia ou a Irlanda, só viriam a consegui-lo mais tarde. Esta concepção está na base da ideologia nacionalista, que considera a Nação como uma entidade eterna ou um dom da natureza. As nações que de facto o são acabam sempre por se revelar. A ideia de progresso universal predominante no século XIX tendia a considerar esta espécie de revelação como um processo natural, independentemente da sua visibilidade.

Destas interpretações discutíveis interessa-me sobretudo a segunda, que concebe a nacionalidade como um processo autónomo e, portanto, em última análise, como independente das condições em que se dá. Sem pretender elaborar uma teoria global acerca da origem das nacionalidades, creio que, pelo menos no caso de Portugal, se verifica exactamente o contrário, ou seja que a sua independência se dá numa conjuntura favorável à intensificação de contactos externos, de circulação internacional de ideias e de pessoas, de conjugação ou de oposição de movimentos políticos e militares, de renovação intelectual e religiosa, de reestruturação do poder. O intenso dinamismo que, no princípio do século XII, envolve toda a Cristandade europeia não é de modo algum exclusivo do centro da Europa, ou seja, não envolve apenas a França, a Alemanha, a Itália e a Inglaterra, mas também a Hispânia. É nesse ambiente que Portugal dá os primeiros passos como formação política independente. A circulação de ideias e pessoas, os contactos pessoais e escritos, pacíficos ou armados, não criam, por si mesmos, efeitos políticos ou sociais determinados, mas *propiciam* resultados novos. Em vez de favorecerem a reprodução das mesmas soluções sociais, das mesmas formas de exercício do poder, das mesmas crenças, inspiram a experimentação, a novidade e a diferença. A conjugação imprevisível de factores de todo o género, individuais ou colectivos, abre as portas a um mundo novo. É o que acontece, creio eu, na Hispânia, de uma forma mais intensa durante as últimas décadas do século XI e as primeiras do século XII,



ou mesmo até ao fim do século XII. Os resultados de uma conjuntura favorável à mudança não são a causa, mas a condição propícia à independência nacional; por isso mesmo é que ela brota de uma conjugação fortuita, não de um processo necessário. A necessidade de encontrar os antecedentes, irresistivelmente sentida pela ideologia nacionalista e romântica, é, pois, injustificada. Devemos examinar antes a convergência inesperada de factores antes independentes, e que, associados, criam uma entidade política nova que acaba por se tornar o pólo unificador de uma nação independente.

Se assim é, a imagem da gestação de um ser vivo que se desenvolve por si só, independentemente do ambiente que o rodeia, não é adequada à compreensão do fenómeno histórico nacional. Devemos, pelo contrário, verificar a intensidade e a variedade dos contactos de factores de natureza diversa e de origens diferentes numa mesma região e no mesmo período. Também não devemos restringir a observação aos momentos iniciais da eclosão do fenómeno, mas antes prolongá-la no tempo, para verificar se as conjunturas seguintes lhe são favoráveis ou desfavoráveis, e se, num caso ou no outro, se resolvem favorável ou desfavoravelmente à sua consolidação. De qualquer maneira, a observação dos contactos de Portugal com o exterior, antes e depois da sua independência, torna-se especialmente significativa para a compreensão dessa mesma independência. Pelo contrário, se a hipótese da determinação imposta por uma posição geográfica periférica, enquanto factor de isolamento, em contraste com regiões mais próximas do centro europeu, configura permanentemente a história de Portugal, como país marginal, torna-se particularmente importante estudar os períodos e ocasiões em que se intensificam os contactos do país com as outras nações, e se rompe o círculo apertado em que normalmente se move.

É óbvio que não vamos examinar estes problemas no amplo quadro que assim tentei traçar. Tratando-se neste colóquio do «tempo de Afonso Henriques» será neste período que tentaremos averiguar o sentido e a intensidade dos contactos internacionais que então se verificam. Digamos desde já que, durante o período que vai de cerca de 1080 a 1150 ou 1160, revestiram um grau de variedade e de intensidade tais como raramente se verificou em toda a nossa história, salvo, talvez, no século XV. A nossa atenção concentrar-se-á, pois, sobretudo nesse período.

## O OCIDENTE

Tomemos como acontecimento simbólico do *take-off*, pelo que diz respeito aos contactos internacionais, a reunião do concílio de Burgos de 1080, em que o rei Afonso VI de Leão e Castela decretou o abandono do rito litúrgico hispânico ou moçárabe e a adopção do rito romano. Esta decisão resultava já (i) da presença

no seu reino de monges vindos de Cluny em abadias por eles fundadas ou reformadas e que adoptaram os seus minuciosos costumeiros monástico-litúrgicos, (ii) dos seus contactos com o abade Hugo de Cluny, tio de sua mulher, a rainha Constança, e (iii) da sua convicção de que devia às orações dos monges borgonheses a sua elevação ao reino de Leão e Castela e as suas vitórias sobre os reinos taifas da Península. Esta convicção levava-o a entregar periodicamente a Cluny elevadas quantias de ouro, que os monges, por sua vez, aplicavam na ampliação da sua riquíssima igreja abacial.

Mas as relações que Afonso VI estabeleceu com Cluny eram apenas uma das modalidades das relações entre o poder temporal e o poder espiritual, que, por esses anos, sofreu uma profunda alteração. A tradicional cooperação entre o rei e o episcopado seguida fielmente na Hispânia desde a época visigótica foi posta em causa a partir de 1074 por uma agressiva intervenção do recém-eleito papa Gregório VII. Dirigindo-se por escrito ou por intermédio de legados papais ao rei de Leão, o papa pôs em dúvida a ortodoxia da fé professada na Hispânia, corrompida, dizia ele, pelo priscilianismo, o arianismo e o islamismo. Os legados papais entraram em contacto com o rei e os bispos, suscitaram reuniões de sínodos, e acabaram por persuadir Afonso VI a alterar o rito litúrgico observado no seu território. Não cessaram mais de intervir na Hispânia, não só em questões de culto divino mas também (i) em questões morais relacionadas com o matrimónio, e (ii) em questões político-eclésiásticas relacionadas com a faculdade de nomear novos prelado. No primeiro caso, (i) condenava-se o incesto ou casamento entre parentes consanguíneos até ao sétimo grau e reserva-se ao papa a dispensa do impedimento ou declaração de nulidade. No segundo, (ii) reservava-se para o clero a nomeação de novos bispos e abades e considerava-se acto de simonia a intervenção de reis e senhores feudais.

Assim, a presença dos monges cluniacenses em Leão e Castela, a intervenção de legados papais, as discussões entre os eclésiásticos e os delegados do rei nas várias terras, e a necessidade de obterem os novos livros litúrgicos e conhecerem as novas práticas rituais, no canto, no ofício divino, na administração dos sacramentos, provocaram, sem dúvida, uma efervescência enorme, uma intensa circulação de pessoas e, acaloradas discussões. A variedade de situações era enorme. Podemos imaginar que nuns lugares se aceitaria rapidamente o novo rito, enquanto que noutros, por convicção ou por falta de informações, se protelaria a sua prática durante muitos anos.

As divergências envolverem, como é evidente, clérigos e leigos. Os *tenentes* representantes do rei dividiram-se entre os que seguiram as suas ordens e os que lhe resistiram. Assim, no condado de Portucale, os patronos dos mosteiros mais importantes aceitaram sem hesitação aparente, as observâncias cluniacenses, e,

com elas, decerto, o rito romano; ao passo que, no condado de Coimbra, o alvazil Sisnando resistiu às alterações provavelmente até morrer.

Aparentemente não há relação alguma entre a mudança de ritual e a conquista de Toledo, antiga capital do reino visigótico. Mas este acontecimento militar, no momento mais quente da mudança ritual, acelera ainda mais a viragem de rumo. Até 1081, o rei exercia a sua autoridade sobre as principais taifas muçulmanas por meio da cobrança de parias em ouro; nesse ano resolveu passar à ofensiva. Em 1085 conseguiu conquistar Toledo, a prestigiada capital do reino visigótico que os reis de Leão e Castela sempre tinham querido restaurar. Surgiram então novas ocasiões de contactos internacionais. O primeiro bispo nomeado para a cidade foi, significativamente, um francês e um cluniacense, Bernardo de Sédirac. Embora tivesse sido eleito numa assembleia de bispos e magnatas sob a presidência do rei, pressupõe-se um entendimento com o papa, que durante o seu pontificado defendeu sempre, como vimos, a superioridade do poder espiritual sobre o temporal. A partir de então, foram numerosas as nomeações episcopais de clérigos e monges franceses, sobretudo para as sés política e religiosamente mais importantes. O papa intervinha directamente na confirmação dos arcebispos reservando para si a entrega pessoal do pálio, sinal distintivo dos metropolitanos, que, para isso tinham de se deslocar a Roma. Como é evidente, a presença destes clérigos estrangeiros nas dioceses ibéricas e o seu papel na administração eclesiástica, com ajuda de auxiliares da mesma origem, adoptando práticas usadas nos seus países, mas desconhecidas na Hispânia, criou novas ocasiões de alterações e contactos. Além disso, estes bispos, apoiados pelos legados papais que, a partir de então, multiplicam as suas visitas, procuram impor o programa da reforma gregoriana, que exige, como vimos também, a independência do clero na escolha dos bispos, a condenação do incesto, o celibato clerical e a condenação da simonia. É o que farão em Portugal e na Galiza, poucos anos depois, Diogo Gelmirez em Santiago de Compostela, S. Geraldo em Braga, Maurício Burdino em Coimbra e Braga, Hugo no Porto, Bernardo em Coimbra.

É neste contexto que aparecem no ocidente peninsular outros personagens trazidos à Hispânia por razões diferentes: os cavaleiros que vêm colaborar na Reconquista. A recuperação da superioridade militar muçulmana pelos almorávidas, tornada evidente pela derrota de Afonso VI na batalha de Zalaca, em 1086, levou-o a pedir a ajuda dos cavaleiros borgonheses para os combater. De facto conhece-se o nome de alguns dos que então estiveram na Hispânia, entre os quais o duque Eudes de Borgonha, o visconde Guilherme de Melun, o conde Raimundo de Toulouse e os nossos bem conhecidos Raimundo e Henrique de Borgonha. A intimidade destes dois últimos com o rei Afonso VI, reforçada pelo seu casamento com a parente de ambos, a rainha Constança, torna bem evidente a intensidade do contacto de culturas nessa ocasião efectuada. O casamento de ambos com as

duas filhas do rei, e a concessão de poderes territoriais e de direitos sucessórios que a um e outro é feita, acentua ainda mais o quadro das alterações. Os factos são muito conhecidos. Mas nem sempre se tem em conta o seu alcance. Os dois condes prolongavam e renovavam a política de contactos de Afonso VI. Responsáveis pelo governo de um importante território cuja defesa estavam encarregados de assegurar, fizeram-no com a colaboração de compatriotas seus, mas escolheram os membros das suas cúrias condais entre a aristocracia galega e portuguesa. Não sabemos que língua falavam ordinariamente entre si, mas a diferença de cultura provocou, sem dúvida, trocas de grande intensidade.

Entretanto, os contactos entre ibéricos e borgonheses ou italianos não se davam só ao alto nível: além de envolver (i) clérigos e auxiliares trazidos por legados papais, bispos e cavaleiros, atraíam também (ii) comerciantes que formaram pequenas comunidades residentes em certos burgos, como as que desde essa época aparecem aqui, em Guimarães, em Coimbra e, em grupos decerto mais numerosos, mas menos estáveis, (iii) os peregrinos que ansiavam rezar junto do túmulo de Santiago, apóstolo das Espanhas. A celebridade do seu santuário foi crescendo sem cessar desde o século X até atravessar fronteiras e chegar aos confins da Cristandade. Mas foi sobretudo desde a segunda metade do século XI e o século XII que se tornou um dos mais importantes pólos da religiosidade europeia. A afluência de peregrinos propiciou a construção de igrejas, santuários e hospedagens em vários pontos da rota por eles seguida, sobretudo aquela que se tornou conhecida como o «caminho francês». O afluxo de estrangeiros inspirou, uma obra singular, o Livro de Santiago, ou *Codex Calixtinus* onde se recolheram, além de textos litúrgicos, relatos de milagres, a história da trasladação do corpo do Apóstolo, a lenda dos combates travados contra os mouros por Carlos Magno e finalmente o «Guia do peregrino» com informações úteis e conselhos práticos para os viajantes, e até cânticos e composições musicais a uma ou várias vozes. Outra obra absolutamente singular é a *Historia Compostellana*, escrita por volta de 1140, a qual, além de se distinguir pelas suas dramáticas narrativas acerca das acções do célebre arcebispo Diego Gelmirez, e pela transcrição de numerosos documentos, manifesta a importância internacional de Compostela. Através dos seus textos extremamente vivos, tornam-se evidentes os efeitos dos contactos culturais que aí se verificaram durante dezenas de anos com uma enorme intensidade. Entre eles, pode-se apontar a construção da própria catedral, uma das obras mais notáveis do românico europeu devido à integração que nela se verifica de soluções construtivas e iconográficas vindas de longe. Noutra plano, a afluência de dinheiro a Compostela, de que o arcebispo beneficiou largamente, conferiu-lhe um imenso poder, que aproveitou para enviar a Roma mensageiros carregados de dons, e assim obter da Santa Sé privilégios eclesiásticos excepcionais. A mesma

abundância monetária atraiu numerosos comerciantes e impulsionou todas as actividades económicas. O poder adquirido pelos burgueses acabou por suscitar a sua revolta contra as imposições senhoriais, fazendo de Compostela um dos centros de contestação social mais evidente de toda a Idade Média peninsular. Pelos mesmos anos, surgem outras revoltas urbanas do mesmo tipo em Sahagún e noutros pontos do «caminho francês». Este resultado lateral dos contactos culturais mostra por si só a importância de uma conjuntura favorável às transformações políticas e económicas. A independência portuguesa é uma delas.

A conjuntura galaico-portuguesa dos anos 1096 a 1128 repercute-se a uma escala menor na efervescência concentrada na Galiza como reacção regional ao grande movimento desencadeado pelos contactos religiosos hispano-francos e hispano-italianos. Na antiga Galécia, um dos efeitos da concentração económica, cultural e religiosa em Compostela, acorda a rivalidade de Braga, como metrópole herdeira da antiga província do Império Romano. A questão eclesiástica situou-se imediatamente num contexto internacional, porque os contendores solicitaram a arbitragem papal. As sucessivas etapas da controvérsia prologaram-se durante mais de um século, impondo novos e repetidos contactos epistolares e viagens dos próprios bispos e dos seus delegados a Roma. Estas viagens propiciaram a participação de eclesiásticos galegos e portugueses em sínodos e concílios gerais onde se encontravam com os seus colegas no episcopado e com personalidades tão vigorosas como S. Bernardo ou Pedro de Cluny, e onde se discutiam questões que envolviam toda a Cristandade.

À rivalidade galaico-portuguesa de natureza eclesiástica, associa-se a rivalidade sucessória e política de D. Teresa para com sua irmã D. Urraca, agravada pelo espírito ambicioso e empreendedor de D. Henrique. A sua morte prematura impõe a Teresa a necessidade de encontrar outro coadjuvante, que será o conde de Trava. Os seus propósitos articulavam-se com a provável ideia da restauração da Galécia. Era o resultado lateral da concorrência entre o sistema sucessório numa linha única, tradicional na Hispânia visigótica e astur-leonesa, mas várias vezes infringida pela divisão dos estados por mais de um filho, e o sistema da repartição hereditária dos países do Norte, adoptado por Fernando o Magno e depois por Afonso VII, não inteiramente desconhecido na Península, mas sempre contestado. Era também o resultado da entrega do poder régio a mulheres – concretamente Teresa e Urraca –, prática admissível além Pirinéus, mas surpreendente na Hispânia. Noutro plano, a questão dos poderes está relacionada com a concorrência entre o poder de origem imperial (romano ou carolíngio), herdado pelos reis – nomeadamente os da Península – e aquele de que se apropriam senhores de condição inferior. Afonso Henriques pretende ter direito à posição régia herdada de Afonso VI por intermédio de sua mãe, mas em 1128 não passa, de facto, de um senhor escolhido por

um conjunto de senhores pouco menos poderosos do que ele, mas também pouco dispostos a prestar homenagem a um simples conde, como o senhor de Trava.

## O ORIENTE

S. Mamede podia não ter sido senão uma escaramuça feudal. Teve efeitos bem maiores porque o poder que nesse momento Afonso Henriques tomou em suas mãos se inscreveu rapidamente num contexto internacional. Vejamos primeiro o contexto polarizado no Oriente, ou melhor em Jerusalém.

Aqueles factos que permitem sublinhar este aspecto da independência portuguesa concentram-se em Coimbra. Esta cidade de fronteira, simultaneamente bastião da guerra contra o Islão e centro de contactos culturais e comerciais com o Sul da Península, tornou-se um pólo de conhecimentos e contactos bem mais amplos desde que o papa Urbano II, sucessor de Gregório VII, decidiu pregar a cruzada para a recuperação cristã dos lugares santos no concílio de Clermont, em 1095. Como se sabe, foi o arranque de um avassalador movimento europeu concretizado na conquista de Jerusalém pelos cruzados no dia 13 de Junho de 1099. É difícil resumir em poucas palavras as inúmeras repercussões deste acontecimento. Representa e, ao mesmo tempo provoca, a ruptura da anterior situação de isolamento e defesa da Cristandade em relação com o mundo exterior. As consequências políticas, sociais, económicas e culturais são variadas e numerosas. Vão desde o aparecimento de novas concepções geográficas, até às inovações da táctica militar e dos transportes marítimos; desde o reforço da autoridade papal, até à curiosidade pela ciência e pela filosofia árabes; desde a concepção do papado como autoridade simultaneamente espiritual e temporal de toda a Cristandade, até à alteração do conceito de penitência e de santidade; desde o reforço da intolerância religiosa até à revisão dos princípios que fundamentam a autoridade dos príncipes; desde o desenvolvimento da piedade devocional para com a humanidade e os sofrimentos de Jesus Cristo, até à perplexidade perante a venerável antiguidade das igrejas ortodoxas orientais.

Este imenso movimento envolve também os portugueses, entre eles os de Coimbra. Sabemo-lo muito concretamente porque o bispo da cidade, o francês Maurício Burdino, passou quatro anos em Jerusalém, entre 1104 e 1108, sendo então acompanhado pelo presbítero Telo, futuro fundador de Santa Cruz de Coimbra. S. Teotónio, o primeiro prior do mesmo mosteiro, tomou o mesmo caminho por duas vezes, sendo numa delas acompanhado, como diz a sua biografia, por uma «não pequena multidão de peregrinos». A estas viagens sucederam-se outras com o mesmo destino e um carácter não menos exemplar, em virtude da sua relação

com a família régia e a alta nobreza peninsular. Sirvam de exemplos as da infanta Sancha, filha bastarda de Afonso VI; de Elvira, sua meia-irmã, e do seu marido Raimundo IV, conde de Toulouse, pais do conde Afonso Jordão de Toulouse, nascido na Terra Santa e baptizado no rio Jordão; de Rodrigo Gonçalves de Lara, governador de Toledo; dos irmãos Fernão Peres e Bermudo Peres de Trava que parece terem feito a mesma viagem por duas vezes. Seguiram-se muitos outros peregrinos anónimos, alguns deles de Coimbra, além dos que acompanharam S. Teotónio. Um deles deve ter sido o prior Martinho do mosteiro de Leça, depois chamado do Bailio, que em 1112 governava a comunidade de «pobres de Jerusalém» que ali vivia, provavelmente depois da sua entrega aos Hospitalários com consentimento de D. Teresa. Facto notável pela sua precocidade, porque a Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém só foi aprovada pelo papa no ano seguinte. Outros peregrinos que tinham também ido à Terra Santa fundaram em Coimbra uma confraria da invocação do Santo Sepulcro, documentada desde 1117.

Os crúzios não deixaram nunca de invocar Jerusalém como ponto de referência, como se pretendessem assim recordar que fora aí onde se estabelecera, imediatamente depois da Ascensão de Jesus Cristo ao céu, a comunidade da «vida apostólica», que eles escolhiam como modo exemplar de vida religiosa. Assim, se Roma representava a autoridade do primeiro dos Apóstolos, responsável pela orientação da Igreja visível neste mundo, era preciso não esquecer que Jerusalém representava a própria «vida apostólica» directamente fundada por Jesus Cristo, como prefiguração da comunidade dos eleitos na Jerusalém celeste.

Afonso Henriques não tomou a cruz para ir a Jerusalém. Mas pouco depois da batalha de S. Mamede, confirmou a rica doação pela qual, um ano antes, sua mãe oferecera à Ordem do Templo o castelo e o termo de Soure e um domínio em Fonte Arcada. Associaram-se a ela dezoito grandes senhores portugueses e galegos. Na sua confirmação, o príncipe, que acabava de se apoderar do condado portugalense, diz que o faz «por amor de Deus e para remédio de sua alma e da de seus pais e pelo cordial amor que tem para convosco [os templários] e para ter o benefício de ser irmão da vossa fraternidade». Declara-se, pois, como membro associado da ordem e, portanto, como beneficiário das graças espirituais auferidas pelos monges-cavaleiros. Era uma novidade absoluta na Península e na Cristandade. Os templários, fundados em 1120 por Hugo de Payns ainda não tinham sido aprovados pelo papa. Em 1128 e 1129 o fundador e alguns dos seus companheiros estiveram na Península, na Inglaterra e na França para recolherem meios materiais e recrutarem voluntários. Um deles era Raymond Bernard, o que recebeu a doação de D. Teresa. No ano seguinte, a ordem, que, entretanto, tinha suscitado um rasgado elogio de S. Bernardo, no seu célebre texto *De laude novae militiae*, foi aprovada no concílio de Troyes. Os templários ousavam, assim, infringir o princí-



pio da distribuição dos homens em três categorias funcionais distintas, os *oratores*, *belatores* e *laboratores*, e apresentar-se como monges-guerreiros, ou seja, ao mesmo tempo *oratores* e *belatores*, duas funções até então consideradas como incompatíveis uma com a outra. S. Bernardo viu claramente a novidade e acentuou-a bem no seu «louvor». O papa apoiou-a com a sua superior autoridade. D. Teresa, os seus magnatas e Afonso Henriques, com os olhos postos em Jerusalém, fascinados pelo mundo novo que a sua restituição à Cristandade representava, quiseram associar-se à transformação que julgavam anunciar.

Não há nenhuma relação directa destes factos com a fundação de Portugal. Todavia representam com toda a clareza, e mesmo de uma maneira exemplar, o ambiente de inovação, de ousadia e de enquadramento ideológico que rodeou Afonso Henriques desde os seus primeiros actos como detentor de um poder político. A sua fixação em Coimbra em 1131, donde partiu para as suas expedições para sul desde 1135, insere-se simultaneamente na tradição hispânica da recuperação da Hispânia, no combate contra os inimigos da fé e, em última análise, no movimento de defesa da Terra Santa. Representa também a consolidação de um poder independente, na medida em que o alargamento do território portugalense lhe conferia maiores recursos materiais. O seu acto de vassalagem ao papa como *miles Christi* em 1143 (outra novidade no contexto peninsular) mantém a mesma coerência, mas põe o acento na conexão do combate conduzido pelo rei, com o combate anti-islâmico dirigido pelo chefe da Igreja universal. Este combate tem o seu ponto alto na conquista de Lisboa com auxílio de cruzados franceses, flamengos, alemães e anglo-normandos em 1147, segundo parece, com a bênção e a intervenção de S. Bernardo. A colaboração dos Templários na conquista de Santarém e na de Lisboa mantém e reforça aquilo a que poderíamos chamar o «horizonte oriental» de Afonso Henriques e dos seus colaboradores. Um deles é o mestre Gualdim Pais, antigo cavaleiro da sua corte que, com pouco mais de vinte anos, tinha combatido na Palestina, em Ascalon, Antioquia e Sídon, antes de voltar a Portugal, onde dirigiu a construção de uma linha de castelos que serviu de defesa de Santarém e de Lisboa contra as investidas almóadas, aplicando aqui as técnicas de construção militar criadas na Terra Santa.

## DE NOVO O OCIDENTE

Voltemos ao Ocidente. Depois das agitações que marcaram o reinado de D. Urraca, o reino de Leão e Castela recupera a estabilidade. As inovações litúrgicas impostas por Roma acabaram por ser assimiladas, as relações entre o poder temporal e o poder espiritual pacificaram-se, os princípios da reforma gregoriana perderam a sua intransigência e deram lugar a soluções consensuais. Com o apoio



do papa, a autoridade de Afonso VII consolidou-se, tanto sobre os senhores feudais, como na guerra contra os muçulmanos, contra os quais obteve retumbantes vitórias. As visitas regulares dos legados pontifícios e o recurso habitual à cúria romana para dirimir questões de jurisdição e administração eclesiástica mostram a presença definitiva da vigilância romana sobre a vida da Igreja na Ibéria.

Neste contexto, a situação de Afonso Henriques reveste um carácter ambíguo: as confrontações armadas entre ele e o «Imperador» parece terem servido sobretudo para adiar uma solução que o primeiro evitou e o segundo não urgiu. Depois das acções militares na Galiza até pouco antes de 1143 (ou seja, do chamado «tratado de Zamora») as suas relações com o rei de Leão e Castela tornaram-se pacíficas. É possível que não tivessem esse carácter se Afonso Henriques não tivesse procurado fora da Península apoios directos ou indirectos para manter a sua autoridade. Deveu-os sobretudo aos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, e ao conselho e iniciativas de D. João Peculiar, fundador de Santa Cruz, bispo do Porto e depois arcebispo de Braga, que serviram de intermediários.

D. João Peculiar, principal auxiliar do primeiro rei de Portugal, deve ter passado alguns anos da sua juventude em França, onde deve ter contactado com os novos movimentos religiosos que aí se sucederam ao dos cluniacenses: os eremitas, os cistercienses e os cónegos regrantes. Depois de ter apoiado os eremitas do Vale do Vouga, associou-se aos fundadores de Santa Cruz de Coimbra, e veio pouco depois a ser eleito bispo do Porto (1136) e, logo a seguir, arcebispo de Braga (1139). Percebeu imediatamente a vantagem de obter para o seu mosteiro a protecção papal e a isenção da jurisdição episcopal. Ainda como cónego regrante foi pessoalmente a Roma em 1135, na companhia do fundador D. Telo para solicitar esse privilégio, de facto concedido pelo papa por intercessão do cardeal Guido de Vico. Teve então ocasião de assistir ao concílio de Pisa, em que algumas centenas de bispos e altos dignitários eclesiásticos, entre eles o próprio S. Bernardo, manifestaram o seu apoio ao papa, contra o antipapa Anacleto. Julga-se que os dois portugueses tenham nessa altura conversado directa ou indirectamente com S. Bernardo. Isso explicaria o envio de monges cistercienses a Tarouca, talvez em 1138, para acolherem na ordem a comunidade eremítica aí recém-fundada. A ligação de D. João Peculiar aos eremitas do Vale do Vouga torna esta hipótese bastante plausível. De regresso a Portugal, os dois crúzios foram a Pavia venerar as relíquias de Santo Agostinho e estiveram depois em S. Rufo de Avinhão, uma das comunidades de cónegos regrantes mais célebres da época, donde trouxeram para Coimbra uma cópia do costumeiro do prior Letberto. As novas viagens de outros regrantes a S. Rufo nos anos seguintes para aí copiarem livros litúrgicos e patrísticos mostra bem que houve nessa época contactos intensos com os centros de renovação religiosa do sul da França.

D. João Peculiar tornou-se, desde então, provavelmente com a protecção do cardeal Guido de Vico, uma personagem incontornável na política eclesiástica portuguesa. Eleito bispo do Porto no ano seguinte, sucedeu ao arcebispo de Braga Paio Mendes, falecido em 1138. Como arcebispo, foi a Roma receber pessoalmente o pálio das mãos do papa. A sua segunda viagem coincidiu com um novo concílio, desta vez um concílio ecuménico, o II de Latrão, onde o papa Inocêncio II celebrou a sua vitória sobre o anti-papa Anacleto. Estava presente S. Bernardo. Peculiar deve ter tido oportunidade de falar de novo com ele. Como arcebispo de Braga obteve a confirmação dos seus direitos metropolíticos sobre as dioceses da mesma província eclesiástica, evitando assim a sujeição a Compostela. De regresso a Portugal, dirigiu-se a Coimbra na mesma ocasião em que o príncipe D. Afonso regressava da batalha de Ourique, cheio de despojos, e celebrava a sua vitória por meio de um cortejo triunfal. Se é verdade que os seus cavaleiros o aclamaram como rei no campo de batalha, alçando-o sobre o seu escudo como era costume em Navarra, voltaria também a ser aclamado com o mesmo título no cortejo triunfal de Coimbra. Assim, a conjugação fortuita do triunfo do papa, do reconhecimento dos privilégios bracarenses e da vitória armada contra o Islão representa um enquadramento factual que projecta a independência portuguesa num horizonte europeu.

A partir de então João Peculiar aparece em todos os contactos de Portugal com o exterior. Em 1143, acompanha o cardeal legado Guido de Vico na sua viagem a Coimbra e Zamora e assiste, decerto, às conversações de Afonso Henriques com Afonso VII que encerraram os conflitos entre ambos. Foi ele, sem dúvida, que inspirou ao nosso primeiro rei a ideia de se tornar *miles Sancti Petri* ou seja vassalo da Santa Sé, mediante o pagamento de um censo em ouro, o que confirmava a relação do poder político português com o chefe da Cristandade. A carta pela qual Afonso presta homenagem ao papa foi levada pessoalmente a Roma por D. João Peculiar em 1144. Embora não tenhamos informações directas acerca da sua intervenção como negociador do casamento do rei, é muito provável que nessa viagem tenha contactado com o conde de Sabóia, Amadeu III de Maurienne, para lhe pedir a mão de sua filha Mafalda (ou Matilde). Amadeu era sobrinho de Raimundo de Borgonha e do papa Calixto II e irmão da rainha Adelaide casada com o rei Luís VI de França; era, portanto, tio materno do rei Luís VII. S. Rufo de Avinhão situava-se junto à fronteira do condado de Sabóia. Verifica-se, portanto, que Afonso Henriques não tinha esquecido o seu parentesco com a casa de Borgonha e que soube tirar partido das alianças estabelecidas com outras casas senhoriais e até com a casa real de França, por intermédio mulheres da mesma linhagem, assim como dos laços religiosos que associavam Santa Cruz de Coimbra com S. Rufo de Avinhão.

Tendo o rei casado com D. Mafalda em 1146, na mesma ocasião em que S. Bernardo começou a pregar a cruzada por instigação do papa Eugénio III e obteve

a promessa de Amadeu da Sabóia e de Luís VII de França tomarem a cruz como cruzados, pode-se, decerto, estabelecer uma relação entre estes factos e a conquista de Lisboa em 1147 pelos cruzados que constituíam a expedição marítima que então se dirigiu à Terra Santa. Este facto de que já falei, devido ao seu enquadramento no contexto oriental, projecta-se, pois, também, no horizonte ocidental. Os vestígios que deixou em muitas fontes escritas da época confirmam-no plenamente: além do célebre relato do cruzado R a Osberno, decerto um premonstratense do mosteiro de Butley, no Suffolk, podem-se citar também as cartas de outros membros da expedição ao arcebispo de Colónia, ao bispo de Terouenne e ao abade de São Disibaldo. O estabelecimento de alguns dos cruzados flamengos, franceses e alemães em Portugal, nas terras recém-conquistadas, a nomeação de um anglo-normando, Gilberto de Hastings, como primeiro bispo de Lisboa, e o novo recurso do rei à colaboração armada de outras expedições de cruzados que seguiam a mesma rota marítima, como a comandada por Teodorico da Alsácia, que atacou Alcácer do Sal em 1157, contribuíram também para inserir a história da independência portuguesa no contexto europeu.

Entretanto, as rivalidades internas do mundo eclesiástico e da política peninsular começavam a sobrepor-se aos contactos de horizontes mais largos. Peculiar tinha de se justificar em Roma, em 1148, acusado pelo arcebispo de Toledo, como primaz das Espanhas, por ter sagrado dois novos bispos, o de Lisboa e o de Lamego, cujas sés deviam ser sufragâneas de Compostela. O arcebispo de Toledo exigia-lhe o juramento de homenagem como primaz, e o papa, nessa altura já interessado num projecto de cruzada peninsular, ameaçou-o de suspensão. Peculiar tentou esquivar-se mas acabou por ceder, e prestou o seu juramento em Toledo, em 1150, num sínodo onde se tentou, em vão, concretizar o projecto. Depois ainda voltou a Roma por duas vezes, em 1151 e em 1153, decerto para esclarecer a sua posição ou para recuperar a sua autoridade sobre todos os bispos do reino, sem grandes resultados. As dificuldades de entendimento e a morte do imperador Afonso VII em 1157 comprometeram-no definitivamente. Criou-se um clima em que as rivalidades entre os reinos peninsulares e entre os membros do episcopado se sobrepunham às relações com o resto da Cristandade e com o Oriente. A tentativa de Luís VII de participar numa nova cruzada, por instigação do bispo Gilberto de Lisboa, que chegou a tentar recrutar voluntários em Inglaterra, e as duas visitas do cardeal legado Jacinto à Península em 1154 e 1155, não convenceram o rei de Portugal nem o arcebispo de Braga a aderir ao projecto. D. João Peculiar ainda voltou a Roma em 1157 e em 1163, mas provavelmente para defender as suas prerrogativas e não, decerto, para assegurar contactos de natureza cultural ou religiosa.

A morte de Afonso VII e a divisão dos reinos de Leão e de Castela alterou a política peninsular. A partir de então acentuaram-se os conflitos entre os cinco

reinos que passaram a existir na Península. As questões de política hispânica sobrepujaram-se a contactos de outro tipo. Em Portugal, os acontecimentos relevantes que caracterizam a sua relação com o exterior limitam-se ao horizonte peninsular. Assim acontece com o projecto de casamento da infanta Mafalda com Afonso II de Aragão, em 1160, mas anulado antes de consumado, dois anos depois; o casamento da infanta Urraca com o rei Fernando II de Leão, também anulado em 1175; e o casamento do príncipe herdeiro Sancho com D. Dulce de Aragão em 1174. Estes acordos consolidavam a posição de Afonso Henriques como rei de pleno direito, pois exprimiam o seu reconhecimento pelos restantes reis da Península, mas não o relacionavam com outras regiões, como tinha acontecido com o seu próprio casamento. Só o da infanta Teresa com o duque Filipe da Alsácia em 1184 representa a relação de Portugal com o resto da Europa. O reconhecimento do título régio de Afonso Henriques em 1179, pela célebre bula *Manifestis probatum*, representa a final aceitação pela Santa Sé de um facto consumado.

Assim, a partir de 1157, aproximadamente, a história portuguesa reduz-se ao seu enquadramento ibérico. Os contactos além-Pirinéus reduzem-se quase só às viagens a Roma por razões de política eclesiástica; revestem, porém, um carácter diferente, do qual ainda não falámos, quando representam uma nova fase da importação de correntes de vida religiosa que trazem consigo importantes novidades culturais. Assim acontece em virtude da fundação de mosteiros cistercienses e premonstratenses. Os cistercienses, talvez tivessem chegado a Portugal, como já vimos, enviados, talvez, entre 1138 e 1140, pelo próprio S. Bernardo; de Tarouca ou directamente de Claraval, vieram os primeiros monges de Alcobaça, em 1152, antes de comunicarem as suas constituições a vários mosteiros de origem eremítica no vale do Douro, e noutras regiões do Norte de Portugal. Os premonstratenses tiveram uma comunidade efémera em Lisboa, em 1147, mas cederam o lugar aos cónegos regrantes vindos de Santa Cruz de Coimbra. Não se sabe bem se D. Roberto, abade da Ermida do Paiva, perto de Castelo de Paiva, era efectivamente da mesma ordem, que só está expressamente documentada no mesmo lugar já no século XIII; mas o seu nome – Roberto – indica, sem dúvida alguma, a sua origem não hispânica. É conhecida a importância dos cistercienses na cultura portuguesa; mas há ainda muito por descobrir. Além de trazerem para Portugal a arquitectura peculiar da sua ordem, encomendaram manuscritos bíblicos e litúrgicos que atestam a sua actividade como copistas ou iluministas. Os seus códices viajaram até ao mosteiro feminino das Huelgas, em Burgos, e testemunham contactos culturais de grande importância, como mostrará a Prof. Adelaide Miranda, que tem feito, a este respeito, descobertas sensacionais.

Mencionemos, finalmente, os contactos culturais testemunhados por meio de narrativas e notícias referentes a Portugal, transmitidas por autores estrangeiros

da segunda metade do século XII e do princípio do século XIII. Uma delas, por sinal bem negra, é a que figura na colectânea de estórias de Walter Map intitulada, *De nugis curialium*, onde o rei aparece como um soberano caprichoso e brutal, até se tornar o assassino da própria rainha sem respeitar a sua gravidez. Numa outra obra, a *Crónica de Mestre Rogério de Hoveden*, cronista inglês do fim do século XII, descreve-se o conflito entre o rei e o cardeal Jacinto, num relato que se pode comparar com o transmitido pela *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*. Alguns dos combates com os almóadas na costa portuguesa e em torno de Santarém foram mencionados por outro cronista inglês, Radulfo de Diceto e por Mateus de Paris A trasladação das relíquias de S. Vicente é referida por um texto redigido no mosteiro de Saint-Ghislain, no Hainaut, no princípio do século XIII. Este último testemunho foi descoberto recentemente. É provável que venham a aparecer outros. Não há dúvida que as referências dos cronistas ingleses transmitem informações pouco correctas, recebidas, sem dúvida, por via indirecta; de qualquer maneira documentam o prolongamento de relações pessoais e a circulação de pessoas entre Portugal e a Inglaterra ainda no fim do século XII.

Podem-se aproximar de relatos mais tardios que documentam o papel de Lisboa e de outros portos marítimos portugueses como lugares de escala na rota atlântica que desde 1147 ligava o Mar do Norte ao Mediterrâneo. O relato da conquista de Silves em 1189 por um cruzado alemão ou flamengo, e da conquista de Alcácer do Sal por outro cruzado de origem desconhecida, Gosuino, documentam relações mais directas.

Trata-se, no entanto, de testemunhos dispersos que em parte confirmam a carácter periférico da história portuguesa, e em parte a desmentem. Desde o fim do século XII podem-se associar a informações que atestam a importação de uma cultura jurídica importada graças ao regresso a Portugal de clérigos que foram estudar em Bolonha ou noutras das incipientes universidades francesas ou italianas. No século XIII, porém, as condições históricas alteram-se substancialmente.

Como se vê, não faltaram a Portugal, no seu início, os contactos internacionais. Criaram, sem dúvida, um ambiente propício a alterações culturais, sociais e políticas, e a decisões ousadas ou inovadoras. A intensidade dessas relações, porém, foi-se reduzindo a pouco e pouco, entre 1140 e 1157, passando a ser dominada por arranjos interiores, na concorrência de poderes políticos e de poderes eclesiásticos de âmbito hispânico. Os contactos que se seguiram tornaram-se irregulares excepto, provavelmente, no âmbito da actividade jurídica e legislativa necessária para consolidar o poder régio e a administração diocesana. São, talvez, mais numerosos e variados do que se pensa, mas insuficientes para romper a condição periférica imposta pela geografia.



# A IGREJA NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES. ALGUNS ASPETOS

JOSÉ MARQUES\*

## 1. INTRODUÇÃO

A natureza e a dimensão do tema que nos foi distribuído, bem como as que outros intervenientes neste simpósio, direta ou indiretamente, poderão ter oportunidade de se referir, dispensam-nos de acentuar a sua importância, não só no que a Igreja é em si mesma, mas também e, em particular, no quadro temporal definido para esta reunião científica.

Nos termos em que nos foi proposto – embora com a liberdade de podermos apresentar outra formulação –, dada a amplitude que lhe é inerente, mesmo esgotando o tempo disponível, que as nossas atuais limitações físicas, certamente, não permitirão utilizar na totalidade, não seria possível tratar o referido tema convenientemente. Propusemos, por isso, restringir esta exposição apenas a alguns aspetos, que, apesar de geralmente conhecidos, permitam elaborar algumas sínteses e integrá-las numa visão de conjunto sobre a realidade eclesial no tempo do nosso primeiro Rei e vislumbrar como e até que ponto o monarca nela se integrou.

Temos consciência de que, apesar dos progressos da investigação realizada nos domínios da história eclesiástica medieval – que nos apraz registar –, não falta espaço para novos projetos, destinados a colmatar áreas ainda a descoberto e à articulação entre os estudos feitos, os resultados obtidos e publicados, sobre dioceses, cabidos, colegiadas, aspetos da vida quotidiana do clero, Ordens Religiosas e Ordens Religiosas e Militares, liturgia, espiritualidade, mentalidade religiosa, etc.

Se isto basta para assinalar a amplitude e dificuldade do tema que nos foi proposto, mesmo restringido ao tempo do nosso primeiro Rei, convém salientar a

---

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ap.).

oportunidade que proporciona aos mais novos de observarem a multiplicidade e vastidão dos setores em que são convidados a movimentarem-se, perspectiva que não poderá estar ausente desta importante realização científica e cultural.

Falar da Igreja *no tempo de D. Afonso Henriques*, nas circunstâncias enunciadas, obriga a esclarecer, desde já, que não é possível restringir a visão sobre a Igreja *no seu tempo*, apenas ao segmento cronológico balizado pelos anos dos seus nascimento e morte, impondo-se ter presente o *tempo histórico* em que a sua vida se integrou, necessariamente mais longo, quer na fase que precedeu o seu nascimento, quer prolongando-se para além da morte do Rei *Conquistador*, como algumas observações demonstrarão.

Falar da Igreja, no tempo de D. Afonso Henriques, leva-nos, naturalmente, a pensar na realidade eclesial no espaço por ele dominado e governado, coincidente com o Portugal nascente, consolidado pelo tratado de Zamora, de 1143, e pela *Manifestis probatum*, de 23 de maio de 1179, espaço que não se pode considerar suficiente e definitivamente delimitado, pois continuaria a estender-se para sul, ao ritmo do avanço da Reconquista portuguesa, até à posse definitiva do Algarve, na campanha de 1249-1250, circunstância que nos põe em contacto com uma realidade dinâmica.

Chegados a este ponto, impõe-se clarificar o conceito de Igreja, que deveremos ter sempre presente, mesmo quando, expressamente, prestamos atenção a aspetos sociológicos, históricos, culturais ou quaisquer outros.

Pretendemos ocupar-nos da Igreja, no tempo de D. Afonso Henriques, mas deveremos começar por interrogar-nos:

– *Que Igreja?*

A pergunta, além de oportuna, dada a formulação do tema que nos foi distribuído, é necessária para termos consciência da perspectiva e do sentido em que utilizamos o termo e o conceito que lhe está subjacente.

A resposta – embora em jeito de breve parêntesis –, deverá constituir uma aproximação ao conceito de Igreja, geralmente, ausente entre os historiadores portugueses, quaisquer que sejam os motivos subjacentes, se é que, individualmente, algum há, em concreto. Mesmo assim, valerá a pena evocar parte das palavras com que François Lebrun defendeu, numa obra coletiva, a necessidade do conhecimento do Cristianismo, que, não obstante os acentuados avanços da secularização, «continua a ser uma das bases da civilização europeia». E acrescentou: – «É por isso que, independentemente das opções pessoais de cada um, ignorar a história e o conteúdo do cristianismo é o mesmo que condenarmo-nos a não compreender nada da maior parte das grandes obras de arte e das literaturas europeias»<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> LEBRUN, 1990: 5.



Após a análise a que vamos proceder sobre a natureza e distinção que se impõe ter presente, quando utilizamos o termo Igreja, facilmente se lhe poderão ajustar as citadas palavras de François Lebrun.

Ao falarmos da Igreja e da sua história, impõe-se estabelecer uma distinção clara entre o que é a Igreja numa perspetiva teológica, como *comunidade dos filhos de Deus*, constituindo o *Corpo Místico – espiritual –*, de que Cristo glorioso é a cabeça, conduzida pelo Papa, vigário de Cristo, detentor do tríplice poder de *profeta, sacerdote e rei*, isto é, incumbido de a *instruir* pela Palavra de Deus, *santificar*, essencialmente, pelos Sacramentos, e *reger* ou governar, auxiliado pelos outros pastores em comunhão com ele, e a sua *face visível*, patente na multiplicidade dos elementos integrantes da cadeia hierárquica, de que o Romano Pontífice é expressão viva e garante, nas diversas formas associativas dos seus membros<sup>2</sup>.

Quer isto dizer que não restringimos o termo à Igreja local, diocesana, mas temos presente a sua dimensão espiritual universal, o que dá nova projeção ao tema enunciado. É nesta perspetiva que, a par da realidade histórica, se impõe recordar e ter presente que a Igreja, na definição do Concílio Vaticano II, é o *redil, rebanho, campo* ou *agricultura*, de que Jesus Cristo é o pastor e o próprio Deus o agricultor<sup>3</sup>.

Mas *esta instituição*, com todos os atributos de que o seu divino fundador a dotou, «é constituída por homens, marcados por limitações e fraquezas, que, não raro, se repercutem, de forma estranha, no rosto visível da Igreja, traduzido de forma mais visível pelas estruturas criadas pelas necessidades de governo, como a História em muitos casos registou, bem como as soluções encontradas para resolver tais disformidades».

Sem perdermos de vista a sua natureza espiritual, é precisamente esta dimensão humana da Igreja *no tempo de D. Afonso Henriques*, encarnada nas circunstâncias históricas, que procuraremos recordar e apresentar, em alguns dos aspetos históricos, ocorridos dentro do espaço contornado por uma fronteira geográfica, política

---

<sup>2</sup> *Lumen gentium* ou *Constituição dogmática* “A Igreja”: capítulos: I – O mistério da Igreja; II – A constituição hierárquica da Igreja e em especial o Episcopado. In *Concílio Ecuménico Vaticano II. Constituições, decretos, declarações*, (Edição bilingue: latim-português), Braga, Secretariado do Apostolado da Oração, 1966, p. 73-77.

<sup>3</sup> *Lumen gentium*, cap. I, n.º 6: – «[...] a Igreja é o redil, cuja porta e necessário pastor é Cristo. É também o rebanho do qual o próprio Deus predisse que seria o pastor, e cujas ovelhas, ainda que governadas por pastores humanos, são contudo guiadas e alimentadas sem cessar pelo próprio Cristo, bom pastor e príncipe dos pastores, o qual deu a vida pelas suas ovelhas. A Igreja é a agricultura ou o campo de Deus. Nesse campo cresce a oliveira antiga de que os patriarcas foram a raiz santa e na qual se realizará a reconciliação de judeus e gentios. Ela foi plantada pelo celeste agricultor como uma vinha eleita. A verdadeira videira é Cristo que dá a vida e fecundidade aos sarmentos, isto é, a nós que pela Igreja permanecemos n’Ele, sem o qual nada podemos fazer».

e social em permanente evolução, que, apesar disso, permanecia unida à Igreja Universal, como ela repartida por espaços já delimitados ou que viriam a sê-lo.

Quer isto dizer que a Igreja, nos primórdios da nossa nacionalidade, incluindo os tempos do Condado Portucalense, gerido pelos progenitores do nosso primeiro Rei, não estava desligada dos grandes problemas da Igreja, vividos a nível europeu que então, de certo modo, poderíamos dizer universal, nem ficou alheia à repercussão, em contexto português, de teorias e práticas externas que já se faziam sentir entre nós na parte final do reinado do Conquistador e se acentuavam posteriormente.

Enunciados os pressupostos que teremos presentes ao longo desta exposição, dada a vastidão subjacente ao título em epígrafe, selecionámos os seguintes capítulos, a que prestaremos atenção, procurando essencialmente deixar passar visões de conjunto, tanto mais que seria inviável determo-nos em aspetos de pormenor:

- Implantação e consolidação das principais estruturas eclesiais;
- Inter-relacionamento: Igreja – D. Afonso Henriques;
- Manifestações de mudanças sociais.

Na medida do possível, procuraremos estender o nosso olhar à escala do reino, em vias de expansão. Contudo, atendendo à desigual cobertura de estudos realizados para este período, a visão de conjunto que pretendemos apresentar refletirá tais ausências, que eventuais contributos dos presentes e de outros, no futuro, poderão atenuar.

## **2. IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS PRINCIPAIS ESTRUTURAS ECLESIAIS**

Este capítulo é, sem dúvida, o mais extenso e o mais conhecido nas suas diversas alíneas, sendo também o que melhor e mais facilmente nos dá a dimensão e a profundidade das mudanças verificadas, na face visível da Igreja no Portugal nascente, integrando nesta designação, inclusive, tempos anteriores à instituição do Condado Portucalense, sendo oportuno adiantar desde já que, em certos aspetos, a mudança não corresponde à alteração de realidades pré-existentes, mas traduz-se simplesmente no início de novas instituições, extintas havia séculos e que agora se restauravam.

### **2.1. Restauração das dioceses**

Pensamos, logicamente, no moroso ciclo da restauração das antigas dioceses do período suevo-visigótico que, se na maior parte decorreu entre 1071 e 1202, só viria a concluir-se com a Reconquista do Algarve, em 1249-1250.

Com a restauração das dioceses, indispensável no plano da organização eclesiástica, constituíam-se autênticos polos aglutinadores das populações, beneficiárias da ação administrativa e pastoral desenvolvida pelos prelados das dioceses em que ficavam integradas. Ao mesmo tempo, a restauração contribuía para a coesão e identidade do povo que, lentamente, ia assimilando a consciência da sua *alteridade* em relação ao reino de Leão e, à medida que se avançava para sul, também face ao poderio muçulmano.

Apesar destas e de outras virtualidades decorrentes das mencionadas restaurações, convirá tomar consciência da relativa lentidão com que este processo se foi concretizando: Braga – 1071, Coimbra<sup>4</sup> – 1080, Porto – 1112, *Lamego*<sup>5</sup> e *Viseu*, teoricamente, restauradas por ocasião da de Braga, mas que só em 1147 assumem autonomia administrativa, sensivelmente, quando surge a de Lisboa, após a reconquista da cidade nesse mesmo ano. Entretanto, não se pense que esta situação de Viseu foi sempre pacífica: segundo consta do *Livro Preto*, em 1119 ou 1120, os clérigos de Viseu, que tinham procedido à eleição de D. Odoário para bispo desta diocese sem consentimento do bispo de Coimbra, perante D. Teresa, renunciaram à eleição feita, pelo que o eleito não chegou a receber a ordenação episcopal. Assim, os irrequietos clérigos viseenses juraram obediência ao prelado conimbricense, que continuou a administrar a diocese de Viseu<sup>6</sup>. A situação, aparentemente sanada, voltou a ser agitada poucos anos depois, dando origem à bula *Aequitatis et justitiae*, de Honório II, datada de Latrão em 1 de fevereiro de 1125, pela qual confirma a D. Gonçalo de Coimbra a administração de Lamego e Viseu<sup>7</sup>, confirmação reiterada por Inocêncio II pela bula *Officii nostri*, datada de Pisa em 20 de maio de 1135<sup>8</sup>.

Não é tempo de nos determos nas vicissitudes que acompanham as diversas iniciativas até aqui recordadas, mas parece oportuno registar que o atraso da restauração de Lisboa decorre da dificuldade do avanço definitivo das armas cristãs até à linha do Tejo, finalmente consumado com a ajuda dos participantes na 2.<sup>a</sup> Cruzada do Oriente. Recorde-se, entretanto, que entre a conquista de Coimbra por

---

<sup>4</sup> Sobre Coimbra, Lamego e Viseu, já em terra reconquistada, enquanto Lisboa só viria a ser restaurada em 1147, veja-se MARQUES, [1996]: 49-84.

<sup>5</sup> Lamego, embora restaurada em 1071, teve uma autonomia efémera, pois, à morte do seu primeiro bispo, D. Pedro, ficou com Viseu na dependência de Coimbra, sendo administradas por delegados dos prelados conimbricenses. Lamego voltou a ter bispo próprio a partir de 1147, tendo sido designado para tais funções, D. Mendo (1147-1173), um dos fundadores de Santa Cruz de Coimbra (SARAIVA, 2003: 25).

<sup>6</sup> *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica e texto integral. Dir. e Coord. Manuel Augusto Rodrigues; Diretor científico Cónego Avelino de Jesus da Costa. Coimbra, Arquivo da Universidade, 1999, n.º 451, p. 613 (Doravante, indicaremos esta obra apenas por *L.P.*).

<sup>7</sup> *L. P.*, n.º 593, p. 797.

<sup>8</sup> *L. P.*, n.º 594, p. 800.

Fernando Magno, em 1064, e a de Lisboa, por D. Afonso Henriques, decorreram oitenta e três anos.

É certo que a restauração da diocese de Évora teve lugar em 1166, na sequência da conquista da cidade em 1165, documentando-se D. Soeiro, como seu primeiro bispo<sup>9</sup>. Contudo, logo passou a ficar isolada, em contexto árabe, até à reconquista definitiva desta zona alentejana, apenas no século seguinte.

Por sua vez, embora há muito livre da pressão árabe, a diocese da Guarda surge após a outorga do foral por D. Sancho I a esta povoação, em 1202, para aí se transferindo a antiga dignidade diocesana de Idanha-a-Velha.

Por fim, a diocese de Silves foi restaurada quase meio século depois, sendo transferida, mais tarde, para Faro – a primitiva Ossónoba.

Se a restauração das antigas dioceses se foi concretizando à medida que as circunstâncias o permitiam, temos de reconhecer que, embora constituindo o primeiro e indispensável passo e mesmo dispondo do prelado titular, se estava ainda muito longe da organização administrativa das mesmas, apesar de prontamente iniciada e que bem gostaríamos de conhecer para cada uma delas.

É certo que para Braga, cerca de 18 anos após a sua restauração, passámos a dispor da divisão administrativa, da zona ocidental, confinada entre os rios Lima e Ave, incluindo o registo da prestação anual a pagar pelas igrejas – entenda-se paróquias, identificadas pelos respetivos oragos –, e mosteiros à igreja-mãe da diocese (dedicada em 28 de agosto de 1089, pelo arcebispo e legado pontifício, primaz das Espanhas) desconhecendo-se a divisão administrativa e os censos da restante diocese. É o grande mérito do famoso *consual* do Bispo D. Pedro<sup>10</sup>. Neste domínio, o caso de Braga, certamente motivado pela necessidade de justificar um rendimento anual para a Sé, constitui exceção, sendo necessário esperar pelas inquirições de 1220 para se dispor de informações para outras dioceses e, parcialmente, também para a de Braga.

A restauração e divisão administrativa das dioceses constituíram uma inovação, à escala regional – muito diferente da antiga rede paroquial sueva ou, se quisermos, suevo-visigótica –, mas eram também uma necessidade no quadro do governo das mesmas e da assistência e cura pastoral devida aos fiéis. Neste contexto, eram imprescindíveis as igrejas e outros lugares do culto, muitos deles construídos ao longo do século XII, segundo os cânones artísticos românicos que se iam afirmando.

Não se pense que este quadro administrativo diocesano se implantou serenamente e de forma pacífica, pois são bem conhecidas as questões judiciais por

<sup>9</sup> VILAR, 1999: 21.

<sup>10</sup> Além do estudo a que foi submetido por COSTA, 1997, vol. II: 308, veja-se a sua publicação integral no vol. II.

causa da definição de limites interdiocesanos, em que não faltaram os recursos para a Cúria Romana, nem as respostas dadas por bulas e outras letras apostólicas. A propósito, bastará pensar nos diferendos da diocese de Braga, a norte e a leste, com as dioceses de Orense, Astorga e Zamora<sup>11</sup>, todas do reino de Leão, e, internamente, com a diocese do Porto, essencialmente, por causa dos limites entre o Ave e o Tâmega<sup>12</sup>, sem esquecermos a longa disputa que esta alimentou com a de Coimbra sobre o território compreendido entre os rios Douro e Antuã<sup>13</sup>. Nestes diferendos, não era apenas a mera delimitação dos contornos diocesanos que estava em causa, mas também aspetos jurisdicionais e económicos, bastando evocar o problema das prestações paroquiais às respetivas dioceses e o pagamento anual dos votos de Santiago, de que Braga não abria mão e que passaram a ser uma das fontes de ingressos diocesanos, etc.

Neste longo e complexo processo de restauração das dioceses portuguesas e do respetivo enquadramento nas respetivas províncias eclesiásticas, para além de muitos outros episódios protagonizados pelas Sés de Santiago de Compostela e de Toledo, vale a pena salientar a oposição de Bernardo de Toledo ao reconhecimento da metrópole de Braga e respetivos direitos, de tão nefastas consequências, pois aí entroncam as atitudes reivindicativas que levariam à deposição do primeiro bispo, D. Pedro, e à longa vacância (quase nove anos) da Sé de Braga, com os nocivos efeitos daí advenientes, tema a que prometemos voltar.

No cerne do tempo afonsino, no sentido inicialmente definido, assistiu-se, como acabamos de verificar, a uma grande mudança e inovação, onde não faltou a presença da vaga memória de uma realidade longínqua, que voltaremos a encontrar a propósito de outras situações.

## 2.2. Influências externas

Além destas inovações e mudanças, que se foram operando dentro das novas fronteiras portuguesas, nelas incluindo as do Condado Portucalense, aqui se repercutiram também outras, iniciadas pelo Papa Gregório VII, que desde 1049, ainda como monge Hildebrando, vinha pugnando por uma reforma profunda no seio da Igreja então marcada pelas vicissitudes do conhecido *século de ferro*. Eleito Papa, em 22 de abril de 1073, procurou impulsioná-la, passando o célebre *Dicatus Papae*, com que proclamou a independência da Igreja, e nomeadamente do

---

<sup>11</sup> COSTA, 1997-2000, vol. 1: 29-37.

<sup>12</sup> SANTOS, 1973.

<sup>13</sup> SANTOS, 1973: 21-46 e MORUJÃO, 2010: 55-74.

Romano Pontífice, em relação ao Imperador, doutrina que passou a constituir um dos seus pilares mais expressivos<sup>14</sup>.

São conhecidas as violências e os episódios ocorridos durante a vigência da *questão das investiduras*, que, oficialmente, só viria a terminar pela Concordata de Worms, celebrada em 1121 entre o Papa Calisto II e o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Henrique V.

E não se pense que foi apenas uma questão longínqua, entre os imperadores germânicos e Gregório VII e seus sucessores, pois os efeitos fizeram-se sentir em Braga, precisamente na sequência das relações do arcebispo D. Maurício Burdino com Henrique V: primeiro, quando, em março de 1117, num gesto de clara oposição a Pascoal II, o ainda arcebispo de Braga procedeu à sagração do Imperador, na igreja romana de S. Pedro, e, depois, ao aceitar a promoção a antipapa, com o nome de Gregório VIII, funções em que esteve investido de 8 de março de 1118 até 1121. Estas atitudes determinaram a sua deposição, com graves repercussões na sua antiga arquidiocese, e facilitaram o acesso de D. Paio Mendes ao sólio primacial de Braga, cuja intervenção no processo de autonomia portuguesa é bem conhecida.

Atento ao que se passava em Braga, Diogo Gelmires, empenhado como andava na dignificação da Sé de Compostela que pretendia afirmar como Sé apostólica, aproveitou a deposição de Maurício Burdino para negociar a transferência, aliás frustrada, da dignidade metropolitana de Braga para Compostela, processo cuja evolução acabou por transformar as dioceses de Lisboa, Évora e outras, teoricamente, em sufragâneas de Santiago. Esta situação só viria a terminar, pela bula *In eminentissimae dignitatis*, de Bonifácio IX, de 10 de novembro de 1393, no contexto da guerra da Independência, com a estratégica e “política” elevação de Lisboa a arcebispado, ficando com Évora, Guarda e Lamego, até então na órbita de Compostela, e Silves, na de Sevilha, como sufragâneas<sup>15</sup>.

Os acontecimentos em que Maurício Burdino se envolveu são os mais graves e expressivos na vida da Igreja, neste período, mas importa ter presentes as tensões episcopais, inclusive contra o arcebispo D. Maurício Burdino, decorrentes de questões interdiocesanas, a que não eram estranhas influências vindas de fora. Tais são os casos do bispo do Porto, D. Hugo, antigo cónego de Santiago de Compostela e

<sup>14</sup> Entre os princípios fundamentais aí proclamados, salientamos os seguintes: 1 – A Igreja romana foi fundada pelo único Senhor; 2 – Só o romano pontífice pode ser chamado universal; 3 – Só ele pode depor e absolver os bispos; 4 – O seu legado, num concílio, preside a todos os bispos, mesmo que ele seja de categoria inferior, e só ele pode proferir uma sentença de deposição; 9 – O papa é o único homem a quem todos os príncipes beijam os pés; 12 – O papa pode depor os imperadores; 16 – Nenhum concílio pode ser considerado universal sem a sua autorização; 18 – Uma sentença do papa só pode ser revista por ele; 27 – O papa pode dispensar os súbditos do juramento de fidelidade feito aos injustos (FLICHE & MARTIN, *dir.*, 1950: 29). Publicado também por MARQUES, 1990a: 15-16.

<sup>15</sup> ALMEIDA, 1967: 283-284.

partidário de Gelmires, e do bispo D. Gonçalo de Coimbra, pró-toledano. É conhecida a oposição deste à integração da sua diocese na metrópole de Braga, apoiado na recordação de que aquela, porque da antiga Lusitânia, devia estar integrada em Toledo, na falta da antiga metrópole de Mérida. Não nos podemos esquecer, igualmente, dos diferendos por causa dos limites entre as duas dioceses do Porto e de Coimbra, por causa da “Terra de Santa Maria”<sup>16</sup>, tendo, inclusive, recebido a administração de Lamego.

O projeto da *reforma gregoriana* da Igreja promovida por Gregório VII encontrou forte apoio na Ordem beneditina, que no último terço do século XI chegou à Galiza e penetrou no território que viria a constituir o Condado Portucalense, tendo-se implantado, sobretudo, nas regiões a norte do Douro. Além de outras virtualidades inerentes à sua espiritualidade e trabalho social, no contexto da mencionada *reforma gregoriana* (de que a difusão do *rito romano* e substituição do rito hispânico, incluindo a variante, moçárabe, passaram a ser um ponto de referência), é de salientar o seu forte apoio ao *centralismo pontifício* – que viria a culminar na *teocracia*.

Conforme está largamente documentado, a adesão à observância beneditina cluniacense foi-se traduzindo na progressiva extinção das numerosas comunidades monásticas autóctones ou de tradição visigótico-frutuosiana, operando-se, assim, neste setor, uma profunda mudança, que se foi arrastando, em diversos pontos, até à segunda metade do século XII, em pleno reinado de D. Afonso Henriques.

No cenário a que nos estamos a referir e em plena vacância da Sé de Braga, motivada pela deposição do seu primeiro bispo, após a restauração, D. Pedro, em 1096, foi instituído o Condado Portucalense, confiado ao Conde D. Henrique, oriundo da Borgonha. A partir de 1099, e até 1108, D. Geraldo, antigo beneditino cluniacense, foi arcebispo de Braga. Mais do que o entusiasmo crescente da população mais abastada e da “nobreza rural” (para não dizer condal), que a documentação permite registar no crescente número de doações à Sé de Braga quase desaparecidas durante o longo período de vacância, e do que foi a sua ação pastoral, neste momento desejamos salientar a opção radical deste prelado pelo *rito romano*. Combatendo energicamente o rito hispânico que aqui encontrou, consultou o Romano Pontífice sobre a validade das ordenações conferidas segundo o *rito hispânico*, tendo o veredicto sido a favor da questionada validade, desde que conferidas e recebidas nas condições requeridas<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> MORUJÃO, 2010: 56 ss.

<sup>17</sup> *Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ*. Edição crítica pelo P.º Avelino de Jesus da Costa, Braga, Junta Distrital de Braga, tomo I, 1965, p. 11 (Doravante, indicaremos esta obra apenas por *L. F.*).



Ao quadro das mudanças que se iam operando no plano eclesial acrescia, entretanto, também a novidade política da constituição do Condado Portucalense, cuja evolução Afonso VI, os membros da Cúria Régia e os próprios familiares estavam longe de imaginar.

Encerrado este parêntesis e continuando atentos às mudanças triunfantes no foro monástico e litúrgico, é necessário salientar a aceleração cultural que elas implicaram, quer nas indispensáveis cópias de livros litúrgicos, quer na evolução da escrita visigótica – sobretudo da visigótica redonda – para a letra francesa ou *carolina*, apesar do apego de alguns escribas às práticas visigóticas se arrastarem durante a primeira metade do século XII, como tivemos oportunidade de documentar para a Colegiada de Guimarães e o Mosteiro de S. Simão da Junqueira<sup>18</sup>. Se, no plano da reforma litúrgica, as atenções se fixam obviamente no conhecido *Missal de Mateus*, reportado ao *scriptorium* francês de Moissac entre 1130 e 1150<sup>19</sup>, sabemos que o mesmo missal, numa versão mais completa, foi copiado entre nós por alguém que ainda não se tinha libertado completamente dos hábitos caligráficos visigóticos<sup>20</sup>.

Uma reforma ou mudança cultural desta natureza e naquelas circunstâncias não seria fácil de aplicar nem de forma tão rápida como os paladinos da implantação do *rito romano* e erradicação do *hispânico* e *moçárabe* desejavam. A propósito não deveremos perder de vista os acontecimentos de Coimbra, subsequentes à morte do seu primeiro bispo, Paterno (1080-1087), moçárabe procedente de Tortosa, marcados pela eleição frustrada de Martinho Simões (que não chegou a ser sagrado) e pela resistência à entrada do bispo Crescónio (1092-1099), antigo abade de S. Bartolomeu de Tui, plenamente romanizado, que só em maio de 1092 foi sagrado por Bernardo de Toledo segundo o ritual romano, tendo-lhe sucedido outro cluniacense (1099-1108), nesta segunda data transferido para Braga.

Superadas estas dificuldades na diocese de Coimbra, restaurada em 1080 – sensivelmente, nove anos depois de Braga –, não se pense que os problemas da escrita dos livros litúrgicos foi absolutamente superado e erradicado, pois, em inventários paroquiais bracarenses do século XV, ainda encontramos referências a livros escritos em letras *francesa* e em letra *galega*, isto é, *carolina* e *visigótica*<sup>21</sup>.

Falámos da restauração das dioceses e, tendo evocado também a possibilidade que as recentes ações de Reconquista abriram à concretização de idênticas iniciati-

<sup>18</sup> MARQUES, 2006-2007: 291-322.

<sup>19</sup> *Missal de Mateus. Manuscrito 1000 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. Introdução, leitura e notas de Joaquim Bragança, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. X.

<sup>20</sup> BRAGANÇA, 1993: 375-389.

<sup>21</sup> MARQUES, 1988a: 9-10; —, 1993: 212: «Item tres salteiros franceses e perfeitos; ... Item outro misall mistico e pontado de letera redonda». Nos finais do século XIV, quando imperava a letra gótica, a menção de «letera redonda» só pode interpretar-se como letra carolina ou francesa.



vas nas antigas dioceses de Lisboa e Évora, deveremos, agora, aludir à criação dos respetivos Cabidos, auxiliares indispensáveis dos prelados no governo e na ação pastoral das dioceses.

### 2.3. Cabidos e Colegiadas

Em Braga, restaurada em 1071, a criação do Cabido constituiu a primeira preocupação do bispo D. Pedro, que assim punha em prática as disposições dos Concílios de Coiança (1050) e de Compostela (1060 e 1163) que prescreviam aos bispos a obrigação de viverem em comum com os clérigos da Catedral. Tais determinações recolhiam uma longa experiência eclesial, largamente amadurecida desde as normas estabelecidas por S. Bonifácio, apóstolo da Germânia, pelo bispo de Metz, Crodegango, e pelo Concílio de Aix-la-Chapelle, de 816<sup>22</sup>. Embora sendo formados por clérigos seculares que viviam em comum com o seu bispo, podemos dizer que esses clérigos catedralícios perseguiram o ideal fixado pela *regula communis*, distinguindo-se dos monges, por não estarem, como eles, vinculados pelos votos de pobreza, castidade e obediência, podendo, por isso, administrar e dispor dos seus bens patrimoniais, etc.

D. Pedro dotou de imediato o seu Cabido de escola capitular, cujo ensino era necessário não só à organização e desenvolvimento da liturgia, mas também para a formação do clero. Que ela entrou, rapidamente, em funcionamento pode concluir-se, porque em 1 de maio de 1072 já se identificam nominalmente quatro dos seus alunos<sup>23</sup>.

Os cabidos foram surgindo ao ritmo da restauração das dioceses, colhendo, naturalmente, as mais recentes a experiência das mais antigas, devendo, em cada caso, analisar-se a eventualidade de alterações decorrentes de condicionalismos diversos. O número de capitulares foi crescendo e o das dignidades (*deão, chantre, mestre-escola, tesoureiro, arcediagos*) não se fixou de forma espontânea. Se para os séculos finais da Idade Média dispomos de estudos que nos podem elucidar com mais segurança<sup>24</sup>, em relação aos primeiros tempos a situação é mais complexa, impondo-se, no entanto, mencionar a publicação de trabalhos mais recentes com incidência nesta temática<sup>25</sup>.

Em todos os cabidos, na sequência do que acima se disse, deparámos com a vida comunitária, que posteriormente se foi perdendo. Sabe-se que a reação surgiu em

---

<sup>22</sup> MARQUES, 1988b: 322.

<sup>23</sup> COSTA, 1997-2000, vol. I: 303, 309.

<sup>24</sup> Além da nossa *A Arquidiocese de Braga* (MARQUES, 1988b), RODRIGUES *et al.*, 2005.

<sup>25</sup> CUNHA, 2005: 89-126; MORUJÃO, 2010: 195-250; SILVA, 2008: 39-71.

Braga, por iniciativa do próprio arcebispo D. João Peculiar, generalizando-se este exemplo às outras dioceses, chegando mesmo a ter, inclusive, alguma repercussão nas comunidades monásticas. A concretização da atitude do prelado bracarense não foi instantânea, pois era necessário criar as condições necessárias, e surgiu como reação à exigência do II Concílio de Latrão, de 1139, que exigia aos membros dos cabidos e colegiadas a obrigação dos votos solenes, segundo o modelo da Congregação de S. Rufo, da diocese de Avinhão (França) seguido no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que o arcebispo bem conhecia.

Consciente da diferença entre o objetivo da vida monástica e do clero secular, dando cumprimento à norma da divisão dos bens patrimoniais da Sé em três partes – duas para o prelado e uma para o cabido –, em 1145, D. João Peculiar iniciou essa divisão e deu os primeiros passos no sentido de pôr termo à vida comunitária do Cabido, que em 1173 já estava consumada<sup>26</sup>. Escusado será dizer que era no terço destinado ao cabido que se talhavam as rações destinadas ao sustento de cada um dos seus membros, a fim de estarem permanentemente disponíveis para o culto na Sé, nos tempos exigidos pelas horas canónicas. Para dar uma breve imagem da importância do cabido no governo da diocese, bastará recordar o número de terras ou arcediagados confiados à supervisão das dignidades do cabido: deado, chantrado, mestre-escolado, tesourado, etc.

O exemplo de Braga espalhou-se, mas sabemos que no Porto só veio a concretizar-se depois de, em 1188, ter sido eleito bispo desta diocese D. Martinho Pires, antigo deão de Braga. Este prelado pôs termo à vida comunitária e procedeu à divisão das rendas e benefícios, a fim de assim clarificar a distinção entre os conceitos de clero regular e diocesano, sabendo-se que alguns pretenderam aplicar as decisões do II Concílio de Latrão, de 1139, acima referidas<sup>27</sup>.

Em relação a cada diocese será necessário fazer estudos específicos para se determinar as eventuais diferenças, face ao paradigma apresentado.

No âmbito das estruturas diocesanas, além dos cabidos, deveremos ter presente que foi neste período que surgiram as colegiadas, ocupando a de Guimarães, a cuja sombra nos encontramos, um lugar privilegiado, não só pela sua antiguidade (1107-1110) como por seguir de perto, desde os seus primórdios e durante muito tempo, os *estatutos* do Cabido de Braga, quanto a dignidades, escola<sup>28</sup>, etc. A sua história é conhecida, bem como o seu fundo documental até 1250<sup>29</sup>, ultrapassando, por isso, o período que nos ocupa neste momento. Pode, no entanto, afirmar-se,

<sup>26</sup> MARQUES, 1988b: 324.

<sup>27</sup> FERREIRA, 1923: 187-188.

<sup>28</sup> MARQUES, 1988b: 517 ss.

<sup>29</sup> RAMOS, 1991.

com propriedade, que também ela surgiu numa fase de mudança, isto é, sucedendo ao antigo mosteiro de Guimarães fundado por D. Mumadona Dias por volta de 950, assumindo, em 1110, pouco depois da última referência ao seu último abade (1107), uma função administrativa e pastoral importante, até à sua extinção na segunda metade do século XIX.

Com o rodar do tempo, mercê de vários fatores, em especial a extinção de vários mosteiros, o número de colegiadas nesta Arquidiocese elevou-se a 21, normalmente com um reduzido número de clérigos<sup>30</sup>.

Apesar de alguns contributos para os tempos posteriores, falta ainda um levantamento completo das colegiadas nas diversas dioceses, acompanhado da devida análise, de forma a permitir os necessários estudos comparativos, de pouco valendo adiantar aqui nomes e números dispersos.

## 2.4. Ordens Monásticas e Ordens Religiosas e Militares

Aludimos já à penetração e progressiva implantação da Ordem Monástica Beneditina, no Portugal nascente, no ambiente de mudança verificado a partir do último terço do século XI. Como dissemos, o espaço preferido para a implantação da grande maioria destas novas comunidades de matriz cluniacense foi a região a norte do rio Douro, tendo-se disseminado pelas dioceses de Braga, Porto e Tui.

Entretanto, a partir de 1131, assistimos, em Coimbra, à fundação da uma nova Ordem, que optou pela Regra de Santo Agostinho, sendo também muito influenciada pelos costumes de S. Rufo de Avinhão. Do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, esta observância passou a irradiar para norte e para sul, à medida que as condições o permitiam. No sentido norte, sabemos que em 1132 esta nova Ordem de agostinhos já se encontrava em S. Salvador de Grijó. Este mosteiro ficou rapidamente, por decisão pontifícia, isento da jurisdição episcopal, e recebeu decidido apoio da nobreza local, como se verifica pelo cartulário *Baio-Ferrado*<sup>31</sup>.

A caminhada para norte prosseguiu por Moreira da Maia, S. Simão da Junqueira, Refojos de Lima, etc., tendo chegado, pelos finais do século ou princípios do seguinte, a Paderne, em Melgaço. Também para sul, quando as condições o permitiram, a Ordem estendeu-se até Lisboa, em S. Vicente de Fora.

A leitura cartográfica, relativa à dispersão das comunidades destas duas Ordens, permite concluir que, embora em algumas zonas estejam ambas representadas, em

---

<sup>30</sup> MARQUES, 1988b: 479 e ss.

<sup>31</sup> *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*. Introduction et notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1971 (Doravante, indicaremos esta obra apenas por *Baio-Ferrado*).

geral, verifica-se que os Crúzios procuraram dirigir-se para áreas ainda não dominadas pela presença dos beneditinos.

Anos mais tarde, a partir de 1138-1139 ou no primeiro lustro da década seguinte (1142-1144), chegaram os Cistercienses, que se foram implantando no entre Douro e Tejo, contando, a norte do Douro, com os mosteiros de Bouro e, depois, com o de Fiães (inicialmente beneditino, mas que, no último quartel do século XII, optou pela observância cisterciense), e as duas comunidades de Pitões de Júnias e de Ermelo, pouco expressivas no contexto monástico nortenho.

Também estas *vagas* monásticas traduzem inovação e mudança no tempo e no Reino governado por D. Afonso Henriques ou sob as suas ordens. Torna-se necessário descobrir para além destas referências genéricas, as transformações operadas à volta destas comunidades, quer no arroteamento de terras, fixação de populações, desenvolvimento agrário, económico, artístico e social, sem perdermos de vista o contributo dado no enquadramento das populações em crescimento, à medida que alguns destes mosteiros foram sendo elevados à condição de coutos com jurisdição cível e crime.

É certo que, neste contexto, muitas instituições eclesiásticas (diocesanas e monásticas) podiam confundir-se com instituições de poder – que também eram –, devendo utilizá-lo em ordem aos fins específicos da Igreja, no meio dos seus fiéis. Essa impressão pode justificar-se, de alguma forma, se atendermos ao número de coutos instituídos pela Coroa a favor de muitas destas instituições.

Não vamos apresentar o número de coutos, mas o inventário das comunidades monásticas permite avaliar da implantação das Ordens a que pertenciam, limitando-nos, essencialmente, ao século XII. A indicação de comunidades surgidas no século XIII ou, eventualmente, em tempos posteriores, visa acentuar a larga implantação monástica, processada no tempo histórico de D. Afonso Henriques. Para completo esclarecimento dos participantes presentes e dos futuros leitores, impõe-se informar que o quadro seguinte, por nós elaborado e publicado, há anos, noutra estudo<sup>32</sup>, aqui se reproduz, na convicção de que raros serão os presentes que a ele terão tido acesso e de que a sua divulgação é oportuna, como síntese informativa deste ponto da nossa comunicação. Neste quadro, conservámos também a coluna correspondente às datas da extinção de muitos desses mosteiros, fundados em séculos anteriores. Chamamos, assim, a atenção para a vida destas comunidades, em todos os casos relativamente longa, que permite vislumbrar o alcance da influência social por elas exercida, para além do tempo afonsino, nas populações das áreas onde estavam implantadas.

Passemos, pois, à leitura do quadro-síntese:

---

<sup>32</sup> MARQUES, 1997: 173-207.

**BENEDITINOS**  
**Arquidiocese de Braga**

M/F	Nomes	Fundação <sup>33</sup>	Extinção <sup>34</sup>	Fonte <sup>35</sup>
Masculinos	S. Martinho de V. N. de Sande	994	1444-1-9	MARQUES, 1988b: 652, 661
	S. Romão do Neiva	1022		MARQUES, 1988b: 613
	Vilar de Frades	1059	1425-2-28	MARQUES, 1988b: 625
	S. Bento da Várzea	[1078-1091]	iníc. séc.XV <sup>36</sup>	MARQUES, 1988b: 614
	Rates	[1078-1091]	1432	MARQUES, 1988b: 615, 659
	Tibães	1071		MARQUES, 1988b: 613
	Adaúfe	1088	1452-8-2	MARQUES, 1988b: 613, 652
	Lomar	1088	a. Set.1431	MARQUES, 1988b: 615, 660
	Rendufe	1090		MARQUES, 1988b: 615
	Arnoia	1076		MARQUES, 1988b: 613
	Carvoeiro	Censual <sup>37</sup>		MARQUES, 1988b: 614
	Manhente	Censual	1400-9-11	MARQUES, 1988b: 614 <sup>38</sup>
	Fonte Arcada	Censual	1455-5-10	MARQUES, 1988b: 613, 667
	Palme	Censual		MARQUES, 1988b: 614
	Pombeiro	1102		MARQUES, 1988b: 614, 652
	Vimieiro	1127	1430-2-9	MARQUES, 1988b: 625, 658
	Refojos de Basto	1131		MARQUES, 1988b: 614
	Castro de Avelãs	1143	1545	DHIP, II, p. 346
Travanca	séc. XII		MATTOSO (1963-1971), vol. I, p. 326	

<sup>33</sup> Neste e nos quadros seguintes, na coluna correspondente à data da fundação, aparecem datas muito anteriores à data da introdução da Regra de S. Bento em Portugal. Com estas datas pretendemos indicar que esses mosteiros eram anteriores e, depois, abraçaram alguma das novas observâncias: beneditina, agostinha ou cisterciense.

<sup>34</sup> Os espaços em branco nesta coluna indicam que ou não conhecemos a data da extinção ou então que a instituição a que corresponde sobreviveu à crise monástica dos finais da Idade Média, chegando, em muitos casos, às extinções realizadas pelo Marquês do Pombal, no século XVIII, das comunidades agostinhas e cistercienses, respetivamente, em 1770 e 1775 (MARQUES, 1991: 353).

<sup>35</sup> Por comodidade, indicamos as diversas obras de forma abreviada. Nesses estudos se encontram indicadas as fontes documentais onde se recolhem as informações.

<sup>36</sup> Terá ocorrido sensivelmente por ocasião da extinção do Mosteiro de Manhente, que se verificou em 1400.

<sup>37</sup> Com o termo “Censual” pretendemos dizer que a notícia mais antiga relativa aos mosteiros a que é aplicado se encontra no célebre censal do Bispo D. Pedro, publicado e estudado pelo Pe. Avelino de Jesus da Costa (COSTA, 1997-2000, vol. II).

<sup>38</sup> A sentença de extinção foi publicada em apêndice ao nosso estudo *A extinção do Mosteiro de Manhente* (MARQUES, 1985: 15-19).

Femininos	Cerzedelo das Donas	Censual	1471	MARQUES, 1988b: 626, 653
	Vitorino das Donas	Censual		MARQUES, 1988b: 653.
	Sta. Maria de Gondar	Antes de 1202	1455-4-13	MARQUES, 1988b: 626, 653
	S. Salv. / André de Vila Cova	?	séc. XV	B.L., vol. II, p. 90-91
	Lufrei	?	1455-11-10	MARQUES, 1988b: 653

#### Administração de Valença

Masculinos	Sta. Maria de Miranda	séc. XII		COSTA, 1983: 110-111
	S. Salvador de Ganfei	1018/1121-128		COSTA, 1983: 108-109
	S. João de Cabanas	antes de 1168		COSTA, 1983: 107
	S. João de Arga	antes de 1258		COSTA, 1983: 105
	S. Fins de Friestas	séc. XI/XII	1554	COSTA, 1983: 107-108; DHIP, II, p. 346
	S. Cláudio de Nogueira	1145	1458-8-9	COSTA, 1983: 111-112 <sup>39</sup>
	S. Salvador da Torre	séc. IX/1068	1564	COSTA, 1983: 113-114
Femininos	Sta. Maria de Valboa	antes de 1258	1455-2-21	COSTA, 1983: 101-102 <sup>40</sup>
	S. Pedro de Merufe	antes de 1258	1461-1-3	COSTA, 1983: 102; MARQUES, 1981: 30
	Sta. Marinha de Loivo	antes de 1258	1530-12-30	COSTA, 1983: 101

#### Diocese do Porto

Masculinos	Paço de Sousa	1116?-1120		MATTOSO, 1968: 16
	S. Pedro Cête	a. 985/1122 <sup>41</sup>	1551 <sup>42</sup>	DHIP, II, p. 346
	S. Pedro de Pedroso	1145-1153	1560 <sup>43</sup>	MATTOSO, 1968: 24 DHIP, II, p. 346
	S. Tirso	978/1092-1129?		MATTOSO, 1968: 40-41
	S. Miguel de Bustelo	1065/c.1140-42		MATTOSO, 1968: 4.
	S. João de Alpendorada	1059?/1112		MATTOSO, 1968: 28
	S. Martinho de Cucujães	1139		MATTOSO, 1968: 9; DR. 174
	Refojos de Riba de Ave	1036/1103 <sup>44</sup> ?		MATTOSO, 1968: 35; SANTOS, 1973: 84

<sup>39</sup> Em relação à extinção deste mosteiro no séc. XV, veja-se MARQUES, 1981: 29. [Braga, 1982].

<sup>40</sup> Ver tb. MARQUES, 1981: 29.

<sup>41</sup> Embora não seja fácil indicar, com segurança, quando se implantaram aí os beneditinos, parece preferível optarmos pela primeira data certa - 1122 (MATTOSO, 1968: 7).

<sup>42</sup> Neste ano de 1551, foi anexado ao Colégio da Graça de Coimbra, da Ordem dos Eremitas de Sto. Agostinho (ADP., *Guia do Arquivo*, Porto, 1983, p.83).

<sup>43</sup> ADP., *Guia do Arquivo*, Porto, 1993, p.84.

<sup>44</sup> Foi extinto em 1263 (MATTOSO, 1968: 36).

	Sto. Estêvão de Vilela	a. 1030 / 1069 <sup>45</sup>	dep. de 1390 <sup>46</sup>	MARQUES, 1988b: 637
	Monte Córdova		Extinto	SANTOS, 1973: 84
	Vandoma	1186 <sup>47</sup>	Extinto <sup>48</sup>	SANTOS, 1973: 84

Femininos	Vila Cova	1081/ ?	1533	SANTOS, 1983: 87
	Vairão	974/ 1188		MATTOSO, 1968: 48-49
	Rio Tinto	1058/1140-61		MATTOSO, 1968: 36-37
	Tuías	1165/1173	1535	MATTOSO, 1968: 47
	Jazente		antes de 1542	MATTOSO, 1968: 84
	S. Bento da Avé-Maria	1533 <sup>49</sup>		MATTOSO, 1968: 39

**Outras dioceses:**

Fem.	Sta. Eufémia de Ferreira de Aves	1170-1202		RIBEIRO, 1994: 9
Fem.	Semide (Sta. Maria)	1183 <sup>50</sup>	1528	MARTINS, 1992: 43-64
	Recião (Lamego)		1435 <sup>51</sup>	<i>O ceo aberto..</i> , p. 404

**CISTERCIENSES:**

Masculinos	Tarouca	1143/1144		COCHERIL, 1978: 18
	Alcobaça	1153		COCHERIL, 1978: 18
	Fiães	1173-1194		COCHERIL, 1978: 18 <sup>52</sup>
	Júnias	1147 / 1248	1º quartel. do s. XVI <sup>53</sup>	COCHERIL, 1978: 18

<sup>45</sup> MATTOSO, 1968: 54.

<sup>46</sup> Neste ano ainda reclamou, junto de D. João I, contra os abusos cometidos por leigos, a pretexto dos direitos de aposentadoria (A.D.B., cx. 18, s.n.).

<sup>47</sup> MATTOSO, 1968: 51, possivelmente premontratense.

<sup>48</sup> No *Censual da Mitra do Porto*, já aparece como extinto, embora não se indique a data (SANTOS, 1973: 84).

<sup>49</sup> Fundado neste ano; aí se concentraram outros mosteiros, como o de Vila Cova, Tuías, Rio Tinto, Tarouquela (SANTOS, 1973: 87).

<sup>50</sup> Foi precedido por um mosteiro masculino.

<sup>51</sup> Após a extinção, como mosteiro beneditino, foi entregue aos Lóios, em 1436. *O ceo aberto na terra: historia das sagradas congregações dos conegos seculares de S. Jorge em Alga de Venesa, & de S. João Evangelista em Portugal*, de Fr. Francisco de SANTA MARIA. Lisboa: Oficina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, p. 404.

<sup>52</sup> A partir do Cartulário de Fiães ou Livro das Datas, em cuja edição temos vindo a trabalhar, sabe-se que este mosteiro existia, em 1142; em 1157, seguia a *Regra de S. Bento*; e, entre 1173 e 1194, adotou a observância cisterciense (MARQUES, 1990b: 20, 23).

<sup>53</sup> BARROCA, 1994. Sobre o estado de ruína em que este mosteiro já se encontrava, quando, em 27 de Janeiro de 1533, D. Edme de Saulieu, Abade de Claraval, o visitou, Frei Claude de Bronseval, seu secretário, deixou-nos uma minuciosa descrição, começando por afirmar: - «*Dominus ad hoc monasterium descendens flevit dolenter cum vidit quia quondam fuerat integre structum, et nunc penitus ruinatum, preter ecclesiam*». (*Peregrinatio Hispanica – 1531-1533* de Frère Claude de BRONSEVAL, ed. latim-francês preparada por D. Maur Cocheril, tomo II, Paris, Presse Universitaire de France, 1970, p. 548-549).

	Bouro	c. 1195		COCHERIL, 1978: 38 <sup>54</sup>
	Salzedas	1161-1196		COCHERIL, 1978: 18
	Águias	1170-1205		COCHERIL, 1978: 93
	Seiça	1195		COCHERIL, 1978: 215
	Ermelo	séc. XII-XIII	1441-11-6 <sup>55</sup>	COCHERIL, 1978: 35
	Lafões	1161-69 / 1188		COCHERIL, 1978: 18 <sup>56</sup>
	Maceiradão	1188		COCHERIL, 1978: 122
	Tomarães	1172 / 1217	1554	COCHERIL, 1978: 339-340
	Estrela	1220	1579	COCHERIL, 1978: 135-136
	S. Paulo de Frades ou de Almaziva	1221	1554	COCHERIL, 1978: 183, 185
	Sta. Maria de Aguiar	[1296] <sup>57</sup>		COCHERIL, 1978: 105

Femininos	S. Pedro de Arouca	1200-1206		COCHERIL, 1978: 19
	Celas	1214		COCHERIL, 1978: 19
	Lorvão	1223		COCHERIL, 1978: 19
	Bouças	1224		COCHERIL, 1978: 19 <sup>58</sup>
	S. Bento de Castris (Évora)	1275		COCHERIL, 1978: 19
	Almofter	1287		COCHERIL, 1978: 19, 341
	Odivelas	1294		COCHERIL, 1978: 332
	Xabregas	1492	1455	COCHERIL, 1978: 329 <sup>59</sup>

<sup>54</sup> Embora no *Dicionário de História de Portugal (DHP)*, I, p. 586-587, lhe seja atribuída a data de 1174, a de 1195 parece mais fiável.

<sup>55</sup> Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Registo geral*, nº 313, fl. 54v., documento da sua redução a igreja paroquial, integralmente publicado por MARQUES, 1981: 27.

<sup>56</sup> A passagem para a Ordem de Cister ter-se-á verificado por 1188.

<sup>57</sup> Este mosteiro é anterior, mas só passou para o território português, quando, em 1296, D. Dinis ocupou esta região, que ficou a pertencer a Portugal pelo tratado de Alcañices, de 1297.

<sup>58</sup> O mesmo autor (COCHERIL) afirma que este mosteiro, situado perto do Porto, filiado na Ordem de Cister em 1224, foi extinto muito cedo, não apontando qualquer data. Terá sido aí que se vieram a instalar no século XV os franciscanos observantes?

<sup>59</sup> Embora este mosteiro tenha sido fundado como cisterciense, em 1429 (COCHERIL, 1978: 329), sabe-se que, em 8 de dezembro de 1455, a pedido de D. Afonso V, o abade de Alcobaça autorizou a retirada das religiosas cistercienses e a sua entrega aos Padres Loios ou da Congregação de S. João Evangelista, a fim de o monarca dar cumprimento ao testamento da rainha defunta, D. Isabel (*O ceo aberto na terra : historia das sagradas congregações dos conegos seculares de S. Jorge em Alga de Venesa, e de S. Joaõ Evangelista em Portugal*, de Fr. Francisco de SANTA MARIA. Lisboa: Oficina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, p. 469-472).



AGOSTINHOS (Crúzios)

**Arquidiocese de Braga**

Sta. Maria da Oliveira (Famalicão)	1033		D.C., nº 278
S. Torcato	1052	1474-7-6 <sup>60</sup>	D.C., nº 420 e 445
S. Salvador do Souto	1059	1454-6-27 <sup>61</sup>	D.C., nº 420 e 445
Bravães	Censual <sup>62</sup>	1434-2-13	MARQUES, 1988b: 725
Santa Marinha da Costa	Censual		
Requião, S. Cristóvão / S. Silvestre	Censual	1433-3-8	MARQUES, 1988b: 724
S. Martinho de Crasto	Censual		
Valdeu	Censual	séc. XVI	
Rio Mau (S. Cristóvão)	Censual	1442-3-17	MARQUES, 1988b: 732
Landim	Censual?		
Vila Nova de Muía	Censual		
S. Simão da Junqueira	1084		D.C., nº. 633
S. Salvador de Freixo	1090	?	<i>Censual Cab. Porto</i> , p. 4
S. Martinho de Caramos	1090	1588-8-30	<i>Verbo</i> , IV, col. 962
S. Pedro de Roriz	1096		<i>Censual Cab. Porto</i> , p. 4
S. Martinho de Mancelos	1120		<i>Censual Cab. Porto</i> , p. 4
S. Miguel de Vilarinho	1120		<i>Censual Cab. Porto</i> , p. 4
S. Salvador de Banho	1156-1169	1441-5-1 <sup>63</sup>	D.R. I., nº 259

**Administração de Valença**

S. Salvador de Paderne	antes de 1225	1770 <sup>64</sup>	COSTA, 1983: 119-120
S. João de Longos Vales	antes de 1199	1551	COSTA, 1983: 118-119
Sta. Maria de Refojos de Lima	c. 1120		COSTA, 1983: 120

**LISBOA**

S. Vicente de Fora	1147		<i>Verbo</i> , I, col. 707
--------------------	------	--	----------------------------

<sup>60</sup> Cf. MARQUES, 1988b: 737. A causa fundamental da sua extinção foi não ter prior nem cónegos (cf. A.N.T.T, *Coleg. de Guimarães. Docs. eclesiásticos e pontifícios*, maço 5, nº 20).

<sup>61</sup> Sobre o processo de extinção cf. MARQUES, 1988b: 731.

<sup>62</sup> Quanto aos mosteiros referidos pela primeira vez no censual do Bispo D. Pedro, veja-se, em todos os casos, o vol. II da obra do Pe. Avelino de Jesus da Costa, citada mais acima.

<sup>63</sup> Ver MARQUES, 1988b: 724.

<sup>64</sup> Foi extinto, neste ano, com outros da Congregação de Sta. Cruz de Coimbra, a pretexto de serem integrados em Mafra (cf. MARQUES, 2002: 19-92, sobretudo, p. 12).

## PORTO

Grijó	1132	1542 transf. <sup>65</sup>	<i>Baio Ferrado</i> , p.XXVIII
Moreira da Maia	1133		CARVALHO (1969), p.27
Sto. Estêvão de Vilela	antes de 1128	1612	<i>A.D.P., FM</i> , p. 69 <sup>66</sup>
Vila Boa do Bispo	a. 1079 <sup>67</sup> /1144		Corografia, I, p. 352
Sto. André de Ancede	1120 <sup>68</sup>		<i>Censual Cab. Porto</i> , p. 4

## EREMITAS DE STO. AGOSTINHO

S. Gens (Lisboa 1ª fundação)	1147?		DHIP, I, p. 70
Penafirme (Sr <sup>a</sup> . da Assunção), T. Vedras	1226		DHIP, I, p. 70
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Graça – Torres Vedras	1266		DHP, I, p. 59
S. Agostinho – Vila Viçosa	1270		DHIP, I, p.70
N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Graça / Lisboa (2ª fundação)	122		DHIP, I, p. 70
Sto. Agostinho – T. Vedras (1ª fundação)	1367		DHIP, I, p. 70
Sto. Agostinho de Santarém	1376		DHIP, I, p. 70
N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> dos Anjos – Montemor-o-Velho	1494		DHIP, I, p. 70

Como já sugerimos, a elevação de muitos destes mosteiros à condição de coutos imprimiu-lhes também uma dimensão social, em especial de ordem administrativa e jurídica, de que a Coroa beneficiou como fatores de enquadramento das populações locais, quando o Reino ainda não dispunha de meios próprios para o fazer.

D. Sancho, durante o período em que esteve associado ao governo de D. Afonso Henriques, apercebeu-se das dificuldades que este mosaico de bolsas de poder criava à intervenção do poder central que, nos finais do século XII, começava a sentir os desafios emergentes da influência do Direito Romano rumo à centralização do poder. Mesmo assim, tanto quanto nos foi dado apurar, ainda foi outorgando algumas cartas de coutos, cada vez mais esparsas, sendo a última de 20 de junho de 1207, a favor do mosteiro beneditino de Santa Maria de Miranda, no concelho de Arcos de Valdevez<sup>69</sup>, detetando-se a partir de então uma nova estratégia ou opção política, cujos reflexos nas relações com a Igreja são bem conhecidos.

Para encerrarmos este capítulo, devemos mencionar também a chegada das Ordens Militares do Templo e do Hospital, originadas na sequência do êxito da 1.ª Cruzada do

<sup>65</sup> Em 1542, os monges de Grijó foram transferidos para o Mosteiro da Serra do Pilar, construído para o efeito, mas, em 1566, parte deles regressaram a Grijó, continuando a existir os dois mosteiros (ADP, *Guia do Arquivo*, Porto, 1993, p. 85).

<sup>66</sup> Pela sigla *FM*, significamos a obra *Fundos monásticos. Inventários*, Porto: ADP, 1993, p. 69.

<sup>67</sup> MATTOSO, 1968: 53.

<sup>68</sup> MATTOSO, 1968: 3.

<sup>69</sup> DS., p. 349.

Oriente, e cuja presença entre nós já é referida em documentação dos finais do 1.º quartel do século XII, como acontece em Braga. Além destas duas Ordens, na parte final do século, assiste-se à organização do que viria a ser a Ordem de Avis, sendo a de Santiago de importação castelhana. Dado o objetivo defensivo que as caracterizava, sabemos como se foram instalando ao longo da linha da fronteira leste do reino, estando documentada a sua deslocação para sul, à medida que a Reconquista avançava nesse sentido, passando, posteriormente, a disporem de extensas áreas fronteiriças alentejanas. Dentro da sua organização em comendas, temos de reconhecer o serviço por elas prestado à Igreja e ao reino, na defesa, economia, desenvolvimento, administração regional, etc.

Além da breve nota sobre a divisão administrativa eclesiástica, embora parcial, em Braga, ao nível paroquial, faltam-nos elementos para avançarmos com segurança nesta área. Contudo, não deveremos esquecer que se estava numa fase de crescimento demográfico e de consequente arroteamento de terras, estimulado, entre outros factores, pela implantação das Ordens Monásticas e Militares.

Na impossibilidade de aludir a todas e muito menos aos respetivos mosteiros, pensemos, apenas, na ação desenvolvida pelo Mosteiro de Alcobaça, através dos seus coutos, e nas populações aí fixadas e sua ulterior organização. Muitos, mesmo os mais pequenos em número de monges e outros membros, realizaram também um trabalho altamente meritório, traduzido também na fixação de populações, cuja história não foi contada ou nos é, agora, inacessível.

Se evocamos tais situações particulares, fazemo-lo na perspetiva de que possam servir de estímulo a novas caminhadas por estas estreitas, mas aliciantes, sendas da história eclesiástica.

O que acabámos de apresentar são alguns aspetos reveladores da face visível da Igreja, por natureza, orientados e ao serviço da sua dimensão espiritual.

### 3. INTER-RELACIONAMENTO: IGREJA – D. AFONSO HENRIQUES

A figura central neste colóquio é o nosso primeiro Rei e, apesar do muito que se tem escrito sobre a sua pessoa e vida, não poderemos deixar de lhe dedicar algumas linhas desta exposição, na perspetiva do inter-relacionamento Igreja – D. Afonso Henriques.

Ao falarmos de Igreja, temos presente o que inicialmente afirmámos, recordando aqui que, quando nos referimos às relações com os romanos pontífices, prelados, mosteiros, Ordens Militares, etc., e tomando a parte pelo todo, é legítimo falar do seu relacionamento com a Igreja, impondo-se ter sempre presente a reciprocidade de tais situações, quaisquer que elas sejam.

É por demais conhecido o apoio que o infante e futuro Rei, D. Afonso Henriques, recebeu da Igreja, através dos seus mais qualificados membros de então, D. Paio Mendes e D. João Peculiar.

Recordamos o apoio que, na sua juventude, lhe deu D. Paio Mendes, prelado saído dos Mendes da Maia, que, entre outros momentos, esteve a seu lado quando se armou cavaleiro na catedral de Zamora, respondeu positivamente ao pedido de apoio, de 27 de maio de 1128, concretizado em 24 de junho, nos campos de S. Mamede e o acompanhou por ocasião do Tratado de Tui, em 1137. Também D. João Peculiar esteve presente nos momentos diplomaticamente difíceis do encontro com Afonso VII, em 1140, na zona de Valdevez – “*outro casal cabo du morarom os Rex*”<sup>70</sup> –, em 1143, em Zamora, por ocasião do tratado pelo qual Afonso VII reconheceu a independência de Portugal, e na redação e subscrição da carta de vassalagem ao Papa, *Claves Regni Coelorum*, e em tantas outras missões diplomáticas, realizadas com os olhos postos no reconhecimento pontifício do título de Rei a D. Afonso Henriques e na plena autonomia de Portugal, no contexto dos reinos da Cristandade, decisão consagrada pela bula de Alexandre III *Manifestis probatum*, de 23 de maio de 1179, que não teve o prazer de conhecer, porque faleceu em 1175.

Do exposto avulta a solicitude da Igreja para com o Infante e depois Monarca – mesmo quando a iniciativa partia do futuro destinatário – concretizada através dos seus membros mais qualificados, não sendo demais incluir e recordar, desse elenco, a atuação conjunta do arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e do bispo do Porto, D. Pedro Pitões, na negociação junto dos expedicionários da 2.<sup>a</sup> Cruzada do Oriente, convencendo-os a participarem na conquista de Lisboa, com eles seguindo embarcados para lá, enquanto o Rei avançava por terra.

Não é possível enumerar todos os gestos de gratidão de D. Afonso Henriques para com as instituições eclesásticas (diocesanas e monásticas), bastando evocar as cartas de couto outorgadas a Sés, Cabidos, mosteiros das várias Ordens, abdicando a favor delas dos seus direitos reais – *omnia iura regalia* –, onde avultava a autonomia judicial, transformando o Reino, como posteriormente se verificou, num mosaico de jurisdições de direito privado, contra as quais o filho herdeiro, D. Sancho I, iniciaria uma consciente reação. Neste longo percurso, não esquecemos as relações, por vezes tensas, quer entre prelados, quer entre dioceses e instituições monásticas e Ordens religiosas e militares.

A leitura e análise das cartas de couto, devidamente estudadas, revelaria aspetos e contextos que a mera referência genérica não permite captar, podendo-se adiantar que esta política de concessão de coutos, de certo modo, correspondia também a uma necessidade de apoio no sentido de enquadrar as populações dependentes dos titulares dessas cartas, promovendo o desenvolvimento económico, a administração da justiça e a defesa do território, numa fase em que o Monarca e a Cúria Régia não tinham possibilidade de lhes dar resposta.

---

<sup>70</sup> PINTOR, 1977: 85.

A título de exemplo, recorde-se que em 1141 D. Afonso Henriques subiu até Castro Laboreiro com os seus homens de armas para se apoderar do castelo local, que as gentes de Afonso VII não tinham abandonado. Nessa expedição pôde contar, entre outras dádivas, com os bens alimentares que a Abadessa de Paderne (mosteiro que só mais tarde passaria a ser de Crúzios), D. Elvira Sarrazins, lhe enviou, gesto de solidariedade que o soberano agradeceu, concedendo-lhe carta de couto devidamente delimitado, que no século XVI e por decisão de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, viria a dar lugar a três freguesias, ainda atualmente existentes.

Os desenvolvimentos agrícola e económico de alguns coutos, onde também não faltaria a pecuária, têm sido mais estudados, notando-se a ausência de estudos no plano jurídico, que permitam uma caracterização dos coutos nos seus primórdios, sem termos de nos apoiar nas inquirições senhoriais do século XIV, para os distinguirmos e classificarmos em diversos tipos<sup>71</sup>.

Antes de avançarmos neste capítulo, deveremos observar que, no plano do que poderíamos designar relações entre a Coroa e a Igreja, na Idade Média, tanto quanto podemos verificar, este é o único reinado em que não há provas de conflitos entre o monarca e a Igreja, aqui personificada por algum ou alguns prelado(s), prior(es) ou instituições a que presidiam.

Além disso, embora não disponhamos de uma ficha da atividade religiosa do soberano, há referências a atitudes pessoais que, embora valorizadas no plano político e de respeito pela pessoa humana, bem se podem tomar como expressões de espírito cristão. Entre outras, contam-se:

- a proteção dadas aos mouros, após a conquista de Lisboa, reforçada pela carta de segurança e privilégios, concedida em Coimbra, em março de 1170<sup>72</sup>;
- a prontidão com que, a pedido de D. Teotónio, libertou os mouros que trazia cativos<sup>73</sup>;
- mas, sobretudo, o estado de espírito patenteado no seu testamento de 1179<sup>74</sup>, que vamos percorrer.

<sup>71</sup> MARQUES, 1990c: 1527-1566; –, 1992: 175-196.

<sup>72</sup> DR, vol. I, tomo I, p. 400: – «... facio cartam fidelitatis et firmitudinis vobis mauris qui estis forri in Ulixbona et in Almadana et in Palmela et in Alcazar ut in mea terra nullum malum iuiuste recipiatis».

<sup>73</sup> Portugaliæ Monumenta Historica. Scriptores, vol. I, fasc. I, Olisipone, Academia Scientiarum Olisiponensis, 1856, p. 85: – «O rex, inquiens, et cuncti barones, qui sancte matris ecclesie filii estis, cur fratres vestros vobis in servos et ancillas subiugatis? Peccatis enim super hoc domino deo vestro. Cumque, prout debuit, compendiose tamen eos allocutus fuisset, et quod, nisi eos liberos dimisissent magnus eis furor domini immineret, rex et cuncti bellectores totum illud genus hominus dimiserunt, et coram eo liberum abire permiserunt».

<sup>74</sup> DR, vol. I, tomo I, p. 436. Tradução do Prof. Doutor Amadeu Rodrigues Torres.

É certo que se trata de um documento lavrado na sua chancelaria e, certamente, por algum dos clérigos às suas ordens, como indiciam as arengas bíblicas, que precedem a parte dispositiva do texto, exaltando o *valor da esmola e das boas obras*, mas, quaisquer que tenham sido os trâmites da sua elaboração, teve a plena anuência do monarca testador.

Vejamos como mandou distribuir os 22000 maravedis que tinha depositados no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, percorrendo o teor do testamento, aqui incluído na íntegra:

*1179, fevereiro – Testamento ou manda em que D. Afonso Henriques distribui a soma de vinte e dois mil maravedis, guardada no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, além de outros bens semoventes.*

*Em nome de Cristo.*

*Porque é justo e muito próprio cada um, de acordo com a sua consciência, com vista à remissão dos pecados, doar ou estar todos os seus bens quando quiser e a quem quiser a sua autoridade de disponente, eu Afonso, Rei de Portugal, refletindo sobre a minha morte e o dia do particular juízo em que será retribuído a cada um consoante o que fez, quer de bem que de mal; e atendendo ao que diz o profeta - «Dai esmola e eis que tudo em vós fica limpo» e ao que diz Salomão - «Filho, se possuis algo, beneficia-te a ti mesmo fazendo a Deus boas oblações, pois que toda a obra eleita será justificada e quem assim procede ver-se-á justificado nela».*

*Em tudo isto enfim, eu, acima citado Rei Afonso, diligentemente refletindo achei por bem tomar parte dos meus haveres, isto é, 22 000 maravedis que mantenho depositados no Mosteiro de Santa Cruz e desta forma os distribuir, por minha morte, para salvação da minha alma:*

*Em primeiro lugar, ao Hospital de Jerusalém 8 000 mozmodis e 400 marcas de prata menos 24, pelas quais damos 162 maravedis e 6 000 maravedis maiores; à obra da Igreja de Lisboa, mil maravedis; e à obra da Igreja de Alcobaça, 500 maravedis; e à obra da Igreja de Évora, 500 maravedis; e à obra da Igreja de Coimbra, 500 maravedis; à obra da Igreja do Porto, 500 maravedis; à da de Braga, 500 maravedis; à da de Viseu, 500 maravedis; à da de Lamego, 500 maravedis; aos mosteiros a quem costume dar donativos, 3210 maravedis.*

*E dei já ao abade e frades de S. João de Tarouca 3 000 maravedis, que mando serem dados à ponte do Douro.*

*E mando ao Mosteiro de Santa Cruz mil maravedis maiores e mil mozmodis<sup>75</sup>, menos dez e meio; e todos os meus mouros e cavalos e azémolas que possuir ao tempo do meu óbito. E dei ao Mestre de Évora Gonçalo Viegas mil maravedis para gastar em utilidade e defesa da cidade quando for necessário.*

*E mando aos pobres que estão no bispado de Lisboa mil maravedis; e aos pobres de Santarém, Coruche, Abrantes, Tomar, Torres Novas, Ourém, Leiria e Pombal mil maravedis;*

<sup>75</sup> Maravedis menores, o mesmo que meias-dobras almóadas.

*e aos pobres de Coimbra e de seu bispado, mil maravedis; aos pobres do arcebispado de Braga, do bispado do Porto e do de Tui, que está em terra minha, três mil maravedis.*

*E ao hospital novo de Guimarães e de Santarém e de Lisboa 260 maravedis.*

*Feita esta carta de manda no mês de fevereiro da Era de 1179.*

CRISTO ALFA ÓMEGA.

Face a esta versão final do seu testamento, interessa mais salientar as instituições e causas por ele contempladas do que os próprios quantitativos. Assim, em primeiro lugar, surge a Ordem do Hospital, designada como Hospital de Jerusalém, vindo a seguir as verbas destinadas para as obras em curso nas seguintes igrejas, referidas por esta ordem: Sé de Lisboa, do Mosteiro de Alcobaça, e as Sés de Évora, Coimbra, Porto, Braga, Viseu e Lamego, acrescentando, de forma não especificada «todos os mosteiros a quem costume dar donativos».

Ao abade e aos monges do Mosteiro de S. João de Tarouca já tinha dado 3 000 maravedis, que, agora, queria que fossem dados à ponte do Douro, que certamente, seria uma obra pública de grande alcance social e no desenvolvimento regional.

De notar que não esqueceu o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ao qual, além de 1000 maravedis maiores e de 989,5 mozmodis ou maravedis menores, equivalentes a outras tantas meias-dobras almóadas, deixava também os seus mouros, cavalos e azémolas, que tivesse à hora da morte.

O Mestre Gonçalo Viegas da incipiente organização militar dos freires de Évora, que se viria a transformar na Ordem de Avis, foi contemplado com 1 000 maravedis para gastar no que julgasse útil e na defesa da cidade, quando fosse necessário.

Por fim, deparamos com a sua grande preocupação social, traduzida nas dotações a favor dos pobres espalhados pelas localidades de Santarém, Coruche, Abrantes, Tomar, Torres Novas, Ourém, Leiria e Pombal, e ainda para os das dioceses do Reino: Lisboa, Coimbra, Viseu, Lamego, Braga, Porto e de Tui, na parte «que está em terra minha».

Nesta mesma linha assistencial, contemplou também três instituições específicas: o hospital novo de Guimarães, o de Santarém e o de Lisboa.

Repetimos que, mesmo que no teor deste testamento possamos descortinar sugestões dos eclesiásticos que o rodeavam (prelados ou outros), não há dúvida de que ele reflete bem as preocupações do soberano, quer em relação às dioceses e às três grandes Ordens monásticas, quer às Ordens Militares comprometidas na defesa do Reino e, o que para o tempo não deixa de ser muito significativo, também em âmbito nacional, apoiado nas estruturas administrativas então disponíveis – as dioceses, incluindo a de Tui, na parte de Portugal –, para fazer chegar algum conforto aos pobres.

Bem gostaríamos de nos deter na análise de outros documentos, suscetíveis de projetarem mais luz sobre a relação permanente de D. Afonso Henriques com a Igreja, através das suas instituições e respetivos representantes. Na impossibilidade de o fazermos, aqui fica esta chamada de atenção para um assunto que, facilmente, tem sido ensombrado pelos estudos dos aspetos militares, políticos, administrativos e das estruturas da sociedade.

#### 4. MANIFESTAÇÕES DE MUDANÇA SOCIAL

Ao longo desta exposição, aludimos, frequentemente, às mudanças e às inovações que se iam operando no espaço que, por comodidade, designamos simplesmente como português, com a restauração das dioceses, criação dos cabidos e colegiadas, progressiva extinção do antigo monaquismo autóctone e opção pelas novas observâncias monásticas, etc.

Ainda no âmbito do vasto tema em que estamos mergulhados, será útil aludir a alguns aspetos que não têm despertado muito a atenção dos investigadores e que, em nosso entender, deveriam concitar especial interesse de juristas e canonistas. Também aqui será necessário imprimir aos temas dimensão nacional.

Como o subtítulo indica, estamos em pleno âmbito social, onde abordaremos alguns aspetos, que poderão ajudar a compreender a repercussão da ação da Igreja entre os seus fiéis, procurando estender o nosso olhar o mais longe possível, dentro do Reino.

Nesta iniciativa, socorrer-nos-emos, essencialmente, de três fontes documentais publicadas e ao alcance de todos: O *Liber Fidei* da Catedral de Braga, o *Livro Preto* da Sé de Coimbra e, sobretudo, para tempos anteriores à restauração da diocese de Coimbra, o *Liber Testamentorum* do Mosteiro de Lorvão. Não ignoramos outras fontes, mas para estas notas relativas à mudança que se ia operando nas duas dioceses, as fontes referidas, além do que nos revelarão de comum, permitirão anotar algumas diferenças entre Braga (ou seja, praticamente todo o Norte) e Coimbra que, juntamente com as referências procedentes da documentação de Lorvão, marcará o limite sul do nosso campo de observação<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Tal como mais acima fizemos a propósito da utilização de um quadro antigo, desejamos informar que também aqui utilizamos, com as necessárias adaptações, parte do texto «Le *Liber Fidei* de la Cathédrale de Braga et le nord du Portugal» (MARQUES, 2010).



#### 4.1. O património das catedrais – motivações e disciplina penitencial

Antes de iniciarmos estas referências, convém recordar que Braga foi restaurada nove anos antes de Coimbra.

Para se enquadrar convenientemente este complexo processo, podemos esclarecer que o período seguinte à restauração da diocese, em 1071, até à deposição do seu primeiro bispo, D. Pedro, em 1091, constituiu uma fase de intensa organização administrativa e da construção da Catedral, dedicada, em 28 de agosto de 1089, pelo arcebispo de Toledo e legado pontifício e primaz das Espanhas, D. Bernardo, tendo-se verificado, então, um intenso afluxo de doações à Sé e ao referido bispo, D. Pedro. Em contraste, durante a longa vacância da Sé, até à nomeação de novo prelado, na pessoa de D. Geraldo (1099-1108), as doações quase se extinguíram, situação rapidamente invertida com a sua tomada de posse e o reconhecimento como metropolitano, tudo se orientando para a constituição de um avultado património fundiário da catedral.

Neste vasto movimento, foi importante a intervenção do clero, como melhor se verá na alínea seguinte dedicado à doação das *igrejas próprias*, pelo que nos referiremos agora às doações feitas por leigos, prestando especial atenção a alguns dos motivos mais significativos determinantes das mesmas, pelo contributo e oportunidade que nos proporcionam de conhecermos aspetos da sociedade, da mentalidade e da disciplina eclesiástica então vigentes, geralmente desconhecidos. Daremos somente alguns exemplos, lamentando a impossibilidade de desenvolvermos as reflexões que suscitam. Mesmo assim e dentro da brevidade que se impõe, estes elementos revelarão novas dimensões da importância histórico-cultural latente no *Liber Fidei* da catedral de Braga.

No conjunto das situações inventariadas, não obstante as motivações de ordem espiritual frequentes nestes atos jurídicos, como o valor da esmola para a remissão dos pecados, o temor do juízo final à luz das bem-aventuranças, o pedido de sepultura na Sé ou noutras igrejas, etc., são notórias as situações de insegurança dos doadores, quanto ao seu futuro, patentes nas obrigações impostas aos destinatários dos bens doados. Neste sentido, podemos incluir sob a designação e objetivo de segurança social as numerosas condições destinadas a garantir o necessário sustento, assistência, proteção e até os sufrágios, depois da morte, garantias, em certos casos, extensivas a outros familiares e benfeitores.

A casuística desta complexa realidade é abundante e estende-se desde o século XI, prolonga-se pelo século XII, e até à primeira metade do século XIII, termo cronológico do *Liber Fidei*.

Foi integrada neste mesmo espírito e na prática penitencial vigente que Sancho Bermudes, em 17 de abril de 1142, doou à Sé de Braga metade dos bens que

possuía nas freguesias de Cabaços, Freiriz (Ponte de Lima), Moure (Vila Verde) e outros lugares, com a obrigação de a igreja-mãe da diocese a sustentar em vida e de, após a morte, sufragar a sua alma e as dos seus benfeitores: D. Teresa e D. Afonso Henriques<sup>77</sup>. Na mesma linha agiram também outros que vamos referir.

Assim, *Husco* Gomes, em 11 de março de 1145, doou à Sé de Braga tudo quanto ela e sua filha Maria Gonçalves possuíam em Montezelos, Vila Real, com a obrigação de a Sé donatária lhe prestar assistência, bem como aos seus filhos e neto<sup>78</sup>.

O desejo de proteção e de garantia do necessário sustento estão expressos no clausulado da doação de Maria Moniz à Sé de Braga dos bens que possuía na freguesia de Santa Eulália de Crespos, Braga, com metade dos direitos que tinha sobre esta igreja paroquial e no casal de Burgo, na freguesia de Geraz, Póvoa de Lanhoso, que ela continuaria a possuir em sua vida. À sua morte, porém, metade de tudo quanto doara seria para o arcebispo e a outra metade para o Cabido, com a obrigação de lhe celebrarem o aniversário do falecimento<sup>79</sup>.

Preocupações idênticas deparam-se entre clérigos de Coimbra, como se verifica pelo testamento do presbítero João, que, em 18 de agosto de 1104, deixou à Sé de Coimbra diversos bens, incluindo livros e outros bens móveis, estabelecendo-lhe a obrigação de lhe sustentar os pais, se lhe sobreviverem<sup>80</sup>. Mais de três décadas depois, em outubro de 1139, o arcediogo Bermudo fez testamento a favor da mesma Sé, com a condição de esta sustentar sua mãe, se ela lhe sobrevivesse<sup>81</sup>.

Se as preocupações com o sustento futuro eram fundamentais, no período que prende a nossa atenção, era igualmente importante garantir a defesa pessoal e dos familiares e, eventualmente, assegurar a libertação do cativo ou simplesmente das mãos de pessoas e instituições mais fortes e poderosas, aspetos registados na documentação de Braga e de Coimbra, como passamos a revelar.

Assim, em 30 de julho de 1099, Paio Bermudes, doou à Sé, na pessoa de D. Geraldo, recentemente eleito para esta diocese<sup>82</sup>, metade dos bens que possuía na freguesia de Esporões, Braga, como agradecimento pelo seu resgate das mãos de inimigos poderosos e sua restituição à liberdade, expresso nos seguintes termos: - «pro quo sacasti me de manu de hominibus fortiosis et impiis et adiuvastes

<sup>77</sup> *L. F.*, I, p. 170. Na impossibilidade de sintetizarmos todas as doações relativas aos pedidos de *sustento*, *assistência* e *proteção*, bem como aos outros a que nos vamos referir nesta exposição, optaremos por apresentar, conforme as situações, um ou dois casos, indicando mais alguns em notas de rodapé, como passamos a fazer, quanto ao pedido de sustento: *L. F.*, I, p. 190; II, [169, 199, 228-229, 266,]; III, 36, 168, 171, 204.

<sup>78</sup> *L. F.*, II, p. [224, 225, 276, 278].

<sup>79</sup> *L. F.*, II, p. [228-229; ver também as p.: 88, 172, 199]; e III, p. 98, 168.

<sup>80</sup> *L. P.*, n.º 321, p. 465.

<sup>81</sup> *L. P.*, n.º 358, p. 510.

<sup>82</sup> COSTA, 1991: 10, onde é indicado o dia 26 de janeiro de 1099, como a data mais provável da sua eleição.

me contra illos»<sup>83</sup>, sendo este, efetivamente, o motivo determinante da doação, cujo teor, além de reproduzido, em 21 de agosto de 1101, com uma redação do motivo mais expressiva e vigorosa: - «Ideo dedimus vobis illam hereditatem eo quod eripuistis nos de manibus hominum potentium vel adversariorum nostrorum ferocissimorum et adiutorium egistis nobis contra eos vel pro remedio animarum nostrarum»<sup>84</sup>, voltou a ser incluído no *Liber Fidei*, sob o n.º 682, embora com a lamentável substituição de *hominum* por *omnium*<sup>85</sup>.

Em situação idêntica tinha-se encontrado Citelo Ibn Alazade, que, em 31 de julho de 1023, vendeu, entenda-se, entregou uma propriedade em compensação por lhe terem resgatado os filhos<sup>86</sup>. Mas o interesse pelo resgate de cativos não tem a ver, apenas, com situações concretas do então presente ou do passado, pois projetava-se também para o futuro, através de legados testamentários, em que uma das intenções expressas na finalidade dos bens em causa era a redenção de cativos, como ficou bem claro nas disposições do testamento do presbítero João à Sé de Coimbra<sup>87</sup>.

É dentro deste espírito e disciplina canónica de então que apreciamos as várias situações que se nos depararam, constituindo a primeira aqui evocada uma bela expressão de sensibilidade religiosa e de culpa, mesmo que não conheçamos as circunstâncias em que o facto ocorreu. Segundo o documento de 6 de junho de 1082, Garcia *Gadiz* e sua esposa, Maiorina, doaram à Sé de Braga metade do que possuíam em Quintela e  $\frac{1}{4}$  do casal de Refonteira, no concelho de Vila Real, para que o prelado diocesano – o bispo D. Pedro – os absolvesse por terem deixado morrer um filho sem batismo, situação que muito os amargurava: - «Damus ipsam hereditatem pró remedio animarum nostrarum et pró nostr filio qui migravit ab hoc século paganus et non potuimus illam penitentiam portare. Proinde damus eam quod absolvat Dominus nostra peccatum per benedictionem illius episcopi quia sic dicitur in Evangelio: «Quorum remiseritis peccata remittuntur eis et quorum retinueritis retenta erunt»<sup>88</sup>.

---

<sup>83</sup> L. F., I, p.177-178

<sup>84</sup> L. F., I, p. 186-187.

<sup>85</sup> L. F., III, p.116-117.

<sup>86</sup> L. P., n.º 128, p. 195.

<sup>87</sup> L. P., n.º 113, p. 172.

<sup>88</sup> L. F., I, n.º 111, p. 131. A apreciação deste e de outros casos seguintes implicava, naturalmente, uma excursão pela legislação canónica e pela disciplina eclesiástica vigente e, mais concretamente, quanto aos pecados, cuja absolvição era reservada ao prelado diocesano, à penitência pública, às penitências materiais, que vinham da Alta Idade Média e se prolongaram até ao século XV e XVI, convindo ter presentes as penitências estabelecidas no *Tratado de Confison*, Chaves, 1489, e o *Tratado de aviso de confessores*, bem como as determinações de D. Frei Bartolomeu dos Mártires no sentido de que as penitências materiais fossem, progressivamente, substituídas por penitências de natureza espiritual mais eficazes.

Se no caso precedente nos encontramos perante um profundo gesto de gratidão porque o prelado diocesano conseguiu resgatar e devolver o doador à liberdade, em 5 de julho de 1132, assistimos à doação à Sé, feita por Elvira Galindes, suas filhas, irmãos e sobrinhos de seu filho, Garcia Soares, em reparação pelas muitas ofensas e injúrias por este feitas à Sé e ao arcebispo D. Paio Mendes. Com efeito, tendo Garcia Soares sido morto inesperadamente – «qui fui occisus» –, sem confissão nem absolvição dessas graves ofensas, sua mãe, Elvira Galindes, juntamente com o bispo Bernardo de Coimbra – que tinha sido arcediogo no Cabido bracarense –, o bispo eleito de Tui, Paio, e os abades Nuno de Tibães e Mido de Rendufe e muitas outras pessoas importantes pediram ao arcebispo se dignasse aceitar a terça parte de todos os bens do ofensor falecido, com exceção da quinta de Febros, em reparação de todas as ofensas recebidas e para que Deus lhe concedesse o seu perdão<sup>89</sup>. Estamos, sem dúvida, perante uma grave situação social e religiosa, em que a mãe e outros familiares do falecido agressor não se pouparam a esforços, mobilizando, inclusive, as influências de prelados, abades e de prestigiadas personalidades da sociedade civil, no sentido de obterem o perdão da Igreja e do arcebispo ofendido.

Por vezes, o laconismo de algumas cartas recolhidas neste códice não permite conhecer a razão última de algumas penas espirituais que o alcance da sua natureza jurídica – essencialmente, doações –, pretende sanar. Tal é o caso da doação que Fernando Gomes fez a D. João Peculiar e ao Cabido de Braga dos bens da herança paterna, situados em Redondelo e Curalha, na região de Chaves, em 19 de fevereiro de um ano criticamente situado entre 1169-1175, para que o arcebispo levantasse a sentença de excomunhão com que sua esposa, Elvira Moniz, estava ferida<sup>90</sup>. Embora se desconheça a causa dessa pena de excomunhão, não há dúvida de que lhe terá sido infligida por motivo muito grave.

Entre os doadores e as dádivas por eles feitas à Sé de Braga e a outras igrejas para serem ou porque já foram absolvidos de alguma excomunhão, desejamos salientar o caso de Mónio Esteves e de sua mulher, Urraca *Guesteiz*, porque revela que a pena de excomunhão lhes tinha sido aplicada, mercê da sua cumplicidade no crime de *bigamia*, ao darem sua filha em casamento a Fernando Gomes, que estava, legitimamente, casado com outra mulher ainda viva e por ele repudiada. Tendo pedido perdão e sido absolvidos da sobredita pena de excomunhão pelo arcebispo D. João Peculiar, por carta de 7 de dezembro de 1155, doaram à igreja de Santa Maria de Pinhovelo, no atual concelho de Macedo de Cavaleiros, e à Sé de Braga, na pessoa do referido arcebispo e seus sucessores, os dizimos que tinham em Travanca, Moncorvo. Além disso, Urraca *Guesteiz*, mãe da jovem induzida a

<sup>89</sup> L. F., III, p. 171-172.

<sup>90</sup> L. F., II, p. [252].

um casamento nulo, mas, em última instância, responsável por uma inequívoca situação de bigamia, deu também à Sé Primaz uma herdade em Rio Mau, sita na terra de Montenegro<sup>91</sup>.

Na série de motivos determinantes de doações à Sé de Braga e seu metropolitano, cujas cartas se conservam no *Liber Fidei*, em contraste com os pedidos de absolvição de excomunhões, há também significativos casos de remissão de penitências impostas por motivos graves, não só de natureza religiosa, mas também de ordem civil, social e canónica, que, embora em número reduzido, indiciam situações complexas na sociedade do tempo.

Foi o que aconteceu nos primórdios do episcopado de D. Geraldo, que levou Afonso Alvites a transferir, em 8 de julho de 1101, uma propriedade que possuía em Avambres, freguesia de Mateus – Vila Real, para a Sé de Braga, por um duplo título: metade, como doação, e a outra metade, como venda. Na base deste duplo ato jurídico está o facto de o filho de Afonso Alvites, chamado Mendo, ter morto um homem. O homicídio, além de ser um grave crime, era também um pecado cuja absolvição era reservada ao prelado diocesano. Tendo comparecido aos seus pés, foi-lhe aplicada uma penitência pública de doze anos.

Quando Afonso Alvites viu o filho submetido a essa dura penitência, compadeceu-se e, com muitas outras pessoas, pediu misericórdia a D. Geraldo e ofereceu à Sé metade da referida propriedade, em satisfação da penitência imposta<sup>92</sup>.

No âmbito de homicídios, vamos mencionar mais alguns, que configuraram também a gravidade de verdadeiros sacrilégios. Do primeiro ficou memória no documento de 22 de abril de 1110, pelo qual sabemos que Vidas, sua mulher, filhos e outros familiares doaram à Sé de Braga os bens que possuíam em Bornes e ainda a parte do que lhes pertencia na igreja de Santa Marta, sita em Macedo de Cavaleiros, em reparação pelo sacrilégio inerente ao homicídio praticado dentro dela<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> *L. F.*, III, p. 221-222: – «Et hoc facio pro remedio anime mee et parentum meorum et qui[a] absolvistis me ab excommunicationem in qua eram pro filia mea quam dederam Fernando Gomez in coniugium quia habebat aliam uxorem legitimam adhuc vivam et dimiserat eam».

<sup>92</sup> *L. F.*, I, p. 185-186: – «Accidit autem ut filium eius nomine Menendo inpediente peccato occidit hominem et proinde devenerunt ante pedes archiepiscopi domni Geraldi qui in hoc tempore obtinuit sedem metropolis ut penitentiam illi dare sicut et dedit XII<sup>m</sup> annos. Dum autem vidisset Adefonso filium suum in penitentiam grave doluit cor eius super filium et deprecavit ille archiepiscopus cum multis aliis servi Dei ut facret misericordiam super illum et dedit proinde ad illum archiepiscopum medietate de hereditate de Avamores pro illa penitentia et ipsa medietate vendid[i]t ea ad ille archiepiscopus pro XXX.<sup>a</sup> sólidos et consumpta est omnis hereditas in iudicio ei».

<sup>93</sup> *L. F.*, II, p. [118-119]: – «Proinde donamus et textum facimus vobis de illa ecclesia et de illa hereditate pro qua fecimus omicidium intra illa ecclesia et pro vestra mercede absolvistis nos a vinculis peccatorum nostrorum et de illa calumnia de illo omicidio».

Outro foi praticado por Mendo Gomes e seu irmão Egas, que, mataram o clérigo Gomes Eanes, na igreja de S. Martinho de Friastelas, Ponte de Lima, tendo doado à Sé, em satisfação de tão sacrílego delito, em 8 (?), de fevereiro de 1151, a parte do que lhes pertencia no mosteiro de Gaifar e na igreja de S. Lourenço do Mato, também em Ponte de Lima, além de outros pagamentos<sup>94</sup>.

Pelo número de pessoas implicadas e bens doados à Sé, em remissão da pena infligida aos doadores pelas respetivas participações, e pelos vários anos que demorou a inquirição sobre este crime – pelo menos entre 1152 e 1155 –, a repercussão do homicídio praticado na igreja de S. Salvador de Nozedeo<sup>95</sup> excedeu qualquer dos outros acima mencionados, como revelam os documentos que passamos a referir. A primeira dessas doações à Sé de Braga, em reparação por este sacrilégio, é de 1152 e as últimas, de que temos notícia, são de junho de 1155.

A fim de simplificarmos a informação fornecida pelo *Liber Fidei* sobre este grave crime e sacrilégio e as compensações materiais entregues à Sé, em remissão das penas em que tinham incorrido, de acordo com o regime penitencial então vigente, e de que o *Tratado de Confison* (incunábulo português, impresso em Chaves, em agosto de 1489<sup>96</sup>) é inequívoco testemunho, condensamo-la num quadro, que permitirá aos interessados, não só conhecê-la no essencial, mas também ter acesso às cartas em que se encontra, de forma mais pormenorizada:

Datas:	Doadores indultados	Bens doados	Ref. <sup>as</sup> documentais:
1152-09-06	Rolão Oerii	Herdade em Torre, e outra em Vilar de Nantes, Chaves, pagando dois quarteiros de pão, por ano, por cada uma	L. F., II, p. [284]. (Doc. repetido na p. [287]).
1155-01-12	Pedro Fernandes	½ casal em Carrazedo de Montenegro e ½ casal em Rio Torto, Valpaços	L. F., II, p. [285] (Doc. repetido na p. [288]).
1155-06-28	Fernando Godesteiz e seus filhos	Herdade em Torre, Chaves	L. F., II, pp. [281-282]. (Doc. repetido na p. [290] e em III, p. 244).
1155-06-29	Mendo Fernandes	O que lhe pertencia na igreja de Santo André de Semil <sup>97</sup> , Chaves	L. F., II, p. [282]. (Doc. repetido na p. [291-292] e em III, p.245).

<sup>94</sup> L. F., II, p. [274-275], reproduzido também sob o n.º 786 (L. F., III, pp. 215-216).

<sup>95</sup> Esta freguesia foi extinta e o seu território está integrado na de S. João de Corveira, concelho de Valpaços (L. F., III, p. 244, rodapé).

<sup>96</sup> MARTINS, 1973; MARQUES, 1986; —, 1988a: 2-31; VOGEL, 1969.

<sup>97</sup> Freguesia extinta, que deve corresponder ao lugar de Semil, em S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves (L. F., II, [282]).

Verificamos, assim, que neste crime, praticado na então igreja de Nozede, em pleno desrespeito pelo mandamento da Lei de Deus – *não matarás* –, da igreja Sua casa, e violando o *direito de asilo* que as igrejas proporcionavam, intervieram, pelo menos, quatro indivíduos.

Suspendemos aqui as referências a estes casos graves, de ordem civil e religiosa, às penas canónicas com que foram sancionadas e às compensações materiais, que foram entregues à Sé de Braga, contribuindo para a formação do seu património fundiário.

Neste setor também o *Livro Preto* da Sé de Coimbra oferece alguma informação, sendo de registar que nas doações “testamentárias”, a título de reparações, não se fala explicitamente de homicídios, embora haja referências a *sacrilégios* perpetrados em igrejas. Foi por isso que, em fevereiro de 1148, Mendo Pais deixou em testamento à Sé de Coimbra a igreja de Nogueira e outros bens, em remissão de um sacrilégio por ele, outrora, cometido nesse templo<sup>98</sup>, e, em 22 de fevereiro de 1149, Ero Hiquiaz e sua mulher doaram à mesma Sé um casal em S. Pedro de “*Cedrunaa*” em reparação de um sacrilégio praticado nessa igreja de Coimbra<sup>99</sup>.

Como dissemos, não detetámos, na documentação da diocese de Coimbra, registos explícitos de homicídios, não sendo de excluir que algum tenha ficado encoberto sob a designação de *sacrilégio*, mas são frequentes as menções de *calúnias* e *ofensas* aos próprios prelados e arcebispos seus colaboradores. Assim aconteceu, em 17 de fevereiro de 1[1]02, com D. Unisco Soares e seus filhos, que entregaram a D. Maurício, depois designado *Burdino*, bispo de Coimbra, uma herdade em Vilar (Ovar), como indemnização pelas ofensas que lhe foram feitas pelo seu marido e pai dos filhos que participaram na reparação<sup>100</sup>. No ano seguinte, ao completar-se um ano sobre o ato referido, Paio Pais e sua irmã, doam ao mesmo prelado uma vinha em remissão de uma calúnia que lhe haviam levantado<sup>101</sup>. No último ano em que D. Maurício Burdino esteve em Coimbra, foi, reiteradamente, vítima dos roubos que Mónio lhe fez em várias localidades, tendo-se comprometido a ressarcir-lo e a submeter-se à sua autoridade diocesana<sup>102</sup>.

Além destas, em junho de 1148, Egas Bermudes doou à Sé de Coimbra um casal em reparação pelo facto de ter atentado e violado a jurisdição do couto episcopal de Coja<sup>103</sup>, sabendo-se, também, que o arcebispo da Sé de Coimbra, tinha sido gravemente ofendido por Gonçalo Afonso, pelo que deu à Sé de Coimbra a

<sup>98</sup> L. P., n.º 166, p. 262.

<sup>99</sup> L. P., n.º 46, p. 77.

<sup>100</sup> L. P., n.º 435, p. 595.

<sup>101</sup> L. P., n.º 117, p. 179.

<sup>102</sup> L. P., n.º 414, p. 575.

<sup>103</sup> L. P., n.º 297, p. 438.



terça parte de uma herdade em Mortágua, em abril de 1162<sup>104</sup>, e que o mesmo arcediago recebeu também uma grave ofensa de Egas Fernandes, que, atingido pela recusa da sepultura cristã, viu-se obrigado a pagar 1/3 da herança do pai, em remissão dessa ofensa<sup>105</sup>.

Tal como acontecia na zona norte, também em doações a favor do Mosteiro de Lorvão surge a preocupação de assegurar proteção e assistência social<sup>106</sup>.

#### 4.2. Das igrejas próprias ao padroado arquiépiscopal

Temos consciência de, no ponto anterior, nos termos demorado na análise de aspetos do *Liber Fidei* e do *Livro Preto* mais do que seria de esperar, se pensarmos, apenas, no tempo disponível para esta intervenção. Atendendo, porém, à qualidade da informação histórica fornecida por estes códices, absolutamente ignorada dos historiadores portugueses, decidimos prestar-lhe mais atenção.

Igualmente rico e desconhecido é o aspeto que agora nos propomos desenvolver e sobre o qual o *Liber Fidei* proporciona abundantes informações, insuficientemente exploradas para o Norte de Portugal ou, mais concretamente, para a arquidiocese de Braga, e, menos ainda, para o resto de País<sup>107</sup>, como é compreensível à luz do contexto histórico da Reconquista.

Para a compreensão e correta ambientação dos antecedentes da realidade que vamos expor, convém ter presente que, a norte do rio Douro, limite sul da Reconquista, imposto por Vímara Peres, em 868, à medida que os presores e outros colonizadores foram sentindo a necessidade de que as numerosas pessoas ao seu serviço pudessem ter alguma assistência religiosa, embora, ainda, fora do quadro administrativo diocesano e paroquial inexistente, foram construindo e sustentando pequenos oratórios e igrejas destinados a tal fim. Estas *igrejas próprias*, integradas nos seus patrimónios, eram transmitidas por herança aos descendentes e sujeitas a divisões, como os demais bens.

Com a restauração das antigas dioceses, a começar pela de Braga em 1071, muitas destas igrejas ficaram ao serviço do culto paroquial, embora na dependência dos seus proprietários, dando origem ao conhecido *direito de padroado*. Entre outros aspetos, este direito permitia aos patronos apresentarem ao prelado diocesano o clérigo para presidir aos destinos religiosos dessas comunidades cristãs,

<sup>104</sup> L. P., n.º 304, p. 447.

<sup>105</sup> L. P., n.º 303, p. 446.

<sup>106</sup> Cf. *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensi*, León: Centro de Estudios e Investigacion «San Isidoro»/Caja España de Inversiones/Archivo Historico Diocesano, 2008, n.ºs 13 (p. 614), 14 (p. 615), 64 (p. 690).

<sup>107</sup> Sobre este assunto, veja-se OLIVEIRA, 1950: 125-160.



apresentações que, muitas vezes, levantavam graves problemas, de vária ordem, não só entre os *padroeiros*, mas também aos bispos, a quem competia confirmar ou não os apresentados.

Tais igrejas, apesar das vantagens oferecidas numa primeira fase da assistência religiosa às populações circundantes, tornaram-se, depois, fontes de muitas dificuldades, agravadas pela sucessiva fragmentação do direito dos herdeiros sobre as mesmas. E o que se afirma das *igrejas próprias*, aplica-se também a muitos dos antigos mosteiros autóctones ou de tradição visigótico-frutuosiana, que não aderiram às novas observâncias monásticas – beneditina, cisterciense ou agostinha – vindo a extinguir-se, com os seus patrimónios fragmentados.

O *Liber Fidei*, que tem prendido a nossa atenção, proporciona abundante informação sobre a transformação social neste domínio, no âmbito da arquidiocese de Braga, com repercussões na progressiva integração de muitas dessas igrejas e até de alguns mosteiros sob a jurisdição plena do prelado diocesano, no aumento e valorização do património material da Sé de Braga, na extinção de tensões entre os herdeiros por causa da apresentação dos candidatos à cura pastoral dessas igrejas e, sem dúvida, na maior liberdade dos prelados na escolha de clérigos idóneos.

A apresentação destes elementos constitui um dos contributos mais importantes sobre a lenta transformação social e religiosa no Norte de Portugal, de que este códice diplomático dá testemunho. Quanto a este tema, conviria proceder também à análise dos motivos subjacentes às doações patentes nas numerosas cartas recolhidas no *Liber Fidei*, cuja diversidade ajudaria a definir o clima social e algumas vertentes da mentalidade dos doadores.

Sem preocupações de exaustividade, apresentamos um breve quadro destinado a elucidar o que acabámos de afirmar:

Datas:	Doadores	Igrejas e mosteiros doados	Ref. <sup>as</sup> : L. F., vol.- pp
1078-07-27	Froila Crescones	½ da vila e igreja de Sabariz – Apúlia	III, 41-42
1082-06-29	Galindo Alvites, diácono	1/6 da vila e igreja de Mindelo – Vila do Conde	III, 37-38
1100-04-24	Nuno Soares	Mosteiro de S. <sup>to</sup> Antonino de Barbudo – Vila Verde	I, 268-273
1101-06-08	Conde D. Henrique e D. Teresa	Mosteiro de Barbudo e bens em Palmeira e Pitães – Braga	I, 273-274
1126-10-01	Paio Pais	Parte dos mosteiros de Capareiros e de Gaifar	II, [202-204]

1126-10-01	Paio Pais	1/8 da igreja de S. Pedro de Calvelo – P. de Lima	II, [215]
1124-04-02	Elvira Peres	Parte nas igrejas de S. Julião de Paços, S. Miguel de Cabreiros, S. Miguel de Cabaços e S. Pedro de Goães	III, 175
1134	Paio Gondesendes	Parta da igreja de S. Miguel de Cendufe – P. de Lima	II, [169]
1134	Elvira e Argio Eroniz e seu irmão Ordonho	¼ da ermida de Santo Isidoro	III, 181
1138-1145	Pedro Pais	1/6 de S. Pedro de Fragoso, 1/7 de S. Julião de Freixo, 1/9 do mosteiro de Vitorino das Donas	III, 236
1158-01-25	Soeiro Pais e o filho Soeiro Soares	A sua parte na igreja de Santiago de Aldreu	II, 266
1159-05-27	Mendo Soares	Os seus direitos nos mosteiros de Capareiros, Carvoeiro e Palme e nas igrejas de Fragoso, S <sup>ta</sup> . Lucrecia de Aguiar e S. Paio de Antas	II, [265]
1161-02-27	Maior ( <i>Mor</i> ) Pais e marido	1/3 da igreja de S. Salvador de Fonte Má (agora F. Boa) – Barcelos	II, [227]
1162-08-14	Fafes Godins	Parte do most. <sup>o</sup> de Santa Maria Vila Nova de Sande	II, [236]
1169-09-12	Nuno Sesnandes e filhos	Parte das igrejas de S. Miguel da Facha, S. Miguel de Cabaços, S. Salvador de Fojo Lobal, S. Mamede de Sandiães (P. de Lima) e S. Pedro de Alvito (Barcelos)	II, [256]

A este elenco de igrejas próprias, que, no todo ou em parte, isto é, em frações, foram sendo doadas à Sé Primaz pelos mais diversos motivos, poderíamos acrescentar, agora, o número das que, por motivos similares, entraram na dependência da Sé de Coimbra e cujo elenco levantámos.

No âmbito da diocese de Coimbra, restaurada em 1080, para tempos anteriores, verificámos que, além de muitos bens, foram doadas muitas igrejas e ermidas, na íntegra ou em frações, ao Mosteiro de Lorvão.

Face ao exposto, cremos ter documentado suficientemente, embora não de forma exaustiva, as afirmações relativas às *igrejas próprias* e à sua progressiva integração na jurisdição e no padroado arquiepiscopal de Braga e episcopal de Coimbra.

Para a zona da diocese de Braga, há um aspeto que não foi ainda esclarecido, que poderemos formular assim:

Conhecendo-se o *Censual* do Bispo D. Pedro, cujas igrejas podemos tomar, em geral, como sedes de paróquias, como poderemos conjugar esta situação com as doações fracionadas de muitas delas à Sé, em tempos seguintes?

### 4.3. Outros aspetos

Apesar de termos demonstrado que a importância histórica do *Liber Fidei* ultrapassa os limites do Norte de Portugal, temos acentuado as possibilidades que ele oferece para um melhor conhecimento da sociedade medieval portuguesa, em particular, nos aspetos económico, da administração eclesiástica e da mentalidade religiosa, colocando-nos perante uma sociedade em transformação.

Percorrendo este códice, detetámos mais algumas cartas que permitem aduzir novos testemunhos da profunda mudança que se estava a operar nas relações sociais, evidenciadas em atitudes cuja importância e valor jurídico, consagrado em instrumentos diplomáticos, nos apraz revelar. Entretanto, não esquecemos as marcas da violência social, a vários níveis, evidentes na sociedade desta região, que viria a ser o Norte de Portugal, que as práticas, a seguir referidas, claramente confirmam.

Tentando explicitar estes conceitos, recordamos que nos finais do século XI, apesar de a diocese de Braga ter sido restaurada, em 1071, tanto ela como outras instituições eclesiásticas, neste período e nos tempos seguintes, continuaram a ser objetos de fáceis e até intencionais confusões.

Um desses casos foi protagonizado pelos familiares de Afonso Nantemires, que deixou diversas herdades, casas e igrejas à Sé de Braga e ao seu primeiro bispo, D. Pedro, com a obrigação de lhe facultar a sepultura na igreja-mãe da diocese. Após a sua morte e sepultura, o irmão, Mendo *Siiz*, com sua esposa e filhos apresentaram-se como herdeiros de tais bens. Tendo sido convocada uma assembleia de personalidades importantes e idóneas, reunida em 6 de julho de 1106, com a presença do arcebispo D. Geraldo e de D. Ausenda (ou *Adosinda*) Tedões com suas filhas e genros, foram reconhecidos os direitos da Sé de Braga, tendo-se acordado que os reclamantes ficassem na posse de metade dos bens em litígio<sup>108</sup>.

Poucos anos depois, mas já no arcebispado de D. Maurício Burdino, surgiu uma nova contenda, de contornos idênticos à anterior, por causa dos bens que Paio Odoriz tinha deixado à Sé de Braga, onde foi sepultado. Posteriormente, o abade D. Rodrigo com os herdeiros do mosteiro de S. Martinho de Sande, questionaram a posse desses bens, que, em 19 de novembro de 1110, foram reconhecidos como pertencentes ao arcebispado: – «et omnes viri nobiles qui ibi erant adiuncti et iudicaverunt quoniam directum erat de Bracara et non Sandi» –, direito que os sobreditos abade e herdeiros reconheceram por escrito<sup>109</sup>.

Além destas, podemos mencionar outras cartas de *agnição* ou de reconhecimento de direitos pertencentes a outros titulares – instituições ou simples parti-

<sup>108</sup> *L. F.*, II, p. [73-74]. Este documento foi transcrito também no *L. F.*, III, pp. 63-64.

<sup>109</sup> *L. F.*, II, p. [121-122].

culares –, cujos títulos jurídicos foram recolhidos no *Liber Fidei*, como aconteceu com Alvito Dias, que em seu nome e dos religiosos de S. Paio de Mós, Vila Verde, em 14 de março de 1111, reconheceu os direitos da Sé de Braga aos bens que lhe contestavam, em Gondiaães, Vila Verde<sup>110</sup>.

Esta sociedade medieva era muito insegura, pelo que não faltavam pessoas detentoras de bens suficientes para viverem com certo desafio a confiarem-se com suas famílias e os próprios bens, que continuavam a trabalhar, à proteção de alguém mais poderoso ou de alguma instituição que lhes proporcionasse a proteção de que careciam. Citamos, apenas, dois casos de *encomuniação*: o primeiro é o de Savarigo Baltariz, que, em 23 de setembro de 1043, fez carta de *encomuniação* à condessa D. Ilduara de parte da igreja do S. Miguel e de outros bens que possuía em Gualtar e em S. Mamede de Este, Braga, em Soengas, Vieira do Minho, e em Barreiros, Amares<sup>111</sup>; o segundo, bastante posterior, corresponde à *encomuniação* que, em 28 de setembro de 1109, Mido Bermudes fez de metade dos bens que possuía em Lamações, Braga, à Sé Primaz, na pessoa do arcebispo D. Maurício Burdino, com a condição de ele e os seus descendentes continuarem a cultivá-los como, colonos da Sé, pagando-lhe a quarta parte dos frutos produzidos<sup>112</sup>.

Em contraste com estes casos de subordinação de certos indivíduos com seus familiares e bens a outros mais poderosos, em busca da necessária proteção, o *Liber Fidei*, na sua riqueza documental, revela-nos também alguns casos de pessoas que se encontravam em situações de dependência, limitadas na sua liberdade individual que, por generosidade dos seus titulares, ascenderam à plena liberdade.

Respeitando o método seguido até aqui, sobre esta temática apresentamos, apenas, dois casos. No primeiro, *Trudili* Mendes concede plena liberdade ao seu escravo Garcia, que a tinha servido desde a sua infância, e doa o escravo Fernando como *servo* ao mosteiro de Santo Antonino de Barbudo. Note-se que estamos perante um caso de alcance social, que tem subjacentes razões de ordem religiosa, como a própria carta de *manumissão*, *liberdade* ou *alforria*, claramente indica. Com efeito, além de na *arenga bíblica* se ordenar a proteção dos oprimidos<sup>113</sup>, a libertação de um dos *escravos* e a elevação de outro à condição de *servo*, assumem também caráter de reparação pela situação irregular do casamento de seu filho, face à lei canónica, que já lhe tinha merecido a repreensão episcopal e abacial: – «et pro que increparunt nos episcopus et abbates pro illo coniugio filio nostro Nuno Menendis»<sup>114</sup>.

<sup>110</sup> L. F., III, p. 146.

<sup>111</sup> L. F., I, p. 216-217.

<sup>112</sup> L. F., II, p. [131-132].

<sup>113</sup> L. F., III, p. 32-33: – «Dissolvit conligationis impietatis solvet fascículos deprimentes. Dimitte eos qui confracti sunt, libera eos et omne honus eorum dirumpet».

<sup>114</sup> L. F., III.

O segundo, apesar de aparentemente ser mais simples, pois trata-se da libertação de um *servo* e não de um *escravo*, revestiu-se de uma solenidade, que pelo seu simbolismo não pode deixar de se interpretar como um convite generalizado à libertação dos numerosos escravos e servos ainda existentes. Estas afirmações compreender-se-ão melhor se dissermos que o protagonista desta libertação foi o próprio arcebispo D. Paio Mendes, ao conceder carta de liberdade ou *ingenuidade* – no sentido que tem na Idade Média – ao seu servo, que trata por *irmão*, Pedro *Suaridem*, junto do altar da Sé de Braga, na presença dos cónegos aí reunidos e de nobres leigos. Por esta carta de *liberdade*, *ingenuidade* ou *alforria*, o arcebispo declaro-o tão livre como se tivesse nascido de pais livres, podendo ir para onde quisesse e a autoridade canónica permitisse<sup>115</sup>.

Se à dimensão simbólica decorrente da solenidade que o arcebispo D. Paio Mendes imprimiu à libertação do seu servo associarmos a doutrina bíblica patente nas *arengas* de numerosas cartas de *liberdade* ou *alforria*, poderemos captar o enorme esforço, embora de resultados lentos, feito pela Igreja, inclusive no tempo de D. Afonso Henriques, no sentido da mudança e transformação social.

Com o resumo desta carta de *liberdade*, *ingenuidade*, *manumissão* ou *alforria*, solenemente outorgada pelo arcebispo, na Sé de Braga, em data indeterminada do seu governo pastoral (1118-1137), assinalámos, da melhor forma, mais um valioso aspeto, latente no *Liber Fidei*, sobre o caminho e os passos de mudança na sociedade medieval portuguesa, rumo à crescente libertação de quantos viviam na dependência dos mais variados poderosos.

## 5. CONCLUSÃO

A terminar esta exposição sobre *A Igreja no tempo de D. Afonso Henriques*, apesar de termos restringido o seu âmbito, e até por isso, temos consciência de nos termos limitado a evocar algumas mudanças e inovações que foram surgindo e se afirmaram desde o último terço do século XI, até finais do século XII, quando o reino afonsino começou a enveredar por novos caminhos. Com efeito, além da restauração das dioceses e da sua incipiente divisão administrativa, rumo à defi-

---

<sup>115</sup> *L. F.*, III, p. 178 [1118-1137]: – «... ego in Dei nomine Pelagius Bracarensis archiepiscopus pro remedio anime mee et pro remedio anime fratris mei Suerii Mendi vel eterna retributione in ecclesia Sancte Marie et sub presentia canonicorum ibi consistentium ac nobilium laicorum ante cornu altaris istius ecclesie absolvo servum meum vel fratris mei illum Petrum Suaridem per hanc kartam absolutionis vel ingenuitatis ab omni vinculo servitutis ita ut ab hac die et deinceps ingenuus sit et ingenuus permaneat tanquam si ab ingenuis parentibus fuisset natus vel procreatus. Eam pergat partem quam maluerit vel quem ei auctoritas canónica permittit et sicut alii ingenui vitam ducat ingenuam».

nição de uma rede paroquial, acompanhámos a introdução e implantação das três novas observâncias monásticas, assim se pondo termo a comunidades antigas, agora transformadas e renovadas.

Neste aspeto, não deveremos esquecer que algumas comunidades beneditinas acabaram por abraçar a observância cisterciense, como aconteceu com Fiães (1174-1193)<sup>116</sup> e Pitões de Júnias (1248)<sup>117</sup>.

Tentámos, igualmente, surpreender certas manifestações da vivência eclesial do nosso primeiro Rei, que não poderemos ver como mero *Conquistador* e político, mas se impõe descobrir também como cristão e principal responsável pelo governo do reino, cuja solicitude pelos mais carecidos e desprotegidos se devia estender à escala nacional, o que procurou fazer através das estruturas diocesanas existentes, como o seu testamento revela.

Finalmente, apontamos alguns caminhos a percorrer, rumo à descoberta de sinais de mudança na sociedade do tempo do nosso primeiro Rei, percebendo até que ponto a ação da Igreja nela se fazia sentir e que alterações se pressentiam.

Quisemos também fazer um primeiro registo de diferenças entre a zona norte e a região centro-sul, em torno de Braga e de Coimbra.

Além dos habituais temas de natureza política, económica, militar e religiosa, convirá não esquecer aspetos sociais, como o combate às formas de violência, libertação dos servos, de que o ato solene concretizado por D. Paio Mendes pode constituir um significativo apelo à sua generalização, e a possibilidade de mais alguns passos no caminho do estudo da mentalidade medieval.

## ABREVIATURAS

B.L. – *Benedictina Lusitana*.

Baio Ferrado – *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XIe-XIIIe siècles)*.

Censual Cab. Porto – *Censual do Cabido da Sé do Porto*.

D.C. – *Portugaliae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*.

D.H.I.P. – *Dicionário da História da Igreja em Portugal*.

D.H.P. – *Dicionário de História de Portugal*.

D.R. – *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*.

D.S. – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*.

L.F. – *Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ*.

L.P. – *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*.

VERBO – *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo.

<sup>116</sup> MARQUES, 1990b: 22.

<sup>117</sup> L. F., III, n.º 903.

## FONTES

- Benedictina Lusitana* / Frei Leão de S. Tomás. Introd. e notas críticas de José Mattoso. Lisboa. Imp. Nac.-Casa da Moeda, 1974.
- Censual do Cabido da Sé do Porto*, Leit. de José Maria Augusto da Costa, BPMP, Porto, 1924.
- COSTA, P<sup>e</sup>. António Carvalho da - *Corografia Portugueza...*, 2<sup>a</sup> ed., vol. I. Braga, 1869.
- Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Ed. AZEVEDO, Rui de, COSTA, P<sup>e</sup> Avelino de Jesus da, PEREIRA, Marcelino Rodrigues. Coimbra: Universidade, 1979.
- Documentos Medievais Portugueses - Documentos Régios*, Ed. AZEVEDO, Rui Pinto de, vol. 1, tomo I. Lisboa, APH, 1958.
- Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XIe-XIIIe siècles)*. Introduction et notes de Robert Durand. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1971.
- Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ*. Edição crítica pelo P<sup>e</sup> Avelino de Jesus da Costa. Braga: Junta Distrital de Braga, tomo I -1965, tomo II (1978) e tomo III - (1990)<sup>118</sup>.
- Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensi*, León: Centro de Estudios e Investigacion «San Isidoro»/Caja España de Inversiones/Archivo Historico Diocesano, 2008.
- Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica e texto integral. Diretor e Coordenador Manuel Augusto Rodrigues. Diretor científico Cónego Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999.
- Lumen gentium ou Constituição dogmática “A Igreja”*. In *Concílio Ecuménico Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações*. Edição bilingue: latim-português. Braga: Secretariado do Apostolado da Oração, 1966.
- Missal de Mateus. Manuscrito 1000 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Introdução, leitura e notas de Joaquim Bragança*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
- O ceo aberto na terra: historia das sagradas congregações dos conegos seculares de S. Jorge em Alga de Venesa, & de S. João Evangelista em Portugal*, de Fr. Francisco de SANTA MARIA. Lisboa: Oficina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697.
- Peregrinatio Hispanica - 1531-1533* de Frère Claude de BRONSEVAL. Ed. latim-francês preparada por D. Maur Cocheril, tomo II. Paris: Presse Universitaire de France, 1970.
- Portugaliæ Monumenta Historica. Scriptores*, vol. I, fasc. I, Olisipone, Academia Scientiarum Olisiponensis, 1856.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fortunato de (1967) - *História da Igreja em Portugal*. Nova edição, dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto: Portucalense Editora.
- ANDRADE, António Banha de; PEREIRA, Fernando Jasmim, dir. (1980-1983) - *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência.

---

<sup>118</sup> Entre a realização do Colóquio e a edição deste volume foi publicada a versão integral deste importante cartulário: *Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ*, Ed. Crítica pelo Pe. Avelino de Jesus da COSTA, Reedição melhorada e ampliada por José MARQUES, 2 vols., Braga, Arquidiocese de Braga, 2016.



- BARROCA, Mário (1994) - *Mosteiro de Santa Maria das Júnias. Notas para o estudo da sua evolução arquitetónica*. «Revista da Faculdade de Letras. História», 2ª Série, Porto, vol. XI, p. 417-443
- BRAGANÇA, J. O. (1993) - *Fragmento precioso de um missal de Braga do século XII*. «Theologica», 2.ª Série, vol. 28, 2.
- CARVALHO, José Vieira de (1969) - *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira. Instituição valorizada da Terra da Maia*. Maia.
- COCHERIL, Maur (1978) - *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: F.C. Gulbenkian - Centro Cultural Português.
- COSTA, P.e Avelino de Jesus da (1983) - *A Comarca eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo*. In *I Colóquio Galaico-Minhoto, Ponte de Lima, 1-5 de setembro de 1981*. Ponte de Lima, p. 69-240.
- (1991) - *A vacância da Sé de Braga e o episcopado de São Geraldo (1092-1108)*. Sep. de Acção Católica. Braga.
- (1997-2000) - *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*. Vol. 1 e 2. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 2ª. edição refundida e ampliada.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e (2005) - *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*, Noia (Galiza), Editorial Toxosoutos (Serie Trivium).
- FERREIRA, José Augusto (1923) - *Memórias archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopais e políticos)*. Sec. VI - Sec. XX, tomo I, Braga, Cruz e Comp.ª Editores.
- FLICHE, Augustin & MARTIN, Victor, dir. (1950) - *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours*, vol. 8.º, Paris: Bloud et Gay.
- LEBRUN, François, dir. (1990) - *As grandes datas do cristianismo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MARQUES, José (1981) - *O Mosteiro de Bulhente não existiu*. «Arquivo do Alto Minho», vol. 26, p. 7-39 [Publicado em separata, Braga, 1982].
- (1985) - *A extinção do Mosteiro de Manhente*. In «*Barcelos Revista*», 2 (2), p. 15-19.
- (1986) - *Tratado de Confissom. Novos dados para o seu estudo*. Vila Real: BPAD-IPPC.
- (1988a) - *O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal*. «Forum», 4, outubro 1988a, p. 9-10.
- (1988b) - *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- (1990a) - *A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio*. «Revista da Faculdade de Letras». História, II Série, Vol. VII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 9-34.
- (1990b) - *O Mosteiro de Fiães. Notas para a sua história*. Braga.
- (1990c) - *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais*. In *Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, INIC (CHUP), 1990, p. 1527-1566.
- (1991) - *Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII*. In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobça e simpósio de Lisboa*. Atas. Braga, p. 649-675.
- (1992) - *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais galaico-leonesas no Norte de Portugal*. «*Brigantia - Revista de Cultura*», vol. XII, n.º 4 - Outubro-Dezembro, p. 175-196.
- (1993) - *O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã*. In *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral*. Braga, 4-5 de maio de 1990. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 183-240.
- (1997) - *Os Mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna*. In *Atas do Ciclo de Conferências Comemorativas do 4.º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória: 21 de março a 18 de junho*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 1997, pp. 173-207.



- (2002) – *O cartório e a livraria do Mosteiro de Paderne, em 1770*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço», n.º 1, p. 5-92.
- (2006-2007) – *Caminhos da escrita no Noroeste de Portugal, na Idade Média. Alguns Aspectos*. «Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património», vol. V-VI. Porto, p. 291-322.
- (2010) – *Le Liber Fidei de la Cathédrale de Braga et le nord du Portugal*. In *Regionale Urkundenbücher. Die Vorträge der 12 Tagung der Commission Internationale de Diplomatique*. Herausgeber: Theo Kölzer, Willibald Rosner, Roman Zehetmayer, NÖLA, Mitteilungen aus dem Niederösterreichischen Landesarchiv 14 (2010), pp. 259-296 (também em português, na *Bracara Augusta*, vol. 57, 2009 /10 / 11 /12, pp. 453-500).
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1996) – *A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela*. In *2.º Congresso histórico. Atas do Congresso de Guimarães*, vol. 5.º. Guimarães, p. 49-84.
- MARTINS, José Pina (1973) – *Tratado de Confison*. Lisboa.
- MARTINS, Rui Cunha (1992) – *Património, parentesco e poder. O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Prefácio de Maria Helena da Cruz Coelho. Lisboa: Escher, Fim de Século Edições.
- MATTOSO, José (1963-1971) – *Benedictinos*. In SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 326-328.
- (1968) – *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain, p. 16.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2010) – *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1180-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- OLIVEIRA, Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa: 1950.
- PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo (1977) – *O Recontro de Val-de-Vez onde foi?*; 2.ª edição melhorada, Braga. [1.ª ed. Braga, 1958].
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva (1991) – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. vol. I – Estudo; vol. II – Coleção Documental. Porto.
- RIBEIRO, Maria José Ferreira Homem (1994) – *Edição dos documentos medievais do cartório de Santa Eufémia de Ferreira das Aves*. Lisboa.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A., et al. (2005) – *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374). Notícias biográficas, de vários autores*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1973) – *O censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2003) – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno Edições.
- SERRÃO, Joel, dir. (1963-1971) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2008) – *Scriptores et notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*, Porto, Ed. Fio da Palavra.
- VOGEL, Cyrille (1969) – *Le pécheur et la pénitence au Moyen-Âge*. Paris: Éditions du CERF.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (1999) – *As dimensões de um poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.



# AS TERRAS DO SUL MUÇULMANO

CLÁUDIO TORRES\*

Depois de três dezenas de anos a escavar em Mértola, a abrir a terra, à procura das marcas deixadas pelos cavaleiros árabes, vindos do deserto, pelas tropas invasoras de Tarik, fomos encontrar sobretudo o Mediterrâneo em toda a sua diversidade e coerência. Porque a civilização Islâmica é, afinal, indissociável das velhas civilizações anteriores e está profundamente ligada ao nosso passado, tanto quanto o está também ao nosso presente e aos nossos saberes e hábitos culturais. Para a história dos objectos e das coisas materiais, para as ciências da arqueologia, a batalha definitiva de 711 é um não facto.

Ao contrário, são insistentes e indesmentíveis os fenómenos de continuidade, contradizendo a tradicional divisão da história em fatias: depois dos Romanos, teriam vindo os Suevos, Visigodos e depois os Árabes. Pelo contrário, aqui nestas terras do Sul, estamos a constatar um encadeamento, quase sem rupturas, em que o mundo se mantém sobretudo numa linha de continuidade e em que as inovações introduzidas, quase exclusivamente nos centros urbanos, se sedimentam lentamente, por vezes ao longo de muitas dezenas de anos. Em qualquer intervenção no subsolo, além de ruínas arquitectónicas e técnicas artesanais, recolhemos artefactos e recipientes que, usados ao longo de muitas gerações, atravessaram todo o Mediterrâneo nos períodos romano e islâmico, chegando muitos deles até aos nossos dias.

É curioso constatar que, neste encadeado de técnicas e crenças, de um modo geral, o mundo camponês, as civilizações de carácter agrário, sempre tiveram tendência para sistematizar os seus sistemas religiosos em linhagens politeístas em que cada santo, muitas vezes no papel de divindade local ou regional, intercede no controlo das chuvas e apaziguamento das tempestades, nas boas colheitas, na saúde, fertilidade e bem-estar das pessoas. Ao contrário, num olhar de relance

---

\* CEAACP-CAM.

pelos grupos sociais tradicionalmente dedicados a actividades comerciais, nota-se uma tendência maioritária para cultos monoteístas, naturalmente mais abstractos e, portanto, iconoclastas.

Na expansão do Cristianismo para Ocidente destacam-se nitidamente duas vias principais. Por um lado, a decisão política posterior ao édito de Constantino e que em finais do século IV tornou o Cristianismo religião obrigatória do Império. Todos os templos de culto imperial são obrigatoriamente cristianizados, e os grandes senhores da terra, sempre respeitadores dos poderes estabelecidos, convertem os oratórios familiares das suas *villae* em locais de culto cristão. Esta cristianização na Península Ibérica e noutros territórios do Ocidente relaciona-se sobretudo com as classes dirigentes, consolidando-se nos centros episcopais e nos mosteiros onde prevaleceu um certo revivalismo dos fastos do Império perdido e onde se começou a consolidar e a hierarquizar a nascente sociedade feudal.

O outro caminho da expansão cristã, mais lento, mas certamente mais profundo, acompanhou as rotas do comércio marítimo, fundiu-se nos velhos ritos populares dos mistérios, penetrou no seio de escravos e libertos, associou-se a outros movimentos de salvação e culto dos mortos, implantou-se solidamente nas cidades portuárias, alongando-se pelos trilhos dos mercadores e almocreves. São assimilados outros cultos já antes associados à devoção a Isis -Tanit no Magreb ou o Mitraísmo na Bética e Lusitânia, sendo recebidas e adaptadas ao *panteon* cristão várias outras divindades lunares e solares que passam a integrar os atributos dos muitos santos que vão proliferando no hagiológico cada vez mais complexo das heterodoxias cristãs que povoam nessa altura todo o Mediterrâneo.

Com efeito, não houve um Cristianismo único a espalhar-se por todo o Mediterrâneo. E não me refiro apenas às múltiplas heresias que proliferavam um pouco por toda a parte. Refiro-me também a grandes sistemas filosóficos que se distribuem seja pelo mundo rural e monástico, seja veiculado pelos cidadãos e comerciantes. Por exemplo, no Mediterrâneo Oriental notamos que, desde o século IV, começa a ser nítida uma certa diferença, constantemente reafirmada em todos os concílios, entre os cristãos das margens setentrionais, de uma certa forma mais ligados às capitais do Império – Roma e Bizâncio, e os cristãos do Sul, mais dependentes de Alexandria e de todas as outras cidades-porto onde confluíam as grandes rotas marítimas internacionais do Mar Vermelho, do Nilo e da Cirenaica. O cristianismo áulico bizantino, que também ditava a ortodoxia, movia-se em torno das cortes imperiais ou papais envolvido num sistema hierarquizado de valores pré-feudais, onde uma pirâmide de heróis e santos era encimada por uma tríade divina.

Nos meios comerciantes das cidades do Sul afirmavam-se os valores do indivíduo que, pelo seu esforço e do seu clã familiar, pode enriquecer e, portanto, ascender socialmente. A valorização individual cria também um relacionamento

directo com a divindade, reforça o poder abstracto e esotérico do monoteísmo. Não é por acaso que tenha sido em Alexandria que se concentraram as últimas correntes filosóficas da Escola de Atenas com Plotino a pontificar o relacionamento directo do homem com Deus através da «graça divina». Este contacto directo com Deus serviu de base à doutrina de Santo Agostinho, cujo pensamento chegou a ser considerado herético quando mais tarde o *tomismo* se impôs como doutrina oficial da Igreja.

No Império Bizantino foi uma poderosa rede de grandes mosteiros, com uma ideologia mais conservadora, a organizar a contra-ofensiva ao movimento iconoclasta inspirado pelas correntes mais inovadoras das grandes cidades do sul. Estes centros monásticos, aliados e cúmplices de outros grandes senhores da terra cuja produção dependia ainda do trabalho escravo, mas onde já se pressentia o sistema feudal, são a matriz do cristianismo ortodoxo oficialmente reconhecido pela corte imperial bizantina e pela cúria romana. Desta forma, era inevitável uma profunda divisão entre estes dois mundos. Assim, o Sul mediterrânico e mercantil tenderia a organizar-se em torno de correntes intransigentemente monoteístas onde eram dominantes as correntes monofisitas, que defendem um só Deus absoluto e uma só natureza. Ao rejeitarem a Trindade, considerada como tríade divina, os adeptos dessa doutrina acusavam os cristãos trinitários de politeístas, denúncia que curiosamente vai ser repetida uns tempos mais tarde pelos muçulmanos.

Muito antes do Islão, que apenas no século sétimo vai oficializar esta ruptura, no seio do mundo cristão oriental as diferenças de sistema económico são potenciadas por divergências religiosas. Como é sabido, Constantinopla tentou de varias formas, incluindo a força armada, impor a sua ordem às cidades de Alexandria, Antioquia e Damasco, que entretanto se tinham reorganizado na igreja Monofisita. Aliás não é por acaso que tenha sido nesta zona do Mediterrâneo a surgir e a afirmar-se a nova religião muçulmana, ela também rigidamente monoteísta e hostil á dominação imperial bizantina. Ao contrário do que ainda hoje é afirmado sobre as influências do deserto na sua génese, o Islão forma-se sobretudo no interior do cristianismo e judaísmo, bebendo das mesmas fontes bíblicas e difundindo-se rapidamente nas comunidades urbanas de mercadores e artesãos, onde tinha garantida a sua base de apoio. Muitas vezes para justificar a fulgurante e milagrosa expansão do Islão como simples fenómeno militar, resumem-se os seguidores de Mohamad a um bando de Árabes a cavalo que invade o Mediterrâneo e impõe uma nova religião. Se é admissível que o cimento místico do novo movimento religioso foi inspirado nos horizontes infinitos e primaciais do deserto, foi sobretudo em Alexandria que foram caldeados a sua filosofia e os seus princípios teóricos. Era nesta grande metrópole mercantil do delta do Nilo que nessa altura se defrontavam as grandes correntes de ideias no interior da

comunidade cristã, com vantagem clara para o monofisismo que também condenava simbolicamente a resistência política ao odiado Império Romano do Oriente. Uma grande proximidade nos grandes princípios religiosos e uma mais do que evidente aliança de interesses contra Bizâncio, fez com que as convergências se transformassem em conversões. O Islão acabaria por dominar toda a região de uma forma inequívoca, uma vez que, na altura, estava não só mais adaptado à realidade, como se impunha a simplicidade da sua liturgia.

Uma série de descobertas arqueológicas em Mértola, sobretudo de um possível palácio episcopal monofisita e de um luxuoso mausoléu, levou-nos também a compreender melhor a implantação da religião muçulmana no Ocidente e sobretudo a ver com outros olhos a forma como se expandiu por todo o Mediterrâneo. Em vez de ficarmos apenas enrolados nas sempre repetidas conquistas militares, começamos a melhor compreender a rápida expansão do Islão, não só como o somatório de condições políticas e económicas favoráveis, como também e principalmente, o facto de nessa altura haver no terreno, sobretudo nas principais cidades portuárias, uma população já praticante de um cristianismo *herético* que, afinal, estava mais próxima e receptiva à palavra do Profeta.

Embora a consolidação do Cristianismo também tenha passado por éditos imperiais e mesmo por uma forte repressão sobre os outros cultos, seria completamente descabido explicar a expansão do cristianismo por uma simples conquista militar. O mesmo se pode dizer do Islão. A religião muçulmana, última grande religião de salvação, é naturalmente a síntese de todas as religiões anteriores, tendo-se afirmado, naquela época, como a mais inovadora, com capacidade de incorporar todos os elementos fundamentais dos cultos anteriores. É uma religião que se expandiu rapidamente nos meios urbanos porque foi sobretudo divulgada por almocreves e mercadores. O gesto de compra e venda é o fundamento de todos os mecanismos de transmissão do conhecimento, criando as linhas de cultura essenciais, que, afinal, resumem a história do Mediterrâneo. Foi através dos portos, dos mercados, das feiras, do intercâmbio, que foi processada a síntese de culturas e saberes, que se difundiram as línguas e as religiões. O fenómeno cultural e religioso da islamição, dada a sua profundidade e carga civilizacional não foi, obviamente, imposto nem pela espada, nem por nenhuma estratégia de conquista militar.

Cingindo-nos aos factos arqueológicos, no período islâmico vamos encontrar por todo o sul do nosso país, assim como em toda a Andaluzia, uma enorme variedade de artefactos oriundos de contactos com o Oriente e por outro, entre as comunidades camponesas, um reforço identitário, uma consolidação das tradições. A maioria da população rural, embora já bastante islamizada em finais do século XI, continuava a praticar um Cristianismo pouco católico e a falar romance. Apenas nas cidades, a língua árabe se tornara, por essa altura, francamente dominante. Exactamente

por isso é que, em Portugal, os falares dialectais do sul são diferentes dos falares do norte. E as diferenças, resultantes da introdução de elementos moçárabes, são obviamente anteriores à Reconquista do século XIII. A língua romance subsistiu nas zonas camponesas, profundamente enraizada, tal como permaneceram alguns rituais cristãos, embora, muitas vezes, pouco ortodoxos. Além dos grandes cultos mais ou menos oficiais, proliferavam heresias, grupos religiosos cristãos que, afastados do controlo episcopal e papal, enveredavam por ritos locais mais antigos ou sincréticos.

Havia uma sabedoria natural na utilização dos espaços religiosos ou mortuários e parece ter sido dominante um certo equilíbrio na convivência de cultos diferentes, porque afinal todos pertenciam à mesma comunidade.

É sintomático que em pleno período Almohada, quando, em reacção aos ataques militares da «Reconquista», parece afirmar-se nas terras do Sul uma certa intolerância religiosa, existisse em Mértola um bairro cristão, recentemente descoberto no arrabalde, junto do rio.





# COM A ESPADA E A CRUZ A IMAGEM DE D. AFONSO HENRIQUES NA ESCULTURA MEDIEVAL PORTUGUESA

CARLA VARELA FERNANDES\*

No contexto deste colóquio seria bom responder ao desafio – «um rosto para Afonso Henriques» –, isto é, uma aproximação ao seu retrato ou, tanto quanto possível, a uma representação coeva e aproximada da sua fisionomia. Encontrar nas brumas do tempo histórico, algures num pergaminho iluminado ou numa escultura, até ao momento inéditos, o rosto de um dos mais notáveis heróis nacionais seria, certamente, poder fechar com chave-de-ouro um encontro totalmente dedicado à personalidade e figura histórica (rapidamente mítica) de D. Afonso Henriques. Mas tal não sucede como desejaríamos.

É verdade que as dificuldades impostas pelo tempo que nos separa da cronologia da vida deste monarca, bem como as muitas dúvidas que se colocam aos testemunhos materiais existentes, não devem ser impeditivas de prosseguir nos bons intentos de «dar um rosto a Afonso Henriques». E nem o facto de também não podermos afirmar a existência de retratos realistas dos reis medievais portugueses a partir das representações medievais que deles existem, deve constituir, igualmente, um obstáculo intransponível, mas, antes, razões para interrogar as obras existentes com perguntas mais objectivas e não recear as parcas respostas que daí possam advir.

## REPRESENTAÇÕES PICTÓRICAS

Não consta que tenha existido, ou que tenha sobrevivido algum manuscrito iluminado com representações dos primeiros monarcas portugueses, como suce-

---

\* Investigadora do IEM (FCSH-UNL).

deu, por exemplo – nas Astúrias com o *Livro dos Testamentos*<sup>1</sup> da Catedral de Oviedo, de c. 1109-1112, e cuja realização se deverá ao empenho do bispo Pelaio (que ocupou a sede ovetense entre 1098-1130 e depois entre 1142-43), na Galiza com o famoso *Tumbo A*<sup>2</sup> da Catedral de Santiago de Compostela, sob o empenho do famoso bispo Diego Gelmírez, ou com o *Livro das Estampas*<sup>3</sup> da Catedral de León, (devido às iluminuras que ilustram alguns testamentos com «retratos» de reis e rainhas), na Catalunha o *Liber feudorum*<sup>4</sup> maior dos condes de Barcelona ou, no noroeste peninsular, o *Tumbo de Toxosoutos*.

Não obstante o valor dos documentos incluídos em cada uma destas compilações, e da maior ou menor qualidade artística das respectivas iluminuras, importa salientar que todas as obras detêm um forte propósito propagandístico e que esse era, antes de mais, o seu principal objectivo.

Ora, em Portugal, um reino em construção e a lutar, nesse século XII, pela sua afirmação, e um primeiro rei que tanto contou com a ajuda da igreja nacional para os seus propósitos, e que tantos privilégios lhe cedeu, em especial às comunidades religiosas seculares e regulares da Sé de Braga, Santa Cruz de Coimbra, Lorvão e Alcobaça, não seria estranho que, em algum destes cenóbios, tivesse havido a intenção de compilar documentos de doações e/ou privilégios, ou mesmo testamentos, e dotá-los de iluminuras que representassem o Conde D. Henrique, D. Afonso Henriques e os seus descendentes mais directos. Ou seja, seguindo e dando resposta a propósitos propagandísticos, na mesma linha de intenções dos anteriormente referidos manuscritos dos vizinhos reinos peninsulares.

Não seriam retratos no verdadeiro e actual sentido da palavra, mas, à semelhança dos retratos desses manuscritos, seriam representações dos nossos monarcas e quiçá das respectivas rainhas, retratos idealizados, identificados por legendas e com diferenças fisionómicas entre si, ostentando atributos do poder régio. Mas este não é o momento para me deter sobre esta questão sem saída, por muito aliciantes que sejam estas interrogações e o nosso desejo de respostas.

## MEMÓRIAS TUMULARES

Importa também lembrar que, ao contrário do que aconteceu a partir de 1325 (ou seja, após a morte e inumação de D. Dinis), entre os reis Afonso Henriques e

<sup>1</sup> FERNANDEZ CONDE, 1971; YARZA LUACES, 1989: 61-81.

<sup>2</sup> LUCAS ÁLVAREZ, 1998.

<sup>3</sup> O estudo mais completo é da autoria de GALVÁN FREILE, 1997.

<sup>4</sup> BOHIGAS, 1960.



1



2

**Foto 1.**

Afonso VII. Tombo A da Catedral de Santiago de Compostela. Século XII. SARAIVA, José Hermano, dir. (1983), *História de Portugal*, vol. 2. p. 11.

**Foto 2.**

Afonso III das Astúrias. *Livro dos Testamentos da Catedral de Oviedo*. c. 1109-1112. [http://es.wikipedia.org/wiki/Jimena\\_de\\_Asturias](http://es.wikipedia.org/wiki/Jimena_de_Asturias)

**Foto 3.**

Ordonho I. *Livro das Estampas da Catedral de Léon*. Século XII. [http://es.wikipedia.org/wiki/Ordo%C3%B1o\\_I\\_de\\_Asturias](http://es.wikipedia.org/wiki/Ordo%C3%B1o_I_de_Asturias)



3

D. Afonso III não consta que tenham sido feitos túmulos com estátuas jacentes, representando os monarcas com as suas insígnias. Ao que se sabe, foram inumados em arca sepulcrais simples, muito provavelmente cobertas com ricos panos bordados e ladeadas ou encimadas por objectos-memória dos feitos destes homens que detiveram o poder temporal.

A estátua que hoje vemos no túmulo do primeiro rei dos portugueses é construção do século XVI (1518-1522), da autoria do escultor Nicolau Chanterene, ou seja, de um tempo em que já não existia memória visual da aparência física de D. Afonso Henriques<sup>5</sup>. Assim, sem base figurativa original em que se pudesse inspirar, mestre Chanterene foi livre para construir o rosto do jacente de acordo com valores plásticos e estéticos da época em que viveu e com os quais estava inteiramente familiarizado.

Recentemente, numa iniciativa motivada por interesses e curiosidade científicos, mas certamente não totalmente isenta de motivações históricas e patrióticas, pretendeu-se abrir o túmulo quinhentista de D. Afonso Henriques, exumar os seus restos mortais e fazer análises de ADN e, se possível, a reconstituição física e virtual do rosto do rei, tal como as novas técnicas actualmente o permitem. Vicissitudes burocrático-administrativas não permitiram que esta iniciativa fosse adiante e, até ao momento, nada mais sabe sobre o verdadeiro rosto e consequentemente, sobre retrato de D. Afonso Henriques<sup>6</sup>.

## ESCULTURA EXENTA

A escultura nacional coeva e dos tempos imediatos à vida do primeiro rei deixou-nos duas representações que a historiografia da arte portuguesa identificou, ainda que como proposta, com D. Afonso Henriques. Trata-se de duas esculturas de vulto, a primeira procedente da igreja do Mosteiro de S. Pedro de Rates, e cuja leitura não deve ser dissociada de uma escultura representando um bispo com idênticas características materiais e formais), ambas em exposição no Núcleo Museológico da Igreja de S. Pedro de Rates, e a segunda, provavelmente truncada

<sup>5</sup> Da mesma empreitada e autoria é o túmulo para D. Sancho I, disposto também num dos arcosólios da capela-mor da igreja de Santa Cruz de Coimbra. Cf. entre outros autores, DIAS, 1996: 47, 85-90; —, 2003: 91-96.

<sup>6</sup> Saliente-se, no entanto, que sabendo-se, como se sabe, que o túmulo quinhentista de D. Afonso Henriques alberga também os restos mortais de outras personalidades, masculinas e femininas, as análises de ADN, caso venham a ser realizadas, dar-nos-ão resultados sobre as características genéticas de diferentes pessoas falecidas entre os séculos XII e provavelmente alguma centúria da Modernidade, o que pode constituir mais um obstáculo à reconstituição física do rosto do nosso primeiro rei.

em algum momento da história que não conseguimos identificar, procedente de Santarém, da desaparecida ermida de S. Miguel da Alcáçova ou da porta da própria Alcáçova, e actualmente no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa.

De facto, na historiografia nacional impunha-se dar um rosto a Afonso Henriques, ter uma imagem para o apresentar, ilustrar os manuais e artigos científicos, reter na nossa mente quando nos quiséssemos lembrar deste rei e herói. Rapidamente as propostas passaram a ser difundidas como uma realidade e, hoje, já é difícil aceitar que possam ser, eventualmente, representações de outros reis da primeira dinastia ou, como muitas vezes sucedia, representações de reis veterotestamentários. Mas, da mesma forma que nenhuma documentação nos prova que estas duas estátuas possam ser representações do primeiro monarca português, também nada nos prova que não possam ser.

Analisadas, formal e iconograficamente, enquadram-se em ambientes artísticos algo diferentes, mas vão de encontro ao discurso sociopolítico e religioso dos finais do século XII e inícios do século XIII. Os locais para onde parecem ter sido realizadas também permite estabelecer fortes ligações à figura e memória de D. Afonso Henriques. Assim, quer se trate de representações escultóricas realizadas em tempo de vida do rei, quer se trate de representações concebidas *a posteriori*, como homenagem, o seu valor, enquanto símbolos, supera o universo das dúvidas e impõem-se, no panorama nacional, como as representações («retratos») do fundador da nacionalidade.

A verdade é que ambas permitem perceber a existência de um ponto de partida da iconografia régia em Portugal que responde, claramente, aos pressupostos teóricos do próprio poder político e do poder religioso. Ou seja, reflectem a primeira fase da evolução que se verifica em Portugal, bem como noutros países da Cristandade ocidental, do conceito e prática de «rei feudal», senhor suserano, para o conceito de «rei soberano» e da relação deste com o poder eclesiástico.

Analisemos então as esculturas de S. Pedro de Rates, uma vez que se tratam dos exemplares mais antigos, datáveis, segundo Manuel Luís Real, da segunda metade do século XII<sup>7</sup>. Ainda, segundo Gerhard Graf a estátua do rei e a do bispo estiveram originalmente colocadas à entrada da capela onde se veneravam os restos mortais de S. Pedro Mártir<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Considera que datam de anos pouco posteriores a 1140, ano em que a chancelaria portuguesa, segundo J. Mattoso, começa a atribuir a D. Afonso Henriques o título de «rei», situação que assim justificaria a representação da coroa, como podemos ver nesta estátua. Cf. REAL, manuscrito inédito, amavelmente cedido pelo autor; —, 1982: 42; —, 2009: 88-89.

<sup>8</sup> O autor refere também que ambas foram transferidas, em 1552, para a Catedral de Braga. Cf. GRAF, 1986: 88.





Fotos 4 e 5.  
Estátuas de um rei (D. Afonso  
Henriques?) e de um bispo  
(D. João Peculiar?). Século  
XII. Granito. Igreja de S. Pedro  
de Rates / Núcleo Museoló-  
gico da Igreja de S. Pedro de  
Rates. AAVV, *Portugal  
A Formação de um País*,  
p. 72 e 92.

4

5

São duas obras marcadas pela rudeza do talhe e pela economia de atributos, esculpidas em granito e constituídas, ambas, por dois blocos maciços sobrepostos. O bloco superior, correspondente ao tronco, concentra todos os elementos iconográficos, fisionómicos e gestuais, enquanto os blocos inferiores, correspondentes às pernas das duas figuras, são quase simples unidades pétreas maciças e lisas (apenas com a sugestão dos pés), não parecendo ter ocupado as atenções do escultor.

Os rostos das duas imagens caracterizam-se pelas fisionomias alongadas, com pequenos olhos salientes, encimados pela curva das sobrancelhas (que, no caso do bispo lhe confere uma expressão apreensiva), narizes triangulares e longos e bocas pequenas, pouco ou nada expressivas. Emergem, neste contexto, as grandes orelhas, algo despropositadas, fazendo lembrar aquilo que, alguns anos mais tarde, ainda vamos encontrar nas figuras do túmulo de um filho natural de D. Sancho I, D. Rodrigo Sanches, no Mosteiro de Grijó, e de feição acentuadamente românica.

Numa das estátuas de Rates, cuja indumentária praticamente não se percebe, foi dado grande realce à coroa que lhe cinge a cabeça, muito volumosa e constituída por

três registos, bem como à espada, colocada ao alto, sustentada por uma das mãos e encostada ao corpo da figura. O outro braço dobra-se e encosta a mão ao peito.

Na outra estátua, as vestes episcopais são bem perceptíveis e a cabeça é cingida pela mitra. Com um dos braços dobrados, a figura faz o gesto da bênção, enquanto o outro, praticamente omitido numa visão frontal, serve para segurar o báculo, com crossa em voluta. O báculo detém a mesma imponência que a espada da primeira figura, e assume-se com o atributo principal.

Ambas apresentam características semelhantes às das figuras de Cristo e dos Santos figurados no tímpano do portal Oeste, podendo tratar-se de obras lavradas por um mesmo escultor<sup>9</sup>, o que permite datar estas obras como sendo da fase construtiva dos finais do século XII.

É fácil concluir que estamos diante da representação de um rei e de um bispo. Para Manuel Monteiro, «estas duas esculturas personificam os dois poderes sociais que, graças à sua fraternização, fizeram eclodir sobre este solo conquistado e cristianizado a admirável arte românica da Idade Média»<sup>10</sup>. Mas, para Gerard Graf<sup>11</sup>, apoiado nas mesmas suspeitas já levantadas por Manuel L. Real, trata-se da representação de personalidades muito concretas e reais, «ligadas a uma fase muito importante da vida do mosteiro»<sup>12</sup>.

Interroga-se Manuel L. Real se não estaremos na presença das representações de D. Afonso Henriques e de D. João Peculiar (?). O gesto de bênção da estátua do bispo poderá estar em ligação com o acto de consagração de uma das partes da igreja, enquanto que a estátua do rei poderá ser uma evocação, uma memória do primeiro rei de Portugal que, em 1145, confirmou a doação de São Pedro de Rates, anteriormente feita por seu pai, ao priorado de Charité-sur-Loire, tendo sido, assim, o primeiro da Congregação de Cluny em Portugal<sup>13</sup>.

Parece-me possível sustentar estas hipóteses, corroboradas já por outros autores<sup>14</sup>, porquanto estas duas personalidades ligam-se ao templo em causa e ligam-se entre si, em prol de um objectivo comum, testemunho da relação entre *Regnum* e *Sacerdotium*.

No caso da (dita) imagem de D. Afonso Henriques da igreja de Rates, os atributos postos em destaque para identificação da personagem são, como já se referiu, a coroa e a espada. Esta última insígnia do poder, de grandes dimensões, é empunhada pela figura, colocando-a em evidência, a sublinhar a função guerreira de

<sup>9</sup> Segundo REAL, inédito.

<sup>10</sup> MONTEIRO, 1908: 56-57.

<sup>11</sup> GRAF, 1986: 88.

<sup>12</sup> GRAF, 1986: 89.

<sup>13</sup> REAL, 2009: 88-89.

<sup>14</sup> MATTOSO, 1992: 74 e 92.

*miles christi* do rei; ou seja, aquele que põe a sua espada e o seu corpo ao serviço da fé, dentro do ideal de Cruzada peninsular.

Independentemente da protecção que o rei concede aos ministros do culto; independentemente do seu patrocínio pessoal na construção de templos e, independentemente da sua conduta mais ou menos virtuosa, é a Reconquista cristã, na qual o rei participa, pessoal e activamente, como chefe supremo, que constitui a sua mais poderosa afirmação de fé e a sua mais eficaz participação na construção do Reino de Deus.

Essa exteriorização de um pensamento interiorizado parece ser expressa aqui pelo gesto da mão sobre o peito<sup>15</sup>, num sinal de aceitação sincera da missão que lhe foi confiada por Deus, conferindo-lhe uma autoridade única e que o diferencia dos homens que compõem a sociedade que lidera<sup>16</sup>, apoiada pelos detentores da *potestas* religiosa na Terra.

Nesta imagem, o rei parece dizer que não é apenas um figurante da cena política, mas sim um verdadeiro actor. Ele parece receber e acatar os conselhos do seu mentor espiritual, hipoteticamente D. João Peculiar, arcebispo de Braga entre 1138 e 1175, para, em conjunto (Monarquia-Igreja), construir um reino independente. Não deve ser alheio a isto o facto da figura do rei ter a cabeça ligeiramente voltada para um dos lados, possivelmente para melhor ilustrar a atenção dada por este aos gestos e figura de D. João Peculiar, a que se junta o gesto da mão aberta sobre o peito.

Desta forma, devemos compreender que a estátua do monarca não foi concebida para figurar sozinha no espaço religioso de S. Pedro de Rates, como memória única, exclusiva do rei e do seu protagonismo político e até religioso, mas que houve a clara intenção de a associar à imagem de uma autoridade religiosa de primeiro nível.

A presença da figura do prelado (provavelmente D. João Peculiar) vem, assim, demonstrar que a dualidade de poderes se assume publicamente, que o rei e o bispo detêm poderes tutelares, e que ambos lutam, lado a lado (o rei com a força das armas e a boa estratégia militar; o bispo pela argumentação junto da Santa Sé), para a constituição de um reino independente, baseado na argumentação da guerra de Reconquista contra o inimigo muçulmano. Ambos estão na linha da frente de muitas batalhas, militares ou diplomáticas<sup>17</sup>, e ambos se associam para a construção de uma nova realidade política. Existe, pois, uma relação harmónica

<sup>15</sup> Sobre o valor simbólico do gesto da mão sobre o peito, Cf. GARNIER, 1982: 184-185.

<sup>16</sup> MATTOSO, 1990: 224.

<sup>17</sup> D. João Peculiar, que esteve nada mais do que sete vezes em Roma em missões diplomáticas, serviu de intermediário entre os interesses de D. Afonso Henriques e a Santa Sé quando, em 1144, levou junto do Papa o juramento de vassalagem e encomendação do território português à Igreja romana, aceite nesse mesmo ano, e constituindo mais um sinal de aproximação entre as autoridades clericais e políticas portuguesas e o Papado. Sobre este importante arcebispo de Braga veja-se, entre outros títulos, COSTA, 1984: 59-83.



entre o monarca português e o bispo, simbolizando a união entre os dois poderes máximos do temporal e do espiritual.

Neste contexto de cultura e mentalidades ainda marcadamente feudais, Afonso Henriques, apesar de líder guerreiro, neto do imperador Afonso VI e rei, carece do inestimável apoio do clero para a obtenção dos seus plenos poderes. Em suma, estamos ainda na presença de uma imagem do rei que é *suserano* mas não é, verdadeiramente, *soberano*.

Assim, a visível relação de dependência existente entre D. Afonso Henriques e o Arcebispo de Braga, plausivelmente figurada nestas duas estátuas, em que o poder temporal e o poder espiritual se dividem por duas autoridades perfeitamente distintas, permite colocar a hipótese da encomenda de ambas não ter partido da iniciativa régia, mas antes se dever à iniciativa eclesiástica, quer esta tenha partido da pessoa de D. João Peculiar, quer dos próprios monges de S. Pedro de Rates.

Não mais voltaremos a encontrar imagens com este perfil definidor dos poderes temporal e espiritual, em conjugação, e identificando personagens com verdadeira existência histórica e significados político-religiosos, nas obras de arte medieval portuguesa que se conhecem, não obstante o facto de existirem, um pouco por todos os reinos da Cristandade e até datas muito tardias, evidentes tentativas de, através das imagens e do seu poder comunicador, incidir sobre a temática da subordinação do poder real às autoridades eclesiásticas. Cite-se, apenas a título de exemplo, duas iluminuras do *Fuero Juzgo*<sup>18</sup>, num exemplar-cópia datado do século XIV e pertencente ao acervo de Iluminados da Biblioteca Nacional de Portugal, onde se pode ver, respectivamente, o rei entronizado e a receber um livro das mãos de dois bispos e um rei recebendo os ensinamentos de um bispo.

A estátua do Museu do Carmo corresponde, muito provavelmente, a uma cronologia posterior à morte de D. Afonso Henriques (afirmação que sustento apenas com base na análise dos elementos formais da obra, indicadores de uma estética já proto-gótica, datável do século XIII<sup>19</sup>, mesmo que da primeira metade da centúria), ainda que aceitemos tratar-se da representação de Afonso I de Portugal. Ela aponta já para alguma evolução quanto à iconografia régia e quanto à afirmação do posicionamento do rei como responsável pela construção de um reino cristão e a sua relação com o poder da Igreja.

---

<sup>18</sup> O *Fuero Juzgo* é a tradução castelhana do código visigótico. O que actualmente pertence ao acervo de iluminuras da Biblioteca Nacional, tem proveniência incerta, sabendo-se apenas que pertenceu a Juan Afonso, regedor do Logroño, nos anos finais do século XVI. As capitais iluminadas representam, todas elas, a mesma temática: um rei e um bispo, o que José Mattoso considera altamente significativo, já que um representa o poder temporal e o outro o poder espiritual (Cf. Mattoso, 1992: 282-283).

<sup>19</sup> Cf. FERNANDES, 2002: 81-82; —, 2005: 336 — 342.

Nesta imagem, provavelmente truncada, os atributos iconográficos facilmente se identificam com alguns dos *regalia* – coroa, com um dos florões de remate ainda perceptível, o manto solene, e a espada, objecto de elevado valor simbólico que os reis recebiam nas cerimónias de coroação/sagração<sup>20</sup>. Aqui, e mais uma vez, a espada, sustentada por uma das mãos do rei, é posta em destaque. O monarca segura também, com a outra mão, uma cruz. Esta, na opinião de outros autores, poderá, ter sido, inicialmente, associada ao *Orbe* ou *Globus*<sup>21</sup>, como por vezes aparece nas representações régias e imperiais do tempo, ou, ter constituído o remate de um ceptro<sup>22</sup>, mas que, pelo facto da imagem se encontrar truncada, não podemos confirmar.

Julgo, porém, com base na simples observação da forma como o rei segura a cruz, que sempre se terá tratado apenas de uma cruz e não o remate do *Orbe* ou *Globus*, ou mesmo de um ceptro. Repare-se que a figura segura este objecto pelo braço inferior da cruz, junto à intercepção com os braços horizontais. No caso das representações em que os reis ou imperadores apresentam o *Globus*, a forma como seguram o objecto é sempre diferente da que aqui vemos, sustentando-o pela base da esfera, sem nunca segurar a cruz. Vejam-se exemplos como o Segundo Selo de Majestade de Henrique III de Inglaterra, a estátua jacente de Eduardo II, ou o conhecido retrato de Ricardo II (Abadia de Westminster), entre tantos outros exemplos susceptíveis de menção, para facilmente percebermos que era contra as normas do controlo iconográfico outra forma de segurar o globo que não a que podemos ver nestes e noutros exemplos. Para além do mais, não existem vestígios materiais do pretenso *Orbe* no que nos é dado a observar.

O mesmo se aplica aos ceptros rematados por cruzes, sustentados a cerca de um terço da vara, e nunca pelo braço vertical inferior da cruz de remate. A cruz, só por si, atributo de grande poder simbólico e significado religioso, junta-se, agora, à iconografia de D. Afonso Henriques para, com a espada, lembrar a memória do primeiro rei como vitorioso conquistador (imagem da sua *strenuitas*), mas também como um rei de selo divino, temente a Deus, de quem recebeu directamente o poder. Como ministro de Deus, ele é chefe da sua Igreja, protegendo-a e ampliando-a, quer através do ganho territorial cristão, em detrimento da geografia ocupada pelo Islão, quer na criação de condições várias para a edificação de novos templos, quer, ainda, na protecção concedida aos representantes da ordem espiritual.

<sup>20</sup> Mesmo que alguns reis não tivessem passado pelo ritual da coroação/sagração, podiam usar essas mesmas insígnias e serem com elas representados neste tipo de «retrato de aparato» ou iconografia do *ministerium regis*. Sobre os *regaliae* e as representações dos reis portugueses da primeira dinastia Cf. FERNANDES, 2004: 420-480.

<sup>21</sup> Hipótese colocada em BARROCA, 2000: 84.

<sup>22</sup> Como interpretou MATTOSO, 1990: 224.



6

**Foto 6.**

Estátua de um monarca (D. Afonso Henriques?). Século XIII. Mármore. Antiga Ermida da Alcáçova de Santarém / Museu Arqueológico do Carmo (AAP, Lisboa).  
Foto: José Pessoa/DGPC/ADF.

**Foto 7.**

Pormenor do rosto da estátua dita de D. Afonso Henriques.  
Foto: José Pessoa/DGPC/ADF.

**Foto 8.**

Pormenor da mão e da cruz da estátua dita de D. Afonso Henriques.  
Foto: José Pessoa/DGPC/ADF.



7



8

Nesta imagem, o rei associa, em si, os atributos do poder temporal (coroa, espada e manto) e um atributo do poder religioso, do qual está, igualmente, investido. D. Afonso Henriques é apresentado como agente do plano divino, num período em que a marcha para a centralização régia era já evidente, não havendo condições socio-políticas para representações iconográficas idênticas à das duas estátuas de São Pedro de Rates, claro manifesto de um poder que se afigurava dual, ideia que os chefes do poder temporal pretendem, daqui em diante, a todo o custo diluir.

O acto de empunhar da espada e a sua colocação sobre o peito e um dos ombros é também observável em outras imagens do século XII, que representam monarcas de outros reinos. É disso bom exemplo um selo do rei inglês Eduardo, o *Confessor*, onde se representa o monarca entronizado, vestido com o manto e a segurar a espada em semelhante posição à que vemos nesta estátua, enquanto com a outra mão segura o ceptro.

**Foto 9.**  
Grande Selo  
de Eduardo o  
Confessor (verso  
e reverso). Society  
of Antiquaries of  
London.  
BINSKI, Paul (1995)  
– *Westminster Abbey  
and the Plantagenets*,  
p. 85.



Estas esculturas são as únicas imagens medievais que, até ao momento, estão em condições de se considerar eventuais representações de D. Afonso I e que podemos arrolar no conjunto da iconografia régia produzida durante o período da Primeira Dinastia, sendo a última que analisámos a mais completa, sob o ponto de vista iconográfico. Ambas podem resumir as bases ideológicas em que assentava o poder real no mundo peninsular dos finais do século XII e meados do século XIII.

Outras representações de reis surgem na escultura românica sem que, porém, seja fácil estabelecer uma identificação concreta com alguma personagem com existência real. É exemplo uma cabeça coroada existente na igreja de Sernancelhe, constituindo hoje um objecto isolado, mas que em tempos poderá ter integrado o portal axial ou, simplesmente ter sido para aí realizada sem que nunca se tivesse procedido à sua integração. Se se trata de uma singela evocação de um monarca português ou, como era habitual, a representação de um rei veterotestamentário, de momento não é possível avançar mais sobre esta questão.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *12. D. Afonso Henriques*. In Câmara Municipal de Guimarães – *Guimarães. Mil Anos a Construir Portugal*, catálogo de exposição, Guimarães: Museu Alberto Sampaio, p. 84.
- BOHIGAS, P. (1960) – *La ilustración y la decoración del libro manuscrito en Cataluña. Periodo Románico*. Barcelona.
- COSTA, Avelino Jesus da (1984) – *D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra Bispo do Porto e Arcebispo de Braga*. In AA. VV. – *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX. Estudos no IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio 1082-1982*. Coimbra, p. 59-83.
- DIAS, Pedro (1996) – *O Fydias Peregrino. Nicolau de Chanterene e a Escultura Europeia do Renascimento*. Coimbra.
- FERNANDES, Carla Varela (2002) – *Escultura gótica*, In ARNAUD, José Morais & FERNANDES, Carla Varela, coord. – *Museu Arqueológico do Carmo. Roteiro da Exposição Permanente*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 81-82.
- (2003) – *Escultura de Coimbra do Gótico ao Maneirismo*, Câmara Municipal de Coimbra.
- (2004) – *Poder e Representação. Iconologia da Família Real portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV*, vol. II, Doutoramento em História da Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 420-480 (policopiado).
- (2005) – *Vida, Morte e Fama. Reflexões sobre a coleção de escultura gótica*. In ARNAUD, José Morais & FERNANDES, Carla Varela, coord. – *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, catálogo da exposição permanente, Lisboa, AAP, p. 301-355.
- FERNANDEZ CONDE, J. (1971) – *El Libro de los Testamentos de la Catedral de Oviedo*, Roma.
- GALVÁN FREILE, Fernando (1997) – *La Decoración Miniada en el Libro de las Estampas de la Catedral de León*, 2 vols. Universidad de León/Secretariado de Publicaciones.
- GARNIER, François (1982) – *Le Langage de l'Image au Moyen Âge. Signification e Symbolique*. Le Léopard d'Or.
- GRAF, Gerhard (1986) – *Portugal Roman*, vol. 2. (*Le Nord du Portugal*). Yonne: Zodiaque.
- LUCAS ÁLVAREZ, Manuel (1998) – *Tumbo A de la Catedral de Santiago*, A Coruña.
- MATTOSO, José (1990) – *A realza de Afonso Henriques*, republicado em MATTOSO, José – *Fragmentos de uma Composição Medieval*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 213-232.
- (1992) – *1096-1325*, In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*, vol. 2 (*A Monarquia Feudal*), p. 282-283.
- , coord. (1992) – *Portugal. A Formação de um País*, catálogo de exposição, Lisboa, Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha 1992.
- MONTEIRO, Manuel (1908) – *São Pedro de Rates*. Porto.
- REAL, Manuel Luís (1982) – *O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do século XII*. Póvoa do Varzim.
- (2009) – *01 Afonso Henriques*. In Câmara Municipal de Viseu, ed. – *Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais. A Identidade de Portugal em Construção*. Viseu: Câmara Municipal, p. 88-89.
- YARZA LUACES, Joaquin (1989) – *El obispo Pelayo de Oviedo y el Liber Testamentorum*. «Actum Luce», n.º 1-2, ano XVIII, p. 61-81.





# UMA NOVA ARTE PARA UM NOVO REINO

PAULO ALMEIDA FERNANDES\*

## INTRODUÇÃO

A afirmação da arte românica em Portugal acompanhou a afirmação do próprio reino e a trajetória pessoal do seu primeiro rei, desde as décadas pujantes de 30 e 40 até ao iminente desastre de 1184 e o falecimento do monarca, ocorrido no ano seguinte. O que sucedeu no nosso país, naquelas décadas centrais do século XII, foi a completa e rápida alteração da paisagem arquitectónica e sua modelação segundo um estilo internacional que, como nenhum outro estilo posterior, revolucionou o território, tanto do campo como da cidade, desde o Alto Minho até Lisboa, e mesmo para lá do Tejo.

Sobre este processo, conhece-se relativamente bem a sua densidade geográfica, as principais opções tipológicas, as características estilísticas mais evidentes da sua escultura ou o sentido geral da iconografia nela representada. Uma intensa investigação, realizada, sobretudo, entre 1972 e 1991, motivou um surpreendente avanço no conhecimento sobre este período.

No capítulo artístico que coincide com o tempo de vida do nosso primeiro rei, balizado genericamente entre a vigência do programa de peregrinação da Sé de Braga (Braga III) e o início dos trabalhos na fachada principal da Sé de Lisboa, a arte românica realizada em solo português cresceu, transformou-se, enriqueceu-se com contributos «inesperados», europeizou-se e regionalizou-se, foi objecto de surpreendentes monumentalizações e de muitas mais soluções empíricas, modestas e locais. Desde finais do século XI até à década de 80 da centúria seguinte, é possível acompanhar numerosas oficinas, vinculadas a poderosas correntes artísticas que, em pouco tempo e em conjunto, deixaram uma herança artística que ainda hoje espanta pela radicalidade com que operou no território.

---

\* Investigador do CEAACP/CAM.

Mas neste largo capítulo, também subsistem problemas de datação por resolver, compartimentações internas da evolução estilística por sistematizar e um sem número de questões em torno do valor da escultura como indicador cronológico, da qual, de resto, não existe qualquer inventário.

## ALGUMAS PRECISÕES CRONOLÓGICAS

Uma das mais repetidas tendências historiográficas é a opção por uma datação excessivamente tardia para o núcleo mais numeroso de obras do nosso românico, atribuindo-se ao reinado de D. Sancho I (1185-1211) o período de maior fulgor do estilo<sup>1</sup>. Tal opinião, repetida em numerosos contributos, assumida em recentes obras de grande divulgação, é muito diferente da caracterização que os historiadores têm feito sobre o final do século XII. O retrocesso português face aos ataques almóadas (onde se conta a perda de praticamente todo o Alentejo, o dramático cerco a Santarém de 1184, a perda de Torres Novas e uma vaga de pilhagens em toda a Estremadura, incluindo o ataque a Alcobaça em 1195), motivou uma conjuntura regressiva, continuada até cerca de 1210, com maus anos agrícolas, o aparecimento de peste, revoltas e guerras com Leão<sup>2</sup>. No campo artístico, foi nesta altura que o principal estaleiro do país abrandou consideravelmente a sua actividade: a partir de 1176, com a renúncia à cátedra episcopal de D. Miguel Salomão, as grandes empresas artísticas de Coimbra entraram em declínio – ou arrastamento, pois testemunham-se obras para cá de 1176, como o portal da igreja de Santiago (1179), ou outras empreitadas na Sé Velha<sup>3</sup>, o que motivou a dispersão dos seus responsáveis por outras áreas do país. O arquitecto Soeiro Anes transitou para a catedral do Porto, que recebeu então novo impulso<sup>4</sup>, e muitos mestres secundários, pedreiros e escultores, dirigiram-se para a bacia do Sousa, zona de povoamento recente e, por essa altura, em franco crescimento.

<sup>1</sup> ALMEIDA, 2001: 61: «Será, certamente, o reinado sanchino o período mais intenso de construção românica». Também RODRIGUES, 1995: 324-325 e GRAF, 1986, vol.1: 26: «*La plupart des constructions parvenues jusqu'à nous datent des XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*».

<sup>2</sup> MATTOSO, 1981: 14: «As calamidades descritas e a insegurança dificilmente podem ter deixado de exercer influência sobre a construção civil. A falta de géneros e a debilitação dos trabalhadores deve ter prejudicado o prosseguimento das obras. O dinheiro disponível deve ter sido canalizado para a compra de alimentos, para as operações militares e as obras de defesa».

<sup>3</sup> REAL, 1986: 60; —, 1974: 162-164.

<sup>4</sup> Ficou a dever-se ao bispo portuense D. Fernando Martins (1175-1185) o novo fôlego da catedral do Porto. Em todo o caso, as obras decorreram com relativa lentidão, entrando pelo século XIII, como se comprova pela rosácea já gótica da fachada principal (REAL, 1984: 32-37; —, 2001: 14).



No actual estado de conhecimentos, não é ainda possível alicerçar uma crítica objectiva aos defensores de uma dinâmica construtiva pretensamente maioritária no reinado de D. Sancho I em análises monográficas rigorosas aos edifícios eventualmente situados nesse período. No entanto, alguns dados podem ser invocados. Para além dos elementos históricos atrás enunciados e do enfraquecimento das oficinas conimbricenses, uma nova sistematização dos elementos epigráficos estudados por Mário Barroca<sup>5</sup> assume uma dimensão inteiramente nova: entre 1060 e 1240, contabilizam-se 107 inscrições comemorativas de obras, sagrações e dedicações de edifícios religiosos e militares românicos<sup>6</sup>. O período entre 1070 e 1090 centra-se, compreensivelmente, na acção de D. Pedro, bispo de Braga; a época condal revelou apenas 6 inscrições, sintoma que deve advertir para a possibilidade de a acção de D. Henrique não ter sido tão enérgica quanto se supunha; a partir de 1120, no entanto, o número de epígrafes cresce, conhecendo-se 22 até 1150 e 32 entre o meio do século e 1180. Estes números parecem ser reveladores de um país em franco desenvolvimento, longe de circunscrito ao Entre-Douro-e-Minho e Coimbra, uma vez que muitas inscrições procedem de outras zonas, como a Beira, o Alto Douro e, muito importante, Lisboa, sem esquecer o contributo templário ao nível da arquitectura militar. A partir de 1180, todavia, o número decresce, conhecendo-se apenas 14 epígrafes para o período 1180-1210, genericamente coincidente com o reinado de D. Sancho I. Mais importante que esta quantificação é o que se pode dizer a respeito da proveniência deste reduzido número de epígrafes: apenas uma inscrição procede de uma grande cidade (São Salvador de Coimbra), cessando, por exemplo, os dados relativos a Lisboa; por outro lado, apenas três inscrições se situam no Entre-Douro-e-Minho, concentrando-se os restantes exemplares em zonas excêntricas do reino (Oliveira de Frades, Anadia, Seia); finalmente, três epígrafes relacionam-se com estruturas militares, duas delas comemorando a construção de torres de Coimbra (Hércules e Belcouce). A partir de 1210, regista-se novo impulso e, retirando inscrições relativas a edifícios já góticos, conhecem-se 23 epígrafes entre 1210 e 1240, destacando-se as relativas às zonas de Lamego e da bacia do rio Sousa.

---

<sup>5</sup> BARROCA, 2000.

<sup>6</sup> Inclui-se neste lote a inscrição da Igreja Velha de Arentim, datada de 1062, que diz respeito a uma obra ainda longe de se poder considerar românica (BARROCA, 1990: 136-141), embora se admita que a construção que a inscrição comemora seja mais relacionável com o processo de renovação da área bracarense, que levará à restauração da diocese e às grandes obras do bispo D. Pedro, do que com a realidade pré-românica do templo que ali existiu (século X) e do qual restam importantes vestígios.



Fig. 1.  
S. Pedro de Leiria.  
Fachada principal.

Esta análise<sup>7</sup>, valorativa em alguns pontos quanto ao retrocesso construtivo verificado no reinado de D. Sancho I, é ainda redutora, pois não inclui dois outros aspectos essenciais para uma maior profundidade de abordagem: as inscrições funerárias (em quantidade ainda maior que as reveladoras unicamente de fases construtivas) e, ainda mais importante, a posição relativa de todos estes letreiros nos respectivos monumentos, sendo evidentemente diferente se uma epígrafe se encontra associada à capela-mor, a um portal ou a uma empreitada no corpo do edifício.

A igreja de São Pedro de Leiria (Fig. 1) é um dos casos em que se possa avaliar a relevância da localização relativa de inscrições funerárias em partes específicas de

<sup>7</sup> BARROCA, 2000, vol.1: 309, chamou já a atenção para a extraordinária concentração de epígrafes relacionadas com fundações, sagrações, dedicações ou fases de obras no século XII. O autor explicou este facto à luz da «importância que estas cerimónias adquiriram aos olhos da época», não parecendo lícito «concluir-se (...) que o Séc. XII fundou, sagrou ou dedicou mais templos que o Séc. XIII ou XIV». Mais adiante (BARROCA, 2000: 322-327), concordando com a abordagem que José Mattoso (MATTOSO, 1981) fez da arquitectura religiosa no século XII, afirma que «a grande concentração de epígrafes que se verifica depois de 1145-1147 e até 1184 (com um total de 34 epígrafes) espelha bem o período de pujança económica, de dinamismo demográfico e de sucesso da empresa da Reconquista. Por outro lado, a fase crítica que acompanha a afirmação almóada, a partir de 1184, e que José Mattoso prolonga até 1210, está igualmente bem caracterizada no nosso *Corpus*, com apenas 6 epígrafes» (BARROCA, 2000: 325-326). Barroca apresentou quadros por século (p.309) e por períodos de 50 anos (p.325). Penso que uma organização por períodos de 30 anos é mais elucidativa para a realidade do século XII: entre 1060 e 1090 contam-se 10 inscrições; 1090-1120: 6; 1120-1150: 22; 1150-1180: 32; 1180-1210: 14; 1210-1240: 23.

monumentos. Tem-se atribuído a este templo uma datação por volta dos finais do século XII e na dependência do românico de Coimbra, mas numa fase posterior ao período de maior fulgor artístico daquela cidade, ou seja, após o episcopado de D. Miguel Salomão<sup>8</sup>. Um dado que só muito recentemente foi introduzido nesta discussão é o facto de, até pelo menos 1721, a fachada principal da igreja ter ostentado um conjunto de inscrições funerárias (datadas respectivamente de 1180, provavelmente de 1181, 1199 e 1210<sup>9</sup>), três das quais mencionadas num manuscrito actualmente conservado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e redigido pelo Provedor da Comarca de Leiria no reinado de D. João V – *Notícias Remetidas á Academia Real debaixo da Real Protecção do Muito Alto e Poderozo Rei N. Snr. D. João o 5º*. Apesar de as epígrafes terem desaparecido, elas provam que, no início da década de 80 daquele século XII, trabalhava-se já no sector ocidental da igreja, devendo a sua fundação ser ainda mais recuada<sup>10</sup>. Saul António Gomes, avaliando também estas inscrições e uma outra notícia de 1778, sugere que a sagração do templo tenha ocorrido em 1176<sup>11</sup>. Em trabalho anterior, o mesmo autor concluiu que a paróquia pedrina de Leiria estaria já activa por volta de 1150<sup>12</sup>. Na posse destes dados, torna-se evidente que a realização românica de São Pedro de Leiria pode não ser um eco tardio e já estilisticamente epigonal do foco original criado na cidade de Coimbra durante o reinado de D. Afonso Henriques, mas que, ao invés, são mais fortes as possibilidades de o templo participar activamente da evolução dessa poderosa corrente. É até mais: se se puder estabelecer que o seu portal principal foi realizado na década de 70, provar-se-á que a oficina leiriense participa também do curso natural do românico meridional, que teve como principal pólo a Sé de Lisboa, mas que, evidentemente, não se restringiu ao edifício catedralício da futura capital do reino<sup>13</sup>. Neste cenário mais realista, o que era uma

<sup>8</sup> REAL, 1987: 539 situou a capela-mor na década de 80 e a conclusão das obras pouco antes de 1200, citando uma inquirição desse ano, ou do seguinte, onde a igreja já é mencionada. Aponta ainda para que os artistas formados na cidade do Mondego que realizaram a capela-mor ter-se-iam inserido num movimento de dispersão das oficinas conimbricenses. Sem atribuições cronológicas, mas igualmente vinculando a igreja a um momento posterior à grande dinâmica românica de Coimbra, veja-se ALMEIDA, 2001: 134. COSTA, 1988: 14, recuou ligeiramente para c. 1176. MATTOSO, 1985, republicado em 1987: 99, situa a sua fundação antes de 1184. SOUSA, 2005: 18 é o autor que atribui uma cronologia mais adiantada, atribuindo a conclusão do projecto ao «primeiro quartel do século XIII».

<sup>9</sup> Adoptam-se as leituras de BARROCA, 2000: 429 (insc. n.º 162); 441-442 (insc. n.º 168), 541-542 (insc. n.º 207) e 646-647 (insc. n.º 264), a partir dos dados reavaliados por CRISTINO, 1983: 173-220 e SANTA MARIA, 1668, t.1: 264.

<sup>10</sup> BARROCA, 2000: 429.

<sup>11</sup> GOMES, 2004: 167.

<sup>12</sup> GOMES, 1992: 210.

<sup>13</sup> Não restam grandes dúvidas a respeito de uma extraordinária dinâmica construtiva na Lisboa do século XII, testemunhada pela criação das igrejas paroquiais que, ainda hoje, sob outras capas estilísticas, tutelam

tardia e relativamente modesta igreja<sup>14</sup>, passará a desempenhar um papel fulcral nas duas grandes correntes meridionais do país na segunda metade do século XII, novo estatuto proporcionado por umas discretas e até já desaparecidas inscrições.

## EQUÍVOCOS DOS MODELOS EXPLICATIVOS DOMINANTES

Outro aspecto que muito tem contribuído para a manutenção de cronologias demasiado largas para monumentos (ou fases de obra) essenciais à caracterização do estilo românico em Portugal é a frequente sistematização do período a partir de dois modelos explicativos não-evolutivos: a análise arquitectónica com base numa organização geográfica do território e uma abordagem tendencialmente globalizante acerca da escultura (e alguma miniatura), a partir de grandes categorias iconográficas.

Ambos os modelos foram unilateralmente seguidos nas mais recentes obras de grande divulgação (1986, 1995 e 2001<sup>15</sup>), à excepção de Flórido de Vasconcelos (1983), que optou por uma outra velha tentativa de sistematização, iniciada, *grosso modo*, com Manuel Monteiro – uma abordagem tipológica da arquitectura, entre a arte das catedrais e a dos templos de uma e de três naves<sup>16</sup>. Ambos os modelos, ao apresentarem-se como tentativas simplificadoras de um período cuja complexidade o torna difícil de chegar a públicos não especialistas, resultaram em abordagens redutoras a vários níveis.

Desde logo, porque cristalizam as obras românicas num tempo longo a que falta especificidade própria, um tempo sem tempo, deixando implicitamente assumido a «irrelevância» de uma realização se situar na primeira metade do século XII ou cem anos depois. A narratividade própria do estilo – as suas naturais, ou pouco naturais, transformações através das décadas e dos contextos específicos de cada obra / oficina / promotor – foi secundarizada (ou esteve ausente), em benefício de

---

o espaço central de muitas freguesias. Lisboa foi a cidade onde mais se construiu em românico, apesar dos escassos testemunhos que chegaram aos nossos dias: a obra da Sé, as memórias gráficas do mosteiro de São Vicente de Fora e descontextualizados elementos de Chelas e de algumas igrejas nos arredores, como Sintra, Torres Vedras e eventualmente Mafra. Cf. REAL, 1987 e FERNANDES, 2008: 22-25.

<sup>14</sup> Como ainda aparece mencionada em algumas obras saídas muito depois das observações de Mário Barroca e Saul António Gomes: RODRIGUES, 2009: 122 reafirma que a igreja estava «já em construção em 1195» e que só foi terminada na primeira metade do século XIII.

<sup>15</sup> ALMEIDA, 1986 e 2001; RODRIGUES, 1995; Também MACEDO, 1996: 692-745, mas superando o carácter aproblemático, por incluir referências essenciais a outros contributos e alertando para a maior diversidade diacrónica, em particular na região de Coimbra (por711-714).

<sup>16</sup> VASCONCELOS, 1983: 305-321; Cf. MONTEIRO, 1908, republicado em 1980.

sistematizações um tanto artificiais, julgadas necessárias por comodidade de estudo, ou como estratégia comunicacional com o público heterogêneo.

A sistematização arquitectónica a partir de núcleos geográficos tem sido a prática corrente de divulgação da arte românica mas, para a maior parte das obras analisadas, essa abordagem prescinde dos dados cronológicos. Coimbra é o caso mais grave, pois existem, pelo menos, três grandes ciclos no românico daquela cidade e, sabe-se já, uma multiplicidade de oficinas e influências que complexificam qualquer análise que tenha por ponto de partida e de chegada a caracterização geográfica. Mas também o Alto Minho sofre com esta metodologia – não se valorizando as escassas realizações que é possível atribuir às três primeiras décadas do século XII, prévias à natural e avassaladora influência galega<sup>17</sup> –, assim como grandes sectores de estudo, como a castelologia ou a ourivesaria, cuja análise, simplesmente, não pode ser efectuada a partir de escolas geográficas. Este tipo de abordagem, por outro lado, não sublinha o facto de algumas obras serem substancialmente diferentes entre si mas apresentarem notáveis convergências cronológicas. Mais uma vez, o caso de Coimbra é paradigmático, especialmente se comparado com Braga: em ambas as cidades, e praticamente ao mesmo tempo, deu-se a entrada do românico, mas por vias distintas e com recurso a formas diferentes. Este exemplo, situado nas origens do estilo no nosso país, é apenas o primeiro caso dos muitos que se poderiam citar para os meados do século XII, ou mesmo para as décadas de 60 a 80. Para já, importa assumir que várias circunstâncias historiográficas explicam esta opção de estudo e de divulgação. Por um lado, uma tal metodologia estipulava a precaução quanto aos caminhos de abordagem essencialmente iconográficos, simbolizados na figura de Manuel Monteiro<sup>18</sup> e com contributos decisivos de Aarão de Lacerda, Vergílio Correia e Pedro Vitorino, entre outros<sup>19</sup>. Por outro lado, aprofundava as ideias de

<sup>17</sup> Na margem do rio Minho, e ainda na primeira metade do século XII, ter-se-á constituído um pequeno grupo (em Paderne I, Valboa e Vila Mou), tantas vezes secundarizado, mas que fez a sua incipiente trajectória até ser completamente absorvido pela hegemónica influência tudense (REAL & ALMEIDA, 1990: 1486-1488; ALMEIDA, 1986: 55, em relação à reutilização de frisos de calcário em Paderne II; também RODRIGUES, 1995: 194; BARROCA, 2000, vol.2: 191-192 a respeito da inscrição de Valboa, actual Santa Luzia de Campos; REAL, 2001: 32 sobre as peças de Vila Mou).

<sup>18</sup> As palavras com que iniciou o seu primeiro estudo sobre os *focos* românicos são esclarecedoras: «A arquitectura românica portuguesa é um exemplo, bem elucidativo, de que em história da arte se deve, antes de uma “análise iconográfica genética”, estudar a função e as condições ecológicas, económicas, sociais e culturais que cercam a sua criação. Parece-nos que a maior limitação de Manuel Monteiro, talvez o maior investigador da arte românica portuguesa, foi o facto de a estudar, sistematicamente, sob o aspecto iconográfico (...)» (ALMEIDA, 1972: 5). Convém não esquecer, todavia, que também MONTEIRO, 1908, republicado em 1980: 141, alertava para o sentido crítico que devia estar presente em toda e qualquer interpretação iconográfica.

<sup>19</sup> Sendo impossível elencar os numerosos trabalhos destes autores, veja-se, para uma primeira abordagem, MONTEIRO, 1938 e 1980; LACERDA, 1924, republicado em 1998; CORREIA, 1953; VITORINO, 1925 e 1941.

um estudo de Reynaldo dos Santos, ensaio onde o românico aparecia sistematizado precisamente a partir de uma base geográfico-cultural<sup>20</sup>. Para além disso, surgia em perfeita actualidade com a restante historiografia ocidental dedicada ao estudo deste estilo, com particular importância para os trabalhos de Georges Gaillard – cujas impressões sobre o românico português Ferreira de Almeida não deixou de secundar<sup>21</sup>.

Idêntica reflexão crítica deve ser feita às tentativas de leitura iconográfica e iconológica saídas em obras de síntese. Elas têm privilegiado a atemporalidade dos programas escultóricos, não contribuindo para o debate acerca da sua exacta cronologia e respectiva contextualização na estruturação dos conjuntos arquitectónicos que lhes servem de suporte. Mas terá sido verdadeiramente indiferente realizar certo programa na década de 50 do século XII ou setenta anos depois? Não dirá a iconografia dos principais núcleos escultóricos românicos nada acerca da evolução do estilo? A resposta está, obviamente, implícita na pergunta. Desde logo, a iconografia diz muito, senão quase tudo, a respeito dos canteiros que a realizaram, sua formação e respectivas influências formais e temáticas. Num plano mais profundo, a escultura tem verdadeiro valor cronológico e participa activamente no debate acerca da evolução do estilo. Finalmente, que dizer do pretenso carácter atemporal implícito nesta metodologia, quando se sabe já que, pelo menos em épocas tardias e em zonas periféricas, o românico entrou em dissolução de significado? Neste cenário, não é possível assumir-se que determinada representação escultórica significa o mesmo se incluída num monumento de Coimbra nos meados do século XII, ou se aplicada a uma igreja da Beira Interior um século mais tarde.

A abordagem iconográfica e iconológica dominante, de resto, enferma ainda de dois outros problemas metodológicos: a inexistência de um inventário e a ausência de referências contextualizantes (aproximadas no espaço e no tempo) para representações isoladas em modilhões, capitéis ou outras fórmulas escultóricas.

O inventário, ponto de partida para qualquer abordagem à grande dispersão da escultura românica, tarda em iniciar-se. Até agora, a investigação conseguiu constituir inventários parcelares privados, seguramente muito completos, mas longe de terminados e, especialmente, não transpostos para bases de dados relacionáveis, ao dispor dos investigadores e com qualidade fotográfica exemplar. Se ainda é possível ter uma ideia aproximada de quantos e quais capitéis historiados existem<sup>22</sup>, assim

---

<sup>20</sup> SANTOS, 1955, a partir também dos estudos de MONTEIRO.

<sup>21</sup> GAILLARD, 1964: 127-131. Deve-se a este autor o fundamental das determinantes metodológicas com que Ferreira de Almeida baseou o seu modelo de análise e, também, as primeiras analogias de raiz não francesa, abrindo caminho à variedade como característica fundamental do nosso românico.

<sup>22</sup> Mesmo neste, que constitui o ponto mais elevado da simbólica românica, não existem números definitivos – ALMEIDA, 2001: 160: «Haverá cerca de meia centena de capitéis historiados no nosso românico».



como da escultura de vulto remanescente, desconhece-se completamente quantos e que tipos de capitéis figurativos ou vegetalistas existem, quantos e que tipos de modilhões, quantas e que tipos de outras representações marginais ou mais despercebidas. Portugal está, desta forma, ainda longe das conquistas feitas pela História da Arte além-fronteiras, em especial do recente projecto do King's College de Londres – *Corpus of Romanesque Sculpture in Britain and Ireland* –, inventário disponível *online* ([www.crsbi.ac.uk](http://www.crsbi.ac.uk)) e que tem a particularidade de conter uma secção de «comentários / opiniões», onde as várias perspectivas historiográficas, discordantes entre si, surgem em confronto.

Igualmente difícil de implementar em alguns meios científicos é a consciência de que qualquer abordagem a realizações românicas tem de considerar as suas referências contextualizantes. Como em poucos outros estilos, no estudo do românico assume papel preponderante a vertente comparativa. Esta dimensão tem várias faces e liga-se à necessidade de um inventário exaustivo, ao mesmo tempo que se relaciona com maiores exigências acerca das campanhas de restauro e outros aspectos próprios do século XII, como a relação escultura / iluminura, ou a materialização de formas e programas implementados em zonas exteriores ao espaço português.

## NOVOS CAMINHOS; VELHAS RESISTÊNCIAS

Gravitando em torno destes modelos explicativos ditos «dominantes», mas autonomizando-se deles pela abordagem monográfica, têm surgido alguns contributos essenciais à renovação dos estudos sobre o período, mais na linha do trabalho em profundidade que Manuel Luís Real tem efectuado desde a década de 70 do século XX e cujos textos principais vão citados ao longo deste artigo.

A reavaliação dos restauros efectuados nos séculos XIX e XX tem sido um importante caminho de estudo, devendo destacar-se os contributos de Lúcia Rosas e, mais recentemente, Leonor Botelho<sup>23</sup>. Infelizmente, também aqui a comunidade científica debate-se com mais perguntas que respostas, uma vez que grande parte dos restauros secundarizou os aspectos não-arquitectónicos, realizando-se levantamentos fotográficos não exaustivos e carecendo os processos administrativos de referências concretas à escultura. A invisibilidade dos restauros está bem patente na forma como se tem vindo a encarar o portal principal da igreja de Vilar de Frades. Durante muito tempo, assumiu-se que a intervenção oitocentista ali realizada havia subvertido grande parte do seu programa iconográfico,

<sup>23</sup> BOTELHO, 2004.

tornando-o mudo para a moderna História da Arte. Vezes sem conta, repetiu-se que a célebre «minhota» da arquivolta exterior era a invenção de um anónimo canteiro<sup>24</sup> e o único paralelo encontrado para esta representação fazia parte de uma outra aparente invenção, esta já do século XX: um modilhão da cabeceira da igreja de São Pedro de Rates<sup>25</sup>. Até que, em 2005, decorrendo escavações no mosteiro de Tibães, encontrou-se uma aduela de portal com uma bailadeira semelhante às duas anteriores<sup>26</sup>.

A arqueologia é outra ferramenta para a reavaliação daquelas correntes historiográficas. A distância que, tantas vezes, existe entre historiadores da Arte e arqueólogos dificulta a introdução dos novos dados obtidos por estes nos estudos realizados por uma parcela significativa daqueles. Mas, em boa verdade, a arqueologia está presente no estudo do românico, mais do que em outros capítulos da Baixa Idade Média. Autores de referência dedicaram e dedicam parte significativa dos seus esforços a reconhecer fases construtivas nos edifícios, algumas verdadeiramente surpreendentes. Roriz (5 fases), Cedofeita (3), Ansiães (3), Rates (3 fases, no século XII), Rio Mau (2), são alguns dos conjuntos que muito beneficiaram desta metodologia, a qual possibilitou afinamentos cronológicos, tanto de parcelas arquitectónicas, como da escultura que lhes está associada<sup>27</sup>.

E os monumentos, que apareciam como cristalizações de um tempo único, são, afinal, muito mais do que aparentam, assim como a sua escultura, que não pode ser tomada como um todo uniforme. Este olhar «arqueológico» corresponde a um discreto, mas sólido, reforço da vertente monográfica, infelizmente pouco transposto para as obras de síntese. Será cada vez mais frequente a utilização de metodologias «arqueológicas», com a Arqueologia da Arquitectura em primeiro plano<sup>28</sup>, para que surjam novos dados que certifiquem ou invalidem anteriores hipóteses.

<sup>24</sup> ALMEIDA, 2001: 101; –, 1986: 71-72; opinião contrária implícita em GRAF, 1986, vol.2: 322-325.

<sup>25</sup> ALMEIDA, 1975: 9; –, 1986: 72: o restauro «restabeleceu a oussia central à custa de, e utilizando, elementos arquitectónicos e decorativos provenientes das diversas partes da igreja, que têm cronologias distintas». Sobre o relativo rigor arqueológico desta intervenção, veja-se Real, 1982b: 31-32.

<sup>26</sup> FONTES, 2005: 121.

<sup>27</sup> Foram ainda poucos os edifícios intervencionados arqueologicamente, mas os resultados obtidos revelaram-se fundamentais. Já se referiram os casos de Tibães e da Sé de Braga, e há que juntar as investigações de Manuel Luís Real em Salzedas e no Convento da Costa (fundacionais para esta disciplina aplicada ao românico), as de Luís Fontes nos edifícios da rebaptizada Rota do Românico, as deste autor em parceria com outros arqueólogos, entre os quais Francisco Sande Lemos, na Granjinha (Chaves) e Rubiães. Em Rates, os trabalhos conduzidos por José Flores Gomes e Deolinda Carneiro foram decisivos para uma revolução no conhecimento do edifício e suas múltiplas fases construtivas. E não se referem, aqui, as numerosas escavações de necrópoles, fulcrais para mais rigorosas contextualizações monográficas acerca dos monumentos.

<sup>28</sup> Para além de Tibães, o método foi aplicado por Luís Fontes na Igreja Velha de S. Mamede, Felgueiras.





Fig. 2.  
Sé de Lisboa. Capitel do portal principal  
representando *as Duas Testemunhas*?

A reavaliação de aspectos iconográficos é outro recente recurso no estudo da arte românica. Os trabalhos de ruptura de Manuel Luís Real sobre o túmulo de D. Urraca, em Alcobaça (erradamente atribuído a D. Beatriz), ou o que este autor assinou com Maria José Perez Homem de Almeida a respeito do tema do *Agnus Dei* no Entre-Douro-e-Minho, representam pontos de partida para esta metodologia, invariavelmente alicerçada no trabalho monográfico. Sobre o portal principal da Sé de Lisboa, por exemplo, há mais de um século que se repetia, sem vislumbre de dúvida, que um célebre capitel composto por três figuras (Fig. 2) representava os santos mártires de *Olisipo* – Veríssimo, Máxima e Júlia<sup>29</sup>. Ora, uma observação mais atenta deste capitel não revela a presença de qualquer mártir, enquanto, por outro lado, a figura central se apresenta disforme e desproporcionada, remetendo para uma interpretação negativa da mensagem que pretende veicular. Uma proposta de leitura global deste programa revelou um contexto completamente distinto daquele que vinha sendo seguido, transformando o famoso capitel dos pretensos mártires numa passagem do Apocalipse (provavelmente a cena das «duas testemunhas de Sodoma e Egipto») e associando os quatro capitéis figurativos deste portal ao texto apocalíptico e a dois grandes grupos temáticos, característicos da universalidade simbólica românica: o triunfo do «bem» (nos capitéis próximos do centro – o «cavaleiro vitorioso» e «S. Miguel triunfante sobre o dragão») e manifestações do «mal»

<sup>29</sup> PEREIRA, 1895: 120; LACERDA, 1942: 285; RODRIGUES, 1987, vol. I: 55, sucessivamente repetido nos trabalhos deste autor.

(capitéis das extremidades do programa – as «duas testemunhas» já mencionadas e a «prostituta de Babilónia»)<sup>30</sup>.

Sobre iconografia, muito haveria a apontar, pois têm aparecido trabalhos sugestivos. A tese de mestrado de Luís Correia de Sousa, sem o mencionar expressamente, veio provar que a iconografia musical no românico português não é uma temática marginal e unicamente ligada às peregrinações e actividades lúdicas, impondo-se como marca de erudição em espaços nobres de importantes mosteiros e igrejas beneditinos<sup>31</sup>. Um ano antes, outro autor concentrou-se na representação figurativa do Douro Litoral<sup>32</sup>, ainda que a dependência do seu estudo em relação às observações de Jorge Rodrigues, e o natural desconhecimento das escolas escultóricas activas na zona, tenham conduzido à ausência de contextualização cronológico-estilística dos espécimes recenseados. Infelizmente, todos estes avanços enfrentam dificuldades em ser assimilados em obras de grande divulgação, parecendo esquecidos no tempo, destituídos de aparente relevância e desconhecidos de novos investigadores que se aventuram no fascínio de desvendar a arte românica.

## AS GRANDES CORRENTES DO ROMÂNICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XII

Uma verdadeira revolução da paisagem monumental, como a que ocorreu em Portugal no século XII, fez-se com recurso a distintas correntes artísticas, e uma contínua evolução e actualização de mestres, arquitectos e escultores. No estado actual da investigação, é possível seguir a progressão de quatro grandes tendências, activas praticamente em simultâneo, mas cobrindo diferentes regiões do país e ao serviço de distintos promotores.

Estas correntes – não as únicas que explicam a totalidade do nosso românico – tiveram naturezas divergentes e, compreensivelmente, diferentes impactos sobre o território. A influência galega fez-se sentir, sobretudo, a nível da técnica escultórica. A corrente «beneditina» assumiu um conteúdo erudito e iconológico. O românico bracarense instituiu-se como marca diferenciadora de uma verdadeira escola regional «portuguesa». E as oficinas de Coimbra enveredaram por um caminho próprio, quer a nível técnico, quer programático. São estas desiguais naturezas, bem como a natural dispersão de artistas pelo território, que favoreceu a actividade, em simultâneo, destas tendências, e, por vezes, o aparecimento de realizações que partilham

<sup>30</sup> FERNANDES, 2004; CORREIA, 2003.

<sup>31</sup> CORREIA, 2003.

<sup>32</sup> FERRÍN GONZÁLEZ, 2002.

de duas ou mais correntes, sínteses únicas e surpreendentes, saídas das mãos de artistas de distintas formações, juntos em parcerias aparentemente improváveis e a maior parte delas sem continuidade.

## 1. BRAGA E A AFIRMAÇÃO DO ROMÂNICO NO NOROESTE DO REINO

A centralidade religiosa de Braga favoreceu a constituição do mais precoce e coerente núcleo estilístico românico do país. Por intermédio do bispo D. Pedro (1070-1091), definiu-se um ambicioso projecto catedralício, de acordo com os modelos internacionais «de peregrinação», cujo altar-mor foi sagrado em 1089. Por vicissitudes várias, mas sobretudo «por causa da discórdia entre os principais da terra», o estaleiro foi alvo de um incêndio em 1110, quando se laborava no transepto, o que deitou terra as ambições daquele bispo (entretanto apoiante do anti-Papa Clemente III e já falecido à altura dos acontecimentos)<sup>33</sup>. Apesar dos revezes e de se supor que a obra da catedral tivesse estado paralisada até possivelmente ao início da década de 30 (situação que, como se verá, poderá não ter inteira correspondência com os vestígios materiais conservados), em Braga criou-se uma corrente escultórica românica muito original e fortemente vinculada ao poder político-religioso do bispado e sua conflituante dimensão com Compostela. De facto, parece ter sido na cidade do Minho que se consolidou a primeira originalidade românica «portuguesa», em torno de uma escultura depurada e geométrica, linguagem linear e contida de uma diocese em afirmação, por contraposição com o que, por essa mesma altura, se fazia em Compostela<sup>34</sup>. O fenómeno bracarense da transição para o século XII, e durante a primeira metade daquela centúria, integrou

<sup>33</sup> As origens do românico bracarense foram já objecto de estudo exaustivo por parte de Real, 1989: 435-512. Este autor defende «que decorria em Braga um processo coerente de criação de um novo centro de peregrinação no noroeste peninsular, rival do santuário dedicado ao Apóstolo Santiago» (REAL, 2001: 33). As conclusões de Real não foram secundadas por Ferreira de Almeida, autor que atribuiu já ao século XII o absidiolo setentrional, hoje no exterior da catedral e principal elemento do templo sagrado pelo bispo D. Pedro, em 1089, e para quem os resultados das escavações arqueológicas não permitiam qualquer conclusão sobre o projecto catedralício de finais do século XI (ALMEIDA, 1978, vol.2: 81-82, 92-93 e 200-201; —, 1986: 76; — 2001: 107-109).

<sup>34</sup> A escultura bracarense é substancialmente diferente da realizada um pouco por toda a Galiza na transição para o século XII. Mesmo tendo em consideração a heterogeneidade de diferentes escolas e tradições activas no noroeste peninsular (sendo frequente separar-se a oficina compostelana da de Mondoñedo, por exemplo, ou mesmo da tudense), na Galiza cresceu um tipo de escultura muito expressiva, plena de movimento e de perícia técnica, erudita e contrastante com as mais contidas experiências bracarenses. Sobre a formação e primeiros tempos da escultura românica galega, entre muitos outros autores, YARZA LUACES, 2001.



Fig. 3.  
Sé de Braga.  
Absidiolo setentrional, actualmente  
no exterior do edifício.

também alguma escultura figurativa, mas privilegiando sempre a escassa expressividade e, sobretudo, o diminuto destaque dos respectivos campos escultóricos, limitando-se ao essencial da mensagem.

É ainda na Sé de Braga que se encontram os mais claros testemunhos dessa corrente fundacional do românico entre nós, concretamente no absidiolo Norte da cabeceira construída no tempo de D. Pedro (Fig. 3). A planta adoptada é em ferradura, opção que tem sido entendida como prolongamento de antigas preferências pré-românicas, mas que aqui assume um estatuto proto-românico. A decoração é sumária e a dois planos esquemáticos, inaugurando-se os motivos enxaquetados e uma tendência quase hegemónica para os elementos vegetalistas e geométricos.

A opção por uma planta em ferradura, algumas vezes associada a arcaturas cegas, tem paralelos no território bracarense, como em Lomar (na curiosa solução de contrafortagem lateral através de arcadas cegas de escassa altura, projecto onde se integra também a escultura esquemática da capela-mor), ou no portal setentrional da igreja de Candoso (obra provavelmente já do século XII, tal como o arco triunfal,



Fig. 4.  
S. Pedro de Rates.  
Portal setentrional.

onde também é possível encontrar ecos da estética bracarense), mas, igualmente, em dois monumentos vinculados à então ainda não restaurada diocese do Porto (o que ocorreu apenas em 1110 com a nomeação do bispo D. Hugo): Águas Santas (finais do século XI) e Cedofeita (1087, sagração pelo bispo D. Pedro)<sup>35</sup>. A progressão dos valores estéticos e técnicos bracarenses por terras meridionais ocorreu também em Paço de Sousa, cuja empena do transepto, erguida provavelmente ainda em finais do século XI (relacionada com a sagração do templo, em 1088), preserva parte da decoração esquemática e geométrica<sup>36</sup>. Neste capítulo deve também inserir-se o portal setentrional da igreja de Rates (Fig. 4), obra vinculada aos beneditinos

<sup>35</sup> São vários os elementos proto-românicos neste templo: para além da parte baixa da capela-mor, que integra uma arcatura cega de arcos peraltados assentes sobre bases arcaizantes, exibem-se dois capitéis pré-românicos, de calcário, reaproveitados na construção de final do século XI (REAL, 1984: 31; GRAE, 1986: 334-335; REAL, 2001: 31).

<sup>36</sup> REAL, 2001: 32; ALMEIDA, 2001: 118-119.





Fig. 5.  
S. Salvador de  
Arnoso.  
Arco triunfal  
(originalmente a  
parede fundeira da  
capela-mor).

desde o tempo do conde D. Henrique e que contou com o contributo de artífices formados em Braga logo na sua primeira fase, em finais do século XI.

Poderia pensar-se que a destruição do estaleiro catedralício significaria a ruína desta emergente corrente artística. Mas o românico bracarense não foi um fenómeno tão efémero quanto as ambições europeizantes dos seus bispos ou a luta pela plena independência de Portugal, na dimensão religiosa anti-compostelana que Braga simbolizava. Para além de a marcha das obras na Sé permitir equacionar que o estaleiro não terá paralisado totalmente com os trágicos acontecimentos de 1110, escassos sete anos depois destes incidentes iniciava-se a obra de Manhente, atestada por inscrição que revela o seu arquitecto<sup>37</sup>. E em 1124<sup>38</sup> terá arrancado a construção da capela-mor da igreja de Arnoso (Fig. 5), posteriormente aproveitada para nave do templo. É uma obra vinculada à trajectória do românico bracarense, com as suas arcadas cegas de capitéis arcaicos. Ambos estes exemplos provam que, durante o período crítico para a catedral e para a própria diocese, Braga continuou a ser uma poderosa referência artís-

<sup>37</sup> BARROCA, 2003: 672. A obra de Manhente surpreende por vários motivos: por estar rigorosamente datada, quer o seu início (1117), quer o seu término (1123); por se ter tratado de uma construção demasiado rápida para o tempo, o que revela um estaleiro economicamente sustentado; por ostentar o nome do seu arquitecto – *magister Gundisalvus* –, aspecto que foi particularmente importante para o românico bracarense, ao contrário do que ocorreu com a generalidade construtiva nacional do século XII; e também por ostentar numerosas referências estéticas ao românico bracarense, como os «bilhetes», as laçarias ou a ligeira ferradura do seu arco principal. Sobre esta fase, para além de BARROCA, 2003, veja-se REAL, 1974: 123 e ALMEIDA, 2001: 100).

<sup>38</sup> BARROCA, 2000, vol.1: 164-165.

tica e, no seu território, houve condições para erguer novos templos e até com relativa rapidez.

Com o novo impulso dado à Sé, por volta de 1135, e afastada a guerra civil entre os partidários de D. Afonso Henriques e de sua mãe, D. Teresa, o românico bracarense perdeu fulgor e entrou em contacto com outras poderosas estéticas, em concreto a galega e a beneditina. Foi o que sucedeu na cabeceira de São Cláudio de Nogueira, atribuída epigraficamente a 1145, onde se nota uma curiosa fusão, tanto iconográfica, como na mão-de-obra empregue<sup>39</sup>. Mas a corrente foi forte o suficiente para produzir outras realizações mais modestas e locais, como Pitões das Júnias (1147), Unhão (1165) ou, o que tem sido apontado como o capítulo derradeiro, o portal principal da pequena igreja de Balugães (c. 1168). Mas não terá cessado aí a influência bracarense. Para além do discutido portal meridional da própria Sé de Braga, cujo melhor conhecimento e contextualização é essencial para compreender os caminhos desta corrente até aos meados do século XII, e mesmo para além do meio da centúria, subsiste um elemento que marcou profundamente os templos então erguidos até bem dentro do século XIII, que é o mesmo que dizer que acompanhou todo o período de vigência estilística. Falo da cruz, frequentemente vazada, que ornamenta um assinalável conjunto de tímpanos na diocese bracarense. O portal Sul da catedral, atribuído a finais do século XII (mas que pode ser bem anterior, em particular as arquivoltas e os capitéis, já que o tímpano parece ser um reaproveitamento)<sup>40</sup> (Fig. 6), poderá constituir prova da sobrevivência desse elemento pelas décadas de complexificação estética do nosso românico, parecendo manter-se fiel um espírito inicial, fundacional, que poderá

<sup>39</sup> REAL & ALMEIDA, 1990: 1488.

<sup>40</sup> É notória a incongruência entre a escultura esquemática, tipicamente bracarense, da generalidade deste portal, com a iconografia erudita e narrativa dos capitéis da nave, alguns interpretados por RODRIGUES, 1995: 278-279. É um facto que o portal assegura alguma concessão à escultura dita «beneditina», em particular nos capitéis médios. Mas a tendência geral é para a manutenção de temas antigos, como os corações invertidos, as laçarias, os elementos vegetalistas dispostos em dois rudes planos. Outra incongruência é a relação do portal com a cachorrada do registo superior da fachada lateral, onde se incluíram modilhões decorados (de que se destaca o tocador de olifante), a par de outros sem qualquer decoração, sintoma que parece decorrer de um restauro. Também a relação das arquivoltas com o tímpano merece um estudo mais aprofundado, pois parecem ser de épocas distintas. ALMEIDA, 1978: 202 e 2001: 109, datou o portal de finais do século XII (optando, em 1986: 78, por situá-la em inícios do século XIII). Existe, no entanto, um dado até agora pouco valorizado, ocorrido após o sismo de 1135, que consta da doação de verbas, por D. Afonso Henriques, para se reconstruir as torres da fachada principal, o que parece indicar que as obras não terão cessado totalmente com a destruição de 1110. O estudo monográfico de que carece a Sé de Braga impõe que o portal Sul seja estudado em paralelo com o transepto (de que fazia parte originalmente – MONTEIRO, 1908: 142; GRAF, 1986, vol.2: 174) e que se avalie qual a possibilidade de as suas arquivoltas e capitéis poderem datar ainda da primeira metade da centúria.





Fig. 6.  
Sé de Braga.  
Registo superior do  
portal meridional.

não estar muito distante do valor da cruz em contextos mais eruditos, como o núcleo românico do Alto Aragão<sup>41</sup>.

Para além deste elemento, existem outras sobrevivências formais da primacial arte bracarense, como sucede em dois dos mais importantes portais ocidentais, criticamente atribuídos à transição para o século XIII: Bravães e Ansiães. Em ambos regista-se uma mescla, participando artistas de tradição galega, responsáveis por uma escultura exuberante, e outros de tradição «bracarense», ou local (aparente-

<sup>41</sup> O tímpano do portal principal da catedral de Jaca, realizado na segunda metade do século XI, apresenta um *crismon* trinitário ao centro, ladeado por dois leões, um triunfante sobre manifestações do «mal» e o outro protegendo um penitente. Acompanham esta composição várias inscrições, entre as quais uma particularmente importante: «Leitor, se desejas conhecer na escultura, o P é o Pai, o A o filho e o Ómega o Espírito Santo. Os três são na realidade o único e o mesmo Senhor». Para uma sociedade onde se realizavam penitências à porta da catedral, este tímpano simboliza o valor do *crismon*, assumindo-se como imagem de marca da verdadeira religião. Para Portugal não existem estudos sobre a penitência pascal, mas poderá a cruz bracarense corresponder à mesma lógica do Alto Aragão? O modelo catedralício jaquense foi seguido em outras igrejas da região, muitas vezes resumindo-se a representação do tímpano somente ao *crismon*, numa clara simplificação do erudito programa inicial. Sobre a catedral de Jaca, MORALEJO ALVAREZ, 1976 e LACARRA DUCAY, 1993: 24-26, entre muitos outros. A via aragonesa para a constituição do românico nacional é um assunto que merece outro desenvolvimento, que as limitações do actual texto não permitem. Em todo o caso, é de salientar que essa mesma via foi identificada por REAL, 1982b: 29-30, a respeito de um dos mais antigos capitéis de Rates (fase condal) e a propósito de uma eventual primeira fase em São Romão de Arões. O impacto que as obras aragonesas tiveram no ocidente peninsular encontra eco na própria catedral de Santiago de Compostela, em particular nas primeiras empreitadas patrocinadas por Diego Gelmírez, logo na transição para o século XII (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, 2000: 49).

mente não tocados pela escultura galega), detentores de técnica menos elaborada, mas laborando nas partes centrais do programa iconográfico, o que lhes parece garantir uma certa preponderância, fenómeno organizativo ainda longe de estudado.

## 2. COIMBRA: EVOLUÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DECADÊNCIA DA MAIS ORIGINAL PRODUÇÃO ESCULTÓRICA ROMÂNICA NACIONAL

Partindo também de finais do século XI, mas denotando uma vida mais longa e mais pacífica que em Braga, o românico conimbricense iniciou a sua trajectória com opções formais não muito diferentes das bracarenses: composições geométricas, escassamente salientes dos campos escultóricos, concebidas como ornamento sumário de uma nova linguagem artística, acompanhada por novas proporções de elementos construtivos e decorativos, de que o mais flagrante exemplo é o reconstruído claustro da igreja de São João de Almedina<sup>42</sup>. Em pouco tempo, porém, Coimbra transformou-se no mais dinâmico e relevante núcleo nacional. Várias razões estão na origem deste fenómeno, desde o estatuto da cidade como capital, para onde mais facilmente convergiram os recursos financeiros, até ao calcário utilizado pelos escultores, de muito maior potencial que o granito nortenho. A principal razão, todavia, foi o forte dinamismo da sua catedral episcopal, entre as décadas de 60 e 80, principal responsável pela original obra da Sé Velha, em torno de cuja oficina gravitaram outras importantes realizações do centro e Sul do país.

Mas entre o nascimento do românico conimbricense e a afirmação do projecto catedralício, duas obras merecem ser destacadas, pelas suas origens internacionais. A primeira é a desaparecida igreja de Santa Justa, fora das portas da cidade e um dos primeiros institutos beneditinos, vinculados a La Charité-sur-Loire, como Rates e Travanca. Construída ao redor de 1098 (primeira referência documental que menciona a sua existência), foi entregue ao monge Gaufredo em 1102, entrando então na órbita cluniacense e tendo sido reconstruída<sup>43</sup>, passando o seu estaleiro por, pelo menos, duas fases. A outra igreja é melhor conhecida, embora também tenha desaparecido em grande parte: Santa Cruz de Coimbra. Neste templo, que mereceu pioneiros estudos por parte de António Nogueira Gonçalves<sup>44</sup>, as obras arrancaram em 1131 e o projecto desenrolou-se com relativa rapidez até ao meio do século, altura em que estaria concluída a capela-mor. De acordo com as conclusões de Manuel Luís Real, o templo então erguido, em particular a sua cabeceira, seguia, de perto, o programa

<sup>42</sup> REAL, 1974: 41, 49-53.

<sup>43</sup> REAL, 1974: 97.

<sup>44</sup> GONÇALVES, 1980.

de St. Ruf de Avignon, casa-mãe dos cónegos regrantes de Santo Agostinho<sup>45</sup>. Apesar de, tipologicamente, os regrantes terem patrocinado um românico específico, de que se destacam as torres-*narthekes* das fachadas principais<sup>46</sup>, a verdade é que a fábrica particular de Santa Cruz de Coimbra não parece ter tido grande continuidade no nosso românico: a conclusão da própria igreja fez-se com recurso ao célebre mestre Roberto (arquitecto de provável origem francesa, ou normanda, que trabalhou nas sés de Coimbra e de Lisboa) e de acordo com valores estéticos ensaiados na catedral da cidade do Mondego<sup>47</sup>; e no mosteiro de São Vicente de Fora, outra marca inconfundível dos regrantes em Portugal, somente a sua cabeceira pode ter sido aparentada a Santa Cruz, evoluindo depois o projecto lisboeta para modelos distintos aos do mosteiro conimbricense, sendo concluído de acordo com soluções que parecem ter determinado também a derradeira etapa da Sé de Lisboa<sup>48</sup>.

Um pouco depois de iniciados os dois grandes estaleiros no exterior da cidade – Santa Justa e Santa Cruz –, no coração do burgo amuralhado, agora tornado capital do reino, arrancava a obra da Sé. Muito se tem escrito acerca do presumível conhecimento da porta das Platerías da catedral compostelana que o/s arquitecto/s responsável/eis por este empreendimento teria/m<sup>49</sup>. A possível origem francesa dos dois prováveis mestres (Bernardo e Roberto) parece explicar alguns dispositivos característicos das igrejas de peregrinação. Mas independentemente da avaliação que se possa fazer da fachada da Sé (e sua dimensão cenográfica e real<sup>50</sup>) (Fig. 7), a verdade é que outras características já ensaiadas em Compostela, e um pouco por todo o Caminho de Santiago, apareceram em Coimbra na transição para a segunda metade do século XII, transformando a cidade no foco nacional de maior impacto da escultura galega daquela época<sup>51</sup>. Ao que tudo indica, o primeiro estaleiro catedralício, comandado por Bernardo, foi objecto de renovado impulso aquando da chegada do bispo D. Miguel Salomão (1162-1176). A partir de então, e por um período de aproximadamente vinte anos, Coimbra constituiu-se num real fenómeno do românico ocidental europeu, para aqui confluindo mestres conhecedores dos itinerários de peregrinação, escultores familiarizados com a escultura compostelana e plenamente beneditina e, tão importante como essas influências, a emergência

<sup>45</sup> REAL, 1995: 20-21.

<sup>46</sup> REAL, 1982a.

<sup>47</sup> REAL, 1974: 141

<sup>48</sup> FERNANDES, 2010: 86-93.

<sup>49</sup> Entre outros, GONÇALVES, 1938; MONTEIRO, 1941; REAL, 2001: 41-42; crítica em MACEDO, 2005: 55-56 relativa a uma pretensa relação compostelana para a fachada principal conimbricense; também REAL, 1974: 209-216, acerca de possíveis contactos com o românico italiano e do centro de França, com argumentos menos vincados em obras mais recentes do autor.

<sup>50</sup> Recentemente evidenciada por PIMENTEL, 2003.

<sup>51</sup> REAL, 2001: 47-48.



Fig. 7a.  
Sé Velha de Coimbra.  
Fachadas principal e  
setentrional.



Fig. 7b.  
Sé Velha de Coimbra.  
Portal principal.  
Leões afrontados.

de uma mão-de-obra local, conotada com valores ainda islâmicos, transformados em mudéjares, que deixaram parte substancial do seu «exotismo» na pedra calcária delicada das igrejas da cidade (em particular no portal de São Salvador e na igreja de Santiago, esta última possivelmente terminada já em inícios do século XIII).

A renúncia à cátedra episcopal de D. Miguel Salomão e a ruptura operada nos especializados estaleiros conimbricenses – sem dúvida conhecedores de experiên-





Fig. 8.  
Museu Nacional de  
Machado de Castro.  
*Agnus Dei* procedente  
da Sé Velha?

cias ocorridas no Sul de França<sup>52</sup> – não terá sido suficiente para cortar uma sólida tradição escultórica românica, a ponto de verdadeiras obras-primas deste período serem atribuídas aos anos finais do século XII, como o *Agnus Dei* de Milreus (procedente da Sé Velha?<sup>53</sup>) (Fig. 8).

O sucesso das oficinas românicas coimbrãs fez com que a cidade só muito tardiamente se abrisse à linguagem gótica, à exceção do claustro da Sé Velha, considerado como a segunda grande obra gótica do país (depois da experiência fundacional de Alcobaça). Mas ao contrário do que ocorreu em Santarém ou Tomar, por exemplo, Coimbra só rompeu definitivamente com o formulário românico no ciclo mendicante, já bem dentro do século XIII. De resto, e regressando à centúria anterior, quando se deu a parcial dispersão de artistas, formou-se uma outra corrente, no Norte do país, em zonas mais pacíficas e, por essa altura, alvo de intensa organização: o vale do rio Sousa. Conhecido como *românico nacionalizado*, utilizando a feliz expressão de Manuel Monteiro (1943), foi este o mais

<sup>52</sup> REAL, 2001: 48; ALMEIDA, 1987.

<sup>53</sup> Obra maior da arte românica nacional, este painel tem motivado constantes interrogações, não apenas acerca da sua procedência (assumindo-se como forte hipótese a tese de REAL, 1974: 162-163, que aponta para a sua inclusão numa fase tardia do edifício catedralício, pós-1176), mas também acerca da sua filiação temática, entre Compostela e o Languedoc, sem colocar de parte um original e particular contributo mudéjar (ALMEIDA, 2001: 162). Também aqui estar-se-á perante mais uma síntese da arte românica nacional, mais que uma cópia de modelos estrangeiros.



Fig. 9.  
Longosvales.  
Capitéis do interior  
da capela-mor.

importante foco tardio, porém não o único dessa altura, que beneficiou do contributo conimbricense e originou uma das mais originais expressões da arte medieval portuguesa na transição para o século XIII. Foram ainda os artistas de Coimbra os responsáveis pela conclusão da catedral do Porto, projecto iniciado um século antes por influência compostelana e em resposta à possível expansão bracarense e que haveria de ser concluído por mão-de-obra meridional, cujos formulários temáticos e formais eram já substancialmente distintos dos que haviam ditado a etapa fundacional do plano portuense.

### 3. OS CAMINHOS DE LIGAÇÃO À GALIZA

O românico conimbricense da segunda metade do século XII revela uma tendência que, a seu tempo, se impôs como marca de originalidade da arte produzida no nosso país naquela época: a síntese de influências díspares, e por vezes aparentemente antagónicas. Se aspectos essenciais do estilo têm como ponto de referência áreas francesas, em Coimbra juntaram-se três grandes contributos: a estética e a iconografia beneditina, que mais fortemente ditou que cenas esculpir e introduziu algumas soluções arquitectónicas inteiramente novas; a mão-de-obra galega, principal foco de formação de artistas no noroeste peninsular; e um único e inusitado contributo mudéjar, assimilado na arte românica local.

A influência galega é um dos aspectos que mais tem interessado os investigadores. Ela está bem patente no Alto Minho, em particular nas duas fases mais tardias<sup>54</sup> (em Ganfei e Longosvales (Fig. 9), mais tarde em Friestas e, posterior-

<sup>54</sup> ROSAS, 1987.

mente, já no século XIII, em Orada e Paderne II), mas, como provaram REAL & ALMEIDA, 1990: 1485-1486, os primeiros exemplos situam-se em data muito precoce e, um tanto paradoxalmente, na área da diocese do Porto. Já me referi ao território de «colonização» artística que esta área representava nas primeiras décadas do século XII, onde surgiram realizações vinculadas ao primeiro românico bracarense. Mas por volta das décadas de 20-30, começou-se a sentir a influência galega, primeiro em dois emblemáticos mosteiros da zona: São Pedro de Rates e São Salvador de Paço de Sousa. Na segunda fase de Rates, situável ainda na primeira metade do século XII mas evoluindo até meados da centúria, encontram-se artistas formados na Galiza, responsáveis por, pelo menos, dois capitéis, caracterizados por esculturas rudes, porém de maior volume que as anteriores realizações condais e bracarenses<sup>55</sup> filia estes capitéis em algum românico francês, negando a influência galega). Em Paço de Sousa, é curioso verificar que o primeiro elemento conotado com a estética galega surge na capela funerária de Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques. Conhecida como Capela do Corporal, estaria concluída por volta de 1146, data do falecimento do instituidor, e dela sobrevive um esquecido capitel com dois leões afrontados (Fig. 10) cuja técnica escultórica admite a sua feitura por um artista formado em estaleiros galegos, pelo maior volume e expressividade das formas, que tanto contrasta com os vestígios escultóricos bracarenses do exterior do transepto.

O vínculo a Compostela do bispo portuense D. Hugo (1114-1136), e a acção impositiva que aquele centro galego mantinha contra Braga, fez com que, rapidamente, o território portuense fosse permeável a artistas formados no noroeste peninsular. Foi o que ocorreu em Rio Mau, logo em 1151, ou na cabeceira de Arnoso (anterior a 1156). Um pouco antes, reduzindo-se drasticamente a actividade dos escultores formados em Braga, as formas características da Galiza fizeram o seu aparecimento no território bracarense<sup>56</sup>, de que o caso de S. Cláudio de Nogueira (c. 1145) é o testemunho mais antigo (sintomaticamente próximo do Alto Minho). A partir daqui, dispersando-se por obras mais tardias, como o portal principal de Bravães – obra chave, de finais do século XII, onde é possível reconhecer mais uma síntese estético-formal, produzida por mãos vinculadas ao gosto galego, a par de outras que repetiam ainda formulários bracarenses (Fig. 11) –, ou unindo-se à peculiar tradição conimbricense – então em franca exportação para a região do Porto e sua natural ligação à bacia do Sousa –, o gosto «galego» esteve na origem do *românico nacionalizado*, onde a escultura se assumiu plena de relevo e exotismo, desde o contributo de Soeiro Anes na Sé do Porto, terceiro

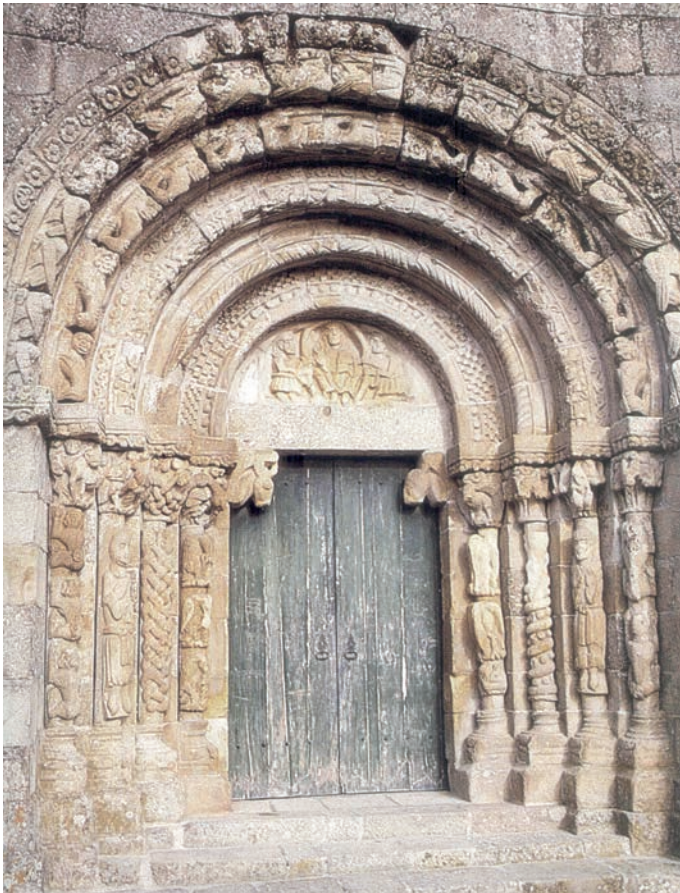
<sup>55</sup> REAL & ALMEIDA, 1990: 1491.

<sup>56</sup> REAL, 2001: 38.





**Fig. 10.**  
S. Salvador de Paço de Sousa.  
Capitel com dois leões afrontados,  
procedente da antiga Capela do Corporal.



**Fig. 11.**  
S. Salvador de Bravães.  
Portal principal.

arquitecto da Sé Velha de Coimbra, até às cabeceiras de Roriz, Pombeiro e Ferreira e, finalmente, aos portais de Paço de Sousa e Cedofeita, entre muitas outras obras que se poderiam citar.

#### 4. A VIA DE INFLUÊNCIA BENEDITINA. ERUDIÇÃO E EXPRESSÃO INTERNACIONALISTAS PARA UMA ORIGINALIDADE PORTUGUESA

Analisadas, sumariamente, as três correntes que se podem integrar no campo estrito da técnica escultórica – mas não apenas nessa categoria, como se viu –, há que revelar o fundo plenamente «internacional» em que grande parte destas experiências decorreu. Com propriedade, Manuel Luís Real chamou a atenção para a existência de um românico especificamente «beneditino», quer do ponto de vista escultórico<sup>57</sup> – face mais visível das dominantes iconográficas na nossa arte do século XII e primeiras décadas da centúria seguinte –, quer do ponto de vista arquitectónico<sup>58</sup> – sobretudo a um nível planimétrico e programático.

Nesta análise necessariamente breve, importa esclarecer que este fundo beneditino inclui-se num processo mais vasto de influência artística, que consagrou a regiões exteriores à Península Ibérica o essencial de algumas das mais importantes obras realizadas em Portugal no século XII. Na primeira linha de recepção destas correntes estiveram os estaleiros catedralícios, reconhecidamente mais eruditos, laborando com o contributo de oficinas mais especializadas e originados a partir de experiências já ensaiadas no Caminho de Santiago (Braga), no Limousin (Porto), possivelmente em Itália ou no Languedoc (Coimbra), Normandia (Coimbra e Lisboa) e outras soluções proto-góticas de raiz francesa (fase terminal da Sé de Lisboa), etc. Neste longo e complexo capítulo, a que há que juntar outras soluções características da arte das ilhas britânicas, como os *beak-heads*, os beneditinos não foram os seus exclusivos difusores – nele se incluindo as experiências catedralícias atrás citadas, o contributo regrante ou as peculiares obras cistercienses –, mas tiveram papel cimeiro desde a primeira hora e praticamente ao longo de toda a vigência estilística.

Em paralelo com a afirmação bracarense, as primeiras formas beneditinas chegaram ainda durante o período condal, através das já citadas doações a La Charité-sur-Loire de Santa Justa de Coimbra e São Pedro de Rates. Neste último mosteiro, o projecto arquitectónico então delineado era bastante ambicioso e compunha-se

<sup>57</sup> REAL, 1986: 45-53.

<sup>58</sup> REAL, 1982a: 118-123.

de três naves de cinco tramos, em que se contava um falso transepto, e cabeceira tríplice escalonada<sup>59</sup>. Por razões ainda desconhecidas, o plano não terá sido terminado, mas a sua influência foi decisiva para os passos seguintes do românico nacional, tanto a nível arquitectónico, como escultórico. Travanca, situada num território mais periférico e de povoamento ainda relativamente difícil nos princípios do século XII, é um monumento essencial para avaliar a rápida difusão do modelo arquitectónico beneditino<sup>60</sup>, tipologia que continuará pelo *românico nacionalizado* do século XIII, como, por exemplo, em Paço de Sousa, e que contaminará templos fora da órbita monacal.

Mas a maior visibilidade da arte patrocinada pelos beneditinos encontra-se na difusão de temas iconográficos, em particular os veiculadores de mensagens catalogáveis dentro de noções alargadas de «bem» e «mal». A introdução deste vasto repertório, verdadeiro bestiário do românico internacional, não se fez em simultâneo com a adopção do plano arquitectónico beneditino, pois, como se viu, o portal Norte de Rates exhibe, ainda, uma decoração próxima do geometrismo bracarense. Mas a partir de pouco antes de meados do século, no arco triunfal de Bravães (c. 1145) – obra onde é possível encontrar uma síntese entre o gosto estético ainda bracarense e um enriquecimento iconográfico por via beneditina –, ou até no portal meridional da Sé de Braga, o catálogo internacional espalhou-se por praticamente todo o território, contaminando tanto a área de Braga, como os canais de influência compostelana e o original foco conimbricense. Na catedral da cidade minhota, a sua presença tornou-se avassaladora, quer nos complexos capitéis das naves, já na segunda metade do século XII, quer no seu portal principal, possivelmente já de finais da centúria. Alastrando rapidamente a todo o românico nacional, é frequente encontrarem-se representações de animais terríficos devorando seres humanos ou exibindo-os, presos nas suas garras e bocas, aves bebendo de taças, sereias cuja modelação corporal sugere movimento, leões que protegem a entrada ou aprisionam presas, aves de pescoços enlaçados, grandes animais de olhos sobrevalorizados, em atitude ameaçadora, e um sem número de temas vigorosos que ilustram, quase sempre de forma pouco linear, a grande receptividade

<sup>59</sup> REAL, 1982b: 14-15.

<sup>60</sup> Apesar de escassamente estudado, Travanca deteve uma importância inusitada na primeira metade do século XII, altura em que se definiu o seu plano arquitectónico. REAL, 1982a: 120 admitiu que o arranque da obra possa ter ocorrido em data «ligeiramente anterior à reforma beneditina de Rates», o que lhe assegura um estatuto verdadeiramente pioneiro na afirmação do programa arquitectónico difundido por aquela ordem. E não obstante o grande arrastamento do estaleiro, que se sabe ter laborado até praticamente ao final do século XII, «é em Travanca que encontraremos o modelo acabado de “igreja beneditina portuguesa”» (REAL, 1982a: 120; cf. também REAL, 1986: 46-47 e ALMEIDA, 2001: 123, reconhecendo a inclusão de materiais arcaizantes, cuja cronologia poderá situar-se «perto dos meados do século XII»).

no nosso românico de temas ensaiados em regiões muito distantes e com as quais, aparentemente, nem existiriam grandes pontos de contacto.

Foi, sem dúvida, a adaptabilidade e fácil modelação dos temas ditos *benedictinos* às três outras correntes estéticas e técnicas – processo ao qual não terá sido alheio o carácter evangelizador e moralizador destas representações –, que explica o rápido sucesso e a longevidade desta linguagem. Assim produziram-se obras que apenas à primeira vista parecem simples ou, um tanto preconceituosamente, modestas e rudes, desde Bravães a São Pedro das Águias, de Abade de Neiva a São Pedro de Coimbra, da poderosa Colegiada de Guimarães à modesta capela da Granjinha.

Uma das mais notáveis peças que testemunha a forte implantação dos valores iconográficos caros aos beneditinos, e próprios do românico internacional, até épocas tardias e em áreas claramente periféricas é o portal ocidental da igreja de Ansiães (Fig. 12), obra criticamente datada da transição para o século XIII. Aqui, podem diferenciar-se três fases construtivas: a primeira nos meados do século XII e revelando analogias para com a cabeceira de São Cristóvão de Nogueira; a segunda plenamente beneditina, na órbita de Rates e de Travanca; e a terceira uma síntese de diferentes tendências e com recurso a mão-de-obra também de formação diversa, contribuindo em conjunto para um dos mais eruditos programas iconográficos de um portal ocidental no nosso românico. Nesta última etapa, aos artistas de formação galega foram reservadas as áreas periféricas do portal, enquanto que, no centro da composição, laboraram escultores vinculados à já então longínqua estética braceirense, com o que de paradoxal têm estas caracterizações já em finais do século XII. Esta especialização de oficinas, que é ainda mais evidente no portal ocidental de Bravães, pode indiciar uma muito ordenada e hierarquizada distribuição do trabalho, reservando-se o papel central aos artistas ligados aos encomendadores e relegando-se para áreas excêntricas as oficinas itinerantes ou de formação distinta. Independentemente da acção de diferentes oficinas e respectiva organização do trabalho, a coerência iconográfica do projecto não terá sido prejudicada. De acordo com as conclusões a que cheguei em 2001, existe uma distinção entre centro e periferia do programa, sendo mesmo possível realizar uma leitura circular, em que o centro é ocupado pelos temas doutrinários mais importantes (Cristo *Pantocrator* ladeado pelo Apostolado, na primeira arquivolta) e a periferia por realizações conotadas com o «mal» ou com o mundo terrestre, para cuja expressividade melhor contribuam os lapicidas formados na Galiza. Assim, enquanto o mundo celeste é propositadamente diáfano e a dois planos, o mundo exterior, que parece querer romper o selo de protecção do espaço celeste, pela presença de lobos que tentam morder a arquivolta que os separa dos Apóstolos, é exuberante e expressivo, mais próximo do Homem medieval que as representações opacas do tímpano e primeira arquivolta.





Fig. 12.  
S. Salvador de Ansiães.  
Portal principal.

## CONCLUSÃO

Apesar de, à data do falecimento de D. Afonso Henriques (1185), apenas uma catedral estar presumivelmente terminada – a de Coimbra<sup>61</sup> – (subsistem dúvidas a respeito do marcha das obras na Sé de Braga), e de, nos anos seguintes, ter-se registado um abrandamento na construção de templos, é ao seu reinado que se

---

<sup>61</sup> REAL, 1974: 152 cita um documento de 1172, em que aparece uma menção explícita ao portal principal do templo. No entanto, como o próprio autor indica, por volta de 1180 existe notícia de um terceiro mestre do edifício catedralício – Soeiro, o mesmo que transitará para a Sé do Porto pouco depois desta data.

deve o essencial da arte românica nacional, e as suas mais surpreendentes mutações, desde as tímidas origens de uma arte internacional moldada de acordo com os recursos de uma diocese em reconstrução, como foi Braga nas primeiras décadas do século XII, até à afirmação de um verdadeiro românico internacional, por via galega e transpirenaica.

Mas como em outros capítulos da aventura portuguesa, também no caso da arte românica parece ter havido uma originalidade nacional, fruto da convivência de correntes artísticas aparentemente antagónicas, que se terão sujeitado às condicionantes da encomenda para formar produtos artísticos únicos. Estas pequenas sínteses, tantas vezes despercebidas, realizaram-se muito antes do que se convencionou chamar *românico nacionalizado*, reconhecidamente o capítulo evolutivo final deste estilo onde se gerou uma original síntese. Elas apareceram logo na mudança de plano em Rates, nas primeiras décadas do século XII, surgiram no arco triunfal de Bravães nos meados da centúria, e chegaram ao coração da Sé de Braga, como o discutido portal lateral evidencia. Ao longo da segunda metade do século, graças ao patrocínio de famílias distintas e ao recrutamento de arquitectos e escultores de formações também diversas, o românico português diversificou-se e atingiu inesperados níveis de originalidade arquitectónica e artística. Coimbra, tornada capital de um novo reino, foi o mais eloquente núcleo dessa intensa renovação e ocupa naturalmente o lugar cimeiro de afirmação deste tempo, onde se geraram as condições para o derradeiro fôlego estilístico, no Douro e em Lamego, ao longo da primeira metade do século XIII.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972) – *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa*. «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», Série História. Porto, p. 3-56.
- (1975) – *A Igreja românica de Rates*, «Póvoa do Varzim – Boletim Cultural», vol. XIV, n.º 1. Póvoa do Varzim, p. 3-27.
- (1978) – *Arquitectura românica de entre-Douro-e-Minho*, 2 vols. Porto, Dissertação de Doutoramento.
- (1986) – *História da Arte em Portugal*, vol. 3 (*O Românico*). Lisboa: Alfa.
- (1987) – *Influências francesas na Arte românica portuguesa, Histoire du Portugal. Histoire europeène*. Paris: FCG, p. 27-36.
- (2001) – *História da Arte em Portugal (O Românico)*, vol. 1. Lisboa: Estampa.
- BARROCA, Mário (1990) – *Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de entre-Douro-e-Minho: ajimezes, gelosias e modilhões de rolos, Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1. Braga: Cabido Metropolitano e Primacial, p. 101-145.

- (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, 4 vols. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publicado em Lisboa, Fundação de Calouste Gulbenkian.
- (2003) – *O arco pré-românico do mosteiro de Manhente (Barcelos)*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», n.º 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 665-686.
- BOTELHO, Maria Leonor (2004) – *As transformações sofridas na Sé do Porto no século XX: a acção da DGEMN (1929-1982)*, 3 vols. Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro.
- CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel (2000) – *La catedral románica: tipología y narración visual*. In NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel, coord. – *Santiago, la Catedral y la memoria del arte*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, p. 39-96.
- CORREIA, Vergílio (1953) – *A escultura em Portugal no século XII*, Obras, vol. III. Coimbra, p. 1-19.
- COSTA, Lucília Verdelho da (1988) – *Leiria*. Lisboa: Presença.
- CRISTINO, Luciano Coelho (1983) – *A vila de Leiria em 1385*. «Jornadas sobre Portugal Medieval». Leiria, p. 173-220.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2001) – *A igreja românica de S. Salvador de Ansiães*. «Brigantia», vol. XXI, n.º 1/2. Bragança: Assembleia Distrital de Bragança, p. 31-51.
- (2004) – *Iconografia do Apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa*. «Revista Estudos – Património», n.º 7. Lisboa: IPPAR, p. 91-100.
- (2008) – *O mosteiro baixo-medieval de Chelas: interrogações a propósito de uma observância mendicante*. In GOMES, Ana da Costa, et al., coord., – *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia, p. 19-35.
- (2010) – *Hoc Templum Aedificavit Rex Portugalliae Alphonsus I: o mosteiro medieval*. In SALDANHA, Sandra, coord. – *São Vicente de Fora. Arte e História*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, p. 77-107.
- FERRÍN GONZÁLEZ, J. Ramón (2002) – *La decoración zoomórfica en el Románico de la diócesis de Porto: aproximación a un bestiario, I Congreso sobre a Diocese do Porto. Tempos e lugares de memória*, vol. I. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 163-182.
- FONTES, Luís (2005) – *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em Arqueologia da Paisagem e da Arquitectura*. Lisboa: IPPAR.
- GAILLARD, Georges (1964) – *Aspects de l'art roman portugais*. «Bracara Augusta», vols. 16-17. Braga, p. 127-131.
- GOMES, Saul António (1992) – *Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no Priorado de Leiria nos séculos XII a XV. Lusitania Sacra*, 2.ª sér., vol. 4. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, p. 163-309.
- (2004) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2.ª ed. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- GONÇALVES, António Nogueira (1938) – *Novas hipóteses acerca da arquitectura românica de Coimbra*. Coimbra.
- (1980) – *Estudos de História de Arte medieval*. Coimbra: Epartur.
- GRAF, Gerhard (1986-1987) – *Portugal roman*, 2 vols. Yonne: Zodiaque.
- LACARRA DUCAY, María del Carmen (1993) – *Catedral y Museo Diocesano de Jaca*. Ludion.



- LACERDA, Aarão de (1942) – *História da Arte em Portugal*, vol. I. Porto: Portucalense editora.
- (1998) – *O fenómeno religioso e a simbólica*. Porto: E. A., 1924. Republicado em Lisboa: Guimarães Editores.
- MACEDO, Francisco Pato de (1996) – 4. *Manifestações artísticas*. In COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho, coord. – *Portugal em Definição de Fronteiras, do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. In SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal*, vol. 2, p. 692-745.
- MACEDO, Francisco Pato de (2005) – *A Sé Velha na conjugação do Românico e do Gótico*. In *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra, p. 43-63.
- MATTOSO, José (1992) – *O Românico português. Interpretação económica e social*. «Mínia», 2.ª série, n.º 4, 1981, p. 5-24, republicado em *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2.ª ed. Lisboa: INCM, 1992, p. 149-169.
- (1990) – *A cidade de Leiria na História medieval de Portugal*. «Ler História», n.º 4, 1985, p. 3-18, republ. *Fragmentos de uma composição medieval*, 2.ª ed., Lisboa: Estampa, p. 95-111.
- MONTEIRO, Manuel (1908) – *S. Pedro de Rates (com uma introdução ao Românico português)*, republicado em *Dispersos*, Braga: ASPA, 1980.
- (1938) – *A Escultura românica em Portugal*. Porto: Tavares Martins.
- (1941) – *A Igreja da Senhora da Orada*. «Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», t.VIII, Lisboa, republicado em *Dispersos*. Braga: ASPA, 1980.
- (1943) – *Paço de Sousa. O românico nacionalizado*. «Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», vol. 12. Lisboa, p. 5-21, republicado em *Dispersos*. Braga: ASPA, 1980, p. 286-300.
- MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín (1976) – *Sobre la formación del estilo escultórico de Frómista y Jaca*. In *Actas del XIII Congreso Internacional de Historia del Arte. España entre el Mediterráneo y el Atlántico*, vol. I. Granada: Universidad de Granada, p. 427-434.
- PEREIRA, Gabriel (1895) – *Capitéis da Sé de Lisboa*. «Arte Portuguesa», n.º 6, p. 119-120.
- PIMENTEL, António Filipe (2003) – *A sagração do reino em torno do(s) projecto(s) da Sé Velha*. «Artis», n.º 3. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 87-122.
- REAL, Manuel Luís (1974) – *A arte românica de Coimbra. Novos problemas, novas hipóteses*. Porto: Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (1982a) – *A organização do espaço arquitectónico entre Beneditinos e Agostinhos no século XII*. «Arqueologia», n.º 6. Porto, p. 118-132.
- (1982b) – *O Românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do século XII*. «Boletim Cultural – Póvoa do Varzim», vol. XXI. Póvoa do Varzim: Imprensa Portuguesa, separata.
- (1984) – *Inéditos de arqueologia medieval portuense*. «Arqueologia», n.º 10. Porto, p. 30-43.
- (1986) – *La sculpture figurative dans l'art roman du Portugal*. In GRAF, Gerhard – *Portugal Roman*, vol. I. Yonne: Zodiaque, p. 33-75.
- (1987) – *Perspectivas sobre a flora românica da «Escola» lisbonense, a propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo*. «Sintria», I-II (1982-83). Sintra: Câmara Municipal de Sintra, p. 529-560.

- (1989) – *O projecto da Catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português*, *Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I. Braga, p. 435-512.
- (1995) – *O convento românico de S. Vicente de Fora*. «Monumentos», n.º 3. Lisboa: IPPAR, p. 14-23.
- (2001) – *O românico português na perspectiva das relações internacionais*. In *Românico. Em Portugal e na Galiza*. Lisboa: Fundación Pedro de la Maza; Fundação Calouste Gulbenkian, p. 31-48.
- REAL, Manuel Luís & ALMEIDA, Maria José Pérez Homem de (1990) – *Influências da Galiza na arte românica portuguesa*. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV. Porto: INIC, INCM, p. 1483-1526.
- RODRIGUES, Jorge (1987) – *Aspectos de ornamentação e representação na escultura românica*. Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- (1995) – *O Mundo Românico*. In PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Temas e Debate, p. 180-331.
- (2009) – *O Modo Românico*. In RODRIGUES, Dalila – *Arte Portuguesa Rodrigues*, vol. 2. Lisboa: Jornal de Notícias.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1987) – *A Escultura românica das igrejas da margem esquerda do rio Minho*, 2 vols. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de letras da Universidade do Porto.
- (1991) – *As obras seiscentistas no Mosteiro de S. Salvador de Ganfei*. «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», vol. VIII. Porto, p. 319-326.
- (1995) – *Monumentos Pátrios: a arquitectura religiosa medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, 2 vols. Porto: Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOUSA, Luís Manuel Correia de (2003) – *Iconografia musical na arte da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- (2005) – *Iconografia musical na escultura românica em Portugal*. «Medievalista on-line», ano 1, n.º 1. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais ([www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista](http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista), em 20/4/2005).
- VASCONCELOS, Flório de (1983) – *O Românico em Portugal*. In SARAIVA, José Hermano, dir. – *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Alfa, p. 305-321.
- VITORINO, Pedro (1925) – *O portal românico de Anciães*. «Diónysos», 3.ª sér., n.º 1. Porto: Companhia Portuguesa Editora, p. 18-24.
- (1941) – *Tímpanos românicos ornamentados*. Porto: Tip. Domingos Barreira.
- YARZA LUACES, Joaquín (2001) – *Artes figurativas românicas en Galicia antes de 1150*. In «Românico. Em Portugal e na Galiza». Lisboa: Fundación Pedro de la Maza; Fundação Calouste Gulbenkian, p. 56-79.



# A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES

MÁRIO JORGE BARROCA\*

Prolongando-se entre 1128 e 1185, o governo de D. Afonso Henriques à frente dos destinos portugalenses atravessou uma boa parte do nosso século XII – quase seis décadas – e deixou nele uma marca profunda e indelével. Podemos mesmo dizer, sem grande receio de errar, que quando o monarca fechou os seus olhos, no dia 6 de Dezembro de 1185, o perfil militar do espaço que integrava o reino de Portugal – quer no que respeita à sua organização territorial, quer no que respeita à própria arquitectura militar – era profundamente distinto daquele que o jovem infante tinha encontrado quando tomou em mãos os destinos do condado, na tarde de 24 de Junho de 1128. É esse percurso que tentaremos descrever nas páginas que se seguem.

Como já insistimos em vários trabalhos nossos, a evolução da arquitectura militar medieval só se torna verdadeiramente inteligível quando enquadrada e cotejada com a evolução da organização territorial. Por isso, o nosso texto será estruturado em duas partes, consagradas a cada um desses aspectos, onde procuraremos caracterizar aquelas que entendemos serem as grandes linhas de força.

## 1. A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Desde as primeiras presúrias em terras portugalenses, ocorridas sob o *albende* de Afonso III das Astúrias na década que medeia entre 868 e 878, o território incorporado na monarquia cristã do Norte foi militarmente estruturado em grandes unidades espaciais designadas na documentação da época por expressões

---

\* Professor Catedrático da FLUP. Investigador do CITCEM.

como *territoria* ou *civitates*<sup>1</sup>. As fontes documentais, relativamente escassas para estes tempos mais recuados, são infelizmente omissas sobre muitos aspectos destas circunscrições territoriais, a começar pelo momento e pela forma como elas foram instituídas. Na maior parte dos casos não conhecemos o ano exacto da sua criação, mas apenas um momento a partir do qual podemos assegurar que já existiam. Não sabemos, igualmente, se elas foram fruto de uma decisão do monarca, se resultaram da iniciativa dos nobres que protagonizaram as presúrias em seu nome ou se a sua criação se ficou a dever à iniciativa de qualquer outra entidade ou individualidade. O mesmo se passa com muitos outros aspectos: não sabemos como se estruturava a administração destes espaços, a quem estava confiada, que obrigações recaíam sobre as populações do seu território, qual o tipo efectivo de organização militar que foi implementado (mormente os sistemas de vigilância e de recrutamento), como se exercia o comando e se coordenava a actividade militar, que capacidade de resposta tinham perante ameaças internas ou externas, etc. As nossas dúvidas são, portanto, substancialmente maiores do que as certezas e apenas podem ser parcialmente supridas pela comparação com a organização implementada noutras zonas da monarquia asturiana, nomeadamente na área da Galiza e de León, onde realidades aparentemente não muito distintas assumiram outras designações<sup>2</sup>.

Apesar de não possuímos diplomas desta época para muitas zonas do nosso território – e de, portanto, podermos colocar a hipótese académica da existência de alguma *civitas* que tenha passado silenciada e despercebida na documentação escrita – a criação das *civitates* não parece ter abrangido a totalidade do espaço presuriado. Pelo contrário, parece ter apenas incidido nas zonas consideradas estrategicamente mais sensíveis e mais vulneráveis. Isto significa que amplas áreas do território incorporado na monarquia asturiana não chegaram a conhecer este tipo de organização. Aparentemente toda a zona de Trás-os-Montes (com excepção da zona de Chaves), todo o Alto Minho (a norte do rio Lima) e até mesmo uma boa parte das férteis planícies do Minho não foram abrangidas pela criação destes espaços. O mesmo aconteceu com vastas zonas da Beira interior. E, pelo contrário, detectamos duas grandes concentrações – uma na zona terminal do vale do Douro, outra a Norte de Coimbra e do vale do Mondego. Trata-se, nos dois casos, de áreas relativamente próximas da linha de costa e, portanto, mais expostas a eventuais razias vindas por via marítima.

---

<sup>1</sup> Cf., entre outros estudos nossos, BARROCA, 1990-1991: 89-136; —, 2003: 69-77; —, 2004: 181-203.

<sup>2</sup> Vd., entre outros, LOPEZ ALSINA, 1988: 220-227; ESTEPA DIEZ, 1978: 257-273; SANCHEZ ALBORNOZ, 1976: 443-474.

As *civitates* podem ser definidas como amplos espaços comandados a partir de um lugar central, que recebia trabalhos de fortificação. Para além das três grandes presúrias asturianas (Porto, Chaves e Coimbra), que devem ter dado origem a outras tantas *civitates*, o mais antigo território que conhecemos é o de Anégia.

A *Civitas Anegia* é um exemplo de invulgar importância. Encontra-se documentada desde 875 e já é referida na *Crónica Rotense*<sup>3</sup>. O seu espaço abrangia mais de 180 km<sup>2</sup> repartidos pelas duas margens do Douro: a Norte deste rio estendia-se desde o vale do Sousa até ao Ovil (Baião), a sul ia desde o Arda até ao Bestança. A “sede militar” deste território estava localizada no Alto da Cividade, em Eja (freg. de Entre-os-Rios, conc. Penafiel), junto da confluência dos rios Tâmega e Douro, um pequeno esporão rochoso sobranceiro a um povoado castrejo ocupado desde a Idade do Ferro até, pelo menos, aos séculos V-VI<sup>4</sup>. A memória deste lugar está testemunhada na invocação da pequena capela que ocupa a zona central da plataforma, e que é conhecida como a Capela da Senhora da Cividade<sup>5</sup>.

No interior de cada *civitas* podiam coexistir vários castelos rurais ou locais, estruturas de reduzidas dimensões e de características muito rudimentares, erguidas pelas populações para sua defesa. No caso de Anégia estão documentados, por via escrita, cerca de duas dezenas de pequenos castelos rurais. Trata-se de castelos muito incipientes, quase sem arquitectura, que aproveitavam os afloramentos rochosos para a sua defesa, colmatando os espaços com pequenos troços de muralha de pedra ensossa, sem argamassa e sem silhares talhados. Estas estruturas, erguidas sem recurso a arquitectos, ignoravam quase todos os elementos que haveriam de caracterizar a futura arquitectura castelar (torreões, portas devidamente estruturadas, muralhas coroadas por parapeitos, ameias, seteiras, cisternas, etc.). Contrastando com estes castelos rurais ou locais, as sedes destes territórios eram estruturas aparentemente mais requintadas. No caso de Anégia é difícil perceber isso, dado o estado de ruína em que a *Civitas* chegou até aos nossos dias, profundamente alterada por obras modernas. Mas outros exemplos, como Santa Maria (Feira), Lanhoso ou Trancoso, documentam arquitecturas mais evoluídas e plantas certamente concebidas por arquitectos.

Este modelo de organização territorial, que podemos apelidar de «condal», sobreviveu durante dois séculos e meio e correspondeu ao nosso «Primeiro Encas-

<sup>3</sup> Respectivamente *Portugaliae Monumenta Historica, Diploma et Chartae* 8. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856 (Doravante, esta obra será designada por *PMH, DC*), e FERNANDEZ *et al.*, 1985: 206.

<sup>4</sup> Sobre Anégia veja-se, entre outros, AZEVEDO, 1898: 208-215; ALMEIDA & LOPES, 1981-1982: 131-139; LIMA, 1993; — 1999: 399-413; SANTOS, 2005: 12-25; BARROCA, 2004: 181-203.

<sup>5</sup> Significativamente, no caso do Porto, o morro sobranceiro ao da Pena Ventosa era conhecido, ainda nos meados do Século XX, como “Alto da Cividade”, certamente a memória de ali se ter instalado o comando militar do seu território.

telamento», altura em que o número destes pequenos castelos, locais ou rurais, se multiplicou extraordinariamente, elevando-se no total a várias centenas. Mas a partir dos finais do século X o modelo condal começou a revelar-se pouco eficaz. Os amplos espaços das *civitates* tornaram-se cada vez mais difíceis de administrar de uma forma eficiente. As devastadoras campanhas militares que al-Mansur conduziu contra o Noroeste Peninsular nas duas últimas décadas do século X – contra Viseu e Trancoso, em 981; contra Conimbriga/Condeixa-a-Velha e Coimbra, em 986; de novo contra Coimbra, e por duas vezes, em 987, culminando a última na conquista da cidade; contra Montemor-o-Velho e Viseu em 990; contra Aguiar de Sousa, em 995; contra Lamego e Santiago de Compostela, em 997; e, finalmente, de novo contra Montemor-o-Velho, em 1000<sup>6</sup> –, colocaram em evidência as fragilidades da organização militar cristã. O Condado de Coimbra foi extinto em 987 e a fronteira recuou de novo até ao vale do Douro. A sul deste rio, as forças cristãs apenas conseguiram manter a *Civitas* de Santa Maria, perdendo todo o território que ia, a Leste, até ao vale do Côa e, a Sul, até ao vale do Mondego. Compreende-se, por isso, que quando as forças cristãs voltaram a ter capacidade ofensiva, no reinado de Fernando Magno, a organização territorial tenha sido modificada.

Com efeito, na sequência da «Campanha das Beiras», que segundo os registos analíticos cristãos se prolongou por oito anos (entre 1057 e 1064)<sup>7</sup> e que culminou com a conquista definitiva de Coimbra, o espaço hoje português conheceu uma nova organização territorial, baseada nas *Terras*. É certo que os primeiros sintomas do aparecimento destas novas circunscrições são anteriores às campanhas militares de Fernando Magno. As referências mais remotas são relativas aos territórios de Lafões e *Labrense*, documentados desde 1030 e 1033<sup>8</sup>. Se para o caso de Lafões se pode colocar a hipótese de ainda se tratar de uma referência de «tipo condal», no segundo caso parece não haver dúvidas de que se tratava de um pequeno território, com uma história relativamente obscura. Com efeito, este território, que se localizava na zona de Lavra, na confluência dos concelhos de Matosinhos e de Vila do Conde, junto da orla costeira, teve uma existência efêmera<sup>9</sup>. Mas, depois destas duas referências na década de 1030, voltamos a encontrar mais três menções

<sup>6</sup> O melhor relato sobre as campanhas de al-Mansur encontra-se em MOLINA, 1983: 196-205.

<sup>7</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores.*, p. 2 e 4 (*Chronicon Conimbricense*), p. 9 (*Chronica Gothorum*), p. 18 (*Chronicon Alcobacense*) e p. 19 (*Chronicon Lamecense*).

<sup>8</sup> Respectivamente *PMH, DC 268* e *PMH, DC 281*.

<sup>9</sup> A Lavra não deixa de ser, do ponto de vista arqueológico, uma zona extremamente interessante e promissora, com testemunhos seguros de uma intensa ocupação romana e tardo-romana (compreendendo uma *villa*, representada por fustes de coluna e fragmentos de mosaicos, e uma estrutura industrial de salga de peixe, representada por diversos tanques), e uma ocupação altomedieval (eventual localização da *ceca* visigótica de *Labrentio*, vestígios funerários coevos dos séculos IX e X, etc). A própria matriz de povoamento ainda revela, em algumas zonas, sintomas de arcaísmo.



a *Terras* na década seguinte (1041-1050) e, a partir de então, o número total de referências a *Terras* não cessou de aumentar. Não podemos, por isso, afirmar que o aparecimento das *Terras* foi uma consequência directa da «Campanha das Beiras», uma vez que é um fenómeno comprovadamente anterior. Mas, conforme se pode verificar pela análise do Quadro I – onde registamos a evolução do número de *Terras* mencionadas na documentação medieval publicada, contabilizando-as por décadas –, as campanhas militares de Fernando Magno, que se iniciam com as conquistas de Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu (1057-1058) e culminam na conquista definitiva de Coimbra (1064), marcaram uma clara viragem na organização territorial. Foi a partir de então que o número total de *Terras* se multiplicou de forma mais significativa. Isso revela que a reorganização territorial que Fernando Magno e, depois dele, Afonso VI empreenderam nesta faixa ocidental da Península não se apoiou mais nas amplas unidades territoriais de tipo condal, restaurando-as, mas que preferiu optar por espaços substancialmente mais pequenos e, portanto, mais fáceis de administrar e mais eficientes. Esta opção, apesar de já se detectar nos derradeiros anos do reinado de Fernando Magno, seria sobretudo obra do seu filho. Com efeito, a morte haveria de surpreender o monarca em 1065, pelo que foi Afonso VI o principal implementador deste novo modelo organizacional.

**Quadro I.** Referência a *Terras* nos documentos medievais

	Novas <i>Terras</i>	Totais
1030-1040	2	2
1041-1050	3	5
1051-1060	4	9
1061-1070	10	19
1071-1080	7	26
1081-1090	12	38
1091-1100	8	46
1101-1110	9	55
1111-1120	2	57
1121-1130	3	60
1131-1140	4	64
1141-1150	5	69
1151-1160	5	74
1161-1170	2	76
1171-1180	3	79
1181-1190	4	83
1191-1200	3	86

A nossa ideia sai reforçada se dissermos que até ao início das campanhas de Fernando Magno (1057) se conhecem apenas referências a sete *Terras* distintas. Que, quando se funda o Condado Portucalense, em 1095-96, o seu número já ascendia a mais de quatro dezenas. E que, quando Afonso Henriques ascende ao poder, em 1128, o número total de *Terras* se aproximava já das seis dezenas (cf. Quadro II). Os números não iludem: a partir da viragem dos meados do século XI, o modelo das *Civitates* cedeu lugar ao modelo das *Terras*. E com ele a paisagem do Norte e Centro de Portugal começou a modificar-se de forma paulatina mas irreversível.

Quadro II. Relação entre a História Política e as novas referências a *Terras*

	Novas Ref <sup>as</sup> .	Totais
Antes de 1057	7 <i>Terras</i>	7 <i>Terras</i>
Desde as Campanhas de Fernando Magno (1057-58 / 1064) até ao 2º Condado Portucalense (1095-96)	34 <i>Terras</i>	41 <i>Terras</i>
Durante o 2º Condado Portucalense (1095-96 / 1128)	18 <i>Terras</i>	59 <i>Terras</i>
Durante o reinado de D. Afonso Henriques (1128-1185)	22 <i>Terras</i>	81 <i>Terras</i>

O exemplo de Anégia, tantas vezes convocado, é, uma vez mais, elucidativo e ajuda-nos a compreender o processo. O seu amplo território, criado por volta de 875, pouco depois da presúria do Porto (868) e coevo do processo de reorganização asturiana do vale do Douro, começou a fragmentar-se a partir de 1059, dando origem a várias *Terras*. A primeira a surgir foi a *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa, que se documenta precisamente desde 1059. Três anos depois, em 1062, encontramos referências às *Terras* de Aguiar de Sousa e de Paiva. E nos anos seguintes surgem as restantes *Terras* (Quadro III).

Quadro III. Fragmentação da *Civitas Anegia* e aparecimento das *Terras*

<i>Terra</i>	Ano	Fonte
<i>Terra</i> de Penafiel de Canas ou de Sousa	1059	PMH, DC 420
<i>Terra</i> de Aguiar de Sousa	1062	PMH, DC 433
<i>Terra</i> de Paiva	1062	PMH, DC 433
<i>Terra</i> de Fornos	1064	PMH, DC 438
<i>Terra</i> de Benviver	1066	PMH, DC 451
<i>Terra</i> de Baião	1066	PMH, DC 451
<i>Terra</i> de S. Salvador e Tendais	1070	PMH, DC 491
<i>Terra</i> de Sanfins	1083	PMH, DC 613

O processo não foi, no entanto, tão linear quanto se podia pensar. O simples aparecimento de referências às *Terras* não impediu que, durante várias décadas, os diplomas continuassem a referir Anégia quando pretendiam localizar as propriedades destas zonas. Estas menções, que entram pelo século XII dentro, espelham resistências locais ao processo de afirmação senhorial? Ou serão simples sobrevivências de velhos e enraizados hábitos diplomáticos, que os *scriptoria* monásticos insistiram em manter? A resposta não é fácil, mas talvez se situe entre estes dois parâmetros.

Numa fase inicial, o aparecimento das *Terras* não veio alterar de forma muito significativa a paisagem castelar portuguesa. À semelhança das velhas *civitates*, elas continuaram a tolerar a presença de vários pequenos castelos rurais ou locais no interior do seu espaço. Com efeito, até aos anos 20 ou 30 do século XII – ou seja, até ao início do governo de D. Afonso Henriques – continuamos a encontrar referências documentais a vários castelos dentro de cada *terra*. A nobreza que detinha a tenência destes novos territórios parece ter lutado com alguma dificuldade em impor a sua autoridade...

Analisemos alguns casos, tomando como amostragem as *terras* que se formaram na margem Norte do rio Douro (*Terras* de Penafiel de Canas, de Benviver e de Baião) (Quadros IV, V e VI)<sup>10</sup>.

O panorama que se desenha para a *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa é muito interessante. Como se sabe, os pequenos castelos rurais surgem referidos na documentação da época, auxiliando na localização geográfica e administrativa das propriedades, sendo referidos por diversas designações: *mons*, *alpe*, *castro*... Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida demonstrou em 1978, as menções a montes ou alpes não são referências de tipo meramente topográfico, mas indicam uma dependência de tipo militar. Ou seja, indicam a presença dessas pequenas fortificações que se multiplicaram com o *Primeiro Encastelamento*<sup>11</sup>. O levantamento documental respeitante à *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa revela-nos um número inusitado dessas referências: ao todo, 22 topónimos distintos (aos quais

<sup>10</sup> Para a elaboração destes quadros, e para além do nosso ficheiro pessoal, utilizámos os estudos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA, 1978); António Manuel Carvalho Lima (LIMA, 1993) e Maria José Ferreira dos Santos (SANTOS, 2005).

<sup>11</sup> Alguns autores, no entanto, continuam a inclinar-se para a interpretação destas referências como meros indicadores topográficos. Vd., por exemplo, os argumentos aduzidos recentemente por André Evangelista Oliveira Marques (MARQUES, 2008: 148-151). Parece-nos, no entanto, que a interpretação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida continua pertinente. Não só temos indiscutíveis estruturas militares que são designadas na documentação como “mons”/“alpe”/“castro”, como, em alguns casos, as relações de dependência topográfica são impossíveis, dada a distância entre o monte e a propriedade referida, e a existência de outras elevações de permeio. Se a intensão do escriba fosse referir o relevo mais elevado/próximo, a opção teria de ser outra.

se acrescenta a referência a Anégia). Este elevado número suscita várias dúvidas. Estaremos, realmente, perante referências a castelos rurais, ou nalguns casos poderemos pensar em meras referências topográficas? É provável que, para as referências documentais do 2º quartel do século XII ou da 2ª metade dessa centúria, seja essa a situação. Mas para épocas mais recuadas mantemos muitas dúvidas. O facto de não se detectar grande diferença ao nível dos formulários, que permitissem distinguir “referências topográficas” de “dependências militares”, leva-nos a não acreditar muito nessa possibilidade. Estaremos, em alternativa, perante estruturas que podiam ter mais do que uma designação? Talvez... Com efeito, a presença de quatro referências distintas na freguesia de Luzim, e de outras tantas na freguesia de Vila Cova, pode sugerir que a mesma estrutura militar pudesse ser conhecida por diferentes nomes. Ainda hoje em dia isso acontece com alguns montes, que as populações de diferentes vales conhecem por nomes distintos, e com pequenos cursos de água, que adquirem diferentes designações à medida que vão passando pelas terras. Isso permitiria reduzir o número de estruturas e, sobretudo, contornar o problema de ter várias referências dentro da mesma freguesia, em espaços relativamente exíguos. Mas, independentemente disto, não podemos deixar de sublinhar que a zona compreendida entre o Sousa e o Tâmega revela uma elevada densidade de testemunhos. Essa densidade reflecte, obviamente, a intensa ocupação humana desse interflúvio, que se espelha em vários outros testemunhos arqueológicos. Mas também reflecte o facto de estarmos perante uma área que possui muita e boa documentação, fruto do labor dos *scriptoria* monásticos de Cête, Paço de Sousa e Pendorada. Neste sentido, temos de ter consciência que estamos a lidar com uma zona privilegiada do ponto de vista do registo escrito e que a imagem que se pode colher apresenta, forçosamente, grandes distorções em relação a zonas onde não existiam *scriptoria* monásticos.

Quadro IV. Castelos Rurais da Terra de Penafiel de Canas ou de Sousa

Castelo	Últ. Ref. <sup>a</sup>	Fonte
Castro Azarias (Croca)	1059	PMH, DC 420
Mons Alvugates (Oldrões)	1087	PMH, DC 689
Mons Mensa (Luzim)	1092	PMH, DC 781
Mons Kavallo (Luzim)	1098	PMH, DC 882
Monte Petrosello (Peroselo)	1102	DMP, DP(3) 89
Monte Batial (Vila Cova)	1107	DMP, DP(3) 257
Mons Macaneira (Luzim)	1109	DMP, DP(3) 320
Monte Lebor (Luzim)	1112	DMP, DP(3) 393

<i>Mons Salgueirus</i> (Coreixas)	1112	DMP, DP(3) 401
<i>Mons Guilarins</i> (Marecos)	1113	DMP, DP(3) 452
<i>Monte Pena Redonda</i>	1116	DMP, DP(4) 16
<i>Mons Ordines</i> (Lagares)	1117	DMP, DP(4) 37
<i>Castro Aboiefa</i> (Galegos)	1117	DMP, DP(4) 59
<i>Monte Sinagoga</i> (Galegos)	1117	LTPS 77
<i>Mons Asperonis</i> (Vila Cova)	1119	DMP, DP(4) 100
<i>Mons Petra Ficta</i> (Vila Cova)	1121	DMP, DP(4) 175
<i>Monte Clauso</i> (Rio Moinhos)	1121	DMP, DP(4) 204
<i>Castro Anegie</i> (Eja)	1123	DMP, DP(4) 381
<i>Mons Cabreira</i> (Rans)	1123	DMP, DP(4) 384
<i>Mons Grande</i>	1124	LTPS 116
<i>Mons Castro Mandino</i> (Penafiel)	1141	MHCC 1988, 79
<i>Mons Nabales</i> (Canelas)	1146	LTPS 117
<i>Mons Monachino</i> (Vila Cova)	1158	LTPS 25

O Castelo de Penafiel, que presidiu aos destinos militares da *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa e que se implantava no Alto do Castelo (freg. de Oldrões), encontra-se documentado desde 1059<sup>12</sup> – ou seja, desde as primeiras referências à *Terra de Penna Fidelis*. No entanto, durante setenta anos conviveu com a presença de outras estruturas militares erguidas dentro do espaço da sua *terra*. Aparentemente, só conseguiu “dominar” essas estruturas locais no segundo quartel do século XII.

O panorama que se desenha para as *Terras* de Benviver e de Baião não é muito distinto. É certo que o número de referências documentais a estes pequenos castelos rurais ou locais é bastante menor, mas o processo de domínio do castelo cabeça-de-Terra parece também só ter ocorrido no segundo quartel do século XII. No caso de Benviver, o Castelo de Monte Aradro, que presidiu a esta *terra*, está documentado desde 982<sup>13</sup>. O Quadro V revela-nos que nas primeiras décadas de existência desta *terra* o seu castelo conviveu com seis outras pequenas estruturas, e que o processo de controlo senhorial só se terá desenhado no segundo quartel da centúria de 1100.

<sup>12</sup> PMH, DC 420.

<sup>13</sup> PMH, DC 134.

Quadro V. Castelos Rurais da Terra de Benviver

Castelo	Últ. Ref <sup>a</sup> .	Fonte
<i>Castro Boi</i> (Manhuncelos)	1085	PMH, DC 644
<i>Mons Genestazolo</i> (Paços de Gaiolo)	1087	PMH, DC 688
<i>Castro Catedral</i> (Várzea do Douro)	1108	DMP, DP (III) 284
<i>Mons Lagonelas</i> (Rozem)	1121	DMP, DP (IV) 169
<i>Mons Eiras</i> (Montedeiras, Penha Longa)	1123	DMP, DP (IV) 373
<i>Monte Laurenti</i> (Torrão)	1123	DMP, DP (IV) 381

Em relação à *Terra* de Baião, que se formou na fronteira Leste do território da *Civitas Anegia*, o panorama é um pouco distinto (Quadro VI). A zona, com um povoamento bastante mais rarefeito, revela um decréscimo acentuado do número de estruturas roqueiras. Apenas se conhecem três, e uma delas sem ser por via documental. Estes dados parecem revelar que a zona a Leste da Aboboreira e do Marão terá sido menos tocada pelo fenómeno do Encastelamento. E, talvez por isso, o castelo de Baião, o *Mons Baian*, localizado em Castelo de Matos (freg. Ovil, conc. Baião) e documentado desde pelo menos 1103<sup>14</sup>, parece ter conseguido impor-se num momento um pouco mais precoce. Devemos, de qualquer forma, ponderar o acentuado decréscimo de documentação disponível, fruto de uma menor presença monástica.

Quadro VI. Castelos Rurais da Terra de Baião

Castelo	Últ. Ref <sup>a</sup> .	Fonte
<i>Penna Alba</i> (Penalva, Ancede)	1070	PMH, DC 491
<i>Mons Toeraze</i> (Toaraz, Ancede)	1112(?)	DMP, DR 32
Alto do Castelo (Frende)	–	–

Em suma, se o aparecimento e a difusão das *terras* é um fenómeno cujas raízes mergulham na segunda metade do século XI, o triunfo deste modelo senhorial, com a imposição de uma única fortificação dentro de cada *terra*, parece ter sido um acontecimento já do reinado de D. Afonso Henriques. O gráfico apresentado por André Oliveira Marques sobre a «Evolução dos principais elementos de integração físicos dos casais de Entre-Douro-e-Lima (906-1200)» é, neste aspecto, muito significativo, demonstrando como as referências documentais a montes/alpes/castros atingem um auge na segunda metade do século XI e na primeira metade da centúria

<sup>14</sup> *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares* (3) 113. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940 (Doravante, esta obra será designada por *DMP, DP*)

seguinte, entrando em franca retracção a partir de 1150 (quando, se acompanhasssem o aumento gradual da documentação escrita preservada, o natural seria que continuassem a acentuar a curva ascendente)<sup>15</sup>. De resto, a afirmação deste novo modelo de administração territorial, com a imposição do *castelo-cabeça-de-Terra*, corresponde, igualmente, ao momento em que se regista um aumento significativo do número de referências nominais a tenentes nas subscrições dos nossos documentos. Com efeito, as referências que temos arroladas na nossa base de dados de tenentes relativas ao período compreendido entre 1040 e 1128 apontam para um índice de 1,25 referências/ano, enquanto ao longo do reinado de D. Afonso Henriques, entre 1128 e 1185, esse índice se eleva para mais do dobro, atingindo as 2,96 referências/ano.

Como se sabe, o governo de uma *terra* era confiado, pelo monarca, a um *tenens*, um nobre que, por regra, era um rico-homem. O tenente recebia o território e o castelo das mãos do monarca, numa delegação de poderes que era temporária e revogável. Por isso, muitas vezes os documentos, ao nomearem os tenentes, referem expressamente “que então tinha a terra”: «... Didacum Gundisalvi qui tunc tenebat terra de Alahoens...»<sup>16</sup>; «... Domno Menendo Moniz qui tunc tenebat Pennafidelis...»<sup>17</sup>. Nalguns casos, infelizmente raros, o mesmo documento revela a passagem de vários tenentes pelo governo de um castelo. É o caso do Castelo de Santa Eulália, junto a Montemor-o-Velho, para o qual conhecemos uma sequência de cinco tenentes: «... et dominium castelli Sancte Eolalie quando eum tenuit domnus Pelagius et post eum domnus Fernandus Petri et post ipsum domnus Rodericus Moniz post eum quoque comes domnus Rodericus et post eos omnes domnus Gomez Pelagii ...»<sup>18</sup>.

Como Hilda Grassotti, entre outros autores, sublinhou, «la tenencia temporal de una tierra o de un castillo obligaba el miles que la recibía a prestar homenaje y a convertirse por tanto en vasallo del rey o del magnate que le cedía el gobierno del castillo o de la tierra»<sup>19</sup>. A entrega de uma *Terra* e do seu castelo a um nobre era realizada numa cerimónia envolvendo a gestualidade característica dos juramentos de fidelidade, nomeadamente com o nobre a colocar as suas mãos entre as

<sup>15</sup> MARQUES, 2008: 155. Este é mais um argumento que indica que essas referências não são de dependência topográfica, mas sim de integração militar.

<sup>16</sup> *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios* 95, de 1128 (Doravante, esta obra será designada por *DMP, DR*). O tenente era, portanto, D. Diogo Gonçalves de Marnel.

<sup>17</sup> *Livro de Testamentos de Paço de Sousa* 159, de 1139 (Doravante, esta obra será designada por *LTPS*). O tenente de Penafiel de Canas era D. Mem Moniz de Riba Douro.

<sup>18</sup> Livro de Santa Cruz de Coimbra 223, de [1166-1185] (Doravante, esta obra será designada por *LS*). Os tenentes de Santa Eulália tinham sido D. Paio Guterres da Silva, D. Fernando Peres Cativo, D. Rodrigo Moniz, o Conde D. Rodrigo e D. Gomes Pais.

<sup>19</sup> GRASSOTTI, 1969: 119.



mãos do monarca ou a beijar as mãos do monarca. É por isso que, muitas vezes, os documentos dizem que o nobre recebera o castelo das mãos do Conde ou do Rei: «... in presentia Egas Gonsendiz qui erat dominator et princeps terre illius et tenebat Terra de Sancto Salvatore et de Tendales ... de mano de illo comite domno Enrico...»<sup>20</sup>. Tratava-se de uma cerimónia de tipo feudal, com uma fortíssima carga simbólica: a homenagem (*homagium* ou *hominium*) referida explicitamente entre nós desde 1188<sup>21</sup>, mas certamente de origem mais remota. Esta cerimónia de fazer *homagium* ou *menagem* ao monarca é referida em vários documentos do século XII passando, a partir de meados do século XIII, com o processo de reforço da autoridade régia encetado por Afonso III, a ser mencionada com uma maior insistência e de forma particularmente explícita: «... et ego [Afonso III] debeo mittere pretorem qui faciat mihi menagium de ipso meo castello...»<sup>22</sup>; «... qui tenet ipsum castellum et faciat pro eo omagium...»<sup>23</sup>; «... quando os ricos homens ou outros cavaleiros recebem castelos delRey pera tee-los e guarda-los por ssas soldadas, fazen-lhis menagem ...»<sup>24</sup>.

Não sabemos quanto tempo podia durar uma tenência. Alguns documentos do tempo de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I referem o serviço militar por três anos, o que pode sugerir que um mandato teria, em princípio, uma duração mínima de três anos. Claro está que, no caso de perder a confiança no nobre ou de entender que tinha havido crime de traição, o monarca podia revogar a sua decisão. Mas no caso de o nobre servir fielmente o monarca, o mandato podia prolongar-se por muitos anos. Conhecemos casos de nobres que mantiveram a tenência de um território durante quase duas décadas. E há territórios que se conservaram durante várias gerações nas mãos de elementos das mesmas linhagens, revelando que, apesar de a tenência não ser um cargo hereditário, se o serviço ao monarca fosse satisfatório, podia passar de pais para filhos<sup>25</sup>.

A instituição do sistema das *terras* e, algumas décadas depois, a cristalização do modelo senhorial de «uma *terra*, um castelo» teve enormes repercussões na arquitectura militar portuguesa. Com efeito, quando a nobreza terra-tenente conseguiu impor a sua autoridade, reduzindo o aparato militar de uma *terra* a um único castelo, ela estava a abrir as portas à reforma da arquitectura militar. Largas dezenas de pequenos castelos locais ou rurais, que a evolução da poliorcética tornara estruturas obsoletas, foram abandonados. Como já escrevemos

<sup>20</sup> DMP, DP III, 335, de 1109. O tenente da Terra de S. Salvador e Tendais era D. Egas Gosendes de Baião.

<sup>21</sup> MATTOSO, 1987: 154; -, 1989: 298; -, 1995: 139-141.

<sup>22</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, p. 685, de 1258.

<sup>23</sup> Documento do ano de 1282.

<sup>24</sup> *Livro das Leis e Posturas*, p. 350, de 1289.

<sup>25</sup> *Vd. os levantamentos apresentados por Leontina Ventura (VENTURA, 1992: 997 e ss.)*.

noutro lugar, a reforma românica dos nossos castelos apenas foi possível porque o número de fortificações se reduziu drasticamente. Ficamos com *menos* castelos mas isso permitiu ter *melhores* castelos. Por isso, compreender a forma como a sociedade organizou o seu espaço, compreender a passagem do velho sistema condal das *civitates* para o novo sistema senhorial das *terras* é, como referimos no início deste texto, fundamental para se compreender a reforma da arquitectura militar portuguesa encetada ao longo do século XII e para se compreender a nova distribuição geográfica das fortificações.

## 2. A ARQUITECTURA MILITAR

Quando D. Afonso Henriques assumiu os destinos do Condado Portucalense o território contava com um número significativo de castelos, distribuídos de forma muito irregular, numa rede que se adensava em certas zonas e se rarefazia noutras. Eram, para além disso, estruturas com valor muito diverso. Havia castelos relativamente sofisticados (os castelos de origem condal) e, paralelamente, estruturas muito rudimentares (os castelos locais ou rurais).

A esmagadora maioria dos castelos pertencia ao grupo dos “castelos rurais”, ignorando quase todas as soluções arquitectónicas que nos habituamos a associar a um “castelo”. Como já acima referimos, eram estruturas muito rudimentares, erguidas no cimo de montes para tirar todo o proveito da topografia do local, escolhendo altos pedregosos para, entre afloramentos, apoiar as suas muralhas. Estas eram erguidas com pedra seca, não aparelhada e sem argamassa, e desconheciam parapeitos, ameias ou outros mecanismos defensivos. Eram, no fundo, simples barreiras físicas que, perante a reduzida capacidade ofensiva das forças atacantes, conseguiam alcançar os seus objectivos. Não recorriam a torreões nem a outras soluções construtivas que, mais tarde, se tornaram de tal maneira usuais na arquitectura militar que moldaram o nosso conceito do que é um “castelo”. Estes castelos, que se multiplicaram extraordinariamente pela paisagem do noroeste de Portugal ao longo do século XI, foram, com grande probabilidade, erguidos pelas populações de vários vales confinantes, que se uniram para, em esforço comunitário, garantir a sua segurança. Mas eram estruturas de tal maneira incipientes que a evolução da poliorcética em breve haveria de condenar ao abandono. Poderíamos invocar múltiplos exemplos para este tipo de estruturas militares. Um deles, por sinal um dos mais bem documentados, é Castro Boi (União das Freg. de Fornelo e Vairão, conc. de Vila do Conde), abundantemente citado nos diplomas medievais saídos do *scriptorium* do Mosteiro de São Salvador de Vairão por ser a estrutura castelar que defendia esta instituição religiosa e organizava a

sua área territorial<sup>26</sup>. O castelo de Castro Boi encontra-se documentado desde 907<sup>27</sup> e até 1143<sup>28</sup>. A sua área de influência estendia-se, na Idade Média, entre o rio Ave e a ribeira de Donda, abrangendo ainda algumas povoações a sul deste curso de água. A estrutura militar implantava-se no Monte de Santo António, no lugar de Crasto, a meio caminho entre Vairão e Fajozes, uma elevação com cota de 120 metros coroada por uma capela dedicada a Santo Ovídio. Esta capela, de construção recente, oitocentista, veio substituir outra mais remota, já referida nas Memórias Paroquiais de 1758, então dedicada a Santo António do Monte mas em cujo altar já se venerava também uma imagem de Santo Ovídio. Por isso, em 1758 o local era distinguido por duas romarias: a 13 de Junho (festa de Santo António) e no quarto domingo de Agosto (festa dedicada a Santo Ovídio)<sup>29</sup>. Este monte, bem destacado na paisagem e com desníveis pronunciados na vertente ocidental, goza de um amplíssimo domínio, controlando visualmente uma extensa linha de costa e um território muito vasto e significativo. Não se estranha, por isso, que aqui tenha estado implantado um povoado proto-histórico, documentado pelo aparecimento de cerâmicas antigas. Para receber a pequena estrutura militar medieval o morro sofreu trabalhos de desaterro que acentuaram as diferenças de cota entre uma plataforma superior, com uma área relativamente limitada, e o espaço envolvente. Ainda hoje, e apesar de transformações hodiernas, esses trabalhos são claramente perceptíveis. A plataforma superior, de configuração arredondada, era delimitada por uma linha de muralha, cuja presença se consegue depreender nalgumas zonas, mas da qual restam poucos vestígios visíveis à superfície. A estrutura fortificada de Castro Boi não recebeu, aparentemente, qualquer torreão e, muito menos, torre de menagem, um organismo desconhecido da arquitectura militar portuguesa até ao terceiro quartel do século XII. Apesar da notoriedade regional que acabou por ganhar, fruto da sua relação com a instituição monástica, Castro Boi continua a ser um bom exemplo para estes “castelos rurais” e para a modéstia das suas soluções construtivas.

A arquitectura mais sofisticada estava, naturalmente, associada às estruturas que chamamos “condais”. É aqui, neste grupo mais selecto, que iremos encontrar as construções mais eruditas, que espelham inclusive contactos com formas arquitectónicas meridionais. São vários os castelos identificados que se podem incluir neste grupo, a começar pela torre moçárabe de Trancoso<sup>30</sup>. Para o nosso propósito

<sup>26</sup> Conhecemos 61 referências documentais distintas para este castelo.

<sup>27</sup> *PMH*, DC 14.

<sup>28</sup> *DMP*, DR 198. Depois deste ano conhecemos ainda uma referência documental de 31 de Março de 1200 (LIRA, 2002: 155), que surge depois de mais de meio século de silêncio das fontes documentais.

<sup>29</sup> Cf. CAPELA, *et al.*, 2009: 736-737.

<sup>30</sup> Cf. BARROCA, 1990-91: 95-98; —, 2000a: 216-217; —, 2008-09: 208-211.

gostaríamos de chamar a atenção para três exemplos que apresentam, em certos pormenores, opções programáticas similares. Referimo-nos aos castelos de Santa Maria da Feira, de Lanhoso e de Penafiel de Bastuço.

As primeiras estruturas medievais do castelo de Santa Maria da Feira (União das Freg. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, conc. Santa Maria da Feira) devem ter sido erguidas no século X. Com efeito, o castelo não é referido num diploma de 922, mas já se encontra operacional em 977<sup>31</sup>. A sua construção pode, por isso, ser atribuída aos meados do século X. Como já defendemos em estudo anterior, o castelo do século X correspondia à alcáçova que foi adaptada, no século XV, a residência senhorial pelos Pereiras<sup>32</sup>. Esta estrutura, hoje conhecida como a “torre de menagem”, era, na realidade, um castelo autónomo, com um pátio aberto, sem cobertura<sup>33</sup>. Apresenta uma planta sub-rectangular, com 19,8 x 14 m, definindo uma área útil de c. 126 m<sup>2</sup>. Para reforçar os seus espessos muros foram erguidos quatro torreões – três deles nos ângulos extremos da estrutura e um quarto à esquerda da porta de entrada. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida e António Nogueira Gonçalves sublinharam, esta porta de entrada era, originalmente, uma porta de arco ultrapassado, com dupla moldura, o que revela contactos com a arquitectura meridional. Com efeito, e malgrado as alterações introduzidas na Época Moderna, que vieram adulterar, de forma irremediável, o perfil desta porta, os cálculos permitem verificar que ela era, originalmente, uma porta próxima do modelo cordovês. Na realidade, o alinhamento das faces laterais das aduelas permite calcular o centro do arco o que, articulado com a linha horizontal das impostas, revela que ele apresentava, originalmente, um ultrapassamento de 36%. Este dado deve ser colocado em paralelo com outros aspectos, nomeadamente o elevado número de aduelas (dezoito) e o facto de os saiméis (as primeiras aduelas, que se apoiam em cima das impostas) serem muito mais elevadas do que as restantes aduelas do arco. A conjugação de todos estes aspectos revela que a porta da alcáçova condal de Santa Maria era, na origem, uma porta moçárabe, de arco ultrapassado e com dupla moldura, de inspiração cordovesa. Ela não devia ser muito distinta da porta moçárabe do Paço Episcopal de Coimbra (implantada junto da entrada do Museu Nacional Machado de Castro). Mas, na estrutura da alcáçova condal de Santa Maria da Feira, ainda há outros testemunhos que importa valorizar. No seu aparelho de construção salientemos a presença de

<sup>31</sup> *PMH*, DC 120. Antes de 1024 o Conde D. Mendo Luz é referido como governador (*PMH*, DC 296 e 549). Entre 1026 (*PMH*, DC 261) e 1041 (*PMH*, DC 317; LP 127) era seu governador D. Tedon Galindes.

<sup>32</sup> BARROCA, 1990-91: 93.

<sup>33</sup> Esta zona do castelo de Santa Maria da Feira só seria encerrada com a reforma dos Condes da Feira, no século XV. Sobre a evolução arquitectónica do castelo de Santa Maria da Feira veja-se GONÇALVES, 1988: 161 e 163; BARROCA, 1990-91: 93; PEREIRA, 1990; BARREIROS, 2001.

silhares almofadados medievais. É o caso de vários silhares de granito róseo – uma pedra muito característica desta fase mais antiga, que denuncia a utilização de uma pedreira distinta da que foi utilizada nas reformas posteriores – que apresentam almofadas em relevo, assimétricas, ocupando apenas parte da superfície da pedra. E, pelo menos num caso, dupla almofada no mesmo silhar. Este tipo de almofadado, bem menos monumental, difere radicalmente do almofadado romano, não podendo ser com ele confundido. E, como está já amplamente demonstrado, o almofadado regressa à arquitectura peninsular desde os tempos de Abd al-Rahman III. A alcáçova de Santa Maria recebeu, no século XIII, uma cisterna subterrânea, siglada, com bocal rasgado no centro da abóbada, o que revela que continuava a ser, nessa altura, um recinto aberto, sem cobertura. Foi só com a reforma do Castelo empreendida pelos Pereiras, Condes da Feira, na segunda metade do século XV, que o recinto da alcáçova se viu dotado de telhado, convertendo-se a partir de então em espaço residencial.

Por seu turno, o castelo de Lanhoso (freg. Póvoa de Lanhoso (N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Amparo), conc. Póvoa de Lanhoso), designado “Castro Laginoso” nos documentos da época, encontra-se referido desde pelo menos 1059<sup>34</sup> e 1086<sup>35</sup>. Mas a sua existência é seguramente muito anterior<sup>36</sup>. Com efeito, possuía uma alcáçova militar que foi integralmente reconstruída por iniciativa do Bispo D. Pedro (1071-1091), como se documenta numa conhecida inscrição, gravada num dos silhares junto da porta de entrada do castelo<sup>37</sup>. Infelizmente essa inscrição limita-se a registar o nome do prelado responsável pelo restauro da Diocese de Braga, não apresentando a data. A reconstrução promovida pelo prelado bracarense respeitou o traçado de uma estrutura anterior, de que sobrevivem vestígios em quase todos os panos de muralha. Isso permite-nos saber que a estrutura militar que estava arruinada em 1071-1091 era, nas suas linhas gerais, coincidente com a que resultou da reforma do Bispo D. Pedro. Esse castelo, do século X ou da primeira metade do século XI, adoptava uma planta sub-quadrangular, com uma área de c. 270 m<sup>2</sup>, e possuía, na sua face voltada ao acesso, três potentes torreões equidistantes, erguidos sobre uma plataforma denteada, que o prelado bracarense manteve e reconstruiu. A sua porta de entrada, voltada a Sul, apresentava-se, desde a primeira fase, enquadrada por dois torreões, numa solução de grande modernidade que só bastante mais tarde se generalizaria entre os castelos portugueses. No interior desta fortificação ergueu-se, outrora, uma estrutura palaciana, de que

---

<sup>34</sup> PMH, DC 420; *Vimaranis Monumenta Historica*, 45.

<sup>35</sup> *Liber Fidei* 118.

<sup>36</sup> Cf. BARROCA, 1990-91: 111-114.

<sup>37</sup> BARROCA, 2000b: 106-109.

sobrevivem cinco pilares rectangulares, erguidos com aparelho de construção pré-românico mas revelando molduras de um grande classicismo. Foi provavelmente nesta estrutura, preservada pela reconstrução do bispo D. Pedro, que se refugiou a condessa D. Teresa quando, em Junho de 1120, escolheu Lanhoso para se proteger de sua irmã, a rainha D. Urraca, que invadira o norte do território portugalense. Por fim, sublinhemos que, à semelhança de Santa Maria da Feira, no *Castro Laginoso* também encontramos silhares com almofadado medieval, uma vez mais descontínuo e assimétrico.

O terceiro exemplo convocado, o Castelo de Penafiel de Bastuço, localiza-se no “Penedo dos Mouros” (freg. de S. Julião de Paços, conc. de Braga) e encontra-se referido na documentação medieval desde 1018<sup>38</sup> e 1020<sup>39</sup>. Ascendeu, posteriormente, a cabeça da *Terra* de Penafiel de Bastuço, unidade territorial documentada desde 1099, e ainda estava activo em 1238. A sua estrutura foi estudada por Luís Fontes e Henrique Regalo, que aqui promoveram escavações arqueológicas<sup>40</sup>. Apesar de não sobreviver nenhum silhar *in situ*, a planta deste castelo é conhecida na íntegra graças aos entalhes abertos nos afloramentos para apoio da primeira fiada de silhares das muralhas<sup>41</sup>. E isso permite verificar que, também em Bastuço, a estrutura militar era dotada de três torreões, de implantação angular, numa solução não muito distinta da que vemos em Santa Maria da Feira<sup>42</sup>. Possuía uma única porta de ingresso, voltada a Ocidente, com cerca de 2 m de vão, e as suas muralhas definiam um pequeno pátio, com apenas 80 m<sup>2</sup> de área. Esta pequena alcáçova possuía um recinto inferior protegido com muralha em talude, uma solução típica das estruturas mais arcaicas.

Os três exemplos aqui convocados revelam-nos como, contrastando com os modestos “castelos rurais”, a arquitectura militar condal se podia revestir de muito maior requinte. No caso destas estruturas, o recurso a torreões de planta quadrangular parece ter sido relativamente usual, numa altura em que os “castelos rurais” ainda os ignoravam. A opção por pátios com plantas sub-quadrangulares ou sub-rectangulares, mesmo não sendo geometricamente perfeitas, é outra das características destas estruturas. Por fim, sublinhemos a opção por uma única porta de entrada, ao contrário das duas portas que, mais tarde, se iriam tornar

<sup>38</sup> *Liber Fidei* 68.

<sup>39</sup> *Liber Fidei* 67.

<sup>40</sup> FONTES & REGALO, 1997: 199-220. Sobre o castelo de Penafiel de Bastuço veja-se também CÉSAR, Pe. Mário, 1964: 15-22; e CRUZ, 1967.

<sup>41</sup> Não é caso único. Em Fafe encontramos um exemplo semelhante, de uma estrutura militar desaparecida mas cuja planta integral se conhece pelos entalhes nos afloramentos: o Penedo dos Mouros (Freg. de Quinchães). Este castelo foi revelado e estudado por João Nuno B. A. G. Machado (MACHADO, 2012).

<sup>42</sup> Ergueram-se nos ângulos noroeste, norte e leste do castelo.

regra com triunfo do castelo românico. Todos estes aspectos, a que devemos associar a tipologia original da porta de Santa Maria da Feira, revelam-nos a presença de arquitectos (ou, como talvez seja mais correcto designar, de mestres pedreiros) com uma preparação superior e que, muito provavelmente, tiveram contacto com formas arquitectónicas meridionais, islâmicas, sempre mais sofisticadas. De resto, não era preciso ir muito longe, nem sequer ingressar em “território inimigo”: bastaria ir até Coimbra, desde 1064 de novo (e definitivamente) na posse das forças cristãs, para encontrar uma alcáçova militar de grande qualidade arquitectónica, com uma planta quadrangular reforçada por vários torreões (neste caso semicirculares), capaz de ombrear com as Alcáçovas de Mérida ou de Zaragoza. O itinerário da Alcáçova de *Qulumrya* é hoje relativamente bem conhecido graças aos estudos de Helena Catarino: de origem omíada, foi erguida no século IX e passou para a posse cristã em 878, com a criação do Condado de Coimbra. Sofreu, mais tarde, uma profunda reforma na primeira metade do Século XI, depois de as investidas de al-Mansur, em 987, terem devolvido o vale do Mondego à posse muçulmana<sup>43</sup>. Reconquistada definitivamente pelas forças leonesas em 1064, ao cabo do primeiro grande cerco conhecido para a área hoje portuguesa – uma operação de sítio que durou 171 dias – foi, em 1131, escolhida pelo jovem infante para aí fixar a sua principal residência. Para esta decisão de D. Afonso Henriques – de se afastar do Norte senhorial e de se deslocar para junto do espaço de fronteira meridional –, não deve ter deixado de pesar a excelência da arquitectura da alcáçova militar de Coimbra. Mas a alcáçova de Coimbra não estava isolada no centro do território português. Investigações recentes, ainda em curso, de Manuel Real, Catarina Tente e Adriaan de Man, revelam-nos que é provável que também Viseu tenha sido dotada de uma Alcáçova islâmica, de planta sub-quadrangular. Os mestres construtores cristãos não tinham, por isso, necessidade de se internar demasiado em território controlado pelas forças islâmicas para entrarem em contacto com as soluções da arquitectura militar muçulmana.

Quando D. Afonso Henriques assumiu o poder, a arquitectura militar do território portugalense oscilava entre estes três modelos: numerosos “castelos rurais” com soluções arquitectónicas muito modestas e uma eficácia militar cada vez mais reduzida; um grupo de “castelos condaís”, bem menos numerosos, que se revestiam de maior requinte e eficiência; e uma arquitectura militar “herdada”, de origem muçulmana, com uma localização mais meridional e que continuava a ser uma arquitectura requintada, de vanguarda. As primeiras décadas do seu governo, até aos meados da centúria, não parecem ter trazido modificações subs-

---

<sup>43</sup> A Alcáçova de Coimbra foi escavada e estudada por CATARINO, 2005: 195-214. Veja-se também PIMENTEL, 2005: 218-253.



tanciais no panorama da arquitectura militar defensiva. Nem seria de esperar outra situação. Mas, paulatinamente, as novidades foram aparecendo, ajudando a configurar o modelo do “castelo românico”. Essas novidades impuseram-se nos castelos que conseguiram assegurar um papel de coordenação militar das *Terras*, e que, apesar de (como vimos na primeira parte deste estudo) terem encontrado alguma dificuldade em impor a sua hegemonia, tendo de conviver com outras estruturas militares durante várias décadas, acabaram por ser as estruturas que concentraram o esforço renovador dos tenentes. Mas terá sido efectivamente assim? Os dados apresentados na primeira parte, referentes às Terras de Penafiel de Sousa, Benviver e Baião, levantam-nos uma dúvida: foi a imposição do modelo senhorial que levou ao triunfo de uma única estrutura militar em cada território, possibilitando sequentemente a sua reforma arquitectónica? Ou, ao invés, foi a impossibilidade de reformar todas as estruturas militares que levou ao investimento numa única, certamente a mais estratégica, e, assim, ao triunfo do castelo cabeça-de-terra, a única estrutura que sobreviveu, face a outras que, sem conhecerem reformas, acabaram por ficar obsoletas e serem abandonadas? A lentidão que se consegue detectar em todo este processo talvez aponte mais para última situação.

A difusão deste novo modelo de fortificação levou ao abandono das protecções em talude, como ainda vemos em S. Martinho de Mouros ou em Penafiel de Bastuço, e ao triunfo das muralhas isentas, erguidas com silhares (isto é, com pedras aparelhadas e esquadriadas) e coroadas por adarves, onde circulavam as *roldas* ou rondas. Estas muralhas começaram a apresentar, pela primeira vez de uma forma sistemática, parapeitos coroados por ameias, até então ignorados na maioria das estruturas defensivas. Paralelamente, assistimos, nas novas fortificações, ao desdobramento das entradas, que passam a ser duas: à porta principal, que se preserva muitas vezes inalterada, sem torreões, associa-se agora a chamada “Porta da Traição” (“Porta Falsa” na nomenclatura de Duarte de Armas), uma pequena abertura dissimulada, rasgada em zona voltada a acessos íngremes, destinada a contacto de emergência com o exterior, em caso de cerco. Por fim, para responder melhor às operações de sítio, difundem-se as cisternas, reservatórios destinados ao aprovisionamento de água. Estas primeiras cisternas, de que temos exemplos em S. Martinho de Mouros, em Penela, em Ansiães, em Numão ou em Vilar Maior (entre outros), eram estruturas de desenvolvimento vertical, à maneira de “poço”. Aos poucos os castelos foram adoptando soluções que tinham como primordial preocupação resistir a essa nova forma de fazer a guerra que era a “*guerra de cerco*”, a guerra vocacionada para a conquista territorial. E, mesmo que os torreões continuassem a ser escassos, aos poucos os castelos foram-se adaptando ao modelo românico.

Ainda assim, a arquitectura militar portuguesa da primeira metade do século XII foi dominada por uma grande resistência às novidades. E isto acontece mesmo no que respeita a castelos de encomenda régia, onde seria de esperar uma arquitectura mais vanguardista. Tomemos dois exemplos que consideramos paradigmáticos para a analisar o que acabamos de afirmar: os castelos de Castro de Laboreiro e de Germanelo.

O castelo de Castro de Laboreiro (União das Freg. de Castro de Laboreiro e Lamas de Mouro, conc. de Melgaço), que jogava um papel importante na defesa do extremo Nordeste da fronteira do rio Minho, tem uma origem obscura. Com efeito, não se conhece qualquer referência documental segura anterior a 1141<sup>44</sup>. Nesse ano, D. Afonso Henriques deu carta de couto ao Mosteiro de S. Salvador de Paderne em reconhecimento pelo auxílio que a comunidade monástica e a sua abadessa, D. Elvira Sarracins, lhe tinham prestado quando o monarca conquistara o castelo de Castro de Laboreiro: «... et servitium fuit datum quando tomavit dominus rex castellum de Laborario»<sup>45</sup>. Estes acontecimentos ocorreram, portanto, antes de 1141, certamente em momento próximo da outorga do pergaminho régio. Podemos, assim, concluir em que 1141 o castelo de Castro de Laboreiro já existia. E deduzir que ele tinha sido tomado por forças galegas, o que obrigou à organização dessa campanha militar por parte de D. Afonso Henriques. No reinado de D. Sancho I a povoação de Castro de Laboreiro recebeu carta de foral das mãos desse monarca, um documento perdido mas cuja existência está atestada nas Inquirições de 1258<sup>46</sup>. O diploma de D. Sancho I foi confirmado, mais tarde, por D. Afonso III<sup>47</sup>. Sabemos, ainda, que em 1212 o castelo foi de novo conquistado pelas forças leonesas, agora no contexto do conflito que opôs Afonso II a Afonso IX de Leão.

Para o estudo de Castro de Laboreiro contamos com alguns documentos iconográficos de grande importância: as duas vistas de cavalete e a planta que Duarte de Armas desenhou no exemplar de Lisboa do *Livro das Fortalezas*<sup>48</sup>, as duas vistas que se registam no exemplar de Madrid do mesmo *Livro das Fortalezas*<sup>49</sup> e um

<sup>44</sup> Um pretenso foral de Castro de Laboreiro, outorgado por D. Afonso Henriques em 1134, cujo original se “perdeu” e foi parcialmente transcrito por Gaspar A. de Lousada, não resiste à crítica interna, revelando evidentes anacronismos. *Vd.* PINTOR, 1965: 151-162.

<sup>45</sup> *DMP, DR*, 186, de 16 de Abril de 1141.

<sup>46</sup> *PMH, Inq.*, p. 378.

<sup>47</sup> O documento de Afonso III encontra-se mencionado no título do Foral Manuelino.

<sup>48</sup> Cf. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA-ANTT, 1997: fl.102vº-103, 103vº-104 e 132vº.

<sup>49</sup> BNE, Ms. 9241, fl. 58 e 59 (numeração moderna, a lápis).

levantamento cartográfico anónimo datado de 1650, que se conserva no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa<sup>50</sup>.

O castelo de Castro de Laboreiro coroa um destacadíssimo morro rochoso e apresenta um grande recinto muralhado subdividido, internamente, por uma muralha rectilínea. Os dois espaços correspondem à zona militar (o recinto a Norte) e à primitiva povoação de Castro de Laboreiro (o recinto a Sul). Com efeito, era aqui que se erguia a primitiva povoação, que mais tarde se foi transferindo, paulatinamente, para a actual implantação, de cota baixa, bem mais cómoda para a vida quotidiana. Na planta de 1650 é bem perceptível o abandono que já atingia o recinto Sul, onde apenas se cartografaram três construções (contra quinze na área militar). Esta divisão e especialização dos dois recintos – um com vocação militar, outro destinado à primitiva povoação – pode ser, de resto, corroborada em Duarte de Armas. Com efeito, o pintor régio de D. Manuel I desenhou os dois recintos de Castro de Laboreiro nas suas vistas de cavalete, mas no apartado final, com as plantas das estruturas militares, procedeu apenas ao levantamento do recinto Norte, que era aquele que, militarmente, fazia sentido. A zona da “*vyla*”, apesar de amuralhada, não mereceu levantamento de planta. Os desenhos de Duarte de Armas, que podem ser atribuídos a 1510 (uma vez que correspondem à fase final do seu périplo fronteiriço, que se desenrolou entre 1509 e 1510), mostram o castelo com a sua Torre de Menagem, hoje desaparecida. Esta Torre de Menagem, que se erguia isolada, no centro do recinto militar, apoiando-se nos mais destacados afloramentos rochosos, era dotada de *machicoulis*, tal como a sua vizinha e congénere Torre de Menagem do Castelo de Melgaço. As afinidades sugerem que tenham sido realizadas pelo mesmo arquitecto. Mas a Torre de Menagem de Castro de Laboreiro não existia no tempo de D. Afonso Henriques, sendo antes o resultado dos melhoramentos introduzidos no Séc. XIII, talvez no reinado de D. Dinis. Assim, o castelo de Castro de Laboreiro que D. Afonso Henriques conquistou em 1141 apresentava um recinto muralhado amplo, com cerca de 2/3 da sua área ocupada pela vila e 1/3 dedicado à alcáçova militar. O recinto civil tinha uma única porta de entrada, voltada a Leste, dissimulada junto de afloramento, parcialmente talhado e aproveitado para ombreira da porta. A muralha exterior, de contorno irregular, era segmentada internamente por uma muralha recta, onde se rasga uma porta de acesso ao recinto militar. E, neste, havia a Porta da Traição, voltada a Norte, comunicando com o exterior em zona particularmente escarpada. Os dois espaços – o civil e o militar – tinham as suas próprias estruturas para aprovisionamento de água, elemento vital em caso de cerco. Mas, o que gostaríamos de aqui sublinhar, é a total ausência de torreões.

<sup>50</sup> BNP, D-236v – cf. CARVALHO, 1977: 119.

Com efeito, no tempo de D. Afonso Henriques, os sistemas defensivos de Castro de Laboreiro não só não contavam com Torre de Menagem, acrescentada muito mais tarde, como ignoravam qualquer torreão. Este aspecto é comum a outras estruturas. Como já demonstramos noutros estudos nossos, o Castelo de Guimarães não tinha, no tempo de D. Afonso Henriques, qualquer torreão: os oito, que hoje ali vemos, foram acrescentados na segunda metade do Séc. XIII ou inícios da centúria seguinte, tal como a Torre de Menagem, no quadro das ampliações e reformas de D. Afonso III ou D. Dinis<sup>51</sup>.

O segundo exemplo – o Castelo de Germanelo (União das Freg. de S. Miguel, St<sup>a</sup>. Eufémia e Rabaçal, Conc. de Penela) – é, quanto a nós, ainda mais significativo. Localizado num dos rebordos da Ladeia, o Castelo de Germanelo é um bom exemplo da arquitectura militar afonsina<sup>52</sup>. A sua construção enquadra-se num processo de reforço da defesa dos acessos meridionais a Coimbra, a cidade que, desde 1131, acolhia de forma mais regular o monarca e a corte régia. O reforço dessas defesas passou por incentivos ao povoamento e à fixação de populações, com a outorga de forais, e pela reforma ou construção de estruturas militares. Na zona da Ladeia, o monarca decidiu erguer o Castelo de Germanelo, tendo associado a ele o embrião de um novo núcleo populacional ao qual deu, em [1142-1144] uma carta de foral<sup>53</sup>. A conjuntura político-militar era, nessa altura, marcada por frequentes incursões das forças muçulmanas, que conseguiam chegar com regularidade e facilidade aos campos do Mondego. Foi precisamente por essa altura, em 1144, que as forças muçulmanas atacaram o Castelo de Soure, fazendo um elevado número de reféns, entre os quais Martinho Arias, que viria a morrer no cativoiro e que ficaria consagrado como S. Martinho de Soure. A outorga do Foral aos povoadores do Germanelo e a construção deste pequeno castelo enquadra-se, portanto, numa política régia de reforço das defesas de Coimbra. No entanto, poucos anos volvidos, o curso da História retiraria o interesse estratégico desta nova estrutura militar. Com efeito, as conquistas de Santarém e de Lisboa, em 1147, esvaziaram a importância militar do Germanelo. Com a fronteira estacionada no vale do Tejo, o pequeno e recém-criado castelo acabou por ser abandonado. E, assim, ele revela-se um excelente testemunho daquilo que poderíamos designar como a arquitectura militar da coroa portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques. Estamos, com efeito, perante um castelo de iniciativa régia, que foi abandonado sem ter sofrido reformas arquitectónicas posteriores. Escavado pelo Professor Doutor Salvador

<sup>51</sup> Cf. BARROCA, 1996: 17-28; BARROCA & LOURENÇO, 2013.

<sup>52</sup> Sobre a importância da Ladeia veja-se o clássico estudo de Salvador Dias Arnaut (ARNAUT, 1939); ou o que escrevemos em BARROCA, 2003.

<sup>53</sup> *DMP*, DR 190.

Dias Arnaut<sup>54</sup>, o Castelo de Germanelo revela-se uma estrutura surpreendente: um pequeno recinto amuralhado, dotado de uma única porta, sem qualquer torreão, sem Torre de Menagem, com uma pequena cisterna de desenvolvimento vertical, definindo um pequeníssimo pátio com 21,5 x 32 m de dimensões máximas, onde se comprimiam algumas estruturas de habitação, talvez reservadas à sua guarnição. O seu programa construtivo é singularmente modesto se o perspectivarmos como um castelo de iniciativa régia...

Os exemplos analisados ajudam a compreender que, chegados aos meados do Séc. XII, a qualidade da maioria da arquitectura militar cristã, mesmo a de iniciativa régia, era, em Portugal, surpreendentemente modesta. Não queremos, com isto, afirmar que todos os castelos eram modestos. Havia, naturalmente, algumas estruturas excepcionais. Mas a larga maioria deles devia ser, realmente, de muito fraca qualidade. E, no entanto, como referimos no início deste estudo, quando D. Afonso Henriques fechou os seus olhos, em 1185, o panorama arquitectónico do reino era substancialmente diferente. Quem foram, então, os agentes responsáveis pela mudança? E quando é que ela se operou?

Já tivemos oportunidade de sublinhar, em estudos anteriores, a importância do contributo das ordens militares para o devir da castelologia portuguesa<sup>55</sup>. Para a cronologia que aqui nos ocupa – o reinado de D. Afonso Henriques – o principal papel coube, sem dúvida, à Ordem do Templo e a um homem, D. Gualdim Pais. Não é difícil compreender que assim tenha sido. A entrada das ordens militares ocorreu em dois momentos distintos. Em primeiro lugar surgiram as chamadas “ordens internacionais” – Templários e Hospitalários. Os Templários em 1128, com a doação do castelo de Soure<sup>56</sup>. Os Hospitalários, por volta da mesma altura, com a doação de Leça. Mas, enquanto os Templários mantiveram, desde a origem, uma actividade militar, os Hospitalários foram, nas primeiras décadas, uma instituição de vocação essencialmente assistencial. Só na década de 80 do século XII é que procederam à reforma da sua Regra, passando a abarcar igualmente uma dimensão militar. O primeiro evento onde a Ordem do Hospital comprovadamente participa é a conquista de Silves, em 1189. As duas outras ordens, de origem peninsular, aparecem apenas na década de 70 do século XII: a Ordem de Santiago em 1172<sup>57</sup>,

<sup>54</sup> ARNAUT, 1982: 233-256.

<sup>55</sup> Cf. BARROCA, 1996-97: 171-209; —, 2000c: 177-211; —, 2001: 213-227 (também editado em inglês: —, 2001b: 159-166); —, 2002a: 535-548; —, 2002b. Finalmente, em colaboração com Paula Pinto Costa: BARROCA & PINTO COSTA, 2009: 679-714.

<sup>56</sup> DMP, DR 79.

<sup>57</sup> Doação de Arruda dos Vinhos (DMP, DR 311), de Monsanto (DMP, DR 315) e de Abrantes (DMP, DR 317).

os Cavaleiros da Milícia de Évora (ramo português de Calatrava) em 1175<sup>58</sup>. Compreende-se, portanto, que independentemente do seu protagonismo, a Ordem do Templo foi, ao longo de boa parte do século XII, a única ordem militar verdadeiramente operacional em Portugal. Durante quase todo o seu reinado, D. Afonso Henriques não pode contar com outros contributos. Mas, para além disso, os Templários portugueses beneficiaram, ainda, do governo do seu mais carismático mestre, Gualdim Pais. Não temos dúvida em afirmar a importância-chave deste nobre. Oriundo da zona de Priscos, a Sul de Braga, Gualdim Pais pertencia aos Ramirões, a uma linhagem da média nobreza minhota. O seu percurso levou-o ao Próximo Oriente, onde esteve durante cinco anos, entre [1151-1152] e 1156, participando nas operações militares decorrentes da II<sup>a</sup> Cruzada (1147-1149), pregada por S. Bernardo. Infelizmente possuímos poucos dados para a biografia deste nobre e, em particular, para os momentos da sua permanência no Próximo Oriente. Sabemos, por via epigráfica, que esteve no cerco de Escalona e na tomada de Antioquia, em 1153<sup>59</sup>. De regresso ao reino, em 1156, seria conduzido ao lugar cimeiro da Ordem, sendo eleito Mestre. A chegada de Gualdim Pais a Portugal marca um momento de viragem. Um simples exercício de comparação da arquitectura militar do Templários antes de Gualdim Pais (os castelos da primeira metade do século XII, como Soure, Longroiva, Penas Róias ou Mogadouro, considerados nas suas fases primitivas, sem as reformas dos anos 70 do século XII) com a arquitectura militar da segunda metade do século XII (os castelos de Pombal, Tomar, Almourol, etc, todos devidos à acção do Mestre), espelha um enorme contraste. Assim que chega ao reino, em 1156, Gualdim Pais protagoniza a construção do Castelo de Pombal, uma estrutura já com características inovadoras, erguida a meio caminho entre Soure e Santarém. Mas seria a partir de 1160, quando começa a erguer o Castelo de Tomar, que o seu carácter verdadeiramente genial se revela. A obra de Tomar prolongou-se entre 1 de Março de 1160 – data que assinala o início da construção da Torre de Menagem do castelo – e c. 1169-1170. Durante uma década, a Ordem do Templo empenhou-se na construção deste novo castelo que foi, desde o início, concebido para ser a nova sede da Ordem em Portugal. E aqui assistimos ao aparecimento de duas emblemáticas inovações: a torre de menagem e o alambor. Com efeito, o castelo de Tomar foi a primeira estrutura castelar portuguesa a ser

<sup>58</sup> A sua fundação ocorreu em 1175, tendo sido confiada a D. Gonçalo Viegas de Lanhoso. Em 1176 receberam a doação de Coruche (*DMP, DR 327*) e, em 1211, a doação de Avis, para onde se transferiram em 1214.

<sup>59</sup> Cf. nos revelam as longas inscrições de Pombal e de Almourol – cf. BARROCA, 2002b: 348-367. Os dados biográficos que coligimos para Gualdim Pais encontram-se apenas ao comentário à sua inscrição funerária (BARROCA, 2002b: 522-527, Insc. N<sup>o</sup> 203). Estamos a preparar um pequeno estudo monográfico sobre este carismático Mestre do Templo.

dotada de torre de menagem. A inovação foi considerada tão significativa que mereceu uma inscrição onde se registou o dia, mês e ano do início da empreitada, assim como o nome do seu promotor<sup>60</sup>. A torre de menagem de Tomar é, portanto, a mais antiga torre de menagem que se conhece em Portugal. Curiosamente, ao arripio da planta quadrangular (que viria a ser largamente predominante em Portugal), a torre de Tomar adopta uma planta rectangular. A partir de Tomar, a torre de menagem disseminou-se pelos castelos templários: Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172), Longroiva (1174), Soure, Monsanto, Cardiga ... E, a partir dos castelos templários, contaminaria a restante arquitectura militar portuguesa, a ponto de se ter imposto como um elemento “natural” e “imprescindível” dos castelos portugueses.

A segunda novidade introduzida no panorama militar português foi o aparecimento do alambor, uma estrutura rampeada, erguida no exterior de torres ou muralhas, com várias implicações e vantagens: reforçando a base da estrutura e dificultando os trabalhos de sapa ou de mina; eliminando ângulos mortos junto da base dos muros; e impedindo a aproximação e a utilização de engenhos (nomeadamente as torres de assalto). O alambor foi utilizado, de forma tímida, na zona do acesso original do Castelo de Pombal. Mas seria em Tomar que ele seria aplicado com maior originalidade e arrojo: de uma utilização circunscrita em Pombal passamos para uma utilização alargada em Tomar, onde toda a estrutura amuralhada do castelo foi dotada de alambor. Com efeito, toda a face exterior da muralha de Tomar foi dotada de alambor. Observada do exterior, a muralha de Tomar apresenta um perfil bem distinto das suas congéneres portuguesas, com uma estrutura rampeada, arqueada, que se ergue desde a base até uma cota muito elevada. É a partir dela que emerge a muralha vertical, que já não tem necessidade de se elevar muito e que, por isso, é em Tomar relativamente tímida. O alambor de Tomar estende-se por todo o perímetro do castelo, sendo apenas interrompido na zona das portas (na Porta do Sol e na Porta do Sangue). Esta solução, até então desconhecida na Península Ibérica, era relativamente comum nos castelos dos Cruzados, no Próximo Oriente, que Gualdim Pais tivera oportunidade de conhecer durante a sua estadia, quando percorreu o espaço compreendido entre Escalona (Ashkelon, a Sul, em Israel, junto da Faixa de Gaza) e Antioquia (hoje Antakya, a Norte, na Turquia). Com efeito, o alambor detecta-se em vários castelos dos Cruzados, como Alepo, Saone, Margat, Crac des Chevaliers, Beaufort, Belvoir, Kerak de Moab, etc. O alambor foi aplicado em Tomar numa dimensão, e extensão, que não mais viria a ser utilizada entre nós, o que ajuda a sublinhar o carácter verdadeiramente excepcional desta estrutura fortificada que, não temos dúvida em afirmar, se tornou

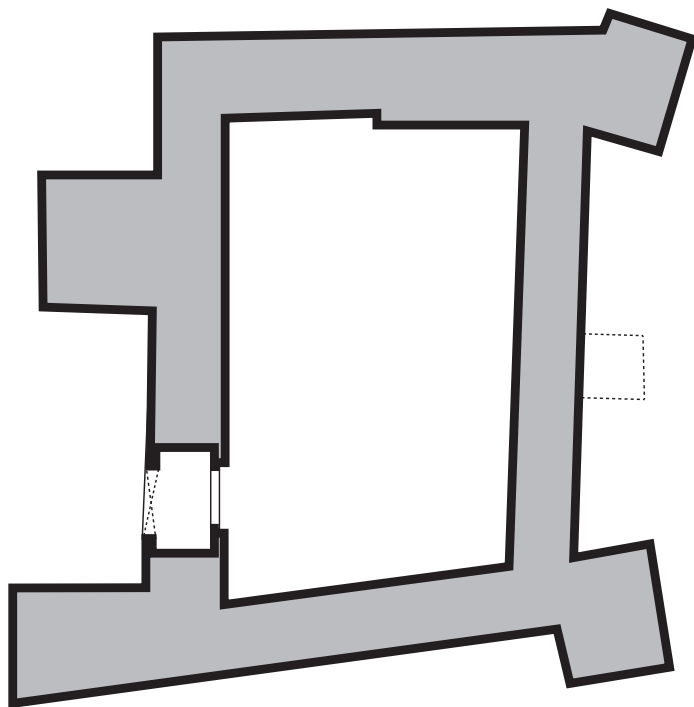
<sup>60</sup> Cf. BARROCA, 2002b: 271-276.



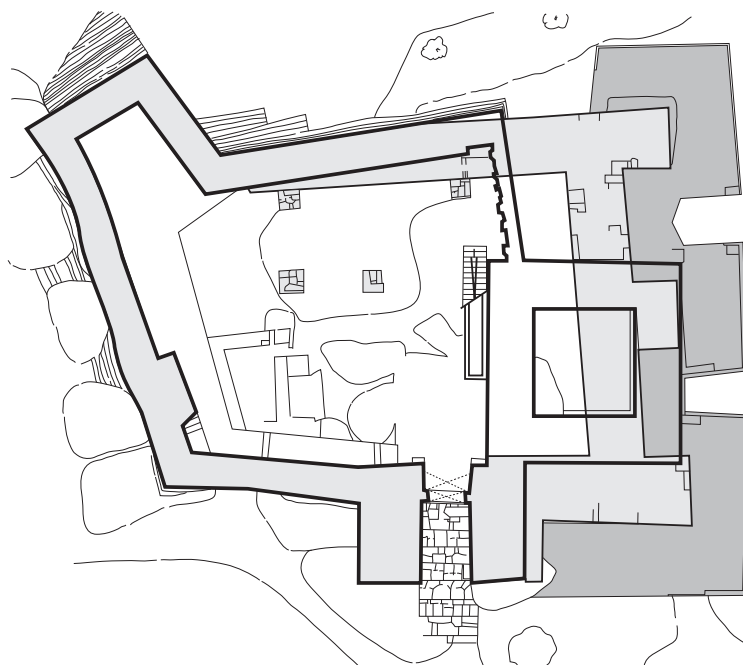
no mais importante castelo português do seu tempo. O contraste entre Tomar e as restantes estruturas castelares portuguesas da sua época, mesmo as protagonizadas por D. Afonso Henriques, é insofismável... E, tal como aconteceu com a torre de menagem, que depois se tornou uma estrutura seminal na arquitectura militar portuguesa, também o alambor acabaria por se difundir por outras estruturas, embora em número mais modesto: encontramos-lo em algumas obras ligadas aos Templários, como em Soure (nas obras da década de 70) e em Pombal (na Torre de Menagem, acrescentada em 1171), e depois noutras estruturas (castelos da Lousã, de Montalvão, de Juromenha, de Torres Novas, de S. Jorge...).

A terceira e última inovação templária seria o hurdício: uma galeria em madeira, construída no coroamento de torres ou muralhas, verdadeiro antepassado dos balcões corridos (*machicoulis*) e dos nossos balcões com matacães. O hurdício permitia a prática de tiro vertical sobre a base exterior dos muros, contribuindo, assim, também para a eliminação de ângulos mortos. O primeiro exemplo conhecido em Portugal encontra-se na torre de menagem de Longroiva, datada por inscrição de 1174.

As três inovações que acabamos de referir – torre de menagem, alambor e hurdício – espelham a excelência da arquitectura militar dos Templários portugueses, em boa medida devida à actuação do seu mais emblemático e influente mestre, Gualdim Pais, que esteve à frente dos destinos da ordem ao longo de quase quarenta anos (1156-1195). A sua passagem pelo Próximo Oriente, nos seus tempos de juventude, afigurou-se fundamental para o desenvolvimento da sua “cultura arquitectónica” e para o devir da arquitectura militar portuguesa. Por isso, quando a 6 de Dezembro de 1185, D. Afonso Henriques morreu, o perfil das fortificações portuguesas tinha-se alterado de forma substancial. Entre os velhos castelos dos inícios do seu reinado (como Penafiel de Canas ou de Sousa) e os modernos castelos das ordens militares no Centro e Sul do reino (como Tomar), o contraste não podia ser maior. Talvez menos por influência directa do nosso primeiro monarca, e mais pelas influências recebidas de outras paragens, o certo é que os castelos portugueses eram totalmente diferentes.



**Fig. 1.**  
Planta da Alcáçova de  
Santa Maria da Feira  
(seg. M. J. Barroca).



**Fig. 2.**  
Planta do  
Castelo de Lanhoso  
– Fases Pré-Românica  
e do Bispo D. Pedro  
(seg. M. J. Barroca).



Fig. 3.  
Planta do  
Castelo de Penafiel de Bastuço  
(seg. L. Fontes e H. Regalo, adaptado).

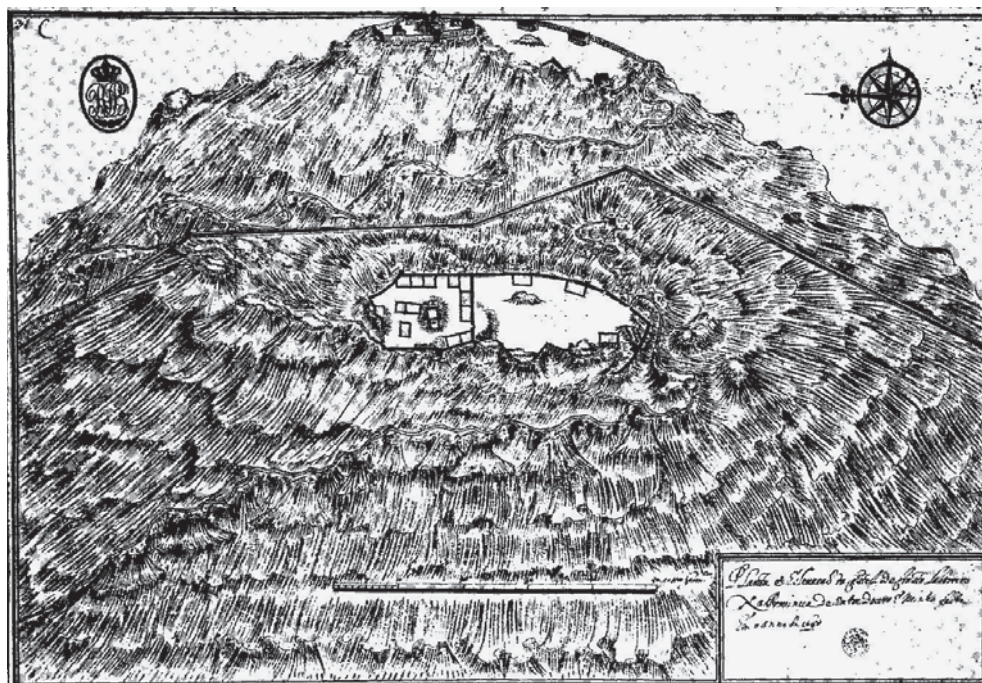


Fig. 4.  
Planta do Castelo de  
Castro de Laboreiro  
(Planta de 1650 – BNL, D. 236 V.).

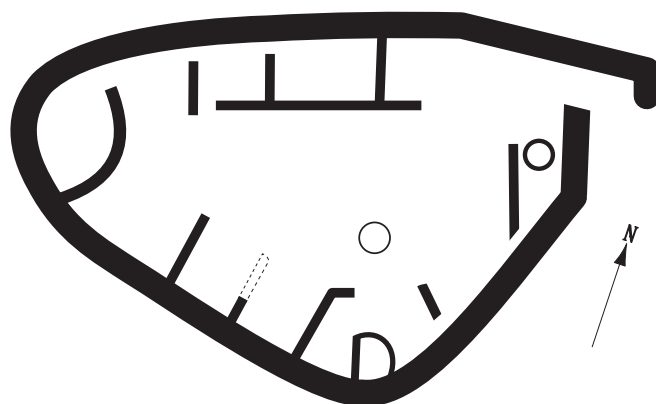


Fig. 5.  
Planta do Castelo de Germanelo  
(seg. Salvador Dias Arnaut,  
adaptado).

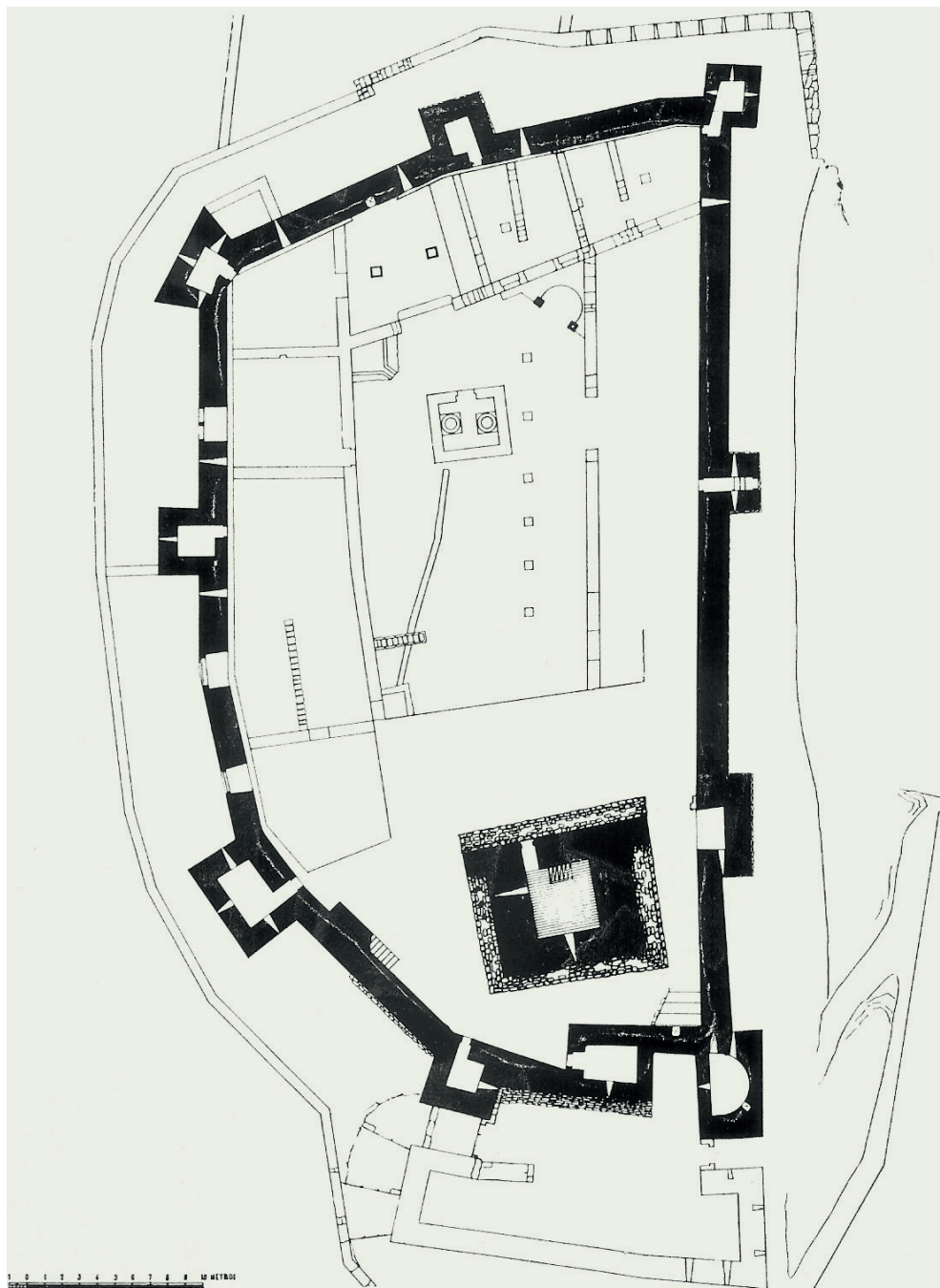


Fig. 6.  
Planta do Castelo de Pombal  
(seg. DGMEN).



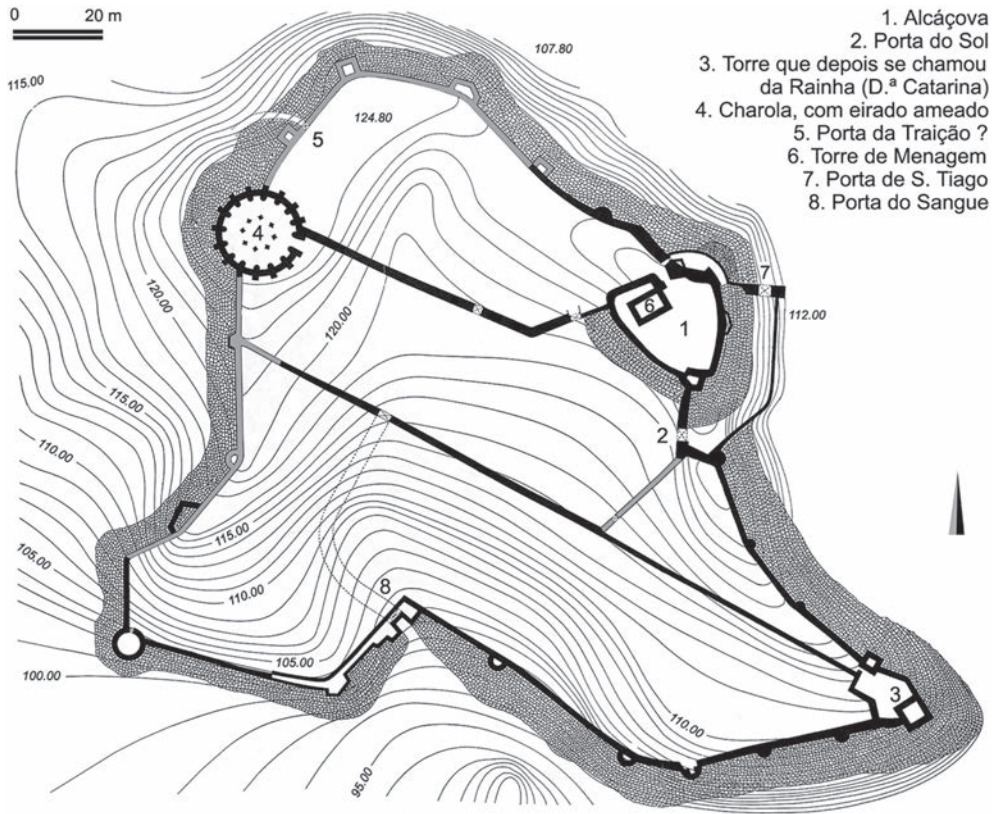


Fig. 7.  
Planta do Castelo de Tomar  
(seg. M. J. Barroca,  
des. de José Luís Madeira).

## FONTES DOCUMENTAIS

- ARMAS, Duarte de – *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA-ANTT, 1997.
- BNE, Ms. 9241, fl. 58 e 59.
- Crónicas Asturianas*, ed. Juan Gil Fernandez, José L. Moralejo e Juan I. Ruiz de la Peña, Oviedo, 1985, P. 206.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. IV. Ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. por Rui de Azevedo. Vol. I, tomos I e II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961.
- Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Ed. crítica pelo P.e Avelino de Jesus da Costa. 3 tomos. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990.
- Livro das Leis e Posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.
- Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*. Edição Leontina Ventura e Ana Santiago Faria. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; INIC, 1990.
- Portugaliae Monumenta Historica, Diploma et Chartae*. Ed. Alexandre Herculano, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1868.
- Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977.
- Portugaliae Monumenta Historica, ILeges et Consuetudines*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856.
- Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856-1861.
- Vimaranis monumenta historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Ed. organizada por João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1931.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de & LOPES, Francisco Gaspar de Almeida (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, diss. complementar de Doutoramento. Porto, Ed. Policopiada.
- (1981-82) – *Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel*. «Portvgalia», Nova Série, vol. II/III. Porto, p. 131-139.
- ARNAUT, Salvador Dias (1939) – *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*. Coimbra.
- (1982) – *O Castelo de Germanelo*, Anais, 2.<sup>a</sup> Série, vol. 28. Lisboa: Academia Portuguesa de História, p. 233-256.
- AZEVEDO, Pedro de (1898) – *O Território de Anegia*. «O Archeólogo Português», 1.<sup>a</sup> Série, vol. 4. Lisboa, p. 208-215.
- BARREIROS, Maria Helena (2001) – *O Castelo de Santa Maria da Feira (Séculos X a XX)*. Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*. «Portvgalia», Nova Série, Vol. XI-XII. Porto, p. 89-136.
- (1996) – *O Castelo de Guimarães*. «Patrimonia – Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural», n.º 1. Cascais, p. 17-28.



- (1996-97) – *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII*. «Portvgalia», Nova Série, Vol. XVII-XVIII. Porto, p. 171-209.
- (2000a) – *Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior, Beira Interior – História e Património*. Actas. Guarda, p. 216-217.
- (2000b) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1. Lisboa: FCG-FCT, Insc. N.º 32, p. 106-109.
- (2000c) – *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)*, in BARROCA, Mário Barroca; CUELLO, António Malpica; REAL, Manuel (coords.) – *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, p. 177-211.
- (2001a) – *Os Castelos dos Templários em Portugal e a organização da defesa do reino no Séc. XII*. «Acta Mediaevalia», vol. 22, tomo 2. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 213-227.
- (2001b) – *The Castles of the Templars in Portugal and the organisation of the Defence of the Kingdom during the 12th century*. «Historia Antiqua. Journal of the International Research Centre for Archaeology», vol. 7. Pula: International Centre of Croatian Universities in Istria, p. 159-166.
- (2002a) – *Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc. XII a XIV)*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela-Edições Colibri, p. 535-548.
- (2002b) – *Castelos da Ordem de Santiago. Catálogo da exposição*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.
- (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*, in MATTOSO, José, coord. – *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 69-77.
- (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XII)*. «Portvgalia», Nova Série, vol. XXV, Porto, p. 181-203.
- (2008-09) – *De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira*. «Portvgalia», Nova Série, vol. XXIX-XXX, Porto, p. 208-211.
- BARROCA, Mário Jorge & LOURENÇO, Paulo B. (2013) – *O Castelo de Guimarães*. Braga: Universidade do Minho.
- BARROCA, Mário & PINTO COSTA, Paula (2009) – *A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e Contextualização do documento de 1194*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *As Ordens Militares e As Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 679-714.
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009) – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga, p. 736-737.
- CARVALHO, Ayres de (1977) – *Catálogo da Coleção de Desenhos da Biblioteca Nacional*. Lisboa, n.º 708, p. 119.
- CATARINO, Helena (2005) – *Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra*. In BARROCA, Mário Jorge Barroca & FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séc. VIII a XIII)*. Palmela-Porto, p. 195-214.
- CÊSAR, Pe. Mário César (1964) – *O Castelo da Pena (Bastuço). História e Lenda*. «O Distrito de Braga», vol. II, fasc. 3-4. Braga, p. 15-22.
- CRUZ, Manuel Braga (1967) – *O Castelo de Penafiel de Bastuço. A Freguesia de Vilaça (Apontamentos)*, sep. de Bracara Augusta, Braga.

- ESTEPA DIEZ, Carlos (1978) – *La vida urbana en el Norte de la Península Ibérica en los Siglos VIII y IX. El significado de los términos «ciuitates» y «castra»*. «Hispania», n.º 139, Madrid, p. 257-273.
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira & REGALO, Henrique Jorge Lemos de Araújo (1997) – *O «Castelo» de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo*. «Arqueologia Medieval», vol. 5, p. 199-220.
- GONÇALVES, António Nogueira (1978) – *Vila da Feira – Castelo – Convento – Misericórdia*. Coimbra: EPARTUR.
- GRASSOTTI, Hilda (1969) – *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, tomo 1. Spoleto.
- LIMA, António Manuel Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro*, diss. de Mestrado. Porto, ed. Policopiada.
- (1999) – *O território Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (Séculos IX-XII)*. «Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam», vol. I, Porto: FLUP, p. 399-413.
- LIRA, Sérgio (2002) – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. II. Coleção Documental, Vila do Conde, p. 155.
- LOPEZ ALSINA, Fernando (1988) – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Média*. Santiago de Compostela, p. 220-227.
- MACHADO, João Nuno B. A. G. (2012) – *A Terra de Monte Longo na Idade Média: Das origens a 1438*, diss. de Mestrado, Porto, Ed. Policopiada.
- MARQUES, André Evangelista Oliveira (2008) – *O Casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia: Editorial Toxosoutos, (Série «Trivium», vol. 26), p. 148-151.
- MATTOSO, José (1987) – *A difusão da mentalidade vassálica na linguagem quotidiana*. In MATTOSO, José – *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Ed. Estampa, p. 154.
- (1989) – *O Léxico Feudal*, separata de *En torno al Feudalismo Hispanico. I Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, 1989, p. 298 (reed. In *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2009, p. 109-125.
- (1995) – *Identificação de um País*, vol. II. Lisboa: 5.ª ed., revista e actualizada, Ed. Estampa, p. 139-141.
- MOLINA, Luis (1983) – *Una descripción anónima de Al-Andalus*, tomo II. Madrid: CSIC/Instituto Miguel Asín, p. 196-205.
- PEREIRA, Mário Pereira (1990) – *Santa Maria da Feira. O Castelo*. Lisboa: IPPAR.
- PIMENTEL, António Filipe (2005) – *A Morada da Sabedoria. I. O Paço Real de Coimbra: Das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra, Almedina, p. 218-253.
- PINTOR, Pe. M. A. Bernardo (1965) – *Castro de Laboreiro e seus forais*. In *Actas do Congresso Histórico do Portugal Medieval*, tomo III, Bracara Augusta, vol. XVIII-XIX, Braga, p. 151-162.
- SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio (1976) – *Commissa, Comitatus, Mandationes*. In SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio – «*Homines Mandationis y Iuniores*», *Viejos y Nuevos Estudios sobre las Instituciones Medievales Españolas*, tomo 1. Madrid, p. 443-474.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. «Cadernos do Museu de Penafiel», vol. 10, Penafiel, p. 12-25.
- VENTURA, Leontina (1992) – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. de Doutoramento, vol. 2, Coimbra, Ed. Policopiada, p. 997 e ss..

# CASAS E ESPAÇOS HABITACIONAIS NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES: O QUE SABEMOS E O QUE GOSTARÍAMOS DE SABER SOBRE A CASA NO PERÍODO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL\*

MANUEL SÍLVIO ALVES CONDE\*\*

## INTRODUÇÃO

Neste colóquio comemorativo do nascimento do primeiro rei português, em que se procura apresentar uma panorâmica sobre “A vida material no tempo de D. Afonso Henriques”, a abordagem das questões relativas às casas e aos espaços habitacionais não podia obviamente deixar de ser considerada.

Na verdade, a habitação é um dos elementos mais valiosos no estudo histórico dos povos<sup>1</sup>. Os homens, tal como os outros animais, sempre sentiram a necessidade de abrigar-se das inclemências e as agressões da natureza. Desde os tempos mais remotos, buscaram nesta os espaços mais adequados à sua protecção, adaptando-se a eles e adaptando-os às suas necessidades vivenciais. Distinguiram-se, depois, pela capacidade de produzir os seus espaços habitacionais, recorrendo a materiais recolhidos na natureza e a técnicas e instrumentos por si concebidos. Criação humana, a casa iria revelar-se essencial no esforço de domínio da natureza pelos homens. Espaço de abrigo, cenário de vida quoti-

---

\* Trabalho elaborado no âmbito do projecto DOMUSIberOMA, financiado pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores.

\*\* Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa; CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

<sup>1</sup> LEROI-GOURHAN, 1984: 185.

diana e de reprodução biológica da espécie, foi-se transformando. Mantendo-se como estrutura básica do quotidiano, tornou-se muitas vezes mais complexa e assumiu novas dimensões materiais e imateriais. Proporcionou segurança e bem-estar, acolheu actividades produtivas, armazenou alimentos e bens acumulados, congregou grupos humanos e projectou-os no devir (casa/família, casa/linhagem), serviu de elemento de diferenciação social e cultural. Por isso, a casa, urbana ou rural, comum ou de prestígio, revela profundamente a sociedade que a produziu e a utilizou.

Não se pretende, com esta comunicação, elaborar uma síntese da temática habitacional em tempos afonsinos. Tal síntese seria da maior utilidade. É, porém, de todo prematura, por serem tão modestos os dados historiográficos e arqueológicos relativos ao tema. Procuramos aqui, basicamente, apresentar de forma sucinta *o que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre a casa no período da formação de Portugal*: propor algumas reflexões sobre a casa e os espaços habitacionais, contextualizar os dados disponíveis, confrontá-los com o que se conhece relativamente a outras regiões do Ocidente Europeu e da Bacia Mediterrânica – sobretudo as do *Andalus* e do Noroeste peninsular – e sublinhar a complexidade das situações que o tema envolve.

A habitação é aqui considerada em todas as suas manifestações: casa rural e casa urbana, habitação comum e moradia de prestígio.

O quadro espaço-temporal da nossa apreciação é, num alongado século XII, o do rectângulo da costa atlântica da Península Ibérica, entre os rios Minho e Guadiana, que ganharia o nome de Portugal. Um espaço cindido, à partida, em duas unidades territoriais não apenas bem diferenciadas, como antagónicas: um Portugal cristão de 35 000 km<sup>2</sup>, que, de condado a reino, se desprende da monarquia leonesa e procura dilatar-se, a sul, pela “reconquista”, enquanto revigora os seus laços à Cristandade romana; um *Gharb-al-Andalus* islâmico, ora fragmentado pela *fitna*, ora submetido ao jugo de impérios africanos. Um tempo marcado pela plena assunção do antagonismo entre duas formações sociais distintas: a cristã, rural, feudal e senhorial; a muçulmana, urbana, mercantil e tributária. Tempo de belicismos alimentados por simétricos espíritos de cruzada e de *jihad*, a força das armas impondo entre a *terra christiana* e a *dar al-Islam* delimitações tão vincadas quanto instáveis das *extremadura/s* e das *tagr/s*. Tempo de que restou, por fim, uma nova unidade territorial, um Portugal de 89 000 km<sup>2</sup>, marcado pela profunda diversidade espacial e pelo papel agregador da monarquia guerreira.

Os espaços habitacionais do tempo de D. Afonso Henriques desapareceram de todo e não resta deles qualquer imagem coeva. Assim, o conhecimento que podemos construir sobre a casa do século XII alimenta-se exclusivamente da documentação coeva, escrita, e dos dados carreados pela arqueologia.

As fontes escritas que se conhecem para o *Gharb-al-Andalus* são muito escassas e quase nada revelam no que respeita às casas. Por isso, até há poucas décadas atrás, quase nada se sabia sobre os espaços habitacionais do Sul islâmico. No panorama de então, avultava o singular trabalho de Garcia Domingues (de 1947), sobre o *Xarajibe*, o “palácio dos balcões” de Silves<sup>2</sup>. A publicação do *Portugal na Espanha árabe*, por Borges Coelho (em 1972-1975)<sup>3</sup>, revelou entre nós um conjunto de textos geográficos, cronísticos, literários e filosóficos até então quase desconhecidos, suscitando a atenção das novas gerações para o passado islâmico do País. Nada nos trazia sobre a casa urbana ou rural do Sul islâmico. Mas esteve, sem dúvida, por detrás do interesse a partir de então manifestado pela arqueologia islâmica. O tardio arranque da arqueologia medieval portuguesa afirma-se nesta área, através de José Luís de Matos, em Vilamoura<sup>4</sup>, e, sobretudo, de Cláudio Torres, fundador do Campo Arqueológico de Mértola. As escavações arqueológicas realizadas em Mértola<sup>5</sup>, depois em Silves<sup>6</sup> e em Faro<sup>7</sup>, e as pesquisas em diversos espaços rurais do Algarve e do Vale do Guadiana<sup>8</sup> revelaram-se preciosas para o conhecimento actual acerca dos espaços habitacionais do Sul islâmico<sup>9</sup>.

Bem distinto é o panorama das fontes que permitem o estudo dos espaços habitacionais do Norte cristão. Chegou até nós um apreciável conjunto de diplomas, quase sempre produzidos pelos poderes condal e régio, ou oriundos dos *scriptoria* diocesanos e monásticos. A documentação avulsa, régia ou particular, foi, na sua maior parte, publicada nos séculos XIX e XX, nos *Portugalix Monumenta Historica*<sup>10</sup>, nos *Documentos medievais portugueses*<sup>11</sup> e nos *Documentos de D. Sancho I*<sup>12</sup>.

<sup>2</sup> DOMINGUES, 1997: 153-165, baseado num poema («Saúda, por mim, Abû Bakr...») de Al-Muta‘mid (séc. XI) e na obra de Ibn Haqan, *Qala'id al-'iqyan* (séc. XII). Vejam-se as versões portuguesas do poema de António Borges Coelho (*Evocação de Silves*) (COELHO, 1972-75: 300-301), e de Adalberto Alves (ALVES, 1996: 84-85).

<sup>3</sup> COELHO, 1972-1975.

<sup>4</sup> MATOS, 1971: 201-214; —, 1972: 252-262.

<sup>5</sup> TORRES, 1995: 104-119; TORRES & MACIAS, 1998; MACIAS, 1996; —, [s/d]:109-120.

<sup>6</sup> GOMES, 1988; —, [s/d] :133-142.

<sup>7</sup> GAMITO, 1991: 19-26.

<sup>8</sup> BOONE, 1992: 51-64; —, 1993: 111-126; CATARINO, 1997-1998; GAMITO, [s/d]: 143-148; GOMES *et al.*, 2001: 200-201; ARRUDA *et al.*, 2003: 247-264; MELRO *et al.*, 2004: 62-81; TEICHNER & SCHIERL M.A., 2006: 123-139.

<sup>9</sup> Sobre a casa rural do Gharb-al-Andalus, veja-se também BOISSELLIER, 1999: 80-85.

<sup>10</sup> *Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867[-1873]. Embora mais tardios, os textos das inquirições (série *Inquisitiones* dos PMH, Lisboa, 1888[-1977]) dão informes úteis para o estudo das casas.

<sup>11</sup> *Documentos medievais portugueses, Documentos régios*, ed. por Rui de Azevedo, vol. I, tomos I e II, Lisboa, 1958-1961; *Documentos particulares*, ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa, Lisboa, 1980.

<sup>12</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. por Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, 1979.

Também tem sido editada muita da documentação eclesiástica<sup>13</sup>, incluindo importantes cartulários diocesanos, como o *Liber Fidei*, da Sé de Braga<sup>14</sup>, o *Livro do Cabido da Sé do Porto*<sup>15</sup>, e o *Livro Preto*, da Sé de Coimbra<sup>16</sup>. O problema que se coloca, como adiante veremos, é o da pobreza extrema destes textos, no que respeita à habitação, quer do ponto de vista descritivo, quer no da inserção paisagística. A história da arte e a arqueologia, desde o levantamento pioneiro de Carlos de Azevedo<sup>17</sup> aos trabalhos de Mário Barroca<sup>18</sup> e de José Custódio Vieira da Silva<sup>19</sup>, têm dado contributos muito relevantes para o estudo da arquitectura palaciana e dos espaços domésticos senhoriais. Mas, depois das estimulantes páginas escritas há mais de trinta anos por Ferreira de Almeida<sup>20</sup>, a arqueologia medieval tarda em dar o seu imprescindível contributo para o conhecimento da habitação comum deste período<sup>21</sup>.

## MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

A enunciação em termos genéricos dos materiais usados na construção das habitações do período afonsino nada tem de complexo. As opções assumidas neste domínio estavam então muito vinculadas às disponibilidades locais e, portanto, ao mapa geológico e florístico de cada região: por um lado, reciclavam-se materiais provenientes das construções derruídas ou desfuncionalizadas; por outro lado, extraíam-se da natureza, no local mais próximo, a pedra, a terra, a madeira e outros elementos vegetais.

Poderíamos explicar o procedimento por aproximação às soluções correntes na habitação vernacular pré-actual, estudada desde finais de Oitocentos, sobretudo por

---

<sup>13</sup> Veja-se o recente guia *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*, dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa (SOUSA, dir., 2005).

<sup>14</sup> *Liber fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990.

<sup>15</sup> *Livro do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, ed. por João Grave, Porto, 1924.

<sup>16</sup> *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, ed. por Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, 1999.

<sup>17</sup> AZEVEDO, 1969.

<sup>18</sup> BARROCA, 1989: 9-61: —, 1998: 7-103. A residência senhorial em castelos mereceu também a atenção deste autor; cf. BARROCA, 1994; —, 2003: 95-121.

<sup>19</sup> SILVA, 2002.

<sup>20</sup> ALMEIDA, 1978: 51-78.

<sup>21</sup> Entre as muito escassas excepções, assinala-se o trabalho de Marcos Osório (OSÓRIO, 2008: 13-21).

etnólogos, geógrafos e arquitectos<sup>22</sup>. A fazê-lo, teríamos de atender às transformações do mapa silvícola, ocorridas entre a época afonsina e a contemporaneidade, para considerar que, naquele tempo, era possível uma larguíssima utilização da madeira, que ainda não escasseava em regiões como o Entre Douro e Minho<sup>23</sup>.

Mas é preferível, sempre que a possibilidade exista, fundamentar essa leitura nos textos coevos e, sobretudo, nos arquivos do solo, os dados arqueológicos. Um e outro caminho têm, porém, os seus escolhos e o risco de errar está sempre presente<sup>24</sup>.

Atentemos, pois, nos textos, e observemos neles o rasto dos materiais e técnicas construtivos usados no Norte cristão durante a época afonsina.

Um diploma fala-nos de uma casa «*ex petra muricie fabricata*»<sup>25</sup>. Neste exemplo, é seguro concluirmos que se trata de uma habitação com paredes de pedra. Mas é mais habitual que os textos refiram simplesmente a «*casa murea*»<sup>26</sup>, expressão que, em nossa opinião, é algo obscura, não significando necessariamente parede de pedra, mas parede resistente, que proteja o interior<sup>27</sup>. Fala-se aqui em «*casa ... teliata integra*»<sup>28</sup>, ali em «*casa telliaza*»<sup>29</sup>, acolá em «*cortes cum tegulis*»<sup>30</sup>. Referem-se até alguns fornos telheiros<sup>31</sup>. A informação relativa à cobertura das casas

<sup>22</sup> Cf., entre outros, PEIXOTO, 1995; VASCONCELOS, 1983: 151-344; BASTO & BARROS, *dir.*, 1943; KRÜGER, 1947; DIAS, 1951: 107-111; OLIVEIRA & GALHANO, 1992; AAVV, 1980; RIBEIRO, [1979]: 11-30, 31-51; RIBEIRO, 1995.

<sup>23</sup> ALMEIDA, 1978: 80-82.

<sup>24</sup> A abordagem dos fundos documentais deve ter presente o monopólio senhorial sobre a produção destas fontes e as estratégias de poder que estão associadas às mesmas. A intenção que presidiu à elaboração dos textos de que nos servimos foi basicamente a de sustentar a posse das terras, através da preservação de uma memória histórica dos títulos de propriedade. A lógica da produção desses textos reflecte-se, por conseguinte, numa selecção da informação registada. Cf. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999: 31; MARQUES: 2008: 36-37.

A usura dos tempos penaliza diferentemente os diversos materiais, sendo por isso muito ténues os traços deixados nos arquivos do solo pelos materiais mais perecíveis e pelas técnicas que lhe estão associadas. Cf. CATTEDDU, 2009: 12.

<sup>25</sup> Documento de Lugo, de 968, citado por GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 113 e 126.

<sup>26</sup> *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et Chartæ*, Lisboa, 1867[-1873] n.ºs 149, 364, 370, 530, 800; *Liber fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.ºs 184 e 187.

<sup>27</sup> O termo *murus* reportava-se ao 'muro de uma cidade', por oposição a *paries* 'muro de uma casa, parede' (cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, voc. mur-). Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, XV, 2, 17-18, considera-o derivado de *munitio* 'fortificação' ou de *munire* 'defender', afirmando que o mesmo era empregue abusivamente para designar todos os edifícios públicos da cidade, exemplificando com Virgílio, *Eneida*, 2, 234.

<sup>28</sup> *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et Chartæ*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 149.

<sup>29</sup> *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et Chartæ*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 370.

<sup>30</sup> Diploma de 1030, in *Tumbo viejo de Lugo*, fl. 55, n.º 11, citado por GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 125 e 127.

<sup>31</sup> *Portugaliæ Monumenta Historica, Diplomata et chartæ*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 149; *Liber fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.º 78, 184 e



prende-se sobretudo com o facto de estas estarem ou não cobertas («*casas coper-tas vel descobertas*») e as referências a edifícios telhados são escassas<sup>32</sup>. Partindo destes dados, García Alvarez, um profundo conhecedor da documentação deste período, concluiu que, nesta época, até as mais toscas e rudes casas galaico-portuguesas tinham paredes de pedra e cobertura de telha, por não encontrar rasto documental de casas com paredes de barro e cobertura de colmo<sup>33</sup>. Ora, no dealbar do século XVI, as paredes de pedra e barro estavam bem presentes na habitação rural do Noroeste<sup>34</sup>, ao lado das de *pedra seca* ou *insossa*<sup>35</sup>, e os edifícios cobertos de colmo abundavam na mesma época no Minho<sup>36</sup>, em Trás-os-Montes e na Beira Interior, como é visível nas panorâmicas dos aglomerados fronteiriços esquissadas por Duarte de Armas<sup>37</sup> (figuras 1 e 2).

O uso específico da pedra no alicerce das casas é mencionado em fontes literárias galaico-portuguesas: «*e tragam muitas pedras pera fazer fundamento*»<sup>38</sup>.

Para além da sua aplicação na cobertura das casas, o uso do barro não deixou rasto na documentação coeva. Contudo, é verosímil o seu emprego nos alicerces, juntamente com a pedra, e também a sua aplicação em argamassas. Provável seria ainda o seu uso em soluções integradoras de diversos materiais, bem como o recurso às técnicas do adobe e da taipa, documentadas para o Minho e Trás-os-Montes nos primórdios de Quinhentos<sup>39</sup>.

---

187; *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], 1054, 1472.

<sup>32</sup> Como recentemente sublinhou Xaime Varela Sieira (VARELA SIEIRA, 2008: 122).

<sup>33</sup> GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 112-113.

<sup>34</sup> *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 57, 121.

<sup>35</sup> *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 52, 114, 115, 179, 182. Já as paredes de cantaria, ou de pedraria, aparecem limitadas à construção de prestígio; cf. *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 11-12.

<sup>36</sup> *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008, p. 12, 13, 15-17, 21, 25, 28, 30, 37, 39, 48, 50, 52, 57, 69, 74, 75, 81, 86, 88, 89, 91, 93, 100, 102, 106, 108, 110, 111, 113-115, 122, 134, 142, 143, 145, 147, 148, 150, 151, 154, 157, 162, 168, 170, 171, 173, 175, 177, 179, 182, 185, 188, 190, 192, 194, 201, 204, 208, 216, 227, 249, 255.

<sup>37</sup> Já das casas cobertas de leivas, ou torrões de terra, apresentadas nos textos leoneses sob a designação “*casa terrata*” (cf. SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 123, 183), não há, na nossa documentação, o menor rasto.

<sup>38</sup> Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 83.

<sup>39</sup> O numeramento de 1527 alude às «casas de taipa ... fortes com muro e torre» em Cabeceiras de Basto, onde vivia António Pereira, o senhor da terra; cf. *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532, Comarca de Entre Douro e Minho*, ed. por João José Alves Dias, Cascais, 1999, p. 72. Quanto à casa de pedra e barro, está documentada para o Entre Douro e Minho, cf. *Tombos da Ordem de Cristo, IV – Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves. Lisboa, 2008.

Relativamente a Trás-os-Montes, veja-se: CONDE & VIEIRA, 2005: 75-76.



Fig. 1.  
Casas cobertas de colmo e de  
cortiça, Outeiro  
(Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*).



Fig. 2.  
Casas cobertas de  
colmo e de telha,  
Montalegre  
(Duarte de Armas, *Livro  
das fortalezas*).

O uso da madeira na construção é comprovado, em termos gerais, por alguns diplomas coevos<sup>40</sup>. Já o seu emprego em aplicações específicas é pouco referido. Um texto mais tardio refere-se ao tecto: «madeira mui seca de teito»<sup>41</sup>. O madei-

<sup>40</sup> Nas inquirições de 1258, foram denunciadas as prevaricações de um tal Fernando Afonso que, em Rompecilha (Lafões), «derribavit casas de regalengo Regis, et fecit inde de petra suas casas, et taliavit castaneos Regis, et fecit inde casas» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 924.

<sup>41</sup> *Cantigas de Santa Maria*, n.º 77, 37.

rame da casa aparece também na documentação galega da época<sup>42</sup>. O sentido de expressões como “*casas tabula cooperta*” ou “*kassa tabulata*”, é pouco claro: uns fazem-no corresponder às tábuas do tecto<sup>43</sup>, outros à cobertura de madeira<sup>44</sup>. O termo “*tabulatum*”, que daria o vocábulo romance *taboado*, parece ter, como este o sentido de divisória interior. Há também a menção da *casa linea*, por oposição a *casa murea*<sup>45</sup>. Como entendê-la? Sánchez-Albornoz encontrou referências do mesmo tipo (“*kasas materacas*”) e considerou tratar-se de casas de paredes de madeira<sup>46</sup>. Admitimos que esta interpretação se adequa ao caso que apontámos. Referindo-se à construção rústica precária, denominada *casa* ou *cabanna*, Santo Isidoro apontou os materiais – paus, canas e ramos – com que eram construídos tais habitáculos (“*agreste habitaculum palis atque virgultis arundinibusque contextum, quibus possint homines tueri a [vi] frigoris vel caloris iniuria*”)<sup>47</sup>.

As escavações arqueológicas realizadas em Mértola, Silves, Castelo Velho de Alcoutim e em tantos outros espaços do *Gharb-al-Andalus* revelaram grande afinidade nos materiais e nas formas de construir. Trata-se de processos familiares em toda a área mediterrânica e que se foram repetindo localmente até à actualidade<sup>48</sup>.

Os muros portantes aí encontrados são sobretudo de taipa, largos de cerca de meio metro. Mas também são comuns, sobretudo no Algarve Oriental, os aparelhos de pedra com argamassa de terra. Outras soluções, como a pedra com argamassa de cal, e o aparelho de pedra seca, têm uma presença mais limitada na construção habitacional.

As paredes assentam geralmente sobre um frágil embasamento de alvenaria, constituído por blocos de pedra unidos por uma argamassa de barro, que não ultrapassava o meio metro de altura. Em meio rural, quantas vezes, os caboucos de fundação não ultrapassam os 20 cm, ou nem sequer existem<sup>49</sup>. As divisórias interiores, quando ocorrem, são estreitas (20 cm de espessura) e utilizam muitas vezes o adobe. O reboco das paredes com cal e areia e a caição são comuns, ocorrendo

<sup>42</sup> Expresso sob a forma «*casa ... coperte a tegulis et madeyrate*» – VARELA SIEIRA, 2008: 107.

<sup>43</sup> Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 119.

<sup>44</sup> SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999: 123.

<sup>45</sup> *Liber fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.º 184.

<sup>46</sup> SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1999:123; GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 113, rejeita esta interpretação, apontando antes para a cobertura de colmo sobre armação de paus e ramos.

<sup>47</sup> Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, XV, 12, 2.

<sup>48</sup> TORRES & MACIAS, 1998: 42-43; MACIAS, 1996: 73-78; GOMES, 1988: 136-138; CATARINO, 1997-1998: vol. I – 346-349, vol. II – 713-720.

<sup>49</sup> CATARINO, 1997-1998: vol. II – 713.

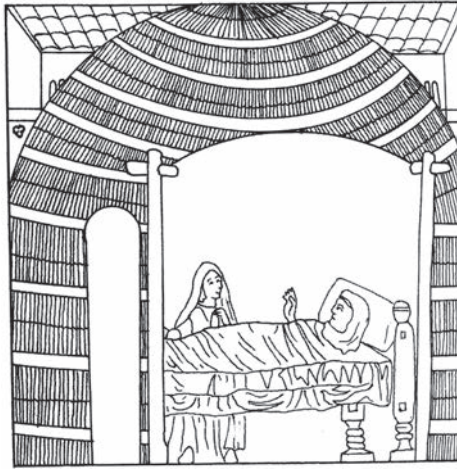


Fig. 3.  
Coberturas de caniço e de telha  
(*Cantigas de Santa Maria*).

algumas vezes a pintura de policromias e, singularmente, a presença de estuques com ornamentação floral e geométrica<sup>50</sup>.

Nos que toca aos pavimentos, ocorre alguma variedade, mesmo dentro de cada habitação, sobretudo em meio urbano e nas construções mais qualificadas. Encontram-se pisos argamassados, a que a adição de almagre conferia um tom rosado; usam-se, noutros casos, ladrilhos ou lajes de xisto; recorre-se com frequência à terra batida. O leque de soluções, obviamente, era mais restrito nas humildes moradias campesinas.

A escassez da madeira em boa parte do *Gharb-al-Andalus* restringia o seu uso ao travejamento das casas. Pregavam-se canas sobre os barrotes de madeira, aplicando-se as telhas sobre aquelas. As telhas eram invariavelmente de canudo, mas, sendo habitual a reciclagem de materiais, as coberturas podiam incluir telhas de distintas cronologias e morfologias<sup>51</sup>.

Tanto em Mértola como no Castelo Velho de Alcoutim, a cobertura de telha é a solução adoptada em todos os casos estudados. O telhado também é comum em Silves, mas a solução mais usual nesta cidade parece ser a cobertura em terraço – a açoteia<sup>52</sup> (figura 3).

<sup>50</sup> A presença de estuques decorados na arquitectura civil ocorre numa habitação qualificada da alcáçova de Silves. Cf. GOMES, 1988: 137.

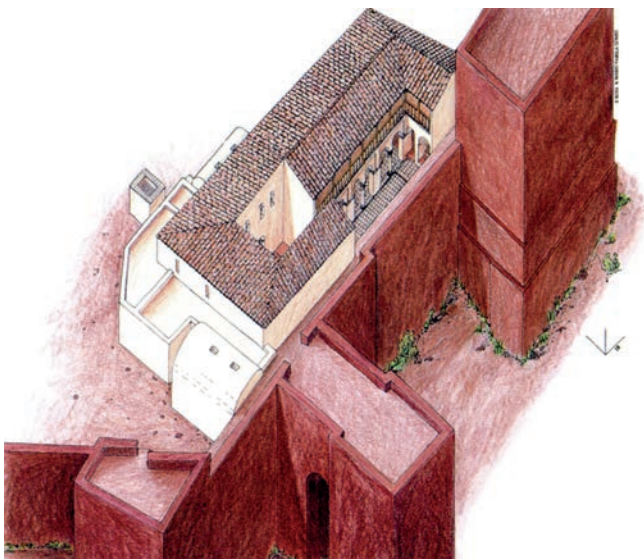
<sup>51</sup> MACIAS, 1996: 78, refere a reutilização de *imbrices* de dimensões apreciáveis.

<sup>52</sup> GOMES, 1988: 138.

## ARQUITECTURA DOMÉSTICA E ESPAÇOS HABITACIONAIS NO *GHARB-AL-ANDALUS*

Ao contrário do que sucedeu noutras áreas do *Andalus*, a presença muçulmana no *Gharb* não se traduziu no legado de palácios de sonho, ou de grandes conjuntos de arquitectura civil.

São muito escassas as informações relativas à arquitectura palaciana do *Gharb-al-Andalus*. As Alcáçovas de Coimbra, Lisboa e Silves, pelo menos, tiveram as suas zonas palatinas. Os restos da primeira, um amplo quadrilátero, flanqueado de torres circulares, erguido por Al-Manşir cerca de 994, servem de alicerce à Universidade<sup>53</sup>. A de Lisboa deveria ser majestosa, justificando a sua escolha, após a “reconquista”, para palácio real das duas dinastias reinantes em Portugal na Idade Média<sup>54</sup>. Aludimos já ao *Xarajibe*, o “palácio dos balcões” de Silves, notável foco de cultura enquanto aí residiu o rei-poeta Al-Muta‘mid, do qual nos chegaram referências literárias. Os conjuntos arquitectónicos e artefactuais almóadas revelados pelas escavações de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes na Alcáçova de Silves permitem avançar na reflexão sobre a arquitectura palaciana do *Gharb*, que importa relacionar com os exemplares sobreviventes do *Andalus* e confrontar com a construção corrente coeva (figura 4)<sup>55</sup>.



**Fig. 4.**  
**Palácio da Alcáçova**  
**de Silves, reconstituição**  
(Palácio almóada da Alcáçova de  
Silves, exposição do Museu Nacional  
de Arqueologia, 2001,  
com. cient. Rosa Varela Gomes e  
Mário Varela Gomes).

<sup>53</sup> O palácio da Alcáçova coimbrã terá sido o maior investimento da arquitectura militar do Califado omíada em toda a Península, cf. PIMENTEL, 2006.

<sup>54</sup> O Paço da Alcáçova perderia essa dignidade em favor do Paço da Ribeira, já no período manuelino.

<sup>55</sup> *Palácio almóada da Alcáçova de Silves*, catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia, com. cient. Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, Lisboa, 2001.



A atenção dedicada a esta última é muito recente.

A casa urbana do *Gharb* começou a ser conhecida a partir das intervenções arqueológicas em Mértola, Silves e outras cidades (figuras 5 e 6). As moradias urbanas encontradas pelos arqueólogos têm características morfológicas muito semelhantes. Inseridas nos horizontes das arquitecturas vernaculares mediterrânicas, as suas áreas são variáveis, entre os 35 aos 80 m<sup>2</sup>. Com pequenas variações

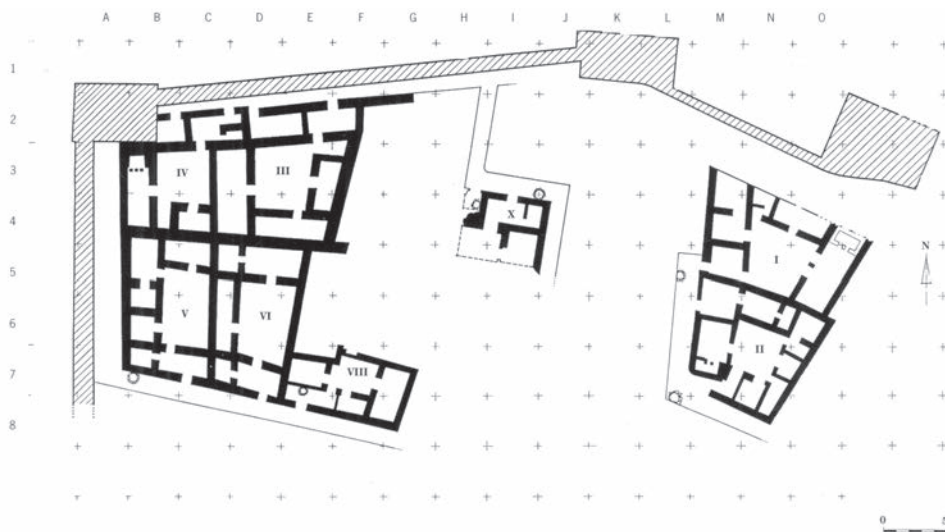


Fig. 5.  
Bairro da Alcáçova de Mértola,  
planta de conjunto  
MACIAS, Santiago (1996), *Mértola  
islâmica*. Mértola.

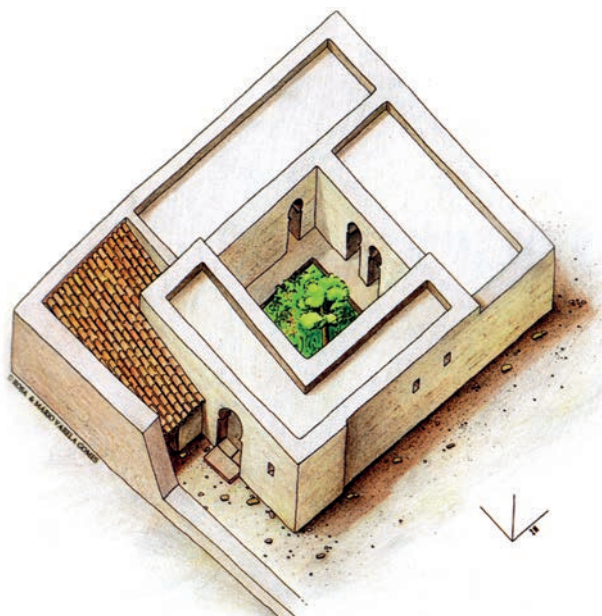


Fig. 6.  
Casa urbana de pátio interior,  
rua da Arrochela, Silves,  
reconstituição  
(*Portugal islâmico. Os últimos sinais  
do Mediterrâneo*, exposição do Museu  
Nacional de Arqueologia, 1998,  
com. cient. Cláudio Torres e Santiago  
Macias).

modulares, obedecem a um paradigma comum: o da casa térrea de pátio central descoberto<sup>56</sup>.

A entrada para o interior destas casas faz-se por um pequeno átrio, que comunica com o pátio central, quadrado. O pátio é o elemento organizador do conjunto, ligando directamente com todos os compartimentos. Estes incluem, quase sempre: uma sala principal com uma pequena alcova; outra sala mais pequena; uma cozinha; uma latrina ligada a uma rede de esgotos, a poços negros ou a fossas exteriores, cobertas. Algumas destas moradias possuem cisterna, sob o pátio. O seu abastecimento fazia-se com as águas pluviais drenadas pelos terraços ou telhados, que escorriam para o centro da casa.

Numa sociedade que tanto valorizava a intimidade doméstica, estas casas eram quase fechadas para o exterior, evitando observações indiscretas. Viradas para o interior, centravam-se no pátio, penetrado pela luz e pelo ar. Posto que as diversas divisões tivessem, quase sempre, mais do que uma valência, estava presente um critério de relativa especialização funcional dos compartimentos. Assim, o átrio juntava à função da circulação a de espaço de armazenamento de géneros (em talhas, potes ou cântaros); a cozinha dividia-se em duas áreas: a do fogo e outra de armazenamento; o salão era o local onde se tomavam as refeições e se recebiam os convivas, dispondo de pequeno espaço para o descanso nocturno. Favorecido pela amenidade do clima, o pátio era decerto o sítio mais intenso do quotidiano doméstico: local de encontro, de trabalho e convívio das mulheres da casa, espaço fresco e luminoso, valorizado porventura pela existência de um poço ou cisterna, de um pequeno jardim, de um canteiro de ervas aromáticas, ou de um simples vaso de flores.

A casa ligava-se ao exterior, à cidade, por um mínimo de aberturas; quantas vezes, por uma única porta. O comedimento dessa ligação era acentuado pela morfologia e pelo carácter semipúblico dos becos e ruelas adjacentes à moradia.

Até há pouco tempo, nada se sabia sobre a casa rural do *Gharb-al-Andalus*. As sucessivas intervenções arqueológicas realizadas por James L. Boone em Alcaria Longa (Mértola), que permitiram a identificação de uma ampla área habitacional habitada entre o século X e o final do século XII, acabaram por constituir um precioso contributo para o conhecimento da habitação rural islâmica<sup>57</sup> (figura 7).

Dentro da área habitacional escavada, foi possível individualizar três moradias pluricelulares organizadas em torno de um pátio de uso privado, grosseiramente quadrangular: duas delas dispostas em forma de U, a outra em forma de L, sobre

<sup>56</sup> TORRES & MACIAS, 1998: 42-43; MACIAS, 1996: 79-97; -, [s/d]: 110-116; GOMES, 1988: 138-139; GOMES & SEQUEIRA, 2001: 103-110; COVANEIRO & CAVACO, 2005: 77-82.

<sup>57</sup> BOONE, 1992: 51-64; -, 1993: 111-126; -, 1994: 25-35; -, 2009: 145-149.



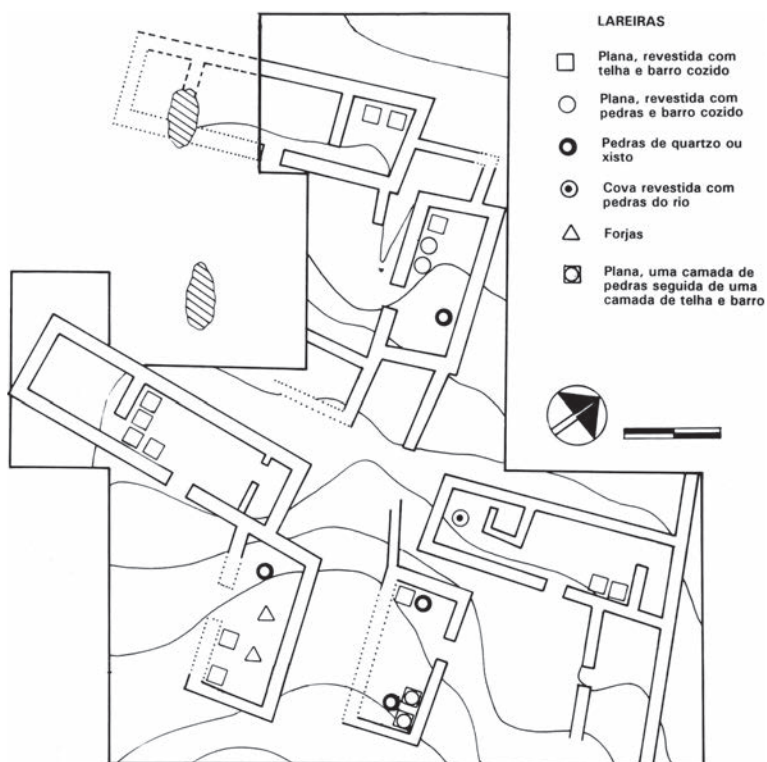


Fig. 7. Complexos habitacionais escavados em Alcária Longa, planta

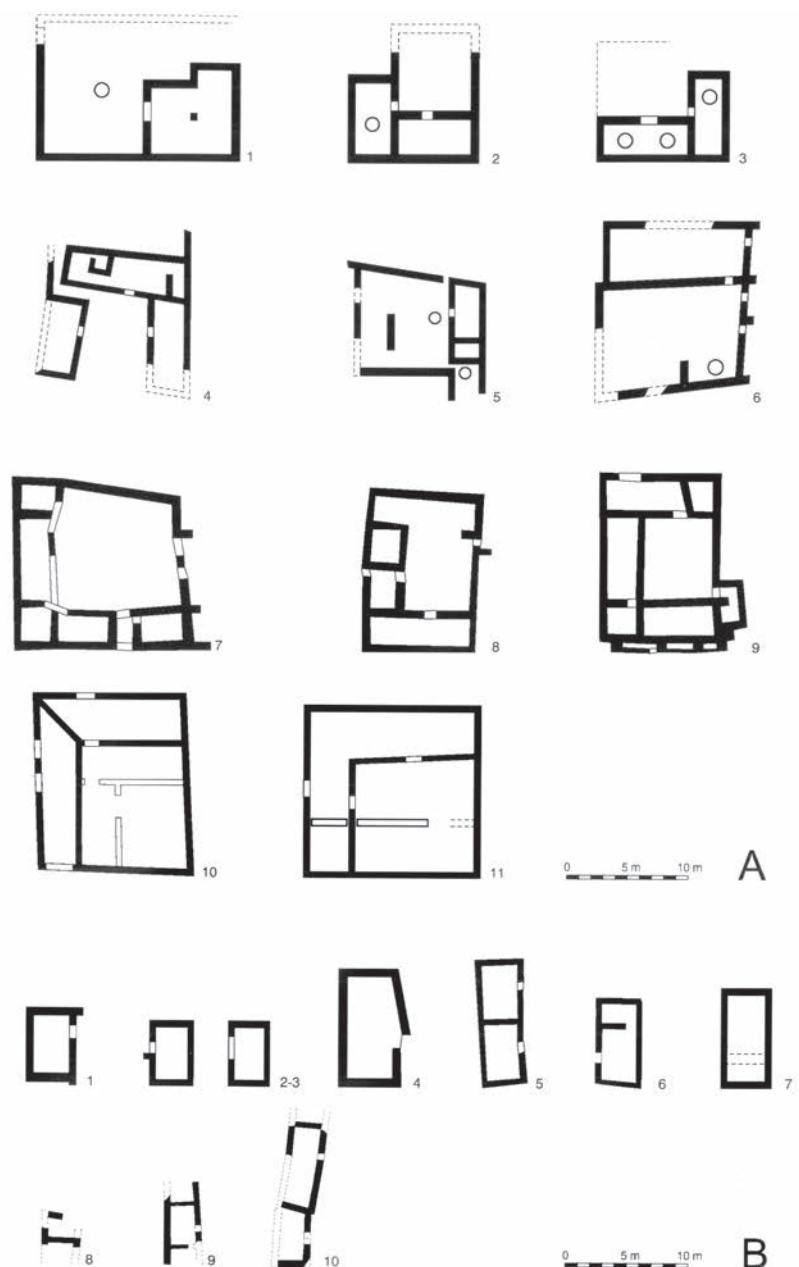
BOONE, James L. (1994) – Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo medieval? «*Arqueologia medieval*», n.º 4.

o pátio. O mesmo modelo de organização espacial foi encontrado em espaços habitacionais do Castelo de Salir e no Vale do Bôto (Algarve oriental)<sup>58</sup>. Ainda que tenha alguma afinidade morfológica com a casa de pátio central urbana, este modelo não produz relações espaciais análogas às que se estabelecem na cidade, uma vez que o pátio da casa rural é aberto.

Quanto à organização espacial destes complexos habitacionais, Boone distingue funcionalmente as estruturas orientadas no sentido Noroeste-Sudeste das que se orientam na direcção Nordeste-Sudoeste. As primeiras, dotadas de uma alcova em cada uma das extremidades, seriam áreas dedicadas à vida social, ao repouso e à confecção de alimentos, nelas se encontrando a maior parte das lareiras, fontes de calor e de luz. Quanto às últimas, abrigariam actividades artesanais (forjas e tecelagem), sem excluir a confecção de alimentos.

Neste modelo, as salas são mais alongadas e polyvalentes que as suas congéneres do meio urbano. Os espaços de repouso são os mais afastados do vão único,

<sup>58</sup> CATARINO, 1997-1998: vol. II – 724-726.



**Fig. 8. Casas rurais da época islâmica: A) casas de pátio interior**

[A1 - Cerro da Vila; A2 e 3 - Quinta do Lago; A4 - Alcaria Longa; A5 e 6 - Portela; A7, 8 e 9 - Alcarias dos Guerreiros de Cima; A10 - Solana; A11 - Beniomamet] B) edifícios monocelulares [B1 Cerro da Vila; B2 e 3 - Ponta do Castelo; B4 - Mollet; B5 e 6 - Tolmo de Minatela; B7 Aldeia dos Mouros; B8 - Raposeira; B9 - Costa; B10 - Queimada]. (Félix Teichner e M. A. Thomas Schierl, "Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do Mar na época islâmica" in *Al-Andalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*, Mértola. 2006).

rasgado no amplo espaço central. O modelo apresenta uma grande flexibilidade organizativa, por permitir a adição de novos módulos, acompanhando o crescimento do grupo familiar, sem alterar a organização espacial.

Outra alcaria, a Aldeia dos Mouros, revelou soluções pluricelulares diferentes do modelo anterior. Aqui, um pátio comunal, dotado de forno colectivo, é o elemento estruturador de toda a alcaria. Em volta dele, erguem-se as casas, por regra de duas divisões: uma sala polivalente, dotado de lareiras e aberto ao exterior, e uma alcova interior<sup>59</sup>.

Além das soluções pluricelulares referidas, a habitação rural podia optar por construções de um tipo mais simples: a casa térrea monocelular, com ou sem pátio-cerca<sup>60</sup> (figura 8).

## ARQUITECTURA DOMÉSTICA E ESPAÇOS HABITACIONAIS NO NORTE CRISTÃO

É muito pouco o que se sabe sobre a habitação qualificada da época condal ou dos primórdios da monarquia portuguesa. Residência de elites eclesiásticas ou guerreiras, deveria sobressair de algum modo da mediania da casa comum de então, fosse pela localização, pela qualidade e durabilidade de materiais nela empregues (a pedra, a telha), pela morfologia, pela área construída, ou pela altura (casas com *superatum*, ou *solium*). Numa sociedade militarizada, a proeminência que procuravam era, por vezes, sublinhada por elementos de aparato militar.

Nas principais modalidades da habitação qualificada do Norte cristão do tempo de D. Afonso Henriques – o castelo (*castellum*, *castrum*), o paço régio e senhorial (*palatium*, *palatiolum*) e a “casa forte” (*turris*, *domus fortis*), da nobreza de segundo plano – combinavam-se a função defensiva e a residencial. Mas as gradações definidas pela preponderância de uma ou de outra variavam bastante, ora respeitando imperativos da conjuntura, ora atendendo à modalidade de habitação. Note-se que nem sempre a moradia nobre se integrava no âmbito da habitação qualificada. Talvez por isso, os textos referem-se a ela, tantas vezes, usando as denominações habitualmente empregues para nomear a moradia comum: *domus*, *domus habitationis*, *casa*, *casale*<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> GAMITO, 1991: 145-146.

<sup>60</sup> CATARINO, 1997-1998: vol. II – 13, 725; BOONE, 2001:104-121; GOMES *et al.*, 2001: 200-201; TEICHNER & SCHIERL M. A., 2006: 123-126.

<sup>61</sup> Nestes casos, é o contexto que nos permite apreender a condição social do residente. Cf., por exemplo: a «quintana ubi parentes nostros avitaverunt *domus avitationis*» (1058) – *Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et chartæ*, Lisboa, 1867[-1873]., n.º 409; «illa quintana nova cum suo *casale*» (1106) – cit.

Numa época rude, não se impunham nestas residências altos padrões de conforto, mas antes a projecção da força guerreira do seu ocupante.

O aparato bélico era óbvio e necessário nos castelos, cuja dimensão militar se sobrepunha de todo à função residencial. Os poderosos utilizavam como residência – temporária, pelo menos – os castelos cuja tenência lhes fora confiada. Assim, podemos encontrar Froila Crescones a fazer o seu testamento no interior do *kastro Argefonsi* (Vila do Conde), no final do século XI, porque aí se encontrava doente<sup>62</sup>.

O *palatium* distinguia-se do *castellum* pela sua vocação habitacional, ainda que também pudesse albergar funções militares. Para além disso, o *palatium* identificava-se com o exercício do poder. Assim o definem as *Partidas*: «palacio es dicho aquell ogar do el rey se ayunta paladinamente para fablar con los homes; et esto es en tres maneras: o para librar pleytos, o para comer, o para fablar en gasajado»<sup>63</sup>.

Morada real, ou corte régia, o *palatium* era também residência senhorial ou moradia de algum homem de relevo social. Podia também ser parte de um conjunto habitacional. *Curtis* ou *quintana* são termos polissémicos, ambos se referindo a espaços fechados dentro dos quais se erguiam construções de carácter habitacional e as dependências necessárias para uma exploração agrícola. Um *palatium* poderia, assim, integrar uma *curtis* ou uma *quintana*<sup>64</sup>. Naturalmente, seria a casa principal do conjunto e o centro da exploração agrícola.

São muito pobres as menções documentais aos paços da época leonesa ou do período de formação de Portugal. Mesmo para a residência dos condes ou dos nossos primeiros reis (**figura 9**).

A *Vida de S. Rosendo* contém uma lacónica alusão aos paços condaís de Guterre Mendes, em Salas (Santo Tirso), do princípio do século X<sup>65</sup>. Também o *palatio* da condessa D. Toda é referido pela própria, em 1027, quando procede à divisão dos seus bens entre filhos e netos<sup>66</sup>.

---

por FERNANDES, 1978-1980.; vol. LXXXVIII – 255; «*domus que fuerunt Domni Gunsalui Sause [...] quintana que fuit Domni Egidii cum omnibus domibus suis*» (1258) – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones* Lisboa, 1888[-1977], p. 737; «*quintanam de morada quam fecit Donnus Didacus Lupi super eis [reguengos] in hereditate de Carcari [...] casa riquihominis*» (1258) – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, p. 1070. Também o “paço” real de Curvos (julgado de Neiva, actual concelho de Esposende) seria conhecido pela denominação corrente: «*ha ibi el Rey una sua casa in que pouasa*» (1258) – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 311.

<sup>62</sup> «...in kastro Argefonsi ubi ego infirmo jaceo...» (monte da Cividade, Arcos, Vila do Conde) – ADB, *Liber Fidei*, fl. 162, n.º 616, in COSTA, 2000: 378.

<sup>63</sup> *Partidas*, II, 9, 29, cf. VARELA SIEIRA, 2008: 180.

<sup>64</sup> VARELA SIEIRA, 2008: 180-182.

<sup>65</sup> BARROCA, 1989: 10.

<sup>66</sup> «... vobis concedimus cum omni suo prestamo quantum in se obtinet sicut est concluso per terminos comarus et toto giro illos vallos et per carraria que decurrit de palatio ad ecclesiam de sursum...» – *Liber*



Fig. 9. Locais de pousadas e de paços régios

ALEGRIA, Maria Fernanda & SOALHEIRO, João (2008) – *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II. Gijón.*

Durante os trabalhos arqueológicos do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Manuel Real pôde localizar os paços da condessa Mumadona Dias, do segundo quartel do século X, situados junto do templo moçárabe, em local com um excelente campo de visão sobre o vale. Seria uma construção pétreia, de planta rectangular, acompanhada de uma torre defensiva quadrangular<sup>67</sup>.

Em 1121, o conde D. Henrique alude também ao seu *palatium* de Guimarães, para localizar uma propriedade que possuía junto<sup>68</sup>. Sabe-se que estava situado junto da Colegiada<sup>69</sup>. D. Henrique tinha outros paços em Viseu, onde, porventura, teria nascido Afonso Henriques. Mas nada se sabe acerca da sua estrutura arquitectónica<sup>70</sup>. O primitivo *palatium* real da Alcçova de Coimbra, dispunha de capela e aula anexas. Construído, cerca de 1080, sobre o palácio omíada, pelo alvazil Sesnando, foi residência de Henrique e Teresa e, depois, dos nossos primeiros monarcas<sup>71</sup>.

As Inquirições de 1258 reportam-se a vários paços reais (*Palacium Dominis Regis, Paacio del Rey*), situados em vários locais do Norte do Reino: o *palacio, paazos* ou *sobrado* de Ponte de Lima<sup>72</sup>, o *palacium* de Santa Cruz da Maia<sup>73</sup>, o *Palacio* de

---

*fidei sanctæ bracarensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990, n.º 176, p. 210.

<sup>67</sup> Cf. BARROCA, 1989: 11.

<sup>68</sup> «... de ipso campo, quem habemus in villa de Vimeranis, et jacet juxta Palatium nostrum Regale...» – ANTT, *Casa da Coroa*, gav. 8, m. 1, in SOUSA, 1946: 5.

<sup>69</sup> Os reis portugueses dariam continuidade à ocupação dos antigos paços condaís – ALEGRIA & SOALHEIRO, 2008: 375.

<sup>70</sup> Há, aliás, um desconhecimento generalizado em relação aos paços régios portugueses da época. Provavelmente, à semelhança dos seus congéneres, teriam três pólos principais: a sala, a câmara e a capela; a estes elementos juntar-se-iam espaços funcionais, com destaque para a cozinha, e diversos anexos – ALEGRIA & SOALHEIRO, 2008: 376-378.

<sup>71</sup> Uma vasta campanha de obras, promovida por Afonso IV, cerca de 1330, e sucessivas intervenções posteriores, alterariam substancialmente a morfologia do paço coimbrão, onde, em 1537, D. João III instalaria a Universidade – PIMENTEL, 2006.

<sup>72</sup> «dixerunt que da Mamoa dam al Rey cada que veer aos paazos de ponte ij. carros de lenia» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 338; «os omees desta collatione am a levar a madeira ao sobrado de Ponte pora manga de sancta d estorva cum nos outros de Souto» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 346; «levam a madeira ao sobrado de Ponte pora fazer a manga u cantam a missa al Rey in sancta d estorva [...] el Rey et o Ricomem pouza no palacio» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 347; «o Espital gaanou herdade de Petro Cao no palacio del Rey» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 348.

<sup>73</sup> «Ecclesia stat circa palacium Domini Regis» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 479.



Caldas de Vizela<sup>74</sup>, as *camaras* de Guimarães<sup>75</sup>. Seriam, tudo leva a crer, construções modestas e desconfortáveis, como pode inferir-se da obrigação, decorrente da doação do lugar de *Maaosedas* à igreja de Santiago de Guimarães, de, sempre que o rei viesse a Guimarães, atapetar as suas *camaras* de junco, se fosse Verão, de colmo ou palha, se fosse Inverno<sup>76</sup>. A dispersão dos paços régios no território de Entre Douro e Minho justificava-se tanto pelo exercício itinerante do poder régio como pela prática cinegética dos monarcas.

Quase nada sabemos sobre a arquitectura palaciana episcopal da época afonsina. A primitiva residência, românica, dos arcebispos de Braga, que precedeu os paços erguidos por iniciativa de D. Gonçalo Pereira no segundo quartel de Trezentos, seria anexa à Catedral. Porventura, revelava-se então diminuta e desadequada às funções, o que levaria à construção do novo edifício, mais amplo e qualificado<sup>77</sup>. Quanto aos paços episcopais do Porto e de Coimbra, a implantação do primeiro em local eminente e do segundo sobre um criptopórtico romano acentuariam a sua importância simbólica nos respectivos tecidos urbanos. Ambos deram lugar a novas construções na época moderna, nada de sabendo sobre as suas características arquitectónicas<sup>78</sup>.

O termo *paço* (*palatium*) designou também as moradias nobres, ainda que habitadas por curtos lapsos de tempo. Construídas junto das respectivas explorações agrícolas, deveriam incluir, além da câmara (ou câmaras) e da cozinha, um espaço de aparato e de prestígio: a *aula*, ou *sala*, donde derivou o topónimo Sá, comum nos tempos pré-românicos<sup>79</sup>. De *palatium* e do diminutivo *palatiolum* provieram os topónimos Paço e Paçô, com larguíssima distribuição nos territórios entre o Minho e o Mondego<sup>80</sup> (figura 10). Além do rasto toponímico, a documentação permite respigar um ou outro paço nobre. Em 1140, Mem Afonso e sua mulher, Gontina Pais, doavam ao mosteiro de Refóios (Ponte de Lima) algumas propriedades, incluindo os paços aí existentes<sup>81</sup>. As inquirições de 1258 referem outros,

<sup>74</sup> «et debet esse ibi palacius Domini Regis, et debent omnia dare singulos feiches de palea pro ipso Palacio» – *Portugalie Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 687; «in Palacio de Caldis jacent iij. vessade que vocantur Vessade Palacii» – *Portugalie Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 698.

<sup>75</sup> *Portugalie Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 738.

<sup>76</sup> *Portugalie Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 738. Como se vê em nota anterior, os moradores de S. Paio de Vizela tinham idêntica obrigação relativamente ao Palácio de Caldas de Vizela.

<sup>77</sup> BARROCA, 2002: 101-102; RIBEIRO, 2008: 489.

<sup>78</sup> O mesmo se diga relativamente aos restantes paços episcopais. Cf. SILVA, 2002: 91-94; BARROCA, 2002: 101-103.

<sup>79</sup> FERNANDES, 1978-1980: 284; ALMEIDA, 2001: 150.

<sup>80</sup> FERNANDES, 1978-1980: 284.

<sup>81</sup> Frei António Brandão, *ML*, III, fls. 86v-87, cf. SILVA, 2002: 50.





Fig. 10. Distribuição dos topónimos Paço(s) e Paçô

FERNANDES, A. de Almeida (1978) – *A nobreza na época vimarano-portugalense*. «Revista de Guimarães», n.º 88.

como o *palacio* de Darque, que pertencera a Soeiro Mendes de Tougues, o Facha<sup>82</sup>, ou o de Penude, que fora de um Egas Ramires<sup>83</sup>.

Não se conhecem, porém, sobrevivências arquitectónicas das moradias nobres do período afonsino, nem tão-pouco dos períodos imediatamente subsequentes. Talvez a sua construção não fosse de grande qualidade, nem muito resistente<sup>84</sup>, levando a uma fácil derrocada e à reciclagem dos materiais para novas construções<sup>85</sup>. Talvez sucessivas remodelações e refuncionalizações tivessem alterado de todo a fisionomia do que sobreviveu, dificultando a sua leitura<sup>86</sup>. Talvez as mais antigas moradias nobres tivessem sido construídas, entre nós, com um recurso significativo a materiais perecíveis, a exemplo do que sucedeu noutras regiões europeias<sup>87</sup>. Cremos que só a arqueologia da arquitectura poderá esclarecer convincentemente todas as dúvidas que a este respeito se podem colocar.

A ausência de vestígios dos paços da época afonsina impede a caracterização morfológica destas estruturas habitacionais, assim como o estudo da sua organização espacial. A mais antiga descrição de um paço medieval que se conhece data de

---

<sup>82</sup> «lo palacio de Darqui, que foy de Suerio Acha» – *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 315. Sobre Soeiro Mendes de Tougues, veja-se: LV, 1B7, D8; *Livro do Deão (LD)*, 1A3, C3-4 (*Portugalix Monumenta Historica*, Nova Série, vol. I – *Livros Velhos de Linhagens*, ed. crit. de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980); *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (LL)*, 16A2, 22B9, D9, 24A1-2, 37A2 (*Portugalix Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II – *Livros de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crit. de José Mattoso, Lisboa, 1980); MATTOSO, 1982: 49, 53, 167; —, 2006: 164; PIZARRO, 1999: 285-287.

<sup>83</sup> «tria casalia sunt in palacio quod fuy de Egea Ramiriz [...] et sunt in Punidi» – *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1055.

<sup>84</sup> SILVA, 2002:102.

<sup>85</sup> PIZARRO, 2007: 7, duvida que tivessem existido entre os séculos XII e XIV, edifícios de defesa e de habitação equiparáveis aos que se conhecem para outras regiões da Europa. A nobreza desse tempo estaria longe de ter os recursos materiais necessários para a sua construção e a partilha hereditária não incentivaria tal esforço. Em sua opinião, foi a instauração dos morgadios, ao favorecer a concentração do património no chefe da linhagem, que propiciou «uma tendência de construção senhorial com mais visibilidade, o que parece reflectir-se no facto de a maior parte das construções que habitualmente se referem como paços ou torres datarem do século XV ou dos inícios do século XVI».

<sup>86</sup> Dos paços reais de Lisboa diria, séculos mais tarde, o Cardeal Alexandrino: «Não tem forma alguma de arquitectura por ter sido feita aos poucos em diversas épocas». Cf. ALEGRIA & SOALHEIRO, 2008: 376.

<sup>87</sup> «La construction maçonée ne redémarre vraiment qu'au XII<sup>e</sup> siècle ; mais elle ne fait pas disparaître d'un coup les types de fortification plus frustes : il se construit encore nombre de châteaux à motte au XII<sup>e</sup> siècle, et la maison du seigneur rural, maison-forte, bastide ou manoir, fait encore largement appel au bois et à la terre pour ses édifices comme pour ses fortifications jusque tard dans le Moyen Âge». – PESEZ, 1998 : 74. «El genotipo-torre, se plasma en dos fenotipos fundamentales: el fenotipo-torre de madera y el fenotipo-torre de piedra. [...] las torres pétreas son herederas del fenotipo-torre de madera, aunque ambos tipos convivieran [...]» – AZKARATE GARAI-OLAUN & GARCÍA GÓMEZ, 2004: 20. Sobre os materiais empregues nas estruturas murárias e a sua hierarquização, cf. LITOUX & CARRÉ, 2008: 98-109.

1290 e reporta-se ao paço de D. Afonso Rodrigues, em Resende<sup>88</sup>. José Custódio Vieira da Silva, que o estudou, sublinha o carácter vincadamente rural do espaço envolvente. Rodeada de parcelas rústicas e de construções ligadas à exploração agrícola e pecuária, a habitação organiza-se em dois planos, ambos com seu alpendre, havendo uma única entrada no piso térreo e escada interior de acesso ao superior. Nada se conhece sobre este, pois o texto apenas aponta as divisões do piso térreo: uma cozinha e duas câmaras<sup>89</sup>.

O surgimento da casa fortificada, a *domus fortis*, em Portugal, nas últimas décadas do século XII, liga-se ao processo de afirmação de poder das pequenas linhagens nobres com pretensões à ascensão social, e acompanha de perto as cronologias verificadas para este fenómeno um pouco por toda a Europa Ocidental<sup>90</sup>. A sua forma simples era a de uma torre, construída à maneira das torres de menagem dos castelos, a que por vezes se adicionava um anexo sobradado. Erguiam-se, em regra, em vales férteis, e estavam associadas às estratégias de controlo territorial dos seus fundadores<sup>91</sup>.

Para além duma significativa presença da *torre* na toponímia entre os rios Minho e Mondego<sup>92</sup> (figura 11), também os textos coevos referem as moradias turriformes. As inquirições de 1258 registam, por exemplo: a *turre* de Ribeira (Ribeiradio, julgado de Lafões), com casas e lagar, cuja edificação o *miles* Gomes Pires de Ribeira iniciara<sup>93</sup>; a *turre* de Merelhe Vilão (julgado de Gouveia e Gestaçô), pertencente aos *milites* de Furacasas<sup>94</sup>; a *torre* de Quintela (julgado de Panóias), em curso de

---

<sup>88</sup> O diploma diz respeito à divisão do paço, por motivos de herança. Martim Afonso de Resende e sua mulher, D. Maria Rodrigues, filha de Afonso Rodrigues, «... erdaram o andar térreo do paço, constituído pela porta «cô seu alpendre e cô sãs duas camaras e con a casa da cozinha e cô as cortes e cô toda a partiçõ da vinha como iaz contra ssi e cô todo o terreno que he contra Santa Maria como esta tapado e cô un poõbal e cô o campo daaquem do ribeyro como esta tapado e cô a leyra daalem do ribeyro que foi vinha velha...»; D. Maria Pais, representada pelos seus procuradores Martim Fernandes e João Fernandes, herdou a outra metade do paço «...de la porta açima e con o alpendre de çima e abrilhenlhi a porta a esse pááo en esse [alpendre?] [...] e ficoulhi a cortizela cô todas sas arvores e cô outra partiçõ da vinha [...] e con a adega e cô o lagar...» – A. B. Freire, *A honra de Resende*, cit. por SILVA, 2002: 26-27.

<sup>89</sup> Veja-se também a descrição, um pouco mais tardia, do paço do couto de Lumiães, que pertenceu a Abril Pires de Lumiães: *O Livro das doações da Salzedá*. «Beira Alta», vol. XL (1981), p. 114-116; FERNANDES, 1978-1980: 262-263.

<sup>90</sup> BARROCA, 1989: 13; SILVA, 2002: 47; AZKARATE GARAI-OLAUN & GARCÍA GÓMEZ, 2004: 18-19; SIROT, 2007: 30; LITOUX & CARRÉ, 2008: 75.

<sup>91</sup> BARROCA, 1998: 68; AZKARATE GARAI-OLAUN & GARCÍA GÓMEZ, 2004: 18-19, 29-31.

<sup>92</sup> FERNANDES, 1978-1980: 284.

<sup>93</sup> *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 917. Sobre Gomes Pires da Ribeira, veja-se: LD 6T7; LL 48A2, I3; PIZARRO, 1999: 80.

<sup>94</sup> *Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1148.



Fig. 11. Distribuição do topónimos Torre

FERNANDES, A. de Almeida (1978) – *A nobreza na época vimarano-portugalense*. «Revista de Guimarães», n.º 88.



Fig. 12.  
Torre de Vasconcelos  
SILVA, José Custódio Vieira da (2002)  
– Paços medievais portugueses. Lisboa.

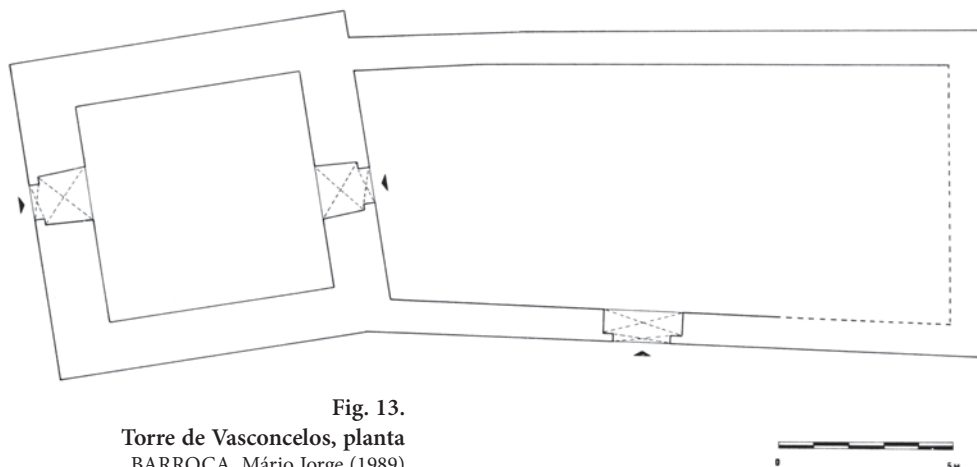


Fig. 13.  
Torre de Vasconcelos, planta  
BARROCA, Mário Jorge (1989)  
– Em torno da residência senhorial fortificada.  
«Revista de História», n.º IX.

construção pelos herdeiros de D. Elvira Vasques<sup>95</sup>; a *turrem* que fizera Lourenço Pais de Alvenga em Vila Boa do Bispo (julgado de Beniver)<sup>96</sup>. Por outro lado, persistem ainda alguns exemplares da *domus fortis*, como é a torre de Vasconcelos (Amares)<sup>97</sup> (figuras 12 e 13), imediatamente posteriores ao período aqui considerado, em melhor ou pior estado de conservação, permitindo a historiadores da

<sup>95</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1228-1229. Sobre a torre de Quintela, veja-se: SILVA, 2002: 54-56. Sobre Elvira Vasques de Soverosa, veja-se: LV 1M8, P9; LD 13A3; LL 25A1, J2, S2; PIZARRO, 1999: 192, 209.

<sup>96</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1385. Sobre Lourenço Pais de Alvenga, veja-se: LD 7F6, 10L3, M4; LL 26I3, J4, 36BH8, BJ9; PIZARRO, 1999: 469-470.

<sup>97</sup> BARROCA, 1998: 30-41; SILVA, 2002: 56-57.



Fig. 14.  
Casa-forte, Vimioso  
(Duarte de Armas, *Livro das fortalezas*).

arquitectura e a arqueólogos aprofundarem o conhecimento deste tipo arquitectónico, através do seu estudo directo.

O modelo turriforme manter-se-ia duradouramente, já que a estrutura verticalizante prevalecia e dominava visualmente a paisagem rural. Mas a partir dela podiam desenvolver-se outros modelos, de concepção horizontal, abrangendo uma superfície mais dilatada, onde não havia estrangimentos de espaço. Ao lado da torre, adossadas ou próximas, iam-se erguendo outras construções: anexo residencial, cozinha, mais raramente uma capela<sup>98</sup>, ou edifícios de funcionalidade económica. As novas construções tendiam a alinhar-se com as pré-existentes, podendo dispor-se em L ou U, formando então um pátio<sup>99</sup> (figura 14).

Um dos casos mais precoces e decerto o mais conhecido é o da torre de Cunha (Braga). Em 1171, Lourenço Fernandes adquiriu um casal naquele lugar, para aí construir uma torre<sup>100</sup>. A quintã que lhe estava associada foi incendiada em 1210, sendo a torre demolida<sup>101</sup>. As perseguições e humilhações a que Lourenço Fernandes da Cunha foi submetido pelos Ramirões, seus parentes, por ordem do rei, foram relatadas em dois dos mais antigos documentos escritos em português, a *Mentio de Malefactoria* e a *Notícia de Torto*, que registam e quantificam os prejuízos.

<sup>98</sup> BARROCA, 1998: 82-83.

<sup>99</sup> SIROT, 2007: 136-137.

<sup>100</sup> A venda é feita por sua irmã Elvira Fernandes: «... facio tibi Laurentio Fernandi fratri meo kartam venditionis et firmitudini de ipso meo casale de Coina, quod habeo ubi tu facis tuam quintanam et turrem...» – COSTA, 1979: 322, n.º 6.

<sup>101</sup> «Deinde miserunt ignem in sua quintana de Cuina et cremaverunt eam totam quia pre igne nichil ibi remansit. Et dirribauerunt de ipsa turre quantam potuerunt et quod non potuerunt miserunt in eam ignem qui eam findidit quod nunquam potest esse emendata» – COSTA, 1979: 292, n.º 3 [7-9].





Fig. 15.  
Casas rurais, Portelo  
(Duarte de Armas,  
*Livro das fortalezas*)

A qualidade excepcional daquela documentação permite um conhecimento bastante completo desta uma casa-forte do século XII: a localização; o perfil arquitectónico turriforme; os materiais utilizados na construção (a pedra, contrariamente à quintã e aos edifícios ligados à exploração agrícola, feitos em madeira, colmo e outros materiais inflamáveis); o mobiliário nela existente; e até o seu custo global (1500 morabitinos)<sup>102</sup>.

Quase nada sabemos acerca da casa comum dos campos do Norte cristão do tempo de D. Afonso Henriques. Para lá de nenhuma daquelas construções ter sobrevivido, os arquivos do solo continuam a não ser demandados e os documentos coevos que lhes fazem referência são extremamente lacónicos: mencionam as construções rurais mas não as descrevem, ou fazem-no de forma sumariíssima e estereotipada, quase nada esclarecendo quanto a materiais, tipologias, volumetria, dimensões, articulação com o espaço envolvente e organização interna.

Além de limitado, o nosso conhecimento sobre a casa rural nortenha é também bastante frágil. Tem sido construído, basicamente, a partir do confronto dos secos diplomas da época com: a) a documentação posterior, um pouco menos austera e que, já muito tardiamente, inclui o registo iconográfico (figura 15); b) as informações disponíveis para outras regiões europeias, sobretudo as mais próximas ou mais afins; c) os registos da etnologia, da geografia humana e da arquitectura – dados tão úteis, mas fonte, também, de tantos equívocos.

A conjugação da informação arquivística com os dados da arqueologia permitirá decerto alargar consideravelmente o conhecimento actual sobre os tópicos atrás enunciados. Tal procedimento iniciou-se há largas décadas em zonas do Norte e Centro da Europa e é de há muito praticado na área mediterrânica, com resultados tão profícuos, como vimos atrás<sup>103</sup>. A ajuda da arqueologia tem, neste domínio, os

<sup>102</sup> BARROCA, 1998: 48.

<sup>103</sup> CHAPELOT & FOSSIER, 1980 ; PESEZ, 1992 : 181-192; —, 2000 : 1-11.



seus limites, na medida em que uma das características destas construções é a sua perecibilidade. Provavelmente, nunca viremos a conhecer tudo o que gostaríamos de saber sobre a casa do Norte cristão, mas muito mais saberemos, à medida que a arqueologia medieval vá revelando os segredos escondidos sob os solos, cada vez mais desertificados, do mundo rural que se extingue.

Também importará explorar os textos de forma mais sistemática, identificando o léxico relativo à construção e à habitação, quer o mais genérico, quer o relativo aos núcleos habitacionais, às casas e aos seus elementos, aos anexos e às construções adjectivas, aos espaços envolventes da casa e aos materiais de construção. Desbravando depois o valor significativo dos vocábulos, assinalando cronologias que balizem a sua evolução semântica. Ou apreciando as relações que, nos textos, os vocábulos estabelecem entre si<sup>104</sup>.

Nos textos, a habitação vernacular do Norte cristão é apresentada através de diversos termos, dos quais destacamos *domus*, *casa*, *casal* e *cabanna*.

Os vocábulos *domus* e *casa* partiram de campos semânticos perfeitamente distintos, na latinidade clássica e isidoriana: casa de morada, a primeira, cabana ou edifício precário e complementar, a segunda. Os dois termos acabariam por sobrepor-se e concorrer entre si. Por último, *domus* cedeu, e *casa* acabou por dominar todo o campo semântico de ‘espaço de habitação’. Este percurso atravessou a Idade Média e está bem visível na nossa documentação arquivística. Uma análise mais fina permite discernir matizes significativos próprios entre os termos concorrentes: *casa* ‘edifício’ / *domus* ‘residência’<sup>105</sup>.

O *casal* corresponde a uma, ou várias, casas (*domus* ou *casa*), com o conjunto de edifícios (*edificia*) e parcelas rústicas necessários à exploração agro-pecuária à medida da família camponesa<sup>106</sup>.

As *cabannas* são construções rústicas precárias: infraconstruções, de acordo com a terminologia de Chapelot e Fossier<sup>107</sup>. São mencionadas nalguma documentação particular<sup>108</sup> e nos foros de vilas da Beira Interior<sup>109</sup>, por oposição a *casa*, designando construções destinadas ao resguardo dos pastores ou dos guardiães das

<sup>104</sup> Na linha do que tem sido feito na vizinha Galiza, com excelentes resultados, por Xaime Varela Sieira (VARELA SIEIRA, 2008); ou, entre nós, da interessante abordagem, relativa ao *casal*, de André Evangelista Marques (MARQUES, 2008).

<sup>105</sup> O que justificaria que o vínculo entre o campo semântico de ‘enxoval’ e *domus* fosse mais forte do que aquele que o estabelecido com *casa*. Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 135.

<sup>106</sup> GARCÍA ÁLVAREZ, 1967: 107; GONÇALVES, 2010: 44.

<sup>107</sup> CHAPELOT & FOSSIER, 1980.

<sup>108</sup> *Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et chartæ*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 906.

<sup>109</sup> Como Castelo Bom: «Qvin disrumperit casa de uicino in aldea ... aut cabana pectet domino suo x morabitanos» – *Portugalix Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, Lisboa, 1863, p. 764.

vinhas, à protecção dos gados e à custódia dos apeiros agrícolas<sup>110</sup>. Já as referências a *cabanarias*<sup>111</sup> e a *cabaneiros*<sup>112</sup>, por oposição a *casais*, apontam para a habitação permanente da população rural de baixa condição: o *cabaneiro* é aquele que não dispõe de *casal*, próprio ou emprazado<sup>113</sup>. Outro género de infraconstrução é a habitação escavada na rocha, pouco conhecida entre nós, que Barroca encontrou no Quintal das Lapas, junto ao castelo de Penela<sup>114</sup>.

A casa elementar, paralelepédica, simples e de custos mínimos, era o tipo arquitectónico vernacular mais comum. A instabilidade própria dos momentos mais agudos de confronto entre o Islão e a Cristandade não facilitava a sedentarização, limitava a fixação do habitat camponês junto às terras de cultivo e impelia para o investimento construtivo mínimo. A unidade arquitectónica mínima, a casa térrea pequena, à qual por vezes se acoplava um ou outro anexo, bastava às necessidades básicas de habitação, guarda de apeiros agrícolas, armazenagem de bens produzidos e abrigo de animais. A casa térrea não tinha compartimentação interior, ou dispunha apenas de uma divisória precaríssima que separava a cozinha de uma pequena alcova. Tinha habitualmente poucas aberturas, quando não uma só, a porta; as janelas, ou postigos, rareavam; não havia chaminé, libertando-se o fumo por uma abertura no telhado, ou colmado.

Quando as circunstâncias se tornaram mais favoráveis à sedentarização, se a exploração progredia e a família se alargava, havendo espaço disponível, podiam erguer-se junto da moradia primitiva novos módulos do mesmo formato (*casas* ou *edifícia*). O *assentamento* da família camponesa, que além do espaço construído (*casas* e construções adjectivas) abrangia alguns espaços de cultivos mimosos, variava regional e localmente, consoante as exigências da exploração agrária ou pecuária, o espaço e os meios económicos disponíveis, a cultura arquitectónica local, a dispersão ou concentração das terras exploradas e a organização do povoamento, ora concentrado, ora disperso<sup>115</sup>. Nas zonas de povoamento concentrado, o espaço miniguava e o *assentamento* camponês tinha de confinar-se aos limites do lote. Algumas vezes, nem todos os equipamentos agrícolas e instalações para abrigo dos animais podiam ser edificados juntos à casa. Por isso, eram relegados para lugares periféricos da aldeia ou para o interior das terras de cultivo. Ou davam lugar a equipa-

<sup>110</sup> Cf. VARELA SIEIRA, 2008: 196-198.

<sup>111</sup> *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 459, 465, 466.

<sup>112</sup> *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 457-459, 463, 466, 468, 478.

<sup>113</sup> As inquirições de 1258 designam homens de condição análoga, da região de Lamego, como «caseyros qui non tenent casalia» e «caseyros qui non habent casalia» – *Portugaliæ Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1068.

<sup>114</sup> BARROCA, 1994: 43.

<sup>115</sup> GONÇALVES, 2010: 39-44.



Fig. 16. A casa e o terreiro (Simão Bening, *Livro de horas de D. Fernando*).

mentos de servidão comum. Já nas regiões de povoamento disperso, a composição do *assentamento* camponês fazia-se sem aquele género de entraves, gradualmente. O *intus domum*<sup>116</sup> era um espaço fechado onde, em torno de uma casa ou cozinha térrea unicelular (*domus, casa, ou coquina*), se iam erguendo construções para abrigo dos animais – cortes, currais, pocilgas, pombais – e outros anexos: celeiros, palheiros, adegas, lagares, cobertos para arrumação dos apeiros agrícolas, da lenha e de outros materiais. As construções adjectivas implantavam-se no terreno com alguma ordenação, alinhando-se, formando um L, ou um U, ou constituindo um círculo, dando forma a um terreiro ou exido (*exitus*), onde se praticavam actividades ligadas à exploração familiar (figura 16).

A casa com exido ajustava-se bem ao género de empresa campesina que articula agricultura e pecuária e precisa de guardar os animais junto da habitação. Outra variante, de maior porte, da casa térrea unicelular, respondia também à necessidade de abrigar os animais, seguindo impera uma lógica distinta. Referimo-nos à

<sup>116</sup> Por oposição ao *foras domum* – *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977], p. 1024.

casa mista, onde humanos e animais partilhavam o mesmo tecto, separados apenas, tantas vezes, por meia parede<sup>117</sup>.

Ao ser transposta para o meio urbano, a casa elementar evoluiu um pouco em relação à sua matriz rural. A principal mudança resultava da relação com a rua, que implicava a adição linear de módulos paralelepíedicos, e criava um verso e um reverso, privilegiando a parede de interface com a rua, a fachada. A esta era atribuída uma função cenográfica pública, ao passo que as traseiras articulavam o espaço privado interior com o quintal, espaço rural privado em contexto urbano. Impunha-se algum cuidado com o aspecto da fachada e os módulos adossados convidavam à substituição das coberturas vegetais por telhas e à localização preferencial do lar nas traseiras das casas, de modo a minimizar os riscos de propagação dos fogos.

A *curtis* migrou também do âmbito rural para espaços urbanos, como Coimbra<sup>118</sup> e Santarém<sup>119</sup>. A transposição da *curtis* para meio urbano era facilitada pela proveniência rural de boa parte das populações citadinas e admissível perante a cultura moçarábica vigente nestas urbes, na qual caberia decerto a tradição mediterrânica da casa urbana com pátio interior. Em Coimbra, mereceu a adesão de gente grada, incluindo o alvazil Sisnando, residente numa *curtis* junto das portas da cidade<sup>120</sup>.

As restrições espaciais inerentes à urbanidade implicariam modificações estruturais da casa. Estas são perceptíveis na referência a *illum sopratum quod feci novum* Anaia Eanes na sua casa em Coimbra, em finais do século XI<sup>121</sup>. A moradia com pátio interior seria preterida em favor da casa com sobrado, enveredando-se pela verticalização da construção urbana à medida que o solo citadino se tornava mais valioso. Os dois planos destas casas, o *subtanus* e o *superatus*, revelaram-se mais adequados em termos de funcionalidade e de preservação da intimidade familiar, ao remeterem para o piso superior os aspectos mais recônditos da vida doméstica, mantendo-se o piso térreo mais aberto ao exterior, tantas vezes, aliás, como palco de actividades artesanais ou comerciais.

<sup>117</sup> GONÇALVES, 2010: 42.

<sup>118</sup> «... era precisamente a corte a designação mais vulgar dada às habitações que, nos séculos X e XI, na cidade de Coimbra, se revelavam objecto de doação ou venda» – BEIRANTE, 1993: 297-298.

<sup>119</sup> «Ego enim gratia dei imperator alfonsus uobis omnibus christianis in sancta herena commorantibus huiusmodi facio scripturam ut habeatis uestras cortes et omnes uestras hereditates iure hereditario uos et omnis posteritas uestra» – Foral de Santarém de 1095, in *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, 2 volumes, Lisboa, 1856-1868, p. 349.

<sup>120</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et chartae*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 700.

<sup>121</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et chartae*, Lisboa, 1867[-1873], n.º 777.

## A CONCLUIR,

Uma breve nota para sublinhar que a progressão das conquistas nos territórios meridionais implicou rupturas significativas no quadro habitacional, não só pelas destruições e abandonos de sítios, mas também pela rejeição, pelos colonos cristãos, dos modelos da casa mediterrânica/muçulmana<sup>122</sup>.

Deram-se usos diferentes ao espaço doméstico (uma menor especialização funcional) e introduziram-se profundas alterações nas moradias reaproveitadas: o desaparecimento dos pátios interiores, a reestruturação dos lotes urbanos para estabelecer quintais nas traseiras e acentuar a dinâmica entre a casa e a rua, através da fachada. Justificava-o a alteridade das concepções de família, de vida privada e de vizinhança.

## FONTES IMPRESSAS:

*Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. por Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, 1979.

*Documentos medievais portugueses, Documentos régios*, ed. por Rui de Azevedo, vol. I, tomos I e II, Lisboa, 1958-1961.

*Documentos medievais portugueses, Documentos particulares*, ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa, Lisboa, 1980.

*Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532, Comarca de Entre Douro e Minho*, ed. por João José Alves Dias, Cascais, 1999.

San Isidoro de Sevilla, *Etimologías*, ed. bilingue por José Oroz Reta e Manuel-A. Marcos Casquero, 2.<sup>a</sup> ed., 2 volumes, Madrid, 1994.

*Liber fidei sanctæ bracaraensis ecclesiæ*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, 3 tomos, Braga, 1965-1990.

*O Livro das doações da Salzeda*, ed. por A. de Almeida Fernandes. «Beira Alta», vol. XL, 1981.

*Livro do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, ed. por João Grave, Porto, 1924.

*Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, ed. por Avelino de Jesus da Costa, 3 volumes, Coimbra, 1999.

*Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867[-1873].

*Portugalix Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, 1888[-1977].

*Portugalix Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, 2 volumes, Lisboa, 1856-1868.

*Portugalix Monumenta Historica, Nova Série, vol. I – Livros Velhos de Linhagens*, ed. crít. de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980.

*Portugalix Monumenta Historica, Nova Série, vol. II – Livros de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crít. de José Mattoso, 2 tomos, Lisboa, 1980.

---

<sup>122</sup> BOISSELLIER, 1999 : 171-172.

Sousa, António Caetano de, 1946, *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*, t. I, 1.º I-II, Lisboa.

*Tombos da Ordem de Cristo*, IV – *Comendas do Noroeste*, ed. por Manuel Sílvio Alves Conde e Iria Gonçalves, Lisboa, 2008.

## BIBLIOGRAFIA

AAVV (1980) – *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa. 2.ª ed. (1.ª ed., 1961).

ALEGRIA, Maria Fernanda, & SOALHEIRO, João (2008) – *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II*. Gijón.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitectura românica do Entre Douro e Minho*. Dissertação de doutoramento em história de arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

— (2001) – *História da arte em Portugal. O românico*. Lisboa.

ALVES, Adalberto, 1996, *Al-Mutâmid, poeta do destino*. Lisboa.

ARRUDA, Ana Margarida, et al. (2003) – *O sítio islâmico do Tejo do Praio, Quinta do Lago, Loulé: uma primeira análise e caracterização*. «Xelb», n.º 4, p. 247-264.

AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, & GARCÍA GÓMEZ, Ismael (2004) – *Las casas-torre bajomedievales. Análisis sistémico de un proceso de reestructuración espacial/territorial*. «Arqueología de la arquitectura», n.º 3, p. 7-37.

AZEVEDO, Carlos de (1969) – *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (1989) – *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais da região de Amares*. «Revista de história», vol. IX, p. 9-61.

— (1994) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. Lisboa.

— (1998) – *Torres, casas-torres e casas fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV)*. «Revista de história das ideias», vol. 19, p. 7-103.

— (2002) – *Arquitectura gótica civil*. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de & BARROCA, Mário Jorge – *História da arte em Portugal. O gótico*. Lisboa, p. 86-128.

— (2003) – *Arquitectura militar*. In MATTOSO, José, coord.; BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir., – *Nova história militar de Portugal*, vol. I. Lisboa, p. 95-121.

BASTO, E. A. Lima, & BARROS, Henrique de, dir., (1943) – *Inquérito à habitação rural*, vol. I – *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro)*. Lisboa.

BEIRANTE, Maria Ângela (1993) – *Em torno da vida privada*. In OLIVEIRA MARQUES, A.H. de, coord.; SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A.H., dir., – *Nova história de Portugal*, vol. II – *Das invasões germânicas à “Reconquista”*. Lisboa, p. 353-363.

BOISSELLIER, Stéphane (1999) – *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiane de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa.

BOONE, James L. (1992) – *The first two seasons of excavations at Alcaria Longa*. «Arqueologia medieval», n.º 1, p. 51-64.



- (1993) – *The third season of excavations at Alcaria Longa*. «Arqueologia medieval», n.º 3, p. 111-126.
- (1994) – *Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo medieval?* «Arqueologia medieval», n.º 4, p. 25-35.
- (2001) – *Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal. Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements*. «Era – Arqueologia», n.º 4, p. 104-121.
- (2009) – *Lost Civilisation. The contested islamic past in Spain and Portugal*. Londres, p. 145-149.
- CATARINO, Helena (1997-1998) – *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica, al-'Ulyā*, n.º 6, 3 volumes, Loulé.
- CATTEDDU, Isabelle (2009) – *Archéologie médiévale en France. Le premier Moyen Age (V<sup>e</sup>-X<sup>e</sup> siècle)*. Paris.
- CHAPELOT, Jean, & FOSSIER, Robert (1980) – *Le village et la maison au Moyen Age*. Paris.
- COELHO, António Borges (1972-1975) – *Portugal na Espanha árabe*, 4 volumes. Lisboa.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2010) – *A casa*. In MATTOSO, José, dir.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos, coord. – *História da vida privada em Portugal*, vol. I – *A Idade Média*. Lisboa, p. 54-77.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves & VIEIRA, Marina Afonso (2005) – *A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média. Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas, Actas das Primeiras Jornadas*. Lisboa, p. 65-122.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1979) – *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, sep. da *Revista portuguesa de história*, t. XVII, Coimbra.
- (2000) – *O bispo D. Pedro e a organização da Sé de Braga*, 2.<sup>a</sup> ed., 2 tomos, Braga.
- COVANEIRO, Jaqueline & CAVACO, Sandra (2005) – *Casas islâmicas da cerca do convento da Graça – Tavira. Notícia preliminar*. «Arqueologia medieval», n.º 9, p. 77-82.
- DIAS, Jorge (1951) – *Contribution to the study of primitive habitation*. In *Comptes rendus du Congrès International de Géographie, Travaux de la section IV: Géographie humaine et géographie économique*. Lisboa, p. 107-111.
- DOMINGUES, José Garcia (1997) – *O 'Xarajibe' de Silves na poesia, na arte na história, Portugal e o al-Andalus*. Lisboa, p. 153-165.
- FERNANDES, A. de Almeida (1978-1980) – *A nobreza na época vimarano-portugalense (Problemas e relatórios)*. «Revista de Guimarães», vol. 88, p. 249-355; vol. 89, p. 5-106, vol. 90, p. 5-122.
- GAMITO, Teresa Júdice (1991) – *Contribuição da arqueologia para o estudo da evolução urbana de Faro, IV Jornadas arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, p. 19-26.
- (s/d) – *Povoamento rural no Gharb*. In TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, dir. – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. p. 143-148.
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén (1967) – *Antecedentes altomedievales del casal galaico-português*. «Revista de etnografia», vol. IX, t. I, p. 105-131.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1999) – *Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII*. In *Del Cantabrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. Santander, p. 15-48.



- GOMES, Ana & SEQUEIRA, Maria José (2001) – *Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva*. «Arqueologia medieval», n.º 7, p. 103-110.
- GOMES, Rosa Varela (1988) – *Cerâmicas islâmicas do castelo de Silves*. «Xelb», n.º 1, Silves.
- (s/d) – *O Barlavento Algarvio nos finais da islamização*. In TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago, dir. – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 133-142.
- GOMES, Rosa Varela & GOMES, Mário Varela (com. cient.) (2001) – *Palácio almóada da Alcáçova de Silves*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela, et al., (2001) – *Varcelo, povoado muçulmano na Ponta do Castelo (Aljezur)*. «Almadan», n.º 10, p. 200-201.
- GONÇALVES, Iria (2010) – *O espaço rural*. In MATTOSO, José, dir.; SOUSA, Bernardo Vasconcelos, coord. – *História da vida privada em Portugal*, vol. I – *A Idade Média*. Lisboa, p. 39-53.
- KRÜGER, Fritz (1947) – *El léxico rural del Noroeste Ibérico*. Madrid.
- LEROI-GOURHAN, André (1984) – *Evolução e técnicas*, vol. II – *O meio e as técnicas*. Lisboa.
- LITOUX, Emmanuel & CARRÉ, Gaël (2008) – *Manoirs médiévaux. Maisons habitées, maisons fortifiées (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*, Paris.
- MACIAS, Santiago (1996) – *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova*. Mértola.
- (s/d) – *Casas urbanas e quotidiano no Gharb-al-Ândalus*. In TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 109-120.
- MARQUES, André Evangelista (2008) – *O casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (960-1200)*. Noia.
- MARQUES, Maria Alegria & SOALHEIRO, João (2009) – *A Corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II*. Gijón.
- MATOS, José Luís de (1971) – *Cerro da Vila, escavações em 1971*. «O Arqueólogo português», vol. V, p. 201-214.
- (1972) – *Cerro da Vila, campanha de trabalhos de 1972*. «O Arqueólogo português», vol. VI, p. 252-262.
- MATTOSO, José (1982) – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval nos séculos XI e XII*. Lisboa.
- (2006) – *D. Afonso Henriques*. Lisboa.
- MELRO, S., et al., (2004) – *S. Clélia, Intervenção arqueológica nas Alcarias dos Guerreiros de Cima. Resultados preliminares*. «Era Arqueologia», b.º 6, p. 62-81.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (1992) – *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa (1.ª versão, 1959).
- OSÓRIO, Marcos (2008) – *O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII*. In III Congresso de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Figueira de Castelo Rodrigo, 15 de Maio de 2006, Actas das sessões, vol. 4 – *Da Idade Média à Contemporaneidade. Ambientes e musealização*, Freixo de Numão, p. 13-21.

- PEIXOTO, Rocha (1995) – *Etnografia portuguesa (Obra etnográfica completa)*, 2.ª ed., Lisboa.
- PESEZ, Jean-Marie (1992) – *Archéologie de la maison paysanne*. In *Villages et villageois au Moyen Age* (Congrès de la Société des Historiens médiévistes, Caen, 1990), Paris, p. 181-192.
- (1998) – *La terre et le bois dans la construction médiévale, Archéologie du village et de la maison rurale au Moyen Âge*. Lyon, p. 73-91.
- (2000) – *Tout ce qu'on sait sur la maison villageoise au Moyen Âge dans l'aire méditerranéenne et tout ce qu'on voudrait savoir*. In BAZZANA, André & HUBERT, Étienne, dir. – *Maisons et espaces domestiques dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*. Roma-Madrid, p. 1-11.
- PIMENTEL, António Filipe (2006) – *A morada da Sabedoria*, vol. I – *O paço real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (1999) – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 2 volumes. Porto.
- (2007) – *Da linhagem ao solar. Algumas reflexões sobre a evolução da nobreza (séculos XII a XIV)*, sep. de *Casa nobre. Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez.
- RIBEIRO, Aquilino (1995) – *Aldeia. Terra, gente e bichos*, reed., Lisboa.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008) – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- RIBEIRO, Orlando (s.d. [1979]) – *A civilização do granito no Norte de Portugal (Elementos para o seu estudo) e A civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e sugestões)*, *Geografia e civilização. Temas portugueses*, 2.ª ed. Lisboa, p. 11-30, 31-51.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1999) – *Una ciudad de la España cristiana hace mil años. Estampas de la vida en León*, 18.ª ed. Madrid.
- SILVA, José Custódio Vieira da (2002) – *Paços medievais portugueses*. Lisboa.
- SIROT, Élisabeth (2007) – *Noble et forte maison. L'habitat seigneurial dans les campagnes médiévales. Du milieu du XII<sup>e</sup> au début du XVI<sup>e</sup> siècle*, Paris.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos, dir. (2005) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*. Lisboa.
- TEICHNER, Félix, & SCHIERL M. A., Thomas (2006) – *Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do Mar na época islâmica*. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, coord. – *Al-Andalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Seminário Internacional, Mértola, 16, 17 e 18 de Maio de 2005*. Mértola, p. 123-139.
- TORRES, Cláudio, (1995) – *Mértola na época islâmica: o espaço doméstico*. In BAZZANA, André & DELAIGUE, Marie-Christine, eds. - *Ethnoarchéologie méditerranéenne*. Madrid, p. 104-119.
- TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago (1998) – *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa.
- VARELA SIEIRA, Xaime (2008) – *Léxico cotián na alta Idade Média de Galicia: a arquitectura civil, Verba*, anexo 62. Santiago de Compostela.
- VASCONCELOS, José Leite de (1983) – *Habitação*. In *Etnografia portuguesa*, vol. VI. Lisboa, p. 151-344 (1.ª ed., 1936).



# A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES: A MORFOLOGIA DO CASAL ENTRE OS TEXTOS E AS MATERIALIDADES

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES\*

## INTRODUÇÃO

Os encontros científicos que recentemente procuraram assinalar o nono centenário do nascimento de D. Afonso Henriques podem dividir-se *grosso modo* em dois tipos: aqueles em que a figura do “primeiro rei” foi quase omnipresente, com a discussão de um ou mais aspectos da sua biografia a ocupar o essencial do debate, e aqueles em que uma preocupação assumida com os enquadramentos gerais do tempo e da acção do monarca levou a que a figura de Afonso Henriques estivesse presente em pouco mais do que o título dado ao encontro<sup>1</sup>. Do congresso que agora tem lugar, terceiro na linha dos grandes encontros académicos, não é de esperar que, à maneira dialéctica, a *síntese* culmine a exposição de uma *tese* e da sua *antítese*. A serena escolha das “materialidades” como tópico de reflexão, e de aproximação a uma realidade que foi quase sempre lida pela historiografia

---

\* Bolseiro de pós-doutoramento da FCT, Instituto de Estudos Medievais - Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Durante o ano de 2009, realizaram-se dois grandes encontros científicos: o primeiro, com evidentes propósitos comemorativos, foi celebrado em Viseu, sob o patrocínio da Câmara Municipal local, e contou com a coordenação científica de João Silva de Sousa (Congresso Internacional *Afonso Henriques. 900 anos depois* – 16-19 de Setembro, 2009); o segundo, mais interessado em perspectivar a formação da monarquia portuguesa no contexto europeu, foi organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e coordenado por Maria João Branco, Hermenegildo Fernandes e Covadonga Valdaliso (Colóquio Internacional *Afonso Henriques: em torno da criação e consolidação das monarquias do Ocidente Europeu (séculos XII-XIII). Identidades e Liminaridades* – 14-16 de Dezembro, 2009). Estes encontros são bons exemplos, respectivamente, dos dois tipos de reuniões científicas referidos no texto.

em chave político-militar, indicia desde logo o contrário. Também aqui a figura de Afonso Henriques terá possivelmente um protagonismo diminuto, quando muito de figurante chegado à boca de cena desse imenso palco que é cultura material de uma época, e sobre quem as luzes só por isso incidirão um pouco mais.

No entanto, e este é o ponto essencial que me interessa por agora ressaltar, as materialidades são um palco e não um mero pano de fundo da acção. Quero com isto dizer que potenciam a existência mesma das personagens em cena; e não se limitam a enquadrar ou adornar essa existência. Mais do que nunca, estamos hoje em condições de perceber as muitas transferências biunívocas que se estabeleceram em todos os tempos, e mais ainda numa conjuntura de manifesto dinamismo como foi aquela em que viveu D. Afonso Henriques, entre a realidade material e a acção colectiva e individual.

Mas se esta relação se pode estabelecer com facilidade quando falamos, por exemplo, da difusão no território português desta ou daquela peça de armamento que teria potenciado a acção militar de Afonso Henriques e das mesnadas ao seu serviço<sup>2</sup>, já se torna mais difícil justificar a pertinência de uma reflexão específica, no âmbito deste encontro, sobre a paisagem rural e, ainda mais, sobre uma unidade particular de organização do espaço e do povoamento rurais, como é o casal. Se adoptarmos, no entanto, uma definição elementar de “cultura material”, entendida como o resultado da produção manual do homem orientada, em primeiro lugar, para a satisfação das suas necessidades básicas (habitação, alimentação, vestuário, etc.)<sup>3</sup>, facilmente concluiremos que também a paisagem humanizada (a “paisagem cultural”, na expressão de Orlando Ribeiro<sup>4</sup>) pode ser considerada como fazendo parte da cultura material de uma determinada sociedade, ao lado de outros objectos que tradicionalmente cabem melhor na categoria de objecto de estudo arqueológico (a cerâmica, as construções civis ou militares, o espólio funerário, etc.). O desenvolvimento da arqueologia espacial veio reclamar definitivamente para a paisagem o estatuto de objecto arqueológico. Em Espanha, já em 1988 Miquel Barceló o reclamava, num texto-programa que procurava sistematizar um amplo conjunto de pistas de trabalho e de possibilidades abertas pela arqueologia extensiva para o estudo da sociedade feudal<sup>5</sup>. Mas em Portugal, onde esta disciplina dá ainda os

---

<sup>2</sup> Sobre o conjunto de alterações verificadas na sequência do “triunfo da cavalaria pesada” na Península Ibérica, a partir de meados do século XI, tanto ao nível do armamento ofensivo como defensivo (cuja evolução foi sempre solidária), veja-se BARROCA, 2003.

<sup>3</sup> É esta a definição que propõe Ricardo IZQUIERDO BENITO, 2008: 9.

<sup>4</sup> RIBEIRO, 1986: 12.

<sup>5</sup> BARCELÓ, 1988 (o autor parte de uma concepção marxista de “feudalismo”).

primeiros passos no que à Idade Média diz respeito, esta reivindicação continua a fazer sentido<sup>6</sup>.

Ora, à semelhança de qualquer outro artefacto, cujas técnicas de produção reflectem as necessidades e condições socioeconómicas e simbólicas do grupo humano que as forja<sup>7</sup>, também a paisagem e os modos da sua organização reflectem, por um lado, as necessidades de subsistência e o nível de desenvolvimento dos sistemas produtivos com que se lhes procura responder<sup>8</sup> e, por outro, a estrutura social de poder que caracteriza o grupo humano que se apropria e organiza um determinado território<sup>9</sup>. E isto na dupla dimensão, do *habitat* e do espaço produtivo, que caracteriza qualquer paisagem, e em particular a paisagem rural<sup>10</sup>, e que lhe permite responder, desde logo, a duas necessidades muito básicas que suscitam a produção de cultura material: a habitação e a alimentação. A que poderíamos acrescentar uma terceira (a da defesa contra ameaças externas à comunidade) que, estando de alguma forma contida na morfologia adoptada pelos núcleos de *habitat*, não deixa

---

<sup>6</sup> Apesar de tudo, é já possível citar aqui trabalhos como os de TEIXEIRA, 1996; VIEIRA, 2004; LOURENÇO, 2007; e TENTE, 2007. Para uma lista (pouco) mais extensa de projectos de investigação arqueológica sobre a paisagem e o povoamento do Norte cristão, alguns dos quais estão ainda por publicar, veja-se FERNANDES, 2005: 153-154.

<sup>7</sup> IZQUIERDO BENITO, 2008: 21-22.

<sup>8</sup> Como notaram LARREA, 1998: 39 e Ernesto Pastor, em artigo ainda inédito sumariado por FUENTES DOMÍNGUEZ & LÓPEZ QUIROGA, 1999: 227. Aliás, as relações entre o ambiente e a civilização estabelecem-se, na base, por via da subsistência, o que levou o geógrafo P. Vidal de La Blache a forjar o conceito de “modos de vida”. Sobre este conceito, que O. Ribeiro define como «maneira como certo grupo organizou a sua forma principal de actividade e de subsistência», ditada pelas condições que lhe impõe o ambiente, sobre as quais procura simultaneamente agir, veja-se RIBEIRO, 1986: 108 e ss. (a definição citada está na p. 109).

<sup>9</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998: 334. «Al fin y al cabo, entiendo la organización social de un espacio como la proyección de la estructura de poder de una sociedad en el ámbito (imaginario, simbólico, físico) en que se halla instalada y que, con su acción, contribuye a definir, jerarquizar y valorar» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004: 8). O mesmo pressuposto da importância do espaço como fonte para o estudo da estrutura social de poder que nele se plasma está presente na obra de outros autores espanhóis; veja-se, por todos, o artigo de revisão de BARRIOS GARCÍA & MARTÍN VISO, 2000-2001: 59.

<sup>10</sup> BARCELÓ, 1988: 196-197 e *passim*. A distribuição destas duas componentes assume formas muito diferenciadas, consoante se trate de paisagens rurais ou urbanas. No caso da paisagem rural, os espaços produtivos (agrário, silvícola e ganadeiro) são uma componente omnipresente, condição quase imprescindível para a sua classificação como “rural”, independentemente da configuração e densidade que os espaços habitacionais assumam, podendo estes ser mesmo inexistentes em amplos sectores dessa paisagem. Pelo contrário, as paisagens urbanas, definidas pela aglomeração do *habitat*, caracterizam-se pela prevalência da componente residencial. E, sendo perfeitamente natural encontrar, ainda hoje, apontamentos de espaços agrários (hortas, jardins...) em contexto urbano, a verdade é que o essencial dos espaços produtivos que caracterizam a paisagem urbana são espaços construídos (arquitectónicos, melhor dizendo), destinados à produção “industrial” e à actividade comercial.

de condicionar *per se* essa morfologia, sujeitando-a às características “favoráveis” do terreno, como sejam as localizações em altura<sup>11</sup>.

No entanto, as materialidades não são um mero reflexo de uma determinada sociedade. Pelo contrário, têm também a capacidade de intervir sobre as estruturas e as identidades sociais. Não é novidade nenhuma esta consciência da relação dialéctica que se estabelece entre o homem (uma sociedade) e o mundo natural (as materialidades), desde logo no plano epistemológico, mas também no da acção<sup>12</sup>. Contudo, nas últimas décadas, tanto a reflexão historiográfica como a arqueologia e a geografia histórica têm insistido na necessidade de compreender os mecanismos que regem aquela relação dialéctica, nomeadamente no que respeita às dinâmicas espaciais e ecológicas<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> O essencial da relação entre a “terra” e os “homens” é definido por MATTOSSO *et al.*, 2010: 15, nos seguintes termos: «A terra é, obviamente, o ponto de partida para as nossas considerações. (...) Mas, logo a seguir, os homens. Antes de mais na sua relação com essa terra – como a fizeram dar os seus frutos, como se apropriaram dela, como se movimentaram sobre ela, como se agruparam em função do que ela lhes podia dar ou da maneira que ela os podia ajudar a defenderem-se».

<sup>12</sup> É este, aliás, um dos contributos cimeiros de Marx para a filosofia ocidental, e o pressuposto de base do materialismo histórico: «A ideia que, para Marx, está ausente de todo o trabalho filosófico anterior é a de que os seres humanos têm necessidades materiais individuais e colectivas, e é a necessidade, não a contemplação individual ou o pensamento, que fornece aos seres humanos a sua forma primeira de interacção com o mundo. De modo a satisfazerem as suas necessidades, os seres humanos têm de trabalhar juntos no mundo, mas ao fazê-lo desenvolvem formas de produção e de interacção social cada vez mais complexas. Isto engendra novas necessidades, num processo interminável. Assim, uma perspectiva filosófica sobre a interacção dos seres humanos e da natureza transformou-se nos rudimentos de uma teoria histórica da sociedade» (WOLFF, 2003: 39).

<sup>13</sup> Algumas propostas recentes da historiografia e da arqueologia anglo-saxónicas, sobretudo, têm defendido que o espaço não só reflecte como estrutura a prática social, pelo que deve ser tratado como uma categoria histórica em si mesmo. A paisagem, a arquitectura e outros elementos da cultura material são entendidos como agentes activos na produção e na transformação da identidade social e não como meros cenários da actividade humana (BEATTIE & MASLAKOVIC, 2003: 7). Esta importância do espaço como categoria histórica *per se* está na origem de um movimento historiográfico recente (que remonta aos anos de 1990), já apelidado de “*Spatial Turn*”. Apesar de uma matriz claramente assente na história cultural, que de alguma forma tem limitado este novo campo a aspectos simbólicos, relacionados com a representação do espaço, há a registar tentativas recentes de o alargar a «analyses substantivistes et processuelles du paysage», como a de TORRE, 2008. No domínio do medievalismo hispânico, já em 1999, J. A. GARCÍA DE CORTÁZAR reconhecia que «estructura de la sociedad y ordenación social del espacio se reflejan mutuamente» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999: 43). E é precisamente esta a perspectiva que orienta os trabalhos compilados em um volume colectivo recente sobre *People and Space in the Middle Ages...*, como se deduz das palavras de abertura de Wendy Davies: «The contributors to this book share a sustained interest in the way human communities used land in the Middle Ages and in the way those communities were in their turn shaped by the landed resources available – that is, in the literal as well as the symbolic interaction between people and space» (DAVIES, 2006: 1; v. tb. p. 5).



A “paisagem natural”<sup>14</sup> (o ambiente, se quisermos) fornece um exemplo limite deste papel das materialidades enquanto agente, e não mero reflexo, da prática social<sup>15</sup>. Aliás, é precisamente neste cruzamento entre espaço e tempo, ambiente e sociedade que se define plenamente o âmbito da Geografia humana, tal como o concebia Orlando Ribeiro<sup>16</sup>. Mas, se a entendermos no sentido amplo de base material dos processos de organização do território, a paisagem aparece como um ponto de observação privilegiado para a compreensão do jogo biunívoco que se estabelece quando uma sociedade organiza (projectando-se sobre) um determinado território e simultaneamente se estrutura a si mesma em função das características materiais que definem esse território<sup>17</sup>.

A passagem do tempo, por vezes num ritmo curto e acelerado, mas de forma mais marcante em passo lento, vem trazer pleno sentido a este jogo de inter-relação, que não poderá compreender-se fora das dinâmicas de continuidade e de ruptura que marcam a evolução das sociedades. Como escreveu Orlando Ribeiro,

---

<sup>14</sup> A expressão é também utilizada por RIBEIRO, 1986: 12.

<sup>15</sup> Sem cair nos excessos que caracterizam os vários determinismos geográficos vindos do século XIX, e que persistem ainda (BAKER, 2003: 16 e ss.), este papel tem sido recorrentemente sublinhado por diversos historiadores, de que citaremos, a título de exemplo, entre os altimedievalistas, WICKHAM, 1988: 1-2, 5 e 6 e DAVIES, 2006: 8.

<sup>16</sup> «Tendo sempre em conta a *localização* e a distribuição dos fenómenos, a Geografia é uma ciência *corológica* e relacional, o seu objecto é a compreensão do *espaço*, do modo como nele se organizam e interferem elementos naturais e elementos provenientes da capacidade criadora dos grupos humanos: esse arranjo constitui, ao mesmo tempo, o quadro e o conteúdo de qualquer porção individualizada da superfície terrestre. (...)

A Geografia é, portanto, uma ciência *ecológica*, uma vez que o ambiente natural e os grupos humanos constituem nexos ou interacções, que a natureza põe ao homem severas restrições, mas fornece-lhe estímulos que lhe permitem vencê-la, domesticá-la ou viver sem dar por ela. Finalmente, a Geografia é uma ciência *evolutiva*, todos os seus fenómenos decorrem e se transformam no tempo, embora com ritmos diversos» (RIBEIRO, 1986: 17).

<sup>17</sup> Veja-se ARNOLD, 2008: 75-76 (para uma concretização possível deste princípio) e 77-78 (para alguns exemplos da sua aplicação). Dificilmente a consciência da complexidade que envolve esta dinâmica de “interferências” terá ficado mais clara do que nas palavras de Abel Bouhier, a propósito desse “velho complexo agrário” que é a Galiza (e todo o NO peninsular): «Le cadre agraire, dans ces aspects multiples, est une résultante intégrant des données complexes, et la meilleur expression des solutions diverses qui ont été adoptées pour résoudre le problème resté, jusqu’aux toutes dernières années, crucial des subsistances. Au cours du temps, ce cadre agraire n’est pas resté absolument figé. Il s’est modifié lentement, par retouches successives, au fur et à mesure que s’enrichissait ou se complétait le système agricole, en rapport avec ce que permettaient le plus ou moins grand degré de réceptivité du groupe humain et les formes d’organisation de celui-ci, elles-mêmes assez souvent dépendantes de la nature et de la disposition des trames d’habitat. Dans ce jeu complexe des interférences, les causes ne peuvent pas toujours être distinguées des effets. Tout paraît lié et il est difficile, par avance, de privilégier tel ou tel facteur. Même les structures sociales ne peuvent être données comme absolument déterminantes. Bien souvent, l’impression qui prévaut est que ces structures se fondent dans les moules agraires plus que les formes d’organisation se calquent sur elles» (BOUHIER, 1979: 3-4).

«a paisagem é, quase sempre, um produto do passado. Tudo em que o homem intervém se transforma com ele: mas na estrutura de um campo, no casco vetusto de uma cidade, que foi o seu elemento de localização e o núcleo das suas transformações, nos antigos portos e nas velhas montanhas e charnecas pastoris, ajustada ao ambiente e moldada pelo tempo, tal como a natureza, alguma coisa *permanece* nas próprias obras e nos destinos humanos»<sup>18</sup>.

Em face destes pressupostos teóricos, rapidamente enunciados, este trabalho procura apresentar uma proposta metodológica para o estudo da paisagem rural minhota, tomando como meio de demonstração o itinerário de estudo de uma unidade específica de exploração e de povoamento, o casal. Mas antes de avançar, importa ainda reflectir sobre os constrangimentos e as possibilidades das fontes escritas para o estudo da cultura material, por forma a esclarecer a viabilidade de uma análise do espaço rural assente em dados de proveniência textual, como é a que aqui se apresenta. Introduce-se assim a segunda reivindicação (heurística, esta) que o presente texto propõe: a da relevância das fontes escritas para o estudo da materialidade da paisagem.

## AS FONTES ESCRITAS E A MATERIALIDADE DA PAISAGEM

As fontes escritas não são, definitivamente, as fontes primeiras para o estudo da paisagem na sua dimensão material, objectivo que cabe mais aos arqueólogos do que aos historiadores, embora estes possam fornecer dados quanto à morfologia concreta das diversas unidades de paisagem. E ainda que não sejam capazes de oferecer descrições tão globais como as que resultam da escavação sistemática de um sítio ou da prospecção intensiva de um território, a verdade é que também neste capítulo o potencial informativo das fontes escritas está longe de ter sido esgotado<sup>19</sup>.

No entanto, as fontes escritas permitem ir além das materialidades, no estudo da paisagem. Só através dos documentos é possível relacionar plenamente a configuração morfológica de uma determinada paisagem com os fundamentos da acção que sobre ela exerce a sociedade que a ocupou e organizou, com evidente destaque para os mecanismos económicos que enquadram a exploração da terra (e dos recursos associados) e para a estrutura social de poder responsável pela implementação de um modelo de organização do território (tanto dos espaços residenciais como produtivos), tendente ao enquadramento dos homens. As fontes escritas consti-

<sup>18</sup> RIBEIRO, 2003: 128.

<sup>19</sup> Mesmo para efeitos de uma investigação especificamente arqueológica, como reconhece IZQUIERDO BENITO, 2008: 15 e ss.

tuem-se assim como uma via preferencial para a reconstituição das já referidas transferências de duplo sentido que se estabelecem entre a realidade material do território e os esquemas de natureza económica, política e mesmo simbólica que cada sociedade forja para se apropriar (física e mentalmente) e organizar o território que entende como seu. E por isso constituem uma das vias imprescindíveis para o estudo, devidamente contextualizado, da paisagem.

Mais do que as fontes arqueológicas, directamente ligadas à *materialidade* da paisagem, as fontes escritas permitem sobretudo traçar um “quadro geral de possibilidades” quanto à morfologia das diferentes unidades de paisagem e de organização do espaço rural documentadas – um quadro que deverá, caso a caso, ser descrito com mais pormenor pela arqueologia. Todavia, a principal força das fontes escritas reside no facto de permitirem investir esse quadro morfológico de:

- i) uma localização cronológica exacta, sustentando assim o desenho da sua evolução<sup>20</sup> (pelo contrário, são as fontes arqueológicas que proporcionam localizações espaciais exactas);
- ii) um significado social, que define o lugar de cada unidade no quadro de um determinado modelo (ou conjunto articulado de modelos) de *organização social do espaço*<sup>21</sup>.

As fontes escritas levantam, assim, problemas que ultrapassam largamente o da simples *materialidade*, dadas as suas implicações nos planos económico (dos “modos de vida”), social e político (no horizonte amplo do quadro global de poderes exercidos sobre uma população e um território). No entanto, também é verdade que a única garantia de que o significado de uma determinada unidade em cada uma destas coordenadas será correctamente apreendido reside no seu fundamento “objectivo”, e portanto na caracterização tão rigorosa quanto possível da sua morfologia física.

---

<sup>20</sup> É esta uma das funções essenciais atribuída às fontes escritas, na investigação arqueológica, por IZQUIERDO BENITO, 2008: 17.

<sup>21</sup> Note-se, todavia, que esta preocupação em investir de significado social não é exclusiva de uma análise assente em fontes escritas. Um dos pressupostos essenciais da *New archaeology* é precisamente «assignar correspondencias entre el material arqueológico y las actividades socioeconómicas que presuntamente implican, es decir, dotar de significado sociológico al registro que se estudia», para o que recorre sobretudo a modelos explicativos da antropologia, por considerar que «la historiografía no puede ofrecer ninguna explicación plausible de sociedades sin escritura» (LLURÓ, 1988: 54). Esta preocupação conduziu, no entanto, a modelos explicativos distintamente arqueológicos, ainda que inspirados na antropologia (funcionalista e materialista cultural, sobretudo) e na geografia, que assentam numa causalidade estritamente materialista, pelo que, na opinião de Josep M. Lloró, se revelam «banales, mecanicistas o inconcretos» (LLURÓ, 1988: 55) e redundam numa a-historicidade que «renuncia al ordenamiento y explicación diacrónica de la información» (LLURÓ, 1988: 56) e num «materialismo reduccionista y simplificador» (LLURÓ, 1988: 57).

Antes, porém, de passarmos à análise dos dados escritos com vista a esta caracterização, há que considerar três aspectos que funcionam como poderosos filtros da informação que este tipo de fontes pode fornecer sobre qualquer unidade de organização do espaço rural: i) as circunstâncias que ditaram a construção do *corpus* documental disponível, ii) as características que marcam a própria “documentação” de cada unidade em particular, iii) e as questões terminológicas decorrentes da utilização que os escribas fizeram de cada palavra concreta com que as nomeiam. Tomemos então o exemplo do casal<sup>22</sup>.

i) Em primeiro lugar, o estudo do casal, como o de qualquer outra unidade de organização do espaço, antes do século XIII, está necessariamente condicionado pelo monopólio dos senhores, que não apenas eclesiásticos, sobre a produção das fontes<sup>23</sup>. Sobretudo a partir do século XI, a escrita converte-se mesmo num instrumento essencial ao exercício do poder, uma vez que permite criar e sustentar uma memória histórica dos títulos de propriedade e dos laços de parentesco<sup>24</sup>. Verifica-se então uma aceleração da tendência geral para o incremento das fontes escritas, reflectindo uma «progresiva imposición de poderes señoriales en el espacio, según la idea de que “sin señores, no hay historia”»<sup>25</sup>.

Tanto quanto a podemos conhecer, a evolução da realidade subjacente à palavra ‘casal’ está, portanto, dependente dos avanços da senhorialização. Esta dependência torna-se particularmente aguda num estudo como este, em que o objecto se define exclusivamente em função de um termo concreto, cuja ocorrência determina o *corpus* documental em análise. O próprio problema da origem do casal, no século X, pode, desde já, colocar-se em termos de uma “inovação” ou de uma mera “revelação documental”, como sugere Benoît Cursente<sup>26</sup>.

ii) Mas, independentemente das condições que governam a produção escrita em geral, as fontes escritas não são todas do mesmo teor. Variam, consoante a tipolo-

<sup>22</sup> O que se segue retoma, em linhas muito gerais, aquilo que deixei escrito em MARQUES, 2008 – Parte II (“O casal num âmbito regional: significante e significado”). Dadas as limitações de espaço, limito-me a sumariar aqui as ideias principais, prescindindo da abundante exemplificação que poderá encontrar-se nesse trabalho.

<sup>23</sup> Este monopólio não é exclusivo das instituições eclesiásticas, que dominavam somente a produção material do escrito. A íntima articulação, até à comunhão de interesses, entre senhores laicos e eclesiásticos (monásticos, sobretudo), até ao século XII, autoriza-nos a generalizar tal monopólio ao conjunto da classe senhorial (MATTOSE, 2001: 161-162). Aliás, acontece no Entre-Douro-e-Minho o mesmo que acontece no Lácio e na generalidade do Ocidente europeu: «pour une large part, en effet, ces fonds [eclesiásticos] sont constitués d’actes privés relatifs à des négoce entre laïcs et entrés dans les dépôts ecclésiastiques comme titres de propriété (*munimina*) en même temps que les biens-fonds concernés venaient grossir les temporels monastiques ou capitulaires» (TOUBERT, 1973: 94-95).

<sup>24</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990: 43.

<sup>25</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999: 31.

<sup>26</sup> CURSENTE, 1998: 104.

gia, os centros de produção e as cronologias/contextos em que foram produzidas, e têm potencialidades informativas consideravelmente díspares. Geram-se, assim, dinâmicas de “documentação” da realidade consideravelmente diferenciadas (mas quase todas socialmente significativas). O quadro geral das fontes escritas produzidas antes do século XIII e conservadas até aos nossos dias é composto quase exclusivamente de actos jurídicos de transmissão da propriedade que, do ponto de vista informativo, procuram sobretudo registar o clausulado do negócio jurídico, os fundamentos dos direitos de propriedade ou usufruto que o legitimam e a descrição, mais ou menos rigorosa, dos bens que são objecto desse negócio. Pelo contrário, a partir das primeiras Inquirições Gerais (de 1220), este quadro de fontes vê-se consideravelmente enriquecido por uma série de inquéritos de carácter administrativo, cujo objectivo primordial foi arrolar, mais do que descrever, um conjunto amplo de direitos do rei e/ou de outros senhores sobre uma enorme variedade de bens que, até por razões de operacionalidade, importava aos inquiridores tipificar e não tanto caracterizar em pormenor.

Neste sentido, importa notar que as fontes disponíveis para o estudo do casal antes do século XIII, de natureza predominantemente jurídica, veiculam uma realidade essencialmente patrimonial. Produzidas em função da necessidade de consignar e validar transacções de bens, preocupam-se prioritariamente com a titularidade desses bens. Para além da classificação tipológica contida na palavra ‘casal’, a descrição que as fontes nos fazem destas unidades passa sobretudo pela localização, e só acessoriamente por dois aspectos definidores da sua morfologia: a integração na paisagem e a estrutura interna que as caracteriza. Além do mais, é sobretudo a realidade individual de cada uma das propriedades transaccionadas que ressalta dos documentos. A paisagem ou a organização do território a uma escala mais alargada do que a unidade de exploração (conceitos estranhos aos escribas do tempo, é certo) estão completamente arredadas da documentação com referências a casais. A reduzida dimensão e a função essencialmente económica desta unidade elementar de organização do espaço ajudam a explicar o facto.

Por outro lado, o potencial informativo das fontes utilizadas em estudos deste tipo está directamente associado aos esquemas dominantes que, em cada período, moldaram a percepção que os homens tinham do espaço. A génese de uma nova sensibilidade, marcada pela apreensão e delimitação mais precisas de cada lugar, em relação com os que o rodeavam, torna evidente o contraste entre a documentação anterior e posterior ao século XII, no decurso do qual se multiplicam os sinais de uma nova percepção espacial<sup>27</sup>. Contudo, se a partir de então estamos cada vez melhor informados acerca da posição do casal no território, pelo contrário, regista-

---

<sup>27</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988: 201; –, 1989: 12.

-se também a tendência para um crescente esquematismo das fórmulas descritivas da propriedade, que acompanha a cristalização do significado da palavra ‘casal’. Passam, assim, a dispensar-se as enumerações características dos documentos dos séculos X e XI que, mesmo descontando o carácter formular que as reveste, são úteis pelo que revelam do conteúdo dos bens descritos.

Outra variável a ter em conta é a da “posição” que a unidade em estudo assume no documento. Ou seja, é consideravelmente diferente, do ponto de vista do potencial informativo, que uma unidade seja objecto do acto jurídico consignado, o que obrigará a uma descrição, mesmo que mínima, do seu conteúdo, ou que ela seja mencionada a qualquer outro título. Na maior parte das cartas analisadas, o casal é objecto do acto jurídico, embora haja outros em que é apenas referido como elemento confinante de um determinado bem ou, mais raramente, como referente toponímico para a sua localização<sup>28</sup>. Neste sentido, aparece-nos documentado, predominantemente, no momento em que é transaccionado, o que, com uma ou outra excepção, não nos permite conhecer a origem destas unidades.

Ao mesmo tempo, a mera circunstância da “documentação” de uma determinada unidade pode ser tomada como indicador da sua morfologia. Num total de 486 diplomas com referências a casais, pudemos identificar cerca de 1040 casais, donde uma média de 2,1 unidades por documento, sendo que só 4% são referidos em mais do que um diploma, tanto quanto conseguimos apurar<sup>29</sup>. Contrastando com o que acontece, por exemplo, no território da cidade de Roma, onde entre os inícios do século X e os meados do século XII se regista cerca de 400 menções documentais a apenas 200 casais<sup>30</sup>, os números relativos ao Entre-Douro-e-Lima parecem sintomáticos de unidades de pequena dimensão, frequentemente recompostas, nos seus diversos componentes, em função das conjunturas patrimoniais; donde a dificuldade em encontrar um mesmo casal referido em vários documentos distribuídos por um intervalo de tempo razoavelmente distendido. Ficamos assim impedidos de seguir o desenvolvimento específico destas unidades.

iii) Finalmente, e na medida em que este trabalho procura estudar uma unidade de povoamento e de exploração que a documentação individualiza através de uma palavra concreta, será necessário atentar num conjunto de reflexões de índole terminológica em torno do vocábulo ‘casal’, por forma a definir o mais rigorosamente possível as relações que se estabelecem entre a realidade, a palavra e os contextos linguísticos em que a documentação escrita a utiliza.

<sup>28</sup> No *corpus* documental analisado, o casal não é objecto de transacção em apenas 12 doações (num total de 184), 28 vendas (num total de 197), seis escambos (num total de 37) e uma concessão em regime de prazo (num total de sete) (MARQUES, 2008: 47 e 425).

<sup>29</sup> A este propósito, veja-se MARQUES, 2008: 283-285.

<sup>30</sup> LENZI, 2004: 309.

Atentemos, em primeiro lugar, num quadro geral de significados atribuídos à palavra ‘casal’ em alguns dos principais léxicos e dicionários latinos e de língua portuguesa e castelhana que a registam:

Quadro 1. Significados da palavra ‘casal’<sup>31</sup>

N.º	Significado
1	Casa rural e/ou construções adjacentes
2	Espaço que rodeia a casa rural
3	Terreno em que se levanta um conjunto de edificações rurais de um prédio; terreno apto a ser edificado
4	Propriedade rural (não necessariamente pequena)
	Propriedade rústica (eventualmente murada) em terra diferente da da residência
5	Unidade de exploração rural de dimensões modestas
	Unidade de povoamento, exploração e exacção (espaço de habitação + espaço de cultivo)
6	Aldeia, povoado, quarteirão
7	Limites de uma propriedade
8	Horto (em contexto de <i>habitat</i> aglomerado, na Gasconha, depois de 1250)

Todos estes significados da palavra ‘casal’, com excepção dos dois últimos, são rastreáveis na documentação do Entre-Douro-e-Lima, até 1200; os cinco primeiros mais facilmente, o sexto com maior dificuldade. Esquemáticamente, o termo é utilizado ora em sentido restrito (correspondendo a espaços residenciais e/ou fundiários) ora em sentido lato (correspondendo a uma unidade de povoamento e de exploração capaz de reunir ambos); ao que poderemos acrescentar uma terceira acepção: a de pequeno povoado. Se, por um lado, a palavra está longe de designar uma realidade unívoca, por outro, a sinonímia que foi possível estabelecer com outros vocábulos é um bom indício da existência de realidades semelhantes ao que chamaríamos ‘casal’ sem que assim apareçam designadas na documentação<sup>32</sup>.

De qualquer modo, o sentido mais frequente de que o termo se reveste no Entre-Douro-e-Lima é o de unidade familiar de povoamento, de exploração e, com o avanço da fiscalidade senhorial, de exacção. Aliás, mesmo quando é utilizado em sentido restrito de núcleo residencial ou até de unidade fundiária (dotada ou não de elementos habitacionais), o que está muitas vezes em causa é a designação metonímica do conjunto de uma unidade de povoamento e de exploração. A análise detalhada dos

<sup>31</sup> Uma versão mais completa deste quadro, com a indicação precisa dos léxicos e dicionários que registam cada significado, encontra-se em MARQUES, 2008: 117.

<sup>32</sup> A palavra ‘casal’ é utilizada na documentação do Entre-Douro-e-Lima como sinónimo de outras cujo significado genérico lhe é relativamente próximo. Identificámos cinco: «casa», «pedaço de terra»/«terra», «herdade», «quintã» e «*villa*» (MARQUES, 2008: 128-130). Qualquer uma destas realidades encontra equivalência no quadro de significados apresentado. Não parece, portanto, que a palavra ‘casal’ seja, em algum dos casos, forçada a designar realidades muito distantes da paleta de sentidos que lhe atribuímos.



elementos de identificação do casal (aqueles elementos que, sucedendo imediatamente à palavra ‘casal’ na estrutura frásica, assumem a função de identificar cada unidade na sua idiossincrasia) permite concluir pela predominância do elemento identificador *humano* (referência a proprietários e/ou moradores), aliás consentânea com a própria etimologia do termo ‘casal’ que, ao contrário de outras unidades de organização do território mais alargadas, cuja designação resulta dos seus caracteres físicos<sup>33</sup>, tem origem numa realidade intimamente ligada à casa e à família. Pelo contrário, são bem menos frequentes os elementos de identificação de natureza toponímica ou topográfica, que, à partida, indiciam outras acepções da palavra (de cariz mais fundiário)<sup>34</sup>.

Este quadro *normativo* de significados do termo ‘casal’ deve ainda ser aprofundado com recurso à análise dos diversos contextos linguísticos em que ele ocorre na documentação. Introduce-se assim a distinção, fundamental em estudos de natureza lexicológica, entre a utilização formular ou não formular da palavra<sup>35</sup>. Considerar a ocorrência do termo ‘casal’ quando nos aparece enquadrado nas longas enumerações estereotipadas de que os formulários notariais se servem para descrever os bens transaccionados, ou quando é enunciado *per se*, na sua idiossincrasia de unidade agrária individualizável, implica diferenças de sentido que importa analisar.

O estudo da utilização do termo ‘casal’ no quadro da prática enumerativa obriga-nos a duas ressalvas prévias. Em primeiro lugar, importa ter em mente que a ocorrência destas enumerações formulares na documentação “notarial”, não tendo nunca sido universal, viu-se fortemente limitada a partir do século XII, perante as alterações ao nível da organização e da percepção do espaço, a recuperação do direito romano e a influência dos formulários italianos que, na busca de uma maior conceptualização jurídica, tornam o discurso notarial mais conciso<sup>36</sup>. Em segundo lugar, importa distinguir os casos em que o termo ‘casal’ aparece como elemento coordenado de uma enumeração descritiva da unidade que o integra<sup>37</sup> e aqueles em que ele aparece como subordinante da enumeração, isto é, como realidade por ela descrita<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> A título de exemplo, veja-se as observações de DÍEZ HERRERA, 1993: 3-4 e 6, acerca do termo ‘*valle*’.

<sup>34</sup> MARQUES, 2008: 131 e ss.

<sup>35</sup> VARELA SIEIRO, 2005.

<sup>36</sup> ZIMMERMANN, 1989-1990: 334.

<sup>37</sup> A título de exemplo, «De hereditate nostra propria quam habemus in villa Senioriz sub monte Sancta Marta territorio Bracarensi. Damus vobis (...) quantum in predicta villa habemus (...) in domibus et in casalibus et in agris et in aquis ad sedibus molendinorum atque aliis locis ubicumque illam potueritis invenire cum suis egressibus atque regressibus» (MARQUES, 2008: Apêndice I, n.º 666).

<sup>38</sup> «Do atque concedo vobis in ipsa villa ipsum meum casal d’Ouviu cum omnibus pertinentiis suis cum introitibus et regresibus et pascuis et adjacenciis suis cum vineis domibus ortis plantationibus cum terris cultis et incultis cum montibus et fontibus et cum universis que ibidem ad prestamen hominum esse videntur a sublimitatibus montium usque ad concavitates valium in cuntis temporibus seculorum» (MARQUES, 2008: Apêndice I, n.º 828). Note-se que estas fórmulas não diferem substancialmente das que se utilizam na descrição dos casais do território romano, antes do século XI, as quais, por sua vez,

Embora não tenhamos quantificado com rigor nenhuma destas possibilidades de associação da palavra a enumerações estereotipadas, não deixaremos de observar que a primeira, aquela em que o termo ocorre propriamente em contexto formular, é absolutamente residual na documentação do Entre-Douro-e-Lima, ao passo que a segunda, em que a palavra ‘casal’ antes suscita uma enumeração formular sua subordinada, é já mais frequente<sup>39</sup>. Mas, mesmo que a ocorrência do termo ‘casal’ em contextos não formulars permita, de facto, avaliar com maior clareza o sentido que, em cada caso, lhe é atribuído, não nos parece que a distinção entre o uso formular e não formular da palavra influencie significativamente a definição do seu significado. Sem prejuízo da intenção englobante e retórica destas enumerações estereotipadas, a verdade é que, tal como acontece com os diplomas considerados falsos, aos quais se pode (ou não) atribuir um determinado grau de verosimilhança, a utilização formular de uma palavra traduz necessariamente a *possibilidade* de existência da realidade assim designada, mesmo que essa existência possa não se verificar objectivamente em todos os casos. O mesmo argumento é válido para as enumerações formulars de que o discurso notarial se serve para descrever o conteúdo da palavra ‘casal’: mesmo que os elementos arrolados possam não ter uma existência objectiva, eles são pelo menos componentes plausíveis dessa unidade<sup>40</sup>.

Todos estes problemas relacionados com a evolução dos “discursos” sobre o casal terão de ser necessariamente tidos em conta, e desenvolvidos, ao longo da análise da morfologia desta unidade de organização do espaço rural, dada a importância que assumem para uma correcta interpretação de boa parte dos dados facultados pela documentação escrita. Só assim será possível atribuir a uma realidade documentada através de um vocábulo específico as coordenadas de lugar, tempo e significado social. Ou, por outras palavras, determinar um *significado* contextualizado em função de espaços e tempos concretos e traçar, com uma cronologia tão fina quanto possível, as variações e a evolução da realidade subjacente ao vocábulo; muito particularmente as já referidas transformações de que foi objecto no decurso do século XII.

---

reproduzem quase literalmente um modelo tardo-antigo, já visível nas descrições de *fundis* presentes nos papiros de Ravena dos séculos VI e VII (LENZI, 2004: 317-318).

<sup>39</sup> É plausível pensar que o casal não se enquadra facilmente em tais enumerações estereotipadas dos constituintes da propriedade, na medida em que não é (ou tende a ser cada vez menos) um componente mas o cerne de uma das principais formas de propriedade e de exploração rural da paisagem minhota: a unidade familiar. Assim o indicia, pelo menos, a maior frequência de enumerações estereotipadas que descrevem um casal, com o correr do tempo.

<sup>40</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 1989: 10 chamou já a atenção para «la utilidad de esas «fórmulas inútiles» como propuesta genérica de percepción de un paisaje por parte del escriba correspondiente o del redactor moral del texto».

## MORFOLOGIA DO CASAL

A caracterização morfológica do casal que aqui ensaiarei assenta num levantamento que procurou ser o mais exaustivo possível, no quadro da documentação publicada, de todas as menções a casais situados no Entre-Douro-e-Lima entre 906 (data do primeiro documento em que a palavra aparece referida) e o final do século XII<sup>41</sup>. Resultou, como já se disse, na identificação de cerca de 1040 casais, referidos em 486 documentos<sup>42</sup>. É evidente que, até por força da progressiva aceleração do ritmo da produção documental<sup>43</sup>, o “século de Afonso Henriques” constitui um

---

<sup>41</sup> Note-se que, ao contrário do que acontece com os séculos anteriores, para o século XII permanece inédita uma quantidade assinalável de diplomas, que não foram aproveitados neste estudo. Se a edição sistemática dos documentos régios atingiu o final do reinado de D. Afonso Henriques (1185) (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. por Rui de Azevedo. Vol. I, tomos I e II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961), a dos diplomas privados quedou-se por 1123 (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. III. Ed. por Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940. Vol. IV. Ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980). A percentagem de documentos inéditos a partir desta data é significativa no caso de vários cartórios monásticos da corda do Douro, como Moreira da Maia ou Pendorada, para nomear apenas os mais importantes, para os quais não dispomos de cartulários que tenham compilado o essencial da documentação deste período, como acontece com o *Livro dos testamentos* do mosteiro de Paço de Sousa (ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa; apresentação de José Mattoso. *Bracara Augusta*. XXIV/57-58 (69-70) (1970) 138-283). No entanto, o mesmo já não acontece para o território a Norte do rio Ave, em que uma parte muito significativa da documentação conservada está publicada, ora na edição do *Liber Fidei* da Sé de Braga (imenso cartulário que recolhe o grosso do cartório episcopal para este período – *Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Ed. crítica pelo P.º Avelino de Jesus da Costa. 3 tomos. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990), ora na edição sistemática das colecções documentais do mosteiro (e depois colegiada) de Guimarães (RAMOS, Cláudia M. N. T. da Silva – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Volume II: “Colecção Documental”. Porto: edição policopiada, 1991) e do mosteiro de S. Simão da Junqueira (LIRA, Sérgio – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. Vol. II (Colecção Documental). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001). Deste modo, o conjunto de documentos inéditos que não foi possível utilizar dificilmente viria alterar as interpretações propostas com base na amostra dos que estão publicados. Sobre o *corpus* documental que serviu de base a este levantamento, veja-se MARQUES, 2008: 36 e ss.

<sup>42</sup> As unidades recenseadas estão longe de esgotar todos os casais existentes neste território; contudo, os números que aqui se apresentam devem ser entendidos como um índice seguro e proporcional de uma realidade mais numerosa. Sobre os critérios que orientaram a construção do *corpus* de casais na base deste estudo, e conduziram ao total aproximado de *cerca* de 1040 unidades, veja-se MARQUES, 2008: 283-285.

<sup>43</sup> Os 486 diplomas utilizados não se distribuem uniformemente pelos três séculos em estudo. No século X registamos apenas 2,9% do total, a esmagadora maioria dos quais se concentra no período 951-1000; na centúria seguinte a percentagem sobe para 30,6% mas o desequilíbrio entre a primeira e a segunda metades mantém-se, com o período 1051-1100 a registar 71,8% do total de 149 documentos identificados no século XI; finalmente, regista-se uma subida exponencial na primeira metade do século XII (185 actos), que é interrompida depois de 1151 (123). O decréscimo registado na segunda metade do século XII parece resultar, fundamentalmente, dos critérios que presidiram à construção do *corpus* documental. Ainda assim, o século XII recolhe 65% do total de documentos recenseados (MARQUES,

período particularmente importante, marcado por várias transformações, desde logo no número de casais documentados e na sua distribuição no espaço regional, mas também ao nível da morfologia desta unidade. Estas transformações resultam, em parte, do avanço decisivo do processo de senhoriação, que favoreceu claramente a organização da propriedade em casais, como forma de potenciar a exploração agrária e a exação de renda<sup>44</sup>. Mas também é verdade que, se só nos é possível rastrear algumas dessas transformações no século XII, em virtude da constituição de um *corpus* documental minimamente consistente para inúmeras zonas do Entre-Douro-e-Minho, isso não significa que fossem todas “novidades”. Aliás, a senhoriação terá promovido a difusão destas unidades também em função de um lastro ecológico e de uma longa tradição favoráveis à pequena exploração familiar.

Nesta região, a morfologia do terreno, a fertilidade decorrente do tipo de solos e de clima e a pressão demográfica característica de um território densamente povoado são factores que concorrem para um quadro físico e humano em tudo favorável a «um denso aproveitamento agrícola do solo e a uma proliferação de unidades de exploração de pequenas dimensões»<sup>45</sup>. Não só a paisagem de socacos, característica das colinas minhotas, favorece a fragmentação parcelar da terra, em ordem a um aproveitamento agrícola das vertentes sistemático<sup>46</sup>, como as possibilidades desta terra para a prática continuada de uma agricultura intensiva são indissociáveis da forte pressão demográfica que caracteriza estruturalmente a região, reforçando a tendência para o parcelamento<sup>47</sup>.

A paisagem e o povoamento desta faixa central de colinas e vales minhotos favorecem, portanto, a multiplicação de unidades de âmbito familiar que sejam, simultaneamente, capazes de articular componentes diversos e espacialmente descontínuos e de potenciar a capacidade produtiva de extensões de cultivo necessariamente exíguas, em ordem a assegurar a sobrevivência da célula familiar que a explora e, eventualmente, a detracção de renda por parte de quem a possui. A morfologia do casal responde convenientemente a tais exigências.

---

2008: 43-46). A correcta ponderação dos dados, na sua dimensão diacrónica, deverá ter sempre em conta esta distribuição cronológica das fontes, bem como a qualidade (logo, o potencial informativo) que em cada período as caracteriza.

<sup>44</sup> MARQUES, 2009.

<sup>45</sup> MATTOSO, 1992: 461.

<sup>46</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida escreveu já, a propósito da paisagem minhota: «terra largamente enrugada, com um solo sistematicamente em pendor, as suas muitas chuvas obrigam, por causa da erosão, à disposição dos campos em socacos cujo tamanho e altura está em relação com o declive» (ALMEIDA, 1978: 23). Sobre a influência do relevo no «arranjo do espaço rural» minhoto, tanto no sentido da fragmentação como do emparcelamento, veja-se SILVA, 1983: 83.

<sup>47</sup> MATTOSO, 2001: 209.

A abrir esta caracterização, impõe-se retomar a definição genérica já avançada: sem prejuízo de uma grande variedade morfológica, o termo ‘casal’ designa predominantemente, no Noroeste peninsular, uma unidade familiar de povoamento e de exploração que articula, em torno de um núcleo habitacional, um conjunto de componentes produtivos muito variado (desde parcelas de cultivo até direitos de exploração de espaços incultos). Esta acepção da palavra pode ser considerada dominante, na medida em que a passagem do tempo a tornou quase hegemónica, como se verifica, logo na primeira metade do século XIII, pela leitura das actas das Inquirições Gerais de 1220 e de 1258.

Mas a realidade foi bem mais complexa e matizada; e a verdade é que essa acepção só se impôs ao cabo de um longo processo, a um mesmo tempo de configuração morfológica, no terreno, e de fixação terminológica, na documentação. Aliás, convém desde já chamar a atenção para o facto de a historiografia ter tomado abusivamente esta acepção como exclusiva, em virtude da tendência para retroprojectar uma realidade característica dos séculos XIII e seguintes, quando os senhorios desenvolveram modelos de gestão da propriedade fundiária cada vez mais eficazes, que ditaram o encabeçamento sistemático das parcelas de exploração indirecta em unidades de dimensão familiar<sup>48</sup>. A escassez de estudos de história rural para o período anterior a 1200, sobretudo no que respeita ao Entre-Douro-e-Minho<sup>49</sup>, explica o excessivo à-vontade com que esta noção se generalizou na literatura e foi aplicada a cronologias em que a morfologia do casal não estava ainda completamente definida, nem o significado da palavra havia ainda cristalizado.

Passemos, então, à análise da morfologia do casal, na dupla vertente da sua integração na paisagem e da sua estrutura. Em primeiro lugar, atentaremos na integração do casal na paisagem do Entre-Douro-e-Lima, a partir do conjunto de elementos físicos e construídos que, assumindo essencialmente a função de o localizar, nos informam indirectamente sobre uma tal integração; sem esquecer os elementos seus confinantes, que, distribuídos em redor destas unidades, as delimitam e definem a paisagem que lhes é próxima. Num segundo momento, estudaremos a

<sup>48</sup> Sobre a importância deste processo de encabeçamento, na sequência da conjuntura global de crise que caracteriza a segunda metade do século XIV, veja-se, por todos, COELHO, 1989: 89 e ss.

<sup>49</sup> Os únicos trabalhos de base regional de que dispomos, ainda hoje, são os de SAMPAIO, s.d. e de ALMEIDA, 1978, entre outros títulos (de menor fôlego) que este autor dedicou à região. Embora os pressupostos fundamentais das interpretações de Alberto Sampaio estejam já ultrapassados, e apesar do empirismo que domina a «Primeira Parte» do trabalho de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, estas duas obras continuam a ser os melhores guias para o estudo da vida rural no Entre-Douro-e-Minho neste período. Mais recentemente, e ainda que os objectivos da sua investigação ultrapassem em muito os de um estudo de história rural, Luís Carlos Amaral sistematizou uma imensa mole de dados, na tese de doutoramento, e gizou um quadro global da organização do “território bracarense” (com destaque para o Entre-Lima-e-Ave), entre os séculos IX e XI (AMARAL, 2007).

estrutura interna do casal, tendo em conta não apenas os seus componentes mas também os processos de fragmentação (total ou parcial) a que muitas unidades estiveram sujeitas, bem como as delimitações que circunscreviam e articulavam tanto os componentes como as fracções que compunham cada unidade.

Em conjunto, estes indicadores, entre outros que poderiam achar-se, permitirão definir melhor a realidade por detrás da palavra. Os primeiros (elementos de integração) remetem-nos para um horizonte de alteridade em que o casal aparece inserido, formando como que um molde, essencial para o conhecimento do respectivo conteúdo, até pelo que nos revela sobre o que o casal não é; os segundos (componentes) remetem-nos para um horizonte de identidade, intrínseco ao casal, que naturalmente o caracteriza. Note-se, contudo, a dificuldade em apreender a materialidade do casal, na medida em que estas unidades se definem, em boa parte, pela *possibilidade* de anexar a um núcleo central de exploração componentes muito diversos, consoante a conjuntura (produtiva, familiar, fiscal...) que as afecta.

## ELEMENTOS DE INTEGRAÇÃO DO CASAL NA PAISAGEM

A análise da integração destas unidades em esquemas mais amplos de organização do espaço assenta em três indicadores, que constituem outros tantos elementos de um sistema de referências geográficas imprescindível à localização de qualquer bem fundiário: i) os elementos que promovem a sua integração no espaço físico; ii) os que promovem a sua integração num espaço construído (porque social); iii) e finalmente os elementos confinantes que testemunham a integração do casal na paisagem à escala micro-local.

Todavia, como sublinhámos mais acima, o conjunto de dados analisados nos pontos seguintes só indirectamente poderá informar-nos sobre a posição do casal na paisagem. O objectivo dos escribas ao incluírem estes elementos na descrição dos casais, como na de qualquer outro bem fundiário, não foi nunca o de ilustrar a sua integração no espaço envolvente, mas antes o de os localizar<sup>50</sup>. Neste sentido, só um estudo atento do sistema de localização em que tais dados se inserem poderá elucidar-nos acerca das possibilidades de os interpretarmos como indicadores dessa integração.

---

<sup>50</sup> Para mais, numa boa parte dos documentos em que se menciona casais, a referência aos elementos de integração físicos e construídos nem sequer é exclusiva do casal, mas antes diz respeito a um conjunto de bens relativamente próximos – normalmente não ultrapassando os limites de uma *villa* –, em que o casal se integra, para efeitos de transacção (uma *hereditas*, na maior parte dos casos) ou até a uma qualquer propriedade que lhe é próxima. O mesmo já não acontece com as referências a elementos confinantes, sempre específicas do casal que procuram localizar.

i) O protagonismo que os montes e os rios assumem enquanto elementos salientes na paisagem não os credita apenas como referentes espaciais de localização da unidade em estudo, ou de qualquer outra realidade territorial. Na sua qualidade de caracteres geográficos de primeira ordem, eles são também os principais agentes da integração do casal no espaço geográfico, condicionando, em boa medida, a sua implantação física<sup>51</sup>. A análise das referências a cada um destes elementos de integração físicos aparece assim como um caminho privilegiado para medirmos a amplitude dessa influência e, deste modo, definirmos a morfologia dominante da implantação do casal no território de Entre-Douro-e-Lima.

No seu conjunto, tais referências indiciam uma implantação preferencial a baixa altitude e nos vales dos rios, de forma a que estas unidades possam beneficiar de terras fundas e irrigadas. A partir do século XII, o padrão terá começado a mudar. Traduzindo uma ocupação cada vez mais densa do espaço, que força a utilização de referentes espaciais mais finos na localização dos bens transaccionados, a diminuição das referências documentais a estes elementos de integração ao longo desta centúria talvez possa ser entendida como um indício de que o padrão de implantação física do casal começa lentamente a alterar-se. Saturadas as terras fundas e irrigadas dos vales, terá sido neste século que a pressão demográfica característica de uma conjuntura de crescimento obrigou ao aproveitamento mais sistemático das vertentes, genericamente menos férteis e de mais difícil amanhã. De facto, a evolução da distribuição geográfica do casal ao longo do século XII confirma a extensão para o interior montanhoso, iniciada já em finais do século XI, acompanhando a expansão senhorial e o avanço da “produção do território” nacional.

ii) Para além dos elementos físicos, este sistema de localização da propriedade integra ainda um conjunto de referentes espaciais resultantes de uma demarcação socialmente construída. Independentemente do grau de definição dos seus limites, que varia consoante o tipo de referente e a cronologia, estes outros elementos de integração, a que chamámos *construídos*, estruturam-se maioritariamente em torno da relação que um centro estabelece com o território que o rodeia. Relação hierárquica, portanto, que serve os propósitos de vertebração do povoamento, no caso da *villa* e dos topónimos em geral, ou de articulação político-militar e eclesiástica do território, no caso das terras/territórios e das circunscrições diocesanas, respectivamente. O facto de estas circunscrições serem normalmente designadas pelo nome do respectivo lugar central corrobora claramente a função de hierarquização territorial que, em diferentes níveis, todas elas desempenham.

---

<sup>51</sup> Porque o mar não tem esta função integradora, mas apenas de localização, não nos parece que valha a pena analisar em detalhe as referências que lhe são feitas na documentação.



É certo que estes elementos de integração construídos partilham, na documentação, a mesma função locativa que atribuímos aos elementos físicos. Todavia, não se trata agora de situar um determinado bem fundiário em virtude da sua integração num território eminentemente físico, definido em função de elementos geográficos que se destacam na paisagem, mas antes de o localizar através da sua integração numa malha complexa que visa ordenar e articular o espaço; não todo o espaço mas apenas aquele que está ocupado, povoado. Assim se percebe que, sob a designação genérica de “elementos de integração construídos” se escondam referentes muito díspares, no que respeita aos propósitos de ordenação/articulação espacial que servem e, sobretudo, no que respeita à dimensão territorial que os caracteriza, ainda mais variável do que a dos elementos de integração físicos.

No total, foi possível identificar dez elementos de integração construídos: para além dos macro-referentes espaciais que enquadram uma parte importante dos casais (dioceses, *urbes*, Terras/Territórios) e de alguns micro-referentes, menos comuns (quintãs, herdades e o próprio casal, capaz de englobar unidades homónimas), os topónimos e sobretudo a *villa* destacam-se como as mais “ativas” de todas as unidades de organização do espaço em que o casal aparece integrado<sup>52</sup>. Nesse marco territorial concreto que é a *villa*, foi possível identificar exemplos de casais implantados tanto no *intus*, isto é, o núcleo central correspondente ao sector habitacional, onde se integravam, para além dos edifícios religiosos, as casas de morada propriamente ditas, com as suas construções anexas e os espaços de cultivo intensivo que lhe eram próximos (cortinhas, hortas, pomares, linhares...), como no *foris*, que compreendia os espaços de aproveitamento agro-pecuário gradualmente diferenciados, em função da morfologia do terreno e da distância que os separava do núcleo central, desde as terras dedicadas ao cultivo da vinha, dos cereais e de forragens (*ager*), até aos espaços de bosque (*saltus*) e de monte propriamente dito (*mons*); e em muito casos os diversos componentes do casal podiam mesmo distribuir-se por ambos os sectores.

As possibilidades de integração do casal na *villa* não se esgotam, contudo, na dicotomia *intus-foris*, como se a cada *villa* correspondesse necessariamente um único núcleo de povoamento. No caso das *villae* polinucleares, foi ainda possível identificar casais integrados tanto em núcleos de povoamento centrais como peri-

---

<sup>52</sup> A *villa* aparece associada a 513 casais, quase metade do total de unidades identificadas (49,3%), e os topónimos a 334 casais (32,1% do total) (MARQUES, 2008: 158-159). A importância da *villa* como elemento de integração territorial do casal torna-se ainda mais evidente se tivermos em consideração que muitos dos topónimos *soltos*, a que os redactores dos documentos recorreram para localizar casais, deviam corresponder, senão a *villae*, designadas apenas pelo topónimo que as identifica, pelo menos a algum dos núcleos de povoamento que nelas se integravam. De facto, o número de casais associados a uma *villa* ou a um topónimo é muito significativo: 806 (77,5% do total de 1040).

féricos; podendo ainda o casal constituir *per se* uma célula autónoma. Por outro lado, os diversos componentes de um mesmo casal podem concentrar-se em apenas um destes espaços/núcleos ou dispersar-se por vários.

Todavia, como se deduz do que fica dito, o problema da integração do casal na *villa* não se coloca apenas em função da sua localização em núcleos de povoamento mais ou menos centrais ou em espaços de vocação habitacional ou produtiva (*ager*, *saltus* ou *mons*). Importa também considerar a possibilidade de o casal se implantar isoladamente, característica de uma localização estritamente marginal, ou, pelo contrário, de se integrar em espaços de habitação e/ou cultivo colectivos, como aconteceria quando se situava em estruturas mais ou menos importantes de povoamento<sup>53</sup>. Nos casos em que a documentação utilize a palavra na acepção de unidade de povoamento e de exploração, congregando vários componentes, funcionalmente diferenciados, importa ainda atender a uma terceira variável: a morfologia da distribuição espacial destes componentes (concentrada ou dispersa por um ou vários espaços da *villa*). Consoante a combinação destas três variáveis, a implantação do casal no território da *villa* pode assumir formas muito diversas.

Mas, se atentarmos na distribuição cronológica dos casais associados a cada um destes elementos de integração, facilmente concluiremos que a *villa* funciona como o marco primordial de integração até meados do século XII, sendo depois substituída, nesse papel, pelos topónimos. Mercê da multiplicação de lugares habitados no seu interior e de uma ocupação cada vez mais densa do espaço, a *villa* parece tornar-se desajustada para localizar o casal<sup>54</sup>. Por outro lado, num momento em que se difundem esquemas mais rigorosos de percepção espacial, os topónimos, mais finos, permitiam aos redactores dos documentos circunscrevê-lo a um espaço preciso. É por isso que, depois de apresentar valores pouco significativos até finais do século XI, o número de casais associados a topónimos cresce exponencialmente na centúria seguinte.

iii) Por último, os elementos confinantes com o casal, terceiro e último indicador analisado, testemunham a sua integração na paisagem à escala micro-local e confirmam as várias possibilidades de implantação que acabámos de enunciar. Ao mesmo tempo, enquanto as referências a confrontações remetem para a integração em espaços organizados colectivamente, *a contrario*, nos casos em que estas referências são inexistentes, ganha força a hipótese de uma implantação tendencialmente isolada.

---

<sup>53</sup> PORTELA & PALLARES, 1998: 33.

<sup>54</sup> Não significa isto que a *villa* desapareça da documentação como marco essencial de enquadramento; perde apenas proeminência. Para mais, esta evolução não parece verificar-se em regiões onde o povoamento tendia a ser mais concentrado do que no Entre-Douro-e-Minho, como acontecia a sul do Douro (DURAND, 1982: 360).

Os dados recolhidos são muito diversificados (foi possível identificar mais de 20 tipos diferentes de elementos confinantes, característicos de sectores distintos da paisagem rural) e dizem respeito a uma percentagem diminuta (19,1%) do total de casais recenseados, pelo que não permitem identificar uma morfologia dominante de integração na paisagem e no *habitat* rurais. Das várias possibilidades identificadas, destacaremos, pelas implicações que tem ao nível da estrutura do casal, quando entendido no sentido de unidade familiar de exploração, a oposição entre uma implantação isolada e independente, congregando num mesmo espaço funções residenciais e produtivas, e a integração em espaços de habitação e de cultivo colectivos, isto é, numa aldeia. Trata-se obviamente de duas possibilidades limite, e entre uma e outra poderíamos encontrar inúmeras variantes. Mas, do que ficou dito, ambas parecem ocorrer no Entre-Douro-e-Lima, durante os três séculos em estudo<sup>55</sup>.

Em síntese, da análise da integração do casal na paisagem, encontrámos exemplos muito variados de casais localizados tanto em espaços de recorte habitacional como produtivo e em núcleos de povoamento centrais ou periféricos; implantados isoladamente ou integrados em espaços colectivos; e, finalmente, distribuídos contínua ou descontinuamente pelo território. Quando combinadas, estas três variáveis (localização, implantação e distribuição) multiplicam-se numa infinidade de possibilidades, sobre a qual importa projectar o significado exacto que, em cada caso, se atribui à palavra 'casal'. Consoante o termo seja utilizado em sentido restrito, em sentido lato, ou até na acepção de pequeno povoado, estaremos perante um perfil específico de integração no espaço, que elimina algumas daquelas possibilidades.

Percebe-se, assim, a nossa dificuldade em traçar um padrão dominante de implantação que não seja muito genérico<sup>56</sup>. Neste sentido, o que fica dito acerca da integração do casal na paisagem deve ser entendido, sobretudo, como um conjunto de possibilidades que permite enquadrar, do ponto de vista espacial, o estudo da estrutura interna do casal. Só esse estudo permitirá aprofundar o nosso conhecimento da morfologia desta unidade.

---

<sup>55</sup> PORTELA & PALLARES, 1998: 33-34, identificam também ambas as modalidades de implantação do casal nas *villae* galegas de Rabal e Bobadela.

<sup>56</sup> Mesmo num território cuja organização global do espaço é bem conhecida, como é a Gasconha, Benoît Cursente não deixa de chamar a atenção para as múltiplas possibilidades de integração do casal na paisagem rural (CURSENTE, 1998: 59).

## ESTRUTURA

Conhecido o contexto espacial, atentemos então na estrutura interna destas unidades. Num primeiro momento, importará analisar os mais de 30 componentes do casal identificados, procurando classificá-los de acordo com o perfil funcional e a respectiva distribuição pelo espaço rural, para depois analisarmos a ponderação de cada um dos grupos e, sobretudo, as possibilidades de articulação e hierarquização dos diversos tipos de componentes, no quadro de uma mesma unidade. Estes mais de 30 componentes agrupam-se em quatro grandes categorias: os componentes residenciais (a *domus* e/ou *casa*, bem como os edifícios e terras de cultivo intensivo anexos, também incluídos nesta categoria); os componentes produtivos (de vocação agrícola, silvícola ou pastoril); os direitos de uso sobre espaços incultos e águas; e algumas formas concretas de propriedade que aparecem enquadradas em casais (quintãs, herdades, etc.).

Quadro 2. Componentes dos casais de Entre-Douro-e-Lima (906-1200): totais por século

Componente	N.º de casais				
	Séc. X	Séc. XI	Séc. XII	S.d.	Total
1 <i>Domus</i>	2	4	2	–	8
>1 <i>Domus</i>	1	–	11	–	12
1 Casa	1	5	2	–	8
>1 Casa	–	22	14	1	37
Edifícios	–	6	16	–	22
Árvores	–	4	7	1	12
Árvores de fruto	6	8	5	1	20
Pomar(es)	1	13	8	–	22
Cortinha(s)/cortinhal	–	3	–	1	4
Vinha(s)	–	14	30	2	46
Leira(s)	–	17	9	–	26
Campos	–	2	1	–	3
Plantação(ões)	–	5	5	–	10
Terras; talho(s); pedaço(s); terreno(s)	2	21	14	–	37
Várzea(s)	–	2	–	–	2
Pastos e paus	–	6	–	–	6
Souto(s)	–	6	12	–	18
Devesa(s)	–	2	10	–	12

<i>Saltus</i>	1	2	2	–	5
Terras rotas e por romper	3	5	18	–	26
Entradas	–	10	24	1	35
Saída de monte	–	4	10	–	14
Montes e fontes	3	10	29	–	42
Águas	1	15	31	–	47
Assentamentos de moinhos	–	6	8	–	14
Moinho	–	1	1	–	2
Pesqueiras	–	1	3	–	4
Casal	–	4	6	–	10
Herdade(s)	–	10	30	1	41
Quintã(s)	–	1	3	–	4
Outros	2	8	22	–	32

Importa desde já notar que uma parte importante dos documentos nos dá uma visão fragmentária do casal: muitas vezes limitam-se a registar transacções de porções de casais; noutras referem-se a estas unidades apenas porque elas confrontam com outros bens fundiários que importa situar. Neste sentido, a informação recolhida, e a análise que dela podemos fazer, só muito raramente compreenderá *todos* os componentes de cada unidade, ou mesmo aqueles que pertencem a um casal no seu *todo*. Frequentemente, conhecemos apenas um ou outro componente que, para mais, pode integrar-se numa determinada porção da unidade.

Por outro lado, se analisarmos a variação da percentagem de casais com informação sobre componentes no conjunto das unidades recenseadas em cada século, facilmente concluiremos que, por detrás da tendência de crescimento absoluto, se esconde uma diminuição relativa das referências a componentes, na passagem do século XI para o XII<sup>57</sup>. Além do mais, detectámos uma grande dispersão das referências identificadas, que acompanha a variedade de tipos documentados: o número máximo de casais em que se encontra um determinado componente é de apenas 47 (4,5% do total) (v. Quadro 2).

Acima de tudo, importa notar que a referência a componentes nos documentos é inversamente proporcional ao grau de definição morfológica do casal. À medida que avança o século XII e se difundem esquemas de percepção espacial e de semantização do real mais rigorosos, as considerações descritivas que servem

<sup>57</sup> Ao longo dos séculos X e XI, esta percentagem cifra-se nos 38%, caindo depois para os 16,5%, no século XII, numa tendência que se acentua ao longo desta centúria (20% na primeira metade e já 12,9% na segunda).

de glosa à palavra ‘casal’, explicitando a realidade subjacente, tornam-se cada vez mais raras na prosa notarial. Dispensando a referência detalhada ao seu conteúdo, o termo ‘casal’ parece ser, assim, suficiente para invocar uma realidade cada vez mais padronizada, que tanto os redactores como os contratantes dos documentos compreenderiam imediatamente.

Passemos então à análise dos diversos componentes identificados. A palavra ‘casal’ parece designar em primeiro lugar os componentes residenciais. Muitas vezes o próprio termo ‘casal’ englobaria, implicitamente, o conjunto dos elementos próximos da casa de morada<sup>58</sup>. Este parece ser, aliás, o sentido primordial da palavra, cuja etimologia remete para “o que é relativo à casa”. Mas também na documentação do Entre-Douro-e-Lima o termo ocorre na acepção restrita de “casa rural e construções adjacentes” ou de “terreno apto a ser edificado”, podendo até aparecer, num mesmo documento, como sinónimo de ‘casa’. Aliás, segundo García de Cortázar, ao contrário da palavra ‘hereditas’, que sublinha os aspectos da sucessão patrimonial familiar, os diversos termos que, sobretudo a partir do século XI, designam unidades familiares de exploração na documentação peninsular (‘casal’, ‘solar’, ‘mas’) «aportan la idea sustancial de espacio concreto, de territorio preciso, de domicilio. Su primer valor es por ello, sin duda, el de casa. Pero, en seguida, adquiere otro complementario: el de unidad de explotación que une casa y campos de cultivo, a la medida de la pequeña célula conyugal»<sup>59</sup>. Neste sentido, parece-nos plausível que, mesmo quando utilizavam a palavra ‘casal’ no sentido de unidade de exploração, os redactores dos documentos pudessem dispensar a referência explícita ao núcleo residencial. Possivelmente, só a fariam nos casos em que essa referência fosse estritamente necessária, por motivos de transacção ou outros<sup>60</sup>.

São, no entanto, as menções a elementos constituintes de índole económica as que assumem especial relevância, ao longo de todo o período em análise. Incluem-se aqui tanto os componentes produtivos (de vocação agrícola, silvícola ou pastoril) como os direitos de uso sobre espaços incultos e águas. No caso dos primeiros, por vezes a terminologia distingue-os, em função da sua dedicação (pomares, vinhas, pastos, soutos), dimensões/configuração (leiras, talhos, pedaços...) ou dos caracteres físicos – posição, solo e coberto vegetal – que os caracterizam (várzeas,

<sup>58</sup> O mesmo acontece na documentação leonesa com o termo ‘solar’, sobretudo no século XII (AYALA MARTÍNEZ, 1994: 313).

<sup>59</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990: 53.

<sup>60</sup> Explica-se assim que, no conjunto dos 226 casais para os quais dispomos de informação sobre um qualquer componente, apenas 70 (31%) comportem um elemento habitacional. Este valor, que não ultrapassa os 6,7% do total de unidades identificadas, deve estar longe de traduzir uma realidade que seria, certamente, bem mais frequente. Note-se que a referência à habitação está subentendida nos 38 casais designados como recurso a expressões do tipo «in quo moratur/habitat/sedet...» ou «edificado por...», e pode ainda estar implícita nos casais identificados por um elemento antropónimo.

pauis, *saltus*). Outras vezes, porém, ficamos apenas a saber que se trata de espaços agricultados (campos, plantações), de terras com uma vocação pastoril e/ou silvícola (pastos, pauis, soutos e devesas) ou mesmo incultos («*terras ruptas vel barbaras*») (v. Quadro 2).

Como não poderia, aliás, deixar de acontecer, num quadro em que a exploração económica tendia para a auto-suficiência e a criação de gado desempenhava um papel crucial, ao casal pertencia também um conjunto variado de direitos de utilização dos espaços incultos (de usufruição comum), onde os camponeses só raramente deteriam algum tipo de propriedade<sup>61</sup>. De facto, o aproveitamento dos incultos constitui um elemento essencial em qualquer exploração agrícola, uma vez que deles se extraía a madeira utilizada nas construções e no fabrico de utensílios, a lenha, fonte essencial de energia, os matos utilizados nas camas do gado e na fertilização da terra, bem como os frutos silvestres e a caça destinados à alimentação. Introduce-se assim uma terceira categoria de componentes do casal, na qual integramos os direitos genéricos de utilização dos montes, das águas e dos moinhos e pesqueiras que nelas se instalavam. Embora a distinção não seja líquida, estes direitos parecem caracterizar-se por uma maior indefinição, face aos direitos de exploração que o casal exercia sobre os espaços do *saltus*, igualmente incultos mas menos agrestes e, por vezes, apropriados individualmente. Parecem, aliás, corresponder a formas de aproveitamento ainda menos intensivas do que aquelas que se desenvolvem nestes outros espaços, que incluímos no grupo dos componentes produtivos. Tratar-se-ia portanto de direitos de *uso*, mais do que de exploração.

A partir de meados do século XII, sobretudo, os direitos de uso sobre espaços incultos tornam-se mais frequentes na documentação do que os espaços de cultivo e alguns outros de aproveitamento silvo-pastoril integrados no *saltus*, claro sinal da pressão demográfica, do esgotamento dos espaços de cultivo tradicionais, do movimento de ocupação de novas terras e do avanço da senhorialização, que caracterizam o período. Note-se ainda que a preocupação com o registo documental dos direitos do casal sobre os incultos (cada vez mais designados pela expressão «*montes et fontes*») pode não traduzir apenas o interesse crescente dos senhores sobre estes espaços de aproveitamento colectivo, mas também o esforço dos pequenos proprietários livres para reivindicar, por escrito, direitos que temiam ver alienados<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> RÍOS RODRÍGUEZ, 1990: 115. O mesmo acontecia com os casais do domínio de Alcobça, nos séculos XIV e XV (GONÇALVES, 1989: 175).

<sup>62</sup> Carlos Ayala identifica também, na documentação leonesa, a tendência para uma descrição cada vez mais pormenorizada destes direitos de aproveitamento colectivo, sobretudo depois de 1150. O autor coloca mesmo a hipótese de que essa tendência possa interpretar-se como um indício senão da privatização pelo menos da individualização do usufruto de tais espaços (AYALA MARTÍNEZ, 1994: 247-248).



Entre as múltiplas possibilidades de combinação destes vários grupos de componentes, no quadro de um mesmo casal, a mais frequente é a que reúne componentes residenciais e produtivos. Este facto, aliado à importância crescente dos direitos de uso, corrobora o sentido alargado de unidade familiar de povoamento e de exploração, ainda que se verifique a distinção entre o “casal-núcleo” (correspondente à parcela que delimita e integra a casa de morada) e o “casal-conjunto” (que engloba esta célula residencial mais as terras de cultivo e os direitos de exploração que lhe pertencem). Todavia, mesmo nos casos em que o termo ‘casal’ designe apenas esse núcleo, ele implica normalmente um conjunto de terras e direitos capazes de assegurar o rendimento dos seus titulares. É claro que a casa desempenha um papel vital na articulação do conjunto, cuja viabilidade assenta precisamente na interdependência entre os vários tipos de componentes e entre as várias formas de exploração económica que convergem nestas unidades. Contudo, o funcionamento da estrutura está longe de ser linear. Aliás, é sabido como as explorações camponesas podem oscilar entre o “agrupamento temporário de parcelas”, que confere ao núcleo central uma proeminência/permanência indiscutíveis, e o “conjunto indissociável”<sup>63</sup>.

A partir da nossa análise, tornou-se ainda clara a integração do casal no espaço físico e social da aldeia, de que constitui uma fracção *orgânica*. Do ponto de vista espacial, a sua estrutura reflecte a tripartição deste território, também ele dividido em lugares de residência, espaços de cultivo e espaços incultos. Não esqueçamos, aliás, que as unidades familiares de exploração assumiram um papel essencial no processo de territorialização e no fortalecimento da dimensão económica das aldeias, sobretudo a partir do século XII<sup>64</sup>. Por outro lado, a associação patrimonial entre alguns casais e porções da igreja local é sintomática da sua condição de unidade familiar de povoamento integrada no espaço social da aldeia, isto é, num âmbito local de relação entre os homens, que a historiografia designa por “comunidade de aldeia”.

## FRAGMENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO

Este problema da articulação dos vários componentes poderá ser aprofundado através do estudo da fragmentação e das delimitações do casal. A análise dos casais fragmentados permitirá avaliar com maior rigor o grau de coesão interna destas unidades; o estudo das delimitações ajudará a perceber as formas concretas de distribuição e de articulação espacial dos seus componentes. Não espanta que, num território densamente ocupado e repartido, como é o Entre-Douro-e-Lima, o casal se caracterize pela dupla tendência para a fragmentação e recomposição, fruto de

<sup>63</sup> DURAND, 1982: 339.

<sup>64</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990: 82 e ss.

repartições hereditárias, alienações/aquisições e concessões muito frequentes. Para mais, a fragmentação constitui, nesta região, um fenómeno precoce, que remonta ao século X, e afecta todos os tipos de componentes, e não apenas os produtivos, como faria supor o tradicional pressuposto da indivisibilidade da casa.

Contudo, verifica-se simultaneamente uma certa contenção na fragmentação do casal e uma preocupação em quantificá-la com rigor. Muitas vezes, os documentos aludem a mais do que um tipo de componentes fragmentados, o que deixa entrever a possibilidade de o casal ser repartido na totalidade do seu património. Denunciando a coesão interna destas unidades e a complementaridade entre os seus vários elementos, estes indícios levam a admitir que frequentemente a fragmentação seria mais formal do que real. Isto é, limitados os seus efeitos à esfera da propriedade, o casal permaneceria enquanto célula de habitação, de produção e, sobretudo, de exacção fiscal. Além do mais, a diminuição da percentagem de casais fragmentados, já no século XII, permite-nos ainda colocar a hipótese de que o processo de apropriação senhorial da pequena propriedade livre, com a consequente concentração, tenha começado mais cedo no Entre-Douro-e-Lima do que nas regiões mais setentrionais do Noroeste peninsular<sup>65</sup>.

Sublinhar a complementaridade entre os diversos componentes do casal e a organicidade destas unidades de povoamento e exploração não implica, de modo algum, afirmar uma qualquer coesão *perfeita* e necessária. Naturalmente, o arquétipo que acabámos de descrever não passa disso mesmo: um *tipo* claramente dominante mas não hegemónico. É certo que permite identificar a maior parte das unidades recenseadas; todavia, no confronto com as circunstâncias próprias de cada uma, este arquétipo reveste-se necessariamente de inúmeros matizes.

## CONCLUSÃO

Por mais do que uma vez, ao longo deste trabalho, foi sublinhado o facto de o termo ‘casal’ designar uma realidade cada vez mais padronizada, a partir do século XII, correspondendo como que a um *arquétipo*, ao qual os redactores dos documentos aludiriam implicitamente sempre que utilizavam o vocábulo sem qualquer precisão descritiva. Ainda que tenhamos procurado não condicionar *a priori* o sentido que o termo assume na documentação estudada, a imagem dominante (esse *arquétipo*) que ressalta da descrição dos diferentes componentes do casal é, indubitavelmente, a da unidade familiar de povoamento e de exploração. Aliás, mesmo os significados

---

<sup>65</sup> Note-se, contudo, que só na segunda metade do século XII encontramos, na nossa documentação, alguns indícios do processo de concentração dos bens de um casal (MARQUES, 2008: Apêndice I, n.º 707, 769 e 771) ou mesmo de vários casais (Apêndice I, n.º 705-706).

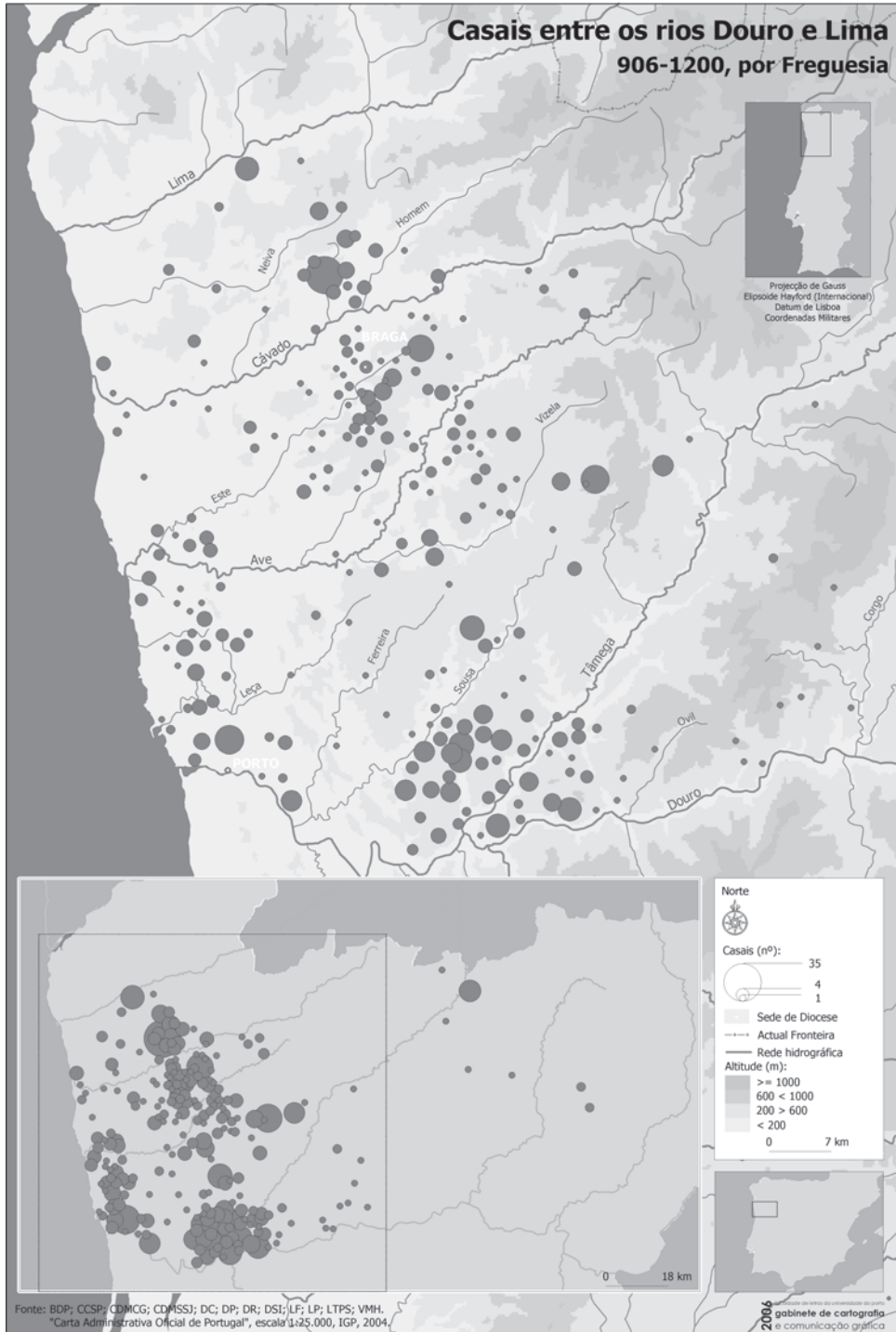
mais restritos da palavra, associados a unidades ora residenciais ora fundiárias, se aproximavam desta realidade, quando usados em sentido metonímico.

O decréscimo, em termos relativos, das menções a elementos confinantes e a componentes de casais, ao longo do século XII, corrobora esta ideia de uma “desmaterialização”, ao nível da imagem que os textos transmitem destas células de povoamento e de exploração, fruto de dois factores maiores: por um lado, as transformações registadas ao nível do discurso notarial e dos recursos textuais utilizados pelos redactores dos documentos na descrição da propriedade, cada vez mais esquemáticos e abstractos; por outro, o processo de apropriação senhorial das unidades familiares de exploração, de que resultou a valorização crescente da sua dimensão fiscal. Assiste-se assim à progressiva conversão das descrições pormenorizadas (ainda que formulares), que caracterizam a prosa “notarial” da Alta Idade Média, em meras referências à palavra ‘casal’, desprovidas de qualquer tipo de concretização, que não seja a identificação toponímica ou antroponímica da unidade. Torna-se por isso claro que o dito *arquétipo* estivesse cada vez mais presente na representação que os senhores e os redactores dos diplomas foram construindo dessa realidade.

Todavia, as alterações introduzidas (ou em alguns casos apenas *aceleradas*) ao longo do século XII não se limitam ao domínio do discurso, das representações implícitas na palavra ‘casal’. Pelo contrário, é a própria *materialidade* do casal que evolui no sentido da afirmação crescente de uma morfologia compósita, capaz de articular componentes produtivos muito diversos em torno de um núcleo residencial, forçando assim a alteração dos “modos de expressão” documental. Na raiz, esta evolução parece responder a factores de ordem ecológica, como sejam a fragmentação e a densidade que caracterizam a paisagem minhota. Mas num segundo nível de explicação, já conjuntural, é inegável que as transformações verificadas resultam de uma necessidade crescente, por parte dos senhores, de forjar instrumentos mais eficazes de gestão dos recursos e de enquadramento dos homens sob o seu domínio. Não é de estranhar que o século em que a senhorialização avançou de forma mais decidida, nesta região, seja aquele em que a morfologia do casal registou maiores transformações.

O ciclo explicativo a que aludi no início fechar-se-á se tivermos em mente que a morfologia do casal não é um mero produto das condições que lhe impôs a senhorialização. Pelo contrário, ancorada em factores ecológicos, favoreceu uma estrutura da propriedade também ela fragmentada, que ajuda a explicar a escassez de grandes domínios territorialmente contínuos nesta região, e influenciou deste modo o próprio exercício do poder senhorial. Percebe-se assim como a evolução da morfologia do casal põe bem em relevo as múltiplas transferências, de duplo sentido, que se verificam entre a base material da paisagem e os diversos modelos que o homem giza para a organizar.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES:  
A MORFOLOGIA DO CASAL ENTRE OS TEXTOS E AS MATERIALIDADES



## FONTES IMPRESSAS

- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. III. Ed. por Rui de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. IV. Ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. por Rui de Azevedo. Vol. I, tomos I e II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961.
- Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Ed. crítica pelo P.e Avelino de Jesus da Costa. 3 tomos. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990.
- LIRA, Sérgio (2001) – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira* – Vol. II (Colecção Documental). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- Livro dos testamentos do mosteiro de Paço de Sousa* (ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa; apresentação de José Mattoso. Bracara Augusta. XXIV/57-58 (69-70) (1970) 138-283).
- RAMOS, Cláudia M. N. T. da Silva (1991) – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães* (ca. 950-1250). Volume II: “Colecção Documental”. Porto: edição policopiada.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. I. Porto: Ed. policopiada. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Ed. Policopiada. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à FLUP.
- ARNOLD, John H. (2008) – *What is Medieval History?* Cambridge: Polity Press.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (1994) – *Relaciones de propiedad y estructura económica del Reino de León: los marcos de la producción agraria y el trabajo campesino (850-1230)*. In *El Reino de León en la Alta Edad Media*. VI. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»; Caja España de Inversiones; Caja de Ahorros y Monte de Piedad; Archivo Histórico Diocesano, p. 133-408.
- BAKER, Alan R. H. (2003) – *Geography and History. Bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARCELÓ, Miquel (1988) – *La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural*. In BARCELÓ, M. (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, p. 195-274.
- BARRIOS GARCÍA, Ángel & MARTÍN VISO, Iñaki (2000-2001) – *Reflexiones sobre el poblamiento rural altomedieval en el Norte de la Península Ibérica*. «Studia Historica – Historia Medieval». 18-19 (2000-2001) 53-83.
- BARROCA, Mário (2003) – *Armamento Medieval*. In MATTOSO, José, coord; BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 122-147.

- BEATTIE, Cordelia & MASLAKOVIC, Anna (2003) – *Introduction – Locating the Household: Public, Private, and the Social Construction of Gender and Space*. In BEATTIE, Cordelia Beattie; MASLAKOVIC, Anna; JONES, Sarah Rees, eds. – *The Medieval Household in Christian Europe, c. 850-C.1550. Managing Power, Wealth, and the Body*. Turnhout: Brepols, p. 1-8.
- BOUHIER, Abel (1979) – *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*. La Roche-sur-Yon: Imprimerie Yonnaise. 2 vols.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1989) – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Lisboa: INCM. 2 vols.
- CURSENTE, Benoît (1998) – *Des Maisons et des hommes. Essai sur la Gascogne médiévale*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- DAVIES, Wendy (2006) – *Introduction*. In DAVIES, Wendy; HALSALL, Guy; REYNOLDS, Andrew, eds. – *People and Space in the Middle Ages, 300-1300*. Turnhout: Brepols, p. 1-12.
- DÍEZ HERRERA, Carmen (1993) – *El "Valle" – Unidad de Organización Social del Espacio en la Edad Media*. «Estudos Medievais». 10 (1993) 3-32.
- DURAND, Robert (1982) – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*. Paris: FCG – Centro Cultural Português.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005) – *Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação*. «Portvgália». Nova Série. XXVI (2005) 149-173.
- FUENTES DOMÍNGUEZ, A. & LÓPEZ QUIROGA, Jorge (1999) – *El poblamiento rural en el Norte de la Península Ibérica (ss. V-X): continuidades, rupturas, transformaciones*. «Historia Agraria». 17 (1999) 221-228.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1989) – *Percepción y Organización Social del Espacio en la Castilla del Siglo XII*. «Finisterra». XXIV/47 (1989) 5-37.
- (1990) – *La sociedad rural en la España medieval*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1990, 2ª ed.
- (1998) – *Sociedad y organización social del espacio castellano en los siglos VII al XII. Una revisión historiográfica*. In HIDALGO, M.<sup>a</sup> José; PÉREZ. Dionisio; GERVÁS, J. R., eds. – «Romanización» y «Reconquista» en la Península Ibérica: *Nuevas Perspectivas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 317-337.
- (1999) – *Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, ed. – *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. [Santander]: Universidad de Cantabria; Parlamento de Cantabria, p. 15-48.
- (2004) – *Sociedad y organización del espacio en la España Medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004.
- GONÇALVES, Iria (1981) – *Da estrutura do Casal nos fins da Idade Média*. «História & Crítica». 7 (Março de 1981) 60-72.
- (1989) – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo (2008) – *La cultura material en la Edad Media. Perspectiva desde la arqueología*. Granada: Universidad de Granada, Universidad de Castilla-La Mancha.
- LARREA, Juan José (1998) – *La Navarre du IV<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle. Peuplement et société*. Bruxelles: DeBoeck.



- LENZI, Mauro (2004) – *Per la Storia dei Casalia del Territorio Romano nell'Alto Medioevo. Note di Lavoro*. In CAROCCI, Sandro & Venditelli, Marco – *Lorigine della Campagna Romana. Casali, castelli e villaggi nel XII e XIII secolo*. Con saggi di Daniela Esposito, Mauro Lenzi e Susana Passigli. Roma: Società Romana di Storia Patria, p. 305-324.
- LLURÓ, Josep Maria (1988) – *Nuevas tendencias en arqueología y la historia del feudalismo*. In BARCELÓ, M. (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, p. 53-72.
- LOURENÇO, Sandra (2007) – *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 257p. (Trabalhos de Arqueologia, 50).
- MARQUES, André Evangelista (2008) – *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia, A Coruña: Editorial Toxosoutos.
- (2009) – *Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhoriação do Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. In GONÇALVES, Iria Gonçalves, coord. – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas*. IV. *Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos de Históricos – Universidade Nova de Lisboa, p. 166-207.
- MATTOSO, José (1992) – *Portugal no Reino Asturiano-Leonês*. In MATTOSO, José, coord. – *Antes de Portugal*. Vol I de *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 438-565.
- (2001) – *Identificação de um País. Oposição*. “*Obras Completas de José Mattoso*”. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (2010) – *Portugal, o Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2.<sup>a</sup> ed.
- PORTELA, Ermelindo & PALLARES, M.<sup>a</sup> Carmen (1998) – *La villa, por dentro. Testimonios galaicos de los siglos X y XI*. «*Studia Historica – Historia Medieval*». 16 (1998) 13-43.
- RIBEIRO, Orlando (1986) – *Iniciação em Geografia Humana*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- (2003) – «Meio século de estudos geográficos». In RIBEIRO, Orlando – *Memórias de um Geógrafo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 31-141.
- RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz (1990) – *El casal medieval gallego: contribución al estudio de una unidad de poblamiento y explotación (siglos XI a XIII)*. In *Galicia en la Edad Media – Actas del Coloquio de Santiago de Compostela – La Coruña – Pontevedra – Vigo – Betanzos 13-17 Julio 1987*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, p. 109-128.
- SAMPAIO, Alberto (s.d.) – *Estudos Históricos e Económicos*. Vol. I: *As Vilas do Norte de Portugal*. Lisboa: Vega, Prefácio de Maria José Lagos Trindade. 2.<sup>a</sup> ed.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (1983) – *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. «*Estudos Contemporâneos*». 5 (1983) 9-115.
- TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Porto: Ed. Policopiada. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP.
- TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 156p. (Trabalhos de Arqueologia, 47).
- TORRE, Angelo (2008) – *Un «tournant spatial» en histoire ? Paysages, regards, ressources*. «*Annales. Histoire, Sciences Sociales*». 63 (5) (Set.-Out. 2008) 1127-1144.
- TOUBERT, Pierre (1973) – *Les Structures du Latium Médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IX<sup>e</sup> siècle à la fin du XII<sup>e</sup> siècle*. Roma: École Française de Rome, 2 vols.



- VARELA SIEIRO, Xaime (2005) – Casal en la documentación altomedieval de Galicia: aproximación lexicográfica. Separata de *Actas do IV Congreso Internacional de Latim Medieval Hispânico (Lisboa 12-15 de Outubro de 2005)*, p. 921-928.
- VIEIRA, Marina Afonso (2004) – *Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia, 226p. (Trabalhos de Arqueologia, 36).
- WICKHAM, Chris (1988) – *The Mountains and the City: The Tuscan Appennines in the Early Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press.
- WOLFF, Keneth (2003) – *Porquê ler Marx hoje?* Lisboa: Edições Cotovia.
- ZIMMERMANN, Michel (1989-1990) – *Glose, tautologie ou inventaire? L'énumération descriptive dans la documentation catalane du X<sup>ème</sup> au XI<sup>ème</sup> siècle*. «Cahiers de Linguistique hispanique médiévale». 14-15 (1989-1990) 309-338.



# O PAPEL DA ESCRITA NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES

MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS\*

## INTRODUÇÃO

Com o tema que amavelmente nos foi proposto pela Organização deste Congresso, e que aceitámos, muito grata, pretendemos contribuir, embora consciente dos limites de tempo e de espaço impostos, para conhecer melhor um campo de estudo, em geral, não contemplado.

Creemos poder afirmar, sem exagero, que, individual ou colectivamente, as sociedades, os reinados, as instituições, jamais serão entendidas na sua globalidade se ignorarmos uma das principais fontes de conhecimento do homem – a escrita e as suas circunstâncias –, o mesmo é dizer o protagonismo ou destaque socio-político-cultural que ela sempre desempenha em qualquer lugar e época. Cabe, pois, à ciência paleográfica interpretar, descobrir, analisar esse vestígio maior deixado por homens e mulheres que tiveram a “faculdade das letras”.

Relembramos, aqui, uma reflexão judiciosa de Jorge de Alarcão a propósito do valor e da dimensão antropológica da Arqueologia: «Se o animal deixa no chão traços da sua passagem, maiores são os vestígios que o homem deixa de si nos lugares onde esteve». Parafraseando este trecho, podemos dizer que na escrita e no seu produto (os escritos) o homem deixa, pelo menos, parte do seu auto-retrato, dos seus gostos, da sua cultura, da sua mentalidade, das suas políticas e estratégias.

\* \* \*

---

\* Professora Catedrática da FLUC. Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC).

D. Afonso Henriques nasce, disso não temos dúvidas, num território cuja cultura gráfica e mesmo a literária tinham níveis de difusão activa e passiva muito baixos. O próprio Rei, obrigado a códigos de comportamento social (como a valentia e o espírito guerreiro) que passavam bem longe da aptidão de saber ler e escrever, era muito provavelmente analfabeto.

Diga-se, desde já, que as fontes nos negaram a possibilidade da prova, todavia, é bom salientar que o interesse em descobrir se D. Afonso Henriques dominava ou não a *ars scribendi* revela-se de importância menor ao compará-lo com o valor que a escrita e os documentos por ele outorgados tiveram na organização e governança do seu tão extenso reinado.

Entretanto, como é sabido a comunicação quotidiana entre as gentes de todas as categorias era, fundamentalmente, feita pelo gesto e pela voz. Voz que “falava” já em galego-português no noroeste da Península, enquanto no Centro e Sul pre-valectiam, no ambiente da guerra da Reconquista Cristã, os dialectos moçárabes. Por sua vez, o árabe era a língua falada e escrita do povo invasor que contribuiu com largas centenas de palavras para o léxico português<sup>1</sup>. Havia ainda o latim, a língua da Igreja e da administração, ausente das bocas das populações peninsulares hispano-godas que havia muito não o sabiam falar. Deste modo, cultivado, tão-só, dentro das sés e dos mosteiros, por homens do clero secular e regular, o latim foi perdendo o brilho dos cânones clássicos deixando-se contaminar pela sintaxe, ortografia e léxico das línguas que com ela coexistiam.

Por essa heterodoxia recebeu epítetos bem pejorativos como “bárbaro”, “tardio”, “medieval”<sup>2</sup> que, no entanto, não se aplicam nem ao latim de todos os notários nem ao latim de todos os centros de produção de cartas<sup>3</sup>.

Certo é que o uso da língua latina perdurará, em exclusivo, na documentação não literária até 1214, ano da carta mais antiga que até hoje se conhece escrita em galego-português<sup>4</sup>. Trata-se de um original múltiplo correspondente ao primeiro testamento de D. Afonso II de que embora se tenham mandado fazer treze exemplares só dois sobreviveram.

Mas interessa-nos para este trabalho não o estudo da língua mas antes o da sua representação física – a escrita – enquanto memória, enquanto meio de fixação e prova jurídica da palavra, enquanto poder, e fim de utilidade pública. Deste modo, abordaremos, em primeiro lugar, os principais centros de produção documental.

<sup>1</sup> SANTOS, 1980: 578-579; MACHADO (1958-1961).

<sup>2</sup> Cf. FREIRE, 1982.

<sup>3</sup> Veja-se o caso do latim dos séculos XI-XIII da Sé de Coimbra onde “a linguagem saía perfeita, correcta, elegante – melhor diríamos – académica. A imitação dos clássicos latinos era segura, sem erros ou desvios, quer sintácticos, quer morfológicos” (PEREIRA, 1955: 349-383).

<sup>4</sup> Veja-se COSTA, 1979.

## PRODUÇÃO DOCUMENTAL: CENTROS E AGENTES

No período em apreço, é de destacar a chancelaria régia, as chancelarias dos mosteiros e das sés e ainda os *scriptoria*.

Mas o que se entende por chancelaria?

Entre as várias definições optamos pela que nos dá a Comissão Internacional de Diplomática. Chancelaria “é um órgão de governo de um estado, de uma instituição de administração pública. É a maior parte das vezes responsável por tudo o que diz respeito à expedição dos actos”<sup>5</sup>. Desde sempre foi um serviço de alta responsabilidade e de grande exigência técnico-profissional pois, ainda que os reis portugueses só mais tarde, no século XIII, com destaque para D. Afonso II<sup>6</sup>, viessem a tomar consciência da força ímpar dos seus actos escritos, certo é que o exercício do poder temporal ou espiritual tinha na escrita, incondicionalmente, um aliado valioso na execução e propaganda das suas políticas quantas vezes arbitrarias.

Num tempo caracterizado por instabilidade político-social, desorganização administrativa e fragilidade económica e cultural provocados pela guerra de Reconquista, não é de esperar que o serviço da chancelaria seja, por um lado, isento de práticas transgressoras, sobretudo do ponto de vista paleográfico e diplomático, e por outro, tenha a auto-suficiência de funcionamento, elementos decisivos para as “boas normas” de qualquer chancelaria.

No que respeita à chancelaria afonsina, podemos dizer que está documentada desde Agosto de 1128 dando continuidade, em muitos aspectos, à rudimentar *aula comitis* de seus pais, o Conde D. Henrique e a rainha D. Teresa. São prova disso mesmo os primeiros sinais de validação usados por Afonso Henriques, muito similares aos de seu pai mas, sobretudo, a manutenção no cargo de notário de um eclesiástico da Sé de Braga, que estivera já ao serviço de D. Teresa, *Menendus Feison*, embora com o infante Afonso passasse a adoptar o título de chanceler: “*Menendus infantis cancellarius*”.

Importa, no entanto, referir que, numa época de estreita e inevitável relação entre as chancelarias régias e a Igreja, alfobre de homens cultos e letrados, D. Afonso Henriques, em Maio de 1128, doou a Paio Mendes, arcebispo da Sé de Braga, todos os direitos da chancelaria. Admite-se, porém, como certo que os prelados bracarenses nunca tenham usado deste privilégio e mercê. Todavia, os factos apoiam, sem reservas, as intenções do nosso monarca traduzidas no recrutamento, na Igreja de Braga, dos seus seis primeiros chanceleres: o arcediogo Pedro Roxo (1128-1140); o subdiácono Pero ([1135-1141]); o capelão Elias (1141); o arcediogo

<sup>5</sup> CARCEL ORTÍ, 1994: 69.

<sup>6</sup> Ver a este propósito, SANTOS: 2000.

Mestre Alberto (1142-1169); o subdiácono Paio (1147-1153) e o cónego secular Pero Feijão (1169-1181) a quem sucederá o célebre Julião Pais, leigo e homem de invulgar cultura e sentido político.

Desconhecem-se formulários e regulamentos para as primeiras chancelarias régias portuguesas assim como outras práticas relacionadas com a elaboração e expedição das cartas. Ainda assim, por fontes indirectas, é sabido que a chancelaria afonsina era itinerante, pois acompanhava as deslocações do monarca e possuía um chanceler além de depender, obrigatoriamente, de um número variável de notários (redactores) e escribas recrutados no seio da Igreja. Determinante para a regular actividade deste órgão era o abastecimento de pergaminho, penas e tinta. Mas que dizer do diplomatário de D. Afonso Henriques? Cabe salientar, desde já, que em qualquer centro de produção de cartas se verifica, invariavelmente, uma desigualdade, por vezes, significativa, entre a quantidade dos actos produzidos e a dos que sobreviveram<sup>7</sup>.

Aliás, no tempo de Afonso Henriques não faltam razões para explicar a perda e a destruição dos pergaminhos. Com efeito, aponte-se, por um lado, a marca, acentuadamente bélica, deste reinado, pouco favorável à produção abundante de actos escritos e, por outro, o risco elevado de as cartas desaparecerem, devido às mesmas circunstâncias. Mas deixemos, agora, falar os números.

Originais possuímos 66, cópias e falsos<sup>8</sup>, coevos e modernos, mais de uma centena, notícia de que existiram, mas não chegaram até nós, igual número, o que soma perto de 400 actos. Ainda que estivesse distante a prática de “governar pela escrita”, importa realçar que para um reinado cuja longevidade atingiu quase as seis dezenas de anos (57) é legítimo admitir a produção de um volume maior de escrituras. Apesar de tudo, o valor da documentação de Afonso Henriques pode medir-se pelo número assinalável de mosteiros, catedrais, chancelarias régias e outros centros de Portugal, Galiza e Castela que copiaram ou confirmaram os actos Henriquinos. Numa pesquisa não exaustiva pudemos, todavia, encontrar cartas do

<sup>7</sup> Veja-se sobre este assunto de nossa autoria, SANTOS, 2001a: 233-256.

<sup>8</sup> Diga-se que as falsificações abundam, no século XII, por todos os centros de produção da Europa. Da chancelaria pontifícia às chancelarias reais de Itália, França, Leão e Castela, dos mosteiros de Mont-Cassin, de Saint-Denis ou de Fulda aos nossos de Lorvão, Santa Cruz de Coimbra ou de Alcobaça. No entanto, os falsos encontram-se sobretudo entre os actos papais e régios. Entretanto, é justo realçar, aqui, o trabalho notável do Prof. Rui de Azevedo, diplomata ilustre, a quem se ficou a dever a rigorosa crítica diplomática dos falsos documentos de D. Afonso Henriques. Identificou falsificações produzidas no século XIII, sobretudo doações outorgadas pelo Rei a mosteiros, de que se destaca o de Santa Cruz de Coimbra, e outras tantas forjadas por autores dos séculos XVI e XVII como Frei Bernardo de Brito, Lousada Machado e Frei Nicolau de Santa Maria. *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques*, A. D. 1095-1185, introdução diplomática e notas [...] de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 (*Documentos Medievais Portuguesas. Documentos Régios*, I).

Rei em apreço no *Livro Preto*, da Sé de Coimbra, no *Liber Fidei*, da Sé de Braga, no *Censual*, da Sé do Porto, no *Livro Santo* e no livro de *D. João Teotónio*, do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, nos Cartulários de S. Salvador de Celanova (Galiza), no de *Baio-Ferrado*, de Grijó, e no do mosteiro de Fiães, sem esquecer as frequentes cópias e confirmações que das suas cartas fizeram os seus sucessores, sendo de destacar, a monumental obra paleográfica que é a *Leitura Nova*, de D. Manuel I.

No entanto, as chancelarias posteriores parecem revelar uma tendência, ainda que pouco acentuada, para um aumento de emissão de cartas. Diga-se, por exemplo, que de D. Sancho I, cujo governo durou cerca de 37 anos, nos chegaram mais de duas centenas de documentos sendo 70 originais.

Por sua vez, de D. Afonso II, que reinou cerca de uma dúzia de anos, conhecem-se mais de duzentas cartas das quais 111 são originais<sup>9</sup>.

De volta à chancelaria de *O Conquistador*, diga-se que este serviço revela, sem admiração, o carácter rudimentar e precário dos quadros político e administrativo deste reino peninsular ainda em gestação.

A natureza diplomática dos documentos, uns solenes e outros simples, é pouco diversificada. Distribui-se, com efeito, por cartas de doação, de couto, de foral, de escambo (em número reduzido) e de outras sem expressão numérica.

Além disso, a rede laboral era frágil pois segundo Rui de Azevedo não há provas de que tivesse havido escribas efectivos na chancelaria sob as ordens do chanceler. Ao contrário, e quando aqueles não ficam “escondidos” para sempre no anonimato, verifica-se que foram os notários das sés (nos primeiros tempos como já vimos, Sé de Braga e, mais tarde, Sé de Coimbra) e dos mosteiros, de que é forçoso destacar o de Santa Cruz de Coimbra, a par de outros como os de Arouca, Pendorada, Lorvão, Tarouquela, os autores da redacção e da escrita dos actos, mesmo quando estes eram destinados a outras instituições.

Quanto ao teor diplomático das cartas de Afonso Henrique, o tema já por nós abordado, em estudo realizado há alguns anos<sup>10</sup>. Ainda assim, chamaremos a atenção para o facto de os escribas ao serviço deste monarca, se revelarem, em comparação com os de Afonso VII, mais cultos jurídica e diplomaticamente e, por isso, mais originais não se afastando, todavia, do rigor a que deviam obedecer todas as cláusulas jurídico-literárias, da invocação às fórmulas penais. A este propósito, e pela sua importância, é de referir a cláusula de validação traduzida, nesta

<sup>9</sup> Cf. Rui Pinto de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa e M. Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, 1979 e SANTOS, 2000. Acrescente-se que do reinado de D. Sancho II possuímos um diplomatário composto de menos de uma centena de cartas. O rei governou 25 anos mas são bem conhecidas as condições em que o fez, o que, de alguma forma, pode explicar esta parcimónia documental (BERNARDINO, 2003).

<sup>10</sup> Veja-se SANTOS, 1990.



época, por listas de assinaturas heterógrafas de testemunhas e confirmantes, e sinais rodados. Os selos pendentes, cuja hegemonia será alcançada no século XIII. Com efeito, existe um documento de 1157 onde pode ler-se: *et meo sigillo confirmamus* de que já só restam, todavia os furos no pergaminho e os liames de que pendeu o selo<sup>11</sup>.

Mas o labor da escrita não se reduzia à documentação administrativa outorgada pelo Rei. Paralelamente, nos principais mosteiros e sés existiam, mais ou menos organizadas e prósperas, chancelarias destinadas a elaborar os actos das suas instituições, de particulares, e, como vimos, até do Rei<sup>12</sup>.

Todas recrutam os seus agentes de escrita no clero regular, caso dos mosteiros, ou secular, caso das catedrais. Era o monopólio clerical da escrita.

Quem eram esses homens? Os seus antropónimos, de múltiplas origens, a germânica, predominante, a cristã, a hebraica, a latina, entre outras, seguidos muitas vezes da sua categoria, remetem-nos para um grupo, não homogéneo, a que chamamos hoje clérigos-notários.

A maior parte pertence ao clero secular destacando-se os presbíteros, os diáconos e os subdiáconos. Nos mosteiros, pode trabalhar na chancelaria qualquer membro da comunidade, do abade e prior aos *fratres* e monges. Por sua vez, quando se autoqualificam, o que é raro, fazem-no utilizando os termos *scriba*, *scriptor*, *notarius* e *notator*<sup>13</sup>. Recorrem aos verbos *noto*, *scribo* e, excepcionalmente, *titulo* para significarem escrever e redigir, enquanto apenas para esta última tarefa, que se mostrava sempre mais complicada, usaram as formas verbais *dicto*, *anuntio*, *denuntio*, *pingo*, *depingo* e *exarare*. Pertenciam à Igreja e nela eram preparados, em particular, nas escolas catedrais, monásticas ou paroquiais. Aí aprendiam, além de Gramática, Música ou Retórica, a técnica de escrever bem, ou seja, em vários estilos: o elementar, o usual e o caligráfico. No entanto, os caminhos que nos levam mais claramente ao perfil técnico-cultural possuído por cada um deles são, sem dúvida, o das tipologias da escrita, que abordaremos mais adiante e o uso de cláusulas diplomáticas consideradas secundárias, mas que eram sinais inequívocos de complexidade cultural. Referimo-nos à invocação que, regra geral, abria o documento e punha-o, através de um discurso quase teológico, que invocava o nome de Deus, da Virgem, de Jesus Cristo, entre outros, sob a protecção e a *fides* divina; e à arenga ou preâmbulo “fórmula na qual se traduz pelo recurso a senten-

<sup>11</sup> GOMES, 2008: 88 e ss.

<sup>12</sup> Conhecem-se por estudos acurados, as características das chancelarias do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (GOMES, 2007), da Sé de Coimbra (MORUJÃO, 2005), da Sé de Braga (CUNHA, 2005), e da Sé do Porto (SILVA, 2008).

<sup>13</sup> Cf. CASADO OTAOLA, 1994: 107-113.

ças, provérbios, passos bíblicos e outras considerações, a motivação ideal da acção jurídica efectuada<sup>14</sup>.

Apesar de tudo o que ficou dito, o clérigo-notário não detinha poder para conferir aos seus actos *fé pública* pelo que não poderá ainda ser considerado um “profissional da escrita”. Com efeito, não é remunerado pelo trabalho que desempenha, situação que se vai manter até ao aparecimento do tabelionato no século XIII<sup>15</sup>, ainda que possa receber simbolicamente *umas boas luvas* ou uma gaiola e uma touca<sup>16</sup>.

Mas a maior parte das instituições religiosas do Portugal afonsino possuía, além da chancelaria vocacionada, como vimos, para a feitura de cartas de natureza administrativo-validatória, o *scriptorium*, espaço destinado à realização da cópia dos códices. Os que chegaram até nós, inteiros, salvos, felizmente, da prática generalizada e impiedosa da fragmentação<sup>17</sup> que os reduziu, muitas vezes, a pedaços de pergaminho, de pequenas dimensões, celebram a fama de copistas e *scriptoria* de que é forçoso realçar os de Santa Cruz<sup>18</sup> e da Sé de Coimbra<sup>19</sup>, da Sé de Braga<sup>20</sup>, dos mosteiros de Lorvão<sup>21</sup> e de Alcobaça<sup>22</sup> só para citar os maiores.

Desconhecemos para todas estas casas a localização do *scriptorium* bem como as suas características e regras de funcionamento. Apesar desta omissão, é sabido que ocupou nos mosteiros e sés peninsulares e de outras partes da Europa, espaços diversos, como junto às bibliotecas, às igrejas, dentro dos claustros fechados, enfim próximo das cozinhas onde, como determinavam os preceitos da Ordem de Cister de 1444, a entrada era interdita a estranhos salvo os escrivães para fazerem tinta e enxaguarem o pergaminho<sup>23</sup>. O ambiente de trabalho, individual ou colectivo, deveria pautar-se, invariavelmente, pelo silêncio, concentração e responsabilidade. Copiar um livro era uma empresa muito exigente de todos os pontos de vista: humano, material, económico e cultural.

<sup>14</sup> Ver o trabalho de nossa autoria, SANTOS, 2001b: 75-91.

<sup>15</sup> Sobre as origens do tabelionato português, veja-se, por todos, NOGUEIRA, 2008.

<sup>16</sup> Diga-se que são os únicos casos conhecidos e referidos por GUERRA, 2003.

<sup>17</sup> Sobre este assunto veja-se ALTURO I PERUCHO, 1999.

<sup>18</sup> Ver CRUZ, 1964. Em 1997, por sua vez, foi publicado um excelente catálogo (NASCIMENTO & MEIRINHOS, 1997), que incluiu o estudo de Aires Augusto do Nascimento “O ‘scriptorium’ de Santa Cruz de Coimbra: Momentos da sua história”.

<sup>19</sup> Ver COSTA, 1983.

<sup>20</sup> Veja-se sobre este assunto, COSTA, 1985.

<sup>21</sup> Cf. MARQUES, 1998: 29-74.

<sup>22</sup> MIRANDA, 1996.

<sup>23</sup> NUNES, 1969: doc. 48.

Quanto à mão-de-obra, há provas de que muitos escrivães eram copistas transferindo, não raras vezes, para as cartas avulsas, marcas estéticas e gráficas próprias dos códices.

Documentos de Santa Cruz de Coimbra, de Lorvão, de Alcobaça, de Viseu<sup>24</sup>, não nos permitem duvidar dessa actividade dual. Referimo-nos à presença de letras ornamentadas no início dos documentos, à acentuada elegância da escrita, à regragem cuidadosa, entre outros aspectos. De todo o modo, é possível traçar, em linhas gerais, os dotes exigidos a um copista. Antes de tudo, devia possuir mais do que uma cultura jurídico-diplomática (esta indispensável para os documentos) uma habilidade e sabedoria gráficas sem as quais não poderia desempenhar a sua tarefa. Na esmagadora maioria pertencia ao clero regular ou secular, era homem, ainda que haja notícias, não para Portugal, de monjas copistas. Entre eles pode estabelecer-se duas categorias: os *scriptores*, monges jovens a quem competia a cópia de livros comuns e usuais e os *antiquarii*, religiosos mais velhos, de experiência acumulada que se ocupavam da cópia de livros artísticos ou litúrgicos<sup>25</sup>. A ambos era exigida uma formação técnica feita no seio da Igreja e que para alguns autores deveria demorar, no mínimo, dois anos. Ao cabo deste tempo obtinha-se um copista apto para desenvolver um trabalho duro e complicado que o exercício diário e contínuo muito contribuiria para tornar mais fácil.

O horário laboral era muito variável, pois a estação do ano, as festas religiosas, as condições materiais e técnicas influenciavam de maneira determinante o número de horas de trabalho diário. Para um copista do século IX-X ficamos a saber que «custosa mais que todas as artes é a dos copistas: o trabalho é difícil e difícil é ter o pescoço dobrado e escrever sobre o pergaminho durante seis horas»<sup>26</sup>.

Não nos vamos deter sobre a produção dos códices pois outros autores e nós própria já o fizemos com algum pormenor<sup>27</sup>. No entanto, queremos deixar realçado que o século de Afonso Henriques, longe ainda de atingir, do ponto de vista da cópia dos livros, o esplendor do século XIII, revela já uma produção librária significativa.

De referir, igualmente a circulação (importação e exportação) de livros entre mosteiros e sés de Portugal e outros reinos europeus<sup>28</sup> e a formação de bibliotecas (por compra, doação ou cópia) com um acervo assinalável de livros litúrgicos, litúrgico-musicais, de direito, e outros<sup>29</sup>. Estão neste caso, atestadas pelos inventários

<sup>24</sup> Cf. GOMES, 2002: 276 e ss.

<sup>25</sup> NASCIMENTO, 1999.

<sup>26</sup> NASCIMENTO, 1999: 49.

<sup>27</sup> COSTA, 1990: 3-28.

<sup>28</sup> ALTURO I PERUCHO, 2001; SANTOS, 2001c: 29-45.

<sup>29</sup> Cf. DÍAZ Y DÍAZ, 2007.

ou outras fontes que chegaram até nós, as livrarias das Sés de Coimbra, Braga<sup>30</sup> e Viseu<sup>31</sup>, bem como as dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra<sup>32</sup>, Alcobaça<sup>33</sup> e Lorvão<sup>34</sup> que representaram um papel considerável na transmissão da cultura medieval.

## MODOS DE ESCREVER

A expressão do poder real de Afonso Henriques está, entre outras manifestações, nos documentos com que governa e dialoga com os seus súbditos. Em particular, a chancelaria, como centro privilegiado de difusão e propaganda da autoridade régia funcionava, ela própria, como *potestas*, sustentada, e sempre reforçada, pela escrita longe ainda, porém, de competir com o domínio das armas pelo qual passava, boa parte, do sucesso da acção política do soberano.

Atente-se, antes de tudo, na fórmula essencial dos documentos, a subscrição que, com o nosso primeiro Rei dá, por si só, um testemunho da evolução de autonomia e governança políticas do incipiente reino português.

Deste modo, lembremos que, de 1128 até 1139, o futuro Rei, ainda infante, é auto-retratado, entre outras formas diplomáticas como: «ego infans domnus Alfonsus», «ego infans Aldeffonsus dux Portugalensis», «ego Alfonsus Portugalensium princeps comitis Henrici et regine Tarasie filius» ou ainda pela mão e cultura mais exigentes e complexas do notário *Egas frater*, em 1130, numa carta de couto: «ego Adalfonsus infans filius Irricus et Tarasia regina humilis Christi famulus, gratia Dei in sublimitatis culmine et ejus misericordia dignitatis gloria et honore sublimatus» esta última, sem dúvida, uma belíssima subscrição continuada por uma arenga de bom efeito retórico. Por sua vez, as origens de alta estirpe de Afonso Henriques associadas à condição de Rei (título que usa a partir de 1140) bem como o estado de homem casado, com filhos, vão sendo registados nos documentos que contribuem, desta forma, para uma biografia cronológica fundamentada do nosso primeiro monarca.

Assim, em 1142, numa doação pode ler-se: «ego inclitus rex domnus Alfonsus bone memorie magni Alfonsi imperatoris Spanie nepos comitis Henrici ac regine Tharasie filius» enquanto em 1155 o seu notário Pedro Amarelo deixou escrito: «ego Alfonsus Portugalensium rex et uxor mea regina Mahalda una cum filiis nostris rege scilicet Sancio reginaque Orraca et regina Mahalda...».

<sup>30</sup> COSTA, 1983: 3-74; —, 1985.

<sup>31</sup> Cf. GOMES. 2002: 269-281.

<sup>32</sup> Veja-se sobre este assunto CRUZ, 1964; NASCIMENTO & MEIRINHOS, 1997; GOMES, 2007.

<sup>33</sup> Cf. NASCIMENTO, 1991: 147-165; MIRANDA, 1996.

<sup>34</sup> NASCIMENTO, 1992.

Estamos no coração do século XII, tempos de turbulência gráfica. Os modos de escrever, nas suas múltiplas morfologias, módulos, sistemas braquigráficos, sentido estético, sobrepunham-se à “moda” ditada por um qualquer *scriptorium* ou chancelaria.

Mas, pergunte-se: que modelos gráficos vigoravam nos centros de produção de livros e escrituras do Portugal de Afonso Henriques? Diga-se que após o monopólio peninsular praticado pela chamada escrita visigótica, até meados do século XI<sup>35</sup>, de que se conhecem, sem influências externas, três variedades (cursiva, semi-cursiva e redonda ou elegante), entra-se, ainda que paulatinamente, num longo processo de transição desta tipologia para uma outra designada por letra carolina.

Com efeito, a partir de 1054, data do mais antigo documento paleográfico conhecido traçado em letra visigótica, mas com marcas acentuadas já de um outro modelo que se estava a importar, assistimos à prática de um tipo de escrita híbrida a que chamamos visigótica de transição para a carolina. Trata-se do cruzamento, ora com predominância da primeira, ora com preferência para a segunda, de duas fortes correntes paleográficas. Uma, conservadora, peninsular, com origens no século VI, e outra, estrangeira, proveniente do Império Carolíngio (França), onde se forma por fins do século VIII. Diga-se, ainda, que a visigótica representa uma matriz cultural rústica, feudal, fechada sobre si mesma, traduzida, por isso, num esmero de execução, exceptuando a variedade redonda, descuidado e grosseiro. Ao contrário, a carolina é a elegância gráfica ao serviço desse movimento cultural europeu que ficou conhecido por Renascimento carolíngio. Na verdade, o êxito que, então, Carlos Magno alcançou nesta hercúlea obra, teve, na escrita, um aliado decisivo.

Lembremos que a difusão do livro e da leitura bem como o incremento de produção dos documentos só foi possível por uma acentuada expansão da letra que buscou o nome [carolina] no antropónimo do célebre imperador: Karolus.

A propósito desta letra, transcrevemos uma passagem de um nosso artigo:

*Depois de um período graficamente pobre, que se estendeu do século V ao VII, a carolina surgiu como uma maneira de fazer renascer no homem um espírito esteticamente elevado, ao mesmo tempo que, pela sua elegância e harmonia, aniquilava a rudeza e o aspecto grosseiro típico das chamadas escritas nacionais (merovíngia, beneventana, insular e visigótica)<sup>36</sup>.*

Podemos, pois, afirmar que a adesão precoce à escrita carolina era sinónimo de espírito renovado, pensamento aberto, vontade de progredir.

<sup>35</sup> Sobre este assunto veja-se por todos a nossa obra: SANTOS, 1994.

<sup>36</sup> SANTOS, 2000-2001: 104-105.

Os primeiros *scriptoria* e chancelarias portuguesas que revelaram aquela opção foram, sem espanto nosso, a Sé de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade<sup>37</sup>. Na primeira, depois de algumas dezenas de anos de rotinas de transição, os seus cónegos notários “expulsam” para sempre, em 1137, “a escrita do passado”. Por sua vez, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, implantados em Coimbra a partir de 1131, e com estreitas relações com a Catedral, revelam a mesma tendência ao optar, com firmeza, pela carolina, a partir de 1145. Cumpre, todavia, salientar que estes dados adquirem particular sentido porque são fenómenos pioneiros dado que a “vida” da visigótica de transição será prolongada pelas mãos de muitos clérigos-notários e copistas pertencentes a diversas comunidades seculares e regulares até 1172, ano do último testemunho (conhecido) de prática visigótica, produzido no mosteiro de Pedroso<sup>38</sup>. Chegou, pois, o momento, de observar a reacção da chancelaria principal do reino, a um movimento de mudança de comportamentos pessoais e colectivos de escrever.

Era o registo gráfico, naqueles tempos, o maior meio de acção do poder central, o mais eficaz processo de propaganda régia, o único veículo capaz de fixar leis, de gravar direitos e deveres, de registar compras, vendas ou doações, enfim de recolher e guardar a memória do Homem. Faltam-nos, é certo, provas bastantes desta época, para afirmar que as gentes tinham um conhecimento suficiente do papel decisivo da escrita nas suas vidas e até na morte. Essas surgirão em abundância logo no reinado do neto de Afonso Henriques, D. Afonso II, traduzidas em múltiplas manifestações, já por nós analisadas, como confirmações, originais múltiplos, conservação e guarda de cartas e diplomas associadas, naturalmente, à organização e produção do primeiro livro de registo da chancelaria régia até hoje conhecido.

Voltemos, à chancelaria afonsina e aos seus notários bafejados pelo ambiente cultural da residência preferida do Rei, Coimbra. Assim, seria muito estranho que dela viesse um exemplo de oposição à novidade ou uma prática prolongada de modelos de transição (da visigótica para a carolina).

Com efeito, pelo que nos é dado a conhecer na documentação conservada nos arquivos, o uso da visigótica de transição foi francamente residual – possuem-se

<sup>37</sup> Cabe lembrar a complexidade cultural que se vivia nas duas instituições. Cf. MORUJÃO, 2001: 141-166; GOMES, 2007; MARTINS, 2003.

<sup>38</sup> Aliás, vem a propósito lembrar que a direcção do movimento de introdução da letra carolina, em Portugal, ganhou o sentido de Norte para Sul, o mesmo, afinal, da Guerra de Reconquista que teve em Afonso Henriques o grande protagonista. Todavia, quando falamos de abandono da escrita visigótica há que referir que, na prática, ela obedecesse a um movimento de sentido contrário, ou seja, de Sul para Norte. Daqui se conclui como, regra geral, os cartórios que aderiram mais cedo aos modelos gráficos externos, como Pendorada, Pedroso, Lorvão, Arouca, foram, justamente, aqueles que permaneceram ligados, até mais tarde, ainda que já em modelos de transição, ao estilo matricial da visigótica (Cf. SANTOS, 1994: 260 e ss).

apenas quatro exemplos originais desse tipo de escrita – tendo vigorado apenas até 1143, ou seja, cerca de três dezenas de anos antes do abandono definitivo da visigótica em Portugal.

Podemos, pois, afirmar, sem lugar a dúvidas, que o serviço de produção de documentos de Afonso Henriques se abriu à moda de escrever ditada pela Europa havia alguns séculos mas que no nosso reino demorou a impor-se.

Como já dissemos, não sabemos se D. Afonso Henriques possuiu a aptidão de escrever. No entanto, se soubesse escrever tê-lo-ia feito em carolina, a escrita da sua chancelaria, a matriz física dos sinais múltiplos do poder, da propaganda, da comunicação institucional e política de que necessitou para afirmar, de forma notável, a sua soberania dentro e fora do Reino que levou décadas a edificar.

Interessa pôr agora a questão: que fim útil tinha a escrita em tempos de Afonso Henriques? Que papel político-social desempenhou?

A resposta à primeira pergunta é fácil. Numa sociedade acentuadamente marcada ainda pela oralidade, pelo poder, sempre efêmero, da voz, o registo gráfico é usado com parcimónia, isto é, fica reservado para os grandes contratos jurídico-administrativos, quer privados, quer públicos. Deste modo, os mosteiros, os conventos, as catedrais e igrejas, os nobres e camponeses e outros revelam uma tendência para utilizar a escrita como forma de gerir melhor os seus bens. A documentação particular do século XII diz respeito, fundamentalmente, à constituição do património individual ou colectivo, através de compras/vendas e escambos e doações. Por sua vez, os testamentos, espelho de uma mentalidade religiosa católica temente a Deus e desejosa de preparar na Terra o paraíso celeste, multiplicam-se e envolvem bens e pessoas de qualquer natureza e condição. Com carácter já de raridade é possível ainda encontrar, no campo da documentação particular, cartas de alforria, o mesmo é dizer documentos pelos quais é concedida a liberdade a escravos, homens ou mulheres. De forma incipiente, porém, assistimos ao aparecimento dos primeiros cartulários, testemunho maior do reconhecimento da importância da escrita, que alcançarão, em Portugal, no século XIII, o seu apogeu. Com efeito, um cartulário<sup>39</sup> é muito mais do que a reunião, num só livro encadernado, de documentos *in-pleno* (avulsos) pertencentes a uma pessoa ou instituição com a finalidade de proteger/guardar e conservar a memória e o valor jurídico que lhes estão associados. Um cartulário é um arquivo portátil, é o resultado de um trabalho de reconhecimento e cópia de documentos. Produto de um labor complexo e exigente, fortalece a gestão patrimonial do seu possuidor, pois a utilidade imediata era fixar a memória, provar perante a justiça, defender intransigentemente a honradez dos direitos e

<sup>39</sup> Por todos e para múltiplos aspectos do mosteiro de Lorbão, veja-se a obra excelente *Liber Testamentorum coenobii Laurbanensis (estudios)*, com fac-símile, Léon, 2008.



deveres lavrados nos documentos. Merecem, pois, realce alguns dos mais antigos cartulários do século XII. Um provém do mosteiro de Lorvão, casa de monges beneditinos, do concelho de Penacova, perto de Coimbra. Nele foram recolhidas 86 cartas. Cronologicamente, diga-se, que 58 são do século X, 10 do século XI, 3 sem data e 1 de ano duvidoso, 14 do século XII, 8 dos quais são acrescento ao núcleo principal. O cartulário, que como todos os outros não possui, com toda a certeza, toda a produção da chancelaria monástica, foi copiado por vários mãos numa visigótica redonda influenciada já pela carolina (o a fechado, sistema de abreviar por letra sobrescrita<sup>40</sup> coexistem ainda que sem hegemonia com o a aberto, o *tau*, o *épsilon* e outras morfologias de letras tipicamente visigóticas.

Segundo Rui de Azevedo<sup>41</sup>, foi organizado durante o abaciado de Eusébio que governou o mosteiro entre 1086-1118 tendo contribuído de forma assinalável para um dos períodos de prosperidade patrimonial desta casa antes da adopção da Ordem de Cister e da passagem de mosteiro masculino para feminino (inícios do século XIII)<sup>42</sup>.

A este junta-se o não menos conhecido Livro de Mumadona, condessa galega fundadora do mosteiro de Guimarães no século Xº o cartulário de riqueza significativa do ponto de vista do património imóvel e móvel, sobretudo livros<sup>43</sup>, possui cerca de sete dezenas de documentos, o primeiro dos quais é justamente o testamento de Mumadona. Igualmente conhecido é o *Livro Santo*, começado no ano de 1155 e proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra fundado por D. Afonso Henriques em 1131. É composto de mais de duas centenas e meia de documentos entre os quais se contam «documentos pontifícios, privilégios reais, doações, compravendas, escambos» e outros. Leontina Ventura escreve sobre este valiosíssimo cartulário geral dos cónegos regrantes de Santo Agostinho:

*Aqueles documentos são a prova do benefício ou privilégio usufruído, guardam a memória dos seus direitos, fixam os factos que confirmam a posse das propriedades adquiridas a títulos diversos por parte do mosteiro. Esquecê-los ou perdê-los punha em causa o seu poder material<sup>44</sup>.*

<sup>40</sup> Os *scriptores* de Lorvão foram pioneiros na adopção da nova letra, pois em 1086 já a conheciam como revela o mais antigo documento em visigótica de transição para carolina (SANTOS, 1994: 257 e ss). Porém, vem a propósito dizer que aqueles homens eram bons paleógrafos uma vez que copiaram documentação predominantemente em visigótica cursiva, estilo que lhes terá exigido alguma perícia.

<sup>41</sup> AZEVEDO, 1993: 35-36.

<sup>42</sup> Veja-se MARQUES, 1998.

<sup>43</sup> *Livro de Mumadona. Cartulário medieval existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo do Tombo*, reprodução facsimilada. Apresentação de J. A. Pinto Ferreira, Academia Portuguesa da História, Lisboa, MCMLXXIII.

<sup>44</sup> *Livro Santo de Santa Cruz – Cartulário do século XII*, edição por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, JNIC, Lisboa, 1990.

Observemos agora o contributo da escrita para o campo político-social. São múltiplos os testemunhos que a chancelaria henriquina nos oferece para enaltecermos o papel decisivo que a escrita desempenhou na governança interna e externa liderada por Afonso Henriques. Citemos, em primeiro lugar, o recurso a cartas de doação, de couto e de foral. As primeiras, endereçadas a nobres, a particulares ou a religiosos destinavam-se a entregar bens, quase sempre de raiz (casais, igrejas e castelos), para recompensar serviços, fidelizar pessoas e cargos, enquadrar as populações. Quanto à recompensa de serviços dêem-se alguns exemplos: em Abril de 1142, o Rei doa a Rodrigo Pais, alcaide de Coimbra, várias herdades neste concelho e ainda Alcabideche, em Condeixa, «pro bono servicio quod mihi fecistis et amore mei quem erga vos habeo»<sup>45</sup>, no ano seguinte, contempla Marinha Soares com a vila de Ancas, concelho de Anadia, igualmente pelo bom serviço que ela sempre prestou ao Rei<sup>46</sup>.

Por sua vez, em 1148, Guilherme de Cornibus recebe a herdade de Atouguia-da-Baleia (concelho de Peniche), por uma ajuda muito especial prestada aquando da conquista de Lisboa aos mouros: «et hoc facimus pro bono servitio et adiutorio quod nobis fecistis vos et parentes uestri in captione de Ulixbona»<sup>47</sup>.

Com os coutos<sup>48</sup>, a percentagem maior entre toda a documentação expedida, pretendeu Afonso Henriques conceder privilégios e isenções àqueles de que mais necessitava, nobreza e clero, para a construção e afirmação política do Reino.

Na verdade, são em número significativo as cartas de couto outorgadas, por exemplo, aos mosteiros e sés do Reino. Assim, registem-se as escrituras lavradas em favor, entre outros, dos mosteiros de Vila-Nova-de-Muíá (c. Ponte da Barca); de Santa Marinha de Vilarinho (c. Sabrosa); de S. Cristóvão de Rio Tinto (c. ???); de S. João de Tarouca (c. Tarouca) e às sés de Coimbra, de Braga e do Porto<sup>49</sup>

Quanto aos forais, documentos de natureza político-administrativa, diga-se que foram, sem dúvida, motores de desenvolvimento do Portugal concelhio revelando os objectivos do Rei, ou seja, os de povoar o território, conferindo às populações direitos e, ao mesmo tempo, estabelecendo-lhes deveres. O primeiro foral conhecido, por confirmação, de seu neto, D. Afonso II, foi dado à vila de Seia, no ano de 1136<sup>50</sup>, embora

<sup>45</sup> *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques...*

<sup>46</sup> *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques...*, p. 249, doc. 201.

<sup>47</sup> *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques...*, p. 276, doc. 225.

<sup>48</sup> Diga-se, a este propósito, que a carta mais antiga que se conhece outorgada por Afonso Henriques é uma carta de couto do “hospital” de Dornelas (c. Boticas) dirigida à Sé de Braga [1127-1135] copiada no *Liber Fidei*, fl. 115, doc. 405 (*Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*, ed. crítica de P<sup>o</sup> Avelino de Jesus da Costa, ts. I, II e III, Braga, 1965, 1978 e 1991).

<sup>49</sup> *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques...*, pp. 215, 217, 218 e 219, docs. 175, 176, 177 e 178.

<sup>50</sup> *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques...*, p. 176, doc. 152.

haja notícia de um, anterior, outorgado à terra de Numão, em 1130. Outros se seguiram, sendo de destacar os forais concedidos a Lisboa, Santarém e Coimbra, em 1179, com o propósito de conferir estabilidade a três centros urbanos muito importantes.

No total, e segundo cartografia de Maria Helena da Cruz Coelho, o monarca concedeu 47 cartas daquele género desde Melgaço, em [1183], até Évora, o território mais a sul, em 1166<sup>51</sup>. Com a aplicação destas medidas de organização político-social, decisivas para a coesão de um reino em busca da definição territorial, geográfica e cultural, só eram possíveis através da escrita, a força do poder, lavrada no pergaminho pelos notários.

Destacámos a escrita e os escritos ao serviço da política interna. Se, no entanto, olharmos as relações externas verificaremos como elas, tiveram, também, no suporte gráfico, um aliado determinante.

Estão neste caso os inúmeros tratados que Afonso Henriques assinou com os monarcas dos reinos peninsulares e pelos quais passou grande parte da diplomacia, expansão territorial e afirmação da soberania portuguesa<sup>52</sup>. Tratados que envolveram intensa troca de mensagens, correspondência, diplomas, entre Portugal, os reinos europeus e a Santa Sé, práticas bem reveladoras da importância que já nesta altura possuía o “preto no branco”.

Todavia, há um diploma que merece o destaque maior. Trata-se, com efeito, da bula *Manifestis probatum est*, de 1179, outorgada por Alexandre III. O aniversário do Rei, 900 anos do nascimento, associado ao daquele documento pontifício, 830 anos, efemérides celebradas por todo o Portugal, em 2009/2010, tiveram como resultado judiciosos estudos acerca desta bula solene<sup>53</sup>. Por isso, não vamos deter-nos sobre o assunto. Ainda assim seja-nos permitido transcrever o que a este propósito dissemos:

*O valor histórico deste documento, original, validado com as cláusulas mais solenes, é apreciável, pois o Papa reconhece a Reconquista vendo nela uma forma legítima de dilatação da Fé Cristã.*

Na verdade, para Afonso Henriques é o reconhecimento da sua soberania sobre Portugal. A partir de 1179, é legitimamente chamado Rei e o nosso território alcança a jurisdição de Reino independente<sup>54</sup>.

<sup>51</sup> COELHO, 1996: 554 e ss.

<sup>52</sup> Para mais pormenores veja-se alguns capítulos da obra mencionada na nota anterior. Cf. o estudo profundo, realizado recentemente, sobre este Rei, de MARQUES & SOALHEIRO, 2009.

<sup>53</sup> Veja-se *Poder espiritual/poder temporal. As relações Igreja-Estado no tempo da Monarquia (1179-1909)*, Actas 26 a 28 de Maio de 2009, Academia Portuguesa da História, Lisboa, MMIX.

<sup>54</sup> SANTOS, 2009: 393-399. Veja-se publicação integral da bula, com tradução, entre outros, em Isaías da Rosa Pereira (PEREIRA, 1979: 117-141). Sobre as bulas com o mesmo nome que se seguiram, veja-se MARQUES, 2009: 89-123.

Em conclusão, por tudo o que fica dito, cremos ter contribuído para exaltar, de forma inequívoca, o papel que o documento paleográfico-diplomático desempenhou nos começos da nossa monarquia. D. Afonso Henriques e a classe culta que o rodeava deram abundantes provas de que tinham consciência de que o poder da palavra era grande mas maior era a palavra [escrita] do poder.

## FONTES IMPRESSAS

- AZEVEDO, Rui; COSTA, P. Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues (1979) – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Universidade de Coimbra.
- Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques, A. D. 1095-1185*, introdução diplomática e notas [...] de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, I).
- Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. crítica de Pe Avelino de Jesus da Costa, ts. I, II e III, Braga, 1965, 1978 e 1991.
- Livro de Mumadona*. Cartulário medievo existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo do Tombo, reprodução facsimilada. Apresentação de J. A. Pinto Ferreira, Academia Portuguesa da História, Lisboa, MCMLXXIII.
- Livro Santo de Santa Cruz – Cartulário do século XII*, edição por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, JNIC, Lisboa, 1990.
- Liber Testamentorum coenobii Laurbanensis (estudios)*, com fac-símile, Léon, 2008.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTURO I PERUCHO, Jesús (1999) – *Studia in codicum fragmenta*. Bellaterra: Universidade Autònoma de Barcelona.
- (2001) – *El llibre manuscrit a Catalunya orígens i esplendor*. Generalitat de Catalunya.
- AZEVEDO, Ruy de (1993) – *O mosteiro de Lorvão na Reconquista Cristã*. Lisboa, p. 35-36.
- BERNARDINO, Sandra Virgínia P. Gonçalves (2003) – *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, Coimbra (tese de mestrado policopiada).
- CARCEL ORTÍ, Maria Milagros, ed. (1994) – *Vocabulaire International de la Diplomatie*. Valence, Universitat de Valencia, p. 69.
- CASADO OTAOLA, Luis (1994) – *Petrus presbiter: génesis documental y consecuencias sociales de la especialización escrituraria del clero*. In SÁEZ, Carlos & GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín – *Las diferentes historias de letrados y analfabetos*. Alcalá de Henares, p. 107-113.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1996) – *Concelhos*. In SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A.H. de, dir. – *Nova História de Portugal. Portugal em definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do século XIV*. Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: ed. Presença, p. 554 e ss.

- COSTA, Avelino de Jesus da (1979) – *Os mais antigos documentos escritos em português, revisão de um problema histórico-linguístico*. Separata da Revista Portuguesa de História, tomo XVII, Coimbra.
- (1983) – *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI e XVI*. Coimbra.
- (1985) – *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Braga.
- (1990) – *Coimbra – Centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos dentro da Península, nos séculos XI e XII*, separata das *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, p. 3-28.
- CRUZ, António Cruz (1964) – *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média. Observações sobre o «scriptorium» e os estudos claustrais*. Porto.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e (2005) – *A chancelaria Arqueiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Corunha.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. (1983) – *Codices Visigóticos en la monarquía leonesa*. Leon.
- FREIRE, José Geraudes Freire (1982) – *O latim medieval e o português proto-histórico em dez documentos de Guimarães do séc. IX ao séc XIII*. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. V. Guimarães.
- GOMES, Saul António (2002) – *Livros e alfaia agrícolas litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188*. In «Humanitas», vol. LIV, p. 276 e ss.
- (2007) – *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage.
- (2008) – *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de estudo*. Coimbra: FLUC, p. 88 e ss.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro (2003) – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa.
- KAPKE, Susana, ed. (2007) – *Hispania Vetus Musical-liturgical manuscripts from visigothic origins to the franco-roman transition (9th-12th centuries)*. Bilbao: Fundación BBVA.
- MACHADO, José Pedro (1958-1961) – *Influência arábica no vocabulário português*, vols. I e II. Lisboa.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998) – *Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister*. In *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: ed. Colibri, FLUC, p. 29-74.
- (2009) – *A bula Manifestis probatum, Ecos, textos e contextos*. In MENDONÇA, Manuela, dir. & REIS, Maria de Fátima, coord. – *Poder espiritual – poder temporal : as relações Igreja-Estado no tempo da Monarquia (1179-1909) : Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 89-123.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes & SOALHEIRO, João (2009) – *A Corte dos Primeiros Reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II*. Gijón.
- MARTINS, Armando (2003) – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- MENDONÇA, Manuela, dir. & REIS, Maria de Fátima, coord. (2009) – *Poder espiritual – poder temporal: as relações Igreja-Estado no tempo da Monarquia (1179-1909): Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- MIRANDA, Maria Adelaide (1996) – *A iluminura Românica em Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaca. Subsídios para o estudo da iluminura em Portugal*. Lisboa.
- MORUJÃO, Maria do Rosário (2001) – *A Sé de Coimbra. Centro de produção documental no tempo de D. Afonso Henriques*. In *Estudos de Diplomática portuguesa*, ed. Colibri, p. 141-166.

- (2005) – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Coimbra, dissertação de Doutoramento policopiada.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá (2008) – *Tabelionato e instrumento público em Portugal. Génese e implantação (1212-1279)*. Lisboa: IN-CM.
- NASCIMENTO, Aires Augusto do (1991) – *Livro e leituras em ambiente alcobacense*. In *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaca e Simpósio de Lisboa*. Actas. Braga, p. 147-165.
- (1992) – *O mosteiro de Lorvão e o seu scriptorium*. In *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa séculos XII-XV*. Porto.
- (1999) – *O 'scriptorium' medieval, instituição matriz do livro ocidental*. Lisboa.
- NASCIMENTO, Aires Augusto & MEIRINHOS, José Francisco, coords. (1997) – *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: BPMP.
- NUNES, Eduardo Borges Nunes (1969) – *Álbum de Paleografia Portuguesa*. Lisboa, doc. 48.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa (1979) – *O papa Alexandre III e a bula "Manifestis probatum"*, separata do 8º Centenário do reconhecimento de Portugal pela Santa Sé. Lisboa, p. 117-141.
- PEREIRA, Marcelino Pereira (1955) – *O latim de alguns documentos da Sé de Coimbra (1086-1210)*. «Revista Portuguesa de História», tomo VI. Coimbra, p. 349-383.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1990) – *O teor diplomático em documentos régios do século XII*. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, Coimbra: ed. Colibri, FLUC.
- (1994) – *Da visigótica à Carolina – a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: JNICT-FCG.
- (2000-2001) – *Modos de escrever no século XII em Portugal. O caso do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. «Bibliotheca Portucalensis», II, série, nº 15-16, Porto, p. 104-105.
- (2000) – *A chancelaria de D. Afonso II (1211-1223). Teorias e práticas*. In *Ler e compreender a escrita na Idade Média*.
- (2001a) – *As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séculos XII-XV)*. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Coimbra: ed. Colibri, FLUC, p. 233-256.
- (2001b) – *O 'ornamento literário' em documentos medievais: o preâmbulo ou arenga (773(?)-1123)*. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Coimbra: ed. Colibri, FLUC, p. 75-91.
- (2001c) – *As condições técnicas e materiais da cópia de manuscritos na Idade Média*. In *Santa Cruz de Coimbra. A Cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média*. Porto: BPMP, p. 29-45.
- (2009) – *A bula Manifestis probatum est – um documento entre a eternidade e o presente (1179-2009)*. In «Arquivo Coimbrão», volume XLI, *Homenagem de Coimbra a D. Afonso Henriques nos 830 anos da Bula Manifestis Probatum est e nos 900 anos do seu nascimento*. Coimbra, p. 393-399.
- SANTOS, Maria José Moura Santos (1980) – *Importação lexical e estruturação semântica – os arabismos na língua portuguesa*. Separata de «Biblos», LVI, Coimbra, p. 578-579.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2008) – *Scriptores et notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra.

# A ALIMENTAÇÃO NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES

MARIA ALEGRIA FERNANDES MARQUES\*

Pretender dizer algo de novo acerca da alimentação no tempo de D. Afonso Henriques é realizar quase o impossível. Por um lado, são por demais conhecidos os géneros de que os homens podiam lançar mão para a sua sobrevivência quotidiana, conhecimento aliás muito facilitado, e de há muito tempo, pelos estudos pioneiros de Oliveira Marques e Iria Gonçalves e continuados por outros respeitáveis nomes da nossa historiografia<sup>1</sup>, por outro, se quisermos ir mais além e colocarmo-nos numa visão próxima da antropologia cultural ou da história das mentalidades, se nos cingirmos a uma cronologia estrita pouco, muito pouco, encontramos, nas fontes da época, que no-lo permitam.

No entanto, há que prosseguir a investigação, na busca de novas leituras de fontes e problemas e, no momento, dar resposta à expectativa dos organizadores deste Colóquio, que pretenderam abarcar diferentes aspectos do que é tido por comum na abordagem do tempo do nosso primeiro rei. A força das origens e a mitologia da vitória têm tido uma carga suficientemente forte para afastar outras visões que não se lhe prendam, razão por que é de saudar o cariz inovador desta realização<sup>2</sup>.

1. Consideremos, pois, duas ordens de razões em relação à alimentação no tempo de D. Afonso Henriques.

Em primeiro lugar, entendemos ser de vincar a existência de um fundo cultural que, a exemplo da língua e de outros aspectos civilizacionais, funcionou como

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de História da Sociedade e da Cultura.

<sup>1</sup> Para a bibliografia portuguesa sobre o tema, ver Martins, 1993: 67-82. Acrescente-se-lhe as obras indicadas nas notas *infra*, 4, 17 e 74, e ainda GONÇALVES, 1992-1993: 175-189; —, 1997<sup>a</sup>: 15-32; —, 1999: 225-243; —, 2000: vol. I: 21-26; —, 2004: 43-65; GUIMARÃES, 2001 e LIMA-REIS, 2008.

<sup>2</sup> Não sem assinalarmos que algumas das temáticas aqui presentes foram também abordadas na nossa obra, de colaboração com João Soalheiro: MARQUES & SOALHEIRO, 2008.



um enorme pano de fundo em que se inscrevia o tempo de Afonso Henriques; em segundo lugar, são de ter em conta as fontes que projectam luz nesse momento do nosso passado colectivo.

1.1. Quanto ao primeiro aspecto, não será demais evidenciar que os tempos que atendemos são continuadores de práticas ancestrais provenientes de um tempo mais ou menos longínquo em que o homem se dedicava à recollecção de frutos silvestres, ao cultivo de cereais, à criação de animais e a actividades pesqueiras e cinegéticas. Em muitos povoados pré-históricos, localizados de Norte a Sul do actual território português, acham-se vestígios de géneros que, na sua mudez, ilustram os hábitos alimentares dos povos que o habitaram. Vestígios do consumo de cereais (nem que seja pela existência de fossas escavadas para a sua armazenagem), leguminosas, mariscos, bem como restos de utensílios que os homens utilizavam para a moagem dos cereais, a obtenção de peixe e de animais, os sinais materiais de práticas cinegéticas podem ser apresentados como o quadro de referência dos usos alimentares desses habitantes longínquos da faixa atlântica da Península. A presença de tantas estátuas zoomórficas achadas pelo território, sobretudo no Norte e Centro interiores pode também ser indicada como sinal do respeito e da importância que os seus habitantes mais remotos dedicavam aos animais e às actividades com eles relacionadas, a caça e a pastorícia. A eles acrescerão os vestígios de cerâmica quer para a transformação e confecção dos alimentos, quer para o seu consumo.

Entretanto, a chegada de populações vindas do Oriente terá sido oportunidade de introdução de algumas novidades, nomeadamente no que diz respeito ao cultivo da vinha, da oliveira e à conservação dos alimentos, com os fenícios a seguirem, também na Península, os seus modos de salga do peixe. Ainda que, em território português, não haja vestígio de qualquer instalação ligada a esse tipo de actividade, é de todo crível que ela fosse conhecida; as ânforas poderiam também ser um dos seus utensílios.

Sobre os tempos da dominação romana na Península, Estrabão deixou-nos algumas notas com interesse para o conhecimento da alimentação então em uso<sup>3</sup>. Segundo ele, os Lusitanos cultivavam o trigo, a cevada, a oliveira, a vinha, a figueira. Comiam pão de bolotas, carne de cabra e manteiga, na ausência do uso do azeite. Bebiam água, cerveja de cevada e leite de cabra.

É conhecido como os romanos contribuíram para o desenvolvimento da cultura do trigo, da vinha e da oliveira, até numa perspectiva de comercialização dos produtos obtidos. A transformação que introduziram na cultura dos cereais, especialmente do trigo, ajudou à sua afirmação como o principal cereal de panificação,

---

<sup>3</sup> GARCÍA Y BELLIDO, 1945: 132-134.

fazendo recuar, por isso, as práticas antigas do aproveitamento da bolota para esse fim. O uso dos cereais não se ficava pelo pão, mas também servia a massas, de textura e consistência diversas, de que o *pulmentum* e a *polenta* eram exemplos e ficaram como lembrança.

Em termos alimentares, a afirmação da presença dos romanos na região a sul do Douro viria a traduzir-se pelo domínio de diferentes tipos de pão no território, no Norte, o de milho miúdo, ou seja, a boroa, no Sul, o pão de trigo.

Sob domínio romano, é de notar ainda a produção do *garum*, o célebre molho ou condimento obtido da maceração, em salmoura, do sangue, vísceras e pedaços de atum e cavala, e ainda de pequenos peixes, moluscos e crustáceos esmagados. A técnica ajudava à valorização dos produtos da natureza local.

Aos romanos se deverá ainda a especial apreciação do consumo de aves, bem como dos respectivos ovos.

Em vestígios materiais do tempo da sua dominação acha-se a presença de nozes, pêssegos, romãs e cerejas.

E, a julgarmos pela literatura e pela aproximação deste espaço do Império ao do seu núcleo central, os vegetais (alface, pepino) marcariam também presença importante na mesa do tempo<sup>4</sup>.

A chegada de povos bárbaros ao espaço do Império, na turbulência que havia de marcar o fim da sua existência, ficaria marcada por uma regressão civilizacional, como é sabido. A situação foi notória na Península e no sector alimentar, aquele que agora nos ocupa. Haveria de demorar tempo até que uma nova realidade culinária se mostrasse saída de um mundo novo em gestação e que fazia convergir, em algo de novo e de diferente, o que fora o mundo dos hispano-romanos e agora se transformara em tempo de hispano-godos. Parece ter havido certa preferência pelo porco, cujo consumo era acompanhado pelo de carne de vaca e de ovelha. A seu lado, as leguminosas e os vegetais, como a fava, o *faseolum* (talvez mais uma pequena fava que feijão), o rábano, o pepino, o tremoço, marcavam a sua presença<sup>5</sup>.

Foi sob o domínio visigótico que a presença dos judeus na Península se tornou mais intensa, ao mesmo tempo que se começou a considerar incómoda e os seus membros perseguidos. Em bom rigor, e porque se afirmavam como comunidade auto-excluída, não ficou marca da sua presença no domínio da alimentação.

O mesmo não se pode dizer dos muçulmanos, chegados em onda seguinte. A sua presença secular, de muitos séculos, tantos mais quanto se avance para o Sul do território, ficou marcada até pelas palavras de origem árabe com uso no sector da alimentação. Alface, arroz, acelga, cenoura, alfarroba, albricoque, romã, tâmara,

<sup>4</sup> Sobre a alimentação romana na época imperial, ver ORNELLAS E CASTRO, 1997.

<sup>5</sup> Sobre os hábitos dos Suevos e dos Visigodos, ver MARQUES, *dir.*, 1993: 18 e 100-103.

limão, laranja, açafão, alecrim, albarrã, bolota, maçaroca, tremoço, azeitona, azeite, acepipe, aletria, alféloa, açorda, almôndega, escabeche, xarope, xarém, palavras de origem árabe que se transpuseram ao idioma peninsular, comprovam que o que então assim se designava ou se tratava de novidade neste espaço ou eram produtos com novas utilizações ou sob novas formas de confecção que assim se consagravam<sup>6</sup>. Junta-se, a propósito, a referência ao trigo mourisco, lembrança, em nome, de uma variedade mais produtiva do cereal que se havia tornado dominante na alimentação humana<sup>7</sup>.

Os muçulmanos intensificaram a recolha de frutos (figos, uvas, ameixas) para secagem, no Verão, bem como as suas mulheres procediam, pelo mesmo tempo, à confecção de queijos de cabra e ovelha.

Nas práticas culinárias, confeccionavam os alimentos em recipientes de barro, sobre fogo de lenha. Eram comuns as sopas ou guisados, com favas, lentilhas, grão-de-bico, legumes, de confecção lenta e demorada. No caso de sopas, era comum a junção de ossos, para um sabor mais intenso, realçado pela incorporação de uma ou outra especiaria. Mas essa mesma água podia também servir a outros cozinhados, com a adição de pão, azeite, ervas aromáticas. Surgia, então, aquilo que ainda utilizamos sob o nome de sorda ou açorda. De uma outra forma, com menos água e o acréscimo de carne e gordura, faziam-se (e fazem-se) saborosas migas. Sem pão, mas com carne picada, outra textura e refogadas, as almôndegas são outra herança muçulmana. De existência secular, ainda hoje se conhece o xarém (papas de milho com amêijoas ou conquilhas), em terras do Sul.

Entre os muçulmanos, não faltava o consumo de hortaliças e legumes nem o de fruta. Aliás, as hortas eram locais esmerados de produção, bem irrigados, através dos complexos sistemas de noras e azenhas. Aí se colhiam alfaces, cebolas, pepinos, beringelas, espinafres, abóboras, melões. Nos pomares, reluziam cerejas, ameixas, pêssegos, figos, maçãs, romãs, limões, laranjas amargas, consoante a época do ano<sup>8</sup>.

O exposto permite concluir que, quando se chega ao momento da formação de Portugal, no domínio dos hábitos culturais alimentares, existiria uma linha diferenciadora entre o Norte e o Sul do território, o primeiro mais ligado às tradições provenientes da herança hispano-goda e o Sul às práticas e usos do mundo

<sup>6</sup> MACHADO, 1997.

<sup>7</sup> Trata-se de uma variedade de trigo duro, de que a variante de candéal é de grão claro e a de mourisco-fino é de grão escuro.

<sup>8</sup> Sobre a alimentação dos muçulmanos na Península ver ARIÉ, 1984: 283-289. Embora dedicada ao grande período da presença muçulmana na Península, retenha-se a última frase do capítulo: «Sin querer hacer interpretaciones apresuradas, es posible, sin embargo, encontrar en el campo de la alimentación cierta continuidad entre la España musulmana y los otros territorios de la península Ibérica a lo largo de los siglos.», o que demonstra bem a aculturação que se processou neste campo.

muçulmano e mediterrânico. À medida que se verificava uma progressão dos cristãos para Sul, eram estes que iam introduzindo novos elementos nas suas práticas alimentares e não os conquistados do Sul a aderir aos hábitos mais rústicos e rudes dos conquistadores.

Para o tempo em que nos iremos situar, após uma paragem de séculos pela linha do Douro e um tempo, quase trissecular, de indefinição entre Douro e Mondego, a Reconquista havia de fazer um avanço rápido até ao Tejo e ultrapassar mesmo essa linha, ainda que de forma problemática e pouco consistente.

Em termos de alimentação, o espaço do nosso cenário é, pois, marcado pelas tradições do Norte rural e cristão, do domínio do porco e do uso do vinho, o que deixa de fora a cozinha e os hábitos alimentares das minorias étnico-religiosas dos tempos primevos da sociedade portuguesa. Além de que nos colocamos na óptica do comensal laico, cristão e saudável, isto é, deixamos de lado também as dietas particulares, próprias dos eclesiásticos, sobretudo monges, e dos doentes.

1.2. Em relação às fontes acerca da alimentação na Idade Média, particularmente no tempo de D. Afonso Henriques, não há qualquer uma que se possa considerar privilegiada em relação às demais, isto é, que se apresente mais expressiva acerca da temática em apreço. As informações que se vão colhendo decorrem de documentos dispersos, de carácter bem diverso, que, por isso mesmo, apenas indirectamente nos levam ao conhecimento dos hábitos e práticas alimentares da população nos primórdios de Portugal. Considerámos a documentação condal e régia e a de instituições religiosas contemporâneas, e, de acordo com orientações da Comissão organizadora do Congresso, quando foi caso, levámos a investigação até aos meados do séc. XIII, através das inquirições de 1258, fonte genuína da vivência popular, e das cantigas de escárnio e maldizer que, na sua crítica a práticas ou costumes, nos transmitem um olhar atento sobre a realidade do tempo.

Para o momento próprio de D. Afonso Henriques, destacamos uma dessas fontes, pelo seu interesse ao tema. Em algum aspecto, apresenta um significado maior ao tema, precisamente por ser da época, se relacionar também com o comércio de géneros alimentares e ter sido aprovado pelas duas instâncias de poder mais relevantes, o concelho e o rei. Trata-se das posturas municipais de Coimbra, documento do seu concelho, do ano de 1145<sup>9</sup>.

A título bem diverso, o da ordenação da vida económica local, nele ficou registada boa parte dos bens de consumo transaccionados em Coimbra, pelo tempo.

---

<sup>9</sup> *Livro Preto da Sé de Coimbra: edição crítica: texto integral* (ed. por Manuel Augusto Rodrigues, com direcção científica de Avelino de Jesus da Costa), Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, p. 769-772, n.º 576.

No que à alimentação diz respeito, esse documento ilustra, sem dúvida, alguns dos bens que a população de Coimbra utilizava na sua alimentação e que encontrava à venda, no mercado e comércio locais. Trazidos dos arrabaldes, eles tanto representam o que o mercado oferecia aos consumidores, como aquilo que estes requeriam aos produtores. Numa outra escala, eles ilustram os bens que os mercadores de maior ou menor trato, de mais longa ou de menor distância, tinham capacidade de oferecer aos cidadãos da urbe mondegua, ajudando ao apuramento do seu gosto e ao refinamento da sua mesa.

Contudo, e por pena, o documento não representa aquilo a que gostaríamos chamar de “cabaz de compras” do tempo. Basta que se diga que aí não está presente nem o pão, nem o vinho, os dois géneros mais importantes e de maior significado na alimentação medieval, alimentos de ricos e pobres, do corpo e do espírito, e que valiam também pelos símbolos que representavam.

2. Na sociedade medieval portuguesa, como nas restantes do Ocidente europeu, com prolongamento durante séculos, a alimentação dos homens assentava sobre o consumo do pão, do vinho e da carne. Muito embora o peixe fosse de grande consumo, até pelos numerosos dias de abstinência de carne decretados pela Igreja, precisamente por isso ele ficou mais um alimento de substituição que um recurso com uma individualidade própria.

2.1. O pão era o único alimento para o qual não havia qualquer tipo de observação ou conotação negativa na sociedade medieval. Ao contrário, ele podia ir além do real e do concreto, para se volver em pão celeste, sinal da presença de Cristo na terra. A exemplo desse, o pão era o alimento dos homens, sobretudo quando se repartia com outros, em concórdia e amizade, à semelhança da refeição eucarística.

O pão importava a todos, ricos ou pobres, e, por isso mesmo, a destruição das colheitas era uma das desgraças maiores que o inimigo podia infligir, em tempo de guerra. Bem como a sua ausência era o sinal máximo da indigência, não só física, como moral, bem expressa no refrão “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Reportando-nos ao tempo do nosso primeiro rei, e tendo presente a ausência de notícias directas sobre acontecimentos, que o caracterizam, é de realçar aquela que faz referência a uma grande fome, havida em 1172, que ficou registada nos anais de Santa Cruz de Coimbra: “Na Era de 1210 aconteceu uma tão grande fome por todo o mundo, como não se conhecia desde o seu início. E foi tão grande, que a morte [veio] sobre todo o orbe da terra, tanto [sobre] os homens, como sobre os animais”<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> *Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (introd. por António Cruz), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968, p. 72. Traduzimos a palavra “iumenta” por animais,

O pão de cada dia tinha sabor diferente para cada homem. Não eram apenas os cereais de que era feito a conferir-lho; era também a certeza ou incerteza da sua posse e da sua suficiência, e era ainda o labor que alguns dos homens, a maior parte, tinha que colocar no seu cultivo. Do arar da terra à armazenagem do grão ia uma longa tarefa, de meses de espera e alguma incerteza. Na verdade, o cultivo do cereal comportava perigos e riscos, que os homens nem sempre tinham capacidade de controlar. Eram as condições atmosféricas, era o receio de alguma incursão inimiga, eram os animais vadios ou que se soltavam de suas pastagens, eram os mordomos do rei ou senhores, prontos a exigir um pouco mais, nem que fosse medir o alqueire acogulado, com tábua ou braço sobreposto, eram as más condições de armazenamento, que, no caso do centeio, podiam provocar graves problemas de saúde, devido a intoxicação causada pela cravagem, o fungo especialmente presente neste cereal<sup>11</sup>.

Como em todos os tempos, o pão podia apresentar-se de qualidade bem diversa, mantendo, é óbvio, a sua característica de produto vegetal.

O pão branco, alvo, sinónimo de qualidade na escala valorativa da época, encontrar-se-ia na mesa do rei e dos mais poderosos e seria aí o mais comum. A maior ou menor alvura do pão era conseguida não só pelo tipo de cereal usado, como também pelo número de vezes que a farinha era peneirada; era com este tipo de farinha que as fogaças se confeccionavam<sup>12</sup>.

Aos outros moradores do reino, em ordem decrescente de lugar na escala social, que não conseguiam ter acesso ao trigo ou a quem não era permitida a perda de cereal que a espoagem da farinha sempre representava, restava o pão meado ou terçado, consoante era produzido com duas ou três qualidades de cereal, um de primeira, o trigo, e outro ou outros de segunda, milho-miúdo ou centeio e, naturalmente, confeccionados com farinhas menos vezes passadas na peneira, por isso mais negro e grosseiro<sup>13</sup>. Seria um destes ou algo parecido, que as inquirições de

---

com consciência, no entanto, de que podia significar simplesmente cavalos, o que não era de somenos na sociedade medieval.

<sup>11</sup> Provocava o ergotismo, conhecido durante séculos por “fogo de Santo Antão”. A doença produzia alucinações, dores e contracções musculares, sensação de queimadura intensa, perturbações vasculares, podendo evoluir para casos de gangrena. Apenas foi identificada no séc. XVII.

<sup>12</sup> Referidas já nos forais de Espinho de Panoias (1144) e de Baldigem (1182), por exemplo. Cfr. *Documentos medievais portugueses: documentos régios*, 1/I: *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques. A D. 1095-1185* (ed. por Rui Pinto de Azevedo). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, p. 252-253 e 461-462, n.ºs. 204 e 346, respectivamente; (doravante, indicaremos esta obra apenas por DR.).

<sup>13</sup> A continuidade da utilização destes cereais, bem como o consumo de trigo da variedade barbera, como pano de fundo da alimentação portuguesa, foram os responsáveis pela ausência da doença celíaca até há bem pouco tempo em Portugal; tal patologia provoca diarreia e desnutrição. Muito penhoradamente, agradecemos estas informações e algumas mais, do foro do equilíbrio nutricional, à Ex.ma Senhora

1258 adscrevem, em Guimarães, aos servidores do rei, quando lhes concedem “outro pão, para toda a casa”<sup>14</sup>.

A boroa, que vemos referida como alimento dos “cães do Senhor Rei” nas mesmas inquirições de 1258, era-o também de homens, no Norte, região do milho-miúdo, o cereal da sua confecção<sup>15</sup>.

Por norma, a confecção do pão exigia um forno, podendo, no entanto, também fazer-se ao lume, em sertãs. À excepção do rei e dos senhores, é sabido que nem sempre o forno era possuído por todos e por cada um; nos senhorios, então, a sua posse era monopólio do senhor e o seu uso era taxado. Noutros lugares, como as cidades e vilas, pelo menos, o pão era amassado e levedado em casa; levado ao forno, ao cuidado de forneiros ou forneiras, era marcado com um instrumento de madeira, que lhe dava o sinal do seu possuidor; já cozido, fazia o caminho inverso, de regresso a casa, para satisfação da família<sup>16</sup>.

Os cereais não deveriam servir apenas para a confecção do pão. Por certo que se conheceriam outras massas, próprias a outros fins da cozinha; a não ser as tortas de que fala uma cantiga de Afonso X<sup>17</sup>, nenhum outro uso lhe conhecemos nos tempos próximos aos do nosso primeiro rei. Mas temos por certo que seria conhecido o seu uso em papas, uma preparação simples, de farinha de milho, água, eventualmente alguma gordura e alguma hortaliça, como couves, rama de uma qualquer outra hortaliça, como nabos, ou mesmo abóbora. Era um alimento pobre, daqueles que serviam mais ao espírito que ao corpo<sup>18</sup>; tornar-se-ia mais apetecível se pudesse fazer-se acompanhar por um qualquer conduto, simples sardinha que fosse. E é de não esquecer que uma mão cheia de farinha engrossava qualquer caldo.

Ligado ao pão, deve citar-se a presença da castanha, nas regiões que a produziam, Trás-os-Montes e Beira; em maus anos agrícolas, ela seria um bom substituto desse outro elemento essencial na dieta medieval, a par do recurso a outros géneros, como a cevada e legumes secos, onde se contavam as favas, o grão-de-bico, as lentilhas, por exemplo.

---

Professora Doutora D. Maria Helena Saldanha Domingues Freire de Oliveira, ilustre mestre da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que se dignou ler e criticar este trabalho em primeira mão.

<sup>14</sup> *Vimaranis monumenta historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Ed. organizada por João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1931, p. 186.

<sup>15</sup> LAPA, 1995: 94-95, n.º 124.

<sup>16</sup> Nas cidades muçulmanas, o pagamento deste trabalho era feito com uma pequena parte da massa, a poia, que, cozida em pedaços, os forneiros vendiam, em proveito próprio; cfr. ARIÉ, 1984: 284.

<sup>17</sup> ARIÉ, 1984: 34, n.º 22.

<sup>18</sup> Por isso, o provérbio “papas sem pão, abaixo se vão”. Sobre o significado e uso de provérbios, ver VIANA, 1993: 7-22.



2.2. Quanto ao vinho, ele era omnipresente pelo território, tão expandida estava a cultura da vinha, ligada não só aos usos alimentares, mas também à prática da religião, começando pela carga simbólica que lhe vinha da Última Ceia e do Novo Testamento. Com o pão, ele era símbolo da nova aliança de Deus com os homens. Ao seu nível, seria, pois, com a presença do vinho que os homens fariam pactos, aceitariam pazes, estabeleceriam alianças. Além disso, o vinho tinha conotação com o sangue e com a força; podia substituir a água ou ser-lhe preferível em ambientes em que ela se mostrasse verdadeiramente imprópria. Tudo isto, para além de, por experiência, os homens saberem que o vinho ajudava às refeições fortes em carne. O seu conhecido e reconhecido valor energético recomendá-lo-iam, como se conclui do foral de Penacova, quando determinava que todo aquele que tivesse vinhas e demandasse homens para as cavarem era obrigado a dar-lhes *dinheiradegas* para vinho<sup>19</sup>. As mesmas propriedades ficaram cristalizadas no provérbio “pão e vinho andam caminho”.

Era na mesa, como bebida, que o vinho achava o seu fim mais nobre, mas também mais comum, pois que podia ter outras aplicações<sup>20</sup>. A exemplo do que se sabe acontecer séculos mais tarde, o vinho poderia beber-se meado ou terçado com água, isto se, pelo menos no caso do povo, não se utilizasse já a água-pé, bebida bem mais fraca que o vinho e modo de fazer render a colheita<sup>21</sup>. No entanto, haja em atenção que o vinho da mesa do rei, ou até dos senhores, seria bem diferente do da mesa do homem comum.

Ao chegar a qualquer mesa, o vinho era o resultado de um longo e penoso ciclo de trabalhos: poda, empa, cava, escava, rendra, vindima, trasfega, envasilhamento, para nos cingirmos às etapas do trabalho decorrentes do cultivo de vinhas já produtivas<sup>22</sup>. A esta luz se têm de entender os preceitos das posturas municipais de

<sup>19</sup> *Os forais de Penacova*. Edição fac-similada, com nota introdutória, glossário, transcrição paleográfica e tradução por Maria Alegria F. Marques. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2007, p. 27, 56 e 60.

<sup>20</sup> Indiquemos a cozinha, a botica e, segundo Maria José Azevedo Santos, até no *scriptorium*; cfr. SANTOS, 1997: 68.

<sup>21</sup> De um modo geral, a água-pé é uma bebida que se obtém pela adição de água ao bagaço das uvas, depois de tirado o vinho e, nalguns casos, espremido o bagaço na prensa. Pode ser melhorada com a adição de algum mosto. Achamos referência a água-pé, como coisa distinta do vinho e banal, no foral manuelino de Vagos, de 12 de Agosto de 1514. Ver *Os forais manuelinos de Soza e de Vagos*. Edição fac-similada, com nota introdutória e transcrição paleográfica e glossário por Maria Alegria F. Marques. Vagos: Câmara Municipal de Vagos, 2007.

<sup>22</sup> Na consideração da cultura da vinha havia ainda que entrar em linha de conta com o arroteamento da terra e o plantio e enxertia do bacelo, tarefas que eram demoradas no tempo, e que justificavam as situações especiais dos contratos sobre a vinha, com a exigência de rendas menores nos primeiros três anos de existência. A propósito do cultivo da vinha e do vinho, é bem interessante aproximar o seu calendário do tempo religioso, simultaneidade bem expressa nos provérbios e na cultura populares (cfr. VIANA, 1993: 14-15).

Coimbra, de 1145, quando determinavam as penas<sup>23</sup> e as multas<sup>24</sup> em que incorria quem, por si, seus filhos menores ou animais (nomeadamente bois, ovelhas e cavalos) causasse dano ou fizesse furto nas vinhas situadas no concelho coimbrão.

Pelo tempo do nosso primeiro rei, não se conhecem quaisquer castas cultivadas em Portugal, como não se identificam qualidades de vinho. Numa cantiga de Estêvão da Guarda, do séc. XIII, há referência à vinha “mourisca”, nos campos de Valada (c. Santarém)<sup>25</sup>. A ela se juntariam outras, algumas das quais seriam as que se assinalam nos sécs. XIV-XV, no senhorio de Alcobaça<sup>26</sup>. Talvez que algumas delas fossem já, ou pelo menos, as directas antecessoras da “baga”, “português-azul”, “bastarda”, “castelã”, “trincadeira”, “arinto” (a única branca), ainda hoje em uso no nosso território, algumas com claro nome de sabor português. Certo é que havia vinho tinto e vinho branco; talvez se encontrasse algum doce, feito daquele mosto tirado directamente da dorna e fervido na vasilha, na ausência do bagaço, e que chegou aos nossos dias, pelo menos nalgumas regiões, com o nome de “vinho de bica aberta”.

A qualidade do vinho dependeria de muitos factores, e, para o tempo, não achamos vinhos de nomeada; o mais próximo testemunho encontramos-lo numa cantiga de Estêvão da Guarda, gabando o vinho que se bebia em Lisboa<sup>27</sup>, sem dar, contudo, a sua proveniência.

Como factor de sociabilidade (à mesa ou não), o seu caso levou a considerar que “quem tem bom vinho, tem bom amigo”, ou “com teu vizinho casará teu filho e beberá teu vinho” ou, ainda de sentido mais profundo, como que encerrando os desejos mais caros do homem, “pão e vinho e parte no Paraíso”.

Mas, ao invés, o vinho podia ser também fonte de turbação, de perda do juízo, de debilidade física, enfim, de porta de entrada num mundo de pecado<sup>28</sup>. Já por então haveria situações de que dá conta o refrão que diz “bebamos até que não nos conheçamos”<sup>29</sup>, sem estar presente o cuidado a ter, que mandava que “temperado o bebamos, para que em culpa não incorramos”<sup>30</sup>.

<sup>23</sup> Açoites para as crianças, até aos 14 anos, e suspensão na picota, para os acima dessa idade.

<sup>24</sup> 5 soldos.

<sup>25</sup> LAPA, 1995: 81, n.º 100.

<sup>26</sup> GONÇALVES, 1989: 84-86. Ver também VIANA, 2007: 40.

<sup>27</sup> LAPA, 1995: 85, n.º 107.

<sup>28</sup> Veja-se, por exemplo, a sátira que Afonso X fez a Pêro da Ponte e que o autor só lhe justifica por «em mau ponto vós tanto bevestes»; cfr. LAPA, 1995: 30, n.º 17.

<sup>29</sup> Provérbio espanhol, que ouvimos pela primeira vez ao nosso Amigo, Prof. Doutor Fernando Amador Rámirez, da Universidad de Gran Canaria. Em VIANA, 1993: 18, encontramos um outro, que nos parece algo próximo: «comamos e bebamos, nunca mais valhamos» (*ob. cit.*, p. 18).

<sup>30</sup> In *Crónica de Pero Niño*, citada por CASTRO MARTÍNEZ, 1996: 129. Aceitamos estes dizeres por eles nos parecerem bem intemporais.

Dos excessos da mesa, onde o vinho tinha lugar primordial, nos fala o foral de Penacova, concedido pouco depois de falecido o primeiro rei de Portugal (1192, Dezembro), mas recolhendo costumes e práticas mais antigas: “Quem comer em casamentos ou em missas ou em confrarias dará, ao mordomo, um pão, uma assadura, uma posta de carne e uma infusa de vinho”<sup>31</sup>. Por certo que o alcance desta determinação estava na segurança prévia quanto aos desregramentos e turbação de espírito a que o convívio da mesa, principalmente pela ingestão do vinho, sempre podia levar. Há anos, Armando Martins trouxe a lume informação de idêntico sentido, envolvendo o próprio rei D. Sancho I e a pouca lucidez a que se deixou chegar “per prandium (...) [et] per calicem vini” num processo eleitoral em Santa Cruz de Coimbra, no início do séc. XIII<sup>32</sup>.

2.3. Pão e vinho chegariam à mesa do rei provenientes dos seus celeiros e adegas, aonde os fariam chegar os homens que lhe deviam os tributos, fosse na sua qualidade de foreiros de suas terras, fosse na de seus súbditos, sujeitos ao tributo da jugada.

Nos locais onde o rei tinha paços, o abastecimento da casa real estava a cargo de funcionário próprio, o *dapifer*, que servia às ordens do mordomo. Aí, haveria armazéns, adegas, despensas, e todo um conjunto de móveis próprios à guarda dos mantimentos, bem como haveria canais de abastecimento de produtos frescos ao palácio; em último recurso, haveria sempre o mercado local, onde esse aprovisionamento era fácil.

Já nas suas andanças pelo território, o rei e a sua comitiva consumiriam, *in loco*, muitos desses géneros, que lhe chegavam, assim, sob a forma do tributo da parada, colheita ou jantar. Na documentação do primeiro rei de Portugal achamos menção a alguns, poucos, casos de parada. Sob esse título, achamos a obrigação da entrega de 2 pães, 1 de trigo e outro de centeio ou de segunda, 1 almude de vinho e outro de cevada, na confirmação dos foros de Anciães<sup>33</sup> e no foral de Celeirós<sup>34</sup>, por sua vez, e a título de colheita, o foral concedido a Espinho de Panóias estipulava o pagamento, por cada homem, de uma fogaça de trigo e outra de centeio, um sesteiro por carne e um almude de cevada<sup>35</sup>. Apresentam-se, assim, bem parcimoniosas e com um carácter de coisa para ser consumida verdadeiramente em viagem<sup>36</sup>.

<sup>31</sup> *Os forais de Penacova...*, p. 60.

<sup>32</sup> MARTINS, 2003: 321-322, n. 859.

<sup>33</sup> DR, p. 187-190, n.º 157.

<sup>34</sup> DR, p. 352-353, n.º 276.

<sup>35</sup> DR, p. 252-253, n.º 204.

<sup>36</sup> Se confrontadas com outros tributos da mesma natureza que se encontram mais tarde, já no reinado de seu filho, como a consignada no foral de Valhelhas, resultam bastante diminutos estes tributos ao primeiro

3. Passando aos outros géneros que entravam na dieta alimentar do tempo de D. Afonso Henriques, poderemos dizer que eles são conhecidos. Carne, peixe, mariscos, legumes estariam presentes, sem dúvida. Muito possivelmente, a fruta e qualquer doce também.

3.1. Começemos pela carne. Era, a par do pão, o alimento por excelência da Idade Média; tanto assim que a sua ausência, tornando a dieta “a pão e água”, era sinal de grave enfermidade ou penitência. Num mundo de guerreiros, a seus olhos era ela que lhes dava a força física e moral que a sua função requeria. Ser nobre e fazer a guerra exigia força e praticar violência; então, significava comer carne, o que, por outra via, contribuiria para a saúde do corpo<sup>37</sup>.

Como é sabido, são abundantes as referências a animais de criação ou de caça, na documentação medieval portuguesa. Boi, vaca, carneiro, ovelha, cabra, porco, leitões, animais de capoeira, caça, são as muitas referências que todos conhecemos.

No entanto, uma coisa é considerar os animais, outra a sua utilização na alimentação humana. Assim, bois e vacas seriam animais de tracção, preciosos auxiliares do homem no trabalho da terra. Porém, mortos ou abatidos na sequência de algum acidente ou por idade avançada, por certo que o homem os aproveitaria para seu proveito próprio. Já a vitela, por mais tenra, teria uso mais fácil e imediato na alimentação, mas de forma parcimoniosa, tal seria o seu valor.

Atenhamo-nos, contudo e em primeiro lugar, aos animais presentes na listagem das posturas municipais de Coimbra, de 1145. Os carneiros da cidade teriam, à venda, nas suas tendas, vaca gorda e magra, zebro, cervo, gamo, carneiro e cordeiro, porca gorda, pombos, perdiz, coelho, galinha, anas e aves de caça, como anas montesas, abetardas, grou, rolas. Esporadicamente, poderia aparecer veado, não necessariamente vendido pelos carneiros, mas pelo seu caçador.

A carne de bovino tinha lugar secundário na alimentação, como dissemos. Seria confeccionada cozida ou assada em longos espetos e largas peças. Mas o seu uso não ficava confinado a essas práticas. Uma notícia da *Historia Compostellana* acerca da *duplicia* confeccionada com os intestinos da vaca e servida à mesa do bispo Hermenegildo de Compostela<sup>38</sup> mostra-nos que o aproveitamento dos animais poderia ir bem mais além daquele tido por imediato. Como já referimos noutro

---

rei de Portugal; cfr. *Documentos de D. Sancho I: 1174-1211* (ed. por Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira), Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, p. 54 (doravante, citaremos esta obra por DDS.).

<sup>37</sup> Note-se que a mutação na guerra será acompanhada por uma mudança na alimentação, com a preferência pelas carnes brancas, das aves.

<sup>38</sup> *Historia compostellana*. Ed. crítica por Emma Falque Rey. Turnhout: Brepols, 1988, p. 73.

lugar<sup>39</sup>, nada faz estranhar que essa mesma forma de preparar as entranhas deste ruminante, particularmente o seu aparelho digestivo, fosse desconhecido em terras de Portugal. Por um lado, é uma forma primária de preparar os alimentos, por outro, dada a continuidade espacial da Galiza e do Norte de Portugal e ainda o facto de o bispo D. Hugo, do Porto (1112-1136), ter vindo da Sé de Compostela, onde fora arcebispo, tudo concorre, em nossa opinião, para admitirmos que os contemporâneos de D. Afonso Henriques conhecessem essa forma de usar os bovinos em seu benefício próprio. Aliás, a existência, entre nós, da palavra *dobrada*, forma, em linguagem vulgar, do particípio passado do verbo *duplico*, a que o substantivo *duplicia* está ligado, designa também quer o estômago dos bovinos quando se destina à culinária, quer a própria iguaria a que a sua preparação dá lugar. Tudo concorre, pois, para afirmarmos que, afinal, a *duplicia* registada na *Historia Compostellana* se mostra como a antecessora de “um dos mais típicos pratos da cozinha portuguesa: as tripas à moda do Porto”<sup>40</sup>.

Conhecendo-se também, ainda hoje, um aproveitamento popular do aparelho digestivo dos ruminantes menores, ovelha e cabra, em preparação com algo de similar<sup>41</sup>, perguntamo-nos se, ao tempo, isso mesmo também não aconteceria já.

De um modo geral, as carnes seriam preparadas de maneiras diversas, como parece indicar a referência das colheitas régias, a carnes adubadas de três modos.

Ovinos e caprinos, ruminantes de pequeno porte, teriam ainda outras formas de aproveitamento, assados (no espeto ou no forno), guisados, em *picado* e ensopado, como parece poder concluir-se da presença de outros géneros, cebolas e alhos, e condimentos incluídos nas colheitas já referidas. Além de abundante, o carneiro seria bem apreciado; com ele e outras carnes se faria um preparado cozido durante largas horas, antepassado do bazulaque ou badulaque das terras da Beira<sup>42</sup>.

Porcos e leitões poderiam ser assados no espeto ou, talvez, também no forno. A carne de porco teria uma presença assídua na mesa portuguesa medieval. Já pela facilidade da sua criação, já pela sua presença nos foros (maioritariamente através de partes muito próprias, a espádua e o corazil), já pela facilidade da sua conservação, já pelo seu sabor e pelas múltiplas formas do seu aproveitamento, desde o courato à febra mais mimosa, ele oferecia-se, ao homem, como um alimento por

<sup>39</sup> MARQUES & SOALHEIRO, 2008: 397.

<sup>40</sup> MODESTO, 1967: 6, col.1604.

<sup>41</sup> Referimo-nos aos chamados negalhos. Na sua versão “pobre”, a mais próxima da tradição, são feitos de um preparado do estômago e intestinos desses animais, temperados de sal e hortelã, envoltos em pequenos pedaços do seu estômago, e atados com as tripas do animal, formando pequenas trouxas. São confeccionados cozidos com as canículas e a cabeça do animal, batatas e hortaliças.

<sup>42</sup> SOUSA, 2007: 135-145, que identificamos com o *baqliyyat* muçulmano referido por CASTRO MARÍNEZ, 1996: 283.

excelência<sup>43</sup>. Fresco, assado, quantas vezes no espeto, se destinado a um grupo de convivas, ou na brasa, em pedaços, com um pouco de sal; guisado, ou, já salgado, cru ou cozido, sempre a sua carne se mostraria apetecível e saborosa. Os seus nacos cozidos, os toucinhos e as cachaças (cabeça de porco salgada) dariam gosto aos caldos e serviriam à refeição. Talvez também houvesse já alguma forma de transformar as partes menos nobres e de menor funda em algum enchido, aliás, à maneira romana<sup>44</sup>. Mas disso não achamos qualquer indício pelo tempo em que nos situamos.

Quanto às aves, por certo que galinhas, frangos, capões, patos, anas, ansares, se serviriam cozidos, assados sobre o fogo, no espeto ou espalmados, ou até cozinhados no forno e guisados. Talvez que o modo de preparação do coelho não fosse muito diferente destes. Já as aves de caça, de pequeno porte, poderiam consumir-se assadas directamente no fogo, com simples pitada de sal, ou passadas por gordura de porco, que acabaria por dar-lhes outro sabor.

É de admitir que qualquer das carnes citadas também pudesse ser alvo de uma preparação com um qualquer molho, de que nada se conhece, todavia. Como é de aceitar que, à medida que os cristãos avançavam para Sul e se deparavam com novos ou mais abundantes produtos, ou diferentes maneiras de cozinhar os já conhecidos, se incorporassem novos preparados na sua culinária; a fritura em azeite bem poderia ser uma delas.

Também no que diz respeito ao consumo da carne, haveria diferença na dieta dos homens súbditos de D. Afonso Henriques. Os mais possidentes regalar-se-iam com as variedades e qualidade desejadas. Retenha-se, por exemplo, a presença muito frequente da referência às costas do porco, ao corazil, a parte do porco que incluía desde a espádua à barriga, e que era (é) saborosíssima, pelo menos no caso de porcas parideiras. Já os populares, de um modo geral, ver-se-iam reduzidos aos animais que criavam e que o pagamento dos foros lhes deixava ficar de fora. Aqui e ali, pelo país, os mais possidentes dos populares tinham também acesso à carne, por compra, como se colhe das citadas posturas municipais de Coimbra e dos forais de Mesão Frio<sup>45</sup> e de Banho<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> De notar que os varrões eram crastados; cfr. LAPA, 1995: 98-99, n.º 130.

<sup>44</sup> ORNELLAS E CASTRO, 1997: 91.

<sup>45</sup> DR., p. 290-291, n.º 237. Aí se refere o tributo a pagar pelos bancos de vender carnes, que se presume fosse a retalho, encetadas. A retalho se venderiam outros géneros e víveres, como as berças, o pão, o sal (cfr. LAPA, 1995: 216, n.º 333).

<sup>46</sup> DR., p. 292-293, n.º 239, onde se colhe a referência a carneiros e aos tributos que deveriam pagar pela sua actividade. Deixamos de lado, por muito genéricas – tão-só referência ao mercado – os forais de Trancoso, Marialva, Aguiar da Beira, Celorico, Moreira, Mós (de Moncorvo), respectivamente DR., p. 325- 340 e 363-366, n.ºs. 263, 264, 265, 266, 267 e 284, respectivamente.

Uma outra forma de acesso à carne, ao alcance dos populares, era a caça, de forma legal, quer como profissão<sup>47</sup>, sob o tributo do condado (do monte), quer sob risco, em prática furtiva da actividade.

Por referência à caça, é conhecido e faz parte do imaginário medieval a ideia de que a caça de uma maneira geral e a grossa, em particular, fazia as delícias de reis e senhores<sup>48</sup>. Afonso Henriques não deveria desmerecer do seu tempo, pois que há referências a cães nos seus documentos<sup>49</sup> ou reportados à sua pessoa<sup>50</sup> e que bem poderão estar ligados com o seu gosto e prática da arte venatória. Os documentos da sua chancelaria colocam-nos, ante os olhos, a imagem de animais de grande porte, nas referências aos tipos de caça ao veado ou ao cervo<sup>51</sup>, aos lombos de veado ou de cervo<sup>52</sup>, às mãos de urso<sup>53</sup>, ao veado, corço, gamo, porco-montês<sup>54</sup>. Não faltaria também a caça miúda, ao coelho, lebre, perdiz, e muitas outras espécies.

Ligado quer à caça, quer à alimentação, refira-se uma prática que tanto os documentos do primeiro rei de Portugal, como, posteriormente, as inquirições, nos mostram como uma das que mais contribuíam à proximidade do rei e dos seus súbditos, mesmo os populares. Trata-se do uso de correr monte e “condutar” os homens, que mais não era que dar de comer aos homens que eram chamados para acompanhar o rei e os seus amigos e vassalos mais próximos, na caça<sup>55</sup>.

<sup>47</sup> Vejam-se as referências aos monteiros, coelheiros e caçadores (*venatores*); cfr. DR., p. 60-62, n.º 49.

<sup>48</sup> Chame-se a atenção para o DR. n.º 49, no qual se encontram referência à caça de altanaria e de montaria. Cfr. *Osselo. Carta de couto. 1117*. Coordenação de Maria Alegria F. Marques. Albergaria-a-Velha: Reviver Editora – Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, 2005, p. 44 e 46.

<sup>49</sup> Um podengo, recebido por róbora da doação de Parada (-de-Ester, c. Arouca), a Monio Rodrigues; cfr. DR., p. 133-134, n.º 110.

<sup>50</sup> Nas inquirições de 1258, ficou a memória de o rei D. Afonso Henriques ter fundado um mosteiro, em Santo André de Gondomar, em terra da Nóbrega (c. Ponte da Barca). Para o efeito, concedeu diversos animais (bois, vacas, éguas) e mouros, bem como lhe deu o respectivo couto. Por sua vez, o mosteiro haveria de dar-lhe alguns sabujos, anualmente (o que indica a preocupação com a renovação das matilhas). Mas cavaleiros da terra apoderaram-se do mosteiro, tornaram-se herdeiros, o mosteiro despovoou-se e o rei perdeu os seus sabujos. Cfr. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856, p. 415 (Doravante, indicaremos esta obra por *Inq.*).

<sup>51</sup> DR., p. 48-50 e 395-398, n.ºs. 37 e 301, respectivamente.

<sup>52</sup> DR., p. 192-193, 233-234 e 352-353, n.ºs. 159, 189 e 276, respectivamente.

<sup>53</sup> DR., p. 48-50, n.º 37; p. 352-353, n.º 276 (condado de urso).

<sup>54</sup> DR., p. 60-62, n.º 49. Sobre a caça e os espaços que lhe eram próprios, ver GONÇALVES, 2006: 193-219.

<sup>55</sup> DR., p. 187-190, n.º 157. De facto, a alguns destes homens, especializados na actividade, estavam cometidas várias tarefas na actividade venatória. Eram os monteiros. Segundo se pode ler em diversos passos das inquirições de 1258, deviam apresentar-se com os seus cães (sabujos, alãos, podengos, galgos), cornos, escunas e trelas. Destes objectos, os primeiros serviam como corneta e destinava-se ao chamamento, orientação e identificação de pertença ao grupo; as segundas ajudavam a apanhar (laçar) os animais; as últimas serviam também para os ferir e bater.



A presença destes animais ou de suas partes, principalmente as mãos dos ursos, colocam o problema da sua transformação em alimento dos homens. Não achámos forma de saber algum modo de poderem ser confeccionadas, mas era certo o seu préstimo aos homens do tempo. Porém, não estranhámos a sua inclusão nos hábitos alimentares, em momento ocasional, e não como alimento comum. Haveria, por certo, modos de preparação especiais, conhecidos dos homens das brenhas e florestas, habituados por tradição, necessidade e por prática própria a confrontarem-se com esses animais<sup>56</sup>.

3.2. Ao lado da carne, o peixe marcava também a sua presença na mesa de D. Afonso Henriques, bem como na dos seus contemporâneos. Se assim não fosse, não se perceberia a tributação de que a sua pesca ou a sua transacção eram alvo em tantos forais, por exemplo<sup>57</sup>.

O lugar do peixe na alimentação medieval decorre da sua valoração na cultura cristã, a exemplo, aliás, do que já acontecia entre os judeus<sup>58</sup>. Sem outras considerações<sup>59</sup>, basta que lembremos o papel principal que ele assumia nos dias de abstinência e na dieta quaresmal, tempo de purificação e de aproximação do homem a Deus.

As posturas municipais de Coimbra, de 1145, são pobres acerca de informação sobre o produto. Apenas permitem concluir que, à cidade do Mondego, chegava peixe vindo do mar, que se vendia nas barcas que o transportavam, e que se achava, à venda, também peixe proveniente do rio. Todo ele era vendido por mão do almocácé, do mesmo modo que o seria o marisco. Porém, se ainda não era o tempo de as mulheres dos pescadores se encarregarem da tarefa da venda, ele não tardaria.

Eram variadas as espécies piscícolas de que os contemporâneos de D. Afonso Henriques podiam abastecer-se; nos forais, é frequente a referência às cargas de pescado que chegavam às várias localidades do reino.

Uma vez que o tema que tratamos se insere na longa duração, bem podemos remeter, para este tempo, todo um amplo conjunto de informações acerca de peixes que achamos mais tarde, nas inquirições de 1258. Com essa base, podemos afirmar que os portugueses dos tempos primeiros de Portugal tinham à sua disposição peixe

<sup>56</sup> De certo modo como ainda hoje acontece com a caça da raposa. Por norma, ela é apenas troféu e valia pela pele; contudo, o aproveitamento da carne não está arredio, pois que é (ou pode ser) aproveitada depois de certos dias (cerca de uma semana) mergulhada em água corrente, de forma a perder os sabores agrestes que tem. Diz quem já provou, que, então, é comestível, como outra qualquer carne de caça. Também se pode colocar a hipótese de haver alguma conotação supersticiosa, ligada à força do urso, adquirida pela ingestão das suas mãos.

<sup>57</sup> E como exemplo, cite-se o foral de Penacova, onde se acham, ligados ao peixe, os tributos da açougagem, do julgado, da alcaidaria e do condado (da pesca). Cfr. *Os forais de Penacova...*, p. 23 e 25.

<sup>58</sup> CASTRO MARTÍNEZ, 1996: 137-138.

<sup>59</sup> Ligadas ao Novo Testamento, ao baptismo e vida pública de Cristo.

do rio. Encontravam-se bogas e belas trutas, pescadas nos rios de águas batidas e cristalinas, ou outros peixes, mais modestos, agarrados nas camboas que os homens faziam nos muitos canais que irrigavam a terra, nas represas que sabiam fazer nos pegos dos rios<sup>60</sup>, ou nas lagoas que existiam nos locais. Se identificarmos estes cenários com terras do interior do território, poderemos acrescentar, a esse peixe do rio, um outro, proveniente do litoral, e que chegava salgado ou seco.

Nas terras do litoral, os homens dispunham de uma considerável presença de peixe de mar e de mariscos, até de moluscos e cetáceos. Congros, pescadas (*peixotas*), solhos, pargos, fanecas, ruivos, cações, moreias, polvos, delfins, toninhas ofereciam-se ao homem na rude luta do mar, trazidos a terra em barcas, pináceas ou caravelas<sup>61</sup>. Em certas regiões do país, cujas características fluvio-marítimas eram propensas, não faltavam as lampreias<sup>62</sup>, bem como salmões, sáveis<sup>63</sup>, ireses, particularmente em certas épocas do ano, quando as espécies subiam os rios, para a desova. Sem lugar na mesa do rei, pelo menos nas indicações das fontes que seguimos (o que não significa que ela não fosse à mesa real), a sardinha seria um dos peixes abundantes na mesa portuguesa medieval.

Não sabemos como era confeccionado o peixe. Mas fresco, seco ou salgado, cozido e assado, em boas brasas de uma simples fogueira, de quando em vez frito em qualquer gordura, nem sempre azeite, ele faria a delícia de alguns. Para todos, seria alimento por demais estimado em tempo de jejum, como eram as sextas-feiras do ano ou o tempo da Quaresma e do Advento. Assumia, assim, um papel substituto da carne, sinal de uma presença de características distintas, até opostas<sup>64</sup>. Elas eram bem notadas no que à força dizia respeito: presente no simbolismo da carne, era-o ausente do do peixe, razão que o tornava causa de fraqueza e debilidade, se levado a lugar de alimento principal<sup>65</sup>.

3.3. Nem só de pão, vinho, carne e peixe se alimentavam os contemporâneos de D. Afonso Henriques. Na sua dieta entravam as hortaliças e os legumes, verdes e secos, como as couves, os espinafres, os nabos, os brócolos, os rábanos, as

<sup>60</sup> Note-se, por exemplo, a exigência de metade da pescaria para a autoridade determinada no foral de Penela da Beira (c. Penedono), ou a exploração do pego de Serem, no rio Mondego, em Penacova; cfr. *DR.*, p. 395-398, n.º 301 e *Os forais de Penacova...*, p. 25.

<sup>61</sup> *Inq.*, p. 57 (São João da Foz).

<sup>62</sup> *DR.*, p. 71-72, n.º 57.

<sup>63</sup> *DR.*, p. 71-72, n.º 57 e p. 205-206, n.º 168.

<sup>64</sup> O peixe é branco, frio, magro; sintomaticamente, é a presença do sangue que o faz considerar “vivo”. Anote-se que as castanhas secas, cozidas, em caldo, valiam, por si, em dia de abstinência, substituindo a carne ou o peixe.

<sup>65</sup> Como é sabido, ainda hoje se afirma que “peixe [sardinha] não puxa carroça”.

alfaces, os pepinos, as beringelas, as abóboras, as cenouras, os feijões, as favas<sup>66</sup>, as ervilhas, as lentilhas, o chicharo, o tremço, o grão-de-bico, as cebolas e os alhos (ordinários e porros). Verdes ou secos, consoante a época do ano, crus, cozidos, por si ou servindo de base à confecção de uma iguaria, simples sopa que fosse adubada com um naco de carne, eles estariam presentes nas mesas ricas e pobres. Até porque o seu cultivo era fácil, na horta, na almoinha ou no cortinhal junto da casa. Do mesmo modo, sobretudo às gentes do campo ou aos mais pobres, a natureza encarregava-se de lhes oferecer algumas ervas que, de comestíveis, o homem aproveitava; beldroegas, acelgas, cardos, espargos, aipo, estavam disponíveis para a mesa de qualquer.

Em final de Outono, temos por certo que os homens recorreriam à floresta, para dela trazerem saborosos cogumelos; a algumas espécies, bastaria um pouco de sal e o brasido de uma fogueira para o homem poder retemperar o corpo e consolar a alma.

De mais alguns alimentos se poderiam socorrer os contemporâneos de Afonso Henriques. Eram derivados dos animais, logo, estariam ao alcance da mão de qualquer um. Referimo-nos ao leite, ao queijo, aos ovos. Não há muitas referências ao uso do leite<sup>67</sup>. Mas nos campos, a presença dos rebanhos e a oferta desse bem compelia ao seu uso, ainda que com os perigos inerentes<sup>68</sup>. De outras *viandas de leite*, conhece-se bem o uso das natas, pelo menos por aquela cena de Fernando Mendes, de Bragança, com a nata a escorrer-lhe pelas barbas, perante o primeiro rei de Portugal, para gáudio dos presentes<sup>69</sup>. O queijo surge como um aproveitamento natural da abundância de leite, pelo que seria alimento comum entre as populações dedicadas à pastorícia. Mas também se vendia na cidade, como o mostram as posturas de 1145, de Coimbra<sup>70</sup>. Como se poderá calcular, era queijo seco, de armazenagem, transporte e venda mais fáceis.

Quanto aos ovos, eles são por demais presentes nos foros dos contratos agrários, para que se possam ignorar. Eram, por isso, um bem fácil, à mão dos camponeses. No tempo da sua abundância, seriam armazenados em sal, paredes meias com o porco que se guardava na respectiva ucha. De comum, os ovos serviriam cozidos,

<sup>66</sup> DR., p. 30-31, n.º 24. De referir que de seu uso comum, as favas entravam num dos provérbios do tempo: “cada casa, favas lavam”; cfr. LAPA, 1995:147-148, n.º 217.

<sup>67</sup> Em LAPA, 1995: 98-99, n.º 130, uma das qualidades que se louvam de certa mulher é exactamente o facto de saber “muito de bôa leiteira”, o que parece indicar cuidados e práticas ligadas à obtenção e uso do leite.

<sup>68</sup> Por exemplo, a brucelose, doença tão característica dos caprinos e de tão mau efeito nos homens.

<sup>69</sup> *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*, Nova série. 1: *Livros velhos de linhagens* (ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, LD 12 A4.

<sup>70</sup> Cada arrátel menos quarta custava 1 dinheiro.

por vezes nas cinzas da lareira. Mas em cru, batidos com vinho e adoçados com uma colher de mel, eles constituiriam um óptimo fortificante, como se conhecia ainda há décadas nas nossas aldeias. Poderiam entrar na confecção de um certo tipo de pão, mais elaborado, mas menos comum.

3.4. Tendo, à sua disposição, este conjunto de géneros e bem alimentares, pouco sabemos, porém, do modo como os homens dos inícios de Portugal os confeccionavam, ou o que faziam para os tornarem comestíveis ou para os transformarem em algo agradável à vista e saboroso ao paladar.

Na trivialidade do dia-a-dia, bastaria um caldo e um naco de pão; uma sardinha, um pedaço de peixe do ribeiro que passava perto, um ovo, seria um manjar; um naco de carne passado na fogueira, um luxo; tudo regado com um pichel de vinho e seria a felicidade de muitos. Em dia de festa, festa do Senhor ou da Senhora, pois, por regra, só Eles a permitiam ao comum dos homens, lá haveria um caldo mais forte, uma carne mais abundante, talvez um sabor mais apurado, onde as ervas aromáticas teriam o seu papel, além do lugar óbvio do sal.

Porém, a mesa do rei e dos ricos seria mais elaborada. Aí, as especiarias tinham o seu lugar. Quais elas seriam, por este tempo, é difícil dizer-se; pela certa, a pimenta estava em voga, pois que já se acha notícia dela em 1125, pelos lados de Lamego<sup>71</sup>; em 1145, é produto à venda nas tendas do comércio de Coimbra. De nenhuma outra há notícia, por agora.

Em uso, juntava-se-lhe o sal, logo seguido de manteiga<sup>72</sup> (a mais comum era a de porco), o unto e o vinagre. Isto, sem esquecermos o importante papel dos alhos<sup>73</sup> e das cebolas na confecção e no sabor dos alimentos. Com tudo isto se poderia preparar uma odorosa vinha-de-alhos<sup>74</sup>, forma muito antiga também de conservar a carne e também sinal da presença do vinho na cozinha, ajudando à cozedura ou dando aroma e sabor.

<sup>71</sup> *Taraucae Monumenta Historica*. I. *Livro das Doações de Tarouca*. Leitura, sumários e notas de A. de Almeida Fernandes. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991, p. 80, n.º 74. Não esquecer, porém, que as cruzadas, movimento contemporâneo do nosso primeiro rei, terão sido oportunidade para o incremento do seu conhecimento e uso.

<sup>72</sup> Estava à venda no mercado de Coimbra, em 1145; cada 3 *alukias* custavam 1 dinheiro. As colheitas régias a que já nos referimos eram pródigas na sua exigência (1 almude em Valhelhas, por exemplo), o que demonstra bem o seu uso na culinária da época.

<sup>73</sup> Donde o provérbio “onde alhos há, vinho haverá”.

<sup>74</sup> “lombo de vinh’ e d’alhos e de sal”, assim refere Airas Pérez Vuitoron, em cantiga dirigida à miopia de Estêvão Anes, mordomo de D. Afonso III; cfr. LAPA, 1995: 66, n.º 74.

Quando a Reconquista levou os homens para o Sul e lhes proporcionou o contacto com outras produções, como o arroz e o azeite<sup>75</sup>, e com outros aromas, não só das ervas do campo, mas também em uso pelas gentes muçulmanas, então, haveria a possibilidade de a cozinha se refinar, ganhando novos sabores e requintando os paladares<sup>76</sup>. Bem interessante seria saber-se se alguma daquelas mouras que o primeiro rei de Portugal deixava em testamento a sua filha Urraca<sup>77</sup>, teria, acaso, algum papel na cozinha do rei, transmitindo-lhe o saber e os sabores da sua terra, necessariamente do Sul.

Quanto às ervas aromáticas, capazes de, por si só, alterarem o sabor de um cozinhado, os homens do tempo de Afonso Henriques teriam, à sua disposição, salsa, louro, poejo, carqueja, hortelã, acaso alguma outra. Maioritariamente selvagens, elas representavam a oferta da natureza aos paladares mais exigentes. Pelo tempo, havia ainda possibilidade de recurso aos acidulantes, como vinagre e agraço.

3.5. Não sabemos como terminava uma refeição na corte de D. Afonso Henriques. Com a ingestão de uma peça de fruta? Ou de um qualquer doce, na concepção do tempo, de que não tenha ficado qualquer memória?

Perante a ausência absoluta de informações acerca desta última possibilidade, consideremos a fruta. Maçãs, peras, ameixas, figos, cerejas, pêssegos, uvas, castanhas, seriam algumas das espécies consumidas. Talvez os melões, quando se alcançaram terras de Santarém, já que, ao tempo, gozavam de fama bem referenciada<sup>78</sup>. Também a fruta seca estaria presente na mesa medieval, particularmente na do rei. Avelãs, castanhas, pinhões, nozes, ameixas e figos passados seriam alguns dos exemplares possíveis, de abundantes<sup>79</sup>.

<sup>75</sup> A primeira referência que lhe achamos na documentação régia é no foral de Évora (1165) e, logo depois, no de Santarém, Lisboa, Coimbra, Abrantes (1179) Coruche (1182). *DR.*, p. 371-373, 437-454 e 466-469, n.ºs. 289, 335, 336, 337, 340 e 348, respectivamente. Por sua vez, Maria José Azevedo Santos ensina que «À parte de ser utilizado no tradicional refogado, composto por cebola e azeite, e nas frituras de peixe ou de carne, esta gordura, de uma maneira geral, teve, nas cozinhas, e neste período [medieval], uma presença reduzida»; cfr. SANTOS, 2007: 132.

<sup>76</sup> Em uso no mundo muçulmano peninsular contemporâneo estava o cravo, o cominho, o açafraão, a canela, a segurelha, o agrião, o saramago, a alcaparra, a manjerona, a mostarda, o gengibre, o almíscar, os orégãos e coentros. Alguns seriam sinal de exotismo, como bem se depreende.

<sup>77</sup> *DR.*, p. 430-431, n.º 330.

<sup>78</sup> BORGES COELHO, 1989: 76.

<sup>79</sup> Um belíssimo quadro da paisagem arbórea do Entre Douro e Minho, com os respectivos frutos, pode ver-se em GONÇALVES, 1997: vol. 6: 5-25.

A fruta podia até ser comida simples, acompanhada de um bom trago de vinho<sup>80</sup> ou de um naco de pão<sup>81</sup>; no campo, nos dias de mais intenso trabalho, quantas vezes, assim comida, ela poderia ser a refeição!<sup>82</sup> Em tempo de estio, em sítios agrestes, nos caminhos, o homem podia sempre lançar mão de alguma apetecível amora silvestre...

Os forais de D. Afonso Henriques são largos nas referências ao mel e até aos monteiros do mel<sup>83</sup>. Porém, nada sabemos acerca dele na alimentação do tempo, aceitando, contudo, que ele estava presente; era um dos muitos produtos que se vendia no comércio de Coimbra, em 1145<sup>84</sup>.

Queijadas – fosse isso o que quer que fosse – existiam já no séc. XIII, como se lê em composições poéticas do tempo<sup>85</sup>.

4. Até aqui temos considerado os alimentos, na oferta da natureza e no trabalho do homem, na sua dupla vertente de produtor e de transformador dos alimentos para seu próprio uso. Considerámos o rei e os seus súbditos, pois que aqui se perceberia alguma diferença qualitativa e quantitativa entre as dietas da Idade Média.

No entanto, há que ter presente, e ao contrário do que muitas vezes se diz, que a dieta alimentar dos camponeses seria muito variada. Basta lembrar a sua capacidade produtora, a sua relação íntima com a natureza e algum carácter de recollecção que a economia ainda apresentava. Se essa variedade chegava à cidade, já os mecanismos de lhe aceder eram completamente diversos. Aos senhores, os géneros chegavam, maioritariamente como foros; ao homem comum, advinham por venda, em anúncio de uma nova fase da economia. Mas todos lhes tinham acesso, o que é bom frisar, em diferente escala e em diversa qualidade, contudo.

Na Idade Média, o homem tinha apenas duas refeições, por principais, o jantar e a ceia, a primeira coincidindo mais ou menos com o meio do dia e a segunda com o final do dia. Não sabemos como era feita a quebra do jejum, mas haveria uma outra refeição, pela manhã, o almoço. Se os hábitos rurais alimentares de acerca de meio século ainda tivessem um toque de medievalidade, entre camponeses esta era

<sup>80</sup> A sabedoria dos provérbios assim o recomendava: “sobre peras, vinho bebas”; “por cima de melão, vinho de tostão”.

<sup>81</sup> Do mesmo modo: “pão mole e uvas, as moças põem mudas e às velhas tira rugas”. Podemos ainda acrescentar que boroa e pêssegos também têm o seu sabor.

<sup>82</sup> Do valor da fruta na alimentação de tempos antigos e das suas épocas diversas de colheita, diz bem o ditado “do cerejo ao castanho, bem me avenho; do castanho ao cerejo, mal me vejo”.

<sup>83</sup> *DR.*, p. 33-34, 176-179, 192-193, 287-288 e 300-303, n.ºs. 26, 152, 156, 159, 235 (monteiro de mel e cera), 246, respectivamente.

<sup>84</sup> A sua medida era o cubelo, para o qual não achámos correspondência; cfr. OLIVEIRA MARQUES, 1971: vol. 3: 372.

<sup>85</sup> LAPA, 1995: 34 e 98-99, n.ºs. 22 e 130, respectivamente.

já uma refeição de alimentos cozinhados, sem sopa, mais leve que as duas restantes, mas já acompanhada por uma bebida, o vinho, como não podia deixar de ser.

Entre o jantar e a ceia haveria já uma outra refeição, a merenda, mais leve e rápida que aquelas<sup>86</sup>. Resta, assim, que era no jantar e na ceia que seriam servidos os bens alimentares de que falámos acima.

4.1. Entre o rei e o povo estendia-se um longo panorama quanto aos modos e exigências da mesa. Entre o povo reinava a frugalidade e a simplicidade, enquanto entre os senhores se notavam traços de bom viver, riqueza e ostentação.

Na casa dos pobres, o lugar da alimentação era na cozinha, espaço único de estar e conviver, onde tudo era funcional. A lareira era simultaneamente lugar de preparação dos alimentos, local de os consumir e fonte de aquecimento; à sua beira, em volta de escudela maior ou bacia, velhos e novos procuravam chegar ao alimento desejado, regando-o de pichel que passava de boca em boca. Em casa um pouco mais abastada, o lugar da refeição seria uma mesa, por tosca que fosse, ladeada de um ou dois escanos corridos.

Já nos paços do rei e senhores, religiosos abrigados em casas monásticas incluídos, haveria distinção entre o lugar de preparação dos alimentos e o local do seu consumo.

No caso da realeza, se a corte se encontrava em algum dos lugares urbanos onde estanciava com mais frequência, logo, onde havia paços régios, é provável que em dias de bom tempo, de clima ameno, as refeições pudessem ser servidas em alpendres. Ao contrário, em tempo de Inverno, tratando-se da ceia, refeição do cair da tarde ou mesmo já da noite, o serviço da refeição desenrolar-se-ia no salão do paço. Então, haveria de cuidar-se de soluções para a iluminação. São elas que justificam a presença da exigência da cera (ou um montante, equivalente, em dinheiro) em tantos casos de colheita que referimos. Também se lhe poderá ligar a utilização de linho (para as tochas e os pavios das candeias), que, com tanta frequência, os camponeses eram obrigados a pagar ao rei.

Porém, se o rei se deslocava pelo território, algo diverso haveria de ser o serviço das refeições que lhe eram proporcionadas. Já notámos que o tributo da colheita e a existência de celeiros e adegas em alguns dos seus domínios davam resposta às necessidades alimentares da comitiva régia. Tais momentos de proximidade entre o rei e os povos do reino seriam aproveitados pelos moradores dos lugares, que serviriam, então, ao seu rei, o que de melhor, se produziria nas suas terras, e o que de mais extraordinário eles consideravam. Foi o que aconteceu, por exemplo, com D. Sancho I, quando um lavrador de São Salvador de Vilarinho das Cambas (c.

<sup>86</sup> LAPA, 1995: 34 e 98-99, n.ºs. 22 e 130, respectivamente e p. 85 e 190-191, n.ºs. 108 e 288, respectivamente.



Vila Nova de Famalicão), lhe foi oferecer um cabaz de trutas que ele bem retribuiu com a concessão de uma leira de terra<sup>87</sup>.

Nestas deslocações, o rei fazia pausa em determinados locais, de seu senhorio, onde havia lugares de pousada ou paços, mais ou menos confortáveis. Eram casas de morada do rei, de uso mais ou menos esporádico ou assíduo, sem carácter de continuidade, cuja guarda e manutenção estaria a cargo de pessoal permanente, que os zelava e cuidava. No entanto, algumas vezes, certas necessidades eram supridas por obrigações de alguns moradores locais, a título de serviços devidos ao rei. As inquirições de 1258 registam alguns casos, vários de tempo antigo, como aquela obrigação de um morador no castelo de Guimarães, titular de um certo casal reguengo de São Pedro de Azurém (c. Guimarães), que consistia em varrer e cuidar as casas do castelo do «Senhor Rei»<sup>88</sup>, ou a dos homens da igreja de Santiago de Guimarães, que os obrigava a garantir os materiais para a cobertura do chão dessas mesmas casas<sup>89</sup>.

4.2. Tendo em vista as refeições régias, quer se tratasse das tomadas na corte ou em viagem, conhecidos os víveres disponíveis, havia que proceder à sua confecção e apresentação ao rei. Eram tarefas que se distribuíam por um conjunto de funcionários que as assumiam e que as supervisionavam. Dentre eles, o mais importante era o mordomo, o principal funcionário civil da casa do rei e do reino, com responsabilidade no seu governo e administração<sup>90</sup>.

<sup>87</sup> *Inq.*, p. 1415.

<sup>88</sup> *Inq.*, p. 723.

<sup>89</sup> *Inq.*, p. 738.

<sup>90</sup> O ofício existia desde os Condes Portucalenses e conheceu várias designações: «maiordomus de casa», «maiordomus palatii», «maiordomus curie», «princeps curie regis», «prepositus palatii», «regens domus», «curie regis dapifer». Embora esta última designação tenha tido uma duração de certo modo assinalável (de 1121 a 1169), foi a de «maiordomus curie» a que se viria a consagrar. O mordomo tinha outros funcionários na sua subalternidade. Logo abaixo, estava o sub-mordomo, o «dapifer regis», vedor da casa real, oficial ligado aos serviços domésticos da casa do rei, ao ponto de a documentação, reportando-se a tal desempenho, caracterizar o cargo como «de domo regis». O foral de Valhelhas dá precioso contributo ao esclarecimento das suas funções. Após a longa lista dos géneros que a compunham, acrescenta-se que ela fora «vista» por João Fernandes, por direito e autorização do rei Sancho. Trata-se de D. João Fernandes, de Riba de Vizela, personalidade que, no tempo, ocupava o cargo de «dapifer regis». Na qualidade de responsável pela vedoria da casa real, a ele cabia o encargo de superintender ao seu abastecimento, a que também concorria a colheita de Valhelhas. Para os anos do reinado de D. Afonso Henriques, contam-se vários mordomos, de que destacamos Ermígio Moniz e seu irmão Egas Moniz, de Ribadouro, Fernão Peres *Cativo*, o conde Vasco Sanches, Pedro Fernandes, de Bragança, e Vasco Fernandes, de Soverosa, no reinado de D. Afonso Henriques, o qual passou ao reinado de seu filho e herdeiro. Note-se ainda que o mordomado era um cargo desempenhado em acumulação de funções, com a tenência de *terras* ou *vilas*, o que colocava esses homens na mais pura vassalidade régia.

Em viagem, é provável que a comitiva integrasse pelo menos os funcionários ligados à confecção das refeições régias. Mas, para o tempo, não se conhece qualquer oficial que servisse o rei como cozinheiro; o mais antigo a que achamos referência é um certo D. Gonçalo, que se diz cozinheiro da rainha [D. Urraca], em 1217<sup>91</sup>.

4.3. Pelas colheitas devidas ao rei D. Sancho I podemos fazer uma aproximação à mesa do rei, reconhecendo, nela, muitos dos víveres que enumerámos. Adubados de modos diversos, a que também já nos referimos, sabe-se que, em Guimarães, se o rei, estivesse, em pessoa, receberia ainda 11 sobrepostas. Sem sabermos bem ao que correspondia, podemos indicar que, em 1220, em Santa Maria de Rebordões (c. Ponte de Lima) a sobreposta era constituída por duas galinhas adubadas numa escudela e uma regueifa<sup>92</sup>. Aquela indicação parece sugerir que a refeição régia era sempre composta de vários pratos.

Além dos géneros, os moradores eram ainda obrigados a ceder lenha e utensílios para a confecção dos alimentos. Dentre os últimos, contavam-se olas, panelas, concas, escudelas, cântaros e vasos, que eram guardados quando o rei se retirava. Do mesmo modo, se guardavam as masseiras que serviam aos cães. Materiais necessários a toda a gente, não admira que eles tenham ficado registados nas posturas municipais de Coimbra, de 1145. Aí se encontra a referência a cântaros, panelas, “asados”.

Quanto à lenha, material requerido para a confecção das refeições, ela não consta das listas de colheita conhecidas, mas intui-se das muitas ramadas que os camponeses tinham que dar ao rei, por tantos locais em que ele tinha paços. Era o combustível por excelência: abundante nas aldeias, fácil de achar no aro de vilas e cidades, barato, porque oferta da natureza, algumas vezes a pedir que o recolhessem.

A par dela, também os homens tinham que fazer chegar outros produtos, que serviriam à satisfação de outras necessidades dos homens ou dos animais que os transportavam ou de que eles se faziam acompanhar. Estariam neste rol, quer os feixes de junco, de palha e de colmo que os homens haviam de apanhar e levar aos paços do rei, para cobertura do telhado e do chão, consoante fosse Verão ou Inverno<sup>93</sup>, quer a entrega de cereais de segunda para os animais, cevada para as bestas e milho para o pão dos cães.

Como hoje, também por esse tempo os alimentos se preparavam na cozinha; completava-se com um conjunto de dependências e anexos, todos eles adscritos

<sup>91</sup> SANTOS, 1981: 48-49, n.º 18.

<sup>92</sup> *Inq.*, p. 131.

<sup>93</sup> *Inq.*, p. 738.

ao mesmo fim da alimentação, se bem que com funções diversas. Era o caso da despensa, do celeiro e da adega.

Num tempo em que o combustível era apenas lenha e o fogo estava sempre aceso, era grande o perigo de incêndio. Por isso, ou apenas para não fazer “nojo no paço”, a cozinha não era incorporada no conjunto dos edifícios que o constituíam.

No negro do fumo, peculiar ao ambiente da cozinha, destacava-se a lareira, o local do fogo. Logo, os seus objectos, com o trasfogueiro em primeiro plano. Nele se penduravam as cadeias de ferro para as caldeiras e se apoiavam os espetos. As grelhas, as trempes, as tenazes completavam o conjunto dos instrumentos próprios do manuseamento do fogo.

A seu lado, estariam, em muito maior número, as caldeiras, as panelas, as ser-tãs, os espetos, as colheres, os gadanhos, todos eles utensílios úteis à confecção dos alimentos. Talvez se pudesse ver também um almofariz, com sua mão, que serviria ao pisoamento de alguns géneros, talvez mesmo já tidos como temperos. Não faltariam os alguidares, os cântaros, as enfusas, as olas, nome genérico dos variados utensílios de barro.

Eventualmente na cozinha, ainda se achariam as gamelas, as masseiras, os tabuleiros, objectos para o fabrico do pão e para o tratamento e a preparação de alguns outros alimentos, como, por exemplo, as carnes. Ainda para o tratamento das farinhas, lá estariam as peneiras. E as atafonas, mós manuais para moer frutos secos, cereais e outros produtos necessários ou convenientes à confecção dos alimentos.

Também aí se encontraria ainda outro tipo de objectos, aqueles que haviam de servir na mesa e de que falaremos.

A cozinha do paço real incluiria ainda uma outra secção, quase sua continuidade ou dependência. Referimo-nos ao espaço do forno, lugar necessário ao fabrico do pão. Tanto podemos admitir que a cozinha do paço incorporasse o forno, como aceitar que ele se situasse em divisão contígua, extensão da primeira. Aí se poderiam achar também as masseiras, gamelas e peneiras, aí se encontravam as alfaias que pertenciam ao forno e que não seriam muito diferentes daquelas que, ainda hoje, se utilizam nas nossas aldeias: o forcado, que ajuda a empurrar a lenha, evitando a queimadura de quem cuida do forno; o rodo, que serve à limpeza do lar do forno, para afastar as cinzas, evitando-se a sua mistura com a massa e a pá, que leva, ao forno, a massa crua e a há-de de lá retirar, tornada pão, quente, macia e apetitosa.

Ainda na proximidade da cozinha do paço real se situaria a despensa e a adega.

Na despensa, lugar de guarda dos alimentos necessários ao dia a dia, encontrar-se-iam uchas (arcas) para o cereal e o pão, para a carne (salgada), para o peixe (salgado), e ainda cestos e mantéis. Mas também estariam os potes para o armazenamento de vinagre, de unto e manteiga, de mel. Mais para Sul, as talhas fariam o seu aparecimento, para o envasilhamento de muitos destes produtos. Ainda na

despensa se guardariam também alimentos, como as carnes salgadas, a marrã (salgada e depois fumada), e os enchidos curtidos ao fogo. A despensa seria ainda o lugar de arrumação de alguns objectos específicos, destinados a cortar grandes peças de carne ou mesmo a desmanchar os animais, quando aí se abatiam para consumo. Eram os cepos e os cutelos.

Grande seria a adega do paço real, com seus tonéis e cubas para o armazenamento do vinho, branco e vermelho. Aí se poderia ver alguma dorna, uma ou outra tina, útil a algumas operações próprias da adega. Nas imediações destes espaços achar-se-ia ou o poço ou um reservatório de água, absolutamente necessária às tarefas que neles se desenrolavam.

4.4. Preparados os alimentos, havia lugar à régia refeição. Seria tomada em mesas compridas, com seus escanos, onde os homens, vassalos, visitas ou convidados do rei, se recostavam. Mesmo na mesa, o lugar do rei seria distinto, central, bem visível, sobrepujante a todos os outros. Engalanado com panos – *destalhos*, cendais, *baldoquinos* –, lavrados de sinais vários, onde não faltariam os motivos heráldicos, ele distinguir-se-ia bem de todos os outros, na relação com a condição da pessoa sua ocupante.

Sobre as mesas, colocavam-se os «panos do senhor rei», provavelmente outra forma de designar os mantéis. Neles se pousariam as respectivas alfaias. As mais caras, as mais próprias do rei, por certo também as mais belas, poderiam, num caso ou noutro, talvez esporádico, acompanhar o rei, à guarda do seu reposteiro, funcionário da casa do rei, talvez na dependência do *dapifer* que a regia. Não conhecemos qualquer destes artefactos relativamente a D. Afonso Henriques, mas tudo indica que os possuísse, até porque o seu uso se encontra atestado para os nobres do seu tempo e para seu filho.

O estatuto social reflectido na mesa dos senhores portugueses do tempo de Afonso Henriques sai bem ilustrado pela posse de vasos de prata por gente da nobreza ou do alto clero seus contemporâneos. Por exemplo, Gonçalo Dias, membro dos de Marnel e alcaide de Coimbra entre Janeiro de 1126 e Junho de 1137, muito próximo de D. Afonso Henriques, a quem acompanhou à lide de Ourique, e a condessa Elvira Peres possuíam, cada um, seus vasos de prata, que legaram, em testamento, a Santa Cruz de Coimbra<sup>94</sup>. Por sua vez, o bispo do Porto, D. Fernando Martins, falecido cerca de um mês antes que o primeiro rei de Portugal, era dono de um outro, também de prata, avaliado em 30 morabitanos, e de que fez legado,

<sup>94</sup> *Livro Santo de Santa Cruz*. Ed. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 55-57, 144-146 (n.º 25), e p.378-379 (n.º 224).

no seu testamento<sup>95</sup>, enquanto o refeitório dos cónegos da Sé de Coimbra havia sido obsequiado, com uma copa de prata, de 4 marcos de peso, antes de 1147<sup>96</sup>. Do mesmo modo, o bispo do Porto, D. Fernando Martins, possuía escudelas *aeneas* e cutelos de mesa, que entendia dignos de deixar, em testamento, ao seu sucessor<sup>97</sup>.

Por sua vez, os testamentos do rei D. Sancho I elucidam-nos sobre a sua posse de um vaso de ouro com “coopertorio”, vasos de prata, escudelas, isto é, peças de baixela, colheres, toalhas e mantéis<sup>98</sup>.

Além destes objectos, na mesa do rei e dos poderosos havia outros utensílios: talhadores e escudelas, os primeiros colocados frente a cada conviva, para apoio do consumo do peixe ou da carne (ao jeito de canapé), ou para trincar as carnes e as escudelas para servir os alimentos ou mesmo comê-los, as salsinhas para servir algum molho, os saleiros, os pichéis e os graís, em metal (estanho), para servir e beber o vinho.

Fora da mesa dos poderosos (e por certo na de algum destes também, dependendo dos convivas e das ocasiões), os materiais eram bem diferentes, sendo comum o uso da madeira (freixo ou amieiro) para a sua produção.

Importa ainda alguma observação sobre o serviço da mesa do rei e, à sua semelhança, da dos senhores. Impunha a presença de oficiais, nomeadamente o copeiro, o escanção e o saquiteiro, segundo legislação de D. Afonso II sobre a casa real. O primeiro surge nomeado no reinado de D. Sancho I, o que não significa a sua inexistência anterior, em absoluto, até porque a primeira ocorrência do nome é de 1186, logo após a morte de D. Afonso Henriques. Tinha a seu cargo a copa e a mesa do rei, no aprovisionamento de géneros (alimentícios) e materiais (de iluminação e aquecimento, por exemplo) que ela requeria e nos serviços que exigia. Corresponde ao mordomo da casa do rei, desde que este cargo se separou do de mordomo da cúria<sup>99</sup>. Seria ele também a “dar água às mãos” do rei e da rainha, forma de manter limpas as mãos durante as refeições. A esse fim concorriam os gomis, as bacias e um pano, fino, para as secar; num momento de maior requinte, é provável que já se utilizasse “água de rosas” ou se lhe juntasse um qualquer perfume.

É provável que os outros funcionários citados também já existissem. Aliás, as funções do escanção devem ter sido precedidas pelas do *pincerna*, funcionário

<sup>95</sup> *Censual do cabido da Sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924, p. 385-389.

<sup>96</sup> *Livro Preto...*, p. 855-857, n.º 634.

<sup>97</sup> *Livro Preto...*, p. 855-857, n.º 634. Não sabemos qual a qualidade das escudelas que legava, mas a sua qualificação parece apontar para um produto oriental, portanto, de luxo.

<sup>98</sup> *DDS*, p. 49-51 e 297-301, n.ºs. 31 e 194, respectivamente.

<sup>99</sup> Uma composição de Afonso X de Castela e Leão ilustra bem a tarefa do mordomo relacionada com a mesa: «Don Rodrigo moordomo que bem pôs al Rei a mesa»; cfr. LAPA, 1995: 34.

referido num documento de D. Afonso Henriques, de 1134<sup>100</sup>; a ele competia o fornecimento do vinho à casa real, bem como a responsabilidade pelo seu serviço à mesa do rei. Quanto ao saquiteiro, as suas funções ligavam-no ao pão e à sua distribuição na mesa real<sup>101</sup>.

A exemplo da corte régia, também a dos grandes senhores teria os seus servidores próprios, a sua grandeza, o seu requinte aos olhos, no paladar e no serviço. Por exemplo, D. Teresa, a neta querida de D. Afonso Henriques, segundo as crónicas, teve também o seu escanção, na sua casa, a par de outros serviçais que nos ficaram ignorados<sup>102</sup>.

4.5. Não nos chegou qualquer relato contemporâneo de D. Afonso Henriques que nos ilustre os usos do tempo, em matéria do acto de comer. O mais próximo que se lhe refere é o que ficou escrito, na *Crónica de Portugal de 1419*, sobre a celebração do acordo de casamento de sua filha Mafalda, com o filho do conde de Barcelona, e os respectivos esponsais, que decorreram em Tui, em 1160<sup>103</sup>. Entre os diversos actos, figura a referência a um banquete oferecido pelo rei de Portugal ao conde de Barcelona e à sua comitiva. Mais que pelas informações que se podem auferir acerca dele, o texto é interessante pela ambiência que transmite: “des que acabaram de comer, vieram jograes e tanjedores e dançaram”, escreve o seu autor. Isto é, podemos concluir que a refeição foi seguida de música e espectáculo jogralesco. Dado o carácter tardio do texto relativamente ao acontecimento, tanto se poderá tratar de um cenário idealizado pelo autor da *Crónica*, em transposição dos hábitos do seu tempo para outros, bem anteriores, como se poderá aplicar, de facto, à época de que nos ocupamos, tal era já a longa tradição da aliança de refeição e alegria, conhecida desde a antiguidade e frequente também na *Bíblia*. De qualquer modo, numa cantiga do séc. XIII lá se encontra a referência a um rico-homem espaventoso, que gostava de se deslocar acompanhado por um séquito, variadíssimos apetrechos – onde não faltava a cozinha! –, até um jogralete, para animar a vida<sup>104</sup>.

<sup>100</sup> DR., p. 165-166, n.º 142.

<sup>101</sup> Segundo a citada legislação de D. Afonso II sobre a casa real, de 1211, que deve indicar reformulação de serviços existentes e não criação de novos, aos funcionários citados deve ainda acrescentar-se o eichão (ou uchão), ligado à ucharia, sendo, assim, o despenseiro, o responsável pela despensa, isto é, pelo abastecimento de géneros à casa do rei.

<sup>102</sup> SANTOS, 1981: 88, n.º 50.

<sup>103</sup> *Crónica de Portugal de 1419*. Edição crítica com Introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998, p. 56-57.

<sup>104</sup> LAPA, 1995: 249, n.º 391.

Por fim, não pode esquecer-se a presença, na refeição, dos cães preferidos do rei, deitados, a seus pés, na esperança de um agrado do seu dono. Até os cães e as aves de rapina, ao serviço do rei, todos eles tinham boa mesa, dos restos da mesa do rei ou confeccionados especialmente, ainda que, neste caso, com ingredientes de segunda.

5. Apesar de não serem muito substanciais as fontes para o estudo da alimentação no tempo de D. Afonso Henriques, sempre deixam perceber os géneros mais frequentes na alimentação da época, a sua valorização, os efeitos da sua ausência ou do seu uso em excesso, bem como a carga simbólica de que alguns alimentos se revestiam, particularmente o pão e o vinho. Igualmente deixam perceber como a alimentação era variada, mesmo a das camadas populares, ainda que fosse à custa dos recursos naturais que a natureza colocava na sua proximidade. No entanto, há sinais de que também o mercado começava a possibilitar o acesso desse estrato social aos bens da alimentação, em geral.

No que respeita às práticas alimentares, há indícios de um quadro que retrata a diferença entre os grupos dominantes e os populares. Como por todo o Ocidente e à semelhança do seu poder de controlar a sociedade, os dominantes fizeram da alimentação, sobretudo nas quantidades e nos modos de preparação dos alimentos, um sinal do seu estatuto, enquanto, para os populares, ela se manteve como a satisfação das suas necessidades mais essenciais. Isto significa que, no essencial do comer e do beber, como em muitos outros aspectos da vida, mesmo a realza medieval, mormente a portuguesa, não estava muito longe dos hábitos e práticas dos seus súbditos. A distinção far-se-ia pela qualidade dos géneros e da confecção, pela quantidade e por algum requinte que já se notava, à mesa, nas práticas do tempo.

Tal como em muitos outros aspectos, as práticas alimentares do tempo de D. Afonso Henriques reflectem um mundo de variedade, bem como uma teia de desequilíbrios, sobretudo vista à luz das modernas ideias acerca de alimentação e nutrição. Contudo, a sabedoria empírica do tempo levaria o homem a buscar aquilo que hoje entendemos como fundamental na alimentação: proteínas (carne, peixe), hidratos de carbono (cereais, frutos frescos, produtos hortícolas), vitaminas (A: unto, ovos, sardinha, queijo; B: leguminosas, frutos secos; C: citrinos, legumes frescos; D: ovos, peixes gordos). No entanto, seria evidente o seu desequilíbrio; a uns faltaria a qualidade, enquanto, a outros, que seriam a maioria, começaria por faltar a própria quantidade adequada. Como consequência, os homens apresentavam fraca resistência às infecções, campo fértil para a doença e sua propagação epidémica. E, como a necessidade de comer, os males atingiriam todos, rei e súbditos, ricos e pobres, irmanando-os, a todos, na mesma condição humana.



## FONTES IMPRESSAS

- Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (introd. por António Cruz), Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968.
- Censual do cabido da Sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.
- Crónica de Portugal de 1419*. Edição crítica com Introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.
- Documentos de D. Sancho I: 1174-1211* (ed. por Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira), Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, p. 54.
- Documentos medievais portugueses: documentos régios, 1/I: Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques. A D. 1095-1185* (ed. por Rui Pinto de Azevedo). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958.
- Historia compostellana*. Ed. crítica por Emma Falque Rey. Turnhout: Brepols, 1988.
- Livro Preto da Sé de Coimbra: edição crítica: texto integral* (ed. por Manuel Augusto Rodrigues, com direcção científica de Avelino de Jesus da Costa), Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, p. 769-772, n.º 576.
- Livro Santo de Santa Cruz*. Ed. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- ORNELLAS E CASTRO, Inês de – *O livro de cozinha de Apício. Um breviário do gosto imperial romano*. Introdução, tradução e comentários por Inês de Ornellas e Castro. Sintra: Colares Editora, 1997.
- Os forais de Penacova. Edição fac-similada, com nota introdutória, glossário, transcrição paleográfica e tradução por Maria Alegria F. Marques*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2007, p. 27, 56 e 60.
- Os forais manuelinos de Soza e de Vagos. Edição fac-similada, com nota introdutória e transcrição paleográfica e glossário por Maria Alegria F. Marques*. Vagos: Câmara Municipal, 2007.
- Osselo. Carta de couto. 1117*. Coordenação de Maria Alegria F. Marques. Albergaria-a-Velha: Reviver Editora – Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, 2005.
- Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita, Nova série. 1: Livros velhos de linhagens* (ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, LD 12 A4.
- Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856.
- Taraucae Monumenta Historica. I. Livro das Doações de Tarouca*. Leitura, sumários e notas de A. de Almeida Fernandes. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991, p. 80, n.º 74.
- Vimaranis monumenta historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Ed. organizada por João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1931.

## BIBLIOGRAFIA

- ARIÉ, Rachel (1984) – *Espanña Musulmana (siglos VIII-XV)*. In TUÑON DE LARA, Manuel – *Historia de España*, III. Barcelona: Editorial Labor, p. 283-289.
- BORGES COELHO, A. (1989) – *Portugal na Espanha árabe*. 2.ª ed., 1, Lisboa: Editorial Caminho, p. 76.

- CASTRO MARTÍNEZ, Teresa de (1996) – *La alimentación en las crónicas castellanas bajomedievales*. Granada: Universidad de Granada.
- GONÇALVES, Iria Gonçalves (1989) – *O património do mosteiro de Alcobaca nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 84-86.
- (1992-1993) – *A colheita régia medieval, padrão alimentar de qualidade: um contributo beirão*. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas», 6 (1992-1993), p. 175-189.
- (1997a) – *À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)*. «Revista da Faculdade de Letras: História», II série, 14, p. 15-32.
- (1997b) – *A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das Inquirições de 1258*. In 2.º Congresso Histórico de Guimarães: actas. [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, vol. 6, p. 5-25.
- (1999) – *Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das inquirições de 1258*. «Arqueologia Medieval», 6, p. 225-243.
- (2000) – *Do pão quotidiano nas terras de Alcobaca (séculos XIII a XV)*. In *Cister: Espaços Território e Paisagens: colóquio Internacional, 16-20 Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaca: actas*. Lisboa: Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, vol. I, p. 21-26.
- (2004) – *Entre a abundância e a miséria: as práticas alimentares da Idade Média Portuguesa*, In ANDRADE, Amélia Aguiar & SILVA, José Custódio Vieira da, eds. lts. – *Estudos medievais: quotidiano medieval: imaginário, representação e práticas*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 43-65.
- (2006) – *Espaços silvestres para animais selvagens, no Noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258*. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 2, p. 193-219.
- GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1945) – *España y los españoles hace dos mil anos según la geografía de Strábon*. Buenos Aires – México: Espasa-Calpe Argentina, S.A., p. 132-134.
- GUIMARÃES, Manuel (2001) – *À mesa com a História*. Sintra: Colares Editora.
- LAPA, M. Rodrigues (1995) – *Cantigas de escarnho e maldizer dos cancioneiros galego-portugueses. Edição crítica e vocabulário*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 94-95, n.º 124.
- LIMA-REIS, José Pedro de (2008) – *Algumas notas para a história da alimentação em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- MACHADO, José Pedro (1997) – *Vocabulário português de origem árabe*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARQUES, A. H. de, (1971) – *Pesos e Medidas*. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 3, 1.ª edição, [Lisboa]: [Livraria Figueirinhas – Iniciativas Editoriais], p. 372.
- MARQUES, Maria Alegria F. & SOALHEIRO, João (2008) – *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques. Sancho I. Afonso II*. Gijón: ed. Trea.
- MARTINS, Armando (2003) – *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 321-322, n. 859.
- MARTINS, Rui (1993) – *A alimentação medieval: práticas e representações*. In «Revista de Ciências Históricas». Universidade Portucalense, VII, p. 67-82.
- MODESTO, Maria de Lurdes (1967) – *Dobrada*. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 6, col. 1604.
- , dir. (1993) – *Nova História de Portugal*, vol. 2: *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*. Lisboa: Editorial Presença, p. 18 e 100-103.

- (1997) – *Vinho, pescados, fruta e outras viandas em tempos medievais*. In *A alimentação na Idade Média. Fontes – Cultura – Sociedade*. Coimbra: s. n., p. 68.
- (2007) – *O azeite e a vida do homem medieval*. In *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio 13 a 14 Março 1998*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 132.
- SOUSA, João Silva de (2007) – *O vocabulário de Aquilino. Uma só palavra!* In *Letras Aquilianas*, 1, p. 135-145.
- VIANA, Mário Viana (1993) – *A vinha e o vinho nos provérbios e na cultura popular*. In «Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa», S. 2, 8 (1), Jan.-Jun. 1993, p. 7-22.
- (2007) – *Técnicas vitivinícolas medievais portuguesas: o caso de Santarém*. In *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio 13 a 14 Março 1998*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 40.

# VESTIR NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES

ANA LEMOS\*

## OS ESTUDOS SOBRE O VESTUÁRIO MEDIEVAL. ESTADO DA QUESTÃO

Se lá fora vários investigadores se dedicam desde inícios do século XX ao estudo do vestuário, em Portugal, se não tivermos em conta os contributos de Eduardo de Noronha<sup>1</sup>, Pedro Vitorino<sup>2</sup> e A.H. de Oliveira Marques<sup>3</sup> como, mais recentemente, de Maria da Conceição Falcão Ferreira<sup>4</sup>, bem como Maria José Palla<sup>5</sup>, têm sido escassos os trabalhos de investigação dedicados a esta temática.

Contrariamente a outros países, como a vizinha Espanha, onde as publicações de Etelvina Fernández González<sup>6</sup> têm contribuído, em muito, para uma *mise en jour* do estudo dos têxteis e do vestuário medievais, no nosso país são escassas as

---

\* Investigadora Integrada do IEM / FCSH-UNL.

<sup>1</sup> NORONHA, 1911.

<sup>2</sup> VITORINO, 1940.

<sup>3</sup> MARQUES, 1981.

<sup>4</sup> Agradecemos à Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira a preciosa publicação que nos disponibilizou sobre *Roupas de cama e roupas de corpo nos testamentos de Guimarães (1250/1330)* (FERREIRA, 1999: 33-63).

<sup>5</sup> Na sequência da sua tese de doutoramento sobre Gil Vicente a autora tem publicado alguns livros sobre o vestuário desse período, de que destacamos, entre outros, *Traje e pintura. Grão Vasco e o Retábulo da Sé de Viseu* (PALLA, 1999) e, mais recentemente, reflectindo a necessidade da clarificação de um vocabulário em língua portuguesa sobre o vestuário, tomando em conta a evolução da terminologia, *Trilogia Vicentina. Léxico do Traje e Adornos no Teatro de Gil Vicente* (PALLA, 2006). Aguardamos, com expectativa, o dicionário sobre vestuário que a autora vem preparando, em colaboração com a Directora do Museu Alberto Sampaio (Guimarães), Doutora Isabel Maria Fernandes.

<sup>6</sup> Professora Catedrática de História da Arte na Universidade de León (Espanha) tem-se dedicado ao estudo da arte românica do norte peninsular. Entre os seus estudos destacamos, no domínio deste artigo, os levados a cabo sobre as peças têxteis do *Panteón Real de las Huelgas de Burgos*.

fontes do século XII, directas ou indirectas, que permitam, *per si*, um conhecimento aprofundado sobre o vestuário no tempo de D. Afonso Henriques.

Odile Blanc, num artigo publicado nos *Cahier du Léopard d'Or*, em 1989, dá-nos conta do estado da questão sobre a historiografia do vestuário<sup>7</sup>. Embora tenham sido publicados depois outros trabalhos sobre a matéria, esta historiadora levanta algumas questões pertinentes sobre a historiografia e a evolução da forma como hoje nos aproximamos do vestuário medieval. A autora realça o papel da interdisciplinaridade nesta área da investigação, que permitiu, segundo ela, nomeadamente com o semiólogo Roland Barthes, novas perspectivas metodológicas e teóricas, dando um novo passo no campo da antropologia histórica. Para Barthes o vestuário deve ser estudado não enquanto um conjunto de peças de que apenas interessa conhecer a data e a origem (método estritamente histórico e arqueológico), mas como um sistema de signos; como algo que identifica a pertença de um indivíduo a um determinado grupo, reflectindo, assim, uma função social. Desta forma, o historiador pode explicar a presença das peças de vestuário num determinado contexto, bem como as razões que levaram às alterações sofridas pelas mesmas, isto é, uma análise cultural do período em que se inserem<sup>8</sup>. As observações deste autor tiveram, por isso, um grande impacto nos estudos posteriores no que diz respeito ao vestuário.

No seu percurso, Barthes critica vivamente os trabalhos anteriores, nomeadamente os de Viollet-le-Duc e Enlart. No entanto, como salienta Odile Blanc, não podemos esquecer o legado destes pioneiros, dois marcos decisivos no estudo do vestuário medieval e hoje reconhecidos como tal: o primeiro, vinculando o estudo do vestuário ao da arquitectura e o segundo ao da arqueologia. Para Viollet-le-Duc, o vestuário, como a arquitectura, é a expressão de um estilo de vida, insistindo ambos os investigadores na necessidade de o integrar no seu meio, estabelecendo, para o efeito, comparações com documentos escritos e figurados, textos literários e inventários, revelando, assim, uma plena actualidade metodológica.

Dos especialistas mencionados por Odile Blanc no seu artigo – P. Post [1910], F. Boucher [1955] e Brennink-Meyer [1962]<sup>9</sup>, salientamos Boucher por ser o único a que tivemos acesso, pela leitura de duas das suas obras [1965 e 2008]<sup>10</sup>. Embora tendo em conta o envolvimento histórico, este autor não explica o fenómeno do vestuário em si, formulando-o evasivamente em termos de estilo e de espírito da época. Como diz textualmente Odile Blanc, com ele, «o estudo dos fenómenos vestimentários, longe de afinar uma problemática, empobrece-se – já para não

<sup>7</sup> BLANC, 1989: 5-33.

<sup>8</sup> BLANC, 1989: 7-8.

<sup>9</sup> BLANC : 1989: 10-11.

<sup>10</sup> BOUCHER, 1965; –, 2008.

dizer regride – compadecendo-se num esquema caricatural»<sup>11</sup>. A autora critica o facto de Boucher não tratar o conhecimento propriamente tecnológico do vestuário, salientando a ausência de método contra o qual Barthes reagiu. No entanto, a obra de Boucher é, ainda hoje, incontornável para todos aqueles que se dedicam ao estudo do vestuário constituindo, inclusive, uma verdadeira fonte iconográfica pela diversidade dos documentos aí apresentados, desde a iluminura, passando pela pintura, escultura, ourivesaria, até às próprias peças que chegaram até nós.

Os estudos posteriores irão, por isso, assentar em documentação iconográfica, nomeadamente iluminuras, recorrendo também aos textos quando se trata de decidir sobre a denominação de uma peça de vestuário ou de a comparar com outras. Cada peça é, então, estudada separadamente fazendo-se acompanhar de uma verdadeira ficha técnica, onde esquemas ilustram o modo como é executada, transmitindo ao leitor o conhecimento técnico da concepção de cada um dos elementos que a compõem. A reprodução fotográfica de documentos originais terá também um importante papel, embora de início, como salienta a mesma Odile Blanc, tivesse sido muitas vezes usada como simples ilustração<sup>12</sup>.

Passando agora à realidade portuguesa, começamos por nos confrontar com a escassez dos estudos, para não falar da inacessibilidade da vasta bibliografia mencionada pela autora que vimos citando, em que se regista, estranhamente, a ausência da bibliografia e dos historiadores ibéricos. Em particular dos trabalhos da, já mencionada, Etelvina Fernández González, autora de estudos publicados em data ainda anterior ao artigo de Odile Blanc [1985] e que muito têm contribuído para o conhecimento dos têxteis e do vestuário medievais na Península Ibérica, incluindo a vertente da influência muçulmana. Este desconhecimento reflecte, de certa forma, a dificuldade que os historiadores ibéricos, sobretudo medievalistas, têm tido ao longo dos anos em se projectar para além das suas fronteiras, deparando-se, muitas vezes, com a ausência de referências a uma realidade que é muito específica, mas nem sempre reconhecida como tal.

Outro problema, reside no facto de os escassos estudos especializados que têm sido produzidos em Portugal sobre esta temática se encontrarem dispersos e pouco divulgados no meio académico. Tal aconteceu, por exemplo, com o artigo sobre roupas de cama e de corpo nos testamentos de Guimarães entre 1250 e 1300, que nos foi gentilmente facultado pela própria autora, Maria da Conceição Falcão Ferreira, por ocasião do presente Colóquio e que, embora abarcando uma data posterior à tratada neste nosso estudo, fornece dados da maior importância sobre o vestuário na sociedade da época<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> BLANC, 1989: 12.

<sup>12</sup> BLANC, 1989: 12.

<sup>13</sup> FERREIRA, 1999.

## A SIMBOLOGIA DO VESTUÁRIO NA IDADE MÉDIA

*Não haverá trajo de homem na mulher, e não vestirá o homem vestido de mulher;  
Porque, qualquer que faz isto, abominação é ao Senhor, teu Deus.  
Não te vestirás de diversos estofos de lã e linho, juntamente.  
Franjas porás nas quatro bordas da tua manta, com que te cobrires.*

Dt 22, 5, 11-12

Sendo um bem transmissível por testamento, tal como as propriedades, o vestuário assume um papel particular na sociedade da época, reflexo de uma determinada expressão artística bom como de um contexto sócio-económico e até mesmo político. É esse mesmo contexto que determina a sua função e importância, como foi o caso das peças de aparato, de que são exemplo os mantos reais, utilizados nas cerimónias de coroação e que atravessam várias dinastias, afirmando também, deste modo, a legitimidade do poder real. Não nos podemos esquecer que, na sociedade medieval, a entrega do manto constitui um rito de passagem, isto é, a entrada num novo estado. Assim, na investidura do poder real o manto assume uma simbólica específica, de ressonância sacra, tornando-se um dos símbolos do acto de coroação.

Através do vestuário de um indivíduo identificamos a sua posição na sociedade, bem como a função que este ocupa, reflectindo a riqueza das vestes o seu poder económico. O vestuário teve também um papel discriminatório, identificando as minorias religiosas, de que constituiu exemplo o uso da estrela nas vestes pelos Judeus e do crescente pela comunidade muçulmana, no tempo de D. Afonso IV. O que vai ao encontro, no que se refere aos primeiros, de uma directiva emanada em 1215 pelo IV Concílio de Latrão, que relegava os Judeus para o espaço das Judiarias.

E se a matéria de que eram feitas as vestes nos fornece todos esses dados, também o padrão do tecido com que era executado bem como a cor e a matéria com que era tingido nos contam parte da sua história. Disso nos fala Michel Pastoureau num dos seus mais interessantes livros, *L'Étoffe du Diable*, onde dá conta, precisamente, da simbologia do tecido às riscas que, na Idade Média, tem uma conotação negativa e pejorativa, sendo mesmo associado ao Diabo<sup>14</sup>. Já o azul, que foi a cor por excelência do manto da Virgem na pintura e iluminura medievais e, por associação, da realeza, começara por ser, até ao século XII, apenas usado pelos camponeses e pessoas de baixa condição social<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> PASTOUREAU, 1991.

<sup>15</sup> PASTOUREAU, 2005: 32.



Com efeito, ainda segundo M. Pastoureau e Dominique Simonet, são os séculos XII e XIII que reabilitam e promovem o azul<sup>16</sup>. Quanto ao amarelo, é já no século XII considerado como a cor do disfarce. Ana Paula Morais, num artigo a propósito do Carnaval na Idade Média, aborda a retórica do amarelo, mencionando o facto do vestuário dos loucos ser, frequentemente, tingido a amarelo e verde, as cores da loucura<sup>17</sup>, acrescentando ser essa conotação negativa resultante também da sua associação ao açafraão, utilizado como corante, a que se atribuíam virtudes maléficas<sup>18</sup>. Por seu turno, o vermelho é considerado a cor mais diabólica de todas por associação às chamas do Inferno. Ilustração desta simbologia é a representação do Inferno no Apocalipse do Lorrvão, em que o iluminador, sobre um fundo negro, traça linhas irregulares a vermelho dando, desta forma, uma noção de labaredas ardentes<sup>19</sup>.

No entanto, não obstante toda esta informação trazida pelas cores quanto às hierarquias e funções sociais, ao utilizarmos uma iluminura como documento de trabalho sobre o vestuário, a análise do cromatismo só pode ser tida em conta se confrontada com testemunhos arqueológicos ou documentos textuais, na medida em que os documentos iconográficos surgem muitas vezes como reflexo do imaginário do vestuário e não tanto como expressão da vivência concreta.

Não pretendemos, evidentemente, trazer com este artigo uma resposta a todos os problemas que se levantam a propósito do estudo do vestuário. Esperamos, sim, partindo do estado da questão, ainda que resumido, propor novas vias de análise tendo por base as recentes perspectivas metodológicas e teóricas sobre o assunto. Não deixando igualmente de salientar a importância dos estudos pioneiros de Enlart e de Viollet-le-Duc no estrangeiro e, ou de Oliveira Marques em Portugal, como, ainda, o contributo recente de Etelvina Fernández González para a consideração da especificidade do enquadramento da Península Ibérica.

## QUESTÕES DE METODOLOGIA

Optámos por definir uma baliza temporal, encarando apenas o período dos séculos XI-XII, isto é, o período que compreende a doação do Condado Portucale ao conde D. Henrique e a formação do Reino de Portugal. Reservamos, assim, para um trabalho futuro o estudo do vestuário a partir do século XIII, uma

<sup>16</sup> PASTOUREAU & SIMONNET, 2005: 18.

<sup>17</sup> MORAIS, 2008: 174-175.

<sup>18</sup> MORAIS, 2008.

<sup>19</sup> DGARQ – ANTT, *Apocalipse do Lorrvão* (1189), fl.17.

vez que, nesta época, se assiste a grandes transformações decorrentes da história económica e cultural, com o desenvolvimento da indústria têxtil e o aparecimento de novas peças de vestuário, sobretudo no que diz respeito ao guerreiro, como reflexo de evolução da arte da guerra.

Numa primeira fase, recolhemos toda a informação bibliográfica disponível sobre o vestuário e listámos os documentos iconográficos ou fontes directas que pudessem servir o objectivo da nossa investigação. Relativamente ao estudo do vestuário no tempo de D. Afonso Henriques optámos por, sempre que possível, apresentar documentos dos fundos portugueses, constituídos essencialmente, para a época em questão, por iluminuras<sup>20</sup>. Temos, por isso, consciência das lacunas deste trabalho, resultantes, em parte, da própria limitação do *corpus* de documentos textuais e iconográficos.

Os estudos e levantamentos por nós levados a cabo até à data integraram-se, sobretudo, no processo de elaboração de fichas descritivas de iluminuras para a base de dados Imago (projecto financiado pela FCT e alojado no *site* da FCSH-UNL) compreendendo, essencialmente, o século XV, para o qual existe um maior número de documentos, tanto escritos como iconográficos.

No que respeita ao período do presente artigo (séculos XI-XII) confrontámo-nos, por um lado, com a já referida escassez de fontes iconográficas portuguesas, embora algumas iluminuras dos manuscritos dos fundos dos Mosteiros do Lorvão, Santa Cruz e Alcobaça constituam uma fonte de análise do vestuário da época. Oliveira Marques<sup>21</sup> havia já utilizado iluminuras destes fundos como exemplos do traje na sociedade medieval portuguesa, nomeadamente as existentes no Lorvão 3<sup>22</sup>. Ao que acresce, por outro lado, alguma dificuldade em encontrar um consenso sobre estes termos na língua portuguesa por parte dos investigadores, dificuldade essa que havia sido já salientada por Eduardo Noronha, levando-o a recorrer, por isso, a algumas expressões francesas<sup>23</sup>. É o caso, entre outros, da *broigne*, que designa uma espécie de cota de malha colocada sobre a túnica, quando existem termos na nossa língua para identificar uma tipologia específica de cotas de malha como, por exemplo, a “loriga”; deriva esta do latim *lorica*, isto é, couraça ou cota de malhas e que designa um «tipo de couraça em uso na Idade Média, originalmente feita de

<sup>20</sup> Tal não teria sido possível sem o apoio das Instituições onde se encontram conservados os manuscritos: Biblioteca Nacional de Portugal (fundo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça), os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (fundo do Mosteiro do Lorvão) e a Biblioteca Pública Municipal do Porto (fundo do Mosteiro de Santa Cruz), às quais queremos deixar os nossos mais profundos agradecimentos.

<sup>21</sup> MARQUES, 1981.

<sup>22</sup> ANTT, C.F. 95, Saltério (atribuído ao século XII).

<sup>23</sup> NORONHA, 1911: 202.

tiras de couro sobrepostas e tão ajustadas entre si que se tornava impossível uma arma atravessá-las»<sup>24</sup>.

Reconhecemos que ficaram fontes por explorar, tanto textuais como iconográficas, essenciais ao estudo desta matéria, como sucede com os testamentos, ou ainda os forais e os selos. Relativamente aos segundos, sabemos, por Oliveira Marques, que o foral de Melgaço de 1181 menciona, e este é um exemplo avulso, «saias de uma só cor e saias raiadas, ou seja, com motivos de fantasia»<sup>25</sup>, embora o autor não esclareça em que âmbito ocorre essa alusão ao vestuário.

Resta, pois, por desenvolver um aprofundamento sobre o vestuário da época medieval, tendo em conta a documentação escrita dos arquivos e bibliotecas portuguesas, como ainda um levantamento rigoroso do léxico relativo a cada uma das peças, porventura num quadro de colaboração interdisciplinar entre os historiadores da arte e os especialistas de outros domínios do período.

## SOBRE A HISTÓRIA DOS TÊXTEIS E DO VESTUÁRIO

No século VIII, assistimos, com o estabelecimento dos muçulmanos na Península Ibérica, à introdução no Al-Andalus do «estilo de vida e de luxo das antigas cortes reais persas, bizantinas, indianas e chinesas»<sup>26</sup>. E ainda, ao longo desse período, a uma importação de tecidos oriundos do Egipto e Irão, bem como de Bizâncio, que irá marcar a confecção local.

Dois dos califas de Córdoba, primeiro Abd-el-Rhman II (825-852) e depois Abd-el-Rhman III, vão criar nesta cidade o seu próprio *tiraz*, isto é, o ateliê real onde se fabricavam os famosos tecidos bordados de seda e fios de ouro. Designadamente as túnicas honoríficas destinadas aos altos dignitários da corte, sultões e príncipes de cortes estrangeiras, tudo prendas diplomáticas muito apreciadas. Inicialmente, o *tiraz*<sup>27</sup> designava uma peça de tecido luxuoso onde estava inscrito (bordado) o nome do califa, identificando, desta forma, a sua proveniência.

<sup>24</sup> *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003, Tomo II, p.2311.

<sup>25</sup> MARQUES, 1981: 27.

<sup>26</sup> MARQUES, 1981: 27.

<sup>27</sup> Se o uso da palavra *tiraz* bem como a sua definição é consensual entre os investigadores estrangeiros, sobre ela encontramos apenas, até à data, uma única alusão em estudos portugueses sobre têxteis, precisamente no «Glossário de termos têxteis e afins» elaborado por Manuela Pinto da Costa (COSTA, 2004). Nele, a autora aponta algumas definições: «pano de linho com ramagens e por vezes entretecido com ouro, utilizado tanto em vestuário civil como em vestes religiosas. // Bordado. // Vestuário com bordados. // Tecido com bandas bordadas com letras. // Tecido bordado, decorado com caracteres epigráficos. // Tecido decorado.», sustentando uma origem árabe para o termo. Embora ele esteja omissa no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências* (Lisboa, 2001) e no *Dicionário Houaiss*

Das oficinas hispano-muçulmanas terão saído muitas peças deste tecido, de que o *almaizar ou* almaizal, isto é, turbante de Hisam II (976-1013), considerado um dos mais valiosos, é um bom exemplo. Realizado segundo as técnicas de tapeçaria e confeccionado em linho, seda e fios de ouro, apresenta uma decoração de influência copta em três bandas horizontais: a central, composta por treze medallhões octogonais encerrando personagens esquematizadas bem como quadrúpedes e pássaros, ligados, entre si, por motivos vegetais estilizados e, de parte e de outra desta banda central, uma inscrição caligráfica, em cúfico, onde se pode ler a legenda exaltando Hisam: «*Em nome de Deus Clemente e Misericordioso, a bênção de Deus e a prosperidade e a duração para o califa, o íman Abd Allah Hisam favorecido de Deus e emir dos crentes*»<sup>28</sup>. Descoberto, em 1853, no interior de um relicário que se encontrava no altar da Igreja de *Santa María del Rivero*, conserva-se actualmente na *Real Academia de la Historia*, em Madrid. No Beato de Girona<sup>29</sup>, manuscrito datado de 975, que faz parte de um vasto grupo denominado de *Beatus*<sup>30</sup>, na iluminura do fólio 134v, o cavaleiro que vence a serpente tem um turbante de tipo muito semelhante ao de Hisam II<sup>31</sup>.

Já no século XI, com o desmembramento do poder califal e o início do período das Taifas (1031-1086), o *tiraz* de Córdova, ateliê apontado como local de produção do turbante de Hisam II, bem como as oficinas existentes nessa mesma cidade, vão perder a hegemonia que detinham. Com efeito, assiste-se a uma descentralização dos centros de produção, com cada uma das Taifas a criar o seu próprio ateliê real/*tiraz*, sem contar com os ateliês particulares que, entretanto, haviam sido fundados. Esta descentralização, como ainda a diversificação dos centros de produção, são também reflexo da grande expansão que a manufatura têxtil conhece então no Al-Andalus medieval; embora os ateliês de Córdova continuem a funcionar, outros centros como Almería, Sevilha, Málaga, Valência e Múrcia, conhecem então uma grande produtividade, decorrente da produção de seda no território da Península

---

*da Língua Portuguesa* (Lisboa, 2003), assinalámos a sua presença na *Lexicoteca. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa, Círculo de Leitores, 1985, vol.2, p.1373): «Pano de linho com labores e, às vezes, tecido com ouro» (com derivação, interrogada, do verbo “tirar”). Já num dos dicionários mais correntemente divulgados, o da Porto Editora (Lisboa, 2009, p.1550) a definição é bastante análoga: «antigo pano de linho com labores», considerando-se a origem do termo obscura. Para além de não haver acordo quanto à etimologia, nenhuma destas entradas refere a evolução da palavra e a sua significação enquanto ateliê real. É mais um exemplo da necessidade de se organizar o léxico em português, rigoroso e completo.

<sup>28</sup> Disponível em URL: <http://alenerterevista.wordpress.com/2008/08/16los-tejidos-artisticos-espanoles-i-epoca-antigua-y-medieval-por-virginia-segui> [citado em 24.05.10].

<sup>29</sup> Catedral de Gerona, Arquivo Capitular, Núm Inv. 7 (11).

<sup>30</sup> Nome derivado de Beato de Liébana, monge que viveu na transição do século VIII para o IX, em Liébana, autor de um comentário ao Apocalipse de São João, redigido num ambiente de crença de Fim do Mundo, acentuado pelo aproximar do milénio.

<sup>31</sup> YARZA LUACES, 2005: 132.

Ibérica e da sua exportação. O fabrico de tecidos não deixará de continuar após a conquista do Al-Andalus pelos Almorávidas (a partir de 1086), desconhecendo-se se alguns deles terão chegado ao actual território português, por não ter sobrevivido, até aos dias de hoje, qualquer fragmento desse período.

Importa, pois, reter que, as invasões muçulmanas, para além de constituírem a via de introdução no ocidente europeu das tecnologias orientais, divulgaram, também, a sericultura tanto na Sicília como no território da Espanha actual, onde os soberanos, como dissemos, instalaram oficinas nos seus palácios.

Nas Actas das II Jornadas de Cultura Árabe e Islâmica (1980), Etelvina Fernández-González sublinha o facto dos textos literários árabes conterem inúmeras referências relativas à indumentária dos protagonistas, como também a sedas e tecidos de proveniência hispânica<sup>32</sup>. E que os relatos dos cronistas e os documentos medievais confirmam a existência de grande número de centros de produção, onde os ateliês alcançaram renome devido à qualidade do seu trabalho de seda, como o da cidade de Almería, por esse motivo recordada por Idrisi (1099-1154) na sua obra onde descreve a África e a Espanha<sup>33</sup>. Acrescentando que, segundo um outro autor deste período, Ibn-al-Jatib, só em Almería se contavam, no século XII, cerca de 800 ateliês especializados no fabrico do famoso tecido denominado de *tiraz*<sup>34</sup>.

Este tecido era essencialmente usado para a confecção de vestuário destinado a reis, membros da nobreza ou do alto clero, como também na produção de panos funerários com que se recobriam ou forravam os caixões de madeira, e ainda sudários. Dos séculos XI e XII temos, assim, várias peças de tecido e vestuário, que pertenceram à família real, e ainda peças de tecido ligadas a uma outra esfera, que é a do mundo das relíquias, de que não nos ocuparemos. Algumas dessas peças estão identificadas e datadas, persistindo dúvidas sobre outras, nomeadamente quanto ao ateliê de produção, embora, para a maioria das que aqui iremos tratar, se aponte uma origem espanhola.

Constituem exemplo dessa época, o pano hispano-muçulmano executado em seda e fio de ouro, de 1,98 cm. de comprimento por 0,80 cm. de largura, encontrado no túmulo de Dona Mencía de Lara (Mosteiro Cisterciense de *San Andrés del Arroyo*), e que E. Fernandez-Gonzalez considera ser, muito provavelmente, um sudário<sup>35</sup>. Um outro, de dimensões aproximadas às do precedente (1,68 cm. de comprimento por 0,90 cm. de largura) é o sudário denominado de *Saint Lazare d'Autun*. Datado de inícios do século XI, em tecido de seda, bordado a fios de seda

<sup>32</sup> FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1985: 200.

<sup>33</sup> *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Leiden: ed. por Dozy e M. J. de Geoge, 1866, p.240.

<sup>34</sup> FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, 1985: 201.

<sup>35</sup> FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, 1985: 203.

e ouro, mostra uma decoração constituída por círculos polilobados, contendo cavaleiros ou efigies e medalhões estrelados, onde uma águia segura uma lebre, ligados entre si por motivos florais de influência sassânida. Concebido num ateliê real na Espanha muçulmana, são apontados como locais prováveis de origem os tirazes de Córdova, Sevilha, Málaga ou Almería, sendo este último o mais provável. Conservado na Catedral do mesmo nome, não se encontra, porém, completo, já que subsistem dois outros bocados do mesmo pano, actualmente no Museu Histórico dos Tecidos de Lyon e no Museu Nacional da Idade Média em Paris.

O sudário d'Autun faz parte de um conjunto de tecidos bordados que anunciam as futuras capas litúrgicas, denominadas pluviais, assim como o conhecido manto do rei Rogério II da Sicília, datado de 1133, confeccionado na manufactura real de Palermo para a sua coroação. De seda vermelha, bordado a fios de ouro, esmalte e pérolas, ornado de dois leões triunfantes, dominando um camelo, a ladear uma palmeira estilizada, faz parte das raras peças com indicação da data e local de produção. Na orla existe uma inscrição bordada, em caracteres cúficos, à glória de Rogério II. Ele é resultado da produção italiana que, sob influência bizantina e islâmica, se desenvolve primeiro, precisamente, em Palermo (capital do Reino da Sicília), Amalfi e Luca a seguir e, por fim, em Florença, Veneza e Génova. Vindo a fazer concorrência, a partir do século XIII, às próprias sedas bizantinas, como sucedeu com a Espanha.

Um pouco mais longe, de entre os mantos de coroação deste período merece ainda uma breve nota o notável exemplar do Museu Nacional Húngaro, de Budapeste. Convertido às funções áulicas em finais do século XII, tratava-se originalmente de uma casula encomendada pelo rei Santo Estevão e sua mulher Gisela, em 1031, como esclarece a inscrição latina que o integra. Organizado em faixas ornadas por numerosas figuras, incluindo profetas, apóstolos e mártires, o conjunto subordina-se à presença do Cristo Pantocrator, estando representado o casal régio acompanhado pelo herdeiro do trono. Confeccionado basicamente com seda bizantina, é excepcional a densidade da matéria dourada que o reveste, conferindo-lhe uma sumptuosidade invulgar<sup>36</sup>.

Não podemos, pois, esquecer que estas peças de tecido e de vestuário se destinavam, sobretudo, a representantes da corte e que algumas eram apenas utilizadas em cerimónias excepcionais sendo, por isso, consideradas peças de aparato. Apesar das suas formas não se diferenciarem das do vestuário litúrgico do alto clero, os materiais de que eram feitas e a perfeição da execução permitem considerá-las como obras à parte, sinal da importância do vestuário nos rituais do poder, como é o caso da coroação.

Um outro exemplar, situável entre o século XII e os inícios do XIII, é uma touca ou coifa, em tecido de seda, fios rodeados de lamelas de ouro e prata, couro e lã.

<sup>36</sup> Sobre esta importante peça da Europa Central, consulte-se: *The Coronation Mantle of the Hungarian Kings*. Budapest: Hungarian National Museum, 2005.

Embora se identifique, comumente, o seu local de produção como a região do Al-Andalus, desconhece-se, à data, o ateliê de proveniência<sup>37</sup>. Tendo sido encontrada no túmulo do Infante D. Fernando de la Cerda, filho de Afonso VIII e de Leonor de Inglaterra, morto prematuramente aos 21 anos, em 1211, esta peça de vestuário foi realizada a partir de um tecido da época almóada, executado segundo a técnica da tapeçaria, o que demonstra a continuidade da actividade têxtil. Ainda que no caso português não tenha subsistido qualquer exemplar deste período, podemos ver no Lorrão 3<sup>38</sup> uma figura, na margem externa, com uma touca semelhante cobrindo a cabeça, embora de materiais mais pobres, talvez linho ou lã.

Sabemos que, a partir do século X, os tecidos de seda confeccionados na Andaluzia chegavam ao reino franco vindos do sudoeste da Península Ibérica que, para além do leste bizantino, constituiu, assim, uma das duas vias de penetração dos tecidos e das modas orientais no Ocidente europeu. No entanto, embora nas regiões produtoras de tecidos de seda o seu uso se generalize progressivamente, a norte dos Alpes e dos Pirenéus a difusão permanecerá limitada, reservada sobretudo para uso dos reis e dos príncipes em ocasiões excepcionais. Só no século XIV é que os tecidos de seda conhecem, por fim, um uso mais regular, mas sem nunca suplantarem o vestuário de lã, já que o seu uso corrente se circunscrevia aos príncipes e membros da corte.

Todavia, o avanço da civilização árabe até à Península Ibérica não marcou uma viragem decisiva na evolução do traje. E, se os ganhos da reconquista do território pelos cristãos provocaram a perda de importância dos centros de produção têxtil muçulmanos, segundo E. Fernández-González assiste-se a uma continuidade das tradições têxteis do Al-Andalus através de artífices mudéjares<sup>39</sup>. A moda do século XI é uma continuidade da do século X e só a partir, essencialmente, do segundo quartel do século XII e no decorrer do XIII é que o vestuário irá beneficiar das primeiras transformações sociais, culturais e económicas. Isso acontece, no que diz respeito ao universo das cortes, por efeito do surgimento de uma burguesia mercantil e do mundo dos guerreiros, em que a evolução da arte da guerra irá ocasionar modificações da indumentária militar.

## VESTUÁRIO CIVIL E MILITAR. O PANORAMA PORTUGUÊS

Nesta abordagem deixaremos de parte a indumentária religiosa, dada a sua especificidade, com excepção de algumas alusões devidas à sua relação com o vestuário civil, reservando essa análise para um estudo posterior.

<sup>37</sup> Espanha, Burgos, Museu do Mosteiro de *las Huelgas*.

<sup>38</sup> DGARQ / ANTT, Lorrão 3, Saltério (atribuído ao século XII), fl.107.

<sup>39</sup> OLIVEIRA MARQUES, 1981: 213.





Fig. 1. *Apocalipse do Lorrvão*. Fl. 217 e 149v (DGARQ / ANTT).

O arcaísmo é um traço marcante do vestuário em Portugal, como salienta Oliveira Marques, observando ter este reflectido, durante muito tempo, a influência muçulmana (desconhecida além-Pirenéus) usando-se, no Portugal medieval, «tecidos fabricados no Islam e peças de vestuário de feição mourisca»<sup>40</sup>. Aponta, igualmente, a influência que tiveram as maneiras de vestir leonesa e castelhana na “moda” do Reino.

Constatamos, por outro lado, que o vestuário do século XII permanece, na sua forma, fiel à tradição romana, com vestes largas e amplas, apesar de as Cruzadas terem tido um importante papel a partir dos séculos X e XI na difusão da moda bizantina.

As peças principais do vestuário masculino no século XII são a túnica, a dalmática – esta última, uma túnica com mangas amplas, de início ornada por bandas de cor diferente, de um lado e do outro, denominadas *clavi*, mas que a partir do século XII passará a ser de uma só cor, geralmente azul, verde ou vermelha, destinando-se as *clavi* somente aos eclesiásticos – e o manto, colocado por cima. No fólio 107v do Lorrvão 3, a figura que aí se encontra veste a dalmática sobre uma túnica. Composta por uma peça de pano longa, a dalmática continha uma abertura circular ao centro destinada a enfiar a cabeça, chegando até à altura dos calcanhares,

<sup>40</sup> MARQUES, 1981: 26.

como se revela na figura do manuscrito citado. Com o tempo ela sofrerá algumas alterações, podendo levar capuz ou até mangas e sendo, por vezes, mais curta.

Quanto à túnica inferior (ou camisa), ela era feita de linho, lã ou seda, comprida, indo mesmo até aos pés, com mangas estreitas e decote curto, como podemos observar nas figuras do Comentário ao Apocalipse do Lorvão, que nos mostram também a forma como a prendiam à cintura, quando o seu comprimento incomodava (figura 1). O testamento de Mumadona<sup>41</sup> refere dez túnicas, sem especificar o material, ao contrário do que faz para outras peças de vestuário, tal como os testamentos de Guimarães<sup>42</sup>, embora estes datados já do século XIII, onde são mencionadas camisas entre os bens legados, de uso comum tanto para os homens como para as mulheres.

Sobre a túnica inferior vestia-se igualmente o brial ou saia. Considerada uma forma evoluída da dalmática, de mangas mais curtas e amplas embora, como se percebe nas figuras do Apocalipse do Lorvão e do Lorvão 3, as mangas sejam estreitas, era mais curta que esta última, deixando visível parte da veste que se encontrava por baixo, sendo confeccionado num tecido mais rico, com bordados, por vezes decorados (figura 2).



Fig. 2.  
Apocalipse do Lorvão. Fl. 49;  
Lorvão 3. Fl. 82  
(DGARQ / ANTT).

<sup>41</sup> Mário Cardozo, *Testamento de Mumadona*. Guimarães: s.d., 1975, p.35. Queremos expressar aqui o nosso agradecimento à colega Maria José Meirelles, do Museu Alberto Sampaio, que nos chamou a atenção para este testamento, o que permitiu enriquecer o conteúdo do presente artigo.

<sup>42</sup> FERREIRA, 1999: 52-53.

Relativamente ao termo brial, ele é adoptado pelos historiadores para designar tanto a sobreveste feminina, quanto a masculina. O que nos faz regressar às considerações sobre o léxico português uma vez que o dicionário *Houaiss* situa este termo no século XIII, suscitando, desde logo, uma ambiguidade no seu uso para designar peças de vestuário anteriores a este período. Refere este dicionário tratar-se de uma «espécie de túnica que o cavaleiro vestia sobre as armas, ou sobre a roupa interior quando desarmado», como também de uma «espécie de vestido longo de seda ou de outro tecido rico, sobre o qual se apertava um cinto»<sup>43</sup>.

Uma situação análoga repete-se com o termo “saia”, mencionado nos testamentos de Guimarães num total de vinte e oito, o que leva Maria da Conceição Falcão Ferreira a apontar-lhe um «pendor feminino»<sup>44</sup>. No entanto, numa das cantigas de amor atribuídas a Paio Soares de Taveirós, o poeta evoca a imagem da amada, recordando-a com a interpelação seguinte: «quando uus eu uj en saya». Podendo esta saia, segundo Correia de Oliveira e Saavedra Machado, derivar do *sagum* (segundo estes autores, uma espécie de manto céltico ou casaca militar dos romanos), ela podia também vir da túnica. Peça de vestuário que se usava por cima da camisa e por baixo do *pelote*, a túnica era «aberta ao cimo, para deixar passar a cabeça, [...] do pescoço aos joelhos, no traje masculino, e mais abaixo, mesmo até aos pés, no traje feminino; as mangas, sempre estreitas naquele, por vezes largas neste, iam até aos punhos; apertava-se com uma cinta ou cinturão, onde os homens podiam trazer punhal»<sup>45</sup>, o que tornava a designação válida tanto para a veste feminina como para a masculina.

No século XI as vestes femininas seguem de perto os estilos dos períodos anteriores e as transformações dizem essencialmente respeito à sobreveste ou brial das senhoras da nobreza, que foi ficando mais curta e com mangas mais compridas e largas na extremidade inferior chegando, pelo menos, até metade do antebraço ou até aos punhos e, por vezes, mesmo além destes. Por volta de meados do século XI as roupas tornam-se mais justas ao corpo, acompanhando as linhas deste e a túnica inferior mais comprida, arrastando pelo chão.

No século XII, a roupa de baixo segue o que se usava na centúria anterior, mas a sobreveste torna-se mais justa, com mangas mais longas de punhos mais largos, sendo também acessível às mulheres de estrato social menos elevado. Tanto

<sup>43</sup> Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa. Temas e Debates, 2003, tomo I, p.660.

<sup>44</sup> FERREIRA, 1999: 54.

<sup>45</sup> Corrêa de Oliveira; Saavedra Machado, *Textos Portugueses Medievais*. Coimbra: Coimbra Editora, 1964, p.21 e 24.



Fig. 3.  
*Apocalipse do Lorrão.*  
 Fl. 108 (DGARQ / ANTT).

Oliveira Marques<sup>46</sup> como Delphine Pinasa<sup>47</sup> dão-nos um exemplo deste tipo de peça de vestuário reconstituída graficamente. A cintura usou-se baixa, com frequência colocada sobre as ancas e, desde o primeiro século da nacionalidade que se encontram referências a *alfreses* e outros cinturões adornados a ouro e prata, sendo habitual os reis e rainhas deixarem os cintos, em testamento, a seus filhos bem como a vassallos<sup>48</sup> (figura 3).

A cabeça era coberta por um simples véu e, por vezes, é o próprio manto que sobre ela se coloca<sup>49 50</sup>. Mas a dama da corte de 1200 ou 1300 usava uma “crespina”,

<sup>46</sup> OLIVEIRA MARQUES, 1981: 49.

<sup>47</sup> PINASA, 2008: 71.

<sup>48</sup> MARQUES, 1981: 56.

<sup>49</sup> BPMP, Santa Cruz 1, fl.313.

<sup>50</sup> DGARQ / ANTT, Lorrão3, fl.108.





Fig. 4. Santa Cruz 1, Fl. 313. (BPMP); Lorvão 3. Fl. 108 (DGARQ / ANTT).

espécie de touca de pano, muitas vezes ondulada ou plissada, de forma circular, posta sobre um lenço ou véu passado sob o queixo<sup>51</sup> (figura 4).

Por cima do brial ou saia colocava-se, ainda, um manto, que tinha uma função de resguardo. Havia diversos tipos de manto, sendo talhados em semicírculo ou em  $\frac{3}{4}$  de círculo com uma abertura para enfiar a cabeça<sup>52</sup>. A forma como era colocado admitia diferentes soluções, podendo ser lançado sobre os ombros, caindo ao longo dos braços<sup>53</sup> ou seguindo o gosto bizantino, preso no ombro direito por um fírmal ou, ainda, descaído e apertado no peito por cordões ou broches<sup>54</sup> (figura 5).

Mais curto que o manto, mas constituindo uma variante deste, é a capa, que muitas vezes tinha um capuz. O balandrau era um outro tipo de manto<sup>55</sup>, amplo e com mangas, de origem possivelmente muçulmana.

Já tipicamente masculino eram as calças – *braies*, uma espécie de calção comprido e preso à cintura, fazendo, sobretudo, parte das peças de vestuário do camponês<sup>56</sup> (figura 6). A sua origem é asiática e bárbara, tendo sido introduzidas na Europa ocidental pelos Celtas e Germanos aquando das suas migrações.

<sup>51</sup> MARQUES, 1981: 50.

<sup>52</sup> DGARQ / ANTT, Lorvão 3, fl.59v.

<sup>53</sup> DGARQ / ANTT, Lorvão 3, fl.113v.

<sup>54</sup> BNP, ALC 412, fl.97.

<sup>55</sup> Termo do século XIII que designa “veste com capuz e mangas largas, abotoada na frente” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Temas e Debates, 2003, p.494).

<sup>56</sup> BPMP, Santa Cruz 1, fl.CCCLXV.



Fig. 5. 412. Fl. 97 (BNP).



Fig. 6.  
Santa Cruz 1,  
Fl. CCCLXIIIv  
(BPMP).

Nos pés calçavam sapatos bicudos de variados tipos<sup>57</sup>. Dentro de casa usavam-se sapatos de pano, sem solas. A junção da sola com o sapato não existia e só no século XII surgem sapatos de couro com solas subjacentes (*sefiutas ou sofiutas*) presas por meio de correias.

Para cobrir a cabeça, o homem do tempo de D. Afonso Henriques utilizava o capuz, solto ou ligado à capa, gorros de várias formas e pequenas toucas moldadas à cabeça<sup>58</sup>. O gorro em forma de barrete frígio, de que podemos ver um exemplo no fl.191 do Apocalipse do Lorvão<sup>59</sup>, estava também na moda.

Para terminar, há que mencionar o vestuário do cavaleiro medieval no tempo da formação do Reino de Portugal. A raridade das fontes iconográficas e arqueológicas tem levado os historiadores a utilizar aquela que é considerada a grande fonte documental para o estudo do armamento defensivo e ofensivo deste período – a tapeçaria de Bayeux (na realidade, um pano de linho bordado), datada do século XII. Só que ela, não obstante os paralelismos verificados, não se reporta ao mundo ibérico que, é bom recordar, não era exactamente o mesmo. Com efeito, não podemos esquecer o contexto específico da Península, com uma provável influência muçulmana na forma de vestir das populações, talvez com maior incidência nas camadas mais baixas do que nos estratos superiores da sociedade, e o próprio papel que terão tido os cruzados oriundos de diversos reinos da Cristandade, para auxiliarem na Reconquista, introduzindo os seus usos e costumes no nosso território.

Durante o século XI começamos a assistir a uma evolução no que concerne à protecção do cavaleiro, decorrente de uma adopção de novos sistemas de defesa corporais. O facto resulta, como se compreende, da nova forma de fazer a guerra passar por uma maior aproximação física entre os cavaleiros, como da introdução dos engenhos militares. Com efeito, das operações de fossado que até então tinham lugar, passamos, agora, a uma guerra com cercos que visam a retomada do território ocupado pelos muçulmanos.

Os cavaleiros desse período trajavam, essencialmente, túnica, cota de malha, elmo, escudo e espada. A túnica interior era curta e sobre ela vestia-se a cota de malha, ou loriga, que era uma segunda túnica à qual se cosiam pequenas chapas metálicas, quadradas, triangulares ou redondas, sobrepostas ou formando malhas metálicas, encastradas umas nas outras. É este o exemplo que podemos observar no Bordado de Bayeux, que nos mostra igualmente dois homens a transportá-la, devido ao seu peso elevado. Pesados e rígidos, dificultando os movimentos, tais modelos de cotas de malha sofrem, por isso, pouco a pouco, uma alteração,

<sup>57</sup> DGARQ / ANTT, Lorvão 3, fls.109v, 139v, 98v

<sup>58</sup> DGARQ / ANTT, Lorvão 3, fls.149, 107, 59v, 107v.

<sup>59</sup> DGARQ – ANTT.



passando a consistir num tecido de ferro, à base de anéis de metálicos, mais leve e resistente, permitindo uma maior agilidade e protecção de todo o corpo, com excepção do rosto.

D. Afonso Henriques, a 1 de Julho de 1129, assina a carta de couto do Mosteiro do Carvoeiro (Viana do Castelo) a favor de Sarracino Osores, por este nobre lhe ter ofertado um cavalo e uma loriga<sup>60</sup>.

Mário Jorge Barroca assinala, para este período, a existência da loriga e do lorigão, sendo a primeira «uma longa túnica comprida, com ou sem mangas, que descia até meio da coxa, protegendo parte dos membros inferiores», com aberturas laterais permitindo a sua utilização tanto por combatentes a cavalo ou apeados e, o segundo, uma peça mais curta, indo até um pouco abaixo da cintura sendo, por isso, essencialmente utilizado pelos guerreiros que combatiam a cavalo<sup>61</sup>. O mesmo autor salienta que as duas peças se encontram mencionadas no codicilo do testamento de D. Sancho I, muito provavelmente numa data posterior a 1188<sup>62</sup>. Nas escavações arqueológicas levadas a cabo na horta da Misericórdia de Faro, foram encontrados dois fragmentos de cota de malhas em cobre e ferro, datados dos séculos XII-XIII, agora depositados na Universidade do Algarve<sup>63</sup>.

Se, inicialmente, o cavaleiro protege as pernas com correias, a partir de meados do século XI vai vestir calças. E, uma vez que nem a loriga, nem o lorigão garantiam a defesa integral das pernas, essa protecção completa-se pelo uso de um escudo, dito normando (como se observa na representação escultórica dos guerreiros de Vilar de Frades e no Bordado de Bayeux). Bastante comprido, de forma amendoada, isto é, arredondado na parte de cima, ligeiramente convexo, terminando em bico na parte inferior, permitindo, assim, espetá-lo no chão quando em combate apeado, era feito de madeira e forrado a couro, com reforços de ferro nos bordos. Apresentava-se, ainda, sustentado por correias que permitiam suspendê-lo ao pescoço ou colocá-lo no braço. Mário Barroca atribui a sua introdução na Península Ibérica aos contingentes militares franceses, que a partir da segunda metade do século XI são mais frequentes<sup>64</sup>. Embora neste período não se possa ainda falar de heráldica como a entendemos hoje, nos escudos eram pintados motivos que identificavam, no decorrer da batalha, o seu detentor ou a ordem militar a que o cavaleiro pertencia.

<sup>60</sup> BARROCA, 2000: 42.

<sup>61</sup> BARROCA, 2000: 43.

<sup>62</sup> BARROCA, 2000: 43.

<sup>63</sup> *Pera guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000, p. 263.

<sup>64</sup> BARROCA, 2000: 43.

Para proteger a cabeça usava-se um elmo ou, como acrescenta o mesmo Mário Barroca, capelos e capelinas<sup>65</sup>. O elmo que até ao século XII tem forma oval ou cónica, com ou sem guarda-nuca, é munido de um nasal destinado a cobrir o nariz. Contrariamente aos elmos, os capelos nem sempre tinham nasal e não possuíam guarda-nuca, peça destinada a proteger o pescoço. Pedro Vitorino defende que o elmo dos nossos guerreiros difere do reproduzido na tapeçaria de Bayeux, sendo “o capelo de ferro simples, antecessor do outro provido de nasal, chamado normando, que persistiu durante todo o século XII”<sup>66</sup>. De facto, o elmo com nasal encontrado nas escavações arqueológicas da encosta do Castelo de Torres Novas, atribuído aos séculos XII-XIII, apresenta uma forma diferente, sendo composto por um casco semicónico e ápex ligeiramente pontiagudo; havendo ainda a considerar o facto de a sua forma original ter conhecido ligeiras alterações, sobretudo no nasal<sup>67</sup>.

Quanto à espada, ela começa a ganhar importância como arma de combate a partir de meados do século XI e adquire, cada vez mais, um maior valor simbólico, desde que se torna no elemento central da cerimónia de armar cavaleiro, até à sua conversão no símbolo por excelência da própria Nobreza, reproduzida nos jacentes dos túmulos como expressão dessa ordem social. Ela é de tipo normando, composta por lâmina de dois gumes paralelos e remate romboidal, espiga e pomo discoidal (forma que predominará, em Portugal, até ao século XV), como a que empunham as figuras do Apocalipse do Lorvão<sup>68</sup>. A espada dita de D. Afonso Henriques<sup>69</sup>, embora com guardas de tipo português, gumes paralelos e remate romboidal é, no entanto, uma peça posterior, datada já do último quartel do século XVI.

Procurando ir ao encontro da história do vestuário na época do Rei fundador, este estudo não pode ir mais além de um breve balanço sobre o pouco que se conhece e as vias de investigação para o seu desenvolvimento futuro. No contexto peninsular em que surgiu o reino de Portugal, o fundo islâmico e as novidades trazidas pelos cruzados de além-Pirenéus tiveram, como se viu, a sua influência nos materiais e formas adoptadas pelo vestuário das diferentes ordens sociais, combinando-se com herança romana, em boa medida incorporada pela Igreja.

---

<sup>65</sup> BARROCA, 2000: 43. O autor diz tratar-se de «peças hemisféricas, por vezes levemente apontadas (ou seja, dotadas de ápex), que protegiam a cabeça do cavaleiro até à zona das orelhas» sendo obtidas a partir duma folha de metal repuxada a martelo e forradas a couro ou tecido. Acrescenta ainda que estes poderiam não ser sempre em metal.

<sup>66</sup> VITORINO, Pedro, 1940: 6-7.

<sup>67</sup> BARROCA & MONTEIRO, coords., 2000: 247-248.

<sup>68</sup> DGARQ / ANTT, fls.108v e 149v

<sup>69</sup> Proveniente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pertence actualmente às coleções do Museu Nacional de Soares dos Reis, em depósito no Museu Militar do Porto.

Não obstante a reduzida documentação iconográfica e arqueológica, impõe-se a continuação do trabalho neste domínio, sendo para isso indispensável a criação de instrumentos de apoio à investigação. Para já, o levantamento das fontes textuais e a elaboração do léxico em língua portuguesa, como repetidamente se disse, contam-se entre as tarefas mais urgentes para prosseguir este esforço. De que resultarão, certamente, renovadas perspectivas de análise e de problematização.

## FONTES IMPRESSAS

- Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Leiden: ed. por Dozy e M. J. de Geoge, 1866, p.240.  
*The Coronation Mantle of the Hungarian Kings*. Budapest: Hungarian National Museum, 2005.  
 Mário Cardozo, *Testamento de Mumadona*. Guimarães: s.d., 1975, p.35  
 Corrêa de Oliveira; Saavedra Machado, *Textos Portugueses Medievais*. Coimbra: Coimbra Editora, 1964, p.21 e 24.

## DICIONÁRIOS

- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências*. Lisboa, 2001.  
*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, 2003.  
*Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1985, vol. 2, p. 1373.  
*Dicionário Porto Editora*. Lisboa: 2009, p. 1550.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs*. In *Pera guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, p.42.  
 BARROCA, Mário Jorge & MONTEIRO, João Gouveia, coords. (2000) – *Pera guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000.  
 BLANC, Odile (1989) – *Historiographie du vêtement: un bilan*. In *Le Vêtement: Histoire, archéologie et symbolique vestimentaires au Moyen Age*. Paris: Le Léopard d'Or, p. 5-33.  
 BOUCHER, François (1965) – *Histoire du costume en Occident de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Flammarion.  
 — (2008) – *Histoire du costume en Occident: des origines à nos jours*. Paris: Flammarion.  
 CHARRON, Pascale & GUILLOUËT, Jean-Marie, dir. (2009) – *Dictionnaire d'histoire de l'art du moyen âge occidental*. Paris: Éditions Robert Laffont.

- COSTA, Manuela Pinto da (2004) – *Glossário de termos têxteis e afins*. «Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património». Porto: Faculdade de Letras, I Série, vol.III, p.159.
- ENLART, Camille (1916) – *Le costume*. In *Manuel d'Archéologie Française. Depuis le temps Mérovingiens jusqu'à la Renaissance*. Paris: Auguste Picard, tomo 3.
- FAÛ, Jean-François (2005) – *L'images des juifs dans l'art chrétien médiéval*. Paris: Maisonneuve & Larousse.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina (1996) – *El artesano medieval y la iconografía en los siglos del románico: la actividad textil*. In *Medievalismo*. Madrid: Boletín de la Sociedad española de Estudios Medievales, N°6 (1996, Año 6), p. 64-119.
- (2007) – *Que los reyes vestiesen paños de seda, con oro, e con piedras preciosas. Indumentarias ricas en la península ibérica (1180-1300): entre la tradición islámica y el occidente cristiano*. In *Simpósio Internacional «El legado de al-Andalus. El arte andalusí en los reinos de León y Castilla durante la Edad Media*. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, p. 365-408.
- (1985) – *Una tela hispano-musulmana en el sepulcro de Doña Mencía de Lara del Monasterio Cisterciense de san Andrés del Arroyo*. In *Actas de las II Jornadas de Cultura Árabe e Islámica (1980)*. Madrid: Instituto Hispano-Arabe de Cultura, p. 197-244.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1999) – *Roupas de cama e roupas de corpo nos testamentos de Guimarães (1250/1330)*. Porto: Sep. da Revista da Faculdade de Letras, II Série, vol. XIV, p.33-63.
- KÖHLER, Carl (1993) – *História do Vestuário*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LAVER, James (2003) – *Histoire de la mode et du costume*. Paris: Thames & Hudson, 2003.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981) – *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. Lisboa: Sá da Costa.
- MORAIS, Ana Paula (2008) – *Personnification et carnaval: les voies de l'allégorie dans le "Renard teinturier"*. In *O carnaval na Idade Média. Actas de Colóquio*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, p.174-175.
- NORONHA, Eduardo de (1911) – *O Vestuário: História do traje desde os tempos mais remotos até à Idade Média*. Lisboa: Libânio da Silva.
- PALLA, Maria José (1999) – *Traje e pintura. Grão Vasco e o Retábulo da Sé de Viseu*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (2006) – *Trilogia Vicentina. Léxico do Traje e Adornos no Teatro de Gil Vicente*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da FCSH/UNL.
- PASTOUREAU, Michel (2006) – *Bleu. Histoire d'une couleur*. Paris: Éditions du Seuil.
- (1997) – *Jésus chez le teinturier*. Paris: le Léopard d'Or.
- (1991) – *L'Étoffe du Diable. Une histoire des rayures et des tissus rayés*. Paris: Éditions du Seuil.
- (1987) – *Figures et couleurs. Étude de la symbolique et de la sensibilité médiévales*. Paris: le Léopard d'Or.
- PASTOUREAU, Michel & SIMONNET, Dominique (2005) – *Le petit livre des couleurs*. Paris: Éditions du Panama.
- PEACOCK, John (2003) – *Le costume Occidental de l'Antiquité à la fin du XXe siècle*. Paris: Thames & Hudson.
- PINASA, Delphine (2008) – *Costumes. Modes et manières d'être*. Paris: Rempart, Tomo I.

- RACINET, Auguste (2009) – *The Costume History: from ancient times to the 19th century. Die Kostümgeschichte: vom altertum bis zum 19. Jahrhundert. Le Costume Historique: du monde antique au XIXe siècle.* Köln: Taschen.
- RUPPERT, Jacques (s.d.) – *Le costume: antiquité-moyen-âge.* Paris: Ernest Flammarion.
- SCOTT, Margaret (2007) – *Medieval Dress & Fashion.* London: The British Library.
- VIOLLET LE DUC, Eugène (1996) – *Encyclopédie Médiévale: Architecture et Mobilier.* Paris: Inter-Livres, tomo 2.
- VITORINO, Pedro (1940) – *O Guerreiro Medieval do Século XII.* Separata do volume especial da Revista de Guimarães. Porto: Tip. Costa Carregal.
- YARZA LUACES, Joaquín (2005) – *Beato de Liébana. Manuscritos iluminados.* Barcelona: Moleiro Editor.



# VIAJAR NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES. VIAS E PONTES NO TERRITÓRIO VIMARANENSE

FRANCISCO G. C. LÍBANO MONTEIRO FAURE\*

## 1. INTRODUÇÃO

Desenvolvida em torno do mosteiro edificado por instruções de D. Mumadona Dias em meados do século X, o qual se encontrava apoiado na segurança do castelo que, posteriormente, a mesma D. Mumadona Dias manda erigir, a urbe vimaranense deverá ter tido, é hoje um dado certo, alguma ocupação durante o período romano. Não sendo muitos os vestígios que atestem esta ocupação, e resultando, na sua grande maioria, de achados ocasionais nunca seguidos de trabalhos arqueológicos sistemáticos, eles patenteiam uma larga diacronia de ocupação do espaço que irá permanecer durante a Alta Idade Média sob o título de *villa Vimaraniensis*.

Ao crescimento vigoroso a que Guimarães assistirá durante os séculos XI e XII e à sua «precocidade urbana», para usar as palavras de Conceição Falcão Ferreira<sup>1</sup>, não podem ser alheios, entre outros factores, a importância do cenóbio vimaranense, quer a nível local mas, também, regional, neste caso enquanto congregador de outros mosteiros seguidores de observâncias tradicionalistas<sup>2</sup>, assim como os favores condais, nomeadamente a eleição do burgo como residência e «capital» administrativa do condado por D. Henrique e D. Teresa e, bem assim, a concessão da primeira carta de foral, em 1096. Terra de «dicotomias»<sup>3</sup>, entre as quais a exis-

---

\* Arqueólogo, Câmara Municipal de Guimarães.

<sup>1</sup> FERREIRA, 2010: 109.

<sup>2</sup> MARQUES, 1988: 627.

<sup>3</sup> FERREIRA, 2010: 104.



tência de duas vilas distintas é, talvez, a mais paradigmática<sup>4</sup>, e terra de «escolhas» senhoriais<sup>5</sup>, Guimarães constrói-se, também, com vontades locais e, se o papel dos condes tem que ser visto como essencial na cimentação de um centro urbano em crescimento, não é menos verdade que o foral de 1096 deve ser visto, mais do que como um ponto de partida, como um ponto de chegada. De facto, parafraseando Conceição Falcão Ferreira<sup>6</sup>, «um foral, só por si, não era garante de continuidade e evolução das funções económicas, que enformavam o carácter ‘urbano’ de uns quantos aglomerados».

Como forma de fomento das teias de relações que o desenvolvimento de Guimarães vai gerando, terão sido criadas um conjunto de vias e infra-estruturas viárias. O território encontrava-se já, desde época romana, munido de vias e pontes. No entanto, a idade média veio alterar substancialmente este quadro, passando-se das vias romanas, construídas de forma a servir um império e as suas capitais, para os «caminhos regionais, os que serviam populações e cidades próximas»<sup>7</sup>.

No presente estudo, procuraremos ver como se dá essa transição. Teremos que iniciar por uma breve análise das vias e pontes romanas, não obstante estarmos num encontro dedicado a D. Afonso Henriques<sup>8</sup>, para passarmos às medievais. Ainda que breve, essa abordagem seria sempre necessária, já que muitas dessas estruturas se mantiveram em funcionamento até aos nossos dias.

## 2. O SUBSTRATO ROMANO

Até à presente data, foram inventariadas no concelho de Guimarães 86 ocorrências arqueológicas enquadráveis em época romana<sup>9</sup>. Trata-se, na verdade, de um elevado número de sítios, ainda que esteja longe de ter sido feito um estudo capaz de permitir uma mais correcta compreensão da ocupação romana no território vimaranense, ao contrário da preocupação demonstrada pelos investigadores face à Idade do Ferro ou mesmo à Idade Média.

<sup>4</sup> Vejam-se, a este respeito, sobretudo dois trabalhos de Conceição Falcão: *Guimarães: duas vilas um só povo* (FERREIRA, 2010) e *Uma rua de elite na Guimarães medieval* (FERREIRA, 1989).

<sup>5</sup> FERREIRA, 2010: 110.

<sup>6</sup> FERREIRA, 2010: 110.

<sup>7</sup> ALMEIDA, [s.d.]: 138.

<sup>8</sup> Não podemos deixar de agradecer aos senhores Prof. Doutor Mário Barroca e Dr.ª Isabel Maria Fernandes o convite para a apresentação deste trabalho.

<sup>9</sup> Dados resultantes de trabalhos de campo e recolha bibliográfica levados a cabo no âmbito da revisão do Plano Director Municipal de Guimarães.

Destas mais de oito dezenas de ocorrências, há quatro que merecem, para já, especial atenção, pois prendem-se directamente com o sistema viário imperial. São elas: o Miliário de Sande S. Martinho, a ponte de Campelos, na freguesia de S. João de Ponte, a ponte de Negrelos, nas confrontações das freguesias de Lordelo e Moreira de Cónegos e, finalmente, a ponte do Arco de Pombeiro, em Serzedo.

Veremos de seguida, mais pormenorizadamente, cada um destes elementos.

## 2.1. Vestígios de rede viária romana

### a. Miliário de Sande (Mapa 1, n.º 9)

O Miliário de Sande foi identificado inicialmente pelo Abade de Tagilde no ano de 1885<sup>10</sup> e encontrava-se reutilizado nas escadas do pátio da residência paroquial de S. Martinho de Sande, local onde deveria ter sido colocado por volta de 1816<sup>11</sup>. Foi, posteriormente, oferecido à Sociedade Martins Sarmento, ali se encontrando actualmente exposto e tendo-lhe sido atribuído o número de inventário SMS – 0078. A peça não está completa, devido às reutilizações, possuindo uma altura máxima de 1,14m e um diâmetro de cerca de 0,45m. A leitura, tal como sugerida por Sonia María García Martínez<sup>12</sup>, é a seguinte:

[Imp(eratori) Caesari Ner]v[ae Trai]ano / A[ug(usto) Ger]m(anico) Dac(ico) / P[ont(ifice)  
M]ax(im)o Trib(unicia) / P[ot(estate)] VIII Imp(eratori) IIII / C[o(n)s(uli) V] P(atri)  
P(atriciae) / IIII

Inicialmente identificado como um marco pertencente à via romana que ligava *Bracara Augusta* a *Aquae Flaviae*<sup>13</sup>, sabemos hoje que se trata, o miliário de Sande S. Martinho, de um dos 5 marcos conhecidos para o trajecto *Bracara – Tongobriga*, correspondente ao troço inicial da via *Bracara – Emerita Augusta*<sup>14</sup>.

### b. Ponte de Campelos (Mapa 1, n.º 20 e Mapa 2, j)

Do conjunto das pontes antigas de Guimarães é, esta, uma das mais monumentais. De tabuleiro plano, as suas origens são claramente romanas, como também o

<sup>10</sup> Sobre esta data, confira-se SARMENTO, 1901b:119, nota 2.

<sup>11</sup> GUIMARÃES, 1901: 67-68.

<sup>12</sup> GARCÍA MARTINEZ, 1995: 27.

<sup>13</sup> CAPELLA, 1895: 118-119.

<sup>14</sup> CARVALHO, 2008: 196.

atestam as diversas aduelas almofadadas que ainda permanecem nalguns dos arcos. Do lado montante, o pilar central possui um talhamar triangular.

O comprimento total da ponte é de cerca de 43,0m e a largura de 4,0m, sendo as guardas formadas por silhares graníticos paralelepípedicos regulares. Os dois arcos do lado direito são os que aparentam manter a sua traça original, apresentando, as 25 aduelas do arco ancorado à margem e as 31 daquele que se lhe segue, já no leito do rio, técnica de almofadado. O terceiro arco, com 27 aduelas, tem pedras almofadadas no lado jusante sendo as do lado montante resultado de uma obra posterior, pois a aduela chave mostra características distintas, sobressaindo face à circunferência externa do arco. Finalmente, o quarto arco, ancorado na margem esquerda, com 25 aduelas, parece ser de construção mais recente, sem recurso a almofadado e, do lado jusante, evidenciando nitidamente as aduelas contra-chave e a aduela chave.

Apesar de pouco sabermos, desde um ponto de vista estritamente arqueológico, sobre a zona onde está localizada esta ponte, ela deverá ter-se constituído como um local estratégico na travessia do Ave para o viajante que seguia a via *Bracara – Emerita*. Como já havia feito notar Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>15</sup>, e adiante veremos de forma mais pormenorizada, a partir deste ponto a via acabaria por seguir três trajectos distintos, um levando à ponte de Negrelos (Lordelo/Moreira de Cónegos), outro à ponte de Vizela e, o terceiro, à ponte do Arco de Pombeiro (Serzedo).

Encontramos, na documentação medieval, três referências directas à ponte de Campelos. Na primeira, que data de 957<sup>16</sup> e numa outra, de 1059<sup>17</sup>, ela é nomeada como «ponte petrina». Já no séc. XII, em documento de 1162<sup>18</sup>, a ponte de Campelos é denominada como «ponte antiquum».

O nome de *ponte petrina*, pelo qual é mencionada nos dois primeiros documentos atrás referidos, deverá ter sido, aliás, o mais comum e duradouro, pois Francisco Xavier da Serra Craesbeeck<sup>19</sup> designa-a como «ponte de S. João, ou Pedrinha». Craesbeeck<sup>20</sup> não parece, contudo, dar-lhe a devida antiguidade ou importância pois, ao descrever o traçado da *Via Militaris*, ao qual nos referiremos mais adiante, não a inclui no seu percurso.

<sup>15</sup> ALMEIDA, 1968: 40-42.

<sup>16</sup> V.M.H., P. I, VIII, p. 6.

<sup>17</sup> V.M.H., P. I, XLV, pp. 47 e 48.

<sup>18</sup> V.M.H., P. I, CII, p. 90.

<sup>19</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>20</sup> CRAESBEECK, 1992: 55-64.

Referências directas ou indirectas à ponte de Campelos podem encontrar-se, ainda, noutros autores. Diz-nos, na sua *Corografia Portugueza*, o Pe. António Carvalho da Costa<sup>21</sup>:

*Da ponte de Donim se desce à ponte de Sam João, que tem este nome, por estar situada na freguesia de Sam João da Ponte, termo de Guimaraens (...) & pella ponte de S. João se acha tambem estrada direita para a mesma Cidade [de Braga], & para a Villa de Barcellos pello lugar, que chamão a Veiga do Penso.*

Também o Pe. Torquato de Azevedo<sup>22</sup>, nas suas *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, nos fala, ao descrever o rio Ave, desta ponte:

*Continuando este rio [Ave] sua corrente distancia de legoa e meia, tem a ponte de S. João, que por hir já engrossado com os regatos de Caldellas, e de Sande, é a dita ponte maior que as antecedentes, e tem quatro arcos largos, e facilita o caminho desta villa para a de Barcellos.*

### c. *Ponte do Arco de Pombeiro* (Mapa 1, n.º 61 e Mapa 2, l)

A ponte do Arco de Pombeiro, assim chamada devido à proximidade do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, é uma ponte de origem romana, ainda que sejam evidentes as alterações levadas a cabo em período medieval, nomeadamente ao nível do tabuleiro, dando-lhe um perfil em leve cavalete. Dos seus dois arcos, o maior possui diversas aduelas almofadadas dentre o conjunto das cerca de 35<sup>23</sup>. O arco da margem esquerda, de vão significativamente inferior e de volta perfeita, é de construção provavelmente medieval, possuindo, pelo menos, 19 aduelas.

Do lado montante vê-se um talhamar adossado ao pilar que divide os dois arcos. O tabuleiro possui um comprimento de cerca de 32,0 m e uma largura rondando os 3,0 m. A via é formada por um lajeado granítico executado com lajes de dimensão variável mas tendencialmente rectangulares e dispostas perpendicularmente ao eixo da ponte. Este lajeado assenta directamente sobre os dois arcos. As guardas da ponte são formadas por silhares graníticos, dispostos irregularmente, contrastando, desta forma, com o aparelho pseudo-isódomo da secção estrutural da ponte.

---

<sup>21</sup> COSTA, 1706: 114.

<sup>22</sup> AZEVEDO, 2000: 495-496.

<sup>23</sup> Neste e noutros casos ao longo do presente texto não poderemos referir sempre com certeza o número de aduelas já que, pelas condições em que algumas destas pontes se encontram, por assoreamento, vegetação infestante ou outras razões, as mesmas nem sempre são visíveis.

Craesbeck<sup>24</sup>, tal como fizera com a ponte de Campelos, não inclui a ponte de Pombeiro no seu traçado da Via Militaris. Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>25</sup> coloca esta ponte como parte da via que, saindo de Braga e passando pela ponte de Campelos, se dirigia a Castro Daire e Viseu, atravessando o Douro abaixo do Freixo, no local de Porto Antigo.

Sobre a ponte do Arco de Pombeiro, diz-nos o Pe. Torquato de Azevedo<sup>26</sup> na sua descrição do rio Vizela:

*e correndo [o Vizela] a sul pela freguesia de Galães chega á honra de Cepães, donde meia legoa de distancia vai dividir o termo desta villa do couto de Pombeiro, aonde tem a ponte de arcos de pedra do nome do dito couto, aonde ha muita passagem para Castella, e provincia de Traz-os Montes.*

O Pe. Carvalho da Costa<sup>27</sup> também a ela se refere, da seguinte forma:

*No Couto de Pombeiro acha o rio Avizella franqueada a sua passagem para o Vendaval com a ponte do Pombeiro de pedra lavrada, ao pé da serra de Sãta Catherina, da parte do Sul.*

#### *d. Ponte de Negrelos (Mapa 1, n.º 71 e Mapa 3, m)*

Ponte de origem romana, com 3 arcos e tabuleiro plano, encontra-se nos limites dos concelhos de Guimarães e Santo Tirso, tendo sido alvo de restauro recente e de um estudo levado a cabo por Álvaro B. Moreira<sup>28</sup>. Nos arcos, de volta perfeita, podem ver-se diversas aduelas almofadas, atestando a sua construção inicial romana. O arco central, mais pequeno e de 31 aduelas, tem um vão de 6,5m, ao passo que os arcos laterais apresentam um vão de 7,5m e 33 aduelas. O tabuleiro da ponte mede cerca de 32,0m de comprimento por 3,0m de largura.<sup>29</sup> Protegendo os pilares da ponte, do lado montante encontram-se dois talhamares e, a jusante, os respectivos esporões servindo-lhes de contraforte.

Esta ponte foi alvo de diversas reformas, nomeadamente durante a Idade Média, tal como o atestam as diversas pedras sigladas ali patentes<sup>30</sup>. Além destas, encontra-se gravada na aduela chave do primeiro arco da margem direita, do lado

<sup>24</sup> CRAESBECK, 1992: 55-64.

<sup>25</sup> ALMEIDA, 1968: 40-41.

<sup>26</sup> AZEVEDO, 2000: 500.

<sup>27</sup> COSTA, 1706: 116.

<sup>28</sup> MOREIRA, 2006.

<sup>29</sup> As medidas e número de aduelas apresentadas, são retirados do estudo efectuado por Álvaro Moreira, 2006.

<sup>30</sup> ALMEIDA, 1968: 188-189; MOREIRA, 2006: 8-10.

jusante, uma inscrição que, segundo Álvaro Moreira<sup>31</sup>, fará referência ao mestre responsável pelas obras, de seu nome João Anes.

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>32</sup>, a primeira referência documental à ponte de Negrelos encontra-se cerca de 980 sendo, então, nomeada como «Ponte Lapidea». Nos monógrafos que temos vindo a acompanhar, os comentários a esta ponte são breves. O Pe. Carvalho da Costa<sup>33</sup> descreve-a como tendo «muita ventagem na grandeza» e Torquato de Azevedo<sup>34</sup> refere o facto de esta ser ponte «muito nomeada».

## 2.2. Hipóteses sobre as vias romanas no concelho de Guimarães

Os elementos correspondentes ao sistema viário romano sobre o qual nos acabámos de debruçar evidenciam a existência de duas realidades distintas no concelho de Guimarães, realidades essas que encontram na ponte de Campelos o seu ponto de charneira. De facto, a Norte desta ponte apenas possuímos um elemento que permite identificar a passagem de uma via, o miliário de Sande S. Martinho, ao passo que, no Sul, as pontes de Negrelos e do Arco de Pombeiro, às quais obrigatoriamente temos que associar a ponte das Caldas de Vizela (que, ainda que não faça parte do actual território vimaranense, se enquadra numa via que por aqui passava), exigem a existência de pelo menos três vias distintas.

Porque não possuímos, pelo menos até ao momento, conhecimento de vestígios de uma calçada romana preservada no concelho, tentar definir o traçado das vias a uma escala grande como aquela em que estamos a trabalhar obriga a uma análise territorial que tem que ultrapassar, em larga medida, os quatro elementos até agora apresentados. Assim, e no sentido de compreender melhor este sistema viário, ensaiámos uma leitura da dispersão dos sítios romanos no concelho de Guimarães. Desta forma, sobre o mapa do concelho marcámos os pontos referentes às ocorrências arqueológicas romanas cartografáveis (v. Mapa 1 e Tabela 1, na qual se listam os sítios correspondentes) e aumentámos um pouco a sua visibilidade criando uma circunferência com um raio de 250m em torno de cada um deles. Esta acção permitiu inferir a existência de uma série de grupos que aparentavam maior proximidade ou mesmo, nalguns casos, a formação de «corredores» de ocupação. Desenhámos, então, uma trama que permite ler todos os sítios que se encontram

---

<sup>31</sup> MOREIRA, 2006: 8-10.

<sup>32</sup> ALMEIDA, 1968: 189.

<sup>33</sup> COSTA, 1706: 116.

<sup>34</sup> AZEVEDO, 2000: 501.

a uma distância inferior a 1500m entre si. O resultado desta análise foi a identificação de 18 grupos de ocorrências arqueológicas enquadradas no período romano.

Não nos ateremos, aqui, a cada sítio ou grupo de forma individual, já que é nossa preocupação, no presente trabalho, estudar o sistema viário medieval e, por outro lado, porque temos que olhar para este exercício como um ponto de partida para investigações futuras. Na verdade, e como já tivemos oportunidade de dizer, à falta de uma melhor caracterização dos sítios/ocorrências romanas cartografadas, esta análise tem que ser considerada como preliminar. Estamos, além disso, conscientes de algumas das fragilidades desta metodologia. Em primeiro lugar, alguns dos sítios da Idade do Ferro poderão ter tido ocupação em época romana mas, destes, apenas a Citânia de Briteiros foi, até ao momento, escavada intensivamente, pelo que não incluímos os restantes. Em segundo lugar, há manchas que estão obviamente distorcidas ou demonstram uma realidade não constatada arqueologicamente. Incluímos, neste caso, a mancha das ocorrências localizadas na área da cidade de Guimarães. Sendo a área do concelho onde, por razões óbvias, tem havido uma maior actividade arqueológica, não possuímos, até ao momento, provas de uma ocupação romana nesta zona que nos autorize a ter confiança nos dados da cartografia. De facto, as ocorrências com os números 40 e 43 correspondem a epígrafes que devem ter sido reutilizadas na construção dos edifícios medievais ou modernos mas que podem ter a sua origem num só sítio arqueológico, eventualmente localizado na área da cidade, mas para o qual não sabemos dar, ainda, uma localização exacta. Desta forma, ao invés de termos dois pontos cartografados, seria talvez mais correcto ter apenas um, situação que daria lugar a uma mancha mais reduzida. Também por isso, e porque acreditamos estar perante reutilizações de peças para as quais não conhecemos origem exacta, não respeitámos a distância de 1500m entre os pontos 43, 45 e 46, razão pela qual os grupos H e L não se encontram unidos.

Situação semelhante poderá acontecer com as ocorrências 37 a 39, localizadas na freguesia de Urgezes. Contudo, não tendo havido trabalhos sistemáticos com resultados publicados até ao presente nesta zona, não sabemos até que ponto estaremos perante um só sítio com ocorrências de materiais ao longo do monte. Já no caso da Ara de Trajano (n.º 7) e Termas das Taipas (n.º 8), a situação é inversa. Não temos dúvida de estar perante um mesmo sítio arqueológico, de dimensões consideráveis, pois os vestígios cartografados encontram-se *in situ*, facto que levaria a que os inventariássemos com apenas um número. Mas ao não sabermos as dimensões exactas do sítio, nomeadamente se o Penedo de Trajano se encontrava inserido num povoamento mais largo ou na sua periferia, optámos por manter os dois números de forma a dar uma leitura mais exacta deste local.



Não obstante estas dificuldades, pensamos poder, desde logo, avançar com algumas ideias sobre as vias romanas que passavam pelo actual concelho de Guimarães.

Em primeiro lugar, parece ser evidente a existência de um corredor de ocupação, orientado sensivelmente de Noroeste para Sudeste. Começa no grupo C, com o Miliário de Sande S. Martinho, cuja localização original deveria estar um pouco mais para Este, no lugar de Quatro Irmãos, e prolonga-se pelos grupos D e F, isto é, por Caldelas e S. João de Ponte. Depois, seguiria pelo grupo H, por Fermentões, Silvares, Creixomil e Urgezes, passando, portanto, a Sudoeste da actual cidade de Guimarães. O corredor prolonga-se pelo grupo I, por Abação e Gémeos, terminando em Serzedo, na ponte do Arco de Pombeiro (n.º 70). Note-se, contudo, que prolongámos artificialmente este último grupo, já que entre o Castro da Boavista (n.º 60) e a ponte do Arco de Pombeiro há uma distância superior aos 1500m por nós inicialmente estabelecidos. Não obstante, parece óbvia a relação desta ponte com o grupo I.

Este grande corredor deve estar relacionado directamente com a passagem da via *Bracara – Emerita*, podendo, assim, dar uma ideia mais aproximada do seu trajecto. Sabemos que a via *Bracara – Emerita* atravessava a Falperra<sup>35</sup> dirigindo-se a Sta. Cristina de Longos e, daí, a Sande S. Martinho. Aqui surgiria a primeira bifurcação da via, em local que não podemos precisar mas que, pensamos, seria entre Sande S. Martinho e Sande S. Clemente. A primeira via seguia directamente para as Caldas das Taipas, em Caldelas. Aqui, a travessia do Ave deveria fazer-se por barco ou a vau. A esta passagem, próximo da ponte moderna que actualmente ali existe, obriga-nos a referência à calçada romana da Ínsua, em S. João de Ponte, na outra margem. Daqui a via passaria próximo da Igreja de S. João de Ponte, chegando então à zona de Fermentões. O troço que abandonámos em Sande S. Martinho não é tão fácil de identificar, dado que não possuímos assentamentos que permitam uma identificação do seu traçado, mas deveria dirigir-se à Ponte de Campelos onde atravessava o Ave. Daqui, rapidamente chegava a Fermentões, onde voltaria a entroncar com a variante das Caldas das Taipas, provavelmente nas cercanias dos sítios de Sezite (n.º 26) e Paço (n.º 27). Passava, então, próximo da Covilhã (n.º 44), em Fermentões e depois por Creixomil e Urgezes, onde o aparecimento dos Sátiros no sitio da Parede (n.º 49), hoje depositados na Sociedade Martins Sarmiento, parecem apontar para uma ocupação de algum relevo. Dirigia-se a via, finalmente, a Abação, Calvos e Serzedo, onde encontrava a ponte do Arco de Pombeiro.

Seguimos, para a via *Bracara – Emerita*, o traçado proposto por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>36</sup>. Na verdade, nem todos os autores são concordantes com esta

<sup>35</sup> ALMEIDA, 1968: 40.

<sup>36</sup> ALMEIDA, 1968: 40-41.

hipótese colocando, Helena Paula Abreu de Carvalho<sup>37</sup>, na esteira de outros, a via como seguindo directamente das Caldas das Taipas às Caldas de Vizela e Meinedo.

É, ainda, a esta via que Craesbeeck<sup>38</sup> se refere ao descrever o traçado da «sexta via militar». Segundo este autor, a via saía de Braga, atravessava a Falperra e, passando pelo lugar de Quatro Irmãos, chegava a Caldelas. Aí se fazia a travessia do Ave a vau, chegando a Guimarães, à Praça de Santiago. Desta praça, seguia pela Rua da Caldeiroa, passava pela Ermida de Nossa Senhora dos Remédios (em Urgezes), ia pela Fornalha, em S. Tomé de Abação, depois por Gémeos, atravessando o rio Vizela em Vila Fria, a vau ou por um pontilhão de madeira assente «sobre paredões de pedra»<sup>39</sup>. Como tivemos já oportunidade de referir, não dá, este autor, a importância devida às pontes de Campelos e do Arco de Pombeiro. Se no caso da primeira estrutura ela é omissa já no da segunda é veemente a sua exclusão como elemento pertencente ao traçado da via. De facto, diz-nos Francisco Xavier da Serra Craesbeeck<sup>40</sup>:

*passava-se o rio Visella não no çitio onde hoje está a Ponte de Pombeiro, mas sim mais para o meio dia, de frente da freguesia de Santa Maria de Villafria, e a vao, como ainda hoje se passa.*

Não discutiremos, aqui, os argumentos apontados por Craesbeeck para afirmar que a via romana passava pelo coração da cidade de Guimarães. Conforme temos vindo a dizer, é nossa opinião que esta via passaria a Ocidente, por Creixomil e Urgezes, servindo, sem dúvida, um habitat romano localizado na área urbana de Guimarães, de tipologia desconhecida, mas que lhe seria periférico.

A forte concentração de vestígios arqueológicos na zona de Creixomil, Urgezes, Mascotelos e Candoso, identificada no grupo J, sugere-nos uma ocupação importante desta zona do território. Este grupo poderá corresponder à área onde se localizavam as variantes à via Bracara – Emerita que se dirigiam a Viseu, por Vizela, e Porto, por Negrelos. A ausência de sítios arqueológicos de cronologia romana na zona de Nespereira, aliada à curta extensão de território vimaranense entre Polvoreira e Vizela, levanta, no entanto, dúvidas ao local de passagem das vias.

No primeiro caso, cremos que a via passaria a Noroeste da Igreja de Nespereira e, daí, a Conde e Moreira de Cónegos, onde encontraria a ponte de Negrelos. Há, no entanto, uma outra hipótese de passagem desta via, a qual se prende com a dispersão de sítios na zona Sudoeste do concelho, identificada nos Grupos P, Q e

<sup>37</sup> CARVALHO, 2008: 196.

<sup>38</sup> CRAESBEECK, 1992: 55-64.

<sup>39</sup> CRAESBEECK, 1992: 57.

<sup>40</sup> CRAESBEECK, 1992: 57.

R. Se atendermos à possibilidade da existência de um eventual corredor formado pelos grupos G e P, é possível que, também do nó formado entre Sezite e Paço, se dirigisse uma via para Sudoeste. Passando por Silvares e Selho S. Jorge, a travessia do Selho poderia ser feita imediatamente em Selho S. Cristóvão. Daí passaria a Serzedelo onde voltaria a bifurcar. Um troço seguiria pela Capela de S. Bartolomeu em direcção a Riba d’Ave e outro, para sul, passaria por Guardizela, Lordelo, atravessando o Vizela na Ponte de Negrelos. É esta, de alguma forma, a opinião de Adelino Abreu<sup>41</sup> que, ao seguir a tradição local, diz que a estrada romana passaria a NW de S. Martinho de Candoso, ligando os lugares do Rebotto e Batoca.

No caso da via que se dirige a Vizela, é possível que, ainda do nó formado no grupo J, ela partisse em direcção a Polvoreira e, daí, seguisse ou directamente para Sul, por Infias, ou passando pelo povoado do Campo das Penhas (n.º 74), em Tabuadelo. Este troço corresponderia, então, à passagem da via *Bracara – Emerita* sugerida por Helena Carvalho a que anteriormente aludimos.

Finalmente, uma última via é sugerida pelos grupos L e M, no eixo Azurém – Gonça. Neste caso, supomos que a via seguiria, sensivelmente, o traçado da actual estrada nacional, mantendo uma cota de declive pouco acentuado e permitindo, desta forma, chegar facilmente ao Norte do território.

Tabela 1. Ocupação Romana no Concelho de Guimarães<sup>42</sup>

Nº	Nome	Freguesia	Tipo de Sítio	Bibliografia <sup>43</sup>
1	Igreja de Sta. Leocádia de Briteiros	Briteiros, Sta. Leocádia	Epígrafe	ALARCÃO, 1988, n.º 1/242; CARVALHO, 2008, II, n.º 3084301; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 18.
2	Pedrais	Longos	<i>Villa.</i>	CARVALHO, 2008, II, 3082703.
3	Ribas	Briteiros, Sto. Estêvão	Epígrafe	PDM (1994) <sup>44</sup> , n.º 41.
4	S. Martinho	Barco	Necrópole.	SARMENTO, 2004, pp. 41-42.
5	Ponte Nova	Barco	Forno de <i>tegulae.</i>	SARMENTO, 1999, pp. 25-26.

<sup>41</sup> ABREU, 2009.

<sup>42</sup> A presente tabela inclui apenas os sítios para os quais foi possível obter alguma precisão cartográfica.

<sup>43</sup> A bibliografia aqui apresentada é, necessariamente, sumária, devendo-nos remeter para a bibliografia, por vezes extensa, citada nos inventários aqui referidos, nomeadamente os de Jorge de Alarcão (ALARCÃO, 1988), Helena Carvalho (CARVALHO, 2008) e Armando Coelho Ferreira da Silva (SILVA, 1986).

<sup>44</sup> PDM – Plano Director Municipal de Guimarães.

Nº	Nome	Freguesia	Tipo de Sítio	Bibliografia
6	Souto	Caldelas	Habitat com ocorrência de colunas e tijolos.	PDM (1994), n.º 5.
7	Penedo de Trajano	Caldelas	Inscrição honorífica a Trajano.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/257; CARVALHO, 2008, II, n.º 3080801; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 17.
8	Termas de Caldelas	Caldelas	Termas	ALARCÃO, 1988, n.º 1/257; CARVALHO, 2008, II, n.º 3080801.
9	Miliário de Sande	Sande, S. Martinho	Marco Miliário.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/253; CAPELLA, 1895, pp. 118-119; CARVALHO, 2008, II, n.º 3085801; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 27.
10	Rocha	Sande, S. Martinho	Habitat.	SARMENTO, 1999, pp. 35 e 222.
11	Quinta da Mogada	Sande, S. Clemente	Habitat.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/255; CARVALHO, 2008, II, n.º 3084901.
12	Monumento do Paço	Oleiros	Habitat com vestígios de hipocausto.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/241; CARVALHO, 2008, II, n.º 3083301; SARMENTO, 1901a, p. 21-25; SARMENTO, 1999, p. 218-219.
13	Pena	Brito	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	ALARCÃO, 1988, n.º 1/299; CARVALHO, 2008, II, n.º 3080702; SARMENTO, 1999, pp. 402-403.
14	Senhora do Barreiro	Vermil	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	ALARCÃO, 1988, n.º 1/300; CARVALHO, 2008, II, n.º 3087001; SARMENTO, 1999, p. 73.
15	Igreja de Ronfe	Ronfe	Epígrafe.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/304; CARVALHO, 2008, II, n.º 3084001; GARCÍA MARTINEZ, 1995, pp. 12-13; SARMENTO, 1901a, p. 17.
15	Igreja de Ronfe II	Ronfe	Epígrafe.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/304; CARVALHO, 2008, II, n.º 3084001; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 16.
16	Calçada Romana da Ínsua	S. João de Ponte	Via	PDM (1994), n.º 2.
17	Ribeira	S. João de Ponte	Forno.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/261; CARVALHO, 2008, II, n.º 3083803; PINA, 1928.
18	Igreja de S. João de Ponte I	S. João de Ponte	Habitat.	ALARCÃO, 1988, n.º 259; CARVALHO, 2008, II, n.º 3083802.

Nº	Nome	Freguesia	Tipo de Sítio	Bibliografia
18	Igreja de S. João de Ponte II	S. João de Ponte	Epígrafe.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/260; CARVALHO, 2008, II, n.º 3083802; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 16.
19	Rua Campo das Cartas, 58	S. João de Ponte	Achados diversos. Sítio indeterminado.	-
20	Ponte de Campelos	S. João de Ponte	Ponte	ALMEIDA, 1968, p. 40.
21	Segade	Prazins, Sta. Eufémia	Sítio indeterminado.	-
22	Sta Eufémia	Prazins, Sta. Eufémia	Habitat.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/256; CARVALHO, 2008, II, n.º 3084201; SARMENTO, 1999, p. 407.
23	Igreja de Prazins Sto. Tirso	Prazins, Sto. Tirso	Habitat.	SARMENTO, 1999, p. 389.
24	Igreja de Corvite	Corvite	Epígrafe	-
25	Penedo da Pena	Fermentões	Povoado.	SARMENTO, 1999, p. 403.
26	Sezite	Fermentões	Habitat.	SARMENTO, 1933, p. 525.
27	Paço	Fermentões	Habitat.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/262; CARVALHO, 2008, II, n.º 3081501.
28	Igreja de Silvares	Silvares	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	ALARCÃO, 1988, n.º 1/301; CARVALHO, 2008, II, n.º 3086802; SARMENTO, 1999, p. 393 e 413; SARMENTO, 2004, p. 92.
29	Vale de Mouros	Gonça	Habitat.	SARMENTO, 1999, p. 408; SARMENTO, 2004, p. 49.
30	Santiais	S. Torcato	Habitat.	PDM (1994), n.º 17.
31	Vilar	S. Torcato	Habitat.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/266; CARVALHO, 2008, II, n.º 3086502; SARMENTO, 1999, p. 478.
32	Arnado	S. Torcato	Povoado.	SARMENTO, 2004, p. 50.
33	Senhora do Bom Despacho	Gominhães	Habitat.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/258; CARVALHO, 2008, II, n.º 3081901; SARMENTO, 1999, p. 361.
34	Ordinária	S. Torcato	Sítio indeterminado. Apareceu uma <i>falera</i> .	CARDOZO, 1964, p. 75, nota 4.
35	Quinta de Aldão	Aldão, S. Mamede	Epígrafe.	SARMENTO, 1999, p. 216.

Nº	Nome	Freguesia	Tipo de Sítio	Bibliografia
36	Sítio do Boquinho	Aldão, S. Mamede	Nichos escavados na rocha.	SARMENTO, 1999, p. 424 e 427; SARMENTO, 2004, p. 60.
37	Quinta do Assento	Azurém	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	Identificado por Alexandre A. Lima, em 2006.
38	Monte de São Pedro	Azurém	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 2004, p. 61.
39	Pegada	Azurém	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 2004, p. 61.
40	«Casa de Levio»	Oliveira do Castelo	Epígrafe.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/302; CARDOSO, 1926; CARVALHO, 2008, II, n.º 3000308; GARCÍA MARTINEZ, 1995, pp. 16 e 17; SARMENTO, 2004, p. 57.
41	Quinta de Gorpilhães	Costa	Achados diversos.	SARMENTO, 1999, pp. 423 e 425. SARMENTO, 2004, p. 58.
42	Liceu de Guimarães	Oliveira do Castelo	Vestígios de conduta.	Inventariado pelo IPA com o CNS: 6321
43	Rua de São Paio, 122	Oliveira do Castelo	Epígrafe.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/302; CARVALHO, 2008, II, n.º 3000308; GUIMARÃES, 1901, p. 55; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 14.
44	Covilhã	Fermentões	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 1999, p. 76.
45	Atougua	Creixomil	Terra Sigilata Hispânica <sup>45</sup>	SARMENTO, 1999, pp. 222 e 368.
46	Igreja de Creixomil	Creixomil	Epígrafe.	ALARCÃO, 1988, n.º 1/303; CARVALHO, 2008, II, n.º 3081301; GARCIA MARTINEZ, 1995, pp. 18-19; SARMENTO, 2004, p. 63.

<sup>45</sup> Esta peça encontra-se depositada no Museu da Sociedade Martins Sarmento com o número de inventário MSA-2278.

Nº	Nome	Freguesia	Tipo de Sítio	Bibliografia
46	Igreja de Creixomil II	Creixomil	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 2004, p. 63.
47	Vaca Negra	Urgezes	Duas campainhas.	-
48	Igreja de Urgezes	Urgezes	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 2004, p. 63.
49	Parede	Urgezes	Elementos escultóricos.	SARMENTO, 1999, p. 369.
50	Bugalhós de Cima	Mascotelos	Habitat.	SARMENTO, 1999, p. 25 e 81-82. SARMENTO, 2004, p. 66.
51	Picoto de Santo Amaro	Mascotelos	Castro romanizado	CARVALHO, 2008, II, nº 3082901; GUIMARÃES 1970a e 1970b.
52	Chãos	Candoso, S. Tiago	Epígrafe	Inventariado pelo IPA. CNS: 6951.
53	Pedra da Moura	Candoso, S. Martinho	Nicho e ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 1999, p. 376. SARMENTO, 2004, p. 74.
54	Senhor dos Seródios	Costa	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	ALARCÃO, 1988, nº 1/317; CARVALHO, 2008, II, nº 3081201; SARMENTO, 2004, p. 59.
55	Veiga	Mesão Frio	Habitat.	ALARCÃO, 1988, nº 1/316; CARVALHO, 2008, II, nº 3083001.
56	Veigas	Infantas	Povoado.	ALARCÃO, 1988, nº 1/319; CARVALHO, 2008, II, nº 3082401; SARMENTO, 2004, p. 46.
57	Campo do Cruito	Abação, S. Tomé	Sítio indeterminado. Inscrição e capitéis.	ALARCÃO, 1988, nº 1/321; CARVALHO, 2008, II, nº 3086402; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 19; SARMENTO, 1999, pp. 38-39; SARMENTO, 2004, p. 40.
58	Devesa Escura	Abação, S. Tomé	Local de habitat indeterminado e sepultura.	ALARCÃO, 1988, nº 1/320; CARVALHO, 2008, II, nº 3086401; PINA, 1930, p. 96-107.
59	Alegria	Abação, S. Tomé	Necrópole de inumação.	SARMENTO, 1999, p. 348. SARMENTO, 2004, p. 41 - 42.



Nº	Nome	Freguesia	Tipo de Sítio	Bibliografia
60	Castro da Boavista	Gémeos	Povoado Romano	Identificado por Ricardo J. Teixeira em 2000. Foi escavado por Pedro Brochado de Almeida.
61	Ponte do Arco de Pombeiro	Serzedo	Ponte.	ALMEIDA, 1968, p. 40. <sup>46</sup>
62	Igreja de S. Jorge de Selho	Selho, S. Jorge	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 1999, p. 184.
63	Mata	Selho, S. Cristóvão	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 1999, p. 182.
64	Campo dos Pinheiros	Serzedelo	Epígrafe	ALARCÃO, 1988, nº 1/309; CARVALHO, 2008, II, nº 3086601; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 11; SARMENTO, 1999, pp. 355-356.
64	Cidade de Pedraúca	Serzedelo	Epígrafe e <i>tegulae</i> .	ALARCÃO, 1988, nº 1/309; CARVALHO, 2008, II, nº 3086601; SARMENTO, 1999, pp. 355-356; SARMENTO, 2004, pp. 75-76.
65	Residência Paroquial de Serzedelo	Serzedelo	Epígrafe	ALARCÃO, 1988, nº 1/309; CARVALHO, 2008, II, nº 3086601; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 15; SARMENTO, 2004, p. 76.
66	Capela de S. Bartolomeu	Serzedelo	Epígrafe	GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 15.
67	Outeiro do Combro	Gandarela	Habitat.	PDM (1994). Nº 20.
68	Igreja de Gandarela	Gandarela	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	ALARCÃO, 1988, nº 1/311; CARVALHO, 2008, II, nº 3081701; SARMENTO, 2004, p. 80.
69	Igreja de Guardizela	Guardizela	Habitat.	ALARCÃO, 1988, nº 1/312; CARVALHO, 2008, II, nº 3082301; SARMENTO, 1999, p. 178; SARMENTO, 2004, pp. 86-87.

<sup>46</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida identificou esta ponte, erradamente, com o nome de Vila Fria. Na verdade, o topónimo Vila Fria localiza-se mais para SW do lugar do Arco, aquele onde se localiza a ponte. Além disso, como já tivemos oportunidade de ver, em Vila Fria não havia ponte, tal como nos informa Craesbeeck (CRAESBEECK, 1992:57).

Nº	Nome	Freguesia	Tipo de Sítio	Bibliografia
70	Moure (Vela)	Moreira de Cónegos		ALARCÃO, 1988, p. 17.
71	Ponte de Negrelos	Lordelo	Ponte	ALMEIDA, 1968, pp. 41-42. MOREIRA, 2006.
72	Monte de Baço de Boi	Conde	Sítio indeterminado. Ocorrência de <i>tegulae</i> .	SARMENTO, 1999, p. 431
73	Igreja de Polvoreira	Polvoreira	Sítio indeterminado.	PDM (1994). Nº 33.
74	Campo das Penhas	Tabuadelo	Habitat.	SARMENTO, 1999, p. 354. SARMENTO, 2004, p. 38.
75	Igreja de S. Faustino	S. Faustino	Epígrafe.	ALARCÃO, 1988, nº 1/323; CARVALHO, 2008, II, nº 3085101; GARCÍA MARTINEZ, 1995, p. 14; GUIMARÃES, 1901, p. 46.
76	Santa Marinha da Costa	Costa	Achados diversos	ALARCÃO, 1988, nº 1/317; CARVALHO, 2008, II, nº 3081201.
77	Citânia de Briteiros	Briteiros S. Salvador	Povoado de altura	ALARCÃO, 1988, nº 1/243; CARDOZO, 1990; CARVALHO, 2008, nº 3084101; SILVA, 1986, nº 80.

### 3. AS VIAS E PONTES MEDIEVAIS NO TERRITÓRIO DE GUIMARÃES

Analisadas as vias romanas que atravessavam o território de Guimarães, análise essa que, nunca será demais repetir, é um exercício que tem como base dados muito incipientes, cumpre-nos encetar, agora, o estudo das vias e das pontes medievais de Guimarães, o tema central deste trabalho.

Se, no caso anterior, nos detivemos maioritariamente nos vestígios materiais que ainda hoje subsistem, somos, agora, obrigados a olhar para um conjunto de dados mais diversificado. Por um lado, temos as pontes propriamente ditas e que são, sem sombra de dúvida, o testemunho mais directo da passagem de uma via por determinado local dado que fazem, também elas, parte da própria via. Por outro lado, temos a documentação medieval que, para a zona de Guimarães, é extensa e que, por vezes, nos dá informações directas ou indirectas sobre as vias. Neste caso, olharemos com especial atenção os *Vimaranis Monumenta Historica*. Somos, ainda, obrigados a trabalhar a cartografia, quer no sentido de tentar relocalizar sítios mencionados na documentação, quer no de procurar soluções de passagem ausentes das fontes.

### 3.1. Pontes

#### a. *Ponte do Arco de S. João* (Mapa 2, a)

Pequena ponte localizada nos limites do concelho de Guimarães com Felgueiras, sobre o rio Vizela, o seu perfil apresenta guardas formando cavalete e um só arco ligeiramente apontado. O tabuleiro, hoje com piso plano devido a recentes trabalhos de terraplanagem que provocaram alterações no terreno envolvente, deveria ter um perfil acompanhando o das guardas e, por isso, também em cavalete. O arco tem quase 9,0m de vão e a largura do tabuleiro é de cerca de 2,0m.

Na documentação compulsada não se encontram referências a esta ponte. Claramente medieval, a ponte do Arco de S. João deveria ser uma pequena ponte local que permitia fazer a ligação entre as povoações de Serzedo (Guimarães) e Fareja (Fafe) com Jogueiros, já no concelho de Felgueiras. A proximidade da ponte do Arco de Pombeiro não permite afirmar que, aqui, se desse a passagem de uma via principal.

#### b. *Ponte do Soeiro* (Mapa 2, b)

Ponte atravessando o rio Selho, de dois arcos e tabuleiro em leve cavalete, bastante arruinada. O arco Norte, na margem direita do Selho, tem um vão significativamente menor do que o arco Sul. O tabuleiro tem um comprimento de cerca de 19,0m e uma largura de 3,70m. No pilar central da ponte, do lado jusante, nota-se um ligeiro ressalto formado pelas duas primeiras aduelas de ambos os arcos, ressalto esse que permite um espessamento do pilar e, portanto, a criação de uma maior base de assentamento do mesmo, proporcionando uma melhor estabilidade estrutural. Devido à vegetação infestante abundante, não nos foi possível verificar a existência de uma solução semelhante no lado montante mas acreditamos que a mesma se repita já que não há vestígios de talhamar.

A Ponte do Soeiro terá as suas origens na Idade Média, ainda que em período difícil de determinar pois não possuímos, para ela, qualquer fonte escrita que a referencie. Torquato de Azevedo<sup>47</sup> fala-nos dela de forma meramente enunciativa e Carvalho da Costa<sup>48</sup>, ao descrever os percursos dos rios Selho e Selhinho a partir dos Sumes, diz-nos:

*dahi vão sahir à Freguesia de Sercedello, termo de Barcellos, & passando por baixo da ponte de Soeiro de pedra lavrada, se metem rio Ave abaixo da ponte de Servas, conservando o nome de Celho.*

<sup>47</sup> AZEVEDO, 2000: 498.

<sup>48</sup> COSTA, 1706: 115.

Também a ela se refere o Pe. Caldas<sup>49</sup>, da seguinte forma:

*e assim reunidos [o Selho e o Selhinho] escondem-se debaixo da terra no lugar de Sumes, freguesia de S. João de Gondar, correndo ocultos por espaço de mais de seiscentos metros até à freguesia de Serzedelo, no termo de Barcelos, onde tem ainda a ponte do Soeiro, de pedra lavrada, indo confundir-se no Ave, abaixo da ponte de Servas.*

Tratando-se de uma ponte de pequenas dimensões, ela permitia a ligação quase imediata à Ponte de Servas (Gondar). Nesse sentido, permite uma via de ligação entre esta outra ponte e a de Negrelos, ou seja, entre a via que, do litoral, se dirigia a Guimarães e a que, do Porto, se dirigia a Guimarães/Braga.

*c. Ponte de Servas (Mapa 2, c)*

Ponte de quatro arcos com origens medievais mas, actualmente, bastante adulterada. Os pilares correspondentes aos três arcos assentes no leito do rio são protegidos, do lado montante, por dois talhamares e, do lado jusante, pelos respectivos contrafortes também em forma de talhamar. Tem, actualmente, cerca de 54,8m de comprimento por 6,0m de largura.

As consecutivas adulterações que foram levadas a cabo sobre esta ponte não nos permitem fazer, uma correcta caracterização da estrutura medieval. A sua construção deverá ter sido encetada por volta de 1185, como o atesta o testamento de D. Fernando Martins<sup>50</sup>. Em 1258, nas Inquirições de D. Afonso III, é-lhe feita a referência como «ponte vetera»<sup>51</sup>, o que parece ser contraditório com os cerca de 70 anos de vida que, atendendo à data do testamento referido, esta estrutura deveria ter.

Sobre as vias que esta ponte serviria falam-nos diversos autores. Craesbeeck<sup>52</sup> informa-nos que por aqui passava a «Via Régia» de ligação a Barcelos. Carvalho da Costa<sup>53</sup>, faz-lhe a seguinte referência:

*Desce este rio Ave da ponte de S. João à ponte de Servas, que dista de Guimaraens huma legoa para o Poente, & por ella tem comunicação para Villa nova de Famalicão, Villa de Barcellos, & do Conde, que nella divide o seu termo do de Guimaraens a Villa de Barcellos.*

<sup>49</sup> CALDAS, 1996: 144.

<sup>50</sup> ALMEIDA, 1968: 194.

<sup>51</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 259.

<sup>52</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>53</sup> COSTA, 1706: 114.

O Pe. Torquato e Azevedo<sup>54</sup>, por seu lado, menciona-a durante a sua descrição do Ave nos seguintes termos:

*Correndo o rio abaixo da ponte de S. João uma legoa, tem a ponte das Servas, distante desta villa uma legoa grande, e ali se divide seu termo do da villa de Barcellos e dá caminho de uma para outra, e para a de Villa Nova de Famelicão, e para a do Conde.*

#### *d. Ponte da Pisca (Mapa 2, d)*

Na freguesia de Creixomil, sobre o Selho, encontra-se esta pequena ponte de dois arcos e tabuleiro em cavalete. O arco do lado esquerdo do rio é mais pequeno e quase de volta perfeita, sendo possível ver-se, apesar do assoreamento, 14 aduelas. O arco maior, apontado, é formado, dentro do que nos é possível ver actualmente, por 31 aduelas. O tabuleiro, com cerca de 2,0 m de largura e 15,0m de comprimento, não tem guardas e a via é formada por lajes graníticas irregulares mas tendencialmente rectangulares. As lajes da via assentam sobre o arco pequeno mas, já no caso do arco grande, correm no seu interior e são limitadas pelas aduelas chave e contra-chave.

Não possuímos informações sobre as origens desta ponte, mas sabemos que ela já era referida nas inquirições de 1258 como «Ponte de Silio»<sup>55</sup>. Tal como Mário Barroca<sup>56</sup>, não encontramos razões para, contrariamente ao sugerido por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>57</sup>, duvidar das origens medievais desta estrutura.

Durante os finais da Idade Média, mas mais certamente durante a Idade Moderna, ficou esta ponte conhecida como Ponte da Senhora da Luz ou do Miradouro. Tal nome adveio-lhe do facto de, nas suas proximidades, no lugar do Miradouro, se encontrar uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Luz. Diz-nos o Pe. Carvalho da Costa<sup>58</sup>:

*Da ponte de Caneiros faz o rio Celho sua guarida para o Vendaval, aonde em espaço de meya legoa lhe tem franqueado a passagem a ponte do Miradouro, & por outro nome a ponte da Senhora da Luz; porque quem faz jornada da Villa de Guimaraens, & sahe pela sua porta de S. Domingos para a Vila de Conde, segue a estrada de S. Lazaro para o lugar do Miradouro, aonde está situada a Capella de Nossa Senhora, & junto da sua porta vay passar esta ponte, & continuando seu caminho em distancia de huma legoa, se acha na ponte de Servas do rio Ave.*

<sup>54</sup> AZEVEDO, 2000: 496.

<sup>55</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 245.

<sup>56</sup> BARROCA, 2000: 3-5.

<sup>57</sup> ALMEIDA, 1968: 194.

<sup>58</sup> COSTA, 1706: 115.

Sobre a ponte da Pisca, diz-nos, ainda o Pe. Torquato de Azevedo<sup>59</sup>:

*Abaixo da dita ponte de Caneiros tem este rio a ponte de Celho, ou da Senhora da Luz, a cuja ermida está vizinha, e dá passagem a quem sahe desta villa pela porta de S. Domingos, ou do Toural para Villa do Conde e Villa Nova de Famalicão, que ao depois vão passar à ponte de Servas no rio Ave.*

Finalmente, dela faz menção, também, o Pe. Ferreira Caldas<sup>60</sup>:

*Daqui [Caneiros] desliza-se até o lugar da Pisca, onde passa pela nova ponte, que serve à estrada de Guimarães a Famalicão; e logo a pouca distância tem uma outra ponte, antiga, de pedra e de um só arco, como a vizinha<sup>61</sup>.*

#### *e. Ponte de Caneiros ou Roldes (Mapa 2, e)*

Trata-se de uma pequena ponte com dois arcos, de tabuleiro ligeiramente arqueado, permitindo a travessia do Selho na freguesia de Fermentões. Possui cerca de 3,0m de largura e 17,0m de comprimento.

Os dois arcos, ligeiramente apontados, possuem dimensões sensivelmente semelhantes, ainda que aquele que se encontra ancorado na margem esquerda aparente ser ligeiramente mais pequeno. O piso da ponte é formado por um lajeado granítico, de forma tendencialmente rectangular mas irregular, disposto perpendicularmente ao eixo longitudinal da ponte e sobressaindo levemente face à largura da estrutura. As guardas são formadas por blocos graníticos paralelepípedicos.

Não descortinámos, na documentação medieval compulsada, informações sobre esta estrutura, ainda que, tal como no caso da ponte da Pisca, não tenhamos dúvidas em considerá-la medieval.

Ao descrever o rio Selho, diz-nos Carvalho da Costa<sup>62</sup>:

*Abaixo da ponte da Madre de Deos dá passagem a este rio a ponte de Caneiros de pedra lavrada, situada na Freguesia de Santa Eulalia: tambem muitos lhe chamão a ponte de Nossa Senhora da Conceição, porque quem sahe de Guimaraens pela sua porta da Santa Luzia para a Cidade de Braga, passa pela porta desta Senhora, donde a poucos passos chega à ponte de Caneiros.*

<sup>59</sup> AZEVEDO, 2000: 498.

<sup>60</sup> CALDAS, 1996: 144.

<sup>61</sup> Ainda que esta descrição possa aparentar carecer de algum rigor, dado que o autor apenas menciona um só arco, devemos fazer notar que este facto se pode prender com os assoreamentos a que, muitas vezes, estas estruturas estavam sujeitas. Tal situação reperitir-se-á na descrição das pontes de Caneiros e S. Lourenço de Selho.

<sup>62</sup> COSTA, 1706: 115.

Constata-se, por esta passagem que, tal como no caso anterior, também a ponte de Caneiros recebeu, talvez já em época moderna, o nome de Nossa Senhora da Conceição, o qual advém do facto de a via que serve se passar junto à capela com aquela invocação.

À ponte de Caneiros faz, ainda, a seguinte menção Torquato de Azevedo<sup>63</sup>:

*Continuando o rio Celho sua corrente para poente tem a ponte de Caneiros de pedra lavrada, que está na estrada que vae da porta de S. Luzia desta villa para a cidade de Braga, pela qual se vae passar o barco da Taipa no rio Ave, assim como a ponte de S. João está na estrada que vae da mesma porta de Santa Luzia para a villa de Barcellos.*

Finalmente, diz-nos o Pe. Pereira Caldas<sup>64</sup>:

*Continuando este rio [Selho] a sua corrente para poente passa na ponte velha de Caneiros e, poucos metros abaixo, na ponte nova do mesmo nome, ambas de pedra e de um só arco<sup>65</sup>.*

#### f. Pontilhão do Carvalhal (Mapa 2, f)

Entre os locais do Barregão e Carvalhal, fazendo fronteira entre as freguesias de Azurém e Penselo, encontra-se um pequeno pontilhão, de tabuleiro plano, formado por lajes graníticas colocadas longitudinalmente e assentes em quatro pilares que terminam, a montante, em forma de talhamar.

Não se trata, este pontilhão, de uma estrutura caracteristicamente medieval, nem tão pouco temos, para ele, qualquer datação directa que nos possa atestar a sua medievalidade. Contudo, as Inquirições de 1258 referem a existência em Penselo de uma «Vinea pontis»<sup>66</sup>, topónimo que o compilador dos *Vimaranis Monumenta Historica* relaciona directamente com este pontilhão do Carvalhal<sup>67</sup>.

Tal como as pontes do Arco de S. João (Serzedo) e do Soeiro (Serzedelo), deve tratar-se, esta estrutura, de parte de uma via de ligação local, permitindo a travessia do Selho.

#### g. Ponte de S. Lourenço de Selho (Mapa 2, g)

Na freguesia de S. Lourenço de Selho localiza-se esta pequena ponte, com cerca de 2,5m de largura e 20,0m de comprimento.

<sup>63</sup> AZEVEDO, 2000: 497.

<sup>64</sup> CALDAS, 1996: 144.

<sup>65</sup> A respeito do número de arcos, veja-se acima a nota 12.

<sup>66</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 280.

<sup>67</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 280, Nota 1.



A ponte, com a parte mais antiga fazendo denotar claramente o tabuleiro em cavalete, possui dois arcos. O arco na margem norte (direita) do Selho é mais pequeno e encontra-se assoreado. Este assoreamento deve ter sido um problema constante ao longo dos tempos pois, quando em 1881 o Pe. António José Ferreira Caldas<sup>68</sup> faz a descrição do Selho e menciona esta ponte, refere a existência de um só arco<sup>69</sup>:

*No lugar de Penouços juntam-se-lhe as águas do ribeiro de Caíde, e assim mais enriquecido, chega à freguesia de S. Lourenço de Riba de Selho, onde tem uma ponte de pedra lavrada, aberta num só arco e recentemente construída.*

A ponte de S. Lourenço de Selho permitia o acesso a S. Torcato e às freguesias do Nordeste de Guimarães. Por ela passava, igualmente, a via que se dirigia a Póvoa de Lanhoso e que vencia o Ave na Ponte de Donim. Dela nos diz o Pe. Carvalho da Costa<sup>70</sup>:

*Fazendo estas no lugar de Penouços hum corpo, dirigirão seu curso para o Poente, e chegando à Freguesia de S. Lourenço de riba de Celho, alli lhe deu passagem a sua ponte de pedra lavrada, que chamão a ponte da Madre de Deos, por estar visinha da Capella de Nossa Senhora, que está situada entre o Poente, e a Villa; e quem vay para o Mosteiro de S. Torcato, Concelho de Roças, e Vieira, sahindo de Guimaraens pela sua ponte de Santa Barbara, tem a estrada corrente pella porta desta Capella, e ponte.*

Torquato de Azevedo<sup>71</sup>, por seu turno, regista a ponte de Serzedelo nos seguintes termos:

*Chegando à freguezia de S. Lourenço de Riba de Celho, que dista desta villa para nascente meio quarto de legoa, ali tem um aponte de pedra lavrada, chamada da Madre de Deus, por estar vizinha à sua capell, e dá caminho a quem sahe desta villa pela porta de Santa Barbara para os concelhos de Roças, e Vieira, e é estrada publica para o poente de Domingoterres no rio Ave.*

À semelhança das pontes da Pisca e Caneiros, também à ponte de S. Lourenço de Selho foi dado o nome da invocação de uma capela próxima. Note-se, contudo, que só terá ganho o nome de Madre de Deus a partir do séc. XVI, pois a fundação da capela com essa invocação ter-se-á dado por essa altura<sup>72</sup>.

---

<sup>68</sup> CALDAS, 1996: 144.

<sup>69</sup> Já tivemos oportunidade de referir esta situação anteriormente quando tratámos das pontes da Pisca e Caneiros (v. notas 12 e 13).

<sup>70</sup> COSTA, 1706: 115.

<sup>71</sup> AZEVEDO, 2000: 497.

<sup>72</sup> CALDAS, 1996: 376.

### *h. Ponte de Donim (Mapa 2, h)*

Ponte sobre o rio Ave, no Norte do concelho, e localizada nas confrontações das freguesias de Donim e Souto Sta. Maria. É, com a ponte de Serves, uma das duas pontes medievais de grandes dimensões construídas no concelho de Guimarães.

De tabuleiro plano, bastante adulterado por diversas obras de beneficiação, as guardas deverão ser modernas pois um conjunto significativo delas possuem chanfro. Destaque, ainda, para o facto de, nos topos das pedras que constituem as guardas, poderem ser encontradas, com frequência, cruzeiros inscritos, entre elas uma cruz de lorena, assim como um provável «tabuleiro» de jogo igualmente gravado. O primeiro arco do lado esquerdo possui um vão de 6,6m e é formado por 34 aduelas, dispostas num sistema de 17+1+16. A aduela chave do lado jusante e uma outra, no intradorso, possuem siglas de canteiro. O segundo arco, com 11,8m, o mais largo, possui 50 aduelas, dispostas na sequência 24+1+25. O terceiro arco, com 9,4m de vão, é formado por 43 aduelas numa formulação de 21+1+21. O quarto arco, ancorado na margem direita, possui características totalmente distintas aos restantes. De volta perfeita, o seu vão é de 2,7m e as suas 15 aduelas estão dispostas numa sequência de 7+1+7. No intradorso do arco são visíveis diversas siglas de canteiro tendo, a mais representada, a forma de um S invertido<sup>73</sup>.

No saimel norte do quarto arco, do lado jusante, encontra-se a seguinte inscrição em caracteres carolinos: *Era M CC(?) XXX*. O segundo C está parcialmente destruído devido a uma perfuração realizada durante as últimas obras de beneficiação desta estrutura. Por isso, a sua leitura poderia ser, também, L, facto que nos levanta dúvidas sobre se a data inscrita corresponderá à era de 1180 ou 1230 (1142 ou 1192).

Estamos convencidos de que esta inscrição comemorará o fim da construção da ponte românica o qual, não obstante as dúvidas que a inscrição levanta, deverá ter ocorrido em 1192. De facto, o início da edificação da ponte deverá ter-se dado por volta de 1178 pois, nesse ano, João Lourenço declara no seu testamento deixar «ad ponte de aue de Sauto I. pedreiro unum mensem» (V.M.H., P. II, CXIX, p. 98). Esta ponte sobre o Ave e localizada em Souto corresponderá àquela que hoje denominamos como ponte de Donim. O legado de um mês de trabalho de um pedreiro para a edificação da ponte leva-nos a acreditar que, por essa altura, ou a ponte já se encontrava em construção ou a obra estaria prevista para muito breve.

Ao descrever o Ave, diz-nos Carvalho da Costa<sup>74</sup>:

<sup>73</sup> Para uma descrição mais completa desta ponte, consulte-se o trabalho por nós anteriormente organizado *Ponte de Donim. Algumas notas de cariz arqueológico-histórico* (FAURE, 2006).

<sup>74</sup> COSTA, 1706: 114.

*Descendo desta ponte para o Poente se topa na ponte de Donim, que dá serventia da Villa de Guimaraens para o Concelho de Lanhoso: he fermosa ponte de pedra lavrada, & esta junto a ella huma Capella de S. Bento de muita romagem, aonde no seu dia se faz uma festa de muitos gados<sup>75</sup>.*

E Torquato de Azevedo<sup>76</sup> refere-se-lhe nos seguintes termos:

*Continuando o dito rio [Ave] sua corrente duas legoas da ponte de Domingoterres chegando a Donim, que ficva desta villa duas legoas para norte, se fez ali uma ponte igual à de que fallámos, a qual está junto da capella de S. Bento, aonda no dia do Santo ha uma grande feira, e a ponte dá comunicação desta villa de Guimarães para a da Povoia<sup>77</sup>.*

### *i. Ponte do Turio (Mapa 2, i)*

Ponte de um só arco, sobre o Rio Pequeno. O tabuleiro é plano, com uma forte pendente para Oeste, onde a cota do terreno é visivelmente mais baixa. Do lado montante apresenta ainda algumas pedras que faziam parte das guardas. Também deste lado, uma série de silhares dispostos em quarto de círculo e adossados ao estribo protegem a ponte dos detritos levados pelo rio. Junto ao estribo do lado Este, a jusante, quase ao nível do tabuleiro, desemboca um canal de irrigação

A ponte tem um comprimento máximo de cerca de 19,0m e a largura do tabuleiro ronda os 3,20m. O vão do arco, tanto quanto é possível averiguar, é de cerca de 6,0m e as suas 27 aduelas estão dispostas simetricamente formando uma sequência de 13+1+13.

Trata-se de uma pequena ponte que permite a ligação entre as zonas Sul das freguesias de Arosa e Castelões, assim como com as povoações da zona Noroeste do concelho de Fafe.

## **3.2. Os dados da documentação**

Depois de termos olhado para os principais vestígios materiais que assinalam a passagem de vias medievais na área do actual concelho de Guimarães, atentaremos, agora, num outro conjunto de dados, mormente os que se prendem com a estrutura do território desde o século X. Utilizaremos como base de trabalho a organização paroquial de Guimarães. Trata-se de uma rede de paróquias bastante

---

<sup>75</sup> COSTA, 1706:114.

<sup>76</sup> AZEVEDO, 2000: 495.

<sup>77</sup> AZEVEDO, 2000:495.

larga, tendo nós identificado um total de 92 (ainda que nem todas contemporâneas), distribuídas por todo o concelho, atestando a intensa ocupação deste espaço.

O estudo destas paróquias e das suas origens foi já alvo de trabalho levado a cabo pelo Pe. Avelino de Jesus da Costa<sup>78</sup>. Por essa razão, não nos ateremos a elas com especial atenção servindo, para nós, como base de análise espacial. Tal como fizemos com os sítios romanos, sintetizamos na Tabela 2 um conjunto de informações que nos serão úteis para tentar averiguar os pontos de passagem das principais vias medievais de Guimarães. São, maioritariamente, dados provenientes da documentação publicada nos *Vimarianis Monumenta Historica* ou nos censuais medievais.

Tabela 2. Paróquias e Povoamento Medievais do Concelho de Guimarães

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental <sup>79</sup>	Referências a Vias e Aposentadoria <sup>80</sup>	Observações e Bibliografia <sup>81</sup>
1	Abação, S. Cristóvão	1058		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 170.
2	Abação, S. Tomé	950		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 170.
3	Airão, S. João Batista	Séc. XI		Bibl: 1. Censual de Entre Lima e Ave (COSTA, 1959, V. II, p. 28 – 29); COSTA, 1981, p. 171.
4	Airão, S.ta Maria	Séc. XI		Bibl: 1. <i>Censual de Entre Lima e Ave</i> (COSTA, 1959, V. II, p. 28); COSTA, 1981, p. 170.
5	Aldão, S. Mamede	1059		Nas Inquirições de 1220 aparece como «heremita Sancti Mametis de Aldam» (V.M.H., P. II, CXCIV, p. 138).  Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 171.

<sup>78</sup> Cf. COSTA, 1959 e COSTA, 1981.

<sup>79</sup> Esta primeira fonte documental pode referir-se directa ou indirectamente à paróquia.

<sup>80</sup> Incluímos, aqui, os direitos de jantar inscritos nos censuais medievais de Braga e de Guimarães e Montelongo (COSTA, 1959).

<sup>81</sup> A bibliografia apresentada é, necessariamente, sumária. Com os números 1 e 2 irá descrita a bibliografia para cada uma das colunas *Data da primeira fonte documental* e *Referências a vias e aposentadoria*, respectivamente.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
6	Arosa, S.ta Marinha	1258		Não obstante esta data (1258), note-se que, provenientes de Arosa, se encontram elementos arquitectónicos visigóticos no Museu Alberto Sampaio (COSTA, 1981, pp. 138 e 171) Bibl: 1. «ville que vocatur Fradelos et sunt omnes parrochiani Sancti Cosmati de Garffi et Sanctu Johannis de Castellanis et Sancti Juliani de Celafao». Inq. 1258 (V.M.H., P. II, CCLIX, pp. 253 – 254)
7	Atães, Stª Maria	950		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 171-172.
8	Azurém, S. Pedro	959	a) 1223 – «carrariam que ducit ad castelum» e «via que vadit super queirales»; b) 1258 – «via vetera» e «via de Amorosa».	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 171. 2. a) V.M.H. P. II, CCI, p. 190. b) V.M.H., P. II, CCLIX, p. 226.
9	Balazar, S. Salvador	1195	1220 – «Et in uno casali quod habet ibi monasterium de Loomar debet Prestamarius pausare».	O sítio de Santa Marta, na Falperra, onde se localizava um castelo roqueiro (BARROCA, 2004, p. 184-185), é contíguo a esta freguesia.  Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 172. 2. V.M.H., P. II, CXCIV, p. 141.
10	Barco, S. Cláudio (de Arçuçanes)	1059	«porto de sancti claudii»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 172. 2. V.M.H., P. I, XLV, p. 49.
11	Briteiros, S. Salvador	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 172-173.
12	Briteiros, S.ta Leocádia (Palmeira)	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 173.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
13	Briteiros, S.to Estêvão (do Campo)	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 173
14	Britelo, S. Pedro (Incorporada em S. Salvador de Briteiros)	1074		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p. 56; COSTA, 1981, p. 172.
15	Brito, S. João	1047	a) O Censual de Entre Lima e Ave refere a obrigação de um jantar para esta paróquia. b) «viam veteram». c) «Et de Quintana de Paazao (...) est ibi pausa domini terre».	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 173. 2. a) COSTA, 1959, V. II, p. 26. b) V.M.H., P. II, LXXXIX, p. 82. c) V.M.H., P. II, CXCIV, p. 142.
16	Caíde, S.ta Cristina (Incorporada em Atães)	950		Bibl: 1. COSTA, 1981, pp. 171-172 e 174.
17	Caldelas, S. Tomé	1059	a) O Censual de Entre Lima e Ave refere a obrigação de um jantar para esta paróquia. b) «portum auis»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 174. 2. a) COSTA, 1959, V. II, 58. b) V.M.H., P. II, CCXL, p. 211.
18	Calvos, S. Lourenço	1050		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 175.
19	Candoso, S. Martinho	926	«in Serra jacet una uessada subtus uiam»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 175. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 238.
20	Candoso, S. Tiago	950	«Et in Quintana est pausa Regis»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 175. 2. V.M.H., P. II, CXCIV, p. 145.
21	Castelões, S. João Batista	950		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 176.
22	Cerzedo, S. Miguel	950		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 176.
23	Conde, S. Martinho	950		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 176.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
24	Corvite, Stª Maria	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 177.
25	Costa, Stª Marinha (Laurosa)	Séc. VI	a) «carraria que uadit (...) usque ad uilar» b) «subtus viam de Lamario»	Mosteiro (conf. MARQUES, 1990, p. 323). Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 138 e 177. 2. a) V.M.H., P. II, CXLV, p. 110. b) V.M.H., P. II, CCLIX, p. 243.
26	Creixomil, S. Miguel	926	«stratam»; «Careiro [carreiro] vetero»; «viam finis de vigia»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 177. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 244.
27	Donim, S. Salvador	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 178.
28	Ermida de S. Simão (Incorporada em S. Faustino)	1220		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p. 242.
29	Fermentões, Stª Eulália	950	a) «In casali ubi habitat Menendus Gunsalvi est pausa Prestamarii»; b) «Viam covam»; «Vie cova»; «super viam»; «de via»; «in Bausis super viam»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 178. 2. a) V.M.H., P. II, CXCIV, p. 148. b) V.M.H., P. II, CCLIX, pp. 250-251.
30	Figueiredo, S. Paio de	924	«castenario de carreiro»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 178. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 252.
31	Gandarela	1038		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 178-179.
32	Gémeos, Stª Maria	1045	«carvalium carraria»; «stratam pro ad Palumbarium»; «per stratam quomodo vadit ad unam covam de Chorenti»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 179. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 256.
33	Gominhães, S. Pedro Fins	950	a) «strata». b) «viam de Recoy».	Bibl: 1. Costa, 1981, p. 179. 2. a) V.M.H., P. II, CXI, p. 94. b) V.M.H., P. II, CCLIX, p. 258.



Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
34	Gonça, S. Miguel	1220		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 179-180.
35	Gondar, S. João Batista	1058		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 180.
36	Gondomar, S. Martinho	999		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 180.
37	Guardizela	1220		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 180.
38	Infantas, Stª Maria	Séc. XI		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 181.
39	Lamas, Stª Eulália (Incorporada em S. Tomé de Caldelas)	Séc. XI		Bibl: 1. Censual de Entre Lima e Ave: COSTA, 1959, V. II, p. 59.
40	Lanhas, S. Paio de (Incorporada em Airão S.ta. Maria)	Séc. XI		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p. 27; COSTA, 1981, p. 170.
41	Leitões, S. Martinho de Portela	1059	«uia antiqua»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 183. 2. V.M.H., P. I, LXIII, p. 68.
42	Lobeira, S. Cosme e Damião (Incorporada em Atães)	950	«viam»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 183. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 269.
43	Longos, S.ta Cristina	1075	O Censual de Entre Lima e Ave refere a obrigação de um jantar para esta paróquia.	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 183-184. 2. COSTA, 1959, V. II, p. 55.
44	Lordelo, S. Tiago	1220		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 184.
45	Mascotelos, S. Vicente	1149		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, 246.
46	Matamá, S.ta Maria (Incorporada em Infantas)	950	«carraria de agro de petro»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 184-185. 2. V.M.H., P. I, XXIX, p. 31.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
47	Mesão Frio, S. Romão	1021	«uiam publicam que uadit ad sanctu Romanum»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 185. 2. V.M.H., P. II, CI, p. 89.
48	Moreira de Cónegos, S. Paio	961	«carraria»	Mosteiro (conf. MARQUES, 1990, p. 321). Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 185-186. 2. V.M.H., P. I, XII, p. 13.
49	Nespereira, S.ta Eulália	943		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 186-187.
50	Niscra, S. Bartolomeu (Incorporada em Serzedelo)			Bibl: 1. V.M.H., P. II, CXCIV, p. 174.
51	Oleiros, S. Vicente	924	«carraria antiqua»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 187. 2. V.M.H., P. I, II, p. 2.
52	Oliveira, S.ta Maria	950		Mosteiro (conf. MARQUES, 1990, p. 321). Castelo roqueiro, fundado por D. Mumadona Dias, no Monte Latito. (Barroca, 2004, pp. 190, 184-185) Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 180.
53	Paraíso, S. Miguel de (Negrelos) (Incorporada em Selho, S. Jorge)	880	«in Requiza fecerunt domos in via et proicierunt viam per Regalengum Domini Regis»	Mosteiro (conf. MARQUES, 1990, p. 321). Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 187-188. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 276,
54	Penselo, S. João	908		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 188.
55	Penteeiros, S.ta Eulália (Incorporada em S. Cipriano de Tabuadelo)	1058		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 188.
56	Pinheiro, S. Salvador	959		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 189.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
57	<b>Polvoreira, S. Pedro</b>	Séc. XI	«viam vetera de Ladroeira»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 189. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 284.
58	<b>Ponte, S. João Batista</b>	911		Mosteiro (conf. MARQUES, 1990, p. 321). Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 189.
59	<b>Pousada, S.ta Maria</b> (Incorporada em S. Salvador de Balazar)	1089	O Censal de Entre Lima e Ave refere a obrigação de um jantar para esta paróquia.	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 172. 2. COSTA, 1959, V. II, p. 54.
60	<b>Prazins, S.ta Eufémia</b>	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 190.
61	<b>Prazins, S.to Tirso</b>	950	«carraria que vadit pro ad Sancti tirsi»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 190. 2. V.M.H., P. I, XLI, p. 40.
62	<b>Rendufe, S. Romão</b>	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 190.
63	<b>Ronfe, S. Tiago</b>	1033	O Censal de Entre Lima e Ave refere a obrigação de um jantar para esta paróquia.	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 190-191. 2. COSTA, 1959, V. II, p. 29.
64	<b>Ruivós, S. Pedro</b> (Incorporada em S. Clemente de Sande)	1072		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 191.
65	<b>S. Faustino</b>	1220		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p. 234.
66	<b>S. Félix ou Mouricô</b> (Incorporada em S.ta Cristina de Longos)	Séc. XI	a) «debet pausare Dominus terre»; b) «pausa de Rico homine»	Bibl: 1. COSTA, 1959, Vol. II, p. 55; COSTA, 1981, pp. 183-184. 2. a) V.M.H., P. II, CXCIV, p. 154. b) V.M.H., P. II, CCLIX, p. 269.
67	<b>S. Martinho</b> (Incorporada em S.ta Cristina de Longos)	Séc. XI		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p. 56; COSTA, 1981, pp. 183-184.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
68	<b>S. Martinho</b> (Incorporada em Vila Nova de Sande)	994		Mosteiro (conf. MARQUES, 1990: 321)  Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 192.
69	<b>S. Miguel</b> (Incorporada em S.ta Maria da Oliveira)	1216	«viam directam que vadit ad Monasterium Coste»; «petram magnam que stat inter ambas vias»; «viam que vadit inter chousam Martini Pelagii»	Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p.248. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, Pp. 260-261.
70	<b>S. Paio</b>	1216		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p.252
71	<b>S. Pedro do Monte</b> (Incorporada em Serzedelo)	1220		Não cartografada.  Bibl: 1. V.M.H., P. II, CXCIV, p. 174.
72	<b>S. Sebastião</b>	Séc. XIV		Bibl: 1. Ferreira, 2010, p. 683.
73	<b>S. Tiago</b> (Incorporada em S.ta Maria da Oliveira)	1121		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p. 245.
74	<b>S. Torcato</b>	950	a) «et Prestamarius pausat in casalibus ipsorum Maiordomum»; «et est pausa Maiordomis». b) «jacet super viam»; «jacet subtus Viam de Galilea»; «est hospicium prestamarii»; «Rua merdaria»	Mosteiro (conf. MARQUES, 1990, p. 321).  Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 193. 2. a) V.M.H., P. II, CXCIV, p. 163. b) V.M.H., P. II, CCLIX, p. 293-294.
75	<b>Sande, S. Clemente</b>	1080		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 191.
76	<b>Sande, S. Lourenço</b>	959	Casal da Carreira	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 191. 2. V.M.H., P. II, CCLXXXVIII, p. 359 e CCLXXXVI, p. 373.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
77	Sande, S. Martinho	1096	O Censual de Entre Lima e Ave refere a obrigação de um jantar para esta paróquia.	Castelo roqueiro localizado no Monte do Outinho ( <i>Mons Autino</i> ). (BARROCA, 2004, pp. 184-185.)  Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 191-192. 2. COSTA, 1959, V. II, p. 54.
78	Selho, S. Cristóvão	1038		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 193.
79	Selho, S. Jorge	1052	«Carreiro»; «via»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 193-194. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 297.
80	Selho, S. Lourenço	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 194.
81	Serzedelo, S.ta Cristina	950		Castelo roqueiro localizado no “Mons Caballus”. (BARROCA, 2004, p. 184).  Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 176
82	Sever, Stª. Maria (Incorporada em S. Martinho de Sande)	Séc. XI		Bibl: 1. COSTA, 1959, V. II, p. 53; COSTA, 1981, p. 191-192.
83	Silvares, S.ta Maria	926	a) «uai per carreira antiqua». b) «viam»; «carreirim de cruce»	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 194. 2. a) V.M.H., P. I, LIII, p. 59. b) V.M.H., P.II, CCLIX, p. 301.
84	Souto, S. Salvador	950	O Censual das Terras de Guimarães e Montelongo refere a obrigação de um jantar para esta paróquia.	Mosteiro (conf. MARQUES, 1990, p. 322).  Bibl: 1. COSTA, 1981, pp. 194-195. 2. COSTA, 1959, V. II, p. 221.
85	Souto, S.ta Maria	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 195.
86	Stª Luzia (Incorporada em S. Paio)	Não determinada		Bibl: 1. COSTA, 1959, p. 243.

Nº	Paróquia	Data da Primeira Fonte documental	Referências a Vias e Aposentadoria	Observações e Bibliografia
87	Tabuadelo, S. Cipriano	950	Casal da Carreira	Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 195. 2. V.M.H., P. II, CCLXXVIII, p. 361.
88	Urgezes, S.to Estêvão	926	«super viam»; «stratam Portus»	Bibl: 1. COSTA. 1981, p. 196. 2. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 309.
89	Vermil, S. Mamede	1033		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 196.
90	Vila Juste, S. Miguel (Incorporada em Ronfe)	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 191.
91	Vila Nova de Sande, S.ta Maria	960	O Censual de Entre Lima e Ave refere a obrigação de um jantar para esta paróquia.	Mosteiro (conf. MARQUES, 1990: 322). Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 192. 2. COSTA, 1959, V. II, p. 52.
92	Xisto, Stª Lucrecia (Incorporada em S. Torcato)	1059		Bibl: 1. COSTA, 1981, p. 193.

Da análise dos dados reunidos na Tabela 2, podemos retirar, desde logo, algumas conclusões.

Em primeiro lugar, as vias são utilizadas frequentemente como identificadores de limites de propriedade. Demos, a título de exemplo, dois casos localizados na paróquia de S. Torcato (nº 74) onde aparecem as menções *subtus* e *super viam*. Por outro lado, as vias são identificadas, por vezes, com o nome do seu local de destino, quer este seja mais ou menos próximo. Como exemplos, demos apenas os de Urgezes (nº 88), onde aparece uma *stratam Portus*, a estrada do Porto, e de Matamá (nº 46), onde a *carraria de agro de Petro* não pode referir-se senão a um topónimo local. As vias podem ser, ainda, qualificadas quanto à sua maior idade. É o que acontece com a *carreira antiqua*, em Silvares (nº 83), ou a *viam veteram de Ladroeira*, em Polvoreira (nº 57).

Por diversas razões, as vias foram sofrendo alterações ao seu traçado. Vejamos dois casos interessantes relatados nas Inquirições de 1258, dizendo o primeiro respeitante a Gémeos e o segundo a S. Miguel de Negrelos:

*et in ipso loco subtus carvalium carraria que ibat per Regalengum ipse Petrus Subjerii predictus de Briteiros misit ipsam viam in sua vinea, et fecit viam per alium locum per Regalengum*<sup>82</sup>;  
*dixit quod in Requiza fecerunt domus in via et proicierunt viam per Regalengum Dominis Regis*<sup>83</sup>.

A plantação de uma vinha, no primeiro caso, e a construção de uma casa, no segundo, originaram alterações ao traçado original das vias e, nos dois casos, a sua restituição, que aparentemente terá sido levada a cabo por iniciativa dos próprios autores do acto, foi feita em detrimento dos reguengos. Não temos conhecimento das consequências directas deste acto, deixando a fonte entender que, mais importante do que a usurpação do espaço utilizado pela via, terá sido o facto de a nova via ter sido aberta em propriedade régia. Se não estranha este facto, tendo em conta a nossa fonte (as Inquirições de D. Afonso III), não deixa, contudo, de ser de notar que a via tinha, entretanto, sido refeita.

Na documentação por nós compulsada, procurámos obter, ainda, dados que dissessem respeito a direitos de aposentadoria e jantar. Não sabemos até que ponto estes direitos se relacionam com a rede viária, sendo difícil de estabelecer uma relação causa-efeito com origem num ou outro elemento. Todavia, é possível que o facto de as comitivas se dirigirem a um determinado mosteiro por uma via concreta servisse como catalizador para a melhoria dessa mesma via ou para a criação de um hábito na sua utilização. Ainda que estejamos a falar de uma obrigação anual, segundo Avelino de Jesus da Costa “a comitiva era numerosa, fazendo-se acompanhar de carros, cavalos, cães e aves de caça e demorando mais de um dia”<sup>84</sup>.

### 3.3. Vias medievais

#### *Via 1 – Guimarães – Braga*

Esta via foi estudada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>85</sup>. Dela nos fazem menção, igualmente, os diversos monógrafos que trabalharam Guimarães. O Pe. Torquato de Azevedo<sup>86</sup>, diz-nos:

<sup>82</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 256.

<sup>83</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 276.

<sup>84</sup> COSTA, 1959, I: 73-74.

<sup>85</sup> ALMEIDA, 1968: 163-164.

<sup>86</sup> AZEVEDO, 2000: 323-324.



*Da mesma Praça [do Toural] para a mesma parte de norte sahe a rua da Fonte Nova, que chegando à torre e porta de Nossa Senhora da Graça, dá lugar a que ali principie a rua de Santa Luzia para poente até ao terreiro, que tem a capella da dita Santa. Neste se divide para norte a rua do Picoto, e para poente continúa a rua da Calçada, que é estrada para a cidade de Braga, e para sul se divide do terreiro a rua do Bimbal.*

Também Craesbeeck<sup>87</sup> a ela se refere nos seguintes termos:

*a porta de Santa Lusía, segunda em ordem da nova muralha, correspondente a ponte de S. João, por outro nome Pedrinha, estrada publica para a cidade de Braga, Ponte de Lima, e mais teras desta provincia*

A ligação entre Guimarães e Braga não pode restringir-se, portanto, a uma só via. A mais comum saía de Guimarães pela zona da Capela de Santa Luzia, onde havia uma gafaria<sup>88</sup> e, passando pelo tanque ali existente, seguia pela rua da Calçada<sup>89</sup>. Em época que não conseguimos determinar, terá sido construída uma ponte, então conhecida por ponte de Santa Luzia, sobre o rio Merdeiro ou Merdário (o rio Herdeiro, como, por subtil pudor linguístico, foi diversas vezes apodado pelos monógrafos de Guimarães). Ao descrever este rio, diz o Pe. Torquato de Azevedo<sup>90</sup>:

*em pouca distancia de seu nascimento se lhe juntam alguns ribeiros, que o fazem tão poderoso, que para não impedir a passagem a quem quer hir para Braga, se lhe fundou uma ponte de pedra lavrada no lugar da Bandeira, e se chama ponte de Santa Luzia, por ser estrada da dita porta da villa, que vae para a ponte de S. João: por a dita ponte vae o caminho para a igreja de Nossa Senhora da Conceição, por estar situada entre ella, e a de Caneiros, havendo entre a villa e a dita ponte um pequeno passeio.*

O contraste entre a ponte e o rio ao qual ela permite a passagem é evidenciado por alguns autores. Assim nos informa o Pe. António Ferreira Caldas<sup>91</sup>:

*pela sua extensão, e notável altura com um espaçoso arco, é mais um viaduto para serviço da antiga estrada de Braga, do que uma ponte levantada para dominar o humilde regato.*

Também o Pe. Carvalho da Costa<sup>92</sup> se lhe refere nos seguintes termos: «huma ponte de pedra lavrada, que chamão de Santa Luzia, tão alta, & magestosa, que he mal empregada em coisa tão pouca».

<sup>87</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>88</sup> ALMEIDA, 1968: 193.

<sup>89</sup> COSTA, 1706: 58; ALMEIDA, 1968: 193.

<sup>90</sup> AZEVEDO, 2000: 498.

<sup>91</sup> CALDAS, 1996: 143.

<sup>92</sup> COSTA, 1706: 116.

Deste ponto, a estrada seguia em direcção à ponte de Caneiros, mais tarde conhecida, como já vimos, pelo nome de ponte de Nossa Senhora da Conceição, devido à proximidade da capela com aquela invocação<sup>93</sup>. A parte deste troço deverá corresponder a “via de Amorosa” referida nas inquirições de 1258<sup>94</sup>. Após a passagem da ponte de Caneiros, aparecia um primeiro desvio.

Os autores clássicos parecem tender para o facto de a estrada principal para Braga seguir directa a Caldelas<sup>95</sup>. Deveria passar em S. João de Ponte, na antiga calçada romana que descia à Ínsua. Aí, um barco permitia a passagem do Ave durante o Inverno. A expressão «portum auis» aparece-nos em 1248<sup>96</sup>. No Verão, contudo, a passagem poderia ser feita a vau, quando a deslocação se procedia a cavalo, ou por poldras, para os que se deslocavam a pé<sup>97</sup>. Daqui, a estrada deveria seguir a S. Martinho de Sande, até ao sítio de Quatro Irmãos.

Uma outra via alternativa se apresenta, desde a ponte de Caneiros, para aqueles que se deslocavam com carros<sup>98</sup>. Fazendo um desvio para Oeste, a estrada passava por Fermentões, onde as referências a vias são, na documentação medieval, frequentes e onde havia direito de aposentadoria do prestameiro no casal onde habitava Mendo Gonçalves (v. Tabela 2, 29). Seguia, então, a S. João de Ponte, onde a ponte de Campelos permitia a travessia do Ave. A esta solução se referem Craesbeeck<sup>99</sup> e Carvalho da Costa<sup>100</sup>. Daqui, a estrada seguiria por Vila Nova de Sande, Sande S. Clemente e Sande S. Martinho, reencontrando-se com o eixo Taipas – Braga no sítio de Quatro Irmãos. Em Vila Nova de Sande e em Sande S. Martinho havia, para com o arcebispado de Braga, obrigação de um Jantar, pelo que o trajecto do final de dia de uma visitaçãõ deveria, quase obrigatoriamente, passar por estas duas estruturas monásticas (v. Tabela 2, 77 e 91).

A via dirigia-se, então, para Norte, provavelmente até ao lugar hoje conhecido por Duas Vendas, em Sande S. Lourenço. É nossa convicção de que haveria aqui duas hipóteses de caminho para Braga. Um, dirigia-se por Balazar, passando primeiro pela freguesia de Santa Maria de Pousada. Dali, passando pelo Alto da Morreira e rodeando o monte de Santa Marta, facilmente se chegaria a Braga, com cotas de terreno mais suaves, através de Morreira e Trandeiras. A segunda solução, e também a mais tradicional, seria a passagem por Santa Cristina de Longos, seguida da

<sup>93</sup> COSTA, 1706; 115.

<sup>94</sup> V.M.H., P.II, CCLIX, p. 141.

<sup>95</sup> AZEVEDO, 2000: 497; COSTA, 1706: 115.

<sup>96</sup> V.M.H., P. II, CCXL, p. 211.

<sup>97</sup> AZEVEDO, 2000: 496; ALMEIDA, 1968: 193; COSTA, 1706: 114.

<sup>98</sup> ALMEIDA, 1968: 193-194.

<sup>99</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>100</sup> COSTA, 1706: 114.

íngreme subida da Falperra até Espinho<sup>101</sup>. Para ela contribui a descrição dos feitos de Martim Sanches, ao referir que a passagem para Guimarães é feita pela Portela de Espinho<sup>102</sup>. Baseados na documentação compulsada cremos, porém, que quer uma quer a outra hipótese poderão ser viáveis. De facto, sabemos, pelo Censual de Entre Lima e Ave, que Santa Maria de Pousada estava obrigada a um Jantar<sup>103</sup> e, por outro lado, sobre S. Felix de Mourizô é dito, nas Inquirições de 1220, que «*debet pausare Dominus terre*»<sup>104</sup> e, nas de 1258, que é «*pausa de Rico homine*»<sup>105</sup>.

Postas estas hipótese para o *terminus* do percurso desta via na zona de Guimarães, estamos de alguma forma convencidos de que a travessia por Balazar e Morreira deveria ter, pelo menos entre o séc. IX a XI, uma importância, equiparável, à daquela que obrigava a subir a Falperra. De facto, se por um lado a própria orografia transforma esta zona numa via natural de passagem, os castelos roqueiros do Monte do Outinho e de Santa Marta<sup>106</sup> parecem, por seu turno, estar estrategicamente localizados de forma a permitir uma maior eficácia no seu controlo.

## Via 2 – Guimarães – Póvoa de Lanhoso

A ligação de Guimarães a Póvoa de Lanhoso foi descrita, também, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>107</sup>. Dela, diz-nos Craesbeeck<sup>108</sup>:

*a porta de S. Antonio, chamada de Guarrida, segunda em ordem e primeira na cuituação da nova muralha, comessada pello Senhor Rey D. Affonso 3º, Conde de Bolonha: via regea para a ponte de Donim, comunmicação para as terras de Lanhoso, S. João de Rey e Bouro (primeira via de Adriano que penetrava o Reino de Galisa).*

Saía-se, portanto, para a Póvoa de Lanhoso, por Norte, isto é, ladeando a Vila do Castelo. O trajecto inicial era feito pela Arcela, passando pela Madre de Deus e descendo a Calçada de Azurém. Talvez, mas não temos disso qualquer prova, se localizasse aqui a «*carrariam que ducit ad castelum*», referida nas Inquirições de 1223<sup>109</sup>. A travessia do Selho fazia-se pela ponte de S. Lourenço de Selho. Daqui, a via seguiria por Louredo e entrava na freguesia de Gominhães passando

<sup>101</sup> ALMEIDA, 1968: 194.

<sup>102</sup> V.M.H., P. II, CXCVIII, p. 188; ALMEIDA, 1968: 194.

<sup>103</sup> COSTA, 1959, V. 2: 54.

<sup>104</sup> V.M.H., P. II, CCLIV, p. 154.

<sup>105</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 269.

<sup>106</sup> BARROCA, 2004: 184-185.

<sup>107</sup> ALMEIDA, 1968: 163.

<sup>108</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>109</sup> V.M.H., P. II, CCI, p. 190.

à Portelinha, onde franqueava a serra. Em Gominhães aparecem, por duas vezes, na documentação medieval por nós consultada, termos relacionados com vias de comunicação (v. Tabela 2, nº 33). Descia a via, então, até Agras, já em Souto S. Salvador, passando a Oriente do Mosteiro.

O caminho seguia, daí, até à igreja de Santa Maria de Souto, sempre em direcção a Norte, até chegar à ponte de Donim, onde fazia a travessia do Ave.

Vencido o rio, inflectia então para a direita em direcção à capela de S. Bento, já na freguesia de Santo Emilião, pertença do mosteiro beneditino de Tibães.

A via seguiria, finalmente, por Campos, Louredo até chegar a Póvoa de Lanhoso.

Até à edificação da ponte de Donim, que, como vimos, terá ocorrido em 1192, a via que servia de ligação entre Guimarães e Póvoa de Lanhoso far-se-ia, muito provavelmente, na travessia de S. Cláudio de Barco<sup>110</sup>. Neste caso, o caminho deveria seguir por Rial até Sto. Estêvão de Briteiros, atravessando toda esta freguesia, provavelmente por Linhares e, entrando em Donim, dirigia-se a Sto. Emilião.

Somos obrigados a incluir aqui uma ligação a Braga adiantada pelo Pe. Torquato de Azevedo<sup>111</sup>. Segundo este autor, o Barco de S. Cláudio dava passagem de Guimarães a Braga, seguindo por Briteiros. Tratar-se-ia, portanto, de uma variante à via anteriormente descrita que aproveitaria o primeiro tramo desta segunda via.

Finalmente, ainda sobre esta via e como já vimos, diz-nos Craesbeeck<sup>112</sup> que dava ligação a S. João de Rei e Bouro.

### *Via 3 – Guimarães – Vieira do Minho*

Esta seria, porventura, uma das vias mais percorridas no território da Guimarães medieval, pois dava ligação ao mosteiro de S. Torcato, um dos locais de peregrinação mais importantes do Norte de Portugal durante a Idade Média. A ela se refere o Pe. Torquato de Azevedo<sup>113</sup> ao referir a Capela da Madre de Deus:

*Está esta capella [Madre de Deus] situada na freguezia de S. Pedro de Azurei, pouco distante da villa para nascente, com uma alpendrada que recolhe a porta principal para poente, na estrada que vae para o mosteiro de S. Torquato.*

Também Craesbeeck<sup>114</sup> a menciona nos seguintes moldes:

<sup>110</sup> Cf. ALMEIDA, 1968: 193.

<sup>111</sup> AZEVEDO, 2000: 496.

<sup>112</sup> CRAESBEECK, 1982: 83.

<sup>113</sup> AZEVEDO, 2000: 332.

<sup>114</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

*[Da porta] de Santa Barbora, mais vesinha do castello; susçede a estrada regea para a ponte de Mem Guterres, vulgarmente chamada de Dominguos Terres; comunicação para as terras de Basto, Barroso, e outras mais de Tras os Montes.*

Até à ponte de S. Lourenço de Selho, recorria esta via o mesmo traçado da via descrita anteriormente (Guimarães – Póvoa de Lanhoso). Da ponte de S. Lourenço de Selho, seguia para Nordeste, directamente para S. Torcato. Sabemos, pelas Inquirições de 1258<sup>115</sup> que Johannes Forjaz tinha, em S. Torcato, duas vinhas, uma «super» e outra «subtus viam de Galilea». Se aceitarmos a associação do topónimo «Galilea», que nos aparece nas Inquirições, com o actual topónimo «Grilé», associação que colocamos como mera hipótese não sendo essa uma especialidade nossa, temos uma referência exacta do local por onde passaria esta via. Para todos os efeitos, parece ser este o caminho mais natural até chegar ao Mosteiro de S. Torcato. Aqui, como lembra Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «além do centro de peregrinação havia uma leprosaria»<sup>116</sup>.

De S. Torcato, a via dirigia-se, com passagem do Ave na ponte de Domingoterres, a Rossas e Vieira do Minho<sup>117</sup>. Por Craesbeeck<sup>118</sup> podemos colocar S. Torcato no caminho de outros destinos como Basto, Barroso e Trás-os-Montes. O acesso a Basto, contudo, se bem que possível, parece-nos um pouco desajustado do quadro geográfico. De Guimarães, a via mais directa para aquelas terras deveria ser a que passava por Fafe e que adiante veremos.

Há duas hipóteses que se levantam para o prosseguimento da via desde S. Torcato. A primeira, para Norte, passaria pela paróquia de S.ta Lucrecia de Xisto, Santiães e chegaria a Gonça. Daqui, inflectiria para Este, passaria por Portela ladeando pelo Sul os Montes de Gonça e Penas Aldas até chegar a Freitas (Fafe). Em Gonça ficaria, ainda, facilmente resolvido o problema da passagem em direcção a Garfe, para Norte e, daí, em direcção a Este, rapidamente se atingiria a ponte do Turio, dando ligação a Castelões e Sobradelo da Goma.

A segunda hipótese prende-se mais com a documentação medieval. As Inquirições de 1258 mencionam como local de «hospicium Prestamarii» três casais localizados em Segade<sup>119</sup>. Não podendo encontrar um significado exacto para a tradução de *hospicium*, estamos em crer que se possa relacionar com um direito de aposentadoria. Curiosamente, após mencionar os deveres dos «homine de Segadi», o mesmo documento refere os três casais de Pousada, sem que refira prática seme-

<sup>115</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 293.

<sup>116</sup> ALMEIDA, 1968: 193.

<sup>117</sup> ALMEIDA, 1968: 192; AZEVEDO, 2000: 497; COSTA, 1706: 115.

<sup>118</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>119</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 293.

lhante, o que não estranha tendo em conta que, pelo menos um deles, pertence ao Mosteiro de Arnóia<sup>120</sup>. Por Segade, facilmente se chegava às Quintãs, em Rendufe e, passando pela Cancela da Portela, a Travassos (Fafe).

A ligação de S. Torcato a Basto, tal como foi sugerida por Craesbeeck, facilmente se resolveria nesta travessia. Quanto às ligações à ponte de Domingoterres, a solução para Norte é viável em qualquer um dos trajectos apresentados.

#### *Via 4 – Guimarães – Fafe*

Quando o destino era Fafe, saía-se por Este. Após a construção das muralhas, era a porta da Freiria, mais tarde também conhecida como Porta de Santa Cruz, aquela que servia esta via. A ela se referiram Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>121</sup> (1968, pp. 191-192) e Francisco Xavier da Serra Craesbeeck<sup>122</sup>. Assim nos diz este autor que:

*a [porta] de Santa Crus ou Frieiria, correspondente à ponte de Bouças, via vulgar que comunica para os julgados de Roças, Villa-Boa, Ribeira de Soas e outras circunvesinhas.*

Uma outra saída, neste caso para os habitantes do Castelo, deveria ir directa à Cruz da Argola.

Seguia-se primeiro até Mesão Frio, rodeando por Norte a Serra de Santa Catarina, através da «uiam publicam que uadit ad sanctum Romanum»<sup>123</sup>. Entre Mesão Frio e Atães não temos mais referências documentais que nos apontem para a passagem de vias. Apresentamos, por isso, uma hipótese que nos parece viável.

Em Mesão Frio, passaria entre a Adeganha e a Devesa. Descia, então, até ao Vale de Atães, vencendo-o na zona de Arrebetão. Começava a subida em direcção a Venda e, atravessando a Portela, passaria por Carvalhinho<sup>124</sup> e chegaria a S. Romão de Arões (Fafe). Daqui, pela ponte de Bouças<sup>125</sup>, sobre o Vizela<sup>126</sup>, rapidamente atingiria Fafe.

<sup>120</sup> Cf. V.M.H., P. II, CCLIX, p. 293.

<sup>121</sup> ALMEIDA, 1968: 191-192.

<sup>122</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>123</sup> V.M.H., P. II, CI, p. 89; cf. ALMEIDA, 1968: 191.

<sup>124</sup> ALMEIDA, 1968: 191.

<sup>125</sup> Para esta ponte, deixou legado testamentário Gonçalo Gonçalves em 8 de Julho de 1292 (Guimarães, 1909, N° XLIX, pp. 22-23).

<sup>126</sup> ALMEIDA, 1968: 191; CRAESBEECK, 1992: 83.

Seria esta, e não a anterior, conforme já tivemos a oportunidade de referir, a via preferencial de acesso às Terras de Basto mas, também, ao interior transmotano. Por esta via se chegava a Arco de Baulhe e Cavez<sup>127</sup>.

### *Via 5 – Guimarães – Amarante*

Do Campo da Feira, saía-se em direcção à Ponte de Pombeiro<sup>128</sup>. De facto, isso nos diz o Pe. Torquato de Azevedo<sup>129</sup>:

*A outra ametade do campo [Campo da Feira] alem do regato da parte do sul é fechada de nascente com a rua das Pretas, pelo sul com a rua da Barroca, em que tem estrada publica para a villa de Amarante, e para o mosteiro das freiras capuchas de Santa Izabel, continuando o regato para poente está a rua da Ramada, que tem principio junto da ponte.*

E Francisco Xavier da Serra Craesbeeck<sup>130</sup> descrevendo as muralhas e portas de Guimarães, também a refere nos seguintes termos:

*a setima [porta] he a do Campo da Feira, correspondente à ponte de Pombeiro, devisão e comunicação de Filgueiras, Amarante.*

Em determinado momento que não conseguimos descortinar, foi construído naquele espaço maior dos arrabaldes de Guimarães uma ponte de padieiras que permitia atravessar o rio de Couros<sup>131</sup>.

O caminho seguia, segundo o Pe. Torquato de Azevedo<sup>132</sup>, pelo Convento das Capuchas e, continuando esse trajecto, pensamos que deveria chegar ao lugar do Pinheiro. Inflectiria, então, para Sul, até à Portela, já em Urgezes. Daqui seguiria para Sudeste, por Laje, Entre-as-Vinhas, Norte de Cima, passando ao lado de S. Salvador de Pinheiro e a Norte de S. Tomé de Abação, chegando ao lugar da Cancela. Pouco antes, perto da Pena Brava, é tradição de ali ter havido uma muda de cavalos, se bem que esta possa ser mais tardia e estar relacionada com a estrada real. Daqui seguiria para Vila Azevedo, Sizarado, Venda da Serra e, descendo por Serzedo, a Este do Vale de Eiriz, até às Bouças do Arco.

---

<sup>127</sup> ALMEIDA, 1968: 191-192. Nos testamentos de João Diogo, de 1 de Outubro de 1263, e de Marinha Pires, de 5 de Dezembro de 1267, são deixados legados à ponte de Cavez e de Ourense (Cf. Guimarães, 1909, N° XXXI, p. 16 e N° XXXIII, p. 17).

<sup>128</sup> ALMEIDA, 1968: 190.

<sup>129</sup> AZEVEDO, 2000: 320.

<sup>130</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>131</sup> AZEVEDO, 2000: 499; CALDAS, 1996: 143; COSTA, 1706: 116.

<sup>132</sup> AZEVEDO, 2000: 320.



A via encontrava aqui a ponte do Arco de Pombeiro e, em seguida, a calçada romana que, depois de passar próximo do mosteiro beneditino, se dirigia a Felgueiras e Amarante<sup>133</sup>.

#### *Via 6 – Guimarães – Entre-os-Rios*

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>134</sup>, «esta estrada saía de Guimarães em conjugação com a do Porto». Não parece concordar, contudo, com o início que nos é transmitido por Craesbeeck<sup>135</sup>, que aponta a Torre Velha como início da via: «a sexta porta he da Torre Velha, correspondente à ponte das Caldas, comunicação para as Terras de Ferreira, e outras da Comenda do Porto». Tendemos a concordar mais com a versão deste último autor, dado que o traçado que propomos poderia passar ou pela zona de Couros ou pela zona Caldeiroa.

Daqui, o viajante entrava em Urgezes, passava pela Quinta das Aldeias até ao local onde, mais tarde, se erigiu a Capela de Nossa Senhora dos Remédios. Seguia, então, à Portelinha, já em Covas, em direcção a Polvoreira. Daí passava a Este do monte da Polvoreira, eventualmente pela Portelinha, depois por Batoucos e, por aí, entrava em Infias.

De Infias dirigia-se às Caldas de Vizela, atravessando o rio pela ponte romana. A estrada seguia, então, até Penafiel, passando depois ao Marco de Canavezes e Entre-os-Rios<sup>136</sup>. Esta seria a via que, segundo Craesbeeck<sup>137</sup>, ligava igualmente a Paços de Ferreira.

#### *Via 7 – Guimarães – Porto*

A ligação entre Guimarães e o Porto foi já estudada, tal como as anteriores, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>138</sup> sendo igualmente referida por Mário Jorge Barroca<sup>139</sup>.

Sobre esta via, diz-nos o Pe. Torquato de Azevedo<sup>140</sup>:

*Do cruzeiro, em que pára a rua nova das Oliveiras, dá principio a rua das Molianas para a parte do vendaval, e vae parar no rocio da Madrôa, (...) em que tem uma ponte de*

<sup>133</sup> ALMEIDA, 1968: 190-191.

<sup>134</sup> ALMEIDA, 1968: 189.

<sup>135</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>136</sup> ALMEIDA, 1968: 190.

<sup>137</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>138</sup> ALMEIDA, 1968: 188-189.

<sup>139</sup> BARROCA, 2000: 2.

<sup>140</sup> AZEVEDO, 2000: 322-323.

*pedra, continuando esta rua para o vendaval, se encontra com a rua da Cruz de Pedra, e por aqui sahe o caminho para a cidade do Porto.*

Craesbeeck<sup>141</sup> também a menciona, dizendo-nos durante as descrições das portas da cidade de Guimarães: «a quinta porta é o postigo de S. Pajo, caminho publico para a ponte de Negrellos e Real, a dita para a cidade do Porto, e demarcação de seo destricto».

Esta estrada tinha a sua saída de Guimarães pela zona Sul, seguindo pelas ruas da Oliveira e das Molianas. Na Madroa houve uma ponte «de pedra e de um só arco»<sup>142</sup>, mas não sabemos quando terá sido construída. A esta ponte, que permitia atravessar o rio de Couros, referiu-se também o Pe. Torquato de Azevedo<sup>143</sup>. A passagem desta via pela Madroa é referida pelo Pe. Carvalho da Costa<sup>144</sup>. Daqui, seguiria à zona da Cruz de Pedra<sup>145</sup>, passando apenas por pouco espaço na freguesia de Urgezes.

Seguia a via por Creixomil, pela zona do Salgueiral, Vista Alegre e, já entrados em Mascotelos, chegava à Igreja de S.to Amaro. A estrada entrava, então, em S. Tiago de Candoso. Dizem-nos as Inquirições de 1220 a esta paróquia que, aqui, uma *quintana* «est pausa regis»<sup>146</sup>. Tal informação leva-nos a traçar a via por esta freguesia, ainda que sejam omissos mais elementos que permitam uma correcta localização de tal *quintana*.

A via descia do monte Pombeiro, ladeando por Noroeste o monte do Pedral, em direcção à igreja de S.ta Eulália de Nespereira, passava pelas Uveiras e Portela. Depois, seguia, já em Conde, por Baço de Boi e entrava na freguesia de Moreira de Cónegos, onde um documento de confrontações de 961 menciona a existência de uma «carreira»<sup>147</sup>.

A estrada dirigia-se, então, à ponte de Negrelos, onde cruzava o Vizela, em direcção a Santo Tirso e Porto.

No monte da Senhora do Monte, nas confrontações de Serzedelo e Conde, mais conhecido, na Idade Média como *Mons Cavallus*, terá havido um castelo roqueiro<sup>148</sup>. É de crer que, tal como já referimos nos casos de Santa Marta e Monte

<sup>141</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>142</sup> CALDAS, 1996: 143-144.

<sup>143</sup> AZEVEDO, 2000: 499.

<sup>144</sup> COSTA, 1706: 57.

<sup>145</sup> AZEVEDO, 2000: 323.

<sup>146</sup> V.M.H., P. II, CXCIV, p. 145.

<sup>147</sup> V.M.H., P. I, XII, p. 13; ALMEIDA, 1968: 189.

<sup>148</sup> BARROCA, 2004: 184.

do Outinho, também este castelo possa ter sido edificado por motivos estratégicos e de controle desta passagem.

Nas Inquirições 1258 aparece uma referência, em Urgezes, à estrada do Porto: «stratam Portus»<sup>149</sup>. Tal facto foi já apontado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>150</sup> como demonstrativo da passagem da estrada de Guimarães ao Porto por esta freguesia. Não conseguimos justificar esta referência, já que as informações de que dispomos apontam para que esta via não seguisse por Urgezes. Esta situação poderá estar relacionada com o facto de a paróquia de Urgezes ter limites distintos aos actuais e que terão sido alterados entre os séculos XIII e XIV com a constituição das novas paróquias de S. Paio e S. Sebastião, na zona urbana de Guimarães.

### *Via 8 – Guimarães – Vila do Conde*

À via que, de Guimarães, se destinava a Vila do Conde, encontramos diversas referências nos autores que temos vindo a trabalhar. Foi, igualmente, já apresentada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>151</sup>.

A ela faz menção o Pe. Torquato de Azevedo<sup>152</sup>, nos seguintes termos:

*Tornando à Praça do Tournal, na parte do norte se caminha pela rua de S. Domingos para poente até à Travessa que tem o cruzeiro, que a divide da rua dos Gatos, e se caminha por esta para poente até o rocio de S. Lazaro (...). Deste Rocio para a parte de poente, vae a estrada para Villa do Conde.*

Craesbeeck<sup>153</sup>, por seu turno, refere-a deste modo, ao descrever as portas de Guimarães:

*a quarta porta, intitulada de S. Dominguos, terceira em ordem da nova muralha, via regea para a ponte de Cervas, çita entre os confins de Guimarães e Barcellos, por onde se comunicação ambas, e se penetrão as terras daquella villa e as da Maia, e mais circunvizinhas.*

Saía, portanto, esta via do Tournal, pela rua de Gatos, junto ao Mosteiro de S. Domingos<sup>154</sup>, passava pela gafaria de S. Lázaro<sup>155</sup>, seguindo aos Pombais, já em Creixomil e, passando pela veiga, chegava à ponte da Pisca. Este trajecto não

<sup>149</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 309.

<sup>150</sup> ALMEIDA, 1968: 189.

<sup>151</sup> ALMEIDA, 1968: 194-195.

<sup>152</sup> AZEVEDO, 2000: 323.

<sup>153</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>154</sup> AZEVEDO, 2000: 323; COSTA, 1706: 115; CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>155</sup> ALMEIDA, 1968: 194.

apresenta dúvidas pois o Pe. Torquato de Azevedo<sup>156</sup> coloca, como podemos ver, a passagem da estrada junto à capela de Nossa Senhora da Luz:

*A capella de Nossa Senhora da Luz, situada no lugar do Miradouro, no districto de Creixomil, junto da estrada para Villa do Conde: tem a porta principal para o poente, coberta de alpendrada sobre columnas de pedra, e uma travessa para o norte.*

Aqui, portanto, cruzava o Selho, acompanhando-o e seguindo a Sul de Mouril e até ao lugar de Torneio, já em S. Jorge de Selho.

Na Inquirição de 1258 a S. Jorge de Selho aparece mencionada uma via no lugar de Carreiro: «et in Carreiro una leira ultra viam et citra viam»<sup>157</sup>. Não nos foi possível, contudo, localizar este lugar.

O transeunte deveria encontrar, pensamos, uma bifurcação no lugar de Pevidém. Estamos convictos de que um ramal com direcção a Sudoeste faria a ligação à ponte do Soeiro e, daí, pela Niscra, a Riba-de-Ave ou a Negrelos, pelo Mosteiro de Serzedelo.

A via destinada a Vila do Conde seguia, desde aquele ponto em Pevidém, em direcção à ponte de Serves, passando por Famalicão. Segundo Craesbeeck<sup>158</sup>, como vimos, havia igualmente uma ligação a Barcelos desde a ponte de Serves. Não possuímos mais dados sobre este troço da via, podendo, certamente, fazer-se passando por Vila Nova de Famalicão.

### *Via 9 – Guimarães – Barcelos*

Ao contrário das vias anteriores, a ligação entre Guimarães e Barcelos não foi descrita por Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>159</sup>. Ela é-nos sugerida, contudo, pelos autores que temos vindo a trabalhar mas, também, por alguma da documentação compulsada.

Com destino a Barcelos havia, para quem saía de Guimarães, duas soluções. A primeira foi apresentada na descrição da Via 8 e é-nos sugerida, como vimos, por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck. A segunda, dizem-nos Torquato de Azevedo<sup>160</sup> e Carvalho da Costa<sup>161</sup>, parte de Campelos. Tudo leva a crer, portanto, que o primeiro troço, entre Guimarães e a ponte de Campelos, seria comum ao da estrada para Braga que já anteriormente descrevemos.

<sup>156</sup> AZEVEDO, 2000: 333.

<sup>157</sup> V.M.H., P. II, CCLIX, p. 297.

<sup>158</sup> CRAESBEECK, 1992: 83.

<sup>159</sup> ALMEIDA, 1968.

<sup>160</sup> AZEVEDO, 2000: 495.

<sup>161</sup> COSTA, 1706: 114.

De Campelos, devia a estrada seguir até à freguesia de S. João de Brito. Sobre a «Quintana de Paazao», em Brito, dizem-nos as Inquirições de 1220 que «est ibi pausa domini Terre»<sup>162</sup>. O Censual de Entre Lima e Ave, por seu lado, informa-nos da obrigatoriedade de Jantar nesta paróquia<sup>163</sup>. Por um documento de 1146, sabemos que Onega Diaz doa uma propriedade cujo termo passa por uma «viam veteram»<sup>164</sup>.

A estrada iria, então, talvez ao lugar da Carreira, na encosta do Alto da Forca, e passaria em Além, Sapielos e Padronelo. Daqui, seguiria ao Serrado e entrava na freguesia de S. Martinho de Leitões. Seguia, provavelmente, por Cabo, Insuela, Venda e atravessava a montanha em Almorro, atingindo aí Morreira. O troço deveria acompanhar, pelo menos parcialmente, o caminho real descrito, para a freguesia de S. Paio de Figueiredo, por Manuel Marques<sup>165</sup>.

Não conhecemos o traçado que seguia posteriormente. Contudo, olhando para a cartografia, facilmente deduzimos que a estrada mantinha o seu rumo Noroeste para Aveleda e Martim e, daí, se dirigia a Barcelos.

#### 4. AS VIAS MEDIEVAIS COMO ELEMENTO DE ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

As pontes medievais existentes no concelho de Guimarães são uma expressão da importância que, para os homens da Baixa Idade Média, teve a reestruturação da rede viária. Às três grandes pontes de origem romana, Campelos, Pombeiro e Negrelos, unem-se agora outras duas de grande porte, Donim e Serves, capazes de dar uma melhor resposta à travessia do Ave. São pontes que permitem contactos mais eficazes, inibindo as dificuldades das travessias a vau ou por barca, não só a pessoas como, e talvez mais importante, às mercadorias transportadas em veículos de tracção animal.

A estas pontes acrescem, como vimos, pelo menos outras sete, de características distintas às primeiras mas, também, entre si: as pontes de cavalete, de um ou dois arcos e os pontilhões, como terá sido o caso da ponte do Carvalhal. Pelo menos duas destas pontes só se podem enquadrar numa leitura das relações a uma escala micro-regional. Tendo em conta a sua proximidade com a ponte do Arco de Pombeiro, não parece que a ponte do Arco de S. João seja necessária para a travessia do

<sup>162</sup> V.M.H., P. II, CXCIV, p. 142.

<sup>163</sup> COSTA, 1959, V. II: 26.

<sup>164</sup> V.M.H., P. II, LXXXIX, p. 82.

<sup>165</sup> FERREIRA, 2003: 154.

Vizela. A ponte do Soeiro, por seu turno, ainda que se encontre numa das saídas, a Sul, da ponte de Campelos e permita uma via directa para a ponte de Negrelos, não se pode compreender como parte de uma via principal. São pontes construídas com o fim de suprir as necessidades das relações mais imediatas entre povoações que se encontram divididas por um obstáculo natural, mas não tão desunidas que não busquem a promoção de obras, mais ou menos dispendiosas, capazes de fomentar os contactos sociais, comerciais, laborais, políticos, religiosos e outros.

Há, contudo, um outro conjunto de pontes que, ainda que tipologicamente não se distingam especialmente das anteriores, cumprem uma função não só micro-regional mas, e aqui talvez a sua grande importância, permitem o fomento da melhoria de relações a uma escala regional ou macro-regional. Falamos das pontes da Pisca, de Caneiros e de S. Lourenço de Selho. Cada uma destas pontes foi construída para servir uma estrada de acesso regional ou macro-regional: a Pisca na estrada de Famalicão e Vila do Conde, Caneiros na estrada de Braga e Ponte de Lima<sup>166</sup> e, por último, S. Lourenço de Selho na via de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho. São as pontes localizadas no arco que o Selho forma sobre Guimarães, na sua passagem de Nordeste para Oeste, criando uma barreira à circulação daqueles que pretendiam entrar ou sair do burgo. Curiosamente, mas tal não passará de uma mera coincidência, a cada uma destas pequenas pontes corresponde uma maior também no concelho: de S. Lourenço de Selho chegamos a Donim, de Caneiros a Campelos e da Pisca a Serves.

A contraposição das principais vias romanas que atravessaram o actual território do concelho de Guimarães com as medievais permite, finalmente, reconhecer uma diferença substancial: ao contrário das vias romanas, que atravessam o concelho buscando destinos que se encontram afastados, as vias medievais confluem todas para o centro urbano de Guimarães. Atrevemo-nos, por isso, a caracterizar as vias medievais como endógenas pois elas existem em função de Guimarães, sendo atraídas por um mesmo pólo de radiação – a urbe. As vias servem Guimarães e, por essa razão, dali partem e para lá se dirigem, comportando-se, a novel vila, como um pólo de atracção e dispersão de vias. Tal facto compreende-se pela importância que Guimarães ganha, principalmente, a partir dos séculos XI e XII. As vias romanas, por seu lado, têm origem em Braga e servem a capital da Galaecia. Classificamo-las, por isso, como exógenas. A necessidade de servir os conjuntos termais de Caldelas e Vizela, mas sobretudo a necessidade de criar uma ligação directa entre *Bracara* e *Emerita*, levou a que as vias passassem pelas proximidades da futura Guimarães mas deixando-a, eventualmente, na periferia.

---

<sup>166</sup> Como menciona CRAESBEECK, 1992: 83.





**Fig. 1.**  
Ponte do Arco de S. João,  
Serzedelo.



**Fig. 2.**  
Ponte de Roldes,  
Fermentões.



**Fig. 3.**  
Ponte de Donim





Fig. 4.  
Aduela com data inscrita na  
ponte de Donim.

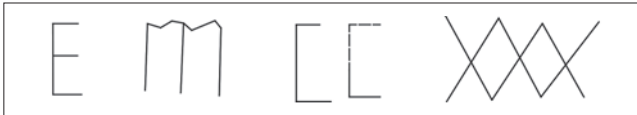
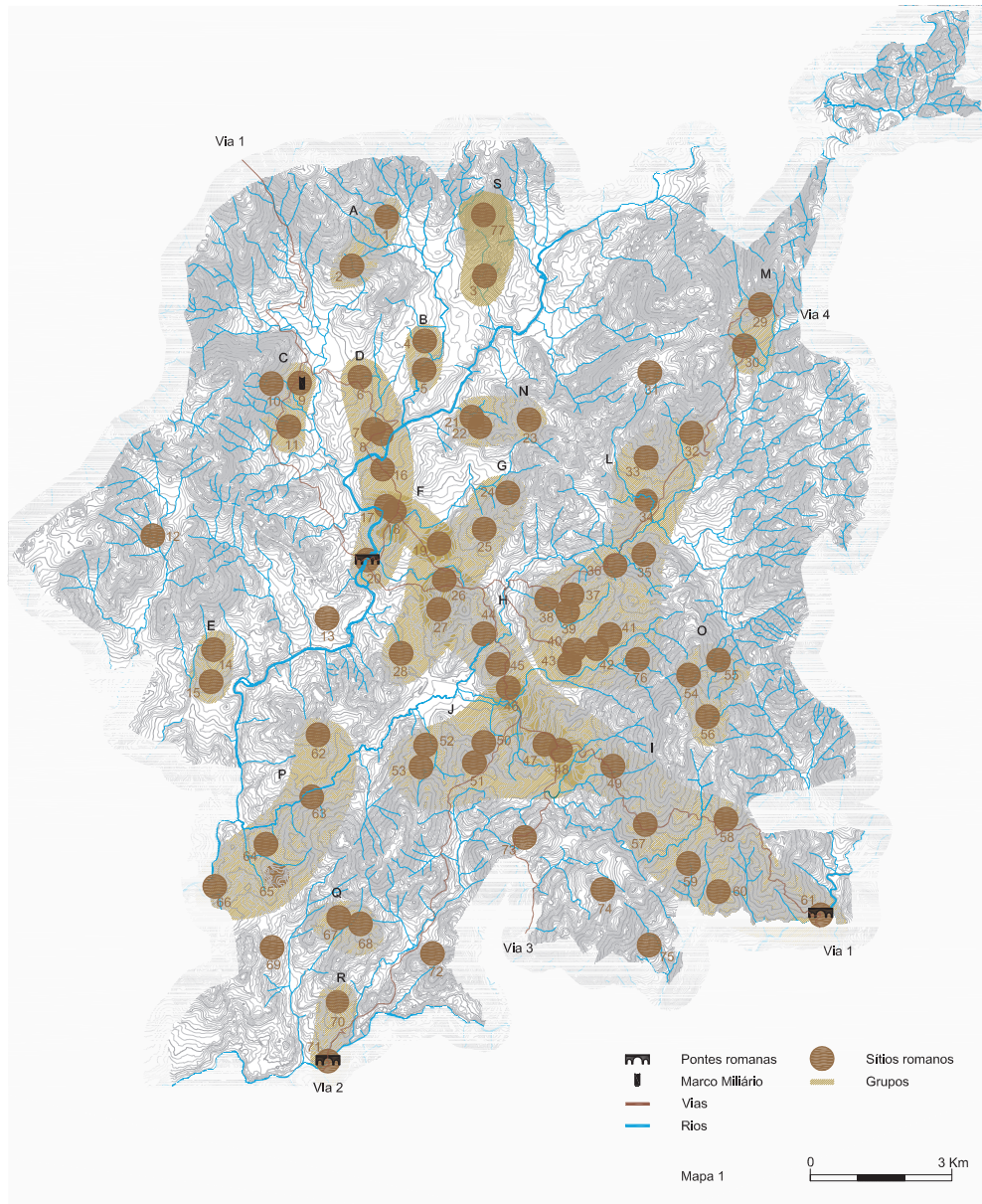


Fig. 5.  
Levantamento desenhado da  
inscrição da Ponte de Donim.

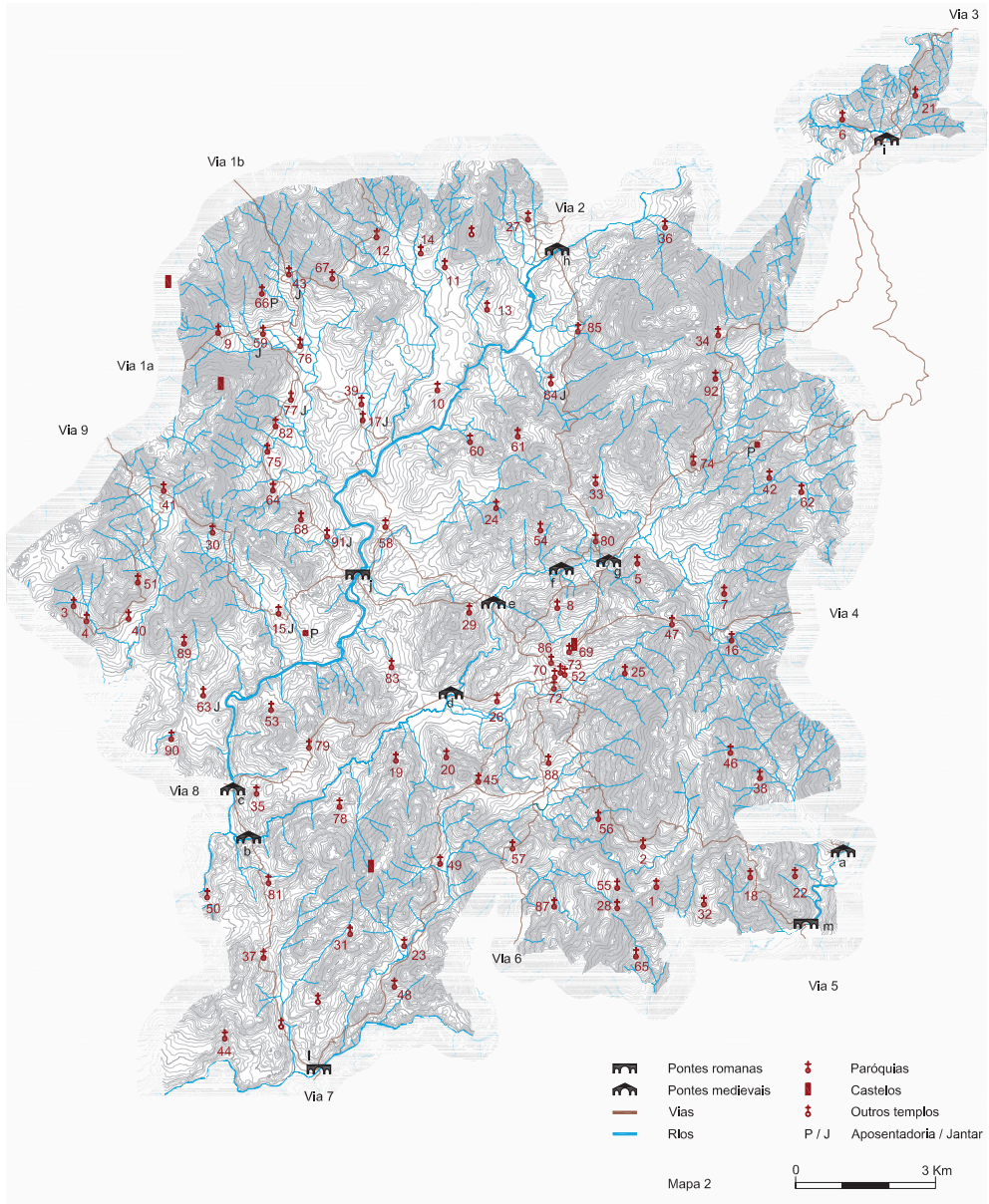


Fig. 6.  
Arranque do arco românico da  
ponte de Donim.



Mapa 1. Vias, pontes e locais com ocupação romana no concelho de Guimarães.





Mapa 2. Vias, pontes e principais centros de ocupação medievais do concelho de Guimarães.

## BIBLIOGRAFIA

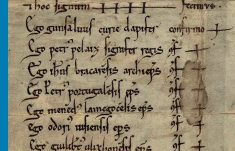
- ABREU, Adelino Ribeiro de (2009) – *São Martinho de Candoso – ontem e hoje*. Candoso S. Martinho: Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal*. Vol. I. Introduction. Vol. II. Gazetteer: 1. Porto, Bragança and Viseu: Warminster, Aris & Phillips Ltd.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (s.d.) – *História da Arte em Portugal*. Vol. 3 “O Românico”. Lisboa: Publicações Alfa.
- (1968) – *Vias Medievais. I. Entre Douro E Minho*. Dissertação para Licenciatura em História. Faculdade de Letras do Porto.
- AZEVEDO, Pe. Torquato Peixoto de (2000) – *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*. 2ª ed. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro (Ed.).
- BARROCA, Mário Jorge (2000b) – *Recuperação da Estrada Medieval na Zona da Pisca*. Parecer apresentado à Câmara Municipal de Guimarães em 8 de Fevereiro de 2000.
- (2004) – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI). *Portugália*, 25, p. 181-204.
- CALDAS, António José Ferreira (1996) – *Guimarães, Apontamentos para a sua história*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento.
- CAPELLA, Manuel José Martins (1895) – *Milliarios do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. Porto: Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão.
- CARDOZO, Mário (1990) – *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*. 11ª ed. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- (1964) – *Museus portuguesas de arqueologia. Necessidade da sua modernização*. «Arquivo de Beja», XX-XXI (1963-1964), pp. 73-80.
- CARVALHO, Helena Paula Abreu de (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho.
- COSTA, António Carvalho da (1706) – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa; Na officina de Valentim da Costa Deslandes.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (1981) – *Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI*. In *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. III. Guimarães: s.n., p. 135-196.
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992) – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro E Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto.
- FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro, org. (2006) – *Ponte de Donim. Algumas notas de cariz arqueológico-histórico*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de (2003) – *São Paio de Figueiredo no termo de Guimarães. Uma Monografia*. S. I., Ed. do Autor.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1989) – *Uma rua de elite na Guimarães medieval*. Guimarães: CMG e SMS.
- (2010) – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCM e Universidade do Minho (ICS).

- GARCÍA MARTINEZ, Sonia María (1995) – *La epigrafía romana del concelho de Guimarães. Un estado de la cuestión*. «Revista de Guimãres», 105, p. 139-171. Foi consultada a versão on-line, em 15/09/2010, em [http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG105\\_09.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG105_09.pdf).
- GUIMARÃES, Francisco José Salgado (1970a) – *O Picoto de Santo Amaro (Guimarães)*. «Revista de Guimarães», 80:1-2, p. 141-150.
- (1970b) – *O Picoto de Santo Amaro (Escavações efectuadas em 1970)*. «Revista de Guimarães», 80:3-4, p. 381-386.
- GUIMARÃES, José Gomes de Oliveira (1901) – *Catálogo do Museu Arqueológico*. «Revista de Guimarães», 18 (1-2), p. 38-72.
- (1908) – *Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Guimarães.
- (1909) – *Catálogo dos Pergaminhos Existentes no Archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MARQUES, José (1990) – *O monacato bracarense em fase de Mudança (Séculos XI-XIII)*. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I – O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, p. 319-333.
- MOREIRA, Álvaro B. (2006) – *A ponte de Negrelos, S. Martinho do Campo, Santo Tirso*. Câmara Municipal de Santo Tirso: Divisão de Património e Museus. *Fotocopiado*.
- PINA, Luís de (1928) – *Subsídios para a arqueologia do concelho de Guimarães (Os Fornos da Ribeira)*. «Revista de Guimarães», 38:1-2, p. 58-63; 38:3-4, p. 205-211.
- (1930) – *Subsídios para a arqueologia do concelho de Guimarães. Sepultura luso-romana da Lapinha (Devesa-Escura)*. «Revista de Guimarães», 40 (3-4), p. 96-107.
- SARMENTO, Francisco Martins (1901a) – *Materiaes para a archeologia do Concelho de Guimarães*. «Revista de Guimarães», 18 (1-2), p. 9-29.
- (1901b) – *Materiaes para a archeologia do Concelho de Guimarães*. «Revista de Guimarães», 18 (3-4), p. 117-135.
- (1999) – *Antiqua. Apontamentos de Arqueologia*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- (2004) – *Arqueologia. Materiais para a Arqueologia do Entre-Douro-e-Minho*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.









# NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES REFLEXÕES SOBRE O PRIMEIRO SÉCULO PORTUGUÊS

COORD.  
MÁRIO JORGE BARROCA

